

BRACARA AUGUSTA

SUMÁRIO

Mitado do Episcopado, Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz. — *Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa*, Dr. Sérgio da Silva Pinto. — *Estudo Encol da Escritura Hemisférica*, Luis Carré Alvarellos. — *Mais um passo da «Chanson de Roland» no Românico Português*, António de Azevedo. — *Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos*, A Redacção. — *Obras de S. Martinho e sua projecção*, António Brásio. — *Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade*, Dr. Luís Chaves. — *O viver das populações Bracaraugustanas do século IV ao VII J. C.*, Dr. Russell Cortez. *O Culto de S Martinho de Dume*, P. Dr. Avelino Jesus da Costa. — *Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica*, João de Moura Coutinho de Almeida Eça. — *Costumes e Tradições do século VI e da Actualidade*, Dr. Eugénio de Andrea da Cunha Freitas. — *Comentário à Fórmula «Vitae Honestae»*, Dr. Francisco Fernandes Lopes. — *Os Cânones de S. Martinho de Dume e a Medicina Luso-Germânica*, Prof. Dr. Luís de Pina. — *S. Martinho de Dume, Apóstolo dos Suévos*, Dr. Mauricio Gomes dos Santos. — *El Rito Bracarense: — Sus origines y evolución histórica*, Dr. Dom Germano Prado. — *Por que não um Bispo titular de Dume no Episcopado Português?*, Prof. Dr. António da Silva Rego. — *Restos da Basílica Visigoda de Santa Maria de Ferreiros: Amares — Braga*, D. Maria José Aroso Reis. — *Estado Social e Político do Noroeste da Península no Século VI*, Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares. — *Teria sido S. Martinho de Dume o patrono dos Templos de S. Martinho do Funchal?*, Visconde do Porto da Cruz. — *Lista dos trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos*, A Redacção. — *Arquivo Municipal*, A Redacção. — *Crónica dos acontecimentos citadinos*, Francisco Bacelar Ferreira. — *Efemérides Municipais*, A Redacção. — *Revistas de permuta*, A Redacção. — *Índice.*

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. VIII JULHO — DEZEMBRO, 1957 N.os 3-4 (37-38)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUME VIII — FASCÍCULOS 3-4 (37-38)

JULHO — DEZEMBRO, 1957

Directores { DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo

Redactor principal: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria e da Secção «Arquivo Municipal» a cargo de:
Francisco Pereira de Bacelar Ferreira, Conservador do Arquivo

Serviços de Administração a cargo de: José Henrique Soares Pereira

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

Missão do Episcopado	Prof. Dr. Guilherme Braga da Cruz	176
Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa	Dr. Sérgio da Silva Pinto	177
Estudo Encol da Escritura Himisférica	Luis Carré Alvarellos	205
Mais um passo da «Chanson de Roland» no Românico Português	António de Azevedo	233
Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos	Dr. Sérgio da Silva Pinto	239
Obras de S. Martinho e sua projecção	P. António Brásio	241
Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade	Dr. Luís Chaves	243
O viver das populações Bracaraugustanas do século IV ao VII J. C.	Dr. Russell Cortez	279
O Culto de S. Martinho de Dume	P. Dr. Avelino de Jesus Costa	281
Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica	João de Moura Coutinho de Almeida Eça	283
Costumes e Tradições do século VI à Actualidade	Dr. Eugénio de Andrea da Cunha Freitas	295
Comentário à Fórmula «Vitae Honestae»	Dr. Francisco Fernandes Lopes	314
Os Cânones de S. Martinho de Dume e a Medicina Luso-Germânica	Prof. Dr Luís de Pina	328
S. Martinho de Dume, Apóstolo dos Suévos	Dr. Maurício Gomes dos Santos	367
El Rito Bracarense: — Sus origines y evolución histórica	Dr. Dom Germano Prado	371
Porque não um Bispo titular de Dume no Episcopado Português?	Prof. Dr. António da Silva Rego	373
Restos da Basílica Visigoda de Santa Maria de Ferreiros: Amares — Braga	D. Maria José Aroso Reis	375
Estado Social e Político do Noroeste da Península no Século VI	Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares	378
Teria sido S. Martinho de Dume o patrono dos Templos de S. Martinho do Funchal?	Visconde do Porto da Cruz	384
Actas do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos	A Redacção	391
Arquivo Municipal	A Redacção	394
Crónica dos acontecimentos citadinos	Francisco Bacelar Ferreira	402
Efemérides Municipais	A Redacção	484
Revistas de permuta	A Redacção	487
Índice		489

Missão do Episcopado

pelo Prof. Dr. GUILHERME BRAGA DA CRUZ

Honra-se esta revista de publicar na íntegra o magnífico discurso proferido pelo ilustre Mestre da Universidade de Coimbra, na sessão solene comemorativa do jubileu de S. Ex.ª Rev.ma o Senhor D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo Primaz de Braga. Associa-se deste modo BRACARA AUGUSTA às homenagens prestadas ao Venerando Metropolita bracarense, elo vivo de uma cadeia de Prelados insignes, que têm dado glória à Igreja e à Pátria.

Venerando Arcebispo Primaz
Excelentíssimo Subsecretário de Estado da Educação Nacional
Excelências Reverendíssimas
Excelentíssimas Autoridades
Senhoras e Senhores

Perfizeram-se 25 anos que Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom António Bento Martins Júnior se encontra à frente dos destinos da Arquidiocese Bracarense, primeiro como Arcebispo Coadjutor, titular de Ossirinco, e, logo a seguir, como Arcebispo Primaz, por falecimento desse homem de pulso forte e energia inquebrantável, cuja memória não mais se apagará da história de Braga e da sua Sede Metropolitana, que foi Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom Manuel Vieira de Matos.

Reunindo-nos hoje aqui para comemorar tão feliz acontecimento e para testemunhar ao nosso Arcebispo a nossa admiração e a nossa gratidão pelo zelo com que tem gerido a sua Arquidiocese e pela obra que à frente dela tem realizado, praticamos, antes de mais nada — nós, os que de perto ou de longe temos vivido com ele estes 25 anos de episcopado —, um elementar acto de justiça.

É este, Senhoras e Senhores, o primeiro significado desta luzida festa. E tanto bastaria, dum ponto de vista puramente humano, para justificar

a iniciativa do Venerando Cabido da Sé Primacial Bracarense ao promovê-la.

Louvor ao mérito! Se a lisonja é traição, o saber desinteressadamente reconhecer e louvar os méritos alheios é virtude — porque é justiça —, e virtude rara entre todas as que podem enobrecer o coração do homem.

Lugar à gratidão! Se o receber de alguém um benefício é motivo para exteriorizar dedicação e reconhecimento, o que dizer da doação total duma vida, posta ao serviço daquilo que mais importa em cada um de nós, que é a nossa santificação pessoal e a salvação da nossa alma?

Aqui viemos, portanto — novos e velhos, leigos e sacerdotes, homens do século e religiosos dos conventos, anónimos servidores da Igreja e Bispos de Portugal, — no cumprimento dum imperioso dever de consciência, prestar o testemunho da nossa admiração e da nossa gratidão ao prelado insigne que há 25 anos ilustra a galeria hierática de sucessivas gerações de Arcebispos da velha Metrópole Bracarense:

— Admiração pela sua lúcida inteligência, entregue totalmente ao mais sublime dos ideais.

— Admiração pelo seu saber, laureado pelo grau doutoral da mais ecuménica das Universidades, reflectido na formação duma distinta falange de discípulos — quantos deles, hoje, consagrados mestres canonistas e teólogos — e expresso em avultado número de discursos, sermões e cartas pastorais.

— Admiração pela sua paternal bondade, sempre pronta a sofrer com os que sofrem, a levantar os que caem e a perdoar aos que erram, e a acarinhar os anseios e as aspirações dos que querem elevar-se no caminho da perfeição.

— Admiração, mais que tudo, pela sua profunda humildade cristã, traduzida na afabilidade do seu trato, na simplicidade da sua palavra, na serena firmeza do cumprimento dos seus deveres episcopais.

Mas, além do tributo do nosso apreço, estamos aqui também para prestar a Sua Excelência Reverendíssima o testemunho da nossa gratidão pelas inúmeras benemerências com que cumulou a Igreja Primacial de Braga nos 25 anos do seu episcopado. Células vivas da Igreja militante, todos temos sido, directa ou indirectamente, beneficiários espirituais de tais benemerências; e todos temos, maior ou menor, uma parcela de gratidão a tributar a Sua Excelência Reverendíssima, neste momento:

— Estamos aqui para dizer ao nosso Arcebispo que não esquecemos a obra grandiosa dos seus Seminários, um dos quais já instalado total-

mente no período do seu episcopado, e que lhe agradecemos, de todo o coração, o que essa obra tem representado na formação do clero arquidiocesano, e, por intermédio deste, no bem espiritual das nossas almas.

— Estamos aqui para lhe dizer que não esquecemos o zelo permanente que lhe tem merecido a cultura religiosa dos sacerdotes e leigos da sua Arquidiocese, quer através dos Congressos que tem promovido — de que me permito destacar a Semana Social de 1952, o Congresso Mariano e o recente Congresso do Apostolado da Oração —, quer através dos cursos de formação religiosa, de tão indiscutida utilidade.

— Estamos aqui para lhe dizer que sabemos dar valor ao seu persistente esforço de recristianização das festas populares e romarias do nosso querido Minho — obra por sua natureza ingrata e demorada, mas cujos frutos começam já a colher-se por toda a parte.

— Estamos aqui para lhe dizer que sabemos ver nele o grande animador das obras de piedade da Arquidiocese e o grande impulsionador da Acção Católica arquidiocesana, e que sabemos agradecer-lhe toda a soma de graças que por intermédio destas obras temos recebido.

— E estamos aqui, ainda, para dizer a Sua Excelência Reverendíssima que sabemos compreender o alcance e visionar os frutos da obra dos Colégios diocesanos, que começam a erguer-se em Braga e em Viana do Castelo como prometedora realidade e de que tanto há a esperar para a recristianização das elites e para o alargamento das vocações sacerdotais.

★

Louvor ao mérito! Lugar à gratidão! Dever de justiça de quem tanto tem recebido para com quem tanto tem sabido dar do seu talento, do seu saber, da sua energia, do seu coração bondoso.

Mas se esta festa é tudo isto — e se tanto bastaria humanamente para a justificar —, pretende ser, porém, muito mais que isto, porque é uma festa cristã, uma reunião da grande família arquidiocesana bracarense em torno do seu Prelado. E, neste aspecto, tudo se transfigura, como por encanto, para dar a esta festa um significado transcendente — o valor dum hino de acção de graças Àquele Único Senhor a quem verdadeiramente é devido todo o louvor e toda a glória.

Não pode cristãmente louvar-se a inteligência, o saber, a bondade dum homem, sem remeter esses louvores Àquele que é a Suprema Inteligência, a Suprema Sabedoria e a Suprema Bondade. Não pode cristãmente tributar-se gratidão ou testemunhar-se reconhecimento à obra dum

homem, sem remeter esse tributo de gratidão Àquele Senhor que é o Único Dispensador de todas as graças, Àquele Cristo a quem servimos e por intermédio do Qual recebemos do Pai tudo quanto possuímos.

Que temos nós, Senhores, de que possamos vangloriar-nos na nossa pobre condição humana, ou que obra conseguiram já realizar os homens que não tomasse como ponto de partida os dons espirituais e materiais que Deus pôs à sua disposição e ao alcance do seu domínio?

Certamente que somos livres. E o nosso único merecimento estaria em canalizar para o bem a nossa liberdade, se esta mesma liberdade não fosse ela própria um dom de Deus e se não devêssemos ao mesmo Deus a luz da inteligência que nos permite conhecer o bem e o mal.

A Ele, pois, ao Rei dos Reis e Senhor dos Senhores, todo o louvor e toda a glória! Mais do que uma romagem de louvor e gratidão ao talento, à bondade e às benemerências dum prelado insigne, esta festa pretende ser, porque é uma festa cristã, um hino de louvor e de acção de graças ao Senhor, pela grande benemerência de ter colocado à frente dos destinos da Arquidiocese Bracarense e de nela ter mantido durante um quarto de século um prelado da envergadura intelectual e moral de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Dom António Bento Martins Júnior e de ter-se servido do seu zelo e ardor apostólico para dispensar tantos benefícios ao Seu povo fiel.

★

Não fica por aqui, porém, o significado cristão desta festa.

Se não viemos aqui apenas para louvar um homem e enaltecer uma obra — o que já seria muito —, também não viemos apenas para louvar e agradecer ao Senhor as benemerências que por intermédio desse homem nos concedeu — o que seria muito mais. Viemos — e é este o significado misterioso e profundo desta homenagem — reverenciar no Homem o próprio Cristo, de cuja autoridade se encontra revestido no meio de nós, há 25 anos, pela dignidade episcopal.

Não é, com efeito — Senhoras e Senhores —, um homem qualquer a quem hoje vimos tributar a homenagem do nosso apreço, ou de quem Deus se quis servir para trazer até nós um manancial de graças, nos conturbados tempos que vivemos. É alguém que, ao receber a plenitude do sacerdócio, ficou investido na pesada mas sublime herança dos Apóstolos e foi colocado no meio de nós, pela autoridade de Pedro, como representante directo de Cristo. É alguém, como diz Santo Inácio de Antioquia, «que o Mestre mandou para administrar a Sua casa e que nós temos de

receber como Aquele mesmo que o enviou». Alguém, no dizer do mesmo santo, que nós, cristãos, devemos «olhar como se fora o próprio Senhor» (1).

A grandeza da missão dum bispo à frente da sua diocese está precisamente neste facto de ele representar aí a plenitude de Cristo e a plenitude da Sua Igreja. O primado de Roma não invalida nem diminui esta plenitude de missão apostólica que a cada bispo da cristandade é conferida pelo sacramento pleno da imposição das mãos. O Papa é ele próprio um bispo, como Pedro era ele próprio um Apóstolo.

É certo que Cristo deu a Pedro, duma forma privilegiada, aquilo que confiou aos Doze de forma indiferenciada (2); e, por isso mesmo, o Papa é o chefe e a garantia suprema da unidade do colégio episcopal, como Pedro foi o chefe e garantia da unidade do colégio apostólico. Mas, tal como os Apóstolos foram enviados directamente por Cristo, embora subordinados a Pedro, assim os bispos da cristandade, sucessores dos Apóstolos, têm um mandato que lhes vem directamente de Cristo, embora em subordinação ao Papa, que exprime e assegura, com a sua especial autoridade de sucessor de Pedro, a unidade do colégio episcopal espalhado pelos quatro cantos da terra (3).

Continuadores dos Apóstolos, mandatários de Cristo, os bispos da cristandade formam, sob a chefia do Papa, uma maravilhosa unidade, de que todos e cada um solidàriamente participam: «Episcopatus unus episcoporum multorum concordi numerositate diffusus» («há um só episcopado, difundido por uma multiplicidade de bispos unidos entre si») (4), proclamava da sua Sé de Cartago, em pleno séc. III, esse grande paladino da catolicidade (5) que foi S. Cipriano. «A dignidade episcopal — diz ainda o mesmo santo bispo e mártir — é una; e cada bispo possui solidàriamente uma parte dela, sem divisão do todo» (6).

Desta unidade e solidariedade do episcopado tira toda a sua gran-

---

(1) Santo Inácio de Antioquia, *Exortação aos Efésios*, cit. em *L'Évêque et son Église* (Cahiers de la Pierre-qui-Vire) (Paris, 1955), pág. 18.

(2) Vide P. A. Liégé O. P., in *Catholicisme, hier, aujourd'hui, demain* (*Encyclopédie dirigée par G. Jacquemet, du clergé de Paris*), tome IV (Paris, 1954), col. 795 (verb. *Évêque*).

(3) Cfr. *ob. e loc. cit.*

(4) S. Cipriano de Cartago, Ep. LV, 24, na citada obra *L'Évêque et son Église*, pág. 27; e, ainda, na enciclopédia *Catholicisme, vol. cit.*, col. 793.

(5) Cfr. F. Cayrée, *Patrologie et histoire de la théologie*, tome I (Paris, 1953), págs. 297 e 299.

(6) S. Cipriano de Cartago, *De unitate*, 5. Vide *obras e lugares citados.*

deza a figura do bispo à frente da sua diocese. Por isso nos diz Monsenhor Guerry, arcebispo de Cambrai, que é preciso primeiro considerar o bispo como pastor da Igreja Universal, com todo o colégio episcopal e sob a chefia do Papa, antes de o considerarmos à frente da sua Igreja Particular (7). É que cada bispo, no lugar onde exerce o seu mandato apostólico sob a autoridade do Papa, representa a Igreja na sua totalidade (8), representa o episcopado uno e indivisível, representa integralmente a Cristo e dispõe da plenitude dos seus dons e da sua vida divina (9).

Daqui deriva lògicamente — como explica outro grande bispo francês, Monsenhor Jean Rupp — que uma diocese, com o seu bispo à frente, não é simplesmente uma subdivisão da Igreja Universal, mas *uma verdadeira Igreja* (10) — aquilo a que o Código de direito Canónico chama, com toda a propriedade, uma *Igreja Particular* (11).

E daqui deriva também que cada bispo, «concentrando em si a totalidade do ministério apostólico, é, na Igreja Particular ou diocese confiada à sua solicitude, a fonte de toda a mediação, o chefe visível de todo o apostolado, o representante directo do Chefe celeste» (12). O bispo é, na sua Igreja — por outras palavras — o *profeta*, o *pontífice*, o *pastor* (13).

Ele é o *profeta*, o guardião da palavra de Deus e o seu anunciador. Sem gozar, por si só, da infalibilidade do colégio episcopal e do seu chefe — antes devendo obediência ao magistério dum e doutro — é a ele que compete defender contra o erro a fé dos seus fiéis, anunciar o Evangelho que lhe foi entregue no dia da sagração episcopal, prestar por toda a parte testemunho de Cristo e da Sua verdade.

Os teólogos, os pregadores, os sacerdotes, os próprios leigos, são outros tantos colaboradores do bispo, nesta sublime tarefa de anunciar a palavra de Cristo e prestar testemunho dela. Mas só ele tem autoridade doutrinal, só ele, verdadeiramente, é «*mestre* e *doutor* dos seus fiéis» (14), no que estas palavras têm de preciso e rigoroso, porque só ele pode afirmar e defender a fé ortodoxa, em união com o magistério de Roma.

---

(7) Monseigneur Guerry, Archevêque de Cambrai, *L'Évêque* (in *Bibliothèque Ecclesia*; Paris, 1954), pág. 37.

(8) Cfr. Jean Colson, na citada enciclopédia *Catholicisme*, *vol. cit.*, col. 793.

(9) Cfr. Monseigneur Guerry, *ob. cit.*, pág. 53.

(10) Monseigneur Jean Rupp, *Église particulière et Église universelle*, na cit. ob. *L'Évêque et son Église*, pág. 105.

(11) *Código de Direito Canónico*, cânon 329, § 1.

(12) Cfr. P. A. Liégé O. P., na *ob. e vol. cit.*, col. 797.

(13) *Ibidem*.

(14) *Código de Direito Canónico*, cânon 1326.

Ele é o *pontífice*, a fonte, na sua Igreja, de todo o sacramento ([15]), dispondo da plenitude do chamado *poder de ordem* e dispensando aos seus fiéis, já directamente, já por intermédio dos poderes conferidos aos seus sacerdotes, todos os meios de santificação legados por Jesus Cristo à sua Igreja ([16]).

Ele é, finalmente, o *pai* e o *pastor*, competindo-lhe, como tal, um *poder de jurisdição* que exerce por mandato directo do Pastor Divino e não apenas em nome da Igreja Universal ou da Santa Sé. «O bispo — acentua Monsenhor Jean Rupp — não é apenas um vigário apostólico. A sua grandeza incomparável reside no facto de ele ser, verdadeiramente, o representante de Cristo na sua diocese. Nunca se exaltará suficientemente o esplendor desta dignidade que, segundo a palavra de Sua Santidade Pio XII, na encíclica *Mystici Corporis*, o coloca acima de todos os soberanos da terra» ([17]).

★

Se isto nos dá a medida exacta da inultrapassável grandeza e glória da missão dum bispo à frente da sua diocese, dá-nos também a possibilidade de avaliar as verdadeiras proporções da responsabilidade do seu cargo e as verdadeiras proporções da nossa responsabilidade perante a sua missão de pai e de pastor. E é este — Senhoras e Senhores — o último ponto para que eu queria chamar a vossa atenção e em que queria convidar-vos a meditar.

Mandatário directo de Cristo no meio do Seu povo, o bispo tem sobre os seus ombros o próprio madeiro da Cruz do Redentor e tem de deixar crucificar-se nele, como o próprio Cristo foi crucificado. A crucifixão de S. Pedro — o primeiro de entre todos os bispos da cristandade — tem, neste aspecto, o valor dum símbolo.

Assim como Cristo quis assumir sobre si o peso dos pecados de toda a humanidade e expiá-los com a morte na cruz para salvação dos homens, assim o bispo, que no dizer de S. Cipriano faz as vezes de Cristo («vice Christi fungitur») ([18]), está colocado à frente do seu povo para sofrer por ele, para levar sobre os seus ombros o peso das suas faltas, para expiar por ele os seus pecados, para o conduzir no caminho da salvação.

Ele sabe que a alma dum só homem vale o Sangue Precioso do

([15]) Cfr. P. A. Liégé O. P., na *ob. e vol. cit.*, col. 798.

([16]) Cfr. Monseigneur Jean Rupp, *ob. e loc. cit.*

([17]) *Ibidem.*

([18]) S. Cipriano de Cartago, Ep. LXIII, 14, 4, cit. em *L'Évêque et son Église*, pág. 27.

Redentor, e sabe que tem de crucificar-se pela salvação de todos e cada um dos seus fiéis, como Cristo se crucificou.

Tremendas, simplesmente tremendas, as páginas de S. João Crisóstomo sobre a responsabilidade episcopal! «A que suplícios se encontra submetido— exclama o grande santo — aquele que não tem de responder apenas pelos próprios pecados, mas que se encontra ainda vinculado ao perigo extremo de responder pelos pecados dos outros! Se nós rememos perante o simples pensamento de prestar contas do mal que nós próprios fizemos,... a que terrível sofrimento deve sentir-se submetido aquele que tem de justificar-se por tantos outros!» ([19]).

«Nem é o caso aqui — acrescenta o santo que a cristandade apelidou de *boca de oiro* — de justificar a falta com a inexperiência, de recorrer à desculpa da própria ignorância, de alegar a necessidade ou a violência. Estes meios, se fossem aceitáveis, mais poderia o simples fiel invocá-los para desculpar as suas próprias faltas do que o pastor para desculpar as faltas do seu povo. E porquê? Porque aquele que está encarregado de esclarecer os outros e de os prevenir contra os assaltos que o demónio se prepara para lhes vibrar, não pode, nem pretextar a sua ignorância, nem dizer: eu não ouvi tocar a trombeta; eu não pude prever o momento do combate. Porque ele ocupava esse posto, como diz Ezequiel, para tocar ele próprio a trombeta e para advertir os outros das desgraças prestes a desencadear-se sobre eles» ([20]).

Responsabilidade tão pesada não haveria coragem humana capaz de enfrentá-la, nem ânimo forte capaz de a aceitar, se não fora o Espírito Vivificador que desceu do Céu sobre os Apóstolos no dia de Pentecostes e que se perpetua, duma forma perene e total, no sacramento da plenitude do sacerdócio.

Não nos iludamos, porém, Senhoras e Senhores: — Se o bispo tem sobre os seus ombros a própria Cruz do Redentor, se o bispo tem perante Deus a tremenda responsabilidade da salvação das nossas almas, essa responsabilidade vem a reflectir-se e a difundir-se sobre todos e cada um de nós, na medida em que lhe dermos ou lhe recusarmos o incondicional apoio de que ele carece para o cumprimento da sua missão divina.

Oferecendo, em nome de Cristo, a sua própria vida pela salvação das nossas almas, o bispo tem o direito de reclamar a nossa fé, a nossa obediência, a nossa dedicação total.

([19]) S. João Crisóstomo, *Seis livros sobre o sacerdócio*, III, 15; na cit. obra *L'Évêque et son Église*, pág. 40.

([20]) *Ibidem*, VI, 1; na *ob. cit.*, págs. 40-41.

É pela obediência aos mandados da Hierarquia que há-de aferir-se verdadeiramente o nosso «sentire cum Ecclesia». Vem a propósito citar, mais uma vez, S. Cipriano de Cartago e as suas formosíssimas páginas sobre a unidade do episcopado: «Obedecendo ao seu bispo, é a todo o episcopado que se obedece; e está aí o melhor meio de salvaguardar a unidade da Igreja Universal» (21). É que «a Igreja — continua o grande e santo bispo — é o povo unido ao pontífice, o rebanho unido ao seu pastor; devendo entender-se com isto que o bispo se identifica com a Igreja e a Igreja com o bispo (*episcopus in Ecclesia, et Ecclesia in episcopo*) e que, se alguém não está com o bispo, também não se encontra com a Igreja» (22). «Não se pode permanecer unido a Cristo quando se age contra o episcopado de Cristo» (23). «Cada um de nós mostra o que é — acrescenta ainda o prelado cartaginês — pela sua linguagem e as suas palavras a respeito do bispo, e descobre, ao falar, se é verdadeiramente Cristo que tem no seu coração ou o Anticristo» (24).

O bispo tem de responder perante Deus pelas nossas almas. Mas é evidente que ele só tem da alma de cada um de nós, aquilo que nós próprios dela lhe quisermos dar. E daí, a nossa enorme, a nossa tremenda responsabilidade perante ele e perante o Cristo-Total que ele personifica. «Ele é o responsável das nossas almas; mas nós somos os responsáveis do seu episcopado» (25). O seu episcopado será o que for a nossa generosidade, o nosso desprendimento, a nossa dedicação, a nossa obediência. E aquilo que lhe recusarmos em obediência, em dedicação e em generosidade, não é a ele que recusamos, mas ao próprio Senhor, de que ele é, no meio de nós, a personificação.

Baptizados e confirmados na fé de Cristo, temos sobre os nossos frágeis ombros, todos sem distinção — sacerdotes e leigos, grandes ou humildes, doutos ou ignorantes—, cada um segundo aquilo que de Deus recebeu, uma parcela de responsabilidade na missão do episcopado, o mesmo é que dizer na missão da Igreja. E nenhum de nós deixará de prestar um dia contas severas a Deus dessa responsabilidade.

---

(21) S. Cipriano de Cartago, Ep. LIX, 5, 1-2, na enciclopédia *Catholicisme*, *vol. cit.*, col. 793.

(22) *Idem*, Ep. LXVI, 8, 3; cit. em *L'Évêque et son Église*, págs. 21, 25 e 99.

(23) *Idem*, *De unitate*, 17; cit. em *Catholicisme*, *vol. cit.*, col. 790.

(24) *Idem*, Ep. LIX, 3, 3. *Ibidem*.

(25) Cfr. Dom Denis Huerre, *Qu'avons-nous fait de nos Évêques?*, na cit. obra *L'Évêque et son Église*, pág. 13.

★

E aqui temos — Senhoras e Senhores — o significado mais belo, mais elevado, mais profundamente cristão desta festa: — Sem esquecer o louvor devido à inteligência, ao saber, à bondade, ao zelo incansável do prelado ilustre a quem o Senhor conservou 25 anos à frente dos destinos desta velha Arquidiocese, sem esquecer o preito de gratidão a que tem jus pela obra notável que em tantos domínios realizou, ao longo destes 5 lustros de episcopado, sem esquecer a nossa acção de graças ao Altíssimo por no-lo ter dado e pelas benemerências que por seu intermédio nos concedeu, esta festa pretende ser uma afirmação de *unidade*, de *catolicidade*, de *fidelidade* a Cristo e à Sua Igreja, na pessoa do profeta, do pontífice, do pai e do pastor que o mesmo Cristo colocou no meio de nós para nos conduzir no caminho da salvação:

— *Afirmação de unidade*, para dizermos a Sua Excelência Reverendíssima que, ao cabo de 25 anos de episcopado, estamos com ele, como no dia em que nos foi enviado, num só coração e numa só alma, vibrando em uníssono com as suas aspirações, com os seus anseios, com as suas alegrias e as suas tristezas, e que o acompanharemos sempre, neste espírito de unidade, por todo o tempo que o Senhor nos der a graça de no-lo conservar à frente da nossa Arquidiocese.

— *Afirmação de catolicidade*, para dizermos a Sua Excelência Reverendíssima que nos sentimos ligados, por seu intermédio, mais ìntimamente do que nunca, ao episcopado de todo o mundo e ao seu Chefe Visível, Sua Santidade Pio XII, felizmente reinante, e que aceitaremos sempre o seu magistério como a própria palavra salvadora de Cristo.

— *Afirmação de fidelidade*, sem a qual a unidade e a catolicidade seriam palavras vãs, para dizermos a Sua Excelência Reverendíssima que conhecemos o peso da sua cruz e a parte de responsabilidade que nos cabe na sua condução, e que lhe prometemos obediência total, dedicação plena, generosidade sem reticências, como ao próprio Cristo, nosso Pai, e à Santa Madre Igreja.

Praza a Deus que estes sentimentos, que hoje enchem os nossos corações, na homenagem que prestamos ao nosso Prelado, perdurem por todo sempre, para sermos dignos de participar um dia na homenagem perene que lhe há-de ser prestada na Pátria Celestial, entoando com o coro dos Anjos: «*Ecce sacerdos magnus, qui in diebus suis placuit Deo, et inventus est iustus. Non est inventus similis illi, qui conservaret legem Excelsi*».

Individualismo e Colectivismo na Génese de Nacionalidade Portuguesa

pelo Dr. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Foi proferida esta conferência no salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, em 24 de Maio de 1957, e promovida pela Associação Jurídica de Braga e Delegação bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Presidiu a este acto cultural o Senhor Governador Civil do Distrito, fez a apresentação do conferente o Presidente daquela Delegação, Sr. Coronel José Baptista Barreiros, e comentou-a no fim o Presidente da Associação Jurídica, Sr. Dr. Luís de Almeida Braga, ambos em termos eloquentes. Assistiu em lugar de honra o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo de Telmisso.

A Redacção de BRACARA AUGUSTA, *independentemente da vontade do A., entendeu não dever deixar os leitores desta revista no desconhecimento do texto que segue, em que o Director dela como que formula em traços vincados as conclusões de um labor de crítica e investigação histórica, empreendido através desta publicação. Assim, com a devida vénia, reproduz-se da revista* INDEPENDÊNCIA *(ano XVII, n.° 17, Dezembro de 1957).*

A oeste do Tâmega, em anfiteatro voltado ao mar, entre os rios Minho e Douro, inscreve-se a província primaz da nossa Pátria.

Neste pedaço da Lusitânia natural, pré-romana, retalho da Galiza histórica, nasceu, no século XII, o Estado português. E é nele, segundo veremos, que germina também, em dado momento, o espírito da Nacionalidade.

Símbolo da *Casa Lusitana*, profundamente penetrada pelo Oceano, Entre-Douro-e-Minho foi o palco histórico onde se desenrolou o primeiro acto de uma peça grandiosa, que forma a história de Portugal, de continuidade perene.

Com ser o núcleo da germinação política portuguesa, guarda os monumentos heurísticos, os tombos heráldicos do nosso passado.

Seus confins de norte e sul correspondem aos do Convento jurídico romano de Braga, que, a oriente, incluía parte de Trás-os-Montes, justapondo-se ao espaço físico e étnico dos *Populi bracari*.

A cidade teocrática da nossa história, a nobre Bracara Augusta, logo se divisa como um dos centros cristãos iniciais. Sede do *Conventus*, com jurisdição em 24 *civitates*, transforma-se, no tempo do Imperador Caracala, em capital da nova província da Galécia, limitada entre o Cantábrico e o Douro.

Quando em tropel vitorioso entram os Suevos, encerrando o ciclo romano, instalam-se na região de Entre-Douro-e-Minho e fazem de Braga a sede da sua corte. A província durimínia, por quase dois séculos, será o centro de toda a história da Monarquia sueva (1).

Catolicizado o Reino, definitivamente, pela acção apostólica de S. Martinho de Braga, sob a primazia dele se reunem as dioceses daquém e dalém Douro, formando uma unidade eclesiástica contra o esquema provincial romano, a prefigurar, à distância de séculos, a área da primitiva Igreja portuguesa, da época do Conde D. Henrique e de S. Geraldo (2).

O tempo escoa-se. No seu fluir irreversível passam os Godos. Sobrevêm as correrias dos Árabes.

D. Afonso I, rei da Galiza e das Astúrias, tendo conduzido até ao Douro os seus exércitos, segundo rezam as antigas Crónicas, destruiu as cidades, passou à espada os Mouros e levou consigo os Cristãos. Contudo não se formou, nesta região, a cintura de desertos, a zona defensiva despovoada, que ALEXANDRE HERCULANO concebera. O Prof. PIERRE DAVID demonstrou que nem as gazivas árabes, nem as migrações dos Cristãos para o Norte, ermaram em absoluto e despovoaram o Minho. A terra continuou habitada e cultivada, embora fracamente habitada e mediocremente cultivada (3).

Chega enfim a época de Afonso III. É a hora da reconquista definitiva

---

(1) Acerca da capitalidade dos Suevos em Braga, ver o que escrevemos em: *O Bispo de Braga Balcónio e a Primeira Conversão dos Suevos*, Braga, 1949 (sep. do Bol. do Arquivo Municipal de Braga, I), pág. 9 e sua nota (11); e *Requiário de Braga*, Braga, 1954 (sep. de Bracara Augusta, V), pág. 17 e segs. e passim.

Sobre o assento dos Suevos em território hoje português, ver: JERÓNIMO CONTADOR DE ARGOTE, *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, tit. I, t. II e tit. II, t. I, Lisboa, 1734 e 1747; id., *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, I, Lisboa, 1738; FELIX DAHN, *História Primitiva dos Povos Germânicos e Romanos*, in «História Universal» de G. ONKEN, trad. port., IV, Lisboa; LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1935; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Lusitânia Suévico-Bizantina*, in «Bracara Augusta», II-IV, Braga, 1950-52 (em publicação); WILHELM REINHART, *História General del Reino Hispanico de los Suevos*, Madrid, 1952; e nossos *ests. cits.*

(2) Cf. MIGUEL DE OLIVEIRA, *Factores religiosos da independência de Portugal*, in «Congresso do Mundo Português», II, Lisboa, 1940, pág. 75 e segs.

(3) PIERRE DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e^ XII^e^ siècle*, Lisboa, 1947, págs. 176-177.

da região portuguesa ao norte do Douro; e a primeira cidade restaurada, Portucale (868). A partir desta data, como salienta o Prof. TORQUATO SOARES, o Porto transforma-se em germen fecundo da Terra portucalense (4). Cria-se, como mostra PAULO MERÊA, um Condado pré-henriquino, sob a regência duma dinastia de magnates portucalenses, «unidade governativa dentro do Estado leonês» (5).

A Terra portucalense obrigada a defender-se a si mesma, província fronteira, distante e abandonada do poder central, organiza-se a sós. Desenvolve-se no seu seio, como diz o Prof. DAMIÃO PERES, «o sentimento do valor próprio e a convicção da auto-suficiência. Constitui um bloco — o das terras de valorização recente — contraposto ao das do Norte, de mais remota restauração» (6).

Ora, neste bloco nortenho se incorpora a Galiza setentrional, a qual, com o advento da dinastia de Navarra e a criação do reino de Castela, passa a girar na órbita deste último. Ao invés, a Galiza portucalense, daquém Minho, com os príncipes da estirpe de Borgonha, segrega-se para reafirmar o ocidentalismo lusitano-galaico. É o reino de Portugal que agora surge e, se não nos enganamos muitíssimo, como expressão nova desse ocidentalismo filiado na sociedade formada no século V pelos Suevos, em terras da Lusitânia espontânea, ou seja, em todo o extremo da Península aberto ao Atlântico (7).

Eis-nos, face a face à questão, ao assunto, que nos propusemos tratar.

No Minho nasce o Estado. É obra incontestável dos príncipes borgonheses (D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques), embora sobre estas figuras haja influído o ambiente, a compleição cultural do meio, com as suas tradições de capitalidade (política ou religiosa) e de defensão autárquica.

Mas, tal como aconteceu para o organismo político, dar-nos-á o Minho a história da formação da Nacionalidade? E, nesta hipótese, a Nação antecederá ou sucederá ao Estado?

---

(4) TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Vimara Peres restaurador da cidade de Portugale (Porto) e fundador da Terra portugalense*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XV, Porto, 1952, passim. Ver, acerca do mesmo assunto, TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935; id., *Análise bibliográfica de «Como nasceu Portugal» do Prof. Damião Peres*, in «Ocidente», I, Lisboa, 1938; id., *O repovoamento do norte de Portugal no século IX*, in «Congresso do Mundo Português», II, Lisboa, 1940.

(5) PAULO MERÊA, *De «Portucale» (civitas) ao Portugal de D. Henrique*, Coimbra, 1943, págs. 12-23 e 31 e segs.

(6) DAMIÃO PERES, *Como nasceu Portugal*, Porto, 1955 (4.ª ed.), págs. 40-42.

(7) Para esclarecer esta doutrina, ver: LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *obra citada*.

A história da historiografia, sabido é, apresenta-nos duas correntes interpretativas do passado e das formações elaboradas nele: o *Individualismo* e o *Colectivismo.*

Para a tese individualista, o processo histórico é conduzido pelos heróis, pelas grandes individualidades, pelos super-homens. Neste caminho encontramos CARLYLE e STENDHAL, RENAN e NIETZSCHE. É um sentido aristocrático da história. Para CARLYLE o acontecer histórico é a quinta essência de muitas biografias.

Na orientação oposta, colectivista, vemos os positivistas comteanos e muitos sociólogos modernos que procuram leis de vigência geral nos fenómenos das massas. Explicam os quadros sociais, as instituições, onde se movem as personagens individuais, por tendências de carácter colectivo, derivadas de substractos biológicos, físicos, culturais, económicos ou técnicos. Nesta direcção se encontram os defensores do materialismo histórico dialéctico, à MARX e ENGELS, condicionando as superestruturas ideológicas pela infraestrutura económica; os etnólogos racistas, à GOBINEAU e CHAMBERLAIN, supervalorizando a influência dos elementos étnicos; os antropogeógrafos, como RATZEL e JEAN BRUNHES, vendo todos os sucessos da antroposfera explicados pelas peculariedades da natureza física, a geosfera: clima, solo e configuração geográfica. Correspondem também ao Colectivismo certas concepções psicológicas, cujos teorizantes, como LAMPRECHT, encontram no facto psíquico-social o constituinte, o fundamento da história.

O totalismo colectivista, bem o define SÍLVIO DE LIMA, quando nos diz que, em tal interpretação, «o herói não é agente, mas agido, não é voz, mas eco, ou melhor, ressoador. A Reforma explodiria mesmo sem Lutero (outro Lutero apareceria no seu lugar, ou outros pequeninos Luteros)... Se Lutero triunfou, é porque o meio germânico já luteranizava...» (8).

Ora, em qual destas posições se enquadrará a fenomenologia da génese da Nação portuguesa?

Será a nossa Nacionalidade uma resultante da acção pessoal dos chefes ou do exercício do próprio Estado (Individualismo)? Será, ao invés, produto de um complexo de tendências e aspirações gerais, complexo persistente no tempo e unido no espaço (Colectivismo)? Ou comprovará a exigência duma síntese, que inclua e porventura supere a tese e a antítese referidas?

Perguntas a que não queremos ensaiar resposta construída *a priori,* dedutivamente. Em história, devemos deixar falar os factos. Caminharemos dos factos para a teoria e não vice-versa.

---

(8) SÍLVIO DE LIMA, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História,* Coimbra, 1944, pág. 30.

Sem embargo da concisão que deve caracterizar esta conferência, encontro mental entre o expositor que desenvolve o tema e o auditório que ìntimamente confere a doutrina e os factos apresentados — «conferência», etimològicamente, vem de «conferir» — o modestíssimo trabalho que ora começa desdobra-se em duas partes.

Na primeira parte (que formará uma introdução da segunda) analisaremos, o conceito de Nação ou Nacionalidade, em abstracto, e o de Nação portuguesa, em concreto, com os seus elementos constituitivos. Na segunda parte verificaremos esses mesmos conceitos na sua geratriz histórica, minhota, e descobriremos, é nossa fé, a hora culminante, um instante da Eternidade, um século da vida de um Povo, em que a Nação afirmou a sua existência.

★

Conceito de Nação — Antes de vermos como se criou a Pátria portuguesa, a razão exige que se aclare o conceito de Nação, elemento *a priori* para a história. Do conteúdo que dermos à ideia, decorrerá, como é óbvio, a nossa atitude, a nossa conclusão, acerca do problema das origens.

Saímos assim por alguns minutos do campo da historiografia para o da sociologia e da filosofia do direito.

RENAN dedicou minudencioso ensaio (9) ao conceito da Nação sem conseguir defini-la satisfatòriamente. SÉRGIO PANUNZIO, não há muito ainda, declarou-nos que a essência de Nação não logrou até hoje clareza definitiva.

O Estado é, na definição de LEGAZ Y LACAMBRA (10), uma realidade existente, conatural ao homem: a comunidade jurídica por excelência. Surgem tão inseparáveis o Estado e a ordem jurídica que, na doutrina kelseniana, se afirma nada menos que a sua identidade substancial. Diz-se ainda, segundo SUAREZ, que o Estado constitui uma comunidade perfeita ou auto-suficiente. É uma instituição soberana. Possui um poder supremo e um valor ético em seu próprio campo. Pressupõe a exclusividade do ordenamento jurídico enquanto se refere a um só órgão soberano, como fonte única, não existindo por derivação de qualquer outro.

Todavia, com ser o vínculo mais firme de uma comunidade, o Estado, como é óbvio, não se confunde, nem coincide sempre com a Nação. Como se há-de portanto distinguir esta?

---

(9) ERNEST RENAN, *Qu'est-ce qu'une nation?*, «Ooeuvres complètes», I, Paris, 1947, pág. 887.

(10) LUIS LEGAZ Y LACAMBRA, *Filosofia del Derecho*, Barcelona, 1951, pág. 642.

Por nosso lado não penetraremos na espessa floresta das teorias. Contentar-nos-á rápida exploração panorâmica no território objectivo da história institucional. Só depois desta vivência, terá para nós sentido e conteúdo inteligível a mágica palavra Nação.

Não há dúvidas que Nação ou Nacionalidade não é um simples vocábulo — um *flatus voci*. Nela se distingue, concretamente, uma sociedade ou grei. Mas a Grei não é ainda a Nação. Substracto ou suporte dela, lhe chama sugestivamente RICARDO SEVERO (11). A Grei será, quando muito, uma Nacionalidade embrionária.

A confederação das tribos lusitanas que puseram em cheque as legiões de Roma de certeza formaria já uma Grei, mas não constituiria uma individualidade nacional. A Grei, à semelhança da Nação, comporta laços, vínculos objectivos que a alicerçam, que lhe dão unidade — terra, raça, língua, religião, costumes. Estes ou aqueles elementos formam um património moral que se transmite de geração em geração. É uma tradição, que unifica e estrutura a Grei.

A Nação, claro é, pressupõe a Grei. É, como ela, uma antiguidade. Mergulha as suas raízes no passado e projecta-se para o futuro. Seu presente, carregado de pretérito, transporta dentro de si o porvir. Donde resulta que se não fundamenta na vontade dos homens, em pactos ou votos. Não é, como pensava RENAN, «um plebiscito cotidiano», «un plébiscit de tous les jours».

É essencialmente um valor, como afirma MAEZTU (12). Os seus elementos constitutivos (estes ou aqueles, não importa) exercem sobre nós uma pressão para estimá-los e valorá-los como tais. O ser da Nação transcende, desta forma, os seus elementos ônticos — as suas raízes étnicas, sociais, culturais, telúricas. Encontra-se em qualquer coisa acima, mais complexa: alma, espírito, consciência.

Partindo das Nações do mundo real para a Nação abstracta, conceito universal, conclui-se que os elementos ônticos, os laços nacionais, os nexos englobantes, não pertencem por si próprios à sua essência. A Suíça não tem o vínculo idiomático; a Alemanha, o vínculo religioso; a França, o vínculo rácico. Segundo se infere, o imprescindível para a existência da Nação é que algumas coincidências ou vínculos, ainda que secundários no plano do real, se notem, e no plano do ideal se valorizem. Os elementos englobantes só vêm a constituir o corpo, o alicerce da Nação, se os homens, as famílias, as gerações que por eles se agregam, tal valor lhes reconhecerem.

---

(11) RICARDO SEVERO, *Origens da Nacionalidade Portuguesa*, Coimbra, 1924, pág. 51. Sobre a essência da Grei, ver F. J. VELOZO, *loc. cit.*, Introdução.

(12) RAMIRO DE MAEZTU, *Defensa de la Hispanidad*, Madrid, 1941 (4.ª ed.), pág. 235 e segs.

Que vale, por exemplo, a unidade de origem entre Alemães e Holandeses se estes lhe não reconhecerem valor?

Mas a apreensão e a consciência valorativa dos nexos, se conduz a Grei para a realidade nacional, ainda não é tudo. Pode caracterizar simplesmente regiões e formar regionalismos.

A alma da Nação é absorvente. Identifica-se com a consciência de uma individualidade plena. Nasce com a discriminação entre os *nossos e os estranhos*. Daí resulta o pendor natural (que é o seu distintivo) para se constituir em personalidade política, para se organizar em Estado.

O Estado é a cúpula; a Nação o edifício. Mas o Estado é uma cúpula que informa, que modela o próprio edifício. Quer dizer: a Nação, universalmente, surge-nos, a um tempo, como produto de elementos naturais, expontâneos, e como obra da acção política, da acção estatal. Na criatividade da Nação há a considerar os dois termos do binómio da história: os factores naturais e os factores políticos. Quando o Estado fracassa é porque em absoluto se não ajusta aos fundamentos do grupo social que diligencia plasmar.

A Grei desenvolve-se sob a acção do Estado, ou seja, dos estímulos políticos, mas não é mera substância inerte; a sua constituição interna, estruturada por diversos elementos, condiciona, determina ou predetermina, a marcha evolutiva do ser colectivo.

Com todas as solicitações políticas, das altas figuras nacionais, a sociedade portuguesa, suposta no centro da Europa, nunca seria um povo de navegantes; por outra banda, situada à beira-mar, a fatalidade geográfica, factor natural, levá-la-ia para a vida marítima. Mas sem a acção do Infante D. Henrique, o maior vulto do século XV, sem a concepção do seu plano genial, com supremos objectivos nacionais e ecuménicos, de civilização, de apostolado e de hegemonia política e económica internacional, ideia-força incarnada por D. João II e D. Manuel, — a sociedade portuguesa, dizíamos, não se projectaria na história do mundo como autora do ciclo maravilhoso da nossa epopeia oceânica e universalista.

Considerada, porém, a Nação, como valor ou realidade psicológica, há que distinguir nela várias idades ou fases de crescimento, desde a Nacionalidade balbuciante à Nação adulta. Quando historiadores insignes, como DAMIÃO PERES e ALFREDO PIMENTA afirmam que a Nação é obra posterior do Estado ou resulta da acção política, fazem referência ao sentimento nacional desenvolto ou à Nação na sua maturidade perfeita (*). A Nação portuguesa só

(*) Os autores que preferem não chamar Nação aos estádios do ser colectivo antes do vínculo estatal não negam essas anterioridades, fases de realização ou con-

no século XV se concretiza plenamente na história da humanidade, três séculos decorridos após a criação do Estado. Todavia já era Nação quando alcançou a plenitude, a coordenação das suas tendências, tornando-se uma forte Nacionalidade, transoceânica, transcontinental, criadora da autêntica história, a de sentido ecuménico, a de dimensão planetária.

★

Descendo ao terreno dos factos, consideremos, embora fugazmente, os elementos ônticos que ligam a Nação a que pertencemos.

Comecemos pela terra, que também é história, que outra coisa não é senão a história no espaço, como a história é a geografia no tempo, no conceito de RECLUS.

Ora os especialistas da geografia portuguesa dividem-se em partidários e adversários da individualidade geográfica do país. Impossível será traçar aqui um escorço, embora resumido, do estado actual destes estudos. Cingir-nos-emos a uma simples *pochade*.

Foi o grande geógrafo alemão THÉOBALD FISCHER (13) quem elaborou o primeiro trabalho de real valor sobre a nossa independência histórica e política explicada pelo condicionalismo mesológico. Portugal é por ele apresentado como a zona periférica da Península mais individualizada, mais independente. Separa-se da Espanha sobretudo pela sua íntima união com o mar. Sua autonomia diante da Espanha é idêntica à da Holanda em face da Alemanha.

Depois, SILVIA TELES (14) é o primeiro Português a teorizar a nossa

---

dicionalismos. Talvez por isso BRUNHES e VALLAUX (in *La Géographie de l'Histoire*) tentam distinguir entre «Nação», o ser colectivo adulto, e «Nacionalidade», a Nação em esboço.

AMORIM GIRÃO, neste sentido, dir-nos-á: «O Estado português é anterior à Nação... A Nacionalidade portuguesa, produto de uma longa evolução, é, sem dúvida, anterior...» (in *Geografia de Portugal*, pág. 443).

E ALFREDO PIMENTA, com DAMIÃO PERES um dos principais intérpretes da Nação como obra do Estado, escreveu: «...quando Fernando e Isabel tentam a unificação, já encontram, no flanco ocidental, bem consolidado, e nada disposto a fusões ou absorções, o Estado português, que continua assim a manter autónoma aquela individualidade, que data, na opinião de BOSCH GIMPERA, desde o Neolítico...» (in *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Lisboa, 1935, pág. 66).

(13) THEOBALD FISCHER, in Kirchhoff: Länderkunde von Europa, 1893, cit. por A. A. GIRÃO, *Questões Geográficas*, «Biblos», V, pág. 309.

(14) SILVA TELES, *Introdução Geográfica*, in «Notas sobre Portugal», I, Lisboa, 1908; id., *Portugal: Aspectos geográficos e climáticos*, Lisboa, 1929; id., *Lições de Geografia Económica de Portugal*, Lisboa, 1924.

individualidade geográfica. Julga-nos uma unidade geomorfológica destacada do resto da Península, embora geològicamente deva considerar-se uma parte dela. Salienta contrastes e divergências entre Portugal e Espanha, a influir nas condições da ecologia, da agricultura, do povoamento, da economia. Tudo a condicionar a dualidade política da Península. Portugal, sob a acção centripeta oceânica é um edifício com janelas abertas para a maior estrada do mundo — o Atlântico; Espanha, sob a acção centripeta continental, é outro edifício com suas janelas abertas para imensos claustros.

Mais tarde, HERMANN LAUTENSACH (15), com a sua grande autoridade, vem reforçar consideràvelmente a mesma tese da personalidade geográfica de Portugal. Integra-se na teoria de PENCK sobre os *corpos geográficos*, visionados como desenhos de um tapete: distinguem-se pelos seus núcleos e não pelas orlas e transições. Dentro desta concepção, observa diferenças fitoclimáticas muito fortes no sentido leste-oeste que individualizam perfeitamente Portugal como região atlântica. A Galiza e o Algarve são as alas extremas duma só unidade geográfica. No seu conjunto e no seu núcleo Portugal opõe-se à Espanha.

No aspecto geopolítico, o insigne geógrafo nota que Portugal europeu corresponde a um dos estados mais antigos da carta do velho mundo e com as fronteiras mais estáveis. Certo é que a raia não coincide com limites físico-geográficos. Mas isto não significa que a influência geográfica se não tenha exercido. O pensar de OLIVEIRA MARTINS de que a fronteira ficou onde a espada dos reis e a lança dos cavaleiros a fixou não será o ponto de vista mais alto.

Outros distintos autores — MENDES CORREIA (16), LUIZ SCHWALBACH (17), MEDEIROS DE GOUVEIA (18), ORLANDO RIBEIRO (19), JAIME CORTEZÃO (20), OLIVEIRA BOLÉO (21), — têm defendido a tese da

(15) HERMANN LAUTENSACH, *A Individualidade Geográfica de Portugal*, in «Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1931, n.os 11-12, pág. 362 e segs.

(16) A. A. MENDES CORREIA, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924; id., Raízes de Portugal, Lisboa, 1944 (2.ª ed.).

(17) LUÍS SCHWALBACH, *Portugal Continental*, Lisboa, 1933; id., *Imprecisão de algumas expressões geográficas*, in «Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa», VIII, série II, 1942, pág. 8 e segs.

(18) A. MEDEIROS DE GOUVEIA, *Terra e Independência*, in «Liceu de Portugal», n.º 1, 1940, Maio, pág. 23 e segs.

(19) ORLANDO RIBEIRO, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, 1945.

(20) JAIME CORTEZÃO, *Os factores democráticos na formação de Portugal — Teoria geográfica da formação dum estado no Ocidente da Península*, in «História do Regimen Republicano em Portugal», Lisboa, 1930, pág. 16 e segs.

(21) JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÉO, *Causas determinantes da autonomia polí-*

nossa individualidade geográfica. Alguns preferem dizer *entidade* ou *personalidade*. Mas todos salientam como diferencial máximo a posição atlântica do país.

Contra a doutrina geral que sumariamos se levanta a escola geográfica de Coimbra, representada por dois consagrados mestres da veneranda Universidade: o falecido Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO (22) e o Prof. AMORIM GIRÃO (23), seu eminente continuador, de quem tivemos a honra de ser aluno.

AMORIM GIRÃO adverte ser Portugal uma região, embora periférica, bem integrada no bloco peninsular . Objecta ainda que não corresponde à região atlântica da Ibéria. Nem todo o território português é só zona atlântica, nem toda a região atlântica ibérica é apenas Portugal. Num assomo de patriotismo, afirma que Portugal não existe por força do determinismo do meio físico, não foi condenado à independência. Existe pelo valor do Povo português.

Embora opositor declarado da individualidade geográfica, este sábio conimbricense aponta, ao longo dos seus valiosos estudos, uma série de factos positivos que, se não nos iludimos, prepara uma síntese harmoniosa das duas posições em conflito. Diz que Portugal é sobretudo acessível pelo lado do mar, e que esta localização periférica nos permitiu aspirar à independência e nos assegurou depois um grande império. Mostrando absoluta isenção científica converge com LAUTENSACH em contrastar o território português, vasto anfiteatro aberto ao Oceano, com a simplicidade monumental e quase africana do centro da Península.

Deste modo, se vê que a escola de Coimbra não nega em absoluto a individualidade geográfica de Portugal, nem a sua influência na nossa autonomia histórica. Apenas nega, aliás com toda a razão, a fatalidade mesológica. A história de um Povo não é determinada por causas geográficas, mas sòmente sugerida, apontada, pelo meio físico (24).

Não esqueçamos que Portugal constitui ¾ partes da fachada atlântica peninsular; por isso legìtimamente a representa. A Galiza do Norte é apenas um fragmento que os acidentes históricos desuniram do seu quadro natural.

---

tica de Portugal, in «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1939, n.os 7-8, pág. 351 e segs. e n.os 9 e 10, pág. 441; id., *Como conseguiu Portugal a sua autonomia política*, in «Revista dos Centenários», I, Nov., 1939, pág. 14.

(22) ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, *Portugal*, in «Geografia Universal», Instituto Gallach, Barcelona, 1930, pág. 521 e segs.

(23) ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO, *Questões Geográficas*, in «Biblos», V, pág. 308; id., *Condições geográficas e históricas da autonomia política de Portugal*, Coimbra, 1935; id., *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, págs. 14, 31-32, 68.

(24) JOÃO MENDES, *Individualidade Histórico-Geográfica de Portugal*, in «Brotéria», XXXI, 1940, pág. 554.

Só prova que a geografia não é um elemento imperativo para a história. É, sim, um elemento indicativo.

★

Ligada à terra existe a Grei. Se ela possui individualidade, como raiz sociológica da Nação, deve revelar-se na etnia, na história e na cultura.

O problema da unidade racial é terreno ainda menos seguro do que o da unidade geográfica. O conceito de raça acha-se actualmente assás desacreditado. Todas as raças são mais ou menos misturadas ou mestiças. Existem, sem dúvida, grupos de raças, mas cada um se compõe de uma miscelânea de tipos. O grupo português, ou melhor luso-descendente, integra hoje, uma cadeia de variações raciais que o define e enriquece. Esta mistura de tipos já na época neolítica se denunciava, encontrando-se reunidos, na mesma camada de despojos, crâneos dolicéfalos e braquicéfalos.

Em vez de raças, consideradas como sub-divisões histórico-naturais da espécie humana, unidades taxónicas estáveis, ou grupos étnicos fortemente individualizados por caracteres puramente físicos e hereditários, prefere-se agora falar em *etnias*, conceito lançado por MONTANDON e RENAULT. *Etnia* será um grupo concreto, reconhecido pelos seus membros e vizinhos, determinado por caracteres somáticos, linguísticos e culturais. A *etnia* define-se por uma trilogia, a saber: Biologia, Psicologia, História ([25]).

Neste sentido, nós os Portugueses da Europa e do mundo tropical português, os luso-descendentes em geral, possuímos incontestável unidade étnica. Somos uma *etnia* das mais sòlidamente estruturadas (*).

Se quisermos, porém, observar o Povo português no campo estricto da etnologia, isto é, no ponto de vista naturalista — o Povo português, dentro do seu núcleo geográfico originário, a área da antiga Lusitânia, ser-nos-á lícito de acordo com as mais reputadas autoridades, julgá-lo uma unidade antropológica das mais homogéneas e caracterizadas, na história.

Os estudos de antropologia, desde FONSECA CARDOSO ([26]) e RICARDO SEVERO ([27]), a LUÍS DE PINA ([28]) e MENDES CORREIA ([29]), permitem

([25]) Ver por todos A. A. MENDES CORREIA, *Raízes de Portugal* cit., págs. 61-68, e ainda *Conceito de Raça*, in «Raças do Império», Porto, 1943, p. 10 e segs.

(*) V. *Post fatio.*

([26]) FONSECA CARDOSO, *Antropologia Portuguesa*, in «Notas sobre Portugal», I, Lisboa, 1908, pág. 57.

([27]) RICARDO SEVERO, *ob. cit.*, em nota (11).

([28]) LUÍS DE PINA, *Materiais para a Antropologia portuguesa — O Índice nasal no vivo*, in «Bull. de la Société Portug. des Sciences Naturelles», XI, Lisboa, 1932; id., *Contribuição para a Antropologia dos Povos Bracarenses*, in «Revista de

concluir que o tipo predominante dos actuais Portugueses corresponde ao dos habitantes pré-históricos de Portugal, do período neo-eneolítico, e ao dos Lusitanos das épocas romana e bárbara. Estes formam o tronco étnico a que biològicamente ascendemos.

Em face da Espanha, Portugal é uma região étnica distinta. MENDES CORREIA sublinha a maior dolicocefalia média portuguesa, claramente oposta à mesaticefalia castelhana. O índice cefálico, diz o eminente mestre de antropologia, característica primitiva ou secundária não interessa, é um facto biológico que nos isola, nos destaca perante a Espanha ([30]).

Ora, na divisória entre nações, o facto antropológico, ao que supomos, terá directa ou indirectamente alguma relevância, caso exista, como existe entre nós.

★

A unidade da nossa Grei compreende ainda uma história e uma cultura distintas.

No aspecto da história, claramente visível, há uma individualidade, uma humanidade ocidental à parte (Portugal e Galiza), de que nós os Portugueses somos os principais intérpretes.

Na pré-história ainda não nos chamávamos Portugueses ou Galicienses, nem sequer Lusitanos, denominador comum dos Povos atlânticos da Ibéria, e já éramos uma comunidade distinta e famosa. Estendíamo-nos pelo último Ocidente. Éramos a raça Oestrímnica ([31]). Tínhamos então a supremacia europeia: éramos o país da arquitectura megalítica, do vaso campaniforme, das lúnulas, e dos braceletes de oiro ([32]).

Guimarães», Famalicão, 1932; id., *La morfologie du crâne portugais*, in «Actes du XV Congrès Int. d'Anthrop. et d'Archéologie», Paris, 1933.

([29]) A. A. MENDES CORREIA, *obs. cits.* em nota (16) e *A Lusa Grei*, in «Raças do Império», ed. cit., pág. 109 e segs. Ver *Bibliografia* deste est., pág. 237-238.

([30]) A. A. MENDES CORREIA, *Raízes de Portugal*, ed. cit., pág. 93.

([31]) Ver FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Oestrymnis*, Braga, 1953-6 (sep. de «Bracara Augusta», IV a VI).

([32]) Ver PEDRO BOSCH GIMPERA: *Etnologia de la Peninsula Ibérica*, Barcelona, 1932, e *La Formacion de los Pueblos de España*, México, 1945. Ver também A. A. MENDES CORREIA, *Lusitânia pré-romana*, in «História de Portugal», de Damião Peres, I, Barcelos, 1929, pág. 79 e segs.; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *Oestrymnis* cit., pág. 135.

MARTIN ALMAGRO, *Introduccion a la Arqueologia*, Barcelona, 1942, pág. 268 e segs., levanta objecções à existência duma «cultura megalítica portuguesa», foco originário e expansivo. Mas, como observa A. A. MENDES CORREIA, *Raças do*

Povo forte que irradia até às Ilhas Britânicas, Bretanha e Irlanda, sulcos abertos para a sobreposição da realidade céltica. São os próprios arqueólogos britânicos a afirmar povoamentos das suas ilhas, verdadeiras colonizações provindas de Portugal, nessas idades remotas (33).

Depois a civilização castreja, a epopeia viriática, nos diferencia. Nosso nome genérico é Lusitânia. E acima do Douro nos apelidam de Galaicos, nome derivado de Cale, a povoação antepassada do Porto, segundo aviso de VOSSIO no comentário à corografia de MELA. Os Calaicos ou Gallaeci são, de início, apenas uma das 24 *civitates* do Convento dos Brácaros, a *civitas* de Cale, ao que julgam MENDES CORREIA e LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, opinião aceite por TORQUATO SOARES e FRANCISCO JOSÉ VELOZO (34).

Para quebrar a nossa resistência, os Romanos nos dividem pelo Douro, em duas províncias: a sul, a Lusitânia da jurisdição romana, com a capital em Mérida; a norte, a Galécia, com a capital em Braga.

Mas, ao derruir o Império romano, irrompe a cavalgada fogosa dos Suevos, com as guedelhas doiradas flutuando ao vento soprado do mar. Os Lusitanos se fazem mais fortes com a seiva germânica. De novo se manifesta a unidade antiga da Lusitânia pré-romana, consignada por ESTRABÃO, estendida por toda a faixa atlântica, agora sob o nome de Galécia, que se continua até ao Algarve (35).

Em 585, Leovigildo, rei dos Godos, apodera-se do Estado suevo. Mas este, dentro da Monarquia imperial, subsiste como elemento federado. Hispânia, Gália e Galícia são os três reinos do Império visigodo (36).

Império, cit. pág. 132, o simples exame da carta dos dolmens na Europa que o A. dá no mesmo livro, reafirma a localização em Portugal duma área megalítica importante, intensa.

(33) Ver STUART PIGGOTT, *Relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas nos começos da Idade do Bronze*, in «Revista de Guimarães», LVII, n.os 3-4, 1947. Ver também PEDRO BOSCH GIMPERA, 1.ª *ob. cit.*; e JESUS CARBALLO, *Rutas del Império Portugues en los tiempos préhistóricos*, in «Congresso do Mundo Português», I, pág. 425.

(34) A. A. MENDES CORREIA, *As origens da cidade do Porto*, Gaia, 1932, pág. 34; LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *História de Portugal*, I, págs. 64-65; TORQUATO DE SOUSA SOARES, *Subsídios para o estudo da organização municipal do Porto*, pág. 14; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *A Lusitânia Suévico-Bizantina*, Braga, 1950, pág. 7, nota (20), (sep. de «Bracara Augusta», II, n.º 2); id., *Oestrymnis*, Braga, 1953-6, págs. 76-77, nota 317 (sep. de «Bracara Augusta», IV a VI).

(35) Ver SÉRGIO DA SILVA PINTO, *obs. cits.* em nota (1).

(36) Sobre a persistência do Reino suevo no Império godo já entrevista por MURGUIA e DAHN, cf. RAMON SALGADO TOIMIL, *Odoario ou Lugo en el siecle VIII*, Lugo, 1923, pág. 29, ver, sobretudo, FRANCISCO JOSÉ VELOZO nos bem

Advêm os Árabes. A Península sossobra, menos o Noroeste. É na Galécia setentrional ao Douro que Pelaio, herói galaico lusitano como se crê modernamente, arregimenta as suas primeiras forças da Resistência e Reconquista. O Reino suevo-lusitano ressurge de certo modo, no Reino galaico-asturiense. Os Árabes lhe chamam *Jaliquia* (37).

Mas quando os reis castelhanos hegemonizam a Península cristã, — Fernando Magno, Afonso VI, Afonso VII — Portugal rebeldia-se, reafirma a individualidade ocidental. É D. Afonso Henriques, o maior guerreiro da Península, que defronta sòzinho o Imperador da Espanha, a quem rendiam vassalagem os reis de Aragão e de Navarra, os condes de Barcelona e de Tolosa, o conde de Mompilher e o emir de Saragoça (38).

Esta marcha vertiginosa na estrada da história, senão nos equivocamos, patenteia a nossa persistente individualidade (*).

★

Pedindo a contraprova à Psicologia social, ou seja, aos elementos noológicos — à língua, à literatura e à filosofia, a sua resposta, ver-se-á, é claramente afirmativa.

No tempo da invasão dos Bárbaros, as falas começaram a diferenciar-se na Europa. No que toca à Ibéria, a diversificação dos núcleos linguísticos — o galaico-português, o castelhano e outros — indicia, transparentemente, divisões etnológicas e culturais subjacentes.

Ao chegarem os Árabes, já havia um dialecto comum em toda a orla ocidental, outro no centro, outro ainda a Levante, como mostra MENENDEZ

---

documentados estudos: *Contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Mínia», I, Braga, 1945-46, pág. 102 e segs. e 223 e segs., *As Origens Nacionais de Portugal e Espanha e o domínio islâmico na Península* (sep. da rev. «Gil Vicente»), Guimarães, 1951, passim e *O Ciclo Cultural e político suévico-bizantino*, in «Bol. da Sociedade de Geografia», 1954, n.os 4-6, pág. 265 e segs.

(37) LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO, *Hist. de Portugal*, I e II.

(38) SÉRGIO DA SILVA PINTO, *Em Louvor da Galiza*, Braga, 1955 (sep. da rev. «Quatro Ventos», n.º 7).

(*) Na Argentina, EMILIO GONZÁLEZ LÓPEZ acaba de publicar (19-8-957) um belo livro, *Grandeza y Decadencia del Reino de Galicia*, Buenos Aires, em que põe em foco — coincidindo no geral com a nossa perspectiva — a comunidade de origem e de tradição histórica da família galaico-portuguesa, sobretudo os elementos culturais que singularizam os dois Povos do mesmo chão atlântico e ocidental da Península e racionalizam a independência de Portugal.

PIDAL ([39]). Certamente tem razão DAMIÃO PERES ([40]) ao objectar que não há correspondência entre as actuais fronteiras políticas e os limites das falas ocidental e central naqueles recuados séculos. Mas, se nos integrarmos na concepção de fronteiras zonas, em vez de fronteiras lineares, se considerarmos que as regiões se distinguem sobretudo nos seus núcleos, é óbvio que a língua (um dos elementos mais expressivos da Nacionalidade) já nos diferencia, como zona cultural, muito antes da formação do Estado. Zona cultural que engloba a metade da Galiza não portuguesa, mas que hoje Portugal iniludìvelmente representa.

Na expressão literária, temos igualmente forte personalidade.

Como lembra RAMON PIÑEIRO ([41]), a comunidade de Língua e Literatura galego-portuguesa é uma das mais caracterizadas dentro do mapa cultural da Europa. Sua dimensão predominante é o sentimento; sua criação mais alta, a lírica; e sua pecularidade mais genuína, a saudade, o mistério da saudade (*).

O coração do Ocidente, solar de Amadis e de Camões, emite antes de tudo emoções líricas; é o pendor sentimental, a nota mais pura da autenticidade luso-galaica, na diversidade da contextura da civilização latina.

A própria filosofia nos singulariza. Sete séculos antes do Estado português, nos alvores da Idade Média, Paulo Orósio de Braga é o primeiro filósofo da história. Dá sentido emotivo, lírico, dramático à historicidade, porventura já a individualizar o perfil humanista que caracteriza o pensar lusíada.

Na orla oeste e marítima da Ibéria, vinca-se a nota humanística duma cultura. Humanismo sem excessos, o *logos* equilibrado pelo coração.

O pensamento português, em oposição ao espanhol, não tende para os sistemas, para as grandes arquitecturas metafísicas; não é extremista ou trágico

([39]) R. MENENDEZ PIDAL, *Origines del español*, 1926; id., *El idioma español en sus primeros tiempos*, Buenos Aires, 1942. Ver também JAIME CORTEZÃO, *A população e o território antes da fundação da Monarquia*, in *est.* e *ob. cits.*, pág. 34 e segs.

([40]) DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, págs. 31-34.

([41]) RAMON PIÑEIRO, *Siñificado metafísico da saudade*, in «Revista Filosófica», I, Coimbra, 1951, págs. 141-159.

Sobre a personalidade psico-social do povo português ver sobretudo: JORGE DIAS, *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa*, in «Revista de Direito e de Estudos Sociais», VIII, Coimbra, 1955, pág. 117 e segs.; JOAQUIM DE CARVALHO *Compleição do patriotismo português*, Coimbra, 1953; e LUÍS DE PINA, *Lusitanidade*, in «Conferência» da U. N., Lisboa, 1940.

(*) Já em tempo de Viriato, o poeta SÍLIO ITÁLICO descrevia a juventude da zona ocidental «gritando na língua nativa as estranhas poesias líricas». Quer dizer, as mais antigas raízes da nossa lírica, em que se expressa o espírito galaico-português, mergulham nas eras pagãs, no folclore autóctone, milenário.

nas mundividências ou nos arroubos espirituais. É antes fragmentário, comentarista, crítico, quanto ao processo. Intrìnsecamente, como observa o Prof. DÉLIO SANTOS (42), distingue-se pelo equilíbrio de todos os elementos componentes do homem: inteligência, vontade, sentimentos. Sua marca é o idealismo, o espiritualismo. Seu critério, o equilíbrio intelectual (*).

★

Vistos, como se viram, os elementos constitutivos da nossa Nacionalidade, infere-se que a Nação portuguesa é uma das poucas que junta a maior soma de elementos caracterizadores. Julgamos fundamentada a ideia de que somos um dos mais individualizados povos da Europa, deixando a nossa marca ecuménica, activa, escultórica, por todo o Globo, dando à história o verdadeiro sentido universal que ela não tinha, exactamente porque formamos uma das Nações mais bem constituídas de elementos componentes primordiais. O factor político resultou como uma espécie de epifenómeno. Tem razão RUI DE AZEVEDO em dizer que a Nação desabrocharia mesmo sem a dinastia de Borgonha (43).

Voltando agora ao Minho, ao nosso ponto de partida, cumpre-nos focar,

---

(42) DÉLIO NOBRE SANTOS, *Perfil espiritual do pensamento filosófico português*, in «Actas do I Congresso Nacional de Filosofia», Braga, 1953, págs. 721-738.

Sobre o pensamento filosófico-religioso ante-português, na época sueva, ver MÁRIO MARTINS, *Correntes da Filosofia em Braga dos séculos IV a VI*, Porto. 1950. Sobre Pedro Hispano, ver estudos de ARTUR MOREIRA DE SÁ e Fr. JOÃO FERREIRA. Sobre Francisco Sanches, ver colaboração de A. DA ROCHA BRITO, ARTUR MOREIRA DE SÁ, JEAN BAPTISTE AQUARONE, JOAQUIM DE CARVALHO, JOSEPH MOREAU, LUÍS DE PINA, M. SANDRAIL, SÉRGIO DA SILVA PINTO e SEVERIANO TAVARES, in «Bracara Augusta», III, fascs. 3-4, Braga, 1952, número dedicado ao 4.º Centenário do nascimento do filósofo e organizado pelo A.; ver também colaboração de S. TAVARES, L. CRAVEIRO DA SILVA, DIAMANTINO MARTINS e LUÍS DE PINA, in «Rev. Port. de Filosofia», VII, fasc. 2, Braga, 1951. Consultar, quanto às obras de Sanches, as edições de A. MOREIRA DE SÁ e JOAQUIM DE CARVALHO.

(*) Personaliza-se através de S. Martinho de Dume, panónio bracarizado que nos enriquece com os seus opúsculos morais de actualidade perene; através de Pedro Hispano, «o maior lógico e psicologista do século XIII», através de Francisco Sanches, adail da gnoseologia moderna, precursor de Descartes; através do friso dos Conimbricenses e de Pedro da Fonseca, os mais altos comentadores de Aristóteles, na Renascença. Em todos se define a filosofia portuguesa pela harmonia e pelo equilíbrio.

(43) RUI DE AZEVEDO, *Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores*, in «História da Expansão Portuguesa no Mundo», I, Lisboa, 1937, pág. 7.

ainda que sumária e ràpidamente, a acção irradiativa e básica da terra e da grei não apenas na gestação do Estado, mas na criação desse mundo de elementos de que derivou a consciência nacional.

Geogràficamente, o Minho, — toda a gleba minhota — é uma imagem viva e concentrada do Portugal europeu. Sua atlanticidade extrema mostra a característica principal do território português; e os reflexos mediterrânicos na vegetação e na policultura, convertem esta região em resumo, em síntese, do quadro geográfico lusitano.

Se escutarmos a intuição lírica, sentimental, portuguesíssima de TEIXEIRA DE PASCOAES ouvi-lo-emos na *Arte de Ser Português* (44) exclamar que, neste solo, «o Portugal da terra se mostra em alto e nítido relevo... Nele devemos estudar a paisagem como fonte psíquica da raça. Entre-Douro-e-Minho é o coração terreno de Portugal».

Noutro estudo, sobre a Saudade (45), o excelso poeta metafísico descobre na paisagem marítima e serrana do Minho os elementos inspiradores do inigualável sentimento saudoso, — o desejo e a lembrança — e diz-nos: «A montanha é o reino da lembrança; acorda no espírito do homem o que ele foi, internando-o na noite do passado até àquele ponto em que ela parece amanhecer. E o mar, no perpétuo movimento das suas ondas, é o reino do desejo e da esperança».

Etnològicamente, o Minho é a ossatura rácica da Nação. Seu capital humano, denso, homogéneo, desde tempos muito remotos, estabiliza as características étnicas da Grei portuguesa.

Ao começar a dominação romana, nas montanhas, em cada cabeço existia uma aldeia. Seus habitantes descem agora em grande número aos vales e cultivam as *vilas* em que a região se retalha.

Depois, com o contributo étnico dos Suevos, não se altera a dolicocefalia dos Portugueses, a qual, como se disse, nos caracteriza desde a época calcolítica.

TORQUATO DE SOUSA SOARES escreve isto, a que não há que contestar: «...havia já» — na segunda metade do séc. XIV — «acima de todas as rivalidades e para além de todos os atritos, uma verdadeira consciência nacional que *causas profundas* tinham criado e consolidado. A nação, embora sob forma embrionária, existia mesmo antes de se constituir o estado. Por isso, não foi o estado que, no seu interesse criou a nação, mas sim esta que organizou o estado para que a conduzisse...» (in FERNÃO LOPES, *Crónica de D. Pedro I*, Introdução, selecção e notas, Lisboa, 1945, págs. 9-10).

(44) TEIXEIRA DE PASCOAIS, *Arte de ser Português*, Porto, 1915, págs. 81-83.

(45) TEIXEIRA DE PASCOAIS, *A Era Lusíada (Duas conferências)*, Porto, 1914, pág. 35.

Passam os séculos e as correrias agarenas. Reocupadas as terras pelas presúrias e pela organização de um condado pré-henriquino, com a renovação da vida rural, o solo durimínio volta a ser importante foco de densidade, uma região super-povoada.

O Minho, com esta população coesa, forte, resistente e antiga, é desde então o viveiro humano de todo o Portugal.

Destes lugares saem as primeiras hostes para criar e alargar o Reino nascente, capitaneadas por barões, em geral autóctones, luso-suevo-descendentes.

Destes lugares saem os efectivos, para a colonização interna do Portugal do sul e para a colonização externa, simultâneamente aglutinando a Nação e espalhando-a pelo mundo, pondo na Ecúmena a sua marca indelével.

Històricamente, o Minho torna-se o palco de todas as iniciativas para a criação do Estado português independente.

A etnocracia minhota, no Ocidente peninsular, revela-se e persiste através do Reino suevo e do Império godo, e sobressai em plena Reconquista, como região fronteira, consciente do seu valor próprio.

É neste rincão sagrado que Pelaio, filho dum *dux* de Braga, como está provado pelos estudos de FRANCISCO JOSÉ VELOZO, levanta as primeiras forças da resistência ao Islão. Pelaio, natural porventura de Tui, não é apenas um herói europeu e católico, mas também lusitano-minhoto (46).

Quando os reis de Castela intentam suplantar, na Espanha cristã, a influência galaico-lusitana, quem prepara e leva a efeito a rebelião para a renovada independência do Ocidente, são os nossos próceres e os Arcebispos de Braga, apoiados nos príncipes de Borgonha que haviam recebido a soberania hereditária do condado de Portucale (*).

O Arcebispo D. Paio Mendes é o glorioso chefe da conjura que alçou o moço infante D. Afonso ao governo pleno do condado. Prepara S. Mamede, onde combate ao lado do Infante. Guarda-se, no Arquivo de Braga, um notável documento, em que D. Afonso Henriques declara o propósito de conquistar o poder, com o auxílio do Arcebispo. ALEXANDRE HERCULANO chama a este acto de chancelaria «o prelúdio da acção militar decisiva».

---

(46) FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *As origens nacionais de Portugal e Espanha e o domínio islâmico na Península*, Guimarães, 1951 (sep. da rev. «Gil Vicente»), págs. 4-6, 20-41; id., *Contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Mínia», I, 1945-46, pág. 102 e segs e 223 e segs.; id., *Ainda a contribuição luso-galaica para a Reconquista*, in «Braga — Arquivo Municipal», I, n.° 12, 1949, passim.

(*) S. Geraldo e D. Maurício, metropolitas bracarenses, vão criar a Igreja portuguesa, que nos particulariza e separa na Península, como unidade eclesiástica, englobando a Galiza de além Minho e estendendo-se às dioceses situadas a sul do Douro. É a Igreja ocidental do reino dos Suevos, que revive.

Junto ao Castelo de Guimarães a vitória sorri aos Portugueses. Neste prélio em prol da imediata autonomia não se atendeu, é certo, à intenção de D. Teresa, que era a mesma de D. Henrique, de constituir um Estado ocidental abrangendo a Galiza do Norte. Mas a formosa Rainha portucalense havia cumprido bem a sua missão. Radicara no ânimo dos nossos o sentimento da individualidade, assim a louva o severo HERCULANO (47).

Ao lado de D. Afonso Henriques, agiganta-se agora outro metropolita de Braga — D. João Peculiar, o vulto maior da fundação do Estado português. É o realizador da nossa independência jurídica. Negociador do Armistício de Val-de-Vez, da Conferência de Zamora, e da Enfeudação espiritual à Santa Sé, a qual nos liberta, dado o Direito internacional do tempo, de qualquer dominância política de Castela (48).

Culturalmente, também o Minho se distingue.

Na filosofia, evoquemos apenas dois nomes muito anteriores ao Estado.

De Braga sai Paulo Orósio, arauto da filosofia da história, na linha de Bossuet e Hegel (**).

De Braga irradia o humanismo cristão de S. Martinho de Dume como sol deslumbrante duma primeira Renascença galaica, a marcar uma época e um foco de intensa cultura na espiritualidade europeia.

No tocante à lusitana fala, com a teoria dos mosteiros, semeados por S. Martinho e S. Frutuoso, como diz OTERO PEDRAYO, «o latim se acostuma à terra galaica, preludiando o sentido duma língua nova» (49). Assim, o Minho, devém, de certo modo, larário do nosso idioma comum, que é da Galiza, do Brasil e de Portugal daquém e dalém mar.

Quanto à literatura, os centros religiosos minhoto-galaicos são evidentemente os fulcros da expansão lírica da raça. Prova-se a tese litúrgica das origens da nossa poesia lírica, medieval, se a combinarmos com a tese autoctonista.

---

(47) ALEXANDRE HERCULANO, *História de Portugal*, I, Lisboa, 1846, págs. 293-94.

(48) Sobre a instituição do Reino de Portugal, ver LUÍS RIBEIRO SOARES, *Portugal — um estado novo no séc. XII*, Lisboa, 1957.

(**) Vai a caminho de Hipona, onde será o grande colaborador de S. Agostinho, continuador da *Cidade de Deus* e talvez co-redactor desse monumento grandioso. LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA, no Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos de Braga (Junho de 1957), defendeu brilhantemente a ideia de que o nosso Paulo Orósio se destaca como filósofo da história ao passo que Santo Agostinho foi sobretudo um teólogo da história.

(49) RAMON OTERO PEDRAYO, *Ensaio histórico sobre a Cultura Galega*, trad. port., Lisboa, 1954, pág. 86.

A Igreja do Minho e as romarias desta região têm parte grande no processo das cantigas de amigo em que trovadores e jograis desfolham o coração.

No caudal vivo da afectividade lusitana, a musa do Ocidente floresce no jardim da poesia trovadoresca, o nosso Minho, em que a saudade, a idealização da terra e do amor, ondeia nos ramos dos verdes pinos ou nas ondas azuis do mar.

Não olvidemos, por último, o Rito bracarense ou lusitano, que nos personaliza no campo religioso, mesmo quando reunidos no vasto Império godo ([50]).

Assim como o actual Rito bracarense, recriado talvez por S. Geraldo, é uma glória portuguesa no dizer do Papa BENTO XV, o rito suévico-lusitano do século V, longevo ponto de partida daquele, é uma glória nacional da nossa alta Idade Média, e um dos elementos da nossa diferenciação ([51]).

★

Chegados a este ponto é tempo de tentar a via da interpretação para captar o momento recôndito em que, em terras do Minho, gereceu e floriu, pela primeira vez, a consciência nacional.

Contemplemos os factos. Transportemo-nos ao Reino dos Suevos, pois aí, segundo cremos, se há-de divisar o instante histórico em que o espírito da Nacionalidade se define ou se actualiza, para todo o sempre e no espaço físico de Entre-Douro-e-Minho.

No primeiro decénio do V Século uma torrente impetuosa de Povos do Norte — Alanos, Vândalos e Suevos — força os Pirineus e derrama-se pela Península Hispânica. Esta irrupção é assinalada por todo o género de desolações, que IDÁCIO, historiador coetâneo, descreve sombriamente. Ao fim de três anos porém, os Bárbaros inclinam-se à paz e repartem entre si as províncias ([52]).

Na Galécia, os Suevos estabelecem-se na parte ocidental e marítima; acantonam-se no Convento jurídico de Braga.

([50]) Mons. MIGUEL DE OLIVEIRA, *ob. cit.*, págs. 78-80.

([51]) Sobre a história da Liturgia bracarense ver Mons. JOSÉ AUGUSTO FERREIRA, *Estudos Histórico-Litúrgicos — Os ritos particulares da Igreja de Braga e Toledo*, Coimbra, 1924; Mons. MIGUEL DE OLIVEIRA, *ob. cit.*; FRANCISCO JOSÉ VELOZO, *O ciclo cultural e político suévico-bizantino*, in «Bol. da Sociedade de Geografia», Abril-Junho, 1954, n.os 4-6. Ver ainda *Actas do Congresso Nacional Litúrgico Romano-Bracarense*, Braga, 1928.

([52]) IDÁCIO, *Chronicon*, in «España Sagrada», IV, págs. 287-415; ou «Monumenta Germaniae Historica», Scriptores, *Chronica Minora a saeclorum*, IV, V, VI, VII, tomo II, Berlim, 1894, págs. 13-37.

Quando este povo tomou conta da Galécia ocidental, Braga era a capital romana da província e, segundo nosso aviso, já metrópole religiosa. O Bispo de nome Balcónia que então lá existia era, como julgamos ter demonstrado em monografia própria, metropolita de toda a Província, — do Douro ao Cantábrico (53).

Em Braga, capital da Nação sueva, os reis tinham a sua corte, o seu *palatium* e o que é mais o seu *thesaurus*. Passados os primeiros anos de violências, procuram viver pacìficamente com os Galaico-romanos: episcopado, aristocracia e povo. «Fazem-se amigos deles», como atesta ORÓSIO, «trocam a espada pelo arado», e, embora se constituam proprietários de terras, inicialmente na região bracarense, mercê de expropriações impostas, os possessores romanos acham-se agora com maior liberdade do que dantes (54).

O metropolita Balcónio ganha pouco a pouco influência junto dos Suevos, em particular entre os magnates e a família real.

A Igreja de Braga, que defendia a pureza da fé contra os dissidentes Priscilianistas e Origenistas, cujos focos principais se achavam fora do Minho, nos conventos de Lugo e Astorga e nas dioceses da Lusitânia, começa a inclinar-se decisivamente para os Suevos. Estes, não sendo cristãos, não eram heréticos. Podiam converter-se mais fàcilmente.

Ora é neste ambiente de aproximação suévico-lusitana que vai salientar-se o príncipe Requiário, filho de Réquila.

Na prelazia de Balcónio e na própria sede episcopal, sob a sua direcção, os Suevos, com Requiário à frente, convertem-se ao Catolicismo, segundo concluímos nas monografias dedicadas ao Bispo e ao Príncipe (55).

Dentro dos fortes muros romanos da Bracara Augusta assiste-se ao espectáculo admirável da catolização do primeiro povo Bárbaro a entrar no seio da Igreja. Pergaminho de primogenitura que não cabe à França com Clóvis e S. Remígio, mas sim à Galécia lusitana com Requiário e Balcónio.

Requiário não é só o primeiro rei católico da Galécia e da Espanha, mas de toda a Europa, e marca o início da Idade Média romano-germânica e cristã. Todavia é quase ignorado na literatura histórica da Península, decerto por não ser visigodo, património moral do país vizinho, e esquecido na da Europa talvez por não pertencer à Nação dos Francos.

Observemos, embora muito de relance, a vida de Requiário, depois de aclamado e da catolização oficial do reino. Logo pensa em instaurar o Império dos

(53) Ver nossa 1.ª *ob. cit.* em nota (1).

(54) PAULO ORÓSIO, *Adversus paganus Historiarum libri, septem*, Colónia, 1561, liv. VII, cap. 50.

(55) Nossos *ests. cits.* em nota (1).

Suevos na Hispânia. Facilita-lhe o intento a unidade católica do Estado suevo e de todas as províncias romanas da Península. Assim inicia as suas campanhas, chamadas pelo insuspeito JORDANES, cronista dos Visigodos, *tentativas de ocupação e conquista* (56).

Entretanto, assassinados o imperador Valentiniano III e o usurpador Máximo, acaba na realidade o Império romano, como anota HERZBERG (57). São agora os Godos quem escolhe o novo Augusto — é Avito, de estirpe goda.

Neste momento histórico, o Império suevo de Requiário é o único obstáculo que os Visigodos encontram na sua frente para criar o seu próprio Império germânico e ariano em todo o Ocidente da Europa (Gália e Hispânia).

Teodorico, com o beneplácito de Avito, entra nas Hispânias (456). Os Godos, como diz MENENDEZ PIDAL (58), haviam recebido do Império moribundo «a doação *mortis causa* da Hispânia». Doação que Requiário contesta. Sai ao encontro de Teodorico. A batalha trava-se a 12 milhas de Astorga, perto do rio Órbio. A vitória cabe aos Godos.

Requiário ferido, foge para os seus Estados, para Entre-Douro-e-Minho. Em sua perseguição os vencedores penetram em Braga. Foi um dia pavoroso, a ponto de lembrar a destruição de Jerusalém, conta IDÁCIO. Os Godos arianos vingam-se da urbe católica: «destroem as basílicas, roubam e derrubam os altares, expulsam dali as virgens, despojam o clero das suas vestes até à desnudez e do pudor, convertem os templos em horríveis estábulos de bois, jumentos e camelos» (59).

Ora Requiário refugiara-se no Castelo de Portucale, seu último reduto. Mas vencido de novo pelos soldados de Teodorico, é levado cativo para Braga, e na própria capital o rei visigodo lhe tira a vida (60).

A morte violenta de Requiário às mãos dos inimigos da Fé, ligada à prioridade da sua conversão, quando todos os reis bárbaros eram pagãos ou hereges, lembra a palma do martírio, que foi sempre considerada suprema graça, coroa de glória com que Deus distingue os seus escolhidos. Este dom, segundo S. MATEUS, o prometera Jesus Cristo a todos os primeiros promulgadores do Cristianismo. E não o foi Requiário?

---

(56) JORDANES, *De origine actibusque getarum*, in «Mon. Germ. Hist.», Auctorum Antiquissimorum, tomo V, 1882, pág. 116.

(57) G. F. HERZBERG, *História de Roma*, in «História Universal» de G. ONCKEN, trad. port., Vol. V, Lisboa, pág. 858.

(58) MENENDEZ PIDAL, *História de España*, III, Madrid, 1940, Introduccion, pág. XII.

(59) IDÁCIO, *ob. cit.*, an. 456.

(60) Ver supra nota (59).

Certo é que a primeira fase do Catolicismo dos Suevos não durou muito. Remismundo aceitará o arianismo. Todavia, por volta de 550, S. Martinho, em Braga, converte para sempre o rei suevo Carriarico e o seu povo (*).

Despedindo-nos, enfim, desta poeira de acontecimentos, que forma a narração histórica, procuremos, sem mais delongas, raptar a significação sociológica e filosófico-jurídica, que eles necessàriamente encerram.

Quando Suevos e Lusitano-Galaicos de Entre-Douro-e-Minho se uniram sob o lábaro da cruz do Redentor, sentindo-se irmãos nos interesses e nos ideais, nesse preciso instante formaram um só povo com fundamentação mais profunda do que a raça e mais valiosa do que a territorização. Alguma coisa de indestrutível e solene os identifica; alguma coisa de mais vivo do que a própria emoção religiosa e a unidade de crença; alguma coisa que resistirá à sucessão dos séculos: o holocausto pela fé, a perseguição sangrenta unidamente sofrida. Um dia só de horrendas violências como as infligidas por Teodorico à Bracara Augusta, cevando nela o ódio ariano ao Catolicismo, irmana e nacionaliza mais do que um passado de muitas gerações.

Pela comunhão da fé e do sacrifício, numa época em que o homem é sobretudo sentimental, se esboçou a compleição duma Nacionalidade. Não lhe faltou sequer a abóbada do Estado a reforçar a sua unidade no espaço e a sua consistência no tempo.

A Nação sueva, englobando dois povos fundidos no fogo vivo da religião, passa a ser o *Reino galiciense*, como lhe chama S. GREGÓRIO DE TOURS. Julgamos ser a primeira vez que se repara nesta designação coetânea a atestar uma Nação já profundamente territorizada.

A mutação do sentimento étnico de duas raças em sentimento nacional de uma Grei única operou-se desde a primeira catolicização de Requiário, desde a cruel imolação deste Príncipe pela sanha dos inimigos do seu credo.

A Nação inicia-se, de facto, ao ajoelharem no mesmo altar Suevos e Lusitanos e ao sofrerem por pertencerem à Igreja romana as mesmas dores, ataques e insultos. Nação que não tem quebras de continuidade até aos nossos dias.

A individualidade da Nação suévico-lusitana não se dissolve, nem se esvai, através de todos os incidentes históricos. Assim o prova, por todos, LUÍS GONZAGA DE AZEVEDO. Perdura como vimos, no domínio godo, como subsiste durante a Reconquista e aspira de novo à vida emancipada quando os Castelhanos submetem o reino de Leão, onde a Nação sueva, desde os começos, exercia verdadeiro império.

(*) Nesta conversão rápida vê-se, sem esforço, ao lado dos indiscutíveis méritos do Bispo de Dume, o rasto luminoso dos trabalhos de Balcónio e de Requiário.

A Nação que no século XII aparece com o nome glorioso de portuguesa não é outra senão a que desabrocha, com o elemento diferencial dos Suevos, no Minho, Pátria-mãe da nossa Pátria!

★

Fica, ao que julgamos, patenteada, a história genética da Nação portuguesa, a verdade da síntese que, não sendo eclectismo, contém e supera a *tese individualista* e a *antítese colectivista*.

Uma prudente interpretação da história, orientada sociològicamente, há-de incorporar a complexidade dos substractos e as inter-acções múltiplas. Mas reconhecerá que não são ùnicamente as tendências gerais o que constitui a chave explicativa dos acontecimentos. «Em todas as crises e viragens, como ensina WILHELM BAUER, existe sempre uma personalidade» (61). Segundo RANKE, o insígne mestre da história, «são sempre necessárias as grandes figuras para fazer efectivas as tendências dominantes».

Compreende-se agora o conteúdo do conceito de HEGEL: «o grande homem é o gerente do espírito universal». Quer significar: nem agente, nem agido, mas dirigente do seu povo conforme o espírito da comunidade. O espírito universal vertido em uma forma particular.

Braga irá celebrar, dentro em breve, em um Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos, o XV Centenário da morte heróica e dramática de Requiário. Figura que encarna e consubstancia a epopeia de um Povo. Comunidade que se faz Nação fundamentada na participação sentimental e épica de uma Cultura.

Bem hajam os promotores da Comemoração requiariana, nesta hora incerta e desprezativa dos mais sagrados valores da história, como os de soberania, pátria e nação.

Honrando e exaltando Requiário, e no mesmo culto histórico Balcónio, S. Martinho e S. Frutuoso, esses longevos vultos que prepararam a Nação, honramo-nos e exaltamo-nos a nós próprios. Honramos e exaltamos o Minho, a nossa pequena Pátria original, bastião eterno da Pátria de todos os Portugueses, tabernáculo augusto das nossas mais puras relíquias.

---

(61) WILHELM BAUER, *Introduccion al Estudio de la Historia*, trad. esp., Barcelona, 1944, pág. 97.

POSTFACIO

O presente estudo, explicação totalista da génese da Nacionalidade portuguesa, embora nas proporções de um escorço, pode situar-se no átrio da história da Comunidade lusíada no Mundo, onde se congregam por vínculos de origem e de cultura, — e agora também por laços jurídicos de Direito Internacional Público, — Portugal transcontinental (luso-afro-asiático) e o imenso Brasil, a América dos Luso-descendentes.

De propósito não dizemos Comunidade luso-brasileira, sem embargo de ser este o nome oficial da aliança dos dois Estados, a que expressamente se refere o artigo 3.º do Tratado de Amizade e Consulta assinado no Rio de Janeiro em 16 de Novembro de 1953. (Acerca deste Tratado v. MACHADO VILELA, *O Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil*, «Scientia Juridica», t. III, 11, 1954, págs. 244 e segs.; CAEIRO DA MATA, *A Comunidade Luso-Brasileira*, Lisboa, 1955; e J. M. DA SILVA CUNHA, *Direito Internacional Público*, Lisboa, 1957, págs. 211-213).

A etnia, a peculariedade psico-social «lusitânica» não é pertença exclusiva de Portugal daquém e dalém mar, na Europa, na África, na Índia ou na Oceânia. Lusíadas, Luso-descendentes, não são apenas os Portugueses, mas por igual os Brasileiros.

Constituímos, sem dúvida, Portugal e Brasil, um mundo supernacional, a despeito das divergências ou características intransferíveis que nos particularizam. Uma irmandade de povos, criada em áreas tropicais ou vizinhando os trópicos — o *luso-tropicalismo*, na classificação penetrante do etnógrafo brasileiro Gilberto Freire — e singularizada pelo idioma, «a lusitana fala», pelos sentimentos, pelos estilos de vida e convivência e pela espiritualidade comum.

A Lusitanidade em que se desenvolve o Brasil e o Portugal de todo o globo, essa unidade viva e original de sentimentos e cultura (que tropicaliza o luso-descendente e lusitaniza os trópicos) — superiormente estudada pelo mesmo GILBERTO FREIRE nos seus livros *O Mundo que o Português criou*, *Interpretação do Brasil*, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, *Casa Grande e Senzala*, — fundamenta-se sobretudo na interpenetração das civilizações e das raças e determina-se pelas constantes lusíadas: o instinto cristão e fraternal da convivência, que vai até às facilidades da miscibilidade étnica; o aventurismo da expansão, que leva os Portugueses e os Brasileiros também a todos os continentes e projecta a história de Portugal na história do mundo; a capacidade «manuelina» de criar sínteses e hibridismos culturais, não apenas na arte religiosa mas em toda a paisagem social (v. g. nas habitações, nos vestuá-

rios, nos alimentos, nas plantações e criações pecuárias); e a efusão lírica e saudosa, a nota mais genuína da afectividade lusitana, que caracteriza a literatura portugueso-brasileira e influi até no pensamento filosófico, «humanismo sem excessos, o *logos* equilibrado pelo coração».

O foco primitivo desta etnia acha-se, evidentemente, no último Ocidente da Ibéria, em toda a Hispânia atlântica, Portugal e Galiza. É a Lusitânia espontânea, pré-romana, consignada já pelo geógrafo Estrabão. Os povos actuais desta orla atlântica, das duas bandas do Minho, têm, na carta espiritual da Romanidade, uma personalidade única. Formam a Comunidade de língua e literatura galego-portuguesa. E Portugal, politicamente independente, afirma de modo especial esta indivdualidade.

Os valores psico-sociais galaico-portugueses honram ao mesmo tempo a Comunidade portugueso-brasileira, cujo espírito neles se filia, e a própria Espanha, porque a Galiza de hoje, fracção nortenha da Lusitânia natural (já afastada da quase tropicalidade portuguesa, mas não da Lusitanidade), é o traço unitivo das duas séries de povos: os Lusitânicos (ou Luso-descendentes) e os Hispânicos. Séries afins pelo cristocentrismo que as caracteriza, mas contrastadas pelo modo de ser católico: o lirismo cristão, «fraternal e bom», peculiar aos Lusitânicos, que radica certamente no seu pendor sentimental, vindo das eras pagãs; e o cristianismo épico, específico da gesta histórica, imperialista, da Espanha.

O autor da *Casa Grande* e *Senzala*, acerca dos Povos lusitânicos, disse, um dia, em Lourenço Marques: «...a federação lusíada já tem as suas bases asseguradas. Todos nós que falamos a Língua portuguesa, que seguimos a tradição luso-cristã de vida, somos um povo só. Somos o verdadeiro «mundo só» de que fala o idealista norte-americano. Para essa federação de sentimento, de cultura, de tradição — para a sua consolidação, porque ela já existe — caminhamos a passos rápidos. O Mundo haverá de conhecer nela um dos blocos mais fortes de cultura moderna e de civilização tropical que já se desenvolveram...» (*Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, 1952, pág. 181).

Ora essa «federação de sentimento, de cultura, de tradição», a Comunidade lusíada no Mundo, não tem outro prefácio explicativo, ou introdução, diferente génese, do que a da própria Nação portuguesa.

As duas Pátrias nasceram no mesmo ninho atlântico e dos mesmos factores naturais e políticos. Tiveram a mesma formação, pois o Brasil e Portugal não são mais do que formas particulares, expressões vitoriosas de uma só cultura, de uma só família super-nacional, a Lusitanidade em expansão.

Estudo Encol da Escritura Hemisférica

por LUIS CARRÉ ALVARELLOS

Cando hai poucos días tivemol-a honra de ser apresentados ao ilustre doutor Sérgio Augusto da Silva Pinto, como alguen lle tivese falado das nosas esculcas encol do estudo das manifestazóns de escritura hemisférica en Galiza, e moi en particular na terra cruñesa, apenas trocadas as primeiras verbas da nosa conversa, pediunos un traballo para «Bracara Augusta» a importantísma revista da Cámara Municipal de Braga, a ilustre cidade irman, um día cabeza de Galiza; e sin nos dar respiro, insinuounol-o tema que non é outro que o do presente traballo.

No desexo de compracer ao ilustre amigo, — porque o Dr. da Silva Pinto é un de eses homes que dende o momento mesmo de o coñecer haino que considerar antre os bós e verdadeiros amigos como se de moito tmpo o tratásemos, — é que tracexamos estas liñas; fixémoslle vel-o pouco novo que se pode dicir en custión tan escura e dificultosa cal a que nos ocupa; as dificultás con que a cada paso trompezamos para unha interpretazón axeitada das composizóns que recollimos, verdadeiro problema irresolubre de momento, mais que confiamos chegue ser escrarecido algún día pol-os cientes, e quizaves nos non enganemos se decimos que cando así aconteza, o coñecimento da nosa protohistoria dará un pulo de xigante. As nosas argumentazóns non valeron cousa; o Dr. da Silva, teimoso, arrincounos a promesa do traballo, e no nome da irmandade de Galiza de aquen e de alen Miño por ele invocada, eu vol-o ofrezo amabre leitor, resumindo o cativo froito de moitas horas e días de pesquirizons por montes e campías, e tamen de esculcas non sempre fecundas por disgracia, no recollimento dos nosos estudos de gabinete.

Elementos da escritura hemisférica

Bastante numerosa a bibriografía eisistente encol de unha materia de tantismo interés como a que nos ocupa, non coidaríamos perciso o definir en que consiste a escritura hemisférica, de facel-o noso modesto traballo de hoxe,

pensando solmente n-aqueles dos nosos leitores que por razón da índole dos seus estudos e o demerxer das suas aficiós xa a coñecen, mais sendo a nosa principal tención precural-o inizamento de novos esculcadores de esta cras de estudos, pra que veñan a nos axudar cô seu esforzo, as suas luces, e o seu antusiasmo, na árdega tarefa de lle tiral-o seu segredo a este xeito de escritura primitiva, a eles, en particular, dirixímonos, e solmente pra eles, é que repetímol-a descrizón de estes sinos, espoñendo as caraiterísticas das composizóns, mais que moitas veces se teña feito por diferentes autores, dendes que na segunda mitade mais menos, do século pasado, comenzouse parar mentes nas insculturas rupestres.

Chámase escritura hemisférica, a unha serie de «coviñas» na forma de meia laranxa, abertas na superficie de laxes e penas, formando grupos mais menos numerosos e dispostas respondendo a un pran determiñado fácile de aprezar, pois se a disposizón non é sempre a mesma en todal-as composizóns, vense repetir algunhas veces pequenas combinaciós ben diferenciadas, e ainda que aos primeiros esculcadores pareceulles que «estao muitas vezes disseminadas sem ordem á superficie das pedras, outras vezes agrupadas regularmente, em linha recta, em circulos, em quadrados» (1), é mais aparente que reial ese desorden e diferenzas de disposizón xa que a pouco que se un afaga a esta cras de grafías, dase de conta da dependenza que teñen as «coviñas» unhas das outras. Inda que con moita menos frecuenza, atópanse tamen en ocasións, duas ou tres «coviñas» de par, xuntas pol-os seus bordes, en liña reita; e outras veces que non é tan estreita a unión, comunícanse unhas coas outras valendose de riscaduras a xeito de canles pequenismas estreitas e pouco fondas, trocadas en simpres vertedeiras cando, como acontes en outros casos, saen da «coviña» sen iren parar a ningunha outra.

Dicimos que a forma das «coviñas» é circular, porque, se algunha se atopa lixeiramente elíutica ou mal arredondada, promana tal irregularidade das caraiterísticas da superficie onde foron abertas, por seren mais que pranas, con lixeiro arqueamento, e a cotio, un pouco arrampadas coa caida ao Leste ou a Leste-Sur-Leste; sendo moi contadas as inscriciós que coñecemos abertas en superfícies verticaes. O diámetro das «coviñas» é variabre: vai dende tres ou catro centímetros, até arredor dos quince, inda que o tipo mais abundante é o de cinco centímetros, que aparesce soio ou combinado con outras de oito, des, e poucas veces de quince; a composizón mais importante que atopamos com diámetro reducido regular de tres centímetros, composta de 46 «coviñas»

(1) LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, Imprensa Nacional, Lisboa, Tomo I, p. 354.

pequenas con mais 5 de cinco a seis centímetros, descubrímola n-unha laxe no monte do Vixía, na Cruña, próisima ao posto de sinales marítimas e ao polvorin que hai rentes do vixía, e atópase xustamente por riba da pena que conten as sonadas insculturas dadas a coñecer por Cabré Aguiló (²), nun interesantismo traballo, cô nome de Penas do Polvorin.

Respeitive das «coviñas» de catro, seis, sete, oito, nove, etc. centímetros, é dicir, de medidas comprendidas antre cinco, des e quince centímetros de diámetro, quizaves poidamos atribuilas a mala conservazón dos exemprares, ou a dificultade de unha medizón esaita, pol-a natureza irregular da superficie onde foron abertas, dado que algunhas de esas medidas que se non atopan en grande número correspondendo a casos raros, lévanos a coidalo así; mais, por outra parte, a medida de oito centímetros que como as de des e quince, a menos que apareza soia por compreto, vese sempre asociada coas pequenas, ou coas pequenas e outras grandes, sin que até o de agora chegáramos atopala formando composizóns son soio as do seu tamaño, dase tantas veces, que tentados estivemos a lle dar un valor como é indudabre que o teñen as de des e quince centímetros, non así as de nove, once e doce das que podemos dicir o que dixemos ao falar das de catro, seis e sete que aparescen dun xeito irregular.

A fondura das «coviñas», mais difícile de precisar que o seu diámetro, inda que de ser abertas n-unha superficie ben adoada sería igoal ao radio do circo da sua boca, por se tratare de unha cova de forma hemisférica, poucas vezes responde a esa esaititude, pol-a razón que dábamos denantes, como unha das dificultás pra medil-o diámetro: a desigualdade da superfície utilizada.

En canto âs canles ou riscaduras de ligame das «coviñas», varian moi pouco dos dous centímetros de largura con unha fondura aproisimada no centro, de un centímetro, diminuindo na direición das veiras pol-a forma da sua seición en arco de circo.

Mais varia que a medida das «coviñas» é a distancia que meia antre elas, e a posizón relativa de unhas coas outras, mais este é ponto do que falaremos mais adiante.

Onde se atopan as «coviñas»

Dixemos xa, que as «coviñas» vense abertas en laxes e penas, e agora engadiremos que no monte, antre as terras de labor, nos camiños, até algunha composizón atopamos rentes de casas, e se as coñecidas direitamente por nós

(²) J. CABRÉ AGUILÓ y J. GONZALEZ DEL RIO, *Los grabados rupestres de la Torre de Hércules (La Coruña)*, «Revista de Archivos Bibliotecas y Museos», Madride, Maio-Xunio 1.915. — Hai unha separata.

descubrímolas nun radio de des a doce kilómetros ou pouco mais da cidade da Cruña, moi terra adentro, de onde se desprende que o pretender circunscribil-a área de esta cras de insculturas a unha faixa litoral e a determiñados logares próisimos ao mar, aos grandes rios e as fontes, foi unha concrusión prematura, filla da impresión producida pol-os primeiros achádegos, como prematuro foi tamén o sentar que solmente se tracexaben, ou pra millor dicir no que afeuta as «coviñas», que solmente se abrían na pedra de grao, porque nós atopamos unha boa parte das que chegamos descobrir abertas en laxes e penas de esquisto pizarroso, e o amuleto aparescido no castro de Pedreda (Lugo), é de pedra caliza.

A mais de se atoparen en preno campo as composizóns de «coviñas», cítanse moitos casos de aparesceren no interior de cámaras mortuorias tumulares; nas lousas dolménicas; en pezas movíbeles mais pequenas, e ainda se non son as mesmas «coviñas» a sua representazón pol-o menos, pódese ver en certas moedas, o que nos da unha ideia da amplitude do seu uso, como na sua hora teremos modo de xusgar das dimensiós da área do seu espallamento no espazo e do seu emprego ao través do tempo.

Denantes de seguir adiante, é ben facer costar que as «coviñas» nen sempre aparescen como únicos elementos das composizóns coñecidas, nen sempre tampouco vénse asociadas a outros sinos; pol-a nosa parte, cantos estudos fixemos cínguense a composizóns puras que chamamos así por non estar compostas mais que de «coviñas», e algunha ves coas pequenas canles e vertedeiras de que temos falado; soio aicidentalemente ocuparémonos en composizóns mistas pero referíndonos non mais que ás «coviñas».

Cítanse composizóns de «coviñas» no interior de cámaras tumulares ou nas caras esteriores das lousas que forman algúns dolmenes, na Bretaña francesa, na Irlanda, Inglaterra, Escocia, Dinamarca, Suecia e Portugal amais da Galiza, é dicir, no ocidente da Europa, e ainda da Alemania, Suiza e norte de Italia.

Como foron consideradal-as «coviñas»

Ao seren descubertas e recollidas pol-os estudosos as primeiras manifestazóns das insculturas onde aparescían as «covinñs» ben fose soias ou na compaña de outros sinos, emitíronse as mais varias teorías, o que resume moi ben Leite de Vasconcellos cando escribe: — «Uns considerão as covinhas como meros ornatos, outros como receptáculos do sangue de victimas, como cartas geographicas ou astronómicas, como relogios de sol, como mesas de jogo; tudo o que a imaginação humana aprouve! Clugnet attribuia en 1.877 as interessantes figuras esculpidas nas margens dos lagos da Italia á distraccão dos pastores perhis-

toricos nas longas horas que a guarda dos rebanhos lhes deixava livres e ociosas» e o mesmo autor a quen citamos, rebate lucidamente estas teorías: — «No entanto, basta reparar na connexão que frequentemente se nota entre as insculpturas e os monumentos archeologicos, na coexistencia d'ellas em diversos paises, e no facto de muitas vezes se acharem ou em rochedos extremamente rudes, ou dispostas em superficies verticaes, ou em lages que devião ficar occultas debaixo da terra, para excluir todas as hypotheses indicadas. Se fossem meros ornatos, não se farião em penedos irregulares, d'onde toda a belleza esthetica está ausente; se (as covinhas) fossem receptáculos de sangue, não as veríamos em superfícies que tinham de ficar em posição vertical; se fossem mappas geographicos, taboas astronomicas, mesas de jogo, não se esconderião dentro dos túmulos; finalmente, se fossem entretenimentos vagos de gente que não tinha em que pensar, não as veriamos apparecer nas mesmas condições em tão afastados e differentes países, a revelarem ideias que, se não erão perfeitamente idênticas entre si, erão sem dúvida moito semelhantes. Mas que ideias revelavão ellas então?. Difficil se torna responder de modo preciso a esta, como a análogas questões. Muitos investigadores, attendendo ás condições em que as covinhas em grande parte se mostram, dentro de túmulos, ou perto d'elles, e ás tradições populares que ainda modernamente se lhes ligão, inclinão-se a crer que, senão todas, pelo menos algumas, continhão sentido religioso» (3).

Déchelette, que toca de pasada este tema no seu «Manuel d'Archeologie Préhistorique Celtique et Gallo-Romaine» tamen dí: — «Ce qui semble hors de doute, c'est leur caractère religieux ou symbolique, indiqué por leur présence sur les monuments funéraires aux âges de la pierre et du bronze et même sur des monuments religieux de date récente. Ou a en effet signalé en Allemagne des grupes de cupules artificiellas sur des églises romanes et gothiques et l'on connaît au nord de l'Europe des bénitiers à cavités cupulliformes multiples, des premiers temps du christianisme» (4). Esta opinión do ilustre arqueólogo francés coincide coa do sabio mestre portugués Leite de Vasconcellos cando a seguida de se ter ocupado das tradizons populares avincalladas nos diferentes paises coas pedras de «coviñas», concruie: — «Depois de ponderado quanto fica escrito, nao devera realmente duvidar-se do primitivo caracter sagrado das covinhas e insculpturas congeneres» (5).

N-unha sonada conferenza que o 31 de xaneiro do ano 1.902 pronunciou na Reial Academia da Historia, en Madride, o escribidor ingrés John Rivett

---

(3) *Ibid.*, 344-5.
(4) P. 618 do tomo I.
(5) Obra citada, p. 358.

Carnac, falando das «coviñas», «linaje de escritura arcana y primitiva» que dixo o P. Fita ([6]), calificounas de escritura hemisférica, e valéndose da escritura ogmica da que chegouse determiñal-o valor fonético dos seus sinos, leeu a inscrizón aberta por meio de «coviñas» no lombo dos porcos de pedra procedentes de Segovia e Avila. A partir de aquele momento ofercéronse ao cursidoso leitor nas páxinas do Boletin de aquela Reial Academia, e n-outras pubricazóns españolas notizas numerosas da eisistenza de composizóns de «coviñas» na Galiza, Estremadura, Almería e Alicante, que viñeron a se sumar âs xa coñecidas na Galiza e Portugal, dentro da Peninsula, por non falarmos do resto de Europa; moitos foron os nemigos côs que daquela trompezou a teoría da escritura hemisférica repetíndose as opinós que corrían pol-o mundo.

Na Galiza, deixáronse sintir as mesmas correntes, mais xa con moita anterioridade, Barros Sibelo ([7]) falando da pena dos letreiros en Carnés (Vimianzo, — Corcubión — A Cruña), nota que as «coviñas» ao parescer sinos astronómicos, van en grupos de tres, cinco e sete, levando sempre os dous derradeiros unha mesma colocazón, incruso n-outras pedras lonxanas que ele coñece, como acontez na de Xinzo da Costa (A Limia-Ourense), e concruie que, «nos muestran que obedecen a un pensamiento, a un principio que desconocemos. Sean geroglíficos que representan una leyenda, sean figuras simbólicas de algún ídolo», e n-outro logar da mesma obra califícaos abertamente de sinos astronómicos entendendo que «debe pertenecer a esos grandes misterios del culto druídico» ([8]).

Murguía, que foi dos primeiros en dar a coñecer as insculturas galegas ([9]), facendo notar a sua somellanza coas da Bretaña francesa, coas do Reino Unido, anos mais tarde, dando notiza de unha pena de Chan da Gándra, en Mondariz (Ponteareas-Pontevedra) califica as «coviñas» de escritura hemisférica ([10]).

Con anterioridade ao derradeiro artigo citado de Murguía, outro historiador galego, Celso García de la Riega, na sua obra «Galicia antigua» ([11]).

([6]) Contestazón ao discurso de ingreso na Real Academia da Historia, lido por Xosé Ramón Mélida, o día 8 de nadal do ano 1.906. — Imp. da Viuda e fillos de Tello. — Madride, p. 72.

([7]) RAMÓN BARROS SIBELO, *Antigüedades de Galicia.* — Domingo Puga. — A Cruña 1.875, p. 75.

([8]) *Historia de Galicia.* — 2.ª edizón. — Librería de Uxio Carré. — A Cruña 1.901. — Tomo I, p. 593 e seguintes, e no Tomo II, 2.ª edizón 1.905. — Ilustrazón I, p. 597.

([10]) *Peñasco con insculturas en Mondariz.* — Bol. Real Academia Gallega. — A Cruña. — Ano X, n.º 95. — Xulio 1.915 e tamén no boletín «Mondariz», Suplemento a «La Temporada». — Ano VIII, n.º 47, do 20 Xulio 1.922, p. 900.

([11]) A del Rio y Micó. — Pontevedra 1.904, p. 99 e seguintes.

e no artigo «Cempsios y Saefes, Ligios y Draganes», fala das nosas insculturas, ocupándose das de Carnés, Mogor e Salcedo, Codesás e Xinzo da Costa, comparándoas antre sí e coa inscrizón de unhas moedas de Baviera pubricadas na Hitsoria Universal, de Oncken ([12]); e, n-unha sua nota posta ao traballo e moito mais ampla que o testo, dimpois de facer algunhas considerazóns escribe: «Como quiera que desde luego se advierte que no son dibujos caprichos, entretenimiento de pastores o cosa por el estilo, puesto que presentan un aspecto uniforme e iguales pormenores, *debe presumirse que constituían una escritura, fonética o simbólica, muy extendida en Galicia y que son obra de las personas más cultas de las respectivas épocas, quizás de los sacerdotes de las religiones a la sazón existentes*» ([13]), (suliñamos nós), e un pouco mais adiante engade: «pero cabe sospechar que si en efecto, las cazoletas de las monedas de Baviera son los mismos signos que figuran en las insculturas de Galicia, *unos y otros son también y desde luego caracteres fonéticos, en virtud de una consideración muy sencilla. Era costumbre consignar en las monedas los nombres de las ciudades, ya solas, ya en alianza, los de reyes o jefes, y los adjetivos gentilicios de las tribus o gentes que realizaban la acuñación; esto es, por consiguiente lo que representa la combinación de tales signos, y no otra cosa, en las piezas bávaras*» ([14]).

Non embargante as devanceiras manifestazóns de bon siso, craras e concluintes, o autor n-outro logar do mesmo traballo, amostra a sua conformidade con outro xeito de interpretazón non moi fácile de acompangar con canto levaba dito, vexamos: — «Es muy adecuada la explicación conjetural que hace el Sr. Maciñeira, de que las cazoletas pudieran servir de receptáculos para conservar, ya la sangre de las victimas inmoladas en virtud de ciertas creencias religiosas, ya el agua pluvial, considerada como poseedora de virtudes maravillosas etc., o que envuelven sentido religioso, a juzgar por el hecho de que en algunos países se conserva ligada a las cazoletas la tradición de una petrolatria prehistórica, dado que Cartailhac afirma que aún son veneradas en la India como cosa sagrada, y puesto que a la piedra de Scone, del trono inglés, corre unida cierta tradición del mismo orden. En estos últimos conceptos se halla acaso la interpretación de tales signos en nuestro país, el culto a rocas que tuviesen determinadas condiciones, enlazado a ideas sobrenaturales que ahora no podemos imaginar, culto que aún existía en el siglo VI de nuesttra era, a juzgar por las actas de los concilios bracarenses y del cual quedan reminiscencias en

([12]) Edizón de Montaner & Simón. — Barcelona, 1.ª ed.
([13]) P. 474.
([14]) P. 475.

el respeto, en la superstición y en los cuentos fantásticos que algumas rocas inspiran a la población rural» ([15]).

X. Fernandez Gil e Casal, outro dos nosos esculcadores das insculturas, quen tivo a feliz ideia de facel-a comparanza das graburas laberínticas de Monte Mogor, e as suas similares, coa moeda de Cnossus (Creta) ([16]), crasificou os graficos galegos «de griegos, a los unos; de ibéricos, a los otros; de greco-ibéricos a los que tienen elementos de ambas; subdividiéndolos luego en religiosos, o mejor astrológicas y míticas, de origen helénico; en ideográficas, y acaso fonéticas, algunas; pudiéramos añadir, refiriéndonos a las de origen ibérico, y en ornamentales y geniales, como derivadas de los grupos primeros por imitación» ([17]).

Dempois de feita a comparanza da que resulta unha igualdade perfeita e de relatal-o mito de Teseo e o Minotauro, concluie que a inscultura de Mogor, é a consecuenza da deificazón do heroi e a demostrazón de lle ter soerguido os navegadores gregos que tocaron nas nosas costas, un altar na sua honra ao mesmo tempo que como lembranza da patria lonxana... ([18]), engadindo logo como consecuenza do anterior: — «Esto admitido, las cazoletas u hoyos de estas y otras esculturas rupestres, pierden el valor alfabético o ideográfico que se les había dado, o supuesto» ([18]), e opina así, porque tomando pé da inscultura estudada, atribuie a importazón do seu xénero no noso país aos gregos, vendo con a tal conerusión, confirmada a colonizazón das terras pontevedresas por xentes gregas, e, naturalmente, sendo así, como aqueles colonizadores posuían a escritura que asegún a xeneral creenza tomaron dos fenicios, resulta indudábele que as «coviñas» se non poden consideirar un xénero de escritura; tal é en resume a consecuenza que se tira do traballo de que vimos falando.

A comenzos do ano 1.922 cô gallo de vir espricar na Universidade de Santiago, unha serie de leiciós encol de Prehistoria española e particularmente galega, o ilustre ciente Hugo Obermaier, daquela profesor na Universidade Central, fixo un viexe por Galiza pra se documentare e pubricou logo no «Boletin Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense», unha pequena memoria resume dos seus estudos que tiduou «Impresiones de un viaje prehistórico por Galicia», e como non podía menos de acontecer, ocupouse das nosas insculturas, probrema de grande transcen-

([15]) P. 479.

([16]) *Sobre insculturas rupestres en la provincia de Pontevedra.* — Bol. R. Academia Gallega. — Ano XI, n.º 105 de Maio 1.915, p. 193 e seguintes.

([17]) *Ibid.*, p. 194.

([18]) *Ibid.*, p. 196.

([19]) *Ibid.*, p. 197.

denza pol-a considerabre abundanza con que aparescen no ámito do chan galego; fixo a sua crasificazón repartíndoas en seis grupos atendendo â forma das figuras, seguindo n-esto un método moi somellante ao de M. de Closmadene citado por Dechelette ([20]); mais, o que agora nos interesa a nós, non é esa crasificazón senón o destacar a disconformidade do sabio profesor coa teoría que asinala âs «coviñas» como mostra de escritura hemisférica: pois, a seguida de se referire â descomposizón das penas pol-a aición dos axentes amosféricos, atribuindo a esta causa a eissistenza de «corgos» «pias» e «coviñas», concedendo non embargante que en moitos casos débense â man do home, engade: «Sin dejarnos arrastrar a la interpretación algo fantástica de tales signos como escritura primitiva hemisférica con caracteres ogmicos, podemos concederles un destino religioso relacionado con lejanos cultos ignorados lo cual no nos autoriza, como decía ya D. Marcelino Menéndez Pelayo, a ver en ellos «altares druídicos en que corría a torrentes la sangre de las víctimas» ([21]).

Estaba no certo o profesor da Universidade Central a falar como o facía no que toca âs «coviñas»? estrevémonos afirmar que non; ao escrebil-o devandito, caeu nun pequeno erro, como xa outros caeran denantes ao tratal-o mesmo tema en Francia; erro moi disculpabre en Obermaier, se temos en conta que o seu estudo foi feito dimpois de un viaxe de paso pol-a nosa terra, no que non tivo modo, coidamos nós, de estabrecel-a diferenza eisistente antre «coviñas» e «corgos ou pías», pois, se así fose, notaría de contado a diferenza que hai antre unhas e outras: das primeiras, xa dixemos de abondo mais atrás cando descrebímol-as suas caraiterísticas, o que as revela como labor do home e debidas a unha ideia preconcebida; en canto aos «corgos» ou «pías», que as duas verbas teñen un mesmo valor na nosa língua, son concavidás de dimensiós varias e tan irregulares de forma, en xeneral, que non é doado medilas, dada a sua deformidade, nen teñen sempre un fondo achanzado e igual, pol-o que se non deben confundir coas «coviñas» âs que precisamente atribuie Murguía no seu traballo que citamos, a condizón de escritura hemisférica con caraiteres ogmicos, opinión que meresceu a chata do estranxeiro sen nomear ao noso historiador, e quizaves infruido por un terceiro.

Por outra parte, Obermaier, non dí cousa de novo; repite en todo, conceitos coñecidos e moitas veces espostos, — referímonos no que toca ao tema que vimos tratando, e non a outros estremos do seu trabalho.

([20]) Obra citada, p. 607.

([21]) *Impresiones de un viaje prehistórico por Galicia.* — Separata do Boletin Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense. — Tomo VII, números 148/9, Xaneiro/Abril 1.923. — Imp. «La Popular». — Ourense 1.923, p. 18.

Compre agora o falarmos do labor de R. Sobrino Buhigas, que levou a cabo unha rebusca da meirande intensidade, recollendo unha coleición importantisma de composizons pubricadas no «Corpus Petroglyphorum Gallaeciae mainíficamente editado o ano de 1.936 pol-o «Seminario de Estudos Galegos» de Santiago de Compostola; Sobrino, recolheu toda a eras das insculturas pol-o que os seus xuizos teñen un caraiter de xeneralidade sen se cinguir a interpretar unha especie determiñada de sinos; coida, coincidindo con Fernandez Gil y Casal, que as figuras laberinticas e zoomorfas foran tracexadas pol-os únicos orientaes que tiñan relazón con este país por môr do comercio do estaño; coida asimesmo, que eran xentes vindas do mar Exeu, e di que: «Confirman este supuesto y especialmente por lo que respecta a los grabados de laberintos ciervos ideográficos, más o menos estilizados y los de caracter francamente astronómico, la íntima relación que hemos comprobado existe entre nuestros petroglifos y los grabados de multitud de objetos desenterrados por Sclieman en las primitivas ciudades o villas superpuestas de la famosa ciudad de Troya» ([22]); a respeitive das «coviñas» en particular, non di cousa, debendo interpretar que a elas quer referirse ao falar de grabados de caraiter francamente astronómico, pois non habemos esquecer que moitos autores así as consideiraron.

Outros autores da Galiza e de fora de ela, adicaron tamén a sua atenzón a este mesmo asunto, mais, como xa nos demoramos de abondo, faceremos gracia ao leitor de novas citas que por outra parte nos non fornecerían calqueira novedade dimpois de canto levamos dito; así é, que coidamos chegando o momento de espoñel-a nosa particular opinión.

Dende que tivemol-a oportunidade de ouservar por nos mesmo, facendo o estudo in situ, este xeito especial de inscultura costituido pol-as «coviñas», e coste como xa dixemos que tivemol-a sorte de atopar un bon número de logares con manifestazóns de este tipo, e en algún de eles con mais de unha pena grabada, tiramol-a consecuenza de que sen medo a nos enganar, podiámol-a consideirare como auténtica escritura, mais que o esceiticismo de Obermaier queira outra cousa; e ainda imos mais lonxe, pese âs evidentes relazóns de estas graburas cô culto dos mortos; pra nós o seu emprego nos non revela un símbolo de valor místico ou relixioso, témol-o millor por un elemento acesorio, pois é pra nós un erro manifesto o lle conceder non mais que unha tención ou sentido relixioso a estas manifestazóns gráficas.

Por fertuna, lonxe quedaron xa aqueles días nos que houberon de se

---

([22]) Véxase: *Petroglifos e insculturas rupestres de Pontevedra*, no «Libro de Oro de la provincia de Pontevedra». — Ed. P. P. K. O. — Vigo 1.931.

enguedellar os cientes en ardenciosas retesías pra impoñel-a verdade evidente de que as insculturas constituíam o legame de civilizazóns mortas dende séculos, e non o labor de pastores pra encher o seu vagar, cando se sinalaban como froito do enredo da rapazada. Xa tivemos ocasión de ver mais atrás, como Leite de Vasconcellos, ao se ocupare das insculturas, e moi en principal das «coviñas», dimpois de recollel-as diversas opiniós que corrían no tempo de escribil-a sua inapreciabre obra encol das «Religiões da Lusitania», fixo unha asisada crítica que nos releva de voltar adicarlle nova atenzón ao asunto; en consecuenza, cinguíndonos unicamente a facer un lixeiro comentario à opinión de aqueles esculcadores que atendendo ao feito de se atoparen as «coviñas» ben seia soias ou asociadas con outras graburas, no interior das cámaras sepulcraes, nas lousas de algúns dólmenes, ou rente de eles, abertas en penas ou laxes, amais de aparesceren no día avincalladas a tal xeito de antergos enterramentos abondosas tradizons populares, queren ver n-elas un orixe de xeito relixioso.

Pol-a nosa parte, podemos engadir que non son poucos os que baseándose igualmente nas mesmas causas, atribuien o seu orixe ao culto dos mortos; agora ben: a meirande parte das composizóns de «coviñas», ou pol-o menos cuase a totalidade das descubertas por nós, atópanse abertas en penas de tan pouco altor e volume de por riba da terra, que teñen mais de laxes que de verdadeiros penedos, e perguntámonos: pode en xustiza se considerare âs «coviñas» como un elemento relixioso de deificazón, cando vemos eisiste unha tan sinalada predomiñanza de estes graficos en pedras de tan cativa maxestade que nen o grandeiro de unhas dimensiós que non teñen podíalles emprestar?, e, pódese ademitir por outra parte que chegaran despertar ademirazón nas almas crentes unhas laxes acaron do chan?; amais, entendemos, que pra lles conceder un valor relixioso ou mítico de representazón de un principio ou creenza de esenza diviña, como, poñamos por caso, acontez coa cruz dos cristiás; o disco bermello con tres raias brancas, simbolo dos seitarios de Siva, ou o tridente branco e bermello côs dentes cara ao alto, que distingue aos adouradores de Vishnú, sería perciso unha posizón determiñada e sempre a mesma, caso que se non da, pois xa o dixemos, repítense alguns pequenos grupos nas inscriciós, mais estas, difiren visibremente as unhas das outras, como difiren os nosos escritos, por mais que os sinos gráficos ou letras sexan un corto número que combinados de acordo con certas regras espresen as verbas, así como o conxunto de estas compoñen as ideias según todos sabemos.

Ao as non considerare como un símbolo mítico relixioso, menos ainda habémolas de tomar como sino funerario; podíase soster esa ideia cando nun comenzo ao entrar no coñecemento de esta cras de insculturas proviñan os pri-

meiros descubrimentos das esculcas levadas a cabo nos moimentos megalíticos, mais, en de sabendo que non é solo n-aqueles onde se atopan, senón que, polo menos no que a Galiza se refire, hainas en moitos e diversos logares, se non debe teimar en tal afirmanza.

Foi a nosa crênza dendes que fixemos os primeiros descobrimentos, e comenzamos comparar unhas coas outras as composizóns atopadas, que tiñamos diante dos ollos un sistema primitivo de escritura; pasaron anos de abondo dende entón, e, dende aquela, acuciados pol-a curiosidade, adicámonos â rebusca de novas composizóns, ao mesmo tempo que roubábamos horas ao pouco lecer que o traballo cotian nos deixaba, e fixemos canto poidemos na precura do que se levaba escrito encol da materia, estudando canto traballo chegaba âs nosas más. Anos mais tarde, ao redaital-o primeiro ensaio que compuxemos, tiñamos xa tan fondo convencimento de estar no certo na nosa primeira ideia, que sen atariñamento ningún tidoámolo: «Estudo encol da escritura hemisférica» (*); e xa daquela coñecíamos o artigo por Murguía adicado â pedra de Chan da Gambra, en Mondariz. No día, despois de novas leituras no decorrer do tempo e con unha mais compreta coleición arrequecida pol-as propias esculcas, afincámonos mais a cada vez na ideia primeira e ourentados n-ese senso seguimos teimoso o calado traballo de anos.

Con canto levamos escrito, non queremos dicir emporiso que sea aisoluto o erro de aqueles que coidaron descobrir n-esta cras de sinos de que estamos tratando, un valor relixioso ou un culto funerario, nunca foi ese o noso propósito, mais o que sí deciremos é que amas interpretazóns non atinarón a ver mais que unha parte da verdade, porque os que así cavilaron dándose por satisfeitos coa primeira deduzón, non seguiron profundando na esculca. Por se tratare de un sistema gráfico de espresión, é ao noso xuizo, de onde promana o atopalo en moimentos funerarios, ao mesmo tempo que foi aberto en penedás aos que se atribuie un orixe relixioso pol-as circustanzas que n-eles concurren, en algún amuleto e moedas, e até en aquelas laxes de que temos falado nas que se non albisca outra importanza que a dos sinos conservados; estas considerazóns, móvennos a lembrar como casos somellantes os bitafes dos nosos días, as lápides de lembramento de un nome ou dun feito sonado e groríoso, que espertan no ánemo de quen as lê unhas veces, o cariño respetoso e a venerazón de unha figura ilustre; outras, a verdadeira ademirazón e o sinceiro agradescemento, e ainda algunha vez tamén, misturado con estes sentementos, a delor

(*) Inédito, escrito en galego, foi presentado ao «Certamen Gallego-Castellano» celebrado pol-o Centro Gallego de Montevideo, ao celebral-o 50 aniversario da sua fundazón, o ano 1.929. O xurado concedeulle o premio do tema VII: *Contribución al estudio de la Historia de Galicia.*

pol-os feitos lembrados, levando aos sinceiros ademiradores do home ou dos feitos, a se sentiren trementes do anoto; de ahí, que o desexo de lle render homenaxe ou de facer mais estrita a comunión espritoal antre os seguidores e o grorificado, convirten o logar onde o moimento se atopa, en ouxeto de pelengrinaxe, e se ben é certo que en tal caso eisiste unha certa afinidade ideolóxica da masa que fai a romaxe, antre sí, pol-a devozón que a impulsa, non é emporiso menos certo que ese aito non entrana un feito relixioso no restrito senso da verba; e, quén é que nos dí que non foi ese o verdadeiro orixe de que certos logares e moimentos prehistóricos amais de algunhas penas, teñan merecido un culto nas vellas tradizóns populares que chegaron perder por enteiro o verdadeiro siñificado do principio que lles deu vida?

Respeitive do valor máxico de estes sinos, pódese dicir que o seu poder non residía n-eles mesmos: promanaba das verbas e trechos rituás con eles compostos; da forza do conxuro atribuida â invocazón, cando non era pol-a eras da imprecazón usada; e si temos en conta que a escritura viu pasar moitos anos denantes de chegar a ser a sua compreensión do dominio do vulgo, e que a iñoranza de todol-os tempos e paises viu sempre en aquelo que non comprendía algo misterioso chegado ao máxico e dotado de certo poder sobrenatural, nada ten de estraordinario que no decorrer dos séculos, fose medrando ese conceito até lle dar nacenza âs lendas e supersticiós que chegaron a nós, e tan certo é que pasa así, que as runas dos paises nórdicos, sistema de escritura antiga escandinava ben coñecida, son consideradas no día pol-a popular credulidade da grea campesiña escandinava e xermánica, como sinos máxicos, porque, morta a civilizazón que lle deu vida, e desaparecidol-os seus intérpretes, hai moito tempo que a sua leitura caeu no esquecemento, non se conservando das antigas práticas e do verdadeiro siñificado, outra memoria antre as moitedumes, que unha lene ideia desfigurada ao se lle misturaren novas creenzas e fantasías con mais trechos de creenzas e lêndas de outras procedenzas.

Pra lle dar remate a estas apreciazóns, será ben lembrar que como o noso ilustre Murguía nos informa ao facel-o estudo do culto dos antigos galegos â natureza inanimada, e dimpois de se ocupar demoradamente do Pico Sagro, era costume dos nosos ascendentes o grabar inscriciós votivas nos penedás de algúns montes, poñendo como exempro de tal proceder a inserizón adicada a Xúpiter Ládico, nos Codos de Larouco (montes de Bacarizas, auntamento de Larouco Puebla de Trives, — Ourense); a que sinala como desaparecida vinte anos atrás, na parroquia de Santaya da Espenuca (auntamento de Coirós, — Betanzos, — A Cruña), e que ao parescer lembraba un sonado acontecemetno, ao igual que acontez coa do Monte Pindo (S. Amede de Carnota, — Carnota, —

Corcubión, — A Cruña), que asegún aquele autor ([24]), dí dun suceso político e relixioso memorabre; e facemos esta cita, como demostrazón de un vello costume eisistente outrora, de facer chegar â posteridade certas notizas e adicazóns; práitica que é moi comenente teñan en conta cantos miran con esceiticismo a posibilidade de que as composizóns de «coviñas» abertas en penas do monte cando non en preno campo, ou veira dos camiños vellos, sexan, amais de adicazóns e lembranza de herois, nomes de logares; guías; ou tratados; verdadeiras páxinas da vida das poboazóns primitivas que diron orixe ao pobo galego aitual.

Antiguedade das composizóns de «coviñas»

O se atoparen as «coviñas» en moitos casos asociadas con outros sinos variados, deu pé para as considerare en conxunto con todal-as demais insculturas, tomándoas, si se quêr, como unha modalidade dentro do xénero, mais que se non diferenza esenzalmente das outras composizóns no que toca aos logares onde aparescen, âs superficies que as conteñen e posibremente a técnica empregada para as tracexar; de esa similaridade promana a tendenza a lles atribuir a todal-as insculturas un mesmo fin, e moi somellante, por non dicir idéntico siñificado, sen parar mentes na posibre diferenza das causas que lles deron vida e ainda na razón do seu emprego, levando asimesmo a lles asinalar unha mesma época de orixe que uns fixan no neolítico, outros na idade do bronce e algúns créenas inizadas no periodo de transizón ou eneolítico, con reminiscenzas marcadas no neolítico ([25]); mais, como queira que eisisten algunhas

([24]) *Galicia*, na coleición «España, sus monumentos y arte — Su naturaleza e historia. — Daniel Cortezo, Editor. — Barcelona 1.888, p. 208.

([25]) Atribúieas ao neolítico XAN CABRÉ AGUILÓ, *Los grabados rupestres de la Torre de Hércules* (La Coruña), xa citada, e tamén en *Arte rupestre gallego y portugues*, Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais de Lisboa. Para OBERMAIER, «se trata de un arte posterior al neolítico (eneolítico), aunque con reminiscências de él, y anterior a la época céltica, esto es, de obras gráficas, en las cuales no participarían, por lo esencial, ni la edad de la piedra ni la del hierro, sinó la del bronce», véxase: *Impressiones de un viaje prehistórico por Galicia*, p. 22. — DÈCHELETTE, fai notal-a sua eisistenza en moimentos funerarios das edades da pedra e do bronce; véxase *Manuel d'Archeologie*, etc., p. 618. — C. DE MERGELINA, asegún F. L. CUEVILLAS, en *Prehistoria Galega: Nota encol de unha inscultura inédita de tenorio.* — Bol. R. Acad. Gallega, tomo XVII, p. 217, sinala como épocas de apoxeu das «coviñas» o neolítico e o eneolítico. — A. BALLESTEROS BERETTA, asenta pol-a sua parte, que as composizóns de «coviñas» sen outros sinos asociados, son propias do neolítico e atribuie â edade do bronce o aditamento de novas figuras. Consúltese

posibilidades de escrarecer en algo o verdadeiro periodo da sua utilizazón, imos asinalar algúns fitos.

Sendo na cultura do «asturiense», onde por primeira ves se atopan as «coviñas», que se ven abertas en croyos apranados e de forma oval, aparescidos antre o material típico de esta cultura, e figurando ás veces unha soia «coviña» no centro de unha das caras do croyo, no entanto outras veces son duas, en cada cara a sua, habendo tamen casos de exemprares con duas «coviñas» xémeas; compre, pois xusgámol-o moi comenente, lembrar que o professor Obermaier, ten ao «asturiense» como de época «post paleolítica», y precisando más, post-aziliense, por faltar toda indicación de contacto con esta última, que está bien representada en la región Cantábrica. — Por otro lado, la ausencia de cerámica y de instrumentos de piedra pulimentada coloca este piso asturiense en el epi-paleolítico; pero como no existen tampoco analogías directas entre esta nueva civilización y el neolítico de Francia (Campiñiense), nos creemos autorizados para colocar en lugar aparte este complejo arqueológico que probablemente no es otra cosa que una modalidad regional costera, circunscrita a esta región asturiana, o tal vez a la cantábrica» ([26]).

Pol-a sua parte o Conde de la Vega del Sella, afertunado descubridor de este novo nivel cultural que foi recoñecido por primeira ves no ano 1.914, dimpois de sinalar nun dos traballos que lle adicou, o descoñecemento en que estamos do periodo que seguíu ao «asturiense», descoñecemento comparabre ao que arrodea o periodo que meiou antre os comenzos de este e o fin do paleolítico, salienta como no debalo do asturiense atópanse novos niveles coas primeiras mostras de cerámica, e algúns, poucos, croyos dos que levamos falado, escrebindo: — «Aunque durante todo el paleolítico superior se encuentran también piedras con cazoletas («coviñas»), estas se diferencian perfectamente de las post-asturienses, probablement neolíticas; mientras que aquellas presentan la cazoleta producida por numerosas percusiones practicadas en un mismo lugar, en las segundas aparecen las cazoletas pulimentadas como si hubieran sido

---

La escritura prehistórica, na sua Historia de España y su influencia en la Historia Universal. — Salvat Editores. — Barcelona 1.918. — Tomo I, p. 89. — Este autor incluie unha bibliografía moi interesante encol do tema.

([26]) *El hombre fosil.* — Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas. — Comisión de investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas. — Museo de Ciencias Naturales, Madride 1.916, p. 336. — Com posterioridade, novos descobrementos permitiron estendel-a area de esta facies cultural cara ao Sul: figurando antre os novos xacementos o da Guardia, na provincia de Pontevedra, en Galicia, sinalado pol-o P. Uxio Jalhay; os de Ancora e Afife, de que deu conta Ruy de Serpa Pinto, e o de Areosa, estudado por Abel Viana.

obtenidas por fricción; no hemos hallado piedra alguna pulimentada acompañando estos ejemplares» ([27]).

Estos croyos asturienses, lémbrannos os croyos pintados da cova da Mas d'Azil, nos que moitos esculcadores queren ver o primeiro balboar das escrituras alfabetiformes; socedería o mesmo respeito da escritura hemisférica côs exemprares asturienses a que vimos referíndonos?. Nos non aventuraremos a tanto, mais, emporiso, sinalamol-o caso.

Vimos mais atrás, como a opinión dos autores especialistas indą que arredor d'unha mesma época, sinalan con algunhas variaciós a edade de frolecemento das manifestazóns insculturadas das «coviñas»; pol-a nosa parte coidamos que dende o seu orixe até que foron releixadas ao esquecemento por seren sustituidas por outra maneira de espresión mais perfeita, decorreu moito tempo, e que a praitica da sua utilizazón, abrangeu pol-o tanto diferentes culturas das que prestaron a sua caraiterística para a partizón da pre e proto-historia en Edades, e como o falar sin probas tratando de estes temas resta valor âs afirmazóns feitas, dimpois de comenzar como fixemos referíndonos ao «asturiense», seguiremos espoñendo casos concretos de proba nas etapes sucesivas; mais, cinguirémonos a poñer poucos exempros pra lle non dar dimensiós de eisaxero a este enxaio, entendendo que por outra parte é de abondo para o noso ouxeto. Pol-a mesma razón sinalaremos com preferenza casos da Panínsua e solmente algún que outro da Europa.

Temos como casos ben datados do neolítico para Galiza, a lousa que facía de tampa nun dolmen desfeito no cume do monte de San Cibrao, próisimo ao de Penamá, en Allariz, Ourense, da que nos dá notiza Vazquez Nnñez ([28]), quen dí puido ver n-ela «varios hoyos circulares de pequeñas dimensiones, colocados sin orden ni simetría tal como los describe el Sr. Saralegui en su obra ya citada ([29]), refiriéndose a Cartailhac ([30]) que asegura haberse observado en muchos cantos erráticos de los Pirineos y los Alpes, así como en las piedras que forman varias de las sepulturas megalíticas de Dinamarca, Suecia y otros paises»; en Portugal, tomados de Leite de Vasconcellos ([31]), un dolmen no

---

([27]) *El asturiense* — Nueva industria pre-neolítica. — Junta para Amp. de Est. e Invest. Científicas, etc. — Madride 1.923, p. 41.

([28]) ARTURO VAZQUEZ NUÑEZ, *Las mámoas*, no Bol. de la Com. Prov. de Ourense. — Tomo I, n.º 20, Xunio 1.901, p. 351.

([29]) *La época céltica en Galicia.* — Inda que o autor de quen tirámol-a informazón non sinala páxina nin edizón, trátase da páxina 248 da 3.ª edizón, feita na imprensa de R. Pita. — Ferrol 1.894.

([30]) *Âges prehistorique de l'Espagne et du Portugal.*

([31]) *Religiões da Lusitania*, p. 358-364.

lugar de Frieiro, concello de Villa Pouca de Aguiar, no interior do que apareceu unha laxe con 32 «coviñas»; outro, no pinal dos Amiaes, no sitio da Pedraça, freguesía de Senhorim (Beira Alta), coñecido pol-o nome de Cova dos Moiros, tiña graburas n-unha das laxes que o formaban: por unha cara, aparescían dous cadros partidos en catro por meio de duas raias a se cortaren en cruz; unhas riscaduras fondas e algunha «coviña», e na cara oposta da mesma laxe, víase unha composizón de sete «coviñas». Estes dous casos citámolos por estar craramente especificado o seu caraiter de enterramentos neolíticos dada a natureza do mobiliario recollido.

Nas escavaciós de Numancia, asegún testemuño do P. Fidel Fita, atopáronse composizóns de «coviñas» no nivel neolítico correspondente a primitiva cidade (32).

No túmulo de Marly-le-Roi descuberto en 1.841, que foi ouxeto de diferentes traballos de esculca, no ano 1.928 con motivo das escavaciós dirixidas por Silvestre de Sacy, foron estraidos restos humans, machados, puntas de frechas e coitelos de silex con mais algunhas pezas de astes de cervos, e cachos de olas, mouros, con enfeites; Marcelo Baudoin e outros arqueólogos seus colaboradores conviñeron que o enterramento era neolítico, pois ben, antre o material recollido había unha lousa de pedra areisca de 0,75 × 0,87m. con un cacho tronzado, e n'esta pedra, víase un releve con un machado enmangado, e mais abaixo catro ringleiras de «coviñas» de 5 mm. de diámetro formando un cadro; estudada a composizón por M. Mellerio e M. de Nussac chegaron â concrusión de que se trataba do prano a escala do propio moimento funerario onde a pedra foi atopada (33). Esta notiza tirámola dun comentario do xornal madrileño xa desaparecido «El Sol»; por un descoido non conservámol-a data, e leva por tíduo «Actualidad arqueológica — Como medía y calculada el hombre neolítico. — firmaba R. A.

No monte Arabí a unhas catro leguas de Yecla (Murcia) nun outeiro de forma cónica que chaman os naturaes do país Arabilejo Chico, atópanse os restos de un poboado neolítico; pol-a caida de este outeiro que mira a Yecla, hai algunhas covas antre as que se contan a chamada «Cova do Mediodía con pinturas neolíticas; atópase situada nas abas do outeiro, moi chegada â chanceira do Arabí, pois ben, «Encima de la Cueva del Mediodía, bordeando todo el banco rocoso, se encuentran labradas en la peña numerosas composiciones ógmicas de un estado de conservación perfecto, viéndose convinaciones sumamente

(32) Contestación ao discurso de ingresso na Real Academia da Historia, lido por XOSÉ RAMÓN MÉLITA.

(33) O autor da crónica lida por nós dí tirou a sua informazón dun cursidoso traballo de M. LOUIS MORET, mais, nen dí o nome que levaba nen onde o viu.

variadas e interesantes. Dichas manifestaciones se extienden por todo el cerro, particularmente por el Oeste y las hay hasta la cima del monte, en lo más alto, en el picacho denominado la Punta del Cuerpo» ([34]).

Corresponde agora que falemos da pedra atopada na esprorazón do Castro Pequeno, no Neixón, preto de Rianxo, mais na freguesía de Cespón concello de Boiro partido xudicial de Noya na provincia da Cruña; trátase de unha peza irregular que ten nas meirandes medidas 0,34 × 0,54 m. e n-ela hai sete «coviñas», de elas, unha un pouco mais grandiña, e as outras todas de un grandor; aparesceu na camada mais fonda e posta direitamente en contaito cô chan natural da estazón, na que foron aprezados tres niveles por baixo de unha capa superior de pequenas laxes que viña ser como a tona; a primeira camada que afondaba dous metros, era de terra abrancazada con algunhas conchas de ostrea edulis e cardium edule e tapes decussatus, en pequena cantidade; forneceu alguns cachos cativos de olas, lisos, sen enfeites; por baixo de este primeiro nivel, atopouse outro de metro e meio de seición vertical; compoñíase de cunchas de caramuxos sendo as mais de litorea, e os menos, en moi pequena cantidade de neptunia anticua misturado o todo con cardium edule e tapes decussatus xa notadas na camada superior, atopándose tamen agora algunha dossinia exoleta e ostrea edulis, tamen raras.

N-este cunchal, cinguido por un balado de pequenas pedras e de forma arredondada, foi onde se recolleu o meirando número de ouxetos e cachos de olas que testemuñan unha cultura do bronce, mais, por baixo de este nivel inda aparesceu un terceiro tamen de metro e meio, formado de pedras con sinales de ser lambidas pol-o lume, carbós a eito, e o todo antre dous balados do mesmo altor da camada, reitos e paralelos correndo na direición Leste-Oueste; por debaixo de este novo nivel onde se non atopou cousa, amais das pedras e carbós, estaba a pedra das «coviñas» como dixemos pousada no chan natural e coa superficie insculturada cara ao alto ([35]). Eis un exemprar de escritura hemisférica avencellado a un periodo de transizón.

Chegado o neolítico fornécenos como as culturas precedentes, casos ben datados que poden facer fé da continuidade do uso das «coviñas» por aquela modalidade cultural que precedeu â época do bronce; do eneolítico galego, unha das fases culturaes da nosa rexión, que foi determiñada pol-a abundosa recolleita de pezas caraiterísticas, dixo un escribidor: «Son abundantísimas

---

([34]) XAN CABRÉ AGUILÓ, *El arte rupestre en España.* — Junta para Ampliación de Estudios, etc. — Madride 1.915, p. 211.

([35]) FLORENTINO L. CUEVILLAS e FERMIN BOUZA BREY, *Prehistoria galega: O Neixón.* — Bol. R. Acad. Gallega. — Tomo XVI, p. 1 e seguintes.

en Galicia los útiles de cobre y demuestran — aún prescindiendo de los dudosos — la riqueza de la cultura eneolítica en esta región. — Existen puñales, cuchillos, punzones, puntas de flechas, hachas de cobre, siempre planas y más o menos trapezoidales y, ya hacia el final de la edad del cobre, con filo semicircular» ([36]).

A este periodo pertenesce o ídolo cilíndrico da Caeira, que ten unha «coviña» n-unha das bases, e seis na outra ([37]); pol-a sua parte o Marqués de Cerralbo, sinalou cerca de Alcolea del Pinar (Guadalaxara), as «coviñas» asociadas a figuras somellantes âs grabadas nas penas da Torre de Hércules, na Cruña, pero que Cabré pol-o grao de estilizazón de unhas e outras considera anteriores âs galegas, e tenas crasificado en consecuenza como típicas dos comenzos do cobre; asociazón de figuras e «coviñas» atopada asimesmo de par de túmulos e cistas de esa mesma época, no termo municipal de Calaceite (Teruel) e outros logares do baixo Aragón como tamén nas covas abertas pol-o home con fís necrolátricos en Merendilla e de Cihuela a Deza (Guadalaxara e Soria), sinaladas como típicas do periodo do cobre ([38]).

Xa na Edade do bronce, temos en Galiza a campa de Proendos, pouco hai descoberta ([39]) que tiña aberta na cara superior da lousa que lle servía de tampa unha pequena composizón de nove «coviñas», tres das cuaes están arrodeadas por un circo cada unha, son todas do mesmo grandor; recolléronse amais de algunhas pezas dos esqueletes conservados enteiros mais que ao lles poñer man desfixéronse, varias pezas de bronce, unha ola de boca ancha, esnaquizada nun descoido ao lle cair unha pedra enriba. Media esta ola 33 cms na boca, era de barro natural e cuberta de un barnís non vitrificado similar â cerámica aretina; recolléronse tamen outros cachos de ola de material diferente, gris mourelo, micáceo, imperfeitamente fabricadas. Pol-a bisbarra hai mais pedras e penas con «coviñas» e algunhas figuras circolares concéntricas coma as da provincia de Pontevedra.

([36]) C. PEREZ BUSTAMANTE, *Notas de Arqueología Prehistórica Galaica — Los dólmenes de Dombate y de la Gándara* (Coruña). — Boletin Biblioteca Menendez y Pelayo. — Separata, p. 23.

([37]) Foi estudado por FLORENTINO L. CUEVILLAS, no seu traballo *O ídolo cilíndrico do Museu Arqueolóxico de Pontevedra e outros ídolos galegos*, Arquivos do Seminário de Estudos Galegos, I. — Santiago de Compostela. — Imp. Lar. — A Cruña 1.927, p. 11 e seguintes.

([38]) CABRÉ, *Los grabados rupestres de la Torre de Hércules*, (La Coruña, p. 16/17.

([39]) M. VAZQUEZ SEIJAS, *Aportación de la provincia de Lugo al «Corpus petroglyphorum Gallaciae»*. — Bol. de la Com. Prov. de Monumentos, de Lugo. — Tomo II, p. 75.

De Portugal, citaremos a pedra atopada na cista megalítica pertencente a este periodo do bronce, na Quinta da Agua Branca (Minho) (40); Dechelette, dimpois de se referire a área de espallamento das «coviñas» dí, que se ben son raras nos menhires atópanse na época do bronce tanto nas paredes dos dolmenes como en croios que forman parte do mobiliario necrolátrico (41), e nas descobertas levadas a cabo por Evans en Cnosos, vemos tamen as «coviñas», en pracas e barras con inscriciós xeroglíficas da crase b, propias do Minoico Meio II.

Se as probas sinaladas revelan por sí unha notabre persistenza no uso induvidabre das «coviñas» como sistema de escritura, compre asinalar que a sua caida en desuso tivo logar en época moito mais próisima aos tempos históricos; as manifestazóns por nos recollidas en algunhas penas dentro do recinto de castros ou tan chegados a eles que proban d'un xeito evidente estaren relazonados, sendo pol-o tanto coetáneos, consíntenos falar como cousa certa da sua utilizazón cando menos antre nós, durante a edade do ferro, porque loxicamente, de non sere así, teríamos que lle atribuir orixe anterior aos castros, cando paresce ben probado o contrario.

Aparte a pedriña caliza con xeito de amuleto atopada por Guillerme Thomson, no castro de Pedreda, preto de Rubiás, a cinco kms de Lugo (42) citaremos as penas descubertas por nós arredor dos castros de Elviña, auntamento de Oza, fundido aitualmente ao da Cruña; Alvedro, na parroquia de San Xian de Almeiras, auntamento de Culleredo, no partido xudicial da Cruña; algunhas «coviñas» isoladas no castro de Pastoriza, parroquia do mesmo nome no auntamento de Arteixo, partido da Cruña; outra pedra próisima ao castro de Subiña, en San Xian de Serantes, auntamento de Oleiros, partido da Cruña; e dentro do termo municipal da cidade herculina atopamos algunhas pedras con inscriciós próisimas aos lugares dos Castros e Castrillón, a non moita distancia de Eirís, parroquia de Santa María de Oza hoxe comprendida no auntamento cruñés.

Casos somellantes atópanse asimesmo en Portugal: dentro do castro «Castello de Nossa Senhora do Bom Sucesso» freguesía de Chaos de Tavares, había un penedo de canteiría con sete «coviñas», e outras laxes mais que tamen as tiñan (43); asegún di Martins Sarmento, n-unha esquela dirixida ao autor das «Religioes da Lusitania», atópanse tamen «coviñas» no recinto de Sabroso e

(40) R. DA SERPA PINTO, *Petrogalifos de Sabroso e arte rupestre en Portugal.* — Nós. — Tomo VI, n.° 62, 15 Fevereiro 1.929.

(41) Obra citada, p. 617.

(42) MURGUIA, *Historia de Galicia*, tomo, II, 2.ª ed., Librería de Carré. — A Cruña, 1.905, p. 30.

(43) *Religiões*, p. 372.

da Citania, así como en outras penas das proisimidades (44), e non esquezemos que Serpa Pinto en traballo ao que nos referimos mais atrás (45) estudou un petroglifo tamén de Sabroso no que con outros sinos aparescen sete «coviñas».

Pra lle poñer fin a esta revisión da eisistenza de probas que nos amostran o uso das «coviñas» no decorrer dos séculos, referirémonos aos hachádegos n-unha mámoa da parroquia de San Xoan de Furelos, no auntamento de Melide, partido xudicial de Arzua, na provincia da Cruña; atopábase a mámoa próisima ao río que leva o nome da parroquia; asegún o seu esprorador, non conservaba as pedras do dolmen, mais na masa de terra de por riba, tiña tantos cachos de tégulas e ímbrices aboltos, que levou ao autor supoñer o emprego pra cubrilla, de materiaes inuteis d'unha telleira onde se fabricara tella romá, pois dos cachos atopados namentres uns aparescían mal cocidos, outros estaban queimados e até habíaos apregados por estaren mal dispostos no forno, pra cocer; respeito da antiguedade de esta mámoa, o autor escrebe: — «Si la teja romana fué introducida en nuestro país en el tiempo de la dominación de Roma, es obvio que nuestra mámoa fúe levantada no antes de aquel tiempo» (46). Antre os materiás recollidos figuraban «Un trozo de tégula, grande y bien cocido, con algo así como tres arcos de medio punto concéntricos groseramente trazados, y *varias impresiones muy marcadas que semejan exactamente las que en la arcilla no cocida aún, deja un calzado clavateado*» suliñamos nós.

Amais das insculturas de que levamos falado pra datal-a época do emprego das «coviñas» como manifestazón gráfica do pensamento, compre que sinalemos unhas pracas de bronce procedentes do enterramento de un presunto xefe en Uppland (Suecia), nas que se ven unhas lendas postas nos escudos, usando de sinos côs que se representan as «coviñas» abertas nas pedras, valendose de relevos hemisféricos; as moedas bávaras de que nos falou Celso Gracía de la Riega (47), e unha peza conservada no moedario da «Real Academia de la Historia», en Madride: trátase de un semís que Zobel describe: — «Anverso, cabeza de Hércules a la derecha, con la piel del león. Reverso, delfín a la derecha, encima, leyenda desconocida». Berlanga, ten esta moeda como tartasia emparentada coas fenicias e lê na inscrizón «N(e)uas, referíndoa a Naeva (48), pois ben, a dereita dos sinos liñares aparescen tres semiesferas como pode verse no

---

(44) *Ibid.*, p. 379.

(45) *Petroglifos de Sabroso e arte rupestre em Portugal*, xa citado.

(46) ALFREDO ALVAREZ, *Mámoas — Una de la época romana.* — Bol. R. Acad. Gallega — Tomo XI, p. 299.

(47) Obra citada, p. 471, nota 50.

(48) CASTO M. DEL RIVERO, *La Coleccioón de monedas ibéricas del Museo Arqueológico Nacional.* — Biblioteca de Colleccionismo. — Madride, 1.923, p. 67.

dibuxo que pubricamos, convinazón moi típica e repitida na nosa escritura hemisférica.

Acabamos de facel-o análise da supervivenza do emprego das «coviñas» ao través do tempo, o que nos autoriza pra lle asinalar unha duranza que ninguén até o de agora, que seipamos, coidouse de precisar con probas; vimos, que o periodo da sua eisistenza afeuta dende o frolecemento da prehistoria inizado cô neolítico deica os comenzos dos tempos históricos, podéndonos arriscar coa posibilidade de estar no certo, a dicir que seguíuse usando da escritura hemisférica por parte de algúns pobos, cando xa outros, mais adiantados, possuían en preno desenvolvemento os alfabetos liñares; móvenos a velo así, aparte o feito ben coñecido que non todol-os pobos entraron no mesmo tempo nas culturas que silviron pra división dos periodos pre e protohistóricos, o feito que paresce evidente de que o alfabeto ogámico utilizado nas illas británicas derivou as suas letras do alfabeto latino crásico ([49]); e conte, que o alfabeto ogámico por algúns identificado coa escritura hemisférica (lémbrese que Rivett Carnac valéndose de ele interpretou as inscriciós dos verróns de Avila e Segovia, según o P. Fita ([50]), está constituido por unha combinazón de «coviñas» e riscaduras: abríndose as «coviñas» na aresta do ángulo diedro formado por dous pranos ou caras entestados, representando as vocaes asegún o número de covas abertas, e as consoantes con unha ou varias riscaduras ora â direita, ora â esquerda, perpendiculares a aresta unhas veces e oblicuas outras, tracexadas nunha ou noutra cara facilitando así o chegar a un maor número de sinos; outras veces sustituiense as «coviñas» das vocaes por tracexos reitos que cortan en crus a aresta.

Amito do espallamento das «coviñas»

E tan amplo no espazo como o foi no tempo o ámito abranguido pol-as composizóns de «coviñas»; pódese dicir, que en mais menos cantidade espalláronse por todo o oucidente europeio: en Portugal, hainas no Entre Douro e Miño, en Traz-os-Montes, e na Beira; aparescendo en menor cantidade no Alemtejo ([51]); en España, abondan en Galiza; foron sinaladas na provincia de Cáceres por Roso de Luna; en Badaxoz, pol-o Marqués de Monsalud; en Almería, por Luis Siret, en Teruel e outros pontos do Baixo Aragón, e na provincia de Murcia atopounas Cabré Aguiló; o P. Fita, viunas nas escavaciós

([49]) J. VENDRYES, *«El lenguaje» na Biblioteca de Síntesis Histórica.* — La evolución de la Humanidad. — Ed. Cervantes. — Barcelona 1.925, p. 487.

([50]) Discurso citado.

([51]) *Religioes*, p. 374-384.

de Numancia; o Marqués de Cerralbo en algunhas localidades das provincias de Soria e Guadalaxara; o P. Xulio Furgús na bisbarra de Orihuela (Alicante).

O mesmo que acontés en España onde se atopan as «coviñas» na costa e nas terras interiores, ocurre en Francia, pois se ben son moito mais numerosas as localidades onde se sinalan na Bretaña, atópanse tamen en casi todo o resto do país, chegando aos Pirineos na direición Sul, e pasando a Suiza, Norte da Italia, Austria, Córcega...; en Alemania, Dinamarca, Suecia; na Gran Bretaña, siñificándose Irlanda e mais Escocia por telas en meirande cantidade; e partindo de Portugal en direición do Sul, atopámolas no ámito dos pobos tuareg, no Marrocos; nas illas Canarias, e xa lonxe, na América do Norte, onde deu con elas Simonin n-unha sua visita a unhas minas de cobre próisimas aos lagos superiores; descoberta da que deu conta â Sociedade de Xeogfrafía de Paris, â que tiña informado o xeneral Faidherbe da somellanza das insculturas das illas Canarias coas descobertas por ele no país dos tuareg ([52]).

M. Montelius, sinala as «coviñas» en dólmenes de Palestina; nosoutros xa atrás fixemos unha referenza â sua aparizón en barras e praquiñas de barro procedentes de descobertas do Minoico Meio II en Creta; cítase tamen a Rusia antre os paises que coñeceron o emprego das «coviñas», mais sen especifical-a rexión; e na Asia, paresce son moi abondantes na India, procedendo do Talique ruso (Cáucaso), e mais concretamente da necrópole de Djonu, unha peza de cerámica a xeito de caixa cadrada que leva grabado n-unha das suas caras unha serie de dazaseis cadrados perfeitos, nos que hai inscritas suasticas, en número de doce, namentres en outros catro hai grupos de tres «coviñas» en tres de eles, e solmente unha no outro.

Si resulta interesante a determiñanza da supervivenza do emprego das «coviñas» no decurso do tempo, o non é menos o marcar o ámito do seu espallamento no espazo, e o simpres tracexo dun gráfico onde se vexa a largura que chegou abranguer o radio de inzamento, próbanos a sua condizón de universalidade, a induvidabre procedenza oucidental como primeiro foco de espandemento, e a rara coincidenza de se corresponder ese gráfico côs que representaran o da estensión do megalitismo, e en certa forma, inda que non tan por compreto, o do vaso campaniforme e dos machados de talón; sendo moi merecente de se ter en conta pol-a importanza das suas suxerenzas en certa forma relazonadas con este noso ensaio, o moi interessante estudo que n-esta mesma Revista viu a lús a partir de 1953 encol de *Oestrymnis (Atlântida-Campo Eliseo)*, do que é autor o ilustre pesqueridor portugués Francisco José Velozo, noso distinto amigo.

([52]) GARCIA DE LA RIEGA, *Obra citada*, p. 471.

Dificuldade da interpretazón da escritura hemisférica

Moi difícile apreséntase o problema da interpretazón da escritura hemisférica; a falla de inscriciós bilingües que de tanta eficacidade foron para a comprensión dos xerogrifiços exicios, retrasará en moito a leitura de estes sinos que por teren unha forma única comprican a custión, superando as dificultades con que trompezaron os interpretes das vellas inscriciós cuneiformes.

Numerosas son as interrogantes que asaltan a nosa imaxinazón sumíndoa nun verdadeiro caos de dúvidas turbadoras capaces de leval-o desconcerto ao ánemo de millor tempero; cal é a direición da escritura?; é a primeira pregunta suxerida pol-a contemprazón das composizóns que temos diante dos ollos en follas múltiples: prodúcese de arriba para abaixo ou en proyeición hourizontal? diríxese de esquerda a dereita, de dereita a esquerda, ou en amas direiciós alternadas ao dar remate a un ringuilón e comenzo ao seguinte? A soluzón de esta custión previa ten fondo interés, mais pol-o de agora non podemos dar por resolto o probrema, pois apenas si podemos facer algunhas suposizóns conxeturaes meramente provisoiras de moi pouco valer.

Nos nosos inquéritos chegamos a nos convencer que a direición da escritura hemisférica poderíase tirar pol-a comparanza das inscriciós abertas en superficies hourizontaes mais ou menos arrampadas coas recollidas en pranos verticaes; quixemos facel-a comparanza, mais son tan escasal-as composizóns de que dispoñemos abertas en superficies verticaes, que nos non estrevemos fiar moito nos resultados, com todo, diciremos que da pedra de Xinzo da Costa, asegún o dibuxo ofrecido por Barros Sibelo; da de Goya (parroquia de San Martiño de Vilameá, auntamento de Guntín, partido xudicial de Lugo), dada a coñecer por Vazquez Seijas ([53]), e das duas mostras de escritura hemisférica da Escocia, reproducidas pol-a P. Fita ([54]), parécemos desprender, particularmente da primeira das duas derradeiramente citadas, e baseándonos de maneira especial no avincallamento de un grupiño de «coviñas» meiante canles ou riscaduras, que se atopa na sua parte baixa, paréescenos, repetimos, que n-estes casos de escritura en pranos verticaes, a escritura síguese de alto a baixo con marcado demerxer de esquerda a dereita, o que viría corresponderse nas inscriciós hourizontaes coa direición Sul Norte; xa que como é ben sabido, as mais das laxes que as conteñen, derrampan cara ao Leste-Sul-Leste. Por outra parte, nas composizóns mais numerosas que atopamos, parecen levar ventaxa as que ofrecen meirande número de «coviñas» no lado esquerdo como se fose debido

([53]) *Campo de mámoas.* — Bol. de la Comp. Prov. de Monumentos de Lugo. — Tomo I, p. 127.

([54]) Discurso citado.

ao remate de un ringlón incompreto; mais con todo ofrécesennos casos tan confusos que consideramos precisas novas e mais numerosas comparanzas pra nos decidir, pois quizaves fose prematuro o lle atribuir como direición única a de esquerda a dereita.

Cavilando na comenenza de pescudar nos mais antigos sistemas de escritura, na precura de unha ourentazón, xa que estimamos non era imposibre que do seu eisame xurdise algún indizo, fixemos diversas pesquerizóns ao través dos sistemas primitivos de espresión gráfica antre aqueles pobos, ou pra millor dicir, filos de aquelas culturas estabrecidas, ou peconiales das terras que foron parte do ámito abranguido pol-o emprego das «coviñas» no decorrer do tempo; e do noso eisame, paréscenos desprender que así como namentres pódese apreciar nas formas de escritura orientaes, antre elas a do Exito, a tendenza a se producir de riba para abaixo en algúns e da dereita para a esquerda nos mais; nos ocidentaes, siguen con preferenza a direición inversa; é dicir, de esquerda a dereita, e nos que sofriron do infruxo de uns e outros, às veces alternan a direición ao rematal-o ringuilón, e ainda si se tratar de epígrafes moedarios escrebíanse indistintamente nas duas direiciós.

Deixando a un canto o probrema da orixe da escritura, tema do meirande interés, mais non indispensabre de ser tratado para o noso ouxeto de este momento, que é o pesqueril-a posibre direición da escritura hemisférica, vemos, en primeiro logar, que a escritura cretense unha das mais antigas, e na que modernos esculcadores queren ver o infruxo das culturas de ocidente na formazón dos seus sinos liñares, denantes que un empréstimo fenicio como se coidou durante moito tempo e ainda é xeneral creenza ([55]), ofrécenos por modo indireito como peconiales do ocidente, duas particularidades fondamentaes que a ela lle son propias e nas cuaes sinálase forza de abondo «para demostrar que no tiene las mismas relaciones de filiación que las escrituras semíticas; va de izquierda a derecha, algunas veces con retorno de derecha a izquierda (boustrophedon) y presenta las figuras de los seres animados de espaldas al lector, mientras que la escritura de los egipcios va de derecha a izquierda como la de los babilonios, hetitas y semitas, y presenta las figuras de cara al lector» ([56]), non embargante o devandito, e ainda tendo presente

([55]) Véxase: PEDRO BOSCH GIMPERA, *El problema de la propagación de la escritura en Europa.* — Revista de Archivos Bibliotecas y Museos. — T. XXVIII. — Xaneiro-Xunio 1.913. — Tip. da Revista de Arch. Bibl. e Museos, Madride 1.914, p. 311-322; GUSTAVO GLOTZ, *La civilización egea.* — na Biblioteca de Sintesis Histórica. — La evolución de la Humanidad. — Ed. Cervantes. — Barcelona 1.926, p. 471 e seguintes: *La escritura.*

([56]) GUSTAVO GLOTZ, *Obra citada,* p. 475.

que dende a Grecia ao oucidente foi que afincou a proyeición da escritura de esquerda a dereita, vese no mesmo oucidente como algúns dos mais antigos alfabetos producíanse de dereita a esquerda: así no etrusco que deu vida ao latino, sinálase esta direición nos tipos mais arcaicos, trocada pol-a direición inversa de dereita a esquerda, mais as ibéricas, siguen a direición contraria ([57]) pódense atribuir estas duas modalidades a influenza sucesiva de fenicios e gregos ou debémonos arriscar a creer que o troque responde mais ben a un retorno â tendenza anterior da escritura oucidental do neolítico?; non sería imposibre que así fose e que respondendo a infruxo oucidental en Creta, fose ao través das sucesivas culturas nascidas na Grecia, afincando esta tendenza que atopou millor acollida no oucidente da Europa, onde non chegou callar o sistema fenicio, que ainda impeira ao través das multipres modificazóns que lle impuxeron de consuno tempo e espazo, no hebreu, no árabe, e no palí da India, por non dicir mais; desprendéndose, de ser así, que a nosa deduzón baseada na maneira de estar dispostal-as «coviñas» nas composizóns que coñecemos, ten posibilidades de estar no certo, e que a sua leitura hase levar de esquerda a dereita.

Se a direición da escritura ten o seu interés pra chegar a unha interpretazón das composizóns de «coviñas», moito meirande é a importanza de chegar escrarecer o valor fonético ou silábico que en cada caso representan: nun alfabeto liñar, é mais fácile esta interpretazón pol-a variedade de figuras orixinadas, mais aquí que solmente atopamos unha forma única salvo n-alguns casos pequenas diferencias de dimensiós, ocúrresenos que o sistema debíase basear na posizón relativa e nas distancias ao dispoñel-as «coviñas»; de esta dobre convinazón coidamos promana o seu sinificado, como supoñemos tamen, que quizaves cada sino así composto apresentaba unhas veces verbas compretas, outras, sílabas, simples articulazóns, ou letras solmente, caso que se deu en todol-os alfabetos primitivos ([58]) e que na escritura hemisférica é indispen-

---

([57]) LUIS PERICOT, *La España primitiva*. — Ed. Barna. — Barcelona 1.950. — p. 313: — «Estos dos sistemas son parecidos pero tienen algunos signos distintos y el tartesio se escribe de derecha a izquierda, al revés del ibérico. El tartesio debe ser el más antiguo y el ibérico una derivación relativamente moderna de aquel.

([58]) J. VENDRYES, *Obra citada*, dinos na páxina 77: — «...En la escritura fonética, inicialmente se notó el lenguaje por sílabas. La división en sílabas precedió, y en cierto modo retardó más o menos tiempo, la división en letras. Para distinguir los elementos de la sílaba ha sido preciso un largo y delicado análisis. La división en sílabas precedió hasta la división en palabras. En los más antiguos textos de muchas lenguas, las palabras no están separadas. El fin de una palabra se combina según los principios de la división silábica con el princípio de la palabra siguiente; es el caso de las escrituras de la antigua India. En la misma escritura cipriota, que es

sabre, pois de non sere así, ben pouca cousa podería espresar dada a pouquedade de «coviñas» en moitas composizóns; por outra parte, vemos unha posibilidade da nosa tese na eisistenza das catro composizóns ou grupos menores que poden distinguirse nitidamente en diferentes inscriciós rexistradas.

Son estes grupos, o triángulo equilátero representado por tres «coviñas» que marcan os tres ángulos, figura que atopamos en varios casos en penas diferentes, dos que compre sinalar as composizóns descubertas por nós, no logar da Ermida, freguesía de San Estebo de Culleredo, no auntamento de este nome no partido xudicial da Cruña; nas Penas da Virxe, na Gándra, San Xoan de Pravio, auntamento de Cambre, partido da Cruña; no Pouporón, San Vicenzo de Elviña, próisimo ao Castro de Elviña, Oza, hoxe auntamento da Cruña; na herdade que chaman Escaleiras, a pouca distancia da devanceira, e, nas penas de Carnés, Mogor e Salcedo, xa citadas; nos tres primeiros casos, a distancia é xustamente de tres centímetros antre os bordes das «coviñas» que miden de catro a cinco cms de diámetro; na pedra de Pouporón eisiste tamén outro triángulo que debido â pior conservazón non ofrece tanta regularidade, pois un dos lados ten apenas seis centímetros, namentres os outros dous miden cinco cms cada un; na pena de Escaleiras, miden sete cms cada lado, e cinco de diámetro as «coviñas»; e das penas de Carnés, Mogor e Salcedo nos non é doado ofrecel-as medidas por non ser feito a escala o dibuxo que utilizamos.

O que resulta un pouco desconcertante é que a posizón da figura non é sempre a mesma: é que asegún esté colocada representa diferentes valores fonéticos ou silábicos? todo paresce posibre.

Cómprenos sinalar ademais, referíndonos a esta figura triangular, a sua condizón de universalidade, toda vés que vímola n-unha moeda calificada por Berlanga de tartasia e atribuida pol-o mesmo autor a unha cidade de Naeva que debeu eisistir no convento gaditano, sendo diferente pol-o tanto de aquela do mesmo nome a que se refiren as inscriciós atopadas en Cazalla de la Sierra (Sevilla) (59); figura tamén, n-unha das moedas bávaras de que nos falou

---

silábica, las palabras griegas των αιλων τον αρκυρον, están escritas to-na-i-lon, to-na-ra-ku-ron.

Pol-a sua parte LUIS PERICOT, *Ibid.*, p. 314, falando do alfabeto ibérico dinos que é curioso que no sistema: — «existan signos alfabéticos y signos bilíteros, y el dar valor a estos fué el gran descubrimiento del profesor GOMEZ MORENO, *La existencia de un resto de escritura silábica da un caracter muy arcaico a este sistema*».

(59) CASTO M. DEL RIVERO. — Obra e páxina citadas mais atrás.—En algunhas das moedas pubricadas por este autor vense lendas bilingües, con un epígrafe latino e outro libio-fenicio espresados côs acraiteres correspondentes a cada caso; aparescen asemade algunhas lêndas calificadas de libio-fenicias escritas de dereita a esquerda; vense tamen epígrafes con caraiteres púnicos solmente, onde non se poñen

García de la Riega ([60]); tres veces en duas diferentes posizóns n-unha peza de barro do Talique ruso, na compaña de unha serie de suásticas, e nos escudos de duas das figuras da praca de bronce de Uppland (Suecia).

Outras das figuras varias veces repetidas que aparescen en Xinzo da Costa, n-unhas penas de Mogor, e n-outras de Salcedo, asegún dibuxos de Celso García de la Riega ([61]), e tamen na pena de Carnés, son grupos compostos de duas fileiras de tres «coviñas», o primeiro, e de duas, o segundo, cuase que paralelas, apartadas por distancias que parescen regulares, e con outra «coviña» mais adiantada como para formar triángulo coas que ten mais próisimas; non podemos precisar mais a descrición, por non seren tomados por nós os dibuxos, circunstanza que tamen nos priva de sinalal-a sua ourentazón; non embargantes, a posizón relativa no conxunto das insculturas é variabre, e paresce como se o grupo tivera un determiñado valor de por sí. Nas composizóns rexistradas por nós non tivemos ocasión até o de agora de atopar estes grupos.

Como remate, do outro grupo diferenciado que figura por duas veces n-unha barra de catro caras grabadas con xerográficos da crase b) do Minoico Meio II e que procede da illa de Creta, diciremos que está formada por catro «coviñas» unidas tres de elas coa carta pol-os cordonciños ou canles de que mais atrás temos falado; esta carta «coviña», ocupa como a cúspide de unha pirámide de base triangular que é a figura resultante de todo o dibuxo, e si conservamol-os tracexos reitos facendo desaparecel-as «coviñas», resultanos o sino que no alfabeto ibérico e nas runas nórdicas representa o *t*; o *v* no turdetano, e os fonemas *ti* e *di* no chipriota. Outras convinazóns mais poderíamos sinalar tendo en conta as diferenzas de aproisimazón das «coviñas» antre sí, mais de momento coidamos preferibre non falar de elas xa que se non ofrecen tan craras e destacadas como as devanceiras.

Como salvedade de canto levamos dito, é ben que fagamos presente, que si para todol-os nosos estudos valémonos con preferenza das composizóns descubertas por nós, obedece a que están todas elas formadas solmente de «coviñas» e algúns elementos complementares en certos casos, e non levan na sua compaña outras figuras mais menos compricadas como acontez moi en especial na parte ocidental de Galiza, nas proisimidades de Pontevedra, porque, ao que parez, en saindo da terra cruñesa ese tipo de composizón simpre vai evoluzonando e aparesce combinado con círculos e outros sinos a medida que se adianta

---

as vocaes, mais nos que, en de lles poñendo estas, veñen coicidir nun todo os seus nomes coas inscriciós toponímicas figuradas en emisiós latinas das mesmas localidás.

([60]) Véxase mais atrás páxina 8.

([61]) Obra citada, p. 101.

cara ao W, como é facile comprobar pol-as de Suevos e Arteixo ([62]), no auntamento de Arteixo, partido xudicial da Cruña, que ven ser para o caso o logar onde se funden a doce terra das Mariñas, e a terra de Bergantiños, mais brava e dura; as da pena de Carnés, no auntamento de Vimianzo, partido de Corcubión, na provincia da Cruña, dadas a coñecer por Barros Sibelo ([63]); as eisitentes na parroquia de Santa María de Figueiras, auntamento de Santiago de Compostela ([64]); aparescendo xa con novas caraiterísticas pol-as terras próisimas â ria de Pontevedra, onde xa, amais das figuras que levan asociadas, as mesmas «coviñas» teñen moitas veces outra disposizón antre sí; aparescen en grandes grupos arrodeados por circos grabados na mesma pena, cando non vemos arredadas unhas das outras composizóns de numerosas «coviñas» valéndose para o conquerir de tracexos irregulares de separazón; cal se quixesen indicar a eisistenza de trechos que se referisen a diferentes asuntos; tamen é cotian n-estas composizóns pontevedresas a disposizón das «coviñas» en ringleiras que lembran pol-a sua somellanza mais ben composizóns coñecidas da India, que cantas coñecemos do centro, do meiodía e do Leste de España; das portuguesas, e pol-as graburas que temos visto na Normandía, Bretaña, Escocia e Irlanda, Baviera, Dinamarca, Norte de Italia, Suiza, e periodo cretense do Minoico Meio, mais próisimas ao tipo nórdico galego, en canto toca a disposizón e grupos de «coviñas» sen outro sino comprementar que as arrodee, se esceituamos as riscaduras ou canles que por veces as unen, ou as pequeñas vertedeiras filiformes que teñen en ocasiós.

Por outra parte, contribuíu tamen â nosa preferenza pol-as composizóns cruñesas, a sua meirande simplicidade sen compricazón de outras figuras, pois entendemos que pra interpretar o misterio das «coviñas» precísase arredalas dos outros sinos, e lévanos a cavilalo así, o feito de non termos atopado ningún en cantas composizóns tivemol-a sorte de descobrir.

Como remate, non podemos menos que espoñél-as nosas dúvidas a respeitive da eficacidade da escritura ogámica como auxiliar pra chegar a interpretazón da escritura hemisférica, por duas razóns: o se producir a primeira de riba para abaixo seguindo a aresta de un ángulo diedro e diferenciar-se as consoantes con tracexos para a dereita ou para a esquerda, no entanto que as «coviñas» están abertas en superficies; e, asegún opinión xeneral por se

([62]) L. M. (LOIS MONTEAGUDO), *Importantes descubrimientos arqueológicos en Arteixo*, no xornal cruñés «La Voz de Galicia», do día 15 Setembro de 1.950.

([63]) *Antigüedades de Galicia*, xa citada, p. 18.

([64]) RAMÓN SOBRINO L. RUZA, *Descubrimientos prehistóricos en los alredores de Santiago.* — «La Noche», xornal de Santiago de Compostela, n.° 8.410, do dia 21 de Abril de 1.848.

tratar de que a escritura ogámica é unha evoluzón moi tardía de un sistema devanceiro insuficiente para a espresión das ideias do seu tempo, e que se ten como un sistema no que o valor das letras deriva do alfabeto latino crásico Cabe no posibre, que ese sistema devanceiro que se supon precedeu direitamente â escritura ogámica, fose a escritura hemisférica conservada por razón do isolamento no que as poboazóns da Gran Bretaña viviron un tempo ao se crebar as relaciós coa Europa ocidental en loita coas hostes romás, mais inda que así fose, pol-as razós apontadas nos non parece cousa fácile o poder interpretar unha pol-a outra estas escrituras.

Se algunha vez chegamos comprendel-os sinos formados coas «coviñas» agardamos confiadamente que no tocante ao linguaxe non será tan dificile o probrema, con selo moito, como o é este primeiro que precisamos resolver.

Mais um passo da «Chanson de Roland» no Românico Português

por ANTÓNIO DE AZEVEDO

O Dr. Manuel Monteiro, a propósito do assunto de que vamos tratar, escreveu:

Há uma tentação de o identificar com uma passagem da narrativa épica dos heróis de Roncesvales; mas a dúvida subsiste e não é lícito ousá-lo em tão precárias condições (*).

Não pudemos resistir a essa tentação, é certo, sem conhecermos ainda as palavras de M. Monteiro para as quais o falecido Dr. Alberto Feio chamou a nossa atenção.

Que nos perdoe a sua memória esta ousadia a que fomos levados mais pela nossa condição de escultor que por qualquer ideia de exibicionismo erudito e sábio, tão corrente entre nós. De resto é ao Dr. M. Monteiro que se deve a pista da *Chanson de Roland* no românico português. Manuel Monteiro era um homem que não deixava que a erudição ofuscasse o seu brilhante espírito de observador arguto e perspicaz.

Era a sua forte intuição que primeiro o guiava, por isso estamos convencido que não se enganou quando suspeitou estar representado no capitel de Rio Mau um dos passos do velho poema medieval — possìvelmente do século XI.

É muito possível que algumas pessoas ao lerem o precioso estudo do Dr. Manuel Monteiro sobre a *Chanson de Roland* no românico português e o que se lhe seguiu da nossa autoria, tratando o mesmo assunto, tenham ficado a pensar no caso com uma pontinha de dúvida, aliás bem compreen-

---

(*) — MVSEU, vol. IV, n.º 8, 1945.

sível, sobretudo em quem tenha uma educação mais literária que plástica, pois a interpretação dos textos, para efeito de transposição à pedra, nem sempre pode corresponder com exactidão à descrição literária.

Na escultura decorativa, mais que em qualquer outra expressão de Arte, o escultor tem de ser escravo das linhas e dos volumes criados pelo arquitecto, não os podendo transgredir sem prejuízo dum conjunto que lhe compete respeitar, em íntima colaboração, para a boa harmonia de toda a obra.

No românico então a escultura é de absoluta sujeição à estrutura arquitectural. Já muito tarde, e só quase no final do gótico, é que ela consegue emancipar-se e desligar-se das massas arquitecturais, forçando o arquitecto a criar-lhe suportes bastante independentes.

Seja porém como for, o certo é que uma batalha, por exemplo, não pode ser descrita no reduzido espaço dum capitel; no entanto pode muito bem ser evocada por alguns dos personagens mais em destaque em atitudes de luta ou em fases que a antecederam ou se lhe seguiram e fàcilmente se possam identificar.

Está neste caso o assunto de que vamos tratar e nos vai servir também para mostrar que a arte românica entrou em Portugal acompanhada e embalada pelas canções de gesta e se fixou sobretudo na diocese de Braga, então já poderoso núcleo de irradiação cultural e importante reduto da cristandade.

O «*caminho francês*» das peregrinações, que de França, pelo Norte de Espanha, conduzia a Sant'Iago de Compostela, foi o veículo dos elementos de formação do novo foco artístico, onde se criaram e educaram gerações de operários e mestres que, com o tempo, se haviam de espalhar pela região do noroeste peninsular, cujos habitantes, de tradição já bem definida pela cultura dos castros e pela herança romana, estavam perfeitamente aptos a recuperar, embora lentamente, a técnica perdida num crepúsculo de quatro séculos, pelo menos.

Foi assim que se formaram os dois grandes centros do românico português: Braga primeiro, Coimbra a seguir.

A Braga chegaram ainda os derradeiros trovadores que nas suas igrejas do século XII deixaram gravados os últimos acordes da velha *Chanson de Roland*, cujos ecos se ouvem ainda, não muito longe, todos os anos, em Agosto, nas margens do velho Lethes (*), não se confirmando assim a lenda

(*) — Nas Neves, V. do Castelo. Ver «Auto da Floripes», recolhido da tradição oral e anotado por Leandro Quintas Neves, separata do n.º 103 de «Vértice».

de ser o rio do esquecimento, pois não se perdeu no olvido, ao atravessá-lo, esse patético e lancinante quadro da cena final de Roncesvales, porque um escultor pujante o deixou narrado para sempre, a traços largos e fortes num capitel do arco triunfal da pequenina igreja românica de Rio Mau, nas imediações da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde (fig. 1). Nele está representado, a tocar na rabeca, o pobre rapsodo que, cantando e tocando, de terra em terra, trouxe o poema até este extremo cristão da Europa e nos diz, com a sua presença, que o autentica e que foi ele o veículo transmissor da velha crónica medieval para não restar a mais pequena dúvida sobre a sua origem e o seu itinerário.

A pista que o Dr. Manuel Monteiro descobriu num capitel da Sé de Braga e na qual o seu escrúpulo pôs ainda umas reticências, encontra aqui uma confirmação segura do seu tacto, da sua perspicácia e do seu acerto, pois sem o sinal que deu, ainda, certamente, olharíamos, como até aqui, para essas esculturas como simples pedaços decorativos sem nenhum interesse histórico. Mas não, eles começam a aproximar-se de nós e a falar-nos claro, embora a uma distância de oito séculos.

Foi o olifante de Rolando que deu o sinal de alarme na Sé de Braga, tal como outrora o deu no campo de Roncesvales... Foi esse sinal que nos fez encontrar o capitel de Amorim e agora o de Rio Mau.

Todas estas peças nos mostram ainda, pela sua técnica, que eram vários os escultores, pois nenhuma delas é feita pelas mesmas mãos dos das outras.

Seriam obra de artistas indígenas?

É natural que sim, embora herdeiros do sangue ou da escola dos primeiros homens que os monges de Cluny foram canalizando para o grande santuário da Península. Alguns destes homens também, quais rapsodos errantes da arte de construir, aqui se devem ter fixado, não indo muito mais longe porque os inimigos de Rolando ainda estavam perto, perseguidos agora pelas hostes de Afonso Henriques que substituíam as de Carlos Magno e continuavam a obra da Reconquista...

Não cremos que se pudesse representar melhor, plàsticamente, em tão breve síntese, a dramática cena final de Roncesvales, quando Carlos Magno procura, entre os mortos, no campo da batalha, os corpos de Rolando, de Oliveiros e do arcebispo Turpin. Encontra-os, e ao ver o corpo sem cor de Rolando — o sobrinho querido — cai desfalecido e, ao voltar a si, encontra-se amparado pelas mãos de quatro dos seus varões: o duque de Naimes, o conde Acelin, Geoffroi d'Anjou e seu irmão Thierry.

Foi este o passo que o escultor escolheu e que ilustrou com mais três figuras — seis ao todo — para melhor esclarecer a cena e indicar a sua origem. Assim vemos, na frente do capitel, ao centro, o Imperador amparado por dois dos quatro varões a que alude o poema (fig. 2); numa das faces um personagem conduzindo o corpo morto de Rolando identificado pela rude e vaga indicação da espada que tem presa nas duas mãos, sobre o ventre, e que não pode ser senão a sua fiel Durandal (fig. 3) que, com o olifante, escondeu debaixo do ventre quando se deitou de bruços, ao sentir que a morte se aproximava, para que o inimigo a não visse e a não apanhasse (cap. CXCV). É a ordem que Carlos Magno deu de separar os cadáveres de Rolando, Oliveiros e Turpin para, depois de lhes tirarem os corações e os guardar em urnas próprias, os despojos serem conduzidos, com todas as honras, para a *douce France;* na face oposta a esta lá está o personagem da rabeca, trovador, menestrel, cantor ambulante (fig. 4) que, por uma associação de ideias, nos faz lembrar esses Franceses que, nos fins do século passado e princípios deste, víamos e ouvíamos a cantar a «Marselhesa» e velhas canções francesas pelas nossas estradas, próximo dos aglomerados urbanos, dir-se-iam os *revenants* dos seus antepassados medievais atraídos por uma força estranha a que talvez não seja estranho o sangue do Conde D. Henrique, o Francês que nos deu o nosso primeiro Rei, e ligou fundamentalmente à França a nossa personalidade nacional, ***bon gré mal gré***...

Eis agora os passos da *Chanson de Roland* que o capitel de Rio Mau ilustra:

CXCV

Ce sent Roland que la mort le tresprend,
De vers la tête sur le cœur lui descend.
Dessous un pin y est allé courant,
Sur l'herbe verte s'y est couché adens;
Dessous lui met s'épée et l'olifant.
Tourna sa tête vers la païenne gent:
Pour ce l'a fait que il veut veirement.
. . . . . .



Fig. 1

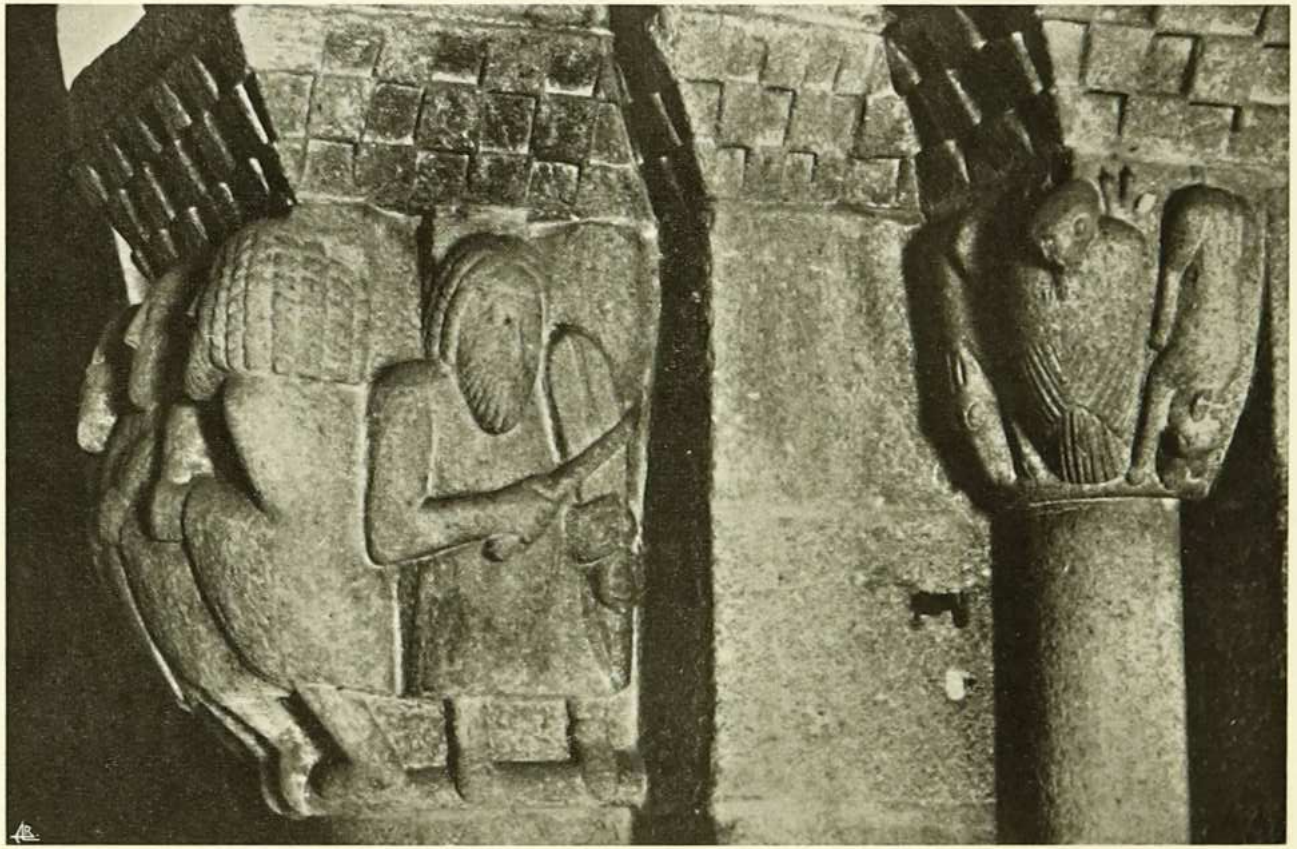


Fig. 4

CCXXVI

Quand l'Empereur va querre son neveu,
De tantes herbes en l'pre trouva les fleurs
Qui sont vermeilles du sang de nos barons
Pitié en a, ne peut muer n'en pleure.
Dessous deux arbres le Roi est parvenu,
Ses coups Roland connut en trois perrons.
Sur l'herbe verte voit gésir son neveu;
Nen est merveille si Charles a ireur.
Descend à pied, allé y est plein cours;
Si prend le comte entre ses mains ambsdeux
Sur lui se pâme, tant par est angoisseux.

CCXXII

Li Empereur de pâmoison revint.
Naimes le duc et le quens Acelin,
Geoffroi d'Anjou et son frère Thierry
Prennent le Roi, si l'dressent sous un pin.
Garde-t-à terre, voit son neveu gésir.
Tout doucement à regretter le prit:
«Ami Roland, de toi ait Dieu merci!
Onque nul homme tel chevalier ne vit
Pour grand's batailles jouter et définir,
La mienne honneur est tournée en déclin!»
Charles se pâme, ne s'en put abstenir.

CCXXVIII

Charles le roi revint de pâmoison,
Par mains le tiennent quatre de ses barons;
Garde-t-à terre, voit gésir son neveu:
Corps à gaillard, perdue a sa couleur,
Tournés ses yeux, moult lui sont ténébreux.
Charles le plaint par foi et par amour:
. . . . . .

CCXXXIV

Li Empereur fait Roland côtéïr
Olivier et l'archevêque Turpin;
De devant soi les a fait tous ouvrir
Et tous les cœurs en palie recueillir:
En blancs sarcous de marbre sont enz mis;
Et puis, les corps des barons si ont pris,
En cuirs de cerf les trois seigneurs ont mis:
. . . . . (*)

Culto e erudito, o Dr. Narciso de Azevedo, velho amigo a quem lemos este pequeno estudo, passado algum tempo, escreveu-nos uma carta em que, gentilmente — como lhe é próprio — mostra o seu interesse por estas coisas e chama a nossa atenção para o facto de Manuel Monteiro em os *Monumentos Históricos de Gaya*, artigo publicado em 1909, no opúsculo *Mea Villa de Gaya*, ter dado a transcrição do epitáfio em latim do túmulo de D. Rodrigo Sanches — o da *Ribeirinha* — que é dos meados do século XIII (1246) e se encontra actualmente no claustro do século XVII do Mosteiro de Grijó, notando a falta da tradução em português dada por D. Nicolau de Santa Maria na *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, em 1668, e 36 anos antes pelo doutíssimo Fr. António Brandão na *Quarta Parte* da *Monarchia Lusitana*, editada em 1632. Por esse epitáfio (**) se vê, como diz Narciso de Azevedo, que: «Não é para estranhar que nos capitéis românicos portugueses do século XII se aproveitassem episódios de um poema francês, que cedo se vulgarizou na Península, como nos afirma o sábio Menendez y Pelayo ao abordar uma notável paródia ao poema rolandiano, feita pelo trovador e cortesão português Afonso Lopes de Baião, que floresceu nos meados do sêculo XIII. As paródias aparecem depois da divulgação das obras originais.»

. . . . . .

(*) — Classiques Garnier — La Chanson de Roland, texto prefaciado e anotado por Edmond Aubé, 1945.

(**) — Nesta sepultura jaz enterrado Dom Rodrigo filho del-Rey, que foi grande Cortezão, insigne em armas, e semelhante a outro Roldão, amado de todos e digno de verdadeiros louvores.

. . . . . .

Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos

Com o feixe de comunicações ou relatórios que segue, até agora inéditos, do I Congresso de Estudos Martinianos de 1950, damos por concluída a tarefa que nos impusemos de, através de alguns números de *Bracara Augusta*, preenchermos ou suprimirmos a falta das Actas do memorável conclave científico em honra e a propósito do glorioso Apóstolo do Ocidente Galaico-Português, sol deslumbrante duma primeira Renascença humanista na marcha histórica da Europa latina posterior ao Império Romano.

No vol. II, 1950-51 publicaram-se:

Acta ou *Crónica* do Congresso;

Carta Autógrafa de Sua Santidade Pio XII (1);

Discurso do Subsecretário de Estado da Educação Nacional (2);

e *Discurso* do Presidente da Câmara Municipal de Braga e da Comissão Executiva do Congresso (3).

No vol. V, 1954, imprimiram-se:

O Senequismo dos opúsculos morais de S. Martinho de Dume, pelo Prof. da Universidade de Coimbra, Doutor Arnaldo Miranda Barbosa (4);

e *Discurso* do Prof. da Universidade de Santiago de Compostela, Doutor Ramon Otero Pedrayo (5).

No vol. VI-VII, 1955-56 saiu:

Deux Sculptures Funéraires provenant de Saint-Martin de Dume, pelo Prof. da Universidade de Lille, Doutor George Gaillard (6).

No presente vol. VIII (tomo I) já apresentamos:

S. Martinho de Dume como Teólogo, pelo P.e Dr. David de Azevedo, Prof. do Seminário de Teologia da Luz, Lisboa.

Subsídios e achegas para o Estudo Filológico de dois Vocábulos da Toponímia Portuguesa — Dume e Panoias, por Manuel Boaventura.

L'organisation ecclésiastique du Royaume suève au temps de Saint Martin, pelo Cónego Doutor Pierre David, Prof. da Universidade de Coimbra.

El Testamento de San Martin de Dumio, pelo Prof. Doutor Alfonso Garcia Gallo, Catedrático da Universidade de Madride.

Um problema de Linguística Portuguesa, pelo Dr. José Pedro Machado.

San Martin y el monaquismo, pelo Doutor Justo Pérez de Urbel, Prof. da Universidade de Madride.

Arrianismo y Priscilianismo en Galicia, pelo P.e Dr. José Madoz, Decano da Faculdade de Teologia de Oña, Burgos.

Preparando la edición critica de Baquiário, por Anscari Mundó, Monge de Montserrat.

San Martín Dumiense como pensador político, pelo Prof. Doutor Francisco Elias de Tejada, Catedrático da Universidade de Salamanca.

No mesmo tomo inserimos uma *Lista dos trabalhos* já impressos, quer na *Bracara Augusta*, quer noutros lugares, com as remissões bibliográficas respectivas.

Neste número editam-se mais 14 estudos, por ordem alfabética dos Autores.

Assim, poucos trabalhos deixaram de se publicar, e estes porque não foi possível obter os seus originais.

No final desta colectânea haverá uma relação bibliográfica remissiva de todos os trabalhos apresentados ao Congresso.

S. S. P.

Obras de S. Martinho e sua projecção [1]

pelo Padre ANTÓNIO BRÁSIO, S. Sp.

No aspecto literário o grande missionário da Galícia do séc. VI não teve rival, no autorizado dizer de S. Gregório Turonense: *tantum se litteris imbuit, ut nulli secundus suis temporibus haberetur.* A cultura grega e latina, filosófica e também literária do monge-escritor não desdizia da de Séneca ou de Cícero, já que por tantos e tão longos anos a estes escritores atribuiu a crítica obras posteriormente tidas e havidas como da autoria do ínclito Arcebispo de Braga.

Embora, a meu ver, S. Martinho Dumiense se não possa ter na conta de *criador* do movimento intelectual da Península, pois tivera já notáveis precursores, pode e deve ser considerado, no entanto, o *iniciador* do renascimento literário e científica das Hispânias do seu tempo, e, no que respeita à alta cultura greco-romano-oriental, um divulgador incomparável, se não único.

Sem sombra de ofensa, julgo poder compará-lo à figura de Jano de que fala S. Cesário de Arles, a que empresta duas caras: *unam ante ipsum, alteram post ipsum, unam quae paeteritum annum videtur aspicere, alteram quae futurum.* Efectivamente o Dumiense é o derradeiro abencerragem de uma civilização que se afunda e o pregoeiro de novos tempos: face voltada ao passado para lhe apreender a lição; face voltada ao porvir para colocar ao seu serviço a experiência científica dos homens. E nisto está, a meu ver, o vivo interesse deste homem singular; é um elo vivo e vigoroso entre duas épocas antipodais da cultura hispânica.

As obras de S. Martinho, agrupadas, quanto ao conteúdo ideológico, em estudos de Direito eclesiástico, de Ascética e de Moral, de Pregação e de índole meramente literária ou poética, mostram-nos à evidência um espírito largamente aberto às correntes literárias da época, um observador atento, um estudioso arguto do passado, um homem dotado de extraordinária receptividade

---

(1) É o resumo da comunicação.

e absorção mental, um trabalhador infatigável que, pela larga difusão da cultura grega, oriental e latina procurou, após uma transformação semelhante à que se operou nas bodas de Caná, colocar a sabedoria antiga e pagã ao serviço da Igreja e nomeadamente da conversão ou afervoramento do Reino suévico.

Infelizmente as suas obras, editadas de começos do séc. XVI ao séc. XVIII, consequentemente numa época em que a crítica histórica e literária só de raros era cultivada, as suas obras tirante o *De correctione rusticorum*, não viram ainda uma edição condigna de si mesmas e condignas do Autor. Sem este trabalho preliminar e de base parece impossível saber-se até que ponto S. Martinho assimilou a cultura antiga e a sua contemporânea, até que ponto é realmente um escritor original, até que ponto foi apenas um mero divulgador. Este trabalho seria, a meu ver, o melhor monumento levantado à sua imperecível memória neste XIV centenário da sua erribada a esta ocidental praia.

Da projecção da sua obra de canonista, de moralista, de liturgista, de criador de igrejas, de missionário, de etnólogo, etc., disseram já sábios estudiosos, facto que dispensa que se volte ao assunto, quando é incontestàvelmente certo, para mais, que não seria possível, ao autor desta tese, fazê-lo com o brilhantismo e a elevação com que souberam encantar o nosso espírito.

Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade

S. Martinho de Dume: *De Correctione Rusticorum*

pelo Dr. LUÍS CHAVES

1 — *Os Suevos* — Ao querermos referir-nos a um dos escritos de «o ínclito Pannonio Martinho» (1), como se lhe refere o Cardeal Saraiva (2), julgo necessário, para melhor sentimento da obra realizada por S. Martinho de Dume, como lhe chamamos hoje, vincar o tempo e a sociedade em que ele, por nossas terras, se provou no seu tempo e à posteridade.

Ele mantém o seu espírito nos «excellentes escriptos, que sahírão da sua doutissima penna, e especialmente a Collecção dos antigos Canones Orientaes, revista, corregida e ordenada para uso das mesmas Igrejas (as nossas), e recebida depois com respeito não só por toda a Hespanha, mas também pelas outras Igrejas Occidentaes», — escreveu o mesmo Cardeal.

Para o meio dos Suevos veio trabalhar, por eles se esforçou para que se convertessem ao Catolicismo, conseguindo-o pelas circunstâncias do tempo e sobretudo pelas do Rei Teodomiro, que aceitou oficialmente a religião de Cristo no seu Reino, e para a nação sueva escreveu S. Martinho o que dele é conhecido.

---

(1) Pannoniae iungitur provincia quae Moesia appellatur, ad Pontum usque cum Danuvio decurrens. incipit a confluente supra dicto. in ea Dardani, Celerigi, Triballi, Timachi, Moesi, Thraces Pontoque contermini Scythae. flumina clara e Dardanis Margus, Pingus, Timachus, ex Rhodope Oescus, ex Haemo Vitus, Asamus, Ieterus. PLÍNIO, *Natvralis Historia*, Lípsia, 1906, Liv. III, 149, 26, Vol. I, p. 293.

(2) *Obras completas*, do CARDEAL SARAIVA, Lisboa, 1872, vol. I, 12.

Os Bárbaros, que viviam mais próximo das fronteiras do Império Romano e mesmo dentro delas, em lugares determinados pelos imperadores, quando maior era o perigo da invasão ou da revolta nos territórios ocupados por mercês político-militares, foram reconhecendo a superioridade orgânica de Roma. Da tribo evolucionaram para a realeza; dos chefes militares progrediram para a unificação de clãs e tribos sob a chefia do Rei permanente. Na deambulação migratória de terra para terra, esbarravam com a resistência e com a diplomacia dos Romanos. Estabilizadas ou em progresso de estabilização as instituições políticas, essas nações procuravam lugar onde se fixassem, último grau da estabilização definitiva. Procuravam terra para fundar pátrias. As invasões do Império foram impelidas por esta necessidade, apressada pela defesa contra as hordas, que assustadoramente avançavam do Oriente; essa gente percorreu o centro romano e muita se afastou para a Gália e entrou na Península. Vândalos, Alanos e Suevos entraram na Hispania procurando estabelecer-se nela, na convicção de terem encontrado afinal o seu pouso definitivo e tão procurado.

Nesta parte ocidental, na Galécia e parte da Lusitânia Romana, até ao Tejo e até para além do Tejo e do Guadiana, quando alargaram conquistas, constituíram os Suevos o seu Reino. O que foi a tragédia da invasão em 411, aqui como no resto da Península, deixou-nos narrativa trágica a velha *Crónica* de Idácio. Depois de lutas ferozes entre os invasores, os Suevos desceram da Galécia para a Lusitânia, abandonada pelos Alanos e Vândalos derrotados e rechaçados. Dilataram assim o território pela Lusitânia e pela Bética. Com os Vândalos a Leste, nas terras do que é hoje a Castela-Velha, e com os Romanos das zonas, que se mantinham fiéis ao Imperador, tiveram os Suevos longas e repetidas campanhas de defesa e de reconquista dos territórios perdidos. A estas campanhas de defesa do Reino, os Suevos juntavam as de conquista de lugares sujeitos aos Romanos. Tão forte e extenso foi o Reino suevo que o Rei Teodorico I, visigodo, se aliou com Requiário, Rei dos Suevos, e, por melhor garantia de paz e vizinhança, deu-lhe em casamento sua filha. Aliaram-se os dois contra os Romanos, como anteriormente e depois os Visigodos se aliavam com os Romanos contra os Suevos. Teodorico II, cunhado de Requiário, em luta com este, e aliado dos Romanos, invadiu o Reino, venceu os Suevos, entrou em Braga; Requiário fugiu até à costa, embarcou, e foi a Portus Cale, onde o prenderam e mataram.

Desde então o Reino foi assolado por lutas, que, de uma maneira sintética, pode dizer-se que foram entre o Norte e o Sul, ou seja, entre a Galécia com seus Reis e a Lusitânia com os seus, uns e outros de origem estranha e ligados aos Visigodos vencedores. Não se pode dizer com segurança se estas lutas, com possível sentido de discórdias, por certo, mas de oposição geográfica

e humana, aproveitariam desígnios de insubordinação das populações lusitanas ou mesmo tentativas de emancipação política. O certo é que aos chefes, eleitos reis na Galécia, se opunham chefes, que se proclamavam reis da Lusitânia; houvesse ou não oposição lusitana, estas guerras eram de tremendas represálias, próprias das guerras civis, de que tinham todo o carácter.

Como Teodorico I casara uma filha com o Rei Requiário dos Suevos, também o filho, Teodorico II, deu a Remismundo, Suevo, em casamento, uma dama nobre da sua Corte. Foi um castigo sério para os Suevos, pois a Rainha, visigoda, abriu a porta do Reino ao Arianismo. O Catolicismo tinha muitos prossélitos entre os Suevos, e muitos havia na família real; o Rei Requiário foi baptizado. Mas a grande massa dos Suevos era pagã. Depois do casamento de Remismundo, a introdução do Arianismo provocou gravíssimas discórdias e as hostilidades com a Igreja Católica.

Eurico, Rei dos Visigodos, atacou os Suevos agora aliados aos Romanos, e venceu-os; arrancou-lhes todas as conquistas de alargamento territorial, e deixou-lhes apenas a Galécia ou Galiza, 466, isto é, toda esta Província e a parte de Portugal de hoje até ao Rio Douro. Porque as notícias da Crónica de Idácio vão até ao ano de 468, pouco se sabe dos Suevos até à conversão oficial de Teodorico; só depois deste importante acontecimento volta a saber-se deles alguma coisa.

É curioso notar que muitos historiadores da nossa terra consideram os Suevos elemento de grande monta para a formação portuguesa. Faria e Sousa vai mais além. — «*Tal fue la conformidad* (escreveu ele) *de Lusitanos y Suevos, que no pudo bastar toda la discordia, y toda la invasion que despues ubo de Godos, para que siempre no fuessen llamados Suevos los moradores de Portugal, y de aqui Suevosos, y Sevosos. Nombre glorioso para los Portugueses, mas desdichado en la estimacion popular de gente adversa, como el de Galecios a los Gallegos. Ni a ellos le toca el renombre de Suevos, porque la Region singular de nuestra Suevia Española, era aquella de Entre-Duero y Miño, ilustre parte de Galicia de entonces*» (3).

Nesta altura de reinar no Reino dos Suevos o Rei Teodorico, chega à Península o que foi depois S. Martinho de Dume (550). Vejamos, por intermédio de um hagiógrafo e dois historiadores portugueses, as referências a esta aquisição providencial e às felizes consequências, que ela teve na ordem espiritual e na vida política do Reino.

---

(3) *Evropa Portvguesa*, segunda edicion, de MANVEL DE FARIA Y SOUSA, Tomo I, Lisboa, 1678, Parte III, Cap. XI, pág. 312.

A — FLOS SANCTORUM:

— «São Martinho de Dume estrella refulgente da Benedictina familia, columna firme da Bracarense Igreja, Doutor preclaro de Hespanha, flagello acerrimo da perfidia Ariana, Apostolo incansavel dos Suevos, inclito pay de Monges, segundo precursor do sagrado Euangelho, dado por Deos ao mundo para luz, e guia das innumeraveis almas, que com a sua fervorosa doutrina, sciencia admirável, e fructuosos documentos reduzio ao gremio da Igreja Catholica, foy natural do Reyno de Hungria, (segundo a mais recebida opinião) donde sendo ainda mancebo partio para a Palestina, levado da devoção de visitar os santos lugares, em que o Filho de Deos humanado obrou os soberanos mysterios de nossa redempçaõ. E como alli achasse homens scientificos em todas as boas letras, delles aprendeo, além das humanas, as divinas, fazendose eminente na liçaõ da sagrada Escritura, Concilios, e santos Padres, como testimunhaõ suas doutissimas obras, de sórte, que naõ houve em seu tempo quem se lhe igualasse na erudiçaõ, e sabedoria.

Dos muitos peregrinos, que de todas as partes da Christandade concorriaõ a Jerusalem principalmente de Hespanha, soube como os Reys Suevos, que dominavaõ na Lusitania, e Galliza, tinhaõ deixado a pureza da fé Catholica, e passado á contagiosa seita Ariana, mediante o engano do perfido Aiax, Francez, inimigo da fé Catholica, e da santissima Trindade, o qual vindo a Hespanha, a inficionou quasi toda com os seus erros, mayormente a naçaõ Sueva, sendo já convertida á fé Catholica, em cuja perniciosa doutrina perseveravaõ havia perto de cem annos. E como Theodomiro, que entaõ reinava, se sentia mui afflicto, e angustiado, vendo falto de saude ao Principe herdeiro do seu estado, e sem esperança alguma de a recobrar por meyos humanos, recorreo aos divinos, mandando a França visitar em seu nome o sepulchro do milagroso S. Martinho Bispo Turonense, (romagem celebre naquelles tempos) e que diante delle o pezassem a prata, e ouro; mas Deos naõ foy servido de pôr os olhos na offerta de Theodomiro, assim como os naõ poz na de Caim, sem primeiro lhe allumiar os da alma, até que lhe prometteo, que se por intercessaõ do dito Santo cobrasse o Principe a saude perdida, pois della pendia a permanencia do seu Reyno, abraçaria a fé, que S. Martinho professara, e tinha prégado na vida. Com essa promessa mandou novos Embaixadores, para que lhe trouxessem alguma reliquia sua.

Ouvindo estas cousas o nosso S. Martinho em Jerusalem, ou sendolhe manifestas por divina ordenaçaõ, compadecido dos Lusitanos, e desejoso de vir prégar a palavra divina a estas partes, perplexo no que faria, pelo muyto que estava contente, e satisfeito de viver, e morrer naquelles santos lugares, de

nossa redempçaõ, prostrado certa noite em oraçaõ lhe revelou Deos, que era vontade sua, que embarcasse para Hespanha em huma nao, que no porto de Joppe estava para dar à vela. Em amanhecendo se poz a caminho, e embarcado com prospera viagem aportou em Galliza no mesmo dia, em que de França chegaraõ os Embaixadores com a milagrosa reliquia da capa de S. Martinho (1), e com ella a saude corporal do Principe.

Estava ElRey contentissimo, porém naõ sabia como se havia de haver em lançar de si o pezado jugo Ariano, pois o Ceo ouvira suas rogativas, e lagrimas: quando lhe veyo á noticia, que era chegado á sua Corte hum varaõ de veneravel aspecto do mesmo nome do Santo, a quem estava taõ obrigado, e semelhante a elle na doutrina, e santidade de vida, e descendente talvez da sua prosapia, e generosa estirpe. Theodomiro o mandou logo chamar, e vindo perante si, informousse meudamente do seu nome, patria, e tençaõ, com que viera áquella terra; e constandolhe do modo maravilhoso, com que partira de Levante no proprio dia, que a reliquia de S. Martinho de França, e aportara em Galliza quando ella chegara, ficou admirado, conhecendo ser isto obra do Ceo; pelo que vendo, que Deos lhe mandava taõ especial, e efficaz meyo para depor os erros da fé, em que vivia, o fez assim, sendo logo instruido, e bautizado com o mesmo Principe seu filho pelo nosso S. Martinho.

Feito isto começou o Santo a prégar, e desfazer os delirios do perfido Ario com grande efficacia. Era para admirar, e dar graças a Deos ver o fervor, e alegria, com que os Suevos, que até alli como cegos jaziaõ nas sombras da morte eterna com a infidelidade, abraçavaõ a verdade Catholica, amanhecendolhes a clara luz do dia, e se viraõ por industria de S. Martinho reduzidos á fé, o qual naõ sómente lhes deo saude nas almas com o verdadeiro conhecimento de Christo, que o mysterio da santissima Trindade he consubstancial ao Padre, mas tambem nos corpos, pois todos os leprosos, que recebiaõ o santo bautismo, saravaõ, que era nelles a enfermidade mais ordinaria, e contagiosa.

Reconciliados os Suevos à Igreja Catholica, e S. Martinho recolhido a Braga, logo Theodomiro em acçaõ de graças erigio no seu districto com grande magnificencia o mosteiro de Dume, em cujo templo collocou a sagrada reliquia de S. Martinho Turonense, que veyo de França, a quem o dedicou, e nelle foy primeiro Abbade, e pay de muitos Monges, que ali viveraõ religiosissimamente debaixo da Regra do glorioso S. Bento, e delle lhe ficou o appellido, que tem, até que de licença de Lucrecio, Arcebispo entaõ de Braga, o sublimou a Cathedral, e a S. Martinho fez consagrar Bispo della, assinandolhe o Concilio de Lugo por subditos a familia, e Casa Real, e conseguintemente o cargo, e autorizada dignidade de Capelaõ mór dos Reys Suevos, que logrou em quanto viveo,

e nelle principiou em Portugal hum taõ nobre officio, que depois restaurou ElRey D. João III° e hoje accupaõ pessoas da mayor qualidade.

Vendose pois S. Martinho com o novo cargo, além da vigilancia, que punha em doutrinar suas ovelhas, e assistir de noite no Coro a Matinas com os seus Monges, ficando depois delles por largo tempo em fervorosa oração, fundou muitos Conventos da sua Ordem, a que deu santissimas leys, correspondentes ao estado da sua profissão, e regra Monastica. Vivendo assim ocupado nestes santos exercicios, e taõ pias obras, chegou o tempo, em que succedeo a morte do Arcebispo Lucrecia, e havendo de se lhe dar successor na Mitra de Braga, convierãõ todos sem discrepancia na pessoa do glorioso S. Martinho. Escusavasse elle com urgentes razoens, nascidas da sua humildade; porém vencido dos rogos, e instancias de Theodomiro, e assim mesmo do Clero, e povo Bracarense, que entaõ tinhaõ voto nestas eleiçoens, aceitou aquella Mitra, ficando juntamente com a de Dume, de que reteve o appellido pelo grande amor, que lhe tinha.

Collocada esta resplandecente tocha no castiçal daquella primacial Igreja, foy a todos notoria a copia de virtudes, que sua purissima alma encerrava, occulta até entaõ a mayor parte dellas na clausura da Religiaõ, portandose para comsigo austeramente penitente, e severo, recto, e justiçoso para com os culpados, benigno, e compassivo para pobres; aprendendo delle os subditos a jurisprudencia no decidir as causas, a justiça distributiva em dar a cada hum o seu, e a aspereza da vida em castigar vicios, a religiaõ em frequentar os divinos Officios, o fervor da fé em prégar a doutrina orthodoxa, o zelo da Igreja, em reformar o Clero, e finalmente a ampliaçaõ della em desterrar abusos, que ainda permaneciaõ no vulgo do tempo da gentilidade, e da Priscilliana heresia, que naõ podia extinguilla de todo.

Para isso ter effeito com mayor suavidade, tratou com Arimiro successor no Reyno de seu pay Theodomiro já falecido, para que désse ordem a se ajuntar novo Concilio em Braga, no qual o santo Prelado, como Primaz, que era dos mais, presidio, em que se decretaraõ importantissimos Canones, e institutos, naõ sómente acerca da fé, mas em ordem ao bom governo, e estado dos Bispos, e mais Sacerdotes. Além destas diligencias, com que procurou a reforma da sua Diecese, e de outras muitas, que como Metropolitano lhe eraõ sujeitas, naõ deixou entre tantas fadigas, e cuidados de compor doutissimas obras, e tratados eruditissimos, adornados de celestial doutrina para documento, e proveito dos fiéis, que naõ tinhaõ a ventura de o ouvir pessoalmente.

. . . . . .

Diziase antigamente (pelos grandes milagres, que hum obrava em França, e outro em Portugal) ter Deos metida na maõ, e entregue a sua omnipotencia

aos dous Martinhos; e na verdade quem bem considerar as maravilhas feitas por hum, e outro, facilmente assim o julgará. Venancio Fortunato, Auctor Francez bem conhecido, lhe chama Lume clarissimo, que espalhou pelo mundo a luz da santissima Trindade, e o compara com Elias, com S. Pedro, com Santiago, e com S. João, lembrando ao Reyno de Portugal quanto lhe deve, pois foy Mestre da sua fé, regra de seus costumes, lavrador de seus coraçoens com o arado da Cruz, e da palavra divina, em fim pastor, que ha de amparar, e governar suas ovelhas, até que na gloria *fiat unum ovile, & unus pastor*» (*).

B — NA HISTÓRIA:

Também, Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa*, se referiu a S. Martinho. Salienta a erudição do peregrino de Jerusalém e depois Bispo de Dume e Arcebispo de Braga. — «*Allá se entregó de tal suerte al estudio de las letras divinas y humanas, que excediendo a muchos en ellas, FUE IGUALADO DE POCOS EN AQUELLOS SIGLOS. Entonces iva contaminando la heregia Arriana mucha parte del rebaño Catolico; y contra este CONTAGIO ESTUDIAVA San Martin el defensivo en las divinas plantas, con toda aquella atencion y eficacia en que le encendia la ojeriza loable, y el furor santo con que mirava los malicosos, o ignorantes proposiciones del nefadissimo Arrio. Hallóias arraygadas en Portugal, y empezando luego a cortarlas con los filos de la verdad Evangelica, que con solidas razones derramava en los mal informados oídos, en poco tiempo mostró a todos su engaño, desterrando de nuestro Reyno este absurdo de suerte que desde entonces nunca en el se pudo extinguir, si en alguna parte embarazar la doctrina Apostolica.*

. . . . . .

Fue Fundador de varios Monasterios. Escritor fue de utilissimos volumenes. Uno de la differencia de las quatro Virtudes, intitulado, FORMA DE VIDA HONESTA, y dedicole alRey Ariamiro. Otro de LAS COSTUMBRES; y estos son los que algun tiempo corrieron por de Seneca, segun ya lo apuntamos. Otro de EPISTOLAS que abraçavam toda suerte de buena doctrina. Otro del modo de la correcion y del castigo a los que siendo Catolicos, no dexavan la veneracion de los Idolos, y la observancia de algunas ceremonias Gentilicas. En otro recopiló los Decretos de los Concilios, traduziendolos de Griego en Latin para que fuessen entendidos en España, y dirigiolos a Nitigio Obispo

(*) *Flos Sanctorum*, do Padre ROSÁRIO, Tomo 1.°, págs. 613-616: *Historia da Vida do glorioso S. Martinho de Dume, Arcebispo de Braga; tirada de Cunha, Cardoso, e outros Auctores.*

de Lugo. Además de ilustre Filosofo, y Teologo, y elegante Escritor en prosa, fue señalado en todo estilo poetico (5).

Por igual Frei Bernardo de Brito se refere elogiosamente a S. Martinho nestes termos seguintes: — «Jũto desta Igreja de Dume levantada já em titulo & dignidade Episcopal, fundou o Santo hum Mosteiro de Monges da ordem de nosso Padre Saõ Bento, que então começava de resplandecer no Mundo, onde o mesmo Santo vivia, ocupado em vigilias & oraçoens, & cõmpòr tratados, & obras muy devotas, de que inda hoje temos alguas de seu Author; que por equelles tempos teve poucos iguaes, & nenhum que o excedesse em sabeduria, como diz o Turonense (Turonensis lib. 5. *Histor. Francor.* c. 87), acrescentando que até na composiçaõ de versos teve singular engenho, & louva huns que mandou esculpir na propria Igreja de S. Martinho, sobre a entrada da porta, contra a parte meridional, que he a que fica para a Cidade de Braga. Nesta santa ocupaçaõ de converter os Suevos ao caminho da verdade, & nas jornadas que se fizeraõ ao sepulchro de S. Martinho, se gastáraõ os dous annos primeiros, & parte do terceiro delRey Theodomiro: e o vẽdo jâ seus vassalos bem instruydos na Fé, & artigos della, tratou com Lucrecio Arcebispo de Braga, & com S. Martinho (por cujo conselho se governava em tudo) do modo que teria para que seu Reyno permanecesse naquelle estado, & se desterrassem delle os abusos & ignorancias que havia; & como lhe dissessem os dous Prelados que convinha celebrar Concilio, para se dar nelle fórma de crer, & ensinar por onde se governassem os Curas & Pastores das Igrejas, muytos dos quaes não sabiam o que avião de ensinar a seus fregueses; o piedoso Rey deu logo ordem como se convocasse Concilio na propria Cidade de Braga, a que viessem os Bispos, & pessoas a que de direito he concedido terem voto nesses actos, & expedindo o Arcebispo suas provisoens, acompanhadas cõ outras delRey, por todo Portugal, & Galiza, se ajuntáraõ em Braga oito Bispos (6), neste anno de quinhentos & sessenta & tres, do nascimento de Christo, segundo Morales; inda que Dom Garcia de Loaysa, Arcebispo que foy de Toledo, nas suas annotaçoens sobre os Concilios de Espanha, diz que foy no de sessenta & quatro & no sexto

---

(5) *Europa Portuguesa,* segvnda edicion, correta, ilvstrada, y añadida en tantos lugares, y con tales ventajas que es labor nueva. Por su autor MANVEL DE FARIA Y SOUSA, Tomo I, en Lisboa, año 1678, pág. 350, Cap. XIX, § 1.

(6) Os oito Bispos, a que se refere o Cronista, foram: Lucrécio, Arcebispo de Braga, que foi o presidente; *S. Martinho, então Bispo de Dume;* André, Bispo de Iria (Galiza); Lucêncio, Bispo de Coimbra, e Malioso ou Milioso, Cotto, Hilderico e Timóteo, não se sabe de que Dioceses.

delRey Theodomiro, accrecentando, que começou a reynar no de quinhentos, & cincoenta & oito» (7).

A opinião mais aceite para a data da celebração deste Concílio é a de 561, o primeiro dos celebrados nesta Cidade de Braga com notícia certa e segura (8).

Pretendi com estas notas, porventura extensas, no entanto, a meu parecer, precisas, definir o momento histórico e psicológico da chegada de S. Martinho a Braga e a contribuição dele para a profunda e definitiva catolicização dos Suevos, logo seguida, com poucos anos de intervalo, pela conversão oficial de Recáredo, rei dos Visigodos, no Concílio de Toledo (589), por obra de S. Leandro, Bispo de Sevilha. S. Martinho pertenceu à estirpe dos Prelados ilustres pela sua obra apostólica, pela sua erudição e pelos trabalhos literários, por eles deixados (9). É nobilíssimo o seu lugar entre eles: Orêncio, Bispo de Iliberris (Eliberi-Granada), João Biclarense (S. João de Vaclara), natural de Santarém, Bispo de Gerona, Eutrópio, Bispo de Valença, S. Leandro, Bispo de Sevilha, que converteu os Visigodos ao Catolicismo, no reinado do rei Recáredo, Eugénio, Bispo de Toledo, Santo Isidoro, Bispo de Sevilha, irmão e discípulo de S. Leandro, etc. Toda a obra de S. Martinho foi um apostolado fervente de inteligência iluminada pela fé.

Bem se poderiam aplicar a ele as palavras de S. Paulo na Carta aos Coríntios: — Irmãos meus, sabeis que vos deixáveis levar para junto do ídolos mudos, quando éreis pagãos. Pois afirmo-vos que ninguém, inspirado pelo Espírito de Deus, poderá anatematizar Jesus. E ninguém, que não esteja possuído do Espírito Santo, poderá dizer que Jesus é o Senhor. Em verdade, há diferença nos graus espirituais, mas o Senhor é sempre o mesmo e um só. Há diversidade nos ministérios, mas o Senhor é um sempre, e sempre o mesmo. Há também diversidade nas obras, mas há um só Deus que opera tudo em todos. Os dons do Espírito Santo, que se manifestam, repartem-se por cada um para utilidade de todos. Assim, um recebe do Espírito o dom de falar com sabedoria, outro porém recebe do mesmo Espírito o dom de falar com ciência; se este recebe a fé pelo mesmo Espírito, aquele recebe d'Elle a graça de curar doentes. Um obtém o dom dos milagres, outro o das profecias; este o descernimento dos

---

(7) Segvnda parte da Monarchia Lvsitana... composta pelo Doutor Frey BERNARDO DE BRITO, Chronista Geral, e Monge da Ordem de S. Bernardo. Lisboa, anno 1690; 2.ª Parte, Livro Sexto, págs. 262.

(8) *História da Igreja em Portugal*, por FORTUNATO DE ALMEIDA, Coimbra, 1910, vol. I, págs. 53 e ss., § 19 — Conversão dos suevos ao catolicismo — I Concílio de Braga.

(9) Pode ver-se a relação destas obras no Tomo XV da *España Sagrada*, de FLOREZ, 3.º Apêndice.

espíritos, aquele o dom de falar diversas línguas; ainda um último o dom de as interpretar. Pois é um só e mesmo Espírito que opera tudo, distribuindo os seus dons a cada um, segundo quer».

Pois, nesta distribuição de dons, foi generoso o Espírito Santo com S. Martinho de Dume; prègou, com o dom da palavra; escreveu e poetou, formas diferentes do mesmo Apostolado na alma do Santo Bispo; e obrou milagres e foi canonizado. Esclareceu fiéis e pagãos. A estes e àqueles apontou os erros, como vamos ver.

2 — *DE CORRECTIONE RUSTICORUM.*

Escreveu Idácio: — *Rechila... gentilis moritur cui... Catholicus Rechiarius succedit in regnum...* Santo Isidoro explica-se desta forma: — *Aiax natione Galata effectus apostata, & senior Arianus inter Suevos, Regis sui auxilio, hostis Catholicae fidei, & Divinae Trinitatis emergit. Multis deinde Suevorum Regibus in Ariana haeresi permanentibus, tanden regni potestatem Theodomirus suscepit. Qui confestim Ariaanae impietatis errore destructo, Suevos Catholicae fidei reddidit, innitente Martini Monasterii Dumiensis Episcopo...* O primeiro na *Chronica*, o segundo na *Chronica Gothorum Vandalorum Sueborum*. É este, em poucas palavras, o panorama espiritual do Reino dos Suevos e da acção de S. Martinho. Confirmam-no Paulo Orósio e João Biclarense ([10]).

Três campos dividiam os Suevos neste conspecto: — Católicos floresciam nas suas dioceses e cristandades: Arianos compunham o mundo oficial; pagãos e idólatras eram muitos indígenas, sobretudo os rústicos habitantes de fora dos centros maiores de população, e a grande massa dos invasores. Com o incremento oficial do Arianismo desenvolveram-se as hostilidades entre Católicos e Arianos, que não atingiam senão em massa morta a multidão espalhada por fora dos centros onde a luta se acendera. Convertido o mundo oficial ao Catolicismo, ficava o peso inerte dessa multidão. S. Martinho converteu o Reino, faltava-lhe chamar ao Catolicismo os pagãos, apontando-lhes sobretudo os erros da sua idolatria e superstição, e condenando-os, ao mesmo tempo que a eles lhes ensinava o caminho da redenção pela prática das verdades e da moral da Igreja de Cristo.

([10]) IDACIO ou HYDACIO, *Chronica* (de 380 a 469), Santo ISIDORO, *Chronica, Gothorum, Vandalorum, Sueborum* (com duas redacções, uma que vai até o ano de 619, outra ao de 624); PAULO ORÓSIO, *Historia adversum paganos*, e JOÃO BICLARENSE, *Chronica*, de que chegaram até nós fragmentos esparsos, referentes aos anos de 567 a 590. Cfr. LEITE DE VASCONCELOS, in *Religiões da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, 1913, págs. 545 e 546.

Deve desde já notar-se que estes costumes e práticas, apontados e condenados por S. Martinho de Dume, formavam um conjunto, que correspondia a uma expressão cultural; era a continuação de uma cultura ou arqueocivilização (11), que tinha as raízes para além da época clássica, na proto-história e mesmo, em muitos aspectos, já na pré-história. Constituíam pois um estrato em profundidade e em superfície, que não era obra de um homem só, mas de gerações sucessivas, poder modificar. O declínio desta cultura tradicional é hoje apressado, depois de tantos séculos de existência e sob a luta constante do Cristianismo; só, porém, com a transformação rápida e profunda, raramente sã e prudente, que sofreram os costumes da sociedade do nosso tempo, cujos «tipos de vida» (*«genres de vie»*, na expressão recente de André Varagnac) foram completamente alterados no sentido social, moral e técnico da era nova. Todavia, não se extinguiram as manifestações dessa cultura na gente de hoje. Varagnac, o mesmo que lançou com aprestos científicos esta designação de Arqueocivilização, para significar em globo tudo quanto se enraíza nos tempos primitivos ou arcaicos e ainda se prolonga mais ou menos claramente em costumes hodiernos, e o autor também da designação de «tipos de vida», com o fim de explicar como os costumes arcaicos tiveram razão de ser e se modificaram precisamente com as alterações operadas nesses mesmos tipos, refere-se ao assunto nestes termos, que mantenho na língua original: *Ce qui reste — façons de vivre, de penser, de dire, d'agir — a un caractère prodigieusement vétuste à côté de traits manifestement empruntés à des modes plus ou moins récentes. Ainsi décantée, la notion de civilisation traditionnelle nous paraît non seulement défendable mais utile, en ce qu'elle oblige à considérer un aspect trop négligé des diverses civilisations* (12).

No número 22 de *La Maison-Dieu*, revista trimestral do «Centre Pastorale Liturgique», de Paris, publicação católica, saiu um artigo notável, intitulado *Symbolisme mythique de l'eau dans le baptême*, assinado por Louis Beirnaert, S. J. (13). Vem a propósito. Uma parcela dele não pode por forma alguma dar-nos ideia do desenvolvimento do assunto tratado. Baste, no entanto, dizer que baseia no simbolismo das águas, como sinal de morte de que ressurge

(11) ANDRÉ VARAGNAC, Conservateur au Muséu des Antiquités Nationales, *Civilisation traditionnelle et genres de vie*, Paris, 1948.

(12) VARAGNAC, *Civilisations...*, pág. 22.

(13) Este número, do 2.º trimestre de 1950, tem por tema comum: *Valeur permanente du symbolisme;* entre outros estudos publica: *Imagerie et Doctrine* (de GABRIEL HEBERT, S. S. M.), *Célébration liturgique et joie de la cité* (M.-H. VICAIRE, O. P.), *Symbolisme de la musique liturgique* (P. FROGER), *Symbolisme scientifique et symbolisme liturgique* (D. DUBARLE, O. P.); o que foi citado no texto, decorre de págs. 94 a 120.

a vida, a liturgia sacramental do baptismo. Em determinada altura do estudo, o Autor afirma: *L'événement baptismal avec son symbolisme et les archétypes qu'il met eu jeu, signifierait et accomplirait à la fois un processus d'unification et le totalisation de soi-même. Les archétypes oeuvreraient à la manière d'une régulation immanente, de fonctions religieuses à priori, communes à tous les hommes, qui leur indiqueraient la voie à suivre, les y pousseraient et les mèneraient ao but.*

Continua este passo por estas duas perguntas, a que depois apresenta e desenvolve as respostas: *Une telle decription de l'événement baptismal correspond-elle à la présentation qu'en font les cathéchèses et les rituels de l'Église des premiers siècles? Les archétypes comme «puissances psychiques vivantes» désignées et activées par les symboles et les actions symboliques suffisent-ils à en rendre compte?* (14).

Ora, a estas modas mais ou menos recentes, a que alude Varagnac, temos de acrescentar a acção da Igreja, não, evidentemente, moda, que actua com duração variável, mas forma por que intervém e persiste. E é aos arquétipos da exposição do P.e Beirnaert que a Igreja se aplica para os adaptar ou trazer do fundo dos séculos à verdade simbólica da liturgia. Para isso é necessário fazer o que fez S. Martinho de Dume, o que fizeram os primeiros cristãos e os Padres da Igreja, e esta continuou a fazer até hoje. Purificar o simbolismo natural do homem, cristianizando-o, lavando-o na água do baptismo, como Jesus o fez no Jordão no rito antigo pelas mãos de S. João Baptista em ritual renovado sobre o próprio Filho de Deus Padre.

Cristianizaram-se festas arcaicas, edificaram-se templos de Cristo e da Virgem ou dos Santos nas ruínas de fanos idólatras, cobriram-se com manto cristão datas e costumes calendários, purificaram-se costumes, converteram-se símbolos sem deixarem de representar o que representavam na sua simplicidade intuitiva e humana, mas elevando-os como as almas que se arrastavam para Cristo.

A sociedade suévica saía da idolatria e do paganismo ou dos erros arianos para o Cristianismo puro. Não podia deixar imediatamente erros, que contrariavam essa ascensão. Se ainda hoje nos movemos sobre dois estratos, o que se formou no paganismo e o que a Igreja construiu, interpenetrados pela sobrevivência de conceitos e de práticas pagãs, apenas exterior ou superficialmente cristianizadas, como não havia de S. Martinho de Dume combater esses enganos no séc. VII, no momento em que procurava fazer surgir da sociedade velha, pagã,

---

(14) Págs. 109 e 110.

uma sociedade nova, cristã? Era necessário e urgente apontar os erros e substituí-los pela lição da doutrina da Igreja.

Leite de Vasconcelos acentuou esta luta, quando no volume III das *Religiões da Lusitânia* se referiu à vida religiosa dos Suevos. — «Nos Galleco-Romanos e Lusitano-Romanos o catholicismo, conforme sabemos, era já, havia muito, religião florescente, sem embargo das heresias dos priscilianistas e manicheus, do arianismo suévico, e de algumas particularidades ritualisticas locaes. Os bispos catholicos orthodoxos não param de combater aquellas heresias. [...] Às particularidades ritualisticas allude o 1.º concilio bracarense: *sunt aliqua ecclesiasticae institutionis obsequia, quae in huius praesertim extremitate Provinciae, non per contentionem* [...] *sed magis* [...] *per incuriam aut per ignorantiam variantur;* e todos os bispos procuram reduzir à unidade catholica os costumes da Igreja gallega, o que consta de varios capitulos da acta do concilio»? (15). Reconhece-se como S. Martinho culminou nesta dupla e recíproca acção de a Igreja purificar os costumes e os ritos dentro dela, e, cristianizando-se integralmente a vida da comunidade, purificar as gentilidades estranhas, para as elevar até Cristo.

Ainda nos serve outro passo do mesmo livro de Leite de Vasconcelos, onde completa o que deixara dito: «Assim como no seio da propria Igreja, intransigente por natureza, havia resaibos gentilicos, facilmente se comprehende que residuos do paganismo germanico e latino e das religiões pre-romanas dos povos da Lusitania e da Gallaecia se conservassem infiltrados nas crenças da plebe christã d'aquellas provincias na epoca de que estou fallando, — plebe que se compunha de desvairados elementos: autochtonicos, romanos e suevicos. Tais residuos não chegaram ao nosso conhecimento em grande número, mas alguns podemos apreciar na Chronica de Hydacio, nas actas dos concilios de Braga, num livro de S. Martinho de Dume, e na collecção dos Canones organizada pelo mesmo bispo» (16). O segundo Concílio de Braga, realizado em 572, impõe a visita dos bispos às igrejas de suas dioceses, para que preguem aos rústicos ou homens do povo, e insistam no abandono dos erros e práticas da idolatria (can. 1.º) o que revela a persistência de S. Martinho na acção imediata contra os «resíduos pagãos».

Mas a nota, diríamos o compêndio, desses erros e da luta empreendida contra eles está em *De Correctione Rusticorum,* o 2.º Concílio de Braga e a Colecção de Cânones que se lhe seguiu, organizada por S. Martinho, a alma

(15) LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões,* já cit., III, págs. 560-561.
(16) *Religiões,* III, pág. 561.

persistente e perspicaz de todo o combate, continuam e completam aquele tratado fundamental.

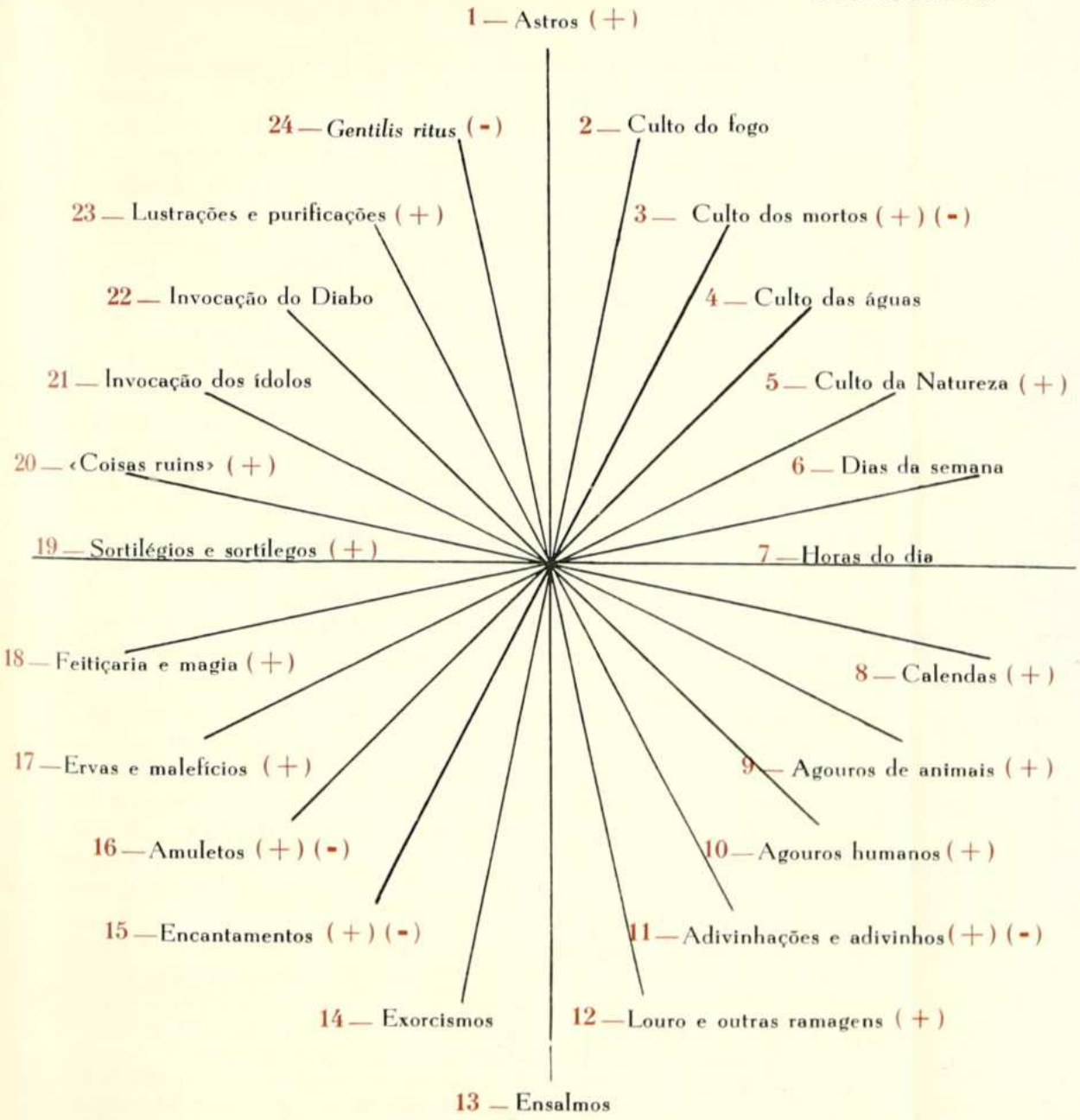
António Caetano do Amaral publicou em 1803 *Vida e obras de S. Martinho Bracarense,* e no mesmo ano, também em Lisboa, *Collecção dos Canones ordenada por S. Martinho Bracarense.* Após-lhes numerosas e desenvolvidas anotações de valor. O Prof. sueco Carl Paul Caspari editou em 1883, em Cristitânia, *Martin von Bracara's Schrift «De Correctione Rusticorum»,* com uma introdução de grande importância histórica. Leite de Vasconcelos, no volume citado das *Religiões da Lusitânia,* limitou-se a resumir e comentar as superstições, que S. Martinho apontou, para as condenar (17), e fê-lo com a orientação etnográfica, requerida pelo assunto. Claramente o afirma por estas palavras: «[...] o que é certo é que, para combater as superstições dos rusticos da Gallecia, o santo as enumera, e faculta assim aos estudiosos um peculio litterario cuja importancia ethnographica um asceta medieval, embora culto, estava muito longe de prever, porque o que elle anathematizava é o que a nós aproveita».

3 — *ASPECTO GERAL DAS SUPERSTIÇÕES RÚSTICAS NI PROGRAMA DE S. MARTINHO*

Em vez de enumerar os costumes de origem pagã, apontados no tratado de S. Martinho, que forma verdadeiro programa de erros, condenados e a corrigir, organizemos um esquema, por forma que, em rápida consulta, logo se abranja e compreenda o sentido geral. Para melhor e mais fácil comparação dos erros anotados nesse programa com os dos Cânones posteriores ao segundo concílio de Braga, indicam-se no esquema estes últimos com o sinal (+) vermelho; entende-se que os *De Correctione* ficam sem sinal algum. Observe-se como os erros indicados nos Cânones corroboram a condenação já feita naquele programa, embora os não indiquem a todos e até surjam, de novo ou por outra forma, alguns mais. Repare-se também nas observações dirigidas a clérigos, para que evitem, por inadvertência ou ignorância, colaborar em actos e práticas comuns, condenadas a todos os cristãos: *per incuriam aut per ignorantiam...* e *non per contentionem...* afirmavam as actas do primeiro Concílio bracarense, referindo-se a certas particularidades de ritualismo local. Nos Cânones de S. Martinho proíbe-se claramente que os clérigos, ignorantes e ousados, exercitem os ministérios no campo sobre os movimentos, mas em igrejas, e aí ofereçam a oblação pelos mortos: e que usem encantamentos e amuletos; etc.: Sinal (—).

(17) *Religiões,* III, págs. 566-573; (Cânones: págs. 573-575).

1. Esquema: erros apontados por S. Martinho em DE CORRECTIONE RUSTICORUM.



(+) referências na Colecção dos Cânones.
(-) referências a práticas de clérigos.

Diante deste esquema, e, para o compreender, nada mais seria preciso acrescentar. No entanto, ràpidamente, indiquem-se algumas referências do programa de S. Martinho, por melhor esclarecimento do assunto e concatenação das partes, que se conjugam e interpenetram. Siga-se a mesma ordem de inscrição no 1.º esquema.

1 — Adoração do Sol, da Lua e das estrelas. Culto dos astros e Astrologia. Adoração e adivinação pelos astros. Práticas mágicas, relacionadas com eles.

2 — Lumes acesos junto de penedos, árvores, fontes e encruzilhadas; lançamento de frutos e vinho ao fogo, como ofertas.

3 — Práticas e ensalmos, junto dos «moimentos» ou sepulturas dos mortos em lugares não sagrados (fora de igrejas ou basílicas, onde estejam expostas relíquias de mártires, para oferecimento e oblação pelos defuntos); práticas funerárias; «fiéis de Deus» (ver adiante).

4 — Lumes acesos junto de fontes (cfr. 2), lançar pão e porventura flores, etc. nas fontes, como oferendas (cfr. 2, oferendas lançadas ao fogo) culto do mar, dos rios, das fontes, dos poços, das minas (de água) e das nascentes, etc. ([18]).

5 — Culto da Natureza: os astros, os penedos, as águas, as minas (aberturas profundas e misteriosas no seio da terra), o fogo, as árvores, os fenómenos celestes e atmosféricos, etc. (cfr. com os números antecedentes); oposição do culto particular ao culto universal ou natural; o mar e os bosques, multidão e mistério da imensidade; o vento e as trovoadas.

6 — Os nomes pagãos dos dias da Semana, em honra de Júpiter, Mercúrio, Vénus, Saturno; guardar os dias dos ídolos, ou festas deles, em vez do Domingo, o Dia do Senhor; superstição da Sexta-feira para efectuar o casamento e, por extensão, para outros factos importantes na vida pessoal e social ou familiar; escolha do dia da Semana para sair de casa, e por certo também para partir para qualquer caminhada ou viagem.

7 — Sem que se diga claramente, depreende-se do antecedente que também era escolhido o momento do dia ou hora solar para saída de casa e partida para viagem ou acto importante.

([18]) Recordemos a fonte do deus bracarense Tongoenabiagus, génio da água, ou *Fonte do Ídolo*, em Braga, de que foi Contador de Argote o primeiro a dar notícia (*Memorias do Arcebispado de Braga*, vol. I, Lisboa, 1732, págs. 261-262); e as lápides oferecidas a Ninfas em Caldelas (duas) e em Guimarães, a que se refere LEITE DE VASCONCELOS (*Religiões da Lusitânia*, vol. III, págs. 258-259), e outras da Galiza (id., págs. 259). Nelas houve, como se vê, o culto de divindades aquáticas, talvez já existentes nos tempos pré-romanos.

8 — Referência directa ao engano louco de se julgar que quem está satisfeito na entrada do ano, da mesma forma continuará pelo ano adiante: são as calendas de Janeiro, hoje festejadas nas «Janeiras» e «Janeiradas».

9 — Agouros feitos, com maior ou menor espectacularidade, pela direcção do andamento dos animais, sobretudo pelo voo das aves, pelas vozes de animais; sacrifícios e leituras das vísceras.

10 — Agouros tirados de actos reflexos do homem e de actos reflectidos: atenção aos espirros; entrada e colocação do pé direito. Posição de coisas e pessoas à esquerda ou à direita, como se infere deste *pedem observare* (Cfr. Leite de Vasconcelos, *Religiões*, III, pág. 571, nota 1).

11 — Crer em agouros e adivinhações, por qualquer das práticas já mencionadas e outras, que se seguem.

12 — Pôr à porta ramos de loureiro e de outras árvores, para afugentar dela os males contra pessoas e coisas; dispor enfeites mágicos de plantas nas mesas, para afastar «coisas ruins». *Laurum ponere.*

13 — Ensalmos: proferir versos e palavras mágicas, misteriosas, para concitar benevolência ou aplacar as iras dos seres sobrenaturais, que influem na vida humana.

14 — Exorcismos: «Preces, e preceitos do Ritual, com que se manda ao Demónio que deixe o possesso»; *Exorcismar* ou *Exorcizar:* «Conjurar o Demónio com as palavras do Ritual, para que deixe o possesso: fig. dizer as mesmas, ou semelhantes palavras em ocasião de tormentas, e outros males, em que o demónio pode ter parte: v. g. exorcismar a tormenta» (Moraes e Silva, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Tomo I, s. v.).

15 — Encantamentos ou práticas para encantar coisas e pessoas, e recìprocamente desencantar. *Encantar:* «Fazer encantamento por arte mágica em alguém, para fazer parecer o que não é, ou para fazer-lhe maleficios». *Encantamento:* «Efeito maravilhoso e sobrenatural feito por feitiços, ou palavras mágicas» (Morais, *id.*). *Desencantar:* «Tirar alguém do encantamento». *Desencantamento:* «O acto de desencantar. A quebra do encantamento» (*id.*).

16 — Crença em amuletos e seu uso pessoal e nas casas, coisas, animais, etc.: «Figuras, ou caracteres, que trazem; e a que a superstição attribue grandes virtudes» (Morais, *id.*) contra os espíritos malignos e «coisas ruins».

17 — Uso de ervas para melefícios; começa na colheita mágica das plantas

---

(19) SÍLIO ITÁLICO afirmou que os Galaicos eram peritos na adivinhação. Estrabão referiu-se aos vaticínios dos Lusitanos, pelas vísceras dos animais sacrificados aos deuses e pelas entranhas dos prisioneiros, imolados a Ares, deus da guerra. SÍLIO ITÁLICO, *Punica*, III, págs. 344-345. ESTRABÃO, *Geographia*, III, 3 (6 e 7).

e segue-se na sua aplicação (medicina supersticiosa ou mágica) a pessoas e animais; ritual de ensalmos e invocação do Diabo.

18 — Práticas de feitiçaria e *Magia:* «O maleficio, ou beneficio, feito por feiticeira, ou feiticeiro; magia, encanto, fascinação». *Feiticeira:* «Mulher que faz feitiços». *Feiticeiro:* «Homem que faz maleficios, ou doenças com hervas venenosas, e outras drogas; e talvez intervindo obra diabolica. Fig. Encantador, fascinador». *Feitiço:* «Veneno, ou drogas preparadas por arte diabolica para fazer criar amor, ou ódio, &c» (Moraes, *id.*). *Magia* e *Mágica:* «Arte de fazer effeitos maravilhosos, por segredos naturaes; ou por operações diabolicas». *Mago:* «...feiticeiro» (*id.* tomo II). Feitiçaria e magia para bem e para mal, por simpatia e antipatia.

19 — Sortilégios, que se não façam *Sortilégio:* «Maleficio, de que se servem os que o vulgo reputa feiticeiros» (Moraes, *id.*, II). Nem os cristãos recebam em sua casa os sortílegos («Feiticeiro, malefico, que faz sortilegio» (*id.*); tirar sorte, predizer o futuro, preparar os acontecimentos desejados ou evitar os que o não são, etc. com práticas de feitiçaria.

20 — «Coisas ruins» são as influências malévolas dos espíritos maus contra pessoas e haveres.

21 — Eram invocados os deuses pagãos dos Romanos: ora nos dias da Semana a eles dedicados (cfr. n.º 6)., ora em práticas como a de os homens de negócio passarem pelos caminhos e fazerem montes de pedras em honra de Mercúrio, como forma de sacrifício prestado ao deus protector dos viajantes e dos negociantes; implorações e rogos das tecedeiras de lã, dirigidos a Minerva, protectora das corporações de trabalhadores e das indústrias femininas.

22 — Pelos números antecedentes se observou que nas artes mágicas e de feitiçaria, como em todas as práticas de ordem diabólica de um demonismo naturalista, é constantemente invocado o Diabo.

23 — Lustrações e purificações: banhos de pessoas, animais e coisas, a par de outras práticas semelhantes; em rios, nascentes, etc.

24 — Na acta do primeiro Concílio de Braga alude-se ao uso de cabeleiras pelos leitores (*lectores*), grau de ordens menores, a seguir ao de ostiário e anterior ao de exorcista.

★

Por esta resenha, tão sumária, reconstitui-se a cultura arcaica do tempo do tratado ou programa de S. Martinho. Claramente se verifica, apesar da sucessão dos assuntos marcados, sem ordem de importância ou de escala de valores, que os números diferentes não passam de aspectos particularizados do mesmo princípio fundamental, que está na adoração e culto das forças da

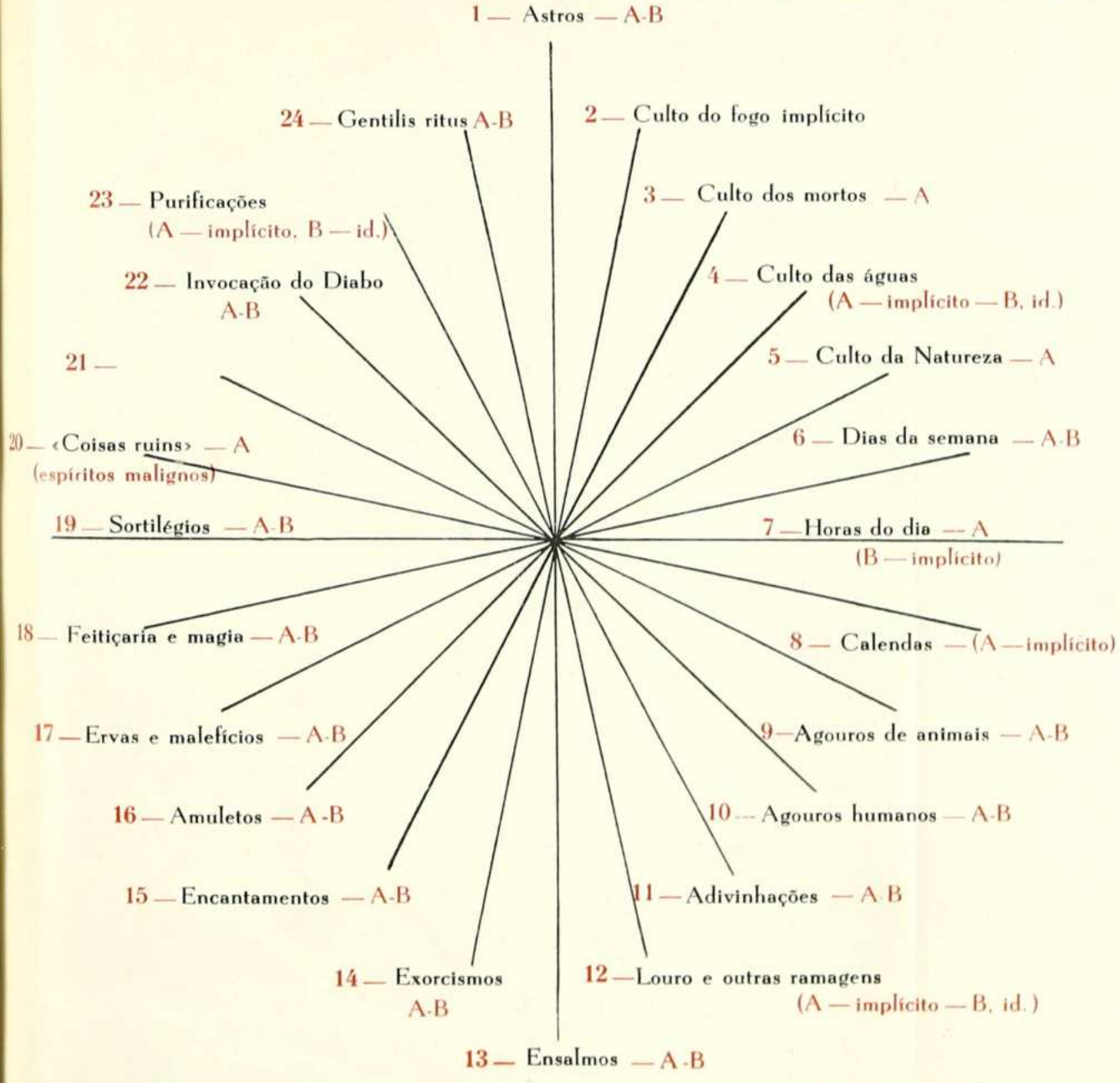
Natureza, cuja influência benéfica ou maléfica se crê que incide constantemente sobre o homem.

S. Martinho condenou este culto naturalista da idolatria e do paganismo. Seria digno de interesse cultural seguir pelos séculos adiante a forma por que se continuavam ou modificavam e se desvaneciam, sem pôr de lado a transformação e adaptação de fórmulas cristãs (a que chamaríamos, por método apenas de classificar influências, cristianização) dos costumes e das práticas apontadas e condenadas. Dentro das possibilidades, levar-nos-ia muito longe demais. No entanto, para comparação e para estabelecer um ponto médio entre o século VI e o nosso tempo, observemos as referências que aos costumes pagãos fazem duas Constituições Synodaes do século XVII: umas, as primeiras, deste mesmo Arcebispado de Braga, ordenadas no ano de 1639 pelo Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha, e mandadas imprimir por D. João de Sousa, «Arcebispo, & Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, & seu Sumilher de Cortina, &c», em Lisboa, no ano de 1697, «na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade»; as segundas, as outras, do Bispado do Porto, «novamente feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Joãm de Sousa, Bispo do dito Bispado, do Conselho de Sua magestade, & seu Sumilher de Cortina. Propostas e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 18 de Mayo do Anno de 1687. De mandado do mesmo Senhor Bispo impressas na Cidade do Porto, em o Ano de 1690, por Joseph Ferreyra impressor da Universidade de Coimbra». São, pois, contemporâneas, na mesma grande região ou província de Entre-Douro-e-Minho, em suas duas dioceses, com ingerência do mesmo Prelado, D. João de Sousa.

Por facilidade de cotejo, tomemos o mesmo esquema dos erros apontados por S. Martinho, e indiquem-se com correspondência de legendas os que foram condenados nas duas Constituições de Setecentos: os de Braga vão indicados com a letra A, e os dos Porto com a letra B, ambas a vermelho. Use-se igualmente o mesmo método de discriminaçã oe apontamento, isto é, na sucessão dos números das legendas do 2.º esquema.

Constituições de Braga	*Constituições do Porto*
1 — Juízos ou figuras pelos movimentos do Sol, Lua ou estrelas.	— Nos mesmos termos. E mais: rezar à Lua ou às estrelas.
2 — Não fazem alusão directa.	— Nada.

2.º Esquema: referido às CONSTITUIÇÕES DE BRAGA, de 1639 (Letra A) e do Porto, de 1687 (Letra B).



3 — Saber da alma de algum defunto se está no Céu, se no inferno.	— Nada.
4 — Não fazem alusão directa.	— Nada.
5 — Juízos ou figuras por cousa inanimada.	— Juízos ou figuras por «quaisquer outras cousas».
6 e 7 — Observação de dias e horas em que principiam negócios, obras, caminhos e serviços.	— Fazer observação dos dias para bons ou maus sucessos.
8 — Não fazem alusão.	— Nada.
9 — Conjecturas por voo e canto das aves e outros animais.	— Conjecturas «pelas vozes, ou encontro dos animais, ou pelo cantar, ou voar das aves».
10 — Juízos ou figuras por sinais do corpo humano, riscas e veias das mãos ou outras partes.	— Ter por certas as cousas que se representam em sonhos.
11 — Adivinhações.	— Adivinhações; dos «que adivinham cousas secretas».
12 — Não fazem alusão directa.	— Id.
13 — Ensalmos;... «com certas palavras, ou sinaes exquisitos, & não usados».	— «Nem uze de ensalmos, & palavras ou de outra cousa, pera curar feridas, & doenças», etc.
14 — Abrangidos os exorcismos em designações gerais, como «arte notoria», «supersticiosas cerimonias prohibidas», «judiciaria prohibida», etc.	— «Nem excomungue, nem exorcise pulgão, lagarta, ou outra cousa», «benzeduras», etc.
15 — Encantamentos, nigromâncias, feitiçarias, etc.	— «Cousas, ou affeições, & cheiros», etc.
16 — Amuletos: «pedras de ara, corporais, ou outras cousas sagradas, ou bentas», «arte magica», etc.	— Id.
17 — Ervas e malefícios: beberagens, comidas, unguentos ou confeições supersticiosas».	— Sem referência especial.
18 — Feitiçarias, «bruxalidades».	— Sem referência especial. Feitiçaria e leitura de livros dela.

19 — Referência vaga a práticas diabólicas.	— Sem referência especial.
20 — «Invocações dos espíritos»; espíritos malignos.	— «Deitar demónios fora dos corpos humanos».
21 — Não havia já invocação dos ídolos do paganismo.	— Id.
22 — Invocação ou pacto com o Demónio.	— Sem referência especial, mas implícita.
23 — Purificações: implícitas nas referências vagas a «arte magica», etc.	— Id.
24 — Condenações a qualquer «pessoa, assim ecclesiastica, como secular, de qualquer estado, & grao pelo que se reconhece o *gentilis ritus* praticado por eclesiásticos ([20]).	— Alusão semelhante a «clerigos e leigos» ([21]).

4 — *ASPECTO GERAL DAS SUPERSTIÇÕES RÚSTICAS NA ACTUALIDADE: COMPARAÇÃO COM AS CONDENADAS POR S. MARTINHO (De CORRECTIONE RUSTICORUM).*

Vamos agora comparar os erros condenados por S. Martinho, depois de vermos um panorama intermediário (Séc. XVII), com os que continuam nos tempos actuais. Sigamos o mesmo método, para ser mais notória a correspondência entre uns e outros, conforme ao que já se fez com os das Constituições Sinodais das Dioceses de Braga e do Porto. Utilizemos, pois, o mesmo 3.º esquema. Apenas faremos as seguintes modificações por substituição: no número 21, em vez de «Invocações dos ídolos», que já não aparecem no 2.º esquema, por não continuarem no século XVIII, como seria de esperar, devido ao intervalo de seis séculos; em relação ao de S. Martinho (séc. VI), aparece no 3.º esquema a legenda «Monstros» (v. gr. Lobisomens, etc.); em vez de, no número 23 dos 1.º e 2.º esquemas, estar a legenda «Lustrações e Purificações», fica no 3.º esquema a de «Números», para incluir a superstição ligada aos números; assim, a prática das lustrações e purificações fica incluída nos números 2 (pelo fogo: defumação), 4 (pela água: banhos

([20]) *Const. de Braga*, págs. 606 a 611.
([21]) *Const. do Porto*, págs. 500 a 503.

santos), a que não há alusões directas nas enumerações de S. Martinho e das Constituições do séc. XVII; no número 24 foi substituída a legenda «*gentilis ritus*» pela de «Nomes», por estar fora de caso a cooperação de clérigos em actos de superstição e magia, e ser necessário incluir à parte a superstição dos nomes de pessoas. No mais mantém-se a mesma nomenclatura, embora pudesse desdobrar-se cada uma delas em outras, o que não facilitaria a comparação, que é o principal objecto desta parte do trabalho cometido. Todavia, em dois casos, sem alteração da respectiva legenda, fez-se, no desenvolvimento delas, o acrescentamento do que poderíamos considerar subordinado; por isso, no número 4 deu-se lugar aos banhos dados a imagens de Santos, e no número 16 à Cruz com sentido talismânico, também com cabimento no número 19, como sortilégio.

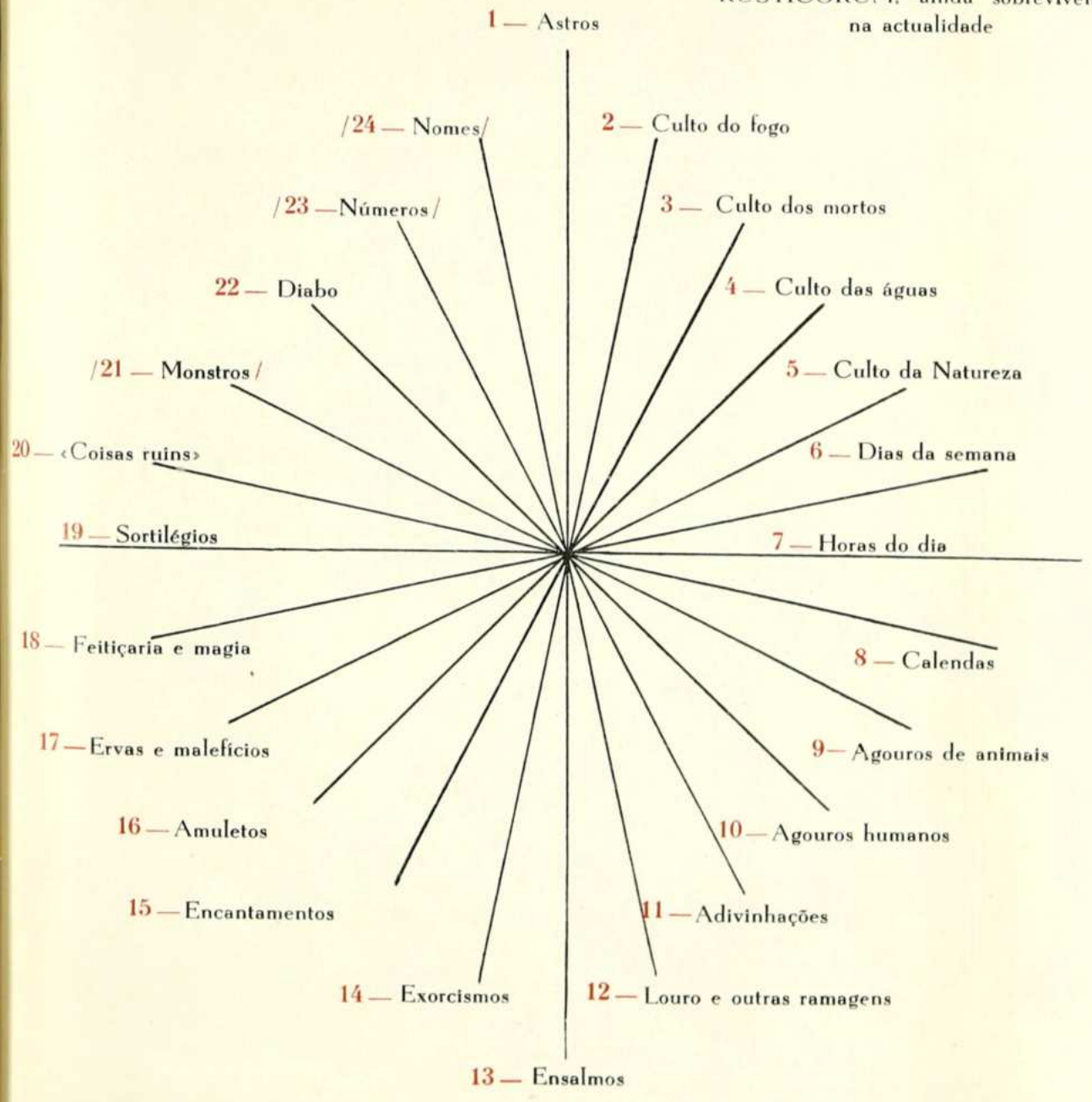
1 — Vestígios de adoração do Sol ou simples saudação, quando nasce. (Por exemplo: «Lá vêm as três pessoas da Santíssima Trindade e as cinco Chagas de Cristo! — Padre Nosso — Ave Maria; também, as pessoas se benzem, ao ver o Sol surgir, mesmo que nada mais façam), crença de que, na manhã de S. João, o Sol nasce a dançar; ao nascer e ao pôr do Sol, acabam e principiam horas diferentes no mundo das superstições; acaba de manhã a noite, em cuja sombra todas as «coisas ruins» andam à solta; o canto do galo anuncia a vinda do Sol e espalha ou afugenta os agouros e os seres maléficos; ao acabar o dia com o desaparecimento do Sol, reçomecam os medos da noite; a Lua tem influências profundas na vida humana, animal e vegetal: uso do amuleto lunar, com a forma de crescente, uma das metades em «que Deus dividiu a Lua»; práticas relacionadas com a superstição lunar e com o uso do amuleto; quando há muitas estrelas no céu, é sinal de que as almas estão contentes; não se aponta para as estrelas com os dedos, porque nascem cravos e verrugas neles (oferecem-se cravos e pregos por exvotos a S. Bento para os curar), nem se contam, porque nascem belidas, perde-se a conta (ou o juízo) e formam-se terçolhos; há estrelas boas e estrelas más; nasce-se em boa ou má estrela, como em boa ou má lua; o eclipse do Sol ou da Lua trazem calamidades; os cometas anunciam guerras e desgraças; etc.

2 — Fogueiras purificadoras e festivas: de S. João, S. Pedro, algures também de Santo António, e de S. Sebastião, S. Marçal, etc. (antigamente, não todavia há muitos anos, eram muitos mais os Santos festejados com fogueiras); práticas supersticiosas ligadas às fogueiras; o fogo do lar, com a multidão de regras que procuram impedir o desrespeito à sua pureza (não cuspir, não urinar, não lhe lançar cabelos, não cortar as unhas, de que se soltem aparas sobre ele, não entornar leite, nem deitar cascas de ovos, etc., porque todos esses delitos provocam males; ao leite lançado ao lume aproveita-se-lhe o mal em bem, que é o de secar o leite às mães, depois da aleitação dos filhos; evite-se entornar

água no lume ou beber água com lume na mão (vela, candeia ou tição), porque traz acidentes, perde-se ou «bebe-se» o juízo; o arcaico espírito de não deixar apagar o lume na lareira manifesta-se de várias formas, e quem o deixa apagar, provoca desgraça e fogo morto; na lareira arde o «cepo do Natal», que deve conservar-se a queimar pelo mais tempo possível, e guardam-se os restos para os dias de trovoada e tormenta; é o lume do cepo de Natal, reacendido, da oliveira e do loureiro ou palma, bentos no «Dia de Ramos», à (luz) da vela de cera amarela ou da que foi benzida no dia de Nossa Senhora das Candeias, ou o das pinhas, que arderam na lareira na noite de Natal, a força sobrenatural que afasta os raios; ainda a labareda sobe direita ou se entorta, o lume espirra, ou ralha, e brilha ou não, o fumo sobe verticalmente ou inclinado, e todos estes factos têm seu mal, que se talha a seu modo ou interpreta em conformidade; com o lume se anima a farinha da masseira do pão, deitando-lhe um tição; ao lume se fazem muitas benzeduras, práticas de magia e bruxarias, e rezam ensalmos, mistos de invocações pagãs e cristãs; ao lume ou com lume se fazem muitas sortes e adivinhas (queima de alcachofras, folhas de oliveira, castanhas, etc., lançamento de moedas); luz que tem de se conservar de noite acesa, enquanto há criança por baptizar (comparar com a crença de se enterrarem abortos e crianças não baptizadas por debaixo da lareira ou da porta do forno), etc.

3 — Culto dos mortos e crenças do aparecimento ou visita das almas dos defuntos («almas do outro mundo», «almas penadas»), quando não cumpriram promessas feitas, ou não fizeram penitência imposta em confissão, ou não pagaram as dívidas; alminhas, que vêm comer de noite a casa da família (no Natal, no Dia de Finados, etc.); sinais das almas, a pedirem orações (o lume a estalar, a candeia que amortece, os fogos-fátuos); se uma estrela «cai», mostra que uma alma entra no Purgatório (diz-se-lhe: Deus te guie); costumes de enterramento: despejar toda a água de casa, para se não lavarem nela os defuntos (ritos de purificação), dar ou queimar os colchões e a roupa da cama do morto (para ele não voltar ao mundo), espiar todas as noites a roca (onde ainda se usa fiar), para não virem de noite os defuntos acabar de a desfiar; práticas funerárias, com carpideiras, proibidas em público pela autoridade civil, banquetes e beberetes em homenagem do morto (algures, a cada libação, diz-se: Deus tenha no Céu a alma de F.); o costume de pedir «pão por Deus» e «pão para as alminhas» ou «pelas alminhas», nos primeiros dois dias de Novembro; o alfinete espetado no fato do morto, o lançamento de terra quando o caixão desce na cova do cemitério, os restos dos montes de pedras, «Fiéis de Deus», lançadas em volta de cruzes, que indicam lugar onde caiu morta uma pessoa; as «alminhas» dos caminhos; etc.

3.º Esquema: superstições correspondentes às de DE CORRECTIONE RUSTICORUM, ainda sobreviventes na actualidade



Entre / / vão superstições não indicadas nos esquemas 1.º (de S. Martinho) e 2.º (das Constituições de Braga e Porto, do séc. XVII).

4 — O culto das águas manifesta-se principal e ostensivamente na crença do poder das fontes e nascentes, dos rios, do mar, onde se executam os banhos santos, expressão arcaica do ritual das águas naturais; banhos santos no mar (em especial na véspera de S. Bartolomeu, banho que vale por sete dos outros), nos rios, nas fontes, pelo S. João e S. Pedro, S. Bartolomeu, nos dias próprios, e banhos semelhantes a outras invocações em dias de necessidade e em qualquer das numerosas «fontes santas» e «fontes milagrosas», espalhadas por toda a parte; o ritual dos banhos, com cortejos, músicas e danças, em rios e no mar, com lançamento de flores e coroas nas fontes, onde as Mouras Encantadas vivem o seu encantamento, de que têm tréguas na manhã de S. João; ofertas de pão, vinho, linho, azeite, etc. e sua deposição nas fontes; preferências dadas a ervas colhidas à margem de alguns rios, pela meia-noite; ritos de travessia dos rios, e crenças, que os reclamam; crença de que as águas adormecem e é preciso acordá-las, quando se quer beber à meia-noite; pela água bebida podem entrar no corpo os espíritos e as «coisas ruins», desde a fonte até casa e em casa, e, para o evitar, usam-se flutuadores ou rolhas no bocal de cântaros e bilhas: são de cortiça e têm gravados sinais talismânicos, gentílicos como o sino-saimão, cristãos como a Cruz; benzem-se as águas estagnadas, para não fazerem maleitas ([22]).

Dão-se banhos a imagens de Santos, para que eles satisfaçam pedidos; o de maior invocação nestes termos é Santo António. Na Torreira (Aveiro), os romeiros dão banho à imagem de S. Paio, para utilizarem o vinho do banho em mèzinhas crendeiras de medicina popular.

5 — O culto da Natureza encontra-se nos usos, práticas e ensalmos, dirigidos ao Arco-iris (sinal de casamento), ao nevoeiro («talhado» ou «arramado» com ritos claramente mágicos por mulheres), ao poder das águas (imagens levadas junto de rios e fontes, onde é benzida a água e lavada ou aspergida a imagem com ela) e outros ritos de provocação da chuva, ao ar (que, se é mau, se «talha» com fórmulas especiais), ao vento e aos «borborinhos», às trovoadas (com queimas dos bocados que sobraram do cepo do Natal, ramos bentos, vela benta, etc.), e outras demonstrações; as superstições das covas, minas, nascentes, poços, incluídas no culto das águas, as relacionadas com lagoas, rios, e com o mar; covas das Mouras, covas dos lobisomens, especialmente junto de penedos e formadas por eles; o apreço pelas covinhas e pègadas e outros petróglifos (sinais de Cristo, da Virgem, de Santos, de heróis, de Mouras e de ani-

([22]) Anda cheio o cancioneiro popular de cantigas, que celebram as fontes milagrosas; por ex.: «água santa» da Senhora do Sameiro; «fonte santa» da Senhora da Lapinha (Guimarães), a de S. Torcato, «aguinha da minha fonte» (id.), a fonte que a Senhora Santa Ana «abriu no monte onde se assentou» (Viana do Castelo), etc.

mais), com particular crença nas fontes próximas, e melhor ainda se brotam do local do penedo; penedos a que são atribuídos sons estranhos; penedos lurados, balouçantes («pedras bulideiras»), «penedos de casamento» (com práticas sortilégicas de arrastamento, escorregamento ou deslizamento, ou a que se atiram pedras para trás das costas e por cima dos ombros), penedos em que se praticam formas mágicas de toque ou atrito (ritual de contacto) e de sucção (em protuberâncias mamilares do rochedo), etc.; não esquecendo a superstição da «pedra de raio», quer seja instrumento neolítico, pedra estranha, pedaço de minério cintilante, etc., em que o raio se transformou, e livra de acidente por trovoada a casa onde esteja guardada.

6 — A Semana tem seus dias aziagos: uns deles são permanentemente maus, azar que mantêm a Terça-feira e a Sexta, durante o ano inteiro; nada se começa e nenhum acto importante se realiza nesses dois dias: baptizado ou casamento são amaldiçoados; nem sequer se deve fazer a barba nesses dias, porque anda o Diabo à solta; mal vai se lançarem galinha, e mau é o ovo, como nefasto à galinha, quando posto então; a Sexta-feira ainda é mais respeitada, se for a da Paixão do Senhor (Sexta-feira Santa): nesta, nem se cortam as unhas (porque nesse dia os Judeus as cortaram ao Senhor), nem se faz costura (pois aparecerá com raios de sangue), nem é lícito comer galo (por lembrar o que cantou por três vezes, quando Jesus foi preso, é preságio de infidelidade de amigo); na primeira Sexta-feira de Março as mulheres devem ir aonde esteja uma silva-macho: cortam as pontas das tranças, atam-nas a um ramo e dizem o seguinte ensalmo: «Eu prendo aqui o meu cabelo / p'ra crescer tanto como esta silva. Com a graça de Deus e da Virgem Maria. Padre Nosso. Ave Maria» (crê-se que a silva cresce e com ela o cabelo), Barroso; Quinta-feira da Ascensão tem condão especial. Do Sábado afirma-se que o não há sem sol, como Domingo sem Missa; a chuva de Sábado nunca se acaba (23).

7 — O dia está dividido em «horas más» ou aziagas e «horas boas», «horas abertas», livres, e «horas fechadas»; a noite é «hora má»; é de noite que andam as bruxas de conúbio com o Diabo nas encruzilhadas; o canto do galo espanta as reuniões à meia-noite; há cruzeiros nas encruzilhadas; todas as «coisas ruins», que têm na noite horas abertas para seu fadário, são afugentadas pelo cantar do galo, símbolo de vigilância; à meia-noite são os «banhos santos» de S. João e saem do encantamento as Mouras das fontes, rios, nascentes, penedos, onde reentram ao cantar do galo, núncio da alvorada e regresso do Sol; as ervas

(23) Nas *Ordenações Filipinas* (1595) determina-se que não se guarde o Sábado nem Quarta-feira, não se coma nem beba por causa das missas dos Sábados (Liv. V, Tít. V).

apanhadas no campo à meia-noite são bentas, e únicas que têm virtude na medicina-popular; outras ervas, como o trovisco, devem ser colhidas à meia-noite em ponto, embora noutro tempo (quando é preciso, por exemplo, para tratar criança «engalhada» ou «enganida»). A «reza da hora», em Quinta-feira da Ascensão, entre o meio-dia e a uma hora da tarde, marca uma hora de milagre: nem os pássaros vão aos ninhos. Nasce-se ou faz-se qualquer coisa em «boa hora», quando se é feliz; em «má hora», quando se é infeliz; deseja-se às parturientes uma boa hora, e uma invocação de Nossa Senhora é a da Boa Hora; a saudação «em boa hora» (em boa hora o digas; em boa hora o faça: e equivalentes) traduziu-se na expressão corrente «vou-me embora», etc. É vulgar a frase; espero a hora (ou procuro a hora) para tal assunto; etc.

8 — São evidentes os vestígios das calendas, ou festas do começo do mês em honra dos deuses gentílicos. Umas festas de Vila do Conde receberam e mantiveram o nome de «Festas das Calendas»; as «Janeiras» e «Janeiradas» com suas práticas e seus cantares (que se estendem com aparente modificação aos «Reis» e «Reisadas»), não só correspondem às calendas de Janeiro como ao princípio do ano: o Ano Novo e, por conceito apotropaico ou profilático, o Ano Bom; por esta coincidência ou duplo valor, o dia 1 de Janeiro é sortilégio do ano inteiro (como for esse dia, será o ano, e os doze dias seguidos, de 1 a 12, indicam como hão-de ser os doze meses do ano ([24]); ao levantar da cama, devem as pessoas ter o cuidado de poisar primeiro no chão o pé direito, para serem felizes; na passagem de 31 de Dezembro para o primeiro do Ano, isto é, a meia-noite, os homens (v. gr. arredores de Bragança) fingem entrar em casa pela violência, com barulho, pelas janelas, arrombando portas, e simulando bater nas mulheres, para que andem espertas todo o ano e tudo se esperte na casa; sobem-se e descem-se as escadas de casa à meia-noite, para que o ano corra bem; estreiam-se vestidos ou peças do traje, para que não faltem nem escasseiem; comem-se uvas e romãs, símbolos de abundância, para que haja dinheiro pelo ano fora, e três bagos de romã serão deitados ao lume por quem o queira ter sempre, etc.; no dia 2 de Fevereiro, dia da Senhora das Candeias, a vela benta protege a casa até o ano seguinte em igual dia; o vento, que durante o mesmo dia soprar, bom ou mau, soprará todo o ano; o que são vestígios de calendas de Março, que a invocação da Senhora cristianizou; as crenças e práticas do 1.º de Abril, o «Dia das mentiras», têm todo o aspecto de vestígios deformados das calendas do mês; em terras da Beira tem de se comer caldo de castanhas,

([24]) As «arremedas» verdadeiras, que adivinham os meses do ano (bons ou maus), fazem-se de 13 a 24 de Dezembro; as «desarremedas», que confirmam ou contrariam a «arremeda» respectiva, são de 25 de Dezembro a 5 de Janeiro; estas é que valem.

como no dia de Ramos é obrigatório, porque, se o caldo fosse de hortaliça, davam as lagartas nas hortas ou comer-se-iam lagartas durante o ano; as festas das «Maias», no 1.º de Maio, apresentam todas as características de festas gentílicas, a que não faltam representações simbólicas em raparigas e rapazes cobertos de flores, especialmente de giestas amarelas (as «maias», como raparigas são as «Maias» e rapazes os «Maios»); enfeitam-se também de giestas e fitas os currais e o gado, e passeiam pelas povoações os pastores com o melhor «godalho» de seu rebanho; usam-se igualmente bonecas enfeitadas adrede, como personificações da comemoração; comem-se castanhas piladas, para que o «burro» não entre na gente ou «salta-lhe o burro»; há cantigas apropriadas; a Igreja deslocou o paganismo destas festas para a prática virginal do «Mês de Maria»; no dia 1 de Novembro acendem-se fogueiras e fazem-se magustos; Leite de Vasconcelos relacionou este costume com o culto dos mortos, comemorados pela Igreja no dia imediato (Dia dos Fiéis Defuntos); comida de castanhas assadas, passas de figo e nozes, no campo, junto de uma fonte; oferecem-se às pessoas amigas passas, romãs, marmelos e castanhas. Constituições diocesanas e posturas municipais proibiam as calendas, pelos desmandos ocasionados; uma postura da Câmara de Lisboa, em 1385, determinava «que daqui em diante nesta cidade e seu termo não se cantem janeiras nem maias, nem a outro mez do anno...».

9 — Os bons e maus agouros por intermédio de animais são muitos; uns animais, vertebrados ou invertebrados, de várias classes e ordens prometem felicidades e boas notícias, outros só auguram mal; o boi, se bafeja as sementes lançadas à terra, abençoa-as (lembrar o boi do presépio de Belém, a aquecer com o bafo o Menino; lembrar também o «Boi bento» das festas minhotas, e o boi, enfeitado, de pontas douradas, que vai ser sacrificado nos bodos das festas do Espírito Santo, hoje ainda bem representadas nas dos «Tabuleiros», em Tomar); o cão, a ladrar à lua cheia, a uivar em sinal de morte e símbolo de fidelidade; o cão, se é preto, pode ser a transformação do Diabo — o «cão tinhoso»; o cavalo, se cai, anuncia morte de pessoa da família de quem o viu cair; tem valor especial a ferradura, que ele largou, para a pessoa que logo a apanhou; há veneração pelas covas dos penedos ,que são tomadas, por sua forma, sinais de passagem de cavalos de Santos (como o de S. Jorge, em Vizela); o gato preto assinala mau sentido, e, para o esconjurar, tem-se em casa um, de carne e osso, ou de cartão forrado de fazenda negra com olhos bordados ou de vidro; uma quadra da Golegã diz assim:

— Minha mãe, p'ra m'eu casar,
Prometeu-me um gato preto; (ou negro)
Depois de me ver casada:
— Sape, gato, tenho medo!

Entre as aves são objecto de agouros: andorinha, codorniz, coruja, cuco (frango), galinha e galo (galinha que canta de galo, e galo a cantar fora de horas, isto é, errados, anunciam morte em casa), mocho, perdiz, pombo (o morcego, a que o povo chama também ave), rola, etc. De répteis: a cobra, o lagarto, o sardão; o sardão e o lagarto inimigos da mulher e amigos do homem, que o sardão só ataca, se lhe dirige certo palavriado de pouco respeito; não se mata cobra, dentro de casa, porque dá felicidade; sonhar com elas provoca «arrastamento». De batrácios é o sapo o mais temido. De insectos: aranho, besouro, borboleta (branca dá ventura, preta anuncia infelicidade), grilo (dá sorte à casa em que se ouve cantar), mosca (mensageira de visita estimada ou notícia boa; se é varejeira, traz visita de cerimónia), etc. São símbolos fálicos a cobra e o sardão; com esse conceito entram na decoração falante da arte popular, e em romarias oferecem-se as figuras desses animais de massa de pão ([25]).

10 — De alguns agouros humanos se fez menção em números anteriores: a crença do lado do corpo ou em relação ao corpo; a mão direita e à mão direita ou simplesmente à direita e do lado direito; a mão esquerda, à mão esquerda, à esquerda e do lado esquerdo; Anjo bom à direita, Diabo à esquerda; quem procede mal ou tem mau carácter é esquerdo; é mau o que está à esquerda, como é bom o que fica à direita; pessoa escorreita é direita (na atitude vertical, e no bem que faz); os melhores amuletos contra as bruxas são os «cornichos» do lado esquerdo do carneiro ou da carocha; mão direita aberta é bom sinal, a esquerda é mau; a figa é esconjuro feito com a mão, e deve ser a direita (bem contra mal, como o cornicho esquerdo é quebrar mal com mal); cumprimentar com a mão esquerda é desdouro e ameaça; cabelo no lume provoca desgraça; se a mulher, que se acabou de pentear atira do pente o cabelo à rua, oferece matéria para lhe fazerem mal (para o evitar, cospe nele três vezes, antes de o deitar fora); o cuspo traz sorte ou repele injúria (cospe-se na moeda ou na pedrinha, que se atira ao ar, para marcar vez ou lugar; cospe-se no cabelo, antes de o deitar fora; cospe-se contra mau olhado, que se crê manifesto, até acompanhando as figas da mão direita com lançamento da saliva; cospe-se por

([25]) ANTÓNIO CAETANO DO AMARAL, ao referir-se à «arte de augurar», disse: «...a gente da vizinhança do Minho (rio) célebre pelos seus costumes em que os antigos querem ver descendência grega...» (*Memorias da Academia R. das Sciencias*, vol. I, pág. 250, Idolatria).

desprezo e por despeito; se uma de duas pessoas, que se lavaram na mesma água, cuspir nela, desfaz-se o mal, «quebra-se o mal», que daí vem; se, ao levantar da mesa, depois de refeição acabada, alguém deixa pão mordido, vêm os bichos venenosos chupar a saliva, e a pessoa, que o mordeu e abandonou, morre, etc.); espirrar é agourento; aquecer a orelha esquerda ou a direita, é que falam mal ou bem de nós, e usam-se esconjuros, em que entra o lume e o sal a ele lançado, para reverter a maledicência; etc.; já se fez referência ao bom agouro de entrar ou colocar primeiro o pé direito, em ocasião importante (cfr. n.º 8), até na entrada em casa, e ao mau agouro do pé esquerdo.

11 — As adivinhações e sortes de adivinhar são numerosas e variadas, desde a leitura das sinas, a cartomância, o lançamento de nomes e de simples letras; algumas confundem-se com agouros de aves, conforme o voo, o cantar, etc. Há as adivinhas com a tesoura, com a peneira, ou o crivo, e preparação delas com ambos estes instrumentos, com ritual próprio ([26]). Muitas adivinhas pertencem ao uso do fogo, porque os objectos, de que adivinhos se servem, relacionam-se ritualmente com ele (cfr. n.º 2); outras são feitas com plantas diferentes, principalmente as da manhã de S. João (cfr. n.ºs 4, 17, etc.).

12 — O louro, as giestas, os ramos bentos, as plantas mágicas, que livram da trovoada, as que juncaram o chão nas cerimónias da Semana Santa nos templos e nas ruas por onde passaram procissões da Paixão e outras, todas elas fazem parte deste capítulo do emprego de plantas, utilizadas pelo homem na garantia da casa, das pessoas e dos bens. A palma com que se enramou exteriormente a casa (portas e janelas), no Domingo de Ramos está no mesmo plano de protecção. O loureiro é «pau santo»; com arruda espanta em Maio o «delírio diabólico». A oliveira é sagrada. Se a trave mestra de uma casa é de cipreste, a moradia dará pouca saúde a quem a ocupar. À figueira não se aproveita a madeira, porque foi condenada com o enforcamento de Judas: é traiçoeira; até o fumo dela faz mal aos olhos.

13 — O rol das benzeduras e seu cerimonial, de feições por vezes extraordinàriamente cómicas ou sinistras, é longo e de tão variadas feições, que nem pode tentar-se um esboço, que possa abranger o aspecto geral, ou formar síntese esclarecedora; se há fórmulas comuns ou aproximadamente comuns, com pequenas variantes, a maior parte delas é da criação e arranjo das benzedoras

---

([26]) Diz-se «botar» ou «deitar a peneira». Ver: ADOLFO COELHO, *Costumes e Crenças populares*, pág. 22 e ss., e LEITE DE VASCONCELOS, *Opúsculos*, vol. IV, págs. 590-591. É a *Coscinomância*.

([27]) JOAQUIM ROQUE, *Rezas...*, Beja, 1946; o trabalho divide-se em três partes: «Rezas e benzeduras populares»; «Como o povo deza»; «Bruxas (feiticeiras e lobisomens: aparições, medos...»).

e dos benzedores; para muitos dos operadores é secreto o repertório, e levam-no para a cova, se não têm pessoa de íntima confiança e estima, a quem decidam deixá-lo como herança prodigiosa. Há benzeduras para tudo: pessoas, animais e coisas. Ainda há poucos anos, o professor alentejano, Sr. Joaquim Baptista Roque (Beja), publicou notável colectânea de *Rezas e benzeduras populares;* nela se avalia a riqueza das fórmulas (27).

14 — Dos exorcismos baste-nos dizer que é impossível dar uma nota do que são e como são. A prática de exorcizar pessoas, animais e coisas varia como as benzeduras e complica-se com elas.

15 — De encantamento e fórmulas mágicas tem de repetir-se o que ficou dito em números anteriores (13 e 14) e ligar com os conceitos de práticas de outro teor, mas fundamentalmente mágicas e encantadoras (cfr. n.os 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11 e 12), pois é a magia a base de todas as formas de agouro, adivinhação, etc.

16 — Os amuletos formariam um museu à parte. Se todas as ervas colhidas na manhã de S. João têm virtude, e são empregadas nas mais variadas superstições, especialmente em exorcismos, encantamentos, feitiçarias, que constituem a medicina popular, as adivinhações, toda a farmacopeia mágica, não há erva, que para tal fim não tenha serventia; umas pelo cheiro, outras pela cor, outras pela forma ou aspectos anatómicos, estas pelo lugar onde são colhidas, aquelas pela hora da colheita ou pela pessoa que as colhe, e pelo dia em que o faz. O alho, por exemplo, é amuleto contra as bruxas. De plantas expostas ou queimadas, já se fez menção (n.os 2 e 12). Pelo material empregado para fazer amuletos (pedras «mágicas», com as «pedras de raio», pedra de ara, pedra e conta leitira ou de leite, e de origem animal como o coral, fóssil como o azeviche, metais como o ferro e o aço), pela forma de objectos a servirem de amuleto (anel, sobre todos os anel de sete pedras, de unha da grande besta, de fava, de olho de corvina, que o guarnecem e juntam a virtude própria à da forma e do metal; chave, chifre de veado, carneiro, vaca-loura, etc.; ferradura de cavalo ou de mula, e cravos dela, etc.), seria um nunca acabar de enumeração de tipos variantes. A lua, ou, melhor, o crescente e o sino-saimão (*Signum Salomonis*), misturam-se com símbolos cristãos, como a cruz e as imagens, a formarem amuletos complexos; não faltam, nesta associação de culturas sobrejacentes, imagens da Virgem, medalhas católicas, os símbolos da Fé (cruz), Esperança (âncora, antigo sinal pagão) e Caridade (coração, também pré-cristão), as Virtudes Teologais; a própria cruz é duplamente amuleto com aplicação a sortilégios e agouros, e protecção mágica de pessoas e coisas, para evitar malefícios(tesoura aberta em cruz, debaixo de traveseiro, na cama de criança, livra-a das bruxas; para as bruxas fugirem, basta fazer uma cruz com as per-

nas isto é, cruzar as pernas, e dizer este ensalmo: — Tu és ferro, / eu sou aço; / tu és o diabo, / e eu te embaraço / as pessoas, que têm uma cruz bem nítida na palma da mão, estão livres de bruxa; fazem-se cruzes na boca, ao bocejar, na orelha vermelha e quente, no membro dormente; o mesmo em quase todas as práticas de exorcismo e encantamento; é azar a tesoura aberta em cruz, a faca e o garfo cruzados na mesa, dar as mãos com cruzamento, etc.. A enumeração dava enorme rol e faltariam muitas espécies de amuletos, uns gerais, outros regionais e locais, e ainda os pessoais, de utilização pessoal, exclusiva.

17 — De tantas ervas e sua utilização falámos já nesta série de superstições, que já está preenchida a observação de existência das superstições próprias delas. Usam-nas, repitamos o termo, os rústicos do nosso tempo, em práticas numerosas e variadas; cada erva tem a sua virtude e por tal é aplicada; todas têm formas próprias de colheita, que lhes acrescem as virtudes. Se umas servem para bem, na medicina popular, de uso interno ou externo, ou duplo, em beberagens, chás, unguentos, e mais aplicações de preparação, diferente, muitas outras servem para malefícios de adivinhações, exorcismos, sortilégios. Recordemos esta quadra do mentastro, com alusões a enredos por ele provocados (malefício):

O mentastro é um enredo,
Que entre nós se quer meter;
Entre dois firmes amantes,
Que enredos pode haver?
(Ou: Enredos não deve haver).

(Tem esta lição a força do espírito contra os enredos, que o procuram atingir).

18 — De feitiços, feitiçarias e bruxedos, nada pode acrescentar-se, que não esteja implícito no que ficou dito. Repetiríamos as mesmas palavras dos números 13, 14 e 15. A variedade é grande, a contumácia alcança as camadas superiores da sociedade, como é notório; haveria a notar a feitiçaria em capítulos diferentes, um para os rústicos, outro para os burgueses, e encontraríamos pelo menos um parágrafo para letrados, pequenos e grandes; bastava conhecer os arquivos policiais. Soltem as bruxas as «risadas», que os crédulos temem!

19 — Repetiria o que dissemos no número anterior e nos que nele se mencionaram.

20 — «Coisas ruins»? Mas tudo assenta na crença do que é ruim para o homem, tudo que lhe traz «mau olhado», que é necessário «talhar», se a «coisa ruim» acatou, ou evitar com adivinhações, ensalmos, amuletos, etc., para que se esteja indemne ao mal. Coisa ruim, hora má... Mêdo!...

21 — Na mitologia popular andam ainda sinais de monstros, que ou o são

por «fado corrido», isto é, por determinação do «fado», que certas pessoas têm de «correr», antes que lho «quebrem», ou se lho não impedirem ([28]); ou são transformações e metamorfoses do próprio Diabo; manifesta-se aqui forma especial de magia ou encantamento, mas provida de feição particular; no primeiro caso estão os Lobisomens e as Lobeiras (cfr. n.º 23), os Corredores (que «correm o fado»), etc.; no segundo, os Olharapos e Olhapins, o «Fradinho da mão furada», o Trado, o Pesadelo, o que de uma forma geral abrange tudo, e é o Medo ([29]), ou, claramente, o Diabo. Fadas, Bruxas, Mouras e Mouros, entram também a seu modo neste capítulo das superstições ligadas a pessoas ou seres, que tomam a forma humana, e se metamofoseiam em monstros.

22 — No que poderíamos chamar o «Ciclo do Diabo», muitas são as metamorfoses deste ser maléfico; os nomes dele multiplicam-se no uso e gíria pessoal: Anjo-Mau, Belzebu, Barbazu e Barzabum, Bicho-feio, Bicho-mau e Bicho-negro, Cão-tinhoso, Carapuça-vermelha, Crespo, Decho, Demo, Demónio, Demonho, Demonico e Demontes, Diabo (e Diaba, a mulher dele), Diabelho, Diabilho, Diabinho e Diabrete, Diacho, Dialho, e Dianho, Espírito-Mau, Farrapeiro, Galhardo, Gato-preto, Inimigo e Inimigo-mau, Mafarrico, Manquito, Manquitó, Pecado, Pero ou Pedro Botelho (v. gr. a «Caldeira do Pedro Botelho», o Inferno), Pedro Malasartes, Provinco e Provinco-mau, Trasgo, Velho, Veneno, Zanjão, e mais, um nunca acabar. É o «Diabo Negro» no meio de uma fogueira, a derribar quem passe pela mina em que está escondido; é a Velha do manto negro, que aparece à hora das Trindades (ninguém esteja a essa hora à janela ou na soleira da porta); é o Diabo, que volta do avesso as coisas (banco voltado é Diabo em casa; andar para trás é ir com o Diabo ou ensinar-lhes o caminho); anda à solta no dia de S. Bartolomeu (24 de Agosto) e à terça-feira; com ele se compara ou a ele se refere tudo que é feio ou mau (feio como o Diabo, duro como o Diabo, mau como o Diabo; é o Diabo em figura de gente); de quem se afasta da responsabilidade ou à chamada, afirma-se que «foge como o Diabo da Cruz»; numerosas são as formas por que se evoca o Diabo, até se dizer que «o Diabo não é tão feio como o pintam». Há pactos com o Diabo, e já nesta enumeração encontrámos formas de o esconjurar ou evitar. Há plantas que o afastam: erva da figueira do Diabo ou figueira do Inferno; o alho e o trovisco preservam das «coisas ruins», por causa do mau cheiro. Numa can-

([28]) O sétimo filho da mesma mãe é por destino («fado») *Lobisomem*, e terá de «correr» o seu fadário («fado corrido»); a não ser que os irmãos sejam padrinhos uns dos outros (evitando o «fado»), ou por certas fórmulas costumeiras lhe «quebrem o fado». A sétima filha, em iguais circunstâncias será *Lobeira*.

([29]) ADOLFO COELHO definiu o Medo: «personificação de tudo o que é vago, desconhecido e assustador». *Revista de Ethnologia e Glottologia*, n.º 215.

tiga de Celorico de Basto dá-se o Diabo por padroeiro dos pedreiros, em oposição a Santo António (protector dos porquinhos»), S. José (dos carpinteiros) e Santa Luisa (dos trolhas). A espiga vermelha, no tear das tecedeiras, afasta o Diabo, que vai enredar a teia.

23 — Os nomes são aplicados com determinada intenção mágica: é o caso de pôr o nome de Bento ao sétimo filho, para não ser lobisomem, e o de Eva ou Maria à sétima filha, para não ser lobeira; ou aproveitados para algumas «artes mágicas»: as três Marias, que, na companhia de um Manuel, todos virgens, procedem à prática supersticiosa de ligar ou «soldar» a criança quebrada, passando-a pelo vime na noite de S. João; o João e a Maria, crianças, que levam a criança quebrada, e a passam pelo buraco de um carvalho cerquinho; as três raparigas de nome Maria e três rapazes, que se chamam João, e fazem o mesmo num vimeiro ou num amieiro; as três Marias, que mostram as fraldas ao nevoeiro para o «arramarem»; a velha, que é Maria, e faz o mesmo; as três Marias, que de madrugada, em época de estiagem, vão a uma pedra, junto de fonte santa, e a voltam; tudo se faz com frases rituais; são ainda as «sôpas das sete Marias», para curar a «fome canina»; etc.

24 — Também os números dígitos não são indiferentes nas crendices populares; têm o seu segredo, que lhes dá valor. O número dois tem importância nos ensalmos, encantamentos, etc. amatórios (namoro, escolha de namorado, noivado, lealdade matrimonial, etc.) e na simetria (2 e 2 a 2); o número três já tem maior lustre: as três Marias dos costumes e práticas de ligar quebraduras (cfr. n.º 23), as três Maria do «arramar» do nevoeiro (id.); o «banho santo» de S. Bartolomeu é de três mergulhos (dá remédio contra o medo); ervas de defumadouro devem ser colhidas em três adros; é número mágico em defumadouros (três pingas de azeite, três pedras de sal, três bocados de bosta...); três bocados de pão, deitados ao pé de uma fonte, «enganam as maleitas», transmitindo-as a quem os coma; três azeitonas no mesmo pé dão felicidade a quem as encontrar e servem de amuleto os três caroços ligados; certas práticas exigem que se dêem três voltas a um penedo (sagrado) ou a uma capela; mulher, que cheire erva-cidreira ou mangerona, está três dias sem ver o namorado ou marido; cinco ladrões praticaram roubos sacrílegos ou assim considerados; na Quinta-feira da Ascensão, do meio-dia para a uma hora, isto é, na «hora» (cfr. n.º 7), devem colher-se no campo cinco folhas de oliveira, cinco espigas de trigo, e as flores amarelas e brancas, que for possível, enquanto se rezam cinco Pais-Nossos, cinco Ave-Marias e cinco Glórias (leva-se o ramo para casa, onde não faltará no ano o azeite nem o trigo, nem dinheiro em ouro e prata); cinco covas num bolo de farinha de milho, onde se deixam cair umas pingas de azeite, livram o «ougado», que o comer atrás da porta, «metido numa reza»;

sete, o «Senho Sete», como lhe chamou Trindade Coelho, é também opulento de virtudes: a «sopa das sete Marias», migada por sete Marias, contra a «fome canina» (cfr. n.º 23); sete crianças, todas Marias, devem tocar no sino sete badaladas, cada Maria toca pela sua vez, se alguém bate em criança, que está em perigo de vida; vai para o Céu quem tenha ouvido sete missas novas; por cada cabelo branco arrancado, nascem outros sete; é valioso amuleto o «anel de sete pedras» (cfr. n.º 16); o último de sete filhos seguidos é lobisomem, e a última filha é lobeira (cfr. n.º 21); o cacto, que dá a «flor do bosque», abre ao fim de sete anos e sai dele um bicho a gritar (morre o dono da casa); a «pedra de raio» ou «corisco» é o raio, que se afundou sete braças na terra e sobe uma por ano, para ser encontrado à superfície da terra, ao fim de outros sete anos; a morte tem sete anéis, e dela diz a cantiga popular:

A morte tem sete anéis,
Que a todo o mundo brindou;
E foi sempre tão cruel,
Que nem a Cristo poupou.
(Ou: Que até a Cristo matou)

o «banho santo» de S. Bartolomeu vale sete dos outros em dia diferente; se alguém se ajoelhar em sepultura, antes de decorrerem sete dias sobre a morte do defunto, a pessoa será atacada de iterícia (só ao fim desses dias rebenta o fel de morto), e, para o evitar, marcam-se as sepulturas com ramos de murta e oliveira; são sete os bolos de farinha com cinco covas, que o «ougado» deve tomar, comendo seis e deitando o último ao gato (ver atrás, o n.º 5); o número nove é igual a três vezes três, isto é, triplamente três: dão-se banhos a animais antes do sol nascer, leva-se água, depois do banho, tirando-a nove vezes, para deitar toda esta fora, e aproveitar a da décima tirada; em igrejas, como sucede na capela de Nossa Senhora das Dores, de S. Mamede de Bougado (Santo Tirso), coroam-se as crianças em dia do Espírito Santo, e dão-se com elas nove voltas ao templo, e entram as mães com elas ao colo, no fim de cada volta, para as crianças beijaram de cada vez a coroa do Espírito Santo (sete voltas e sete beijos); o número treze, que já não é dígito, tem valor amulético: a galinha, que se deita pela primeira vez, deve chocar treze ovos (Algarve), e invoca-se S. Pio (*nomen-numen*).

★

Pode parecer que me alonguei demasiado; todavia, de tanto que disse, quase nada ficou dito; apenas foi assim necessário para haver possibilidades

de verificar como os erros, apontados por S. Martinho em *De Correctione Rusticorum*, continuam hoje em plena realidade, sòmente modificados pela distância dos séculos, e impregnados de Cristianismo, cujas invocações substituíram as dos ídolos pagãos.

Observe-se como os factos apontados não podem separar-se ou demarcar-se entre si, a conjugarem-se todos na mesma fonte inspiradora e original. Denunciam uma cultura que se mantém. Conservou-se, por facilidade de observação, o esquematismo organizado pelo enunciado de S. Martinho. Seria trabalho completamentar, além do que fica neste esforço indicado, o de estudar a penetração cristã em todas estas práticas supersticiosas.

Por fim, *misere mei, Domine*, não sei se poderei ser acusado daquele mal a que se refere Huyssmans, em *A Catedral*, pela boca de Durtal: «...as distracções... é justamente nesse caso que eu as tenho; basta ajoelhar-me ou querer recolher-me, para que imediatamente me distraia. A ideia de que vou rezar é como pedrada a uma poça de água: tudo alvoroça e faz vir à superfície. Ah! As pessoas, que não praticam a Fé, imaginam que nada é mais fácil do que rezar! Bem queria vê-las! Poderiam verificar então que imaginações profanas, que as deixam tranquilas em certos momentos, surgem sempre sùbitamente durante a oração».

Nota final:

Todas estas superstições apontadas influíram na arte popular, quer na feitura e composição de amuletos (simples e complexos), quer na decoração pintada e insculpida (em cana, chifre, cortiça, madeira, osso, etc.), quer ainda em forma de objectos (de barro, ferro, lata, madeira, massa de pão, etc.). Amuletos, figuras mágicas e de intenção mágica, adornos, guarnições pessoais e domésticas, símbolos relacionados com as superstições, umas ainda vivas, outras com virtudes esquecidas, mas que o uso conservou decorativamente, formam rico património da arte popular, por intermédio da qual os artistas populares manifestam por si, ou na sociedade em que vivem, o mundo sobrenatural das suas superstições milenárias. Por que são figuras falantes, por elas se entendem e manifestam os sentimentos comuns.

A ourivesaria eproveitou esta força expressiva; os objectos amuléticos foram transformados em coisas de luxo com materiais ricos (ouro e prata), a servirem duplamente de objecto com virtudes mágicas e de adorno invejável. Quando as peças não foram feitas inteiramente com material de ourives, serviu este para as guarnecer ou para as engastar simples (figas, unhas, dentes, etc., engastados em suportes de ouro e prata).

Nos bordados a seda sobre linho, conhecidos por «colchas de Castelo Branco» e «colchas de noivado», que, em outros tempos se estenderam pela zona da cultura da seda, Beira-Baixa acima e Terras de Bragança e Miranda, apareceram símbolos mágicos e amuléticos, de carácter amoroso: o cravo aberto, a romã, a alcachofra, o galo, o pombo, em estilizações naturalistas, populares; mantém-se, em muitos exemplares desta feição popular dos bordados e tapeçarias dos séculos XVII e XVIII a «árvore da vida», não como símbolo consciente, mas por cópia decorativa dos modelos orientais (persas); todas estas figuras representativas são ainda amuléticas e de propiciação da «sorte», pois sempre foram símbolos de fecundidade, como o foi a «árvore da vida» ([30]).

([30]) Este símbolo amoroso já aparecia nos bordados e tapeçarias com a forma de planta florida, a sair de um vaso de maior ou menor fantasia e gosto. É corrente nos «bordados» populares de hoje, nos cabos das rocas, nos «cambos» de tear, nas «costuras» alentejanas de costura, etc.

BIBLIOGRAFIA

* Almeida, Fortunato de — *História de Portugal*, Vol. I, Coimbra, 1922;
— *História da Egreja em Portugal*, s/d., Vol. I.

Alves, P.e Francisco Manuel, Abade de Baçal — *Memórias Histórico-Arqueológicas do Distrito de Bragança*, Vols. IX-XI, Porto, respectivamente de 1934, 38 e 48.

Braga, Teófilo — *O Povo português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, Lisboa, 1885.

Coelho, Adolfo — *Revista de Ethonologia e Glottologia*, Lisboa, 1880-81.

Correia, Joaquim Manuel — *Memória sobre o Concelho do Sabugal*, Lisboa, 1946.

Dias, Jaime Lopes — *Etnografia da Beira*, Famalicão, Vols. I (1926), III (1929) e V (1939).

* Figueiredo, A. Pereira de — *Entrada dos Godos, Suevos, Alanos e Vandalos* (Memorias de Litteratura e Historia da Academia Real das Sciências, T. IX, 2.ª Série, 1825, págs. 208 e 217 e ss.).

Graça, A. Santos — *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932.

* Herculano, Alexandre — *Historia de Portugal*, «Introducção», 5.ª ed., Lisboa, s/d., págs. 28 e ss.

Lima, Augusto César Pires de — *Estudos de Etnografia, Folclore e Historia*, 4 vols., Porto, 1947-1949.

Lima, Fernando de Castro Pires de — *Tradições Populares de Entre-Douro-e-Minho*, Barcelos, 1938.

* Macedo, F. Newton de — *O Domínio Germânico, em Historia de Portugal*, edição monumental, Barcelos, vol. I, 1938.

Martha, Manuel Cardoso — *Folclore de Cadaval*, Esposende. 1934.

Martins, P.e Fermino Augusto — *Folklore do Concelho de Vinhais*, Vol. I, Coimbra, Vol. II, Lisboa, 1935.

* Oliveira, P.e Miguel de — *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1940.

Pedroso, Zófimo Consiglieri — *Contribuições para uma Mithologia popular portuguesa*, Lisboa, 1880-1883, e *Tradições populares portuguesas*.

Pereira, P.e António Gomes — *Tradições populares, Linguagem e Toponymia de Barcellos*, Esposende, 1910.

Proença, P.e Álvaro — *Como o povo reza*, Lisboa, 1941.

Sáns, Luis de Hoyos, e Nieves de Hoyos Sancho — *Manual de Folklore*, Madrid, 1947.

Vasconcelos, José Leite de — *Tradições populares de Portugal*, Porto, 1882;
— *Ensaios Ethnographicos*, 4 vols. (I, Esposende, 1891-1896, II, id., 1903, III, Lisboa, 1906, e IV, id., 1910);
— *Religiões da Lusitania*, Vol. III, Lisboa, 1913;
— *Opúsculos*, Vols. V e VII, Lisboa, 1938.

REVISTAS

Archeologo Português (*O*), Lisboa; *Arquivo de Beja; Boletim de Etnografia*, Lisboa; *Douro-Litoral*, Porto; *Ethnos*, vol. III, Lisboa, 1948; *Lusa*, Viana do Castelo (extinta); *Portucale*, Porto (sob a direcção de Cláudio Basto); *Portugalia*, Porto (extinta); *Revista de Ethnologia e Glottologia*, Lisboa (extinta); *Revista de Guimarães; Revista Lusitana*, Lisboa; *Terra Portuguesa*, Lisboa (extinta); *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto; *Tradição* (*A*), Serpa (extinta).

O viver das populações Bracaraugustanas do século IV ao VII J. C. [1]

pelo DR. RUSSEL CORTEZ
(Director do Museu Grão Vasco, Viseu)

O estudo da forma de viver das populações do Noroeste Peninsular, a que os *Bracaraugustani* um dia pertenceram, revela-nos uma espécie de estratificação de elementos trazidos em diversas épocas pelas populações que, desde a Idade do Bronze, para aqui vieram e influenciaram mais ou menos profundamente os gostos das populações preexistentes.

Como em parte alguma se conhece uma substituição violenta e súbita de povos e culturas, antes verificamos uma infiltração lenta e progressiva, misturando-se os elementos recenchegados com os preexistentes, acabando sempre por perdurar os pertencentes às populações mais conservadoras, mostramos mais vincadamente os usos dos Brácaros que têm perdurado através dos tempos. Baseados na toponímia temos dado, talvez, uma importância demasiada ao elemento «Celta». Parece-me que estas populações não podem ser consideradas como totalmente celtas, antes teriam sido celticizadas, uma vez que por entre caracteres de ascendência celta outros surgem. São ressaibos mais antigos, perdem talvez o sentido. No entanto continuam a empregar-se temas ornamentais da mais remota ancestralidade. Talvez um refluxo de velhos temas que daqui tinham sido levados séculos antes e regressavam ao seu primitivo solar — embora ligeiramente modificados por diferentes meios, diferentemente interpretados por outras gentes. Muitos destes elementos perduram durante o domínio romano. Aqui, na interamnense, entre o Douro e o Minho, vemos que as populações foram romanizadas profundamente, é certo, porém jamais os senhores romanos conseguiram organizar a região à sua maneira, conforme

(1) É o resumo da comunicação.

fizeram do Vouga para o Sul. Tiveram de congraçar habilidosamente a sua maneira de ser com os usos das populações nortenhas e castrejas.

Baseado nos autores coevos podemos verificar que é ousado o dizer-se que todos os povoados pré-romanos foram abandonados obrigatòriamente, à medida que a conquista romana se foi estendendo.

Abordamos, em seguida, os reflexos da vida romana nos nossos povoados citanienses, especialmente a partir dos tempos anárquicos do século III e posteriores, as bases da sua economia, da sua habitação, as suas religiões.

Do início das invasões à perseverante acção da Igreja Católica contra as paganias. A cristianização dos Crastos e o seu abandono pelas populações.

O culto de S. Martinho de Dume (*)

pelo P. Avelino de Jesus da Costa
(Professor Assistente da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra

Os contemporâneos de S. Martinho de Dume teciam os maiores elogios à sua excelsa virtude: «*vere Christi discipulus*», «*plenus virtutibus*», «*Beatissimus vir*», «*Sanctissimus Pontificex*» e tributavam-lhe uma veneração idêntica à que é prestada aos Santos.

Foi, por isso, que o poeta Venâncio Fortunato, a Rainha Santa Radegundes e tantos outros o escolheram para guia espiritual e se encomendaram às suas orações:

«*Pro Fortunato quaeso, praecare Deum*»
«*cum Radegunde humili supplex pia postulat Agnes*»,

tomando-o por seu intercessor junto de Deus — *mediator accedens.*

Parecia lógico que uma personagem como S. Martinho Bracarense, que brilhou pela sua heróica virtude, zelo ardente de Prelado e de incansável Apóstolo dos Suevos e extraordinária cultura, fosse, logo após a sua gloriosa e santa morte — *plenus virtutibus migravit ad Dominum,* objecto de culto público, pelo menos nas Dioceses de que fora tão ilustre Metropolita.

Não aconteceu, porém, assim, podendo o seu culto devidir-se em três períodos distintos:

A) O culto de S. Martinho de Dume no passado.
B) O seu culto no presente.
C) Como deve ser esse culto no futuro.

(*) O presente texto não é a comunicação do Autor, nem sequer o seu resumo. Constitui simples apontamento da exclusiva responsabilidade da Redacção. O valioso trabalho em apreço será publicado num dos próximos números da Revista.

A — O primeiro período tem de subdividir-se, para melhor se determinar a evolução do culto tributado a S. Martinho de Dume, no decorrer de catorze longos séculos.

1) O culto a S. Martinho desde a sua morte até ao séc. XII.
2) O seu culto desde o séc. XII até ao concílio de Trento.
3) O mesmo culto desde o concílio de Trento até ao presente.

1) S. Martinho de Dume, desde a sua morte até ao século XII, teve apenas culto local junto do seu túmulo e, provàvelmente, na Sé Metropolitana de Braga.

Dois factores principais concorreram para a restrição do culto ao nosso glorioso Santo — a disciplina vigente na Igreja, que, salvo raras excepções (uma das mais notáveis das quais se deu com S. Martinho de Tours), permitia apenas o culto dos Mártires; — a grande devoção de toda a Igreja Latina a S. Martinho de Tours, cujo culto entrou bem cedo na Península.

O Bispo de Tours, que depois da Virgem Santíssima, é o santo que maior número de templos conta na antiga Metrópole de Braga, tinha necessàriamente de deixar na penumbra o seu homónimo e compatriota — S. Martinho de Dume.

2) Do século XII ao concílio de Trento é o período áureo do culto a S. Martinho de Dume, aparecendo-nos a sua festa como uma das mais notáveis da Igreja Bracarense, que o escolhera para padroeiro — *Patronus Ecclesiae Bracarensis*, e penetrando o seu culto nalgumas Ordens religiosas e em Dioceses portuguesas e espanholas.

3) A partir do Concílio de Trento, acentuam-se os sintomas do esfriamento do culto a S. Martinho, que vai desaparecendo dos livros litúrgicos estranhos à Diocese de Braga e ficou omisso ao Martirológico Romano.

B — Actualmente, o culto de S. Martinho de Dume está restrito à Diocese de Braga, tendo, mesmo nesta, descido de categoria a sua festa litúrgica.

C — Tendo S. Martinho de Dume sido o mais ilustre Prelado de todas as Dioceses portuguesas e um dos grandes Bispos da Igreja Católica, é de inteira justiça que se lhe renda o devido culto não apenas na Arquidiocese de Braga, mas em todo o Império Português, nas Dioceses espanholas de que foi Metropolita, e na terra da sua naturalidade — a Hungria, se não for viável generalizar o seu culto a toda a Igreja.

Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica

por JOÃO DE MOURA COUTINHO DE ALMEIDA EÇA
da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia

Que la época visigótica fué de gran esplendor para las manifestaciones artísticas, no ay duda alguna, pero tambien es cierto que pocas de sus maravillas han llegado asta nosotros.

Com este mesmo sugestivo conceito de Don Antonio Ballesteros abri a Comunicação que apresentei, em 1949, ao Congresso da História da Arte. E são essas palavras que servem de introito ao presente estudo.

Em verdade, nenhumas outras sintetizam com maior precisão e mais perfeito significado histórico a época gloriosa de requintada civilização, superior cultura e singular formação artística, que caracterizou os dois séculos que foram os do domínio suevo e gôdo na Península Hispânica.

Mas para nos integrarmos no conhecimento dos caracteres prodrómicos dos povos que ocupam a Península Hispânica e da génese dos grandes acontecimentos que esmaltaram a sua História, há que retrogradar às épocas remotas em que a sua estrutura social se começou a formar na amálgama de raças que nela se sucederam.

Iberos, Celtas, Fenícios, Cartagineses, Gregos, Romanos, Alanos, Vândalos, Suevos, Visigodos, Bizantinos, Árabes e Berbéres, em ciclos, lhe pisaram o solo.

Epopeias, como Sagunto, Iliturgis, Antapa, Numancia e a Reconquista são fachos de resplandecente glória que dominarão a sua História. E todos esses acontecimentos de proporções grandiosas são índice inconcusso das qualidades de nobreza, génio aventuroso, sobriedade, valor inquebrantável que

caracterizaram as raças peninsulares — e se concretizavam num indomável sentido de independência.

Povo — *trux natura et ferox* — dissera o presbítero da Lusitânia, que bem conhecia a sua História de heroísmos feita.

Os romanos não precisaram de mais de nove anos para a Gália ser subjugada. Na Península Hispânica foram duas centúrias de lutas, de guerras, avanços e recuos, num batalhar constante até ao momento em que, o épico holocausto dos Cântabros, cercados pelas legiões de Roma no monte *Medullius*, assinalou o fim da independência ibérica.

Integrada a Hispânia na grandeza do Império e com uma romanização persistente e metódica, tornou-se província de Roma com sua civilização requintada, sua mentalidade, sua língua, sua arte e as suas indústrias.

A Península acompanha Roma no seu influxo renovador e esplendoroso, num sentido ascensional de grandeza. «Os romanos, dissera Oliveira Martins, vão implantando por toda a parte outras tantas Romas».

Por lógica dedução, Bracara estaria integrada nesse magnificente ambiente imperial — *unanimitas imperii*. Chancelaria da província *Tarraconensis*, o *Conventus Bracarum* era uma das cinco grandes cidades da Península. «As memórias antiguas, que há em Braga mostrão que foi sempre cidade grandiosa» escrevera D. Rodrigo da Cunha.

Com o advento do Cristianismo aumentou a preeminência de Braga. «No território de Portugal, com a nova religião, diz Gonzaga de Azevedo, *Bracara* adquiriu, por então, virtualmente, importância superior à de qualquer das nossas cidades...»

Mas Roma — o império de Alexandre — tinha os seus dias contados.

Ao termo de dez séculos de glórias que assombraram o mundo — as suas energias estavam esgotadas.

Com a *Pax Augusta* que se estendeu pelo Império crescem os sintomas do seu declínio que os prazeres e a dissolução apressam até que soa a hora da catástrofe.

As hordas dos germânicos encaminham-se para Roma e sucessivamente vão-se fixando em todo o Império.

Suevos e visigodos, vencidas as perturbações pela ocupação das terras, numa progressiva transmutação espiritual, assimilaram a civilização latina e nela se integraram, trazendo-lhe com o seu sangue robusto — «umas gotas apenas», como disse Alberto Sampaio — novo potencial de vitalidade e génio.

Na fase ontogenética que os ibéricos atravessavam vinha-lhes, assim, novo factor vivificante, que alcançaria a sua mais alta e transcendente projecção,

quando o Cristianismo, — arredados em definitivo o paganismo e as doutrinas gnósticas — fosse abraçado por toda a Hispânia.

Ao cabo de 180 anos — em 585 — Leovigildo invade, vence e incorpora o reino suevo no império gôdo.

Alarico com a *Lex romana visigothorum* — põe termo às diferenciações raciais, mas não consegue destruir a alma aborígene dos Suevos, que conservam a sua fisionomia espiritual, personalidade e sentimento universalista que seriam, mais tarde, os caracteres fundamentais do povo lusitano, tornando esta parte da Península o baluarte de resistência ao domínio sarraceno, e salvando, com a epopeia da reconquista, a civilização Cristã.

Com a unificação sob o signo do Cristianismo — una *oleada de espiritualismo atravesaba de un extremo a otro aquella España que se levantaba al fin de larga pesadilla de la invasión y la anarquía*, diz o Padre J. Pérez de Urbel.

Perto de um século de silêncio pesara na história dos suevos. Mas os estudos modernos mostram que, na sua evolução, uma intensa criação espiritual de fé se desenvolvera, com crescente renascimento de ideais de cultura e arte.

Por mandado superior e inspiração da Providência encaminha-se para a corte sueva o monge que seria S. Martinho. E com este Evangelizador de preclaras virtudes e palavra mágica, o complexo doutrinário da religião Cristã regressa à pura ortodoxia. Os templos decaídos ressurgem e outros se levantam. A Igreja reorganiza-se e a pompa litúrgica esplende em toda a grandeza ecuménica.

A hierarquia eclesiástica é complexa e extensa. A liturgia toma expressão de transcendente e mística beleza. Cria-se o Rito Suevo.

Em 561 e 572 realizam-se, em Braga, Concílios a que acorrem bispos de distantes terras. Nas suas actas e nos escritos que subsistem do tempo encontram-se repetidas referências a basílicas e igrejas, o que com iniludível evidência, mostra a larga expansão do culto.

Braga e Dume tornam-se os mais conhecidos centros de cultura. — *Dumio fué un centro de cultura donde se imitaba a los clásicos y se traducían obras del griego* — diz, ainda, D. Frei J. Pérez de Urbel.

S. Martinho escreve os seus belos livros de exegese católica, admiráveis pelo misticismo da sua fé e expressão da sua cultura. Alguns, como *Formula Vitae Honestae*, dão-nos a impressão de escritos hoje tal a actualidade dos seus belos conceitos.

Mas estas manifestações exuberantes do génio hispânico vinham muito de trás. Ainda mal os germânicos se haviam fixado na Península, escrevera o presbítero de Bracara — Paulo Orósio — já então no Oriente, a primeira História Universal, que foi base e guia de todos os estudos históricos que então

se seguiram. Teve como seus contemporâneos Turíbio, de Astorga, e Idácio, bispo de Chaves. Seguem outros grandes vultos como Apringio, bispo de Beja, Paulo Diácono, S. Leandro de Sevilha e S. Bráulio. Santo Isidoro escreve as célebres Etimologias, compendiação de toda a ciência até então conhecida. S. Frutuoso, luminosa encarnação de humildade cristã e de esplendor mental, ilustra a terra que adoptou e deixa nome universalmente conhecido. E S. Valério que lhe escreveria a história da sua vida...

Todas as mais manifestações culturais ou materiais, que são índice do progressivo e incessante desenvolvimento dos povos ibéricos em termos de deixarem memória até nossos dias. Foram famosas as estradas e pontes romanas de que nos fala Francisco de Holanda, — trabalhos continuados por suevos e godos.

A numária é indicativo da prosperidade dos povos. Os suevos haviam cunhado moeda de que é exemplo a bela peça do tempo de Requiário, cunho de Braga, encontrada no espólio do castro da Póvoa de Lanhoso, e os godos, em dez reinados, de Leovigildo a Vitírico, bateram em Braga moedas de ouro.

O gregário destes elementos vem nos seus aspectos geral e específico confirmar que, nesse período magnífico e fecundo da vida peninsular, a evolução artística acompanhou a evolução histórica da sociedade hispano-goda. E que, se o complexo das sobrevivências da arte visigoda, pelas condições evolutivas e históricas e pelo desgaste dos séculos, se tem de restringir às escassas remanescências em que avultam as igrejas de S. Pedro de la Nave e de Quintanilla de las Viñas e, como singular e luminosa criação estética a *cella memoriae* de S. Frutuoso de Montélios que Gómez Moreno assinalou como *ejemplar maximo*, — estes monumentos, de per si valem como eloquente testemunho do esplendor de uma época (1).

É este o panorama indeformável que, numa lúcida visão retrospectiva, nos mostram os dois últimos séculos do domínio suevo e visigodo.

A lição da História, imperativa nos seus conceitos, ensina que à grandeza política sempre correspondeu intenso desenvolvimento artístico e construtivo. Como escrevera Viollet-le-Duc — «existe uma harmonia completa entre as artes da Idade-Média e o espírito dos povos onde se desenvolveram».

Foi assim preciso o ligeiro escorço histórico que vem de ser lido para justificar esta proposição que consta do *Resumo* da presente tese:

«Sòmente em épocas de assinalado fastígio civilizador e cultural seria possível dedicar aos mortos insignes tão magnificentes lugares de repouso como são os dois monumentos tumulares de Dume».

---

(1) Em uma das transcrições do manuscrito de Vilas-Boas adiante feitas, há referência aos alicerces, com a forma de trifólio, como em Montélios, encontrados junto à Igreja de Dume.

Mas, de outra maneira, torna-se também preciso justificar que os dois sarcófagos, no seu reportório ornamental, obedecem aos cânones estéticos e plásticos que caracterizaram a arte dos séculos V ao VII.

É, por outro lado, plausível, pertencerem os sarcófagos ao século e meio que se seguiu à invasão sarracena?

A História dessa época é curta mas elucidativa.

Os muçulmanos ocuparam militarmente o Nordeste da Península, deixando guarnições berberes nas cidades.

Por 742 estes revoltam-se e retiram para o Sul no desígnio de embarcar para África.

Afonso I hàbilmente aproveita a oportunidade toma Braga e outras cidades.

Fome e epidemias trazem terrível crise que se alonga para além de 750.

A grande extensão do território ocupado torna impossível a sua defesa.

«Por isso à ocupação das cidades por Afonso I — diz Torcato de Sousa Soares — se seguiu a destruição de todo o seu sistema defensivo e o completo abandono pela população cristã que acompanhou o rei no seu regresso ao Norte (2).

Mais de cem anos durou esta situação de *terra hermada*, enquanto houvesse por partes pequenos núcleos populacionais, precários e instáveis.

Em Dume, a série de Bispos, — segundo a relação de Monsenhor Ferreira — interrompeu-se em 716 com o bispo Félix, para se reatar em 866 com Sabarico. Mas... *Rudezindus du catalogue versefie de 881, est le premier éveque de Dume.* Mondonhedo *que soit connu par des documents dignes de foi: Le vrai Savaric occupa le siege de 907 à 922 environ...* lê-se em Pierre David.

Por seu lado Manuel Monteiro, descreve desta maneira sugestiva e eloquente essa época terrível:

«À «desolação e à ruína sucedeu, pouco depois, o refluxo da reconquista, que se prolongou durante séculos, devastando e estabelecendo a confusão e o terror na região de Entre Minho e Douro, compreendida na zona conhecida na História pelo nome de *Terra ermada* ou *Terra erme.*

Um tão longo estado de guerra entre a Cruz e o Crescente em que, por vezes, explodia em toda a sua crueza o ódio de raça e de crença e ao qual veio juntar-se a calamidade de uma série intermitente de lutas civis, sujeitou estas paragens, quando não ao regime de vida errante pelo menos ao de vida instável, da vida incerta e em absoluto incompatível com o exercício regular e atencioso dum culto» (3).

(2) *Biblos*, volume XVIII, tomo I, págs. 191.

(3) Manuel Monteiro, *S. Fructuoso. Uma Igreja Mozárabe*, pág. 13.

É, assim, possível conceber, que nesse marulhar de terrores, subvertidos os valores culturais e meios materiais, e em que o êxodo era a suprema aspiração, houvesse alguém com meios, calma, tempo e forma de mandar vir tão faustosos moimentos para os seus mortos? Ou mortos que tal merecessem?

Os Sarcófagos (1)

Não será possível estabelecer, com rigor absoluto, a ordenação cronológica dos dois sarcófagos de Dume. A diversidade das origens dos dois monumentos concorre para aumentar esta dificuldade. Mas todos os aspectos indiciadores que se colhem nas duas peças de Dume, levam à maior plausibilidade da prioridade cronológica da que é de procedência bizantina, isto é — da insculpida numa placa de calcáreo.

Esta pedra tem a forma trapezoidal dentro das dimensões usuais dos sarcófagos, o que mostra haver tido o destino único de cobertura horizontal dum moimento tumular.

Na sua representação agiográfica e dogmática mostra esta placa tumular, em linguagem abstracta, porventura a Ascensão de Cristo que, nimbado, se vê entre nuvens e estrelas sobre o clássico tamborete. Como de regra, os anjos nimbados e alados, sustentam o *imago clypeata* de tradição romana.

Mas as «Composições Triunfais» de Cristo — o Senhor do Mundo — em Majestade não se limitavam aos *imagines clypeatae* sustentados por anjos de longas túnicas e alados. Há a «hierarquia celeste» e Cristo tem a sua corte. Além dos anjos formam-lhe o séquito os Evangelistas. Como nas composições apocalípticas representam-se na figura dos quatro animais místicos das visões de S. Ezequiel e S. João, — alados, nimbados e com o livro dos Evangelhos.

Neste quadro figurativo sòmente as cabeças têm a configuração dos animais que lhe dizem respeito — S. Lucas o boi, S. Marcos, o leão, S. Mateus o anjo, e a águia representa S. João. De resto é o corpo humano envolvido pela *paenula* — vestes de todas as figuras da composição. Também os Evangelistas estão sobre banquetas.

---

(1) Os dois sarcófagos estiveram no Altar-Mor da Paroquial de S. Martinho — ao lado da Epístola — em disposição bem pouco em harmonia com seu alto valor arqueológico, sòmente deixando à vista a escultura da arca tumular.

O Dr. Alberto Feio no desígnio de lhes dar apropriada colocação e facilitar o seu exame, conseguiu, por volta de 1921, a sua transferência para o edifício da Biblioteca Pública. Os dois sarcófagos vêm reproduzidos na *História da Arte em Portugal* de Aarão de Lacerda e a *Escultura em Portugal* de Reinaldo dos Santos, transcrevendo no que se refere à cronológica destes preciosos monumentos medievos, as conclusões do Dr. Alberto Feio, em Estudo inédito.

Há também representações em que os Evangelistas são sòmente figurados como animais com asas e com o livro dos Evangelhos.

Estas representações triunfais, aqui limitadas ao pequeno espaço da placa, têm muito maior amplitude nos grandes quadros das capelas ou basílicas de que são exemplo os belos quadros do mosaico de Santo Apolinário Novo, de Ravena.

Destes talvez o mais célebre pela grandiosidade da sua composição seja o arco triunfal de S. Paulo, fora dos muros, em Roma, cujos admiráveis mosaicos foram oferecidos ao Papa Leão I pela imperatriz Galla Placídia.

Nesta extraordinária representação inspirada nas visões do Apocalipse além dos anjos, Evangelistas que fazem o séquito de Cristo juntam-se vinte e quatro velhos.

Nos temas aplicados nos monumentos funerários estas representações iconográficas não são mais que uma prece contínua para que Ele, tendo triunfado da morte, assegure a saúde eterna do defunto. «Viver! Viver a vida eterna!» Nos primeiros séculos, diz Louis Bréhier, a arte cristã era acima de tudo, um acto de fé».

Esta placa funerária — que mutilada pelas vicissitudes de tantas centúrias chega até nós, é formoso expoente da arte bizantina na sua mais pura forma plástica.

Viria este sarcófago para a capital sueva, dadas as íntimas ligações comerciais com o Oriente?

Nas principais cidades do Ocidente havia colónias de sirianos e, no Meio dia da Península os bizantinos permaneceram até aos começos do século VII. Seria desta forma, executada pelos gregos bizantinos na Península?

Em qualquer caso esta placa mostra-se como do século VI, de Justiniano, «no qual um fecundo movimento de arte prepara o apogeu triunfal que deveria nesse século atingir o estilo novo». A arte vive de uma contínua renovação e lá longe, ao contacto do Oriente e inspirada pela religião que surgia, toma novas formas em que os valores estéticos são outros e outra a expressão das imagens, irreconciliáveis com os cânones greco-romanos.

E bem se pode fazer a comparação, com o paralelo entre o modelado do magnífico sarcófago existente no museu do Porto, e esta placa, também magnífica e também bela.

Obedece a sua representação, em todo o seu complexo, à arte bizantina em que as formas são rígidas, cingidas à simetria e quase geométricas. No entanto o conjunto é exuberante, esplendoroso e aliciante. As figuras em caprichosa estilização são deformadas num belo sentido imaginativo. Tem outra interpretação mais irreal, mas impressiva e as suas formas são sugestivas. Essas figuras são hieráticas, solenes mas as atitudes são nobres e de comunicativo

encanto. Aqui o módulo clássico é substituído pelo instinto das proporções. O esmero e a delicadeza do modelado são admiráveis. Com as minúcias dum fino burilado, deixa a impressão de que mais do que inspirado em trabalhos de marfim o tivesse sido numa das mais belas jóias bizantinas.

Tem esta placa mutilações que, aliás, não obstam a que se veja e reconheça o encanto do seu conjunto e a singular beleza do seu modelado. É possível que algumas das partes partidas possam ter melhor ajustamento para mais interessante se tornar o seu aspecto.

Falemos do outro sarcófago.

É arca tumular para adulto de estatuta alta, com planta antropomórfica. Não há, na cabeceira, disposição em altura para receber o crânio.

É trabalho peninsular. No entanto pode bem ter sido reprodução de protótipo bizantino e, em verdade, tudo indica assim ter acontecido. Muitas são as obras escultóricas peninsulares inspiradas em paradigmas bizantinos.

No seu quadro agiográfico mostra-se Cristo imberbe, oficiando. Na sua frente o altar ricamente ornamentado. Esta cena iconográfica passa-se dentro de uma basílica em que os orantes ou assistentes ocupam os dois lados do tema central. Na interpretação deste quadro iconográfico poderá ver-se, como em toda a iconografia tumular dos primeiros séculos, o anseio pela imortalidade da alma na corte celeste — «nós refugiamo-nos na esperança, como diz S. Paulo, ela é para a nossa alma como uma âncora segura e firme».

No seu aspecto geral o sincronismo dos elementos figurativos tira toda a expressão de vida ao quadro. Os dois grupos de orantes mantêm a mesma posição hierárquica e, dentro destes dois conjuntos uniformes, cada figura iguala-se na posição, nas vestes, no penteado e na expressão.

Mas se este quadro agiográfico no seu tema narrativo é reprodução de outro bizantino, na sua interpretação técnica do modelado é inteiramente peninsular.

No Norte da Península houve escolas de escultura em Zaragoça e em Garona e também a houve em Braga. E conquanto a execução do sarcófago lògicamente devesse pertencer a esta, que teve a sua concreção máxima no monumento de Montélios, a técnica do modelado deste sarcófago mostra assim não ser pelas suas afinidades com outros monumentos peninsulares.

Se olharmos para os capitéis de S. Pedro de la Nave ou para os quadros de Quintanilla de las Viñas o paralelismo da técnica é flagrante. E este paralelismo de formas ainda mais se garante na sua cronologia dentro do VI e VII século, se atentarmos nos talentos de ouro de Vittiricus (603 a 610) e Cindasvinth (642 a 649) ou, com mais plausibilidade, o de Reccaridus que tiveram curso de 586 a 601. Não queremos, porque o tempo é pouco, e as descrições

técnicas são áridas, entrar na pormenorização do modelado, mas basta observar o recorte do cabelo nas espécies indicadas e a similitude é flagrante e confirma, sem possível discordância, este asserto.

A concordância das molduras côncavas do sarcófago com outras dos capitéis de la Nave e de las Viñas, assim como as dos fragmentos das pilastras visigóticas, cuja fotografia se junta, são outro elemento seguro a garantir a cronologia indicada. Há ainda outro indício seguro que indica, no sarcófago, a sua cronologia: o telhado da basílica fetio de telhas planas.

Resta responder a uma pergunta: A que obedeceria, principalmente, o desígnio de incluir entre as teses deste Congresso a que se refere aos túmulos pré-românicos de Dume?

Poderia qualquer deles ter pertencido a S. Martinho?

Sem dúvida. Monumentos funerários desta natureza só poderiam ter por destino lògicamente reis ou príncipes da Igreja e destes nenhum outro a ele teria mais direito que o excelso prelado de Dume. E certo é, segundo a tradição, tão espalhada por todas as Crónicas que por algum tempo este último sarcófago foi ocupado pelas suas santas relíquias. Mas os sarcófagos que sobrevivem são dois, e as referências do manuscrito, que adiante se transcrevem e doutros, de que há notícia, a mais ainda elevam este número.

Dariam porventura jazida aos reis suevos ou aos bispos que se seguiram a S. Martinho até ao termo do século VIII? É pergunta que, por certo, jamais poderá ter resposta.

Devo aqui acrescentar que o ilustre Professor da Universidade de Madrid, Camón Aznar, no Congresso da História da Arte disse, ao contrário do parecer de todos os arqueólogos espanhois — «sem nada afirmar e sob todas as reservas — sans rien affirmer et sous toutes les réserves — que seria possível a inclusão das peças ornamentais de S. Pedro de la Nave entre os anos de 893 e 902 e as de Quintanilla de las Viñas no primeiro quarto do século X.

Mas Gómez Moreno fazendo minucioso exame ao ornato de S. Pedro de la Nave e às letras dos seus dísticos provou, sem contestação possível, serem da época visigoda.

Perguntava eu no resumo desta tese se o Bispado de Dume seria *Diocesanae ecclesiae* ou *Ad Dumio familia servorum* ou bispado palatino?

Direi agora que no século V os Papas tinham criado esta forma honorífica de bispos titulares — bispos palatinos. Presidiam à Capela Real e tinham jurisdição sobre os familiares da casa real. Assim sucedera nas cortes da Boémia e da Croácia.

No Concílio de Agda de 506 o bispo *Petrus* subscreve as actas desta forma:

Cordeyro: a qual entendemos ser de algum Bispo, ou Principe que ali acabou sua vida, naquelle Sancto Mosteyro. Tambem nesse mesmo anno se acharão os alicerces da torre dos sinos que ficavam desta mesma parte, onde sedeu com hum sino enterrado; e nesta occasião se acharão alguns marmores, e pedras bem lavradas, que se levarão para Braga e para as obras do Convento de São Fructuoso. Ultimamente athe pedaços do antigo retabolo, que parecião ser de gesso se acharão onde se vião passaros, e ramos com cachos de uvas; o que tudo condus ao bom conhecimento da grandeza desse Templo e Mosteyro...».

Costumes e Tradições do século VI e da Actualidade

por EUGÉNIO DE ANDREA DA CUNHA E FREITAS
da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Vogal da Comissão Provincial de Etnografia e História do Douro Litoral

NAS obras de S. Martinho Bracarense, designadamente no opúsculo «De Castigatione Rusticorum» e na colecção de «Cânones», conhecida por *Capitula Martini*, encontram-se preciosas notícias para o estudo dos usos, costumes, crendices e superstições dos povos no século VI da nossa era.

Escusado é encarecer o interesse e valor dessas informações no campo da História, da Arqueologia e da Etnografia. Averiguar-lhes as raizes, acompanhar a evolução dessas crenças através de XIV séculos, para concluir que, cristianizadas ou simplesmente alteradas na sua forma externa, todas, ou quase todas, chegaram intactas aos nossos dias, seria também obra meritória, que bem gostaríamos de fazer. Mas porque excede os limites de uma memória desta natureza e, sobretudo, porque vai muito além das nossas forças, bastará apresentar aqui alguns exemplos. Ficaríamos generosamente recompensados do nosso esforço se algum dia esta dissertação servisse de estímulo e fundamento de trabalho exaustivo — capítulo curiosíssimo de uma edição crítica das obras de S. Martinho de Dume (1).

O insigne António Caetano do Amaral, comentando os *Cânones* de S. Martinho Bracarense, resume assim as práticas supersticiosas e gentílicas que o prelado condenou *(Cân.* LXXI-LXXV):

1.º Introduzir adivinhadores em casa.
2.º Honrar os elementos e observar o curso dos astros.

(1) Servimo-nos dos textos publicados por António Caetano do Amaral, na *Vida e Opúsculos de S. Martinho Bracarense* e na *Colecção de Canones* (1803).

Cf. também P.e Henrique Florez, *España Sagrada*, Ap. ao tomo XV, págs. 426; J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, III, págs. 566 e seguintes.

3.º Solenizar as kalendas e férias gentílicas.
4.º Guarnecer as casas de louro e ramagens de árvores.
5.º Usar de encantamentos na aplicação de ervas medicinais.
6.º Ritos ou invocações gentílicas nos trabalhos domésticos do tear.

Há que acrescentar a este catálogo usos revelados, e condenados também, em outros *Cânones* (v. g. LIX, LXVIII, LXIX) e no *De Castigatione Rusticorum.*

* * *

Non liceat clericis incantatores esse, et ligaturas facere, quod est conligatio animarum. (*Cân.* LIX).

Condenam-se neste *Cânon* as *ligaturas,* quer dizer, a prática «que faziam consistir na perícia ou poder de conseguir algum bem por meio de palavras ou sinais exteriores, um dos quais era lançar ao pescoço ou ligar a alguma parte do corpo defensivos contra moléstias, ou quaisquer males» — ou, nas palavras de Du Cange «amuleta quaedam ad arcendos et depellendos morbos, quae aut ad collum suspendebantur, aut circa alias corporis partes alligabantur».

Estas práticas têm sido condenadas pela mais sã teologia, como provindo em linha recta das artes de magia gentílicas ou judaicas (1). Do mesmo modo, as leis civis procuraram, por vezes, exterminá-las, e sempre em vão.

Deixando de parte testemunhos mais antigos, começaremos por mencionar a notável postura da Câmara de Lisboa de 1385, verdadeiro código de crendices populares no séc. XIV, e documento tão interessante que os insignes João Pedro Ribeiro e Herculano lhe dedicaram algumas páginas de investigação histórica.

É possível que este *Regimento* estivesse há muito na mente dos seus autores. Sabemos, por exemplo, que Fr. Vicente de Lisboa, provincial dos dominicanos em Castela e em Portugal, confessor e pregador de D. João I, ardentemente combatia pela palavra e pela acção essas superstições gentílicas. Na sua inscrição tumular, em S. Domingos de Bemfica, dizia-se que «per illum in haec civitate et in diversis

(1) Cf. Amaral, no comentário aos *Cânones*, 277.

huius regni partibus destructa fuerunt opera diaboli et haereses erroresque atque idolatriae» (1).

Mas comecemos no *Regimento* de 1385.

No dia 14 de Agosto da Era de 1423, ano de Cristo de 1385, estava Lisboa cercada pelo exército do Rei de Castela. Os homens bons do Concelho «cosyrãdo o prigoo em q̃ esta çidade E todo o Regno ora sta q̃ a he cercada per mar e per Terra, E Rey de Castella he dentro em este Regno, antre o qual E nosso Senhor ElRey se spera cada huũ dia batalha E de tal prigoo a misericórdia de ds he a q̃ solamente o Regno e a cidade pode livrar», determinaram:

«q̃ daquy ẽ deante em esta çidade nẽ em seu termo, nẽ huã pessoa nõ use nẽ obre de feitiços nẽ de legamentos...» (2)

As *Ordenações* do Reino, Lº V, tit. III, reproduzindo uma lei de de 1403, proibem expressamente que qualquer «faça coisa por que uma pessoa queira bem ou mal a outra, nem para ligar homem nem mulher, para não poderem haver ajuntamento carnal».

As *Constituições do Arcebispado de Braga,* ordenadas por D. Sebastião de Matos de Noronha em 1639, mas só publicadas pelo Arcebispo D. João de Sousa, em 1697, proibem também os agouros, o pacto com o demónio e bruxarias «principalmente usando de pedras de Ara, corporais, ou outras coisas sagradas ou bentas, para ligar ou desligar, ou fazer mover ou parir mulheres, ou usarem de beberagens, ou comidas, ou outra coisa para querer bem ou querer mal, nem de outros unguentos e confeições supersticiosas para embruxar» (3).

Não será preciso recordar que estas práticas são hoje ainda correntes nas nossas aldeias, e até nas cidades.

---

(1) Gabriel Pereira, *Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa,* 27-28.

(2) Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa,* I, 264 e seguintes; Fernão Lopes, *Crónica de D. João I,* 2ª p., cap. XL; Duarte Nunes de Leão, na *Crónica* do mesmo monarca; Soares da Silva, *Memórias* deste príncipe, Tom IV, págs. 359. n. 37; João Pedro Ribeiro, *Reflexões Históricas,* I, n 11, págs. 36; Herculano, *Crenças populares portuguesas,* no *Panorama* (1840) e nos *Opúsculos,* IX, 155, da 2.ª ed.

(3) *Constituições,* Tit. XLIX, *Const. I,* págs. 606 e seguintes. Cf. também Gabriel Pereira de Castro, *De Manu Regia,* 2 p., cap. 56, n. 21 do Tom. II. O foral de Baeza mandava queimar ou sujeitar à prova do *ferro quente* «qualquer mulher que ligar homens ou animais, ou quaisquer coisas que podem ser ligadas» (cf. Herculano, *ob.* e *loc.* cit.).

* * *

«Não convém que os clérigos ignorantes e ousados vão exercitar os ministérios e distribuir os sacramentos no campo, sobre os moimentos», etc. (*Cân.* LXVIII).

«Não seja lícito aos cristãos levar iguarias aos sepulcros dos defuntos e fazer sacrificios das coisas dos mortos». (*Cân.* LXIX).

Revelam estes *Cânones* que no tempo de S. Martinho Bracarense os mortos se não sepultavam nas igrejas — assim aconteceu até muito mais tarde — e se notavam ainda vestígios das crenças gentílicas de que o defunto *vivia* debaixo da terra, transformado num deus da família a que pertencera. Carecia de alimento, e por isso, em certos dias do ano, levava-se uma refeição a cada túmulo, cercava-se este de grandes grinaldas de plantas e de flores, depunham-se sobre ele pasteis, fruta e sal, derramava-se leite, vinho e algumas vezes o sangue de uma vítima (1).

Julgamos ver um rasto destas cerimónias na prática que D. Frei Marcos de Lisboa, Bispo do Porto, condenou nas suas *Constituições,* em 1585: «Item... mandamos que nenhuma pessoa coma nas igrejas nem beba, nem nos adros delas, *nem sobre as covas* (sepulturas) *em dia algum*».

Vestígios desses repastos gentílicos não serão também, os banquetes que em muitas aldeias se oferecem na casa do morto, quase na sua presença, aos que lhe vão assistir ao enterro? E depois, quando sacudindo as toalhas, se diz: «Para as alminhas!»?

Poderá ter, ainda, relação com o culto dos mortos a comemoração dos defuntos que fazemos em 2 de Novembro, e o costume de lançar pedras sobre as sepulturas ou lugares onde se perpetuou morte de homem. Estes montículos chamavam-se *fiéis de Deus* (2).

S. Martinho Dumiense, no *De Castigatione,* condena costume semelhante, mas com outros objectivos: «Outro (demónio) quis-se apelidar Mercúrio... ao qual os homens cubiçosos oferecem em sacrifício, como ao deus do lucro, montões de pedras que lançam ao passar por encruzilhadas de caminhos».

---

(1) Fustel de Coulanges, *La Cité Antique.* Cf. também J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia,* I, 198.

(2) Viterbo, *Elucidário,* Bluteau, *Vocabulário,* v. *Fiéis de Deus.*

* * *

«Se alguém, seguindo o costume dos pagãos, introduzir em sua casa adivinhadores e sortílegos, como para lançarem fora dela o mal, ou para descobrirem malefícios, ou fazer lustrações de pagãos», etc. (*Cân.* LXXI).

«Não seja lícito a cristãos conservar práticas do gentilismo, e regular-se ou governar-se pelos elementos, ou pelo curso da lua ou estrelas, ou fútil significação dos signos nas horas domésticas» (*Cân.* LXXII).

«No uso das ervas medicinais não seja permitido praticar algumas superstições ou encantamentos, mas só se pronuncie o Divino Símbolo ou oração dominical», etc. (*Cân.* LXXIV).

«Que outra coisa é senão culto do diabo buscar ervas encantadas pelos maléficos e invocar nos encantamentos os nomes dos demónios?» (*De Castigatione Rusticorum*).

Continuaram estas mesmas práticas a ser condenadas tempos em fora, tanto pelas leis eclesiásticas como pelas civis. E continuam ainda subsistindo, generalizadas, pode dizer-se, a todas as classes sociais, e a todos os meios, rurais ou citadinos.

O regimento do Senado de Lisboa, de 1385, expressamente proibia que daí em diante «nẽhuã pessoa nõ use nẽ obre de feitiços, nẽ de legamentos, nẽ de chamar os diabos, nẽ decãtações, nẽ dobra de veedeira, nẽ obre de carantullas, nẽ dagoyros, nẽ de sonhos, nẽ dencãtamentos, nẽ lance Roda, nẽ lance sortes, nẽ obre dadevinhamentos, em alguã guisa q̃ deffeso seja por dereito çivel ou canonico; nẽ outrosy ponha mão nẽ meça cĩta nẽ scante olhado nẽyguem, nẽ lance augua per Jueyra, nẽ faça Remedio out.º alguũ p.ª saude dalguũ homẽ ou animallia, qual nõ conselhe a arte de fisica» (1).

As *Ordenações* dedicam o Tit. III do Livro V aos feiticeiros, estabelecendo graves penas, que iam até à morte, a todo aquele que tomasse pedra de Ara ou corporais, para com eles fazer feitiçaria; que, em círculo ou fora dele, ou em encruzilhada, invocasse os espíritos dia-

(1) Freire de Oliveira, *ob* e *loc.* cit.

bólicos; que, para adivinhar, lançasse sortes, ou varas para achar tesouro; ao que pretendesse ver em água, cristal, espelho, espada ou em outra qualquer coisa luzente, nem em espádua de carneiro; àquele que fizesse, para adivinhar, imagens de metal ou de qualquer outra coisa ou trabalhasse de adivinhar em cabeça de homem morto, ou de qualquer alimária, ou trouxesse consigo dente, baraço de enforcado e membro de homem morto, para com eles fazer feitiçaria, adivinhar ou causar dano a pessoa ou a fazenda.

«E porquanto — continua a *Ordenação* — entre a gente rústica se usam muitos abusões, assim como passarem doentes por silvão ou machieiro, ou lameira virgem, e assim usam benzer com espada que matou homem, ou que passe Douro e Minho três vezes, outras cortam solas em figueira baforeira, outros cortam sobro em limiar da porta, outros têm cabeças de saudadores encastoadas em oiro ou em prata, ou em outras coisas, outros apregoam os demoninhados, outros levam as imagens dos santos junto da água, e ali fingem que as querem lançar em ela e tomam fiadores, que se até certo tempo o dito santo lhes não der água, ou outra coisa que pedem, lançarão a dita imagem na água, outros revolvem penedos e os lançam na água para haver chuva, outros lançam jueira, outros dão a comer bolo para saberem parte de algum furto, outros têm mandrágoras em suas casas, com tenção que por elas haverão graça com senhores, ou ganho em coisas que tratarem, outros passam água por cabeça de cão, por conseguir algum proveito...» (1).

Foi longa a transcrição mas constitui, por si, como que um índice das superstições e crendices dos nossos antepassados, muitas das quais, se não todas, incluidas já na condenação de S. Martinho Bracarense. E, apesar disso, algumas ainda em plena pujança hoje. Pois não é vulgar, por exemplo, meter as imagens dos santos, de cabeça para baixo, dentro dos poços, até que eles façam o que homem pretende?

Passar doentes por lameiro virgem é uso ainda vigente em Trás-os-Montes, designadamente em Vale de Lamas (2). A mandrágora é erva a que se atribuem certas virtudes, entre as quais a prolifiquidade. Lançar joeira consiste em adivinhar numa peneira em cuja borda se escreveram os nomes das pessoas suspeitas de haverem feito determinado mal, qual delas seja a culpada; onde a peneira parar, marca o seu

(1) Quase pelas mesmas palavras, nas *Constituições* de Évora de 1534, tit. 25, Const. I.

(2) Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, XI, 85.

nome. Esta superstição foi também condenada nas *Ordenações Manuelinas* (1).

As carpideiras, que chegaram até nossos dias, tinham sido proíbidas também no *Regimento* da Câmara de Lisboa, de 1385:

«Porq̃ o carpir e depenar sobre os finados he custume q̃ desçemde dos gentios e he huã espeçia de Idolatria, e he contra os mandamentos de ds, ordinham e estabeleçem... nẽ huũ homẽ nẽ molher nõ se carpa, nẽ depene, nẽ braade sobre alguũ finado, nẽ por el, etc.».

No entanto, apesar da proibição, o uso continuou, e até com foros de oficial.

Dizia Gil Vicente, referindo-se à morte de D. Manuel:

Prantos fazem em Lisboa
Dia de Santa Luzia
Por El Rei Dom Manuel
Que se finou neste dia.

As carpideiras, organizadas em profissão, estão quase extintas. Mas nas aldeias, quando alguém morre, as mulheres da casa e vizinhança não deixam de berrar com toda a força de seus pulmões: se o não fizerem, motivo é de áspera censura.

A par das leis civis, as *Constituições* dos bispados unânimemente condenaram sempre todas estas práticas supersticiosas que, com razão, tinham por sobrevivência do paganismo.

Não podemos estudar aqui todos esses documentos da luta secular da Igreja contra tais gentilismos; bastará mencionar alguns, a título de ilustração do que afirmamos nesta *memória*.

Já, em nota, citámos as *Constituições* de Évora, de 1534, que reproduzem, quase pelas mesmas palavras, os dizeres da *Ordenação*.

O tit.º 31, Const. 1.ª, das *Constituições* do Bispo do Porto, D. Frei Marcos de Lisboa, de 1585, intitula-se: «Dos feiticeiros, benzedeiros, & agoureiros & dos que vam a elles».

Ahi proibe o prelado que, seja quem for, «use de espécie alguma de feitiçaria, nem invoquem os demónios tácita, ou expressamente, nem usem de encantamentos, círculos, sortes ou adivinhações ou agouros, nem de outros semelhantes crimes», sob pena de excomunhão, e, em caso de reincidência, «seram encoroçoados & postos en hũa escada

(1) *Ord. Man.* 5.53.2. Vid. Morais, *Diccionário*, v. *Juzira*.

à porta desta nossa Sé, ou da Igreja onde forem fregueses, em hum, ou mays domingos, todo o tempo da missa, em lugar que possam ser vistos de todos».

Do mesmo modo, as *Constituições* de Braga, de 1697, proíbem toda a casta de bruxarias, agouros e pactos com o demónio, permitindo, contudo a astronomia (1). Especificam aqueles «que vão furtar as imagens dos Santos das igrejas e as levam para suas casas, dizendo que as não hão de tornar às ditas igrejas, se os Santos lhes não derem saúde em suas enfermidades, ou lhes não fizerem aparecer as coisas que perderam ou lhas furtaram, e chegando a maior atrevimento, prendem com fitas e ataduras os mesmos Santos, com pretexto de os não soltarem enquanto lhes não concederem o que deles querem, e para isto lhes pedem fiador, e com eles os deixam de lançar na água.».

São, portanto, as mesmas práticas condenadas pelas leis civis, e ainda, em tanta parte, usadas e acatadas.

Havia, porém, algumas permitidas: As *Ordenações* (L.° V, Tit. IV) admitem que se benzessem cães e outros bichos, com autoridade de El Rei ou dos prelados.

João Pedro Ribeiro cita um alvará régio de 13-X-1654, facultando a um soldado continuar a usar do dom que tinha de «curar com palavras», aumeutando-se-lhe até o soldo, com obrigação de empregar o seu préstimo em benefício dos militares (1).

Nas *Constituições* do Porto, de 1585, o Bispo D. Frei Marcos de Lisboa determina: «Outrosy defendemos que nenhuã pessoa benza de enfermidades, a outra qualquer pessoa, nem benza gado, cães, bichos, nem outra qualquer cousa, nem amentem nem encomendem com superstições o gado perdido», sem a devida autorização eclesiástica.

As *Constituições* de Braga, de 1697, são mais explícitas: «É coisa sem dúvida e que se colhe das Escrituras Sagradas, haver na Igreja de Deus graça para curar algumas pessoas».

E assim (Const. III) proíbe apenas que alguém «use de ensalmos ou palavras para curar feridas, ou doenças, nem benza a outras pessoas, ou animais, nem excomungue lagarto, brugo, gorgulho, ou outra coisa», sem primeiro ser examinado pela autoridade eclesiástica.

---

(1) *Constituições* cits., tit. 49°, págs. 606 e seguintes. Condenam-se aí aqueles que «por meios diabólicos querem saber o que estar por vir» com feitiçarias, nigromâncias, prestígios, arte mágica, agouros, sortes, encantamentos, invocação de espíritos, etc.

(1) J. P. Ribeiro, *Reflexões Históricas*, I, n. 11, pg. 39.

Proíbem ainda as mesmas *Constituições* as artes mágicas condenadas por S. Martinho no Cân. LXXII: determinam que ninguém «faça juizo ou levante figuras pelos movimentos ou aspectos do Sol, Lua, ou Estrelas, ou qualquer outra coisa animada ou inanimada, ou por sinais do corpo humano, riscas e veias das mãos, ou outras partes», etc.

Para terminar, citaremos ainda uma curiosa determinação destas *Constituições* que se refere, julgamos, à leitura da *buena dicha* pelas ciganas: «E declaramos que os que pedem aos Egipcios lhes digam sua boa ou má fortuna, pecam gravemente, dando crédito ao que lhes dizem».

* * *

«Não seja permitido observar as ímpias festas das Kalendas e guardar as férias gentílicas; nem guarnecer as casas com louro e ramagem de árvores. Todas estas práticas são do paganismo». *(Cân.* LXXIII).

«Outro erro se introduziu entre os ignorantes e rústicos; o julgarem o principio do ano nas kalendas de Janeiro: o que é totalmente falso. Porque aos 25 de Março, como diz a Sagrada Escritura, no ponto do Equinócio, foi o principio do primeiro ano» *(De Castigatione Rusticorum).*

«Porque acender velas junto a pedras e árvores, junto a fontes e encruzilhadas de caminhos, que outra coisa é senão culto do diabo; assim como observar vulcanais e kalendas, guarnecer mesas e derramar no fogão, sobre a lenha, mantimento e vinho; e lançar pão na fonte?» *(Ibidem).*

«Que demência portanto não é, que o homem baptizado na Fé de Cristo não honre o dia de Domingo, em que Cristo ressuscitou, e diga que honra o dia de Jove, e de Mercúrio, e de Vénus, e de Saturno, os quais nenhum dia têm, mas foram uns adúlteros, perversos e iníquos, e desgraçadamente mortos na sua província» *(Ibidem).*

«Que outra coisa é, senão culto do Diabo, as mulheres no urdir das suas teias nomearem a Minerva, e observar nas núpcias o dia de Vénus, e atender a que dia se faça jornada?» *(Ibidem).*

«Não seja lícito a mulheres cristãs usar de alguma superstição nos seus teares; mas invoquem o auxílio de Deus, que lhes deu a ciência desta arte». *(Cân.* LXXV).

«E com que mágua se deve falar do estultissimo erro de guardarem dias de traças e de ratos?» *(De Castigatione Rusticorum).*

Provêm todas estas práticas de antigos ritos pagãos que a Igreja sempre combateu, proibindo uns, cristianizando outros.

Nestes passos dos *Cânones* e do *De Castigatione,* S. Martinho Bracarense condena as festas das kalendas, em *Janeiro* e em *Março,* apontando-lhes a origem gentílica. O mesmo haviam feito já muitos concilios e doutores da Igreja, como Santo Agostinho (354-430), S. Pedro Crisólogo († 450), Santo Isidoro, S. Paciano, Bispo de Barcelona.

Efectivamente, as *Janeiras* filiam-se directamente nas festas que os romanos celebravam, a partir de 17 de Dezembro, em honra de Saturno, e depois, no dia 10 de Janeiro, em louvor de Jano. Faziam-se as *Saturnais* com grandes manifestações de alegria, dando-se entre si presentes, com fraternal convivio, amos e criados, senhores e escravos. Entre uma e outra festa a mocidade celebrava a Venus (21 de Dezembro) e as denominadas *Juvenais* (24 do mesmo mês).

Ouçamos a descrição que Santo Isidoro nos deixou destas comemorações pagãs no primeiro dia de Janeiro:

«O jejum do 1.° dia de Janeiro foi instituido pela Igreja, por causa do erro pagão, que prestou culto divino ao Rei Jano, de onde o nome de Jano ao mês, celebrando-se festas cheias de divertimentos luxuriosos. Homens e mulheres, tudo misturado, disfarçados grotescamente, pelos vestidos e máscaras, em feras, touros, vitelas e outros animais, percorriam as ruas, abarrotados de mantimentos e vinho, atroando os ares com seus descantes, gritos, aplausos e dichotes. Outros, embora já cristãos, recaiam no herético costume de consultar nesse dia os augures» (1).

Este costume de se disfarçarem em animais, principalmente em cervos, cabras e carneiros, o que deu a esta festa o nome de *Cervulus, Cervulum facere* ou *Cervulum facientes,* foi violentamente combatido pela Igreja, nos seus concílios e pela pena dos seus doutores.

---

(1) *Sancti Isidori Hispalensis Episcopi Opera,* cit. e traduzido pelo Abade de Baçal, *Memórias Arqueológico-Históricas,* XI, 81.

«*Non licet kalendis Januarii vetula aut cervolo facere, vel strenas diabolicas observare*», determinou o Concílio Antisidiorense (1).

«*Quid tam demens* — exclama Santo Agostinho — *quam... indui ferino habitu, et capreae, aut cervo similem fieri?*» (2).

S. Paciano, Bispo de Barcelona, condenou-o num opúsculo que intitulou justamente *Cervus* ou *Cervulus* (3).

Conseguiu a Igreja terminar com este costume; mas um outro, talvez mais bárbaro ainda, surgiu em sua substituição: a *Festa dos Loucos, das Kalendas*, ou *dos Subdiáconos*, que na Idade Média atingiu seu apogeu.

Celebravam-na os clérigos de ordens menores, diáconos e sacerdotes, que elegiam o *Papa* ou *Bispo dos Loucos*, ou *dos Fátuos* também chamado, e ainda *Bispo dos Meninos*, ou *dos Inocentes*.

Em França, na catedral de Tours, nas primeiras Vésperas dos Santos Inocentes, ao cantar-se o *Deposuit potentes de sede*, o chantre dava o Báculo Episcopal ao menino mais novo do coro, que imediatamente ficava governando o clero até se completar o ofício do dia seguinte, e neste breve espaço visitava a catedral e as mais igrejas da cidade. Noutras partes, este bispo era eleito em dia de Circuncisão, e presidia aos ofícios divinos, onde se cometiam as mais grosseiras irreverências, as mais estravagantes loucuras, as mais horríveis profanações (4). Minoristas, diáconos e presbíteros entravam no templo, grotescamente mascarados em hábitos de mulher, dançavam e cantavam obscenidades, comiam sobre o altar, ao lado do sacerdote que celebrava a missa, jogavam sobre ele, incensavam-no com fumo de coiros queimados no turíbulo, garrafas de vinho e pratos de carne (5).

Eram quatro as danças principais destas festas: a dos *Diáconos*, em dia de Natal; a dos *Presbíteros*, em dia de Santo Estêvão, cantando-se na missa a *Prosa do Asno;* a dos *Minoristas*, por dia de S. João Evangelista, em que se cantava a *Prosa* ou *Hino do Boi;* finalmente, o baile dos *Subdiáconos*, no 1.º dia de Janeiro.

Doutores e concílios da Igreja condenavam esta indigna *Festa dos*

---

(1) Cit. pelo Abade de Baçal, IX, 289 e seguintes.

(2) *Sermão* CXXX, cit. por Amaral, *Cânones*, 356.

(3) Amaral, *Cânones*, 357, onde se podem ver muitas outras citações de doutores e concílios que condenaram o *cervulus*.

(4) Viterbo, *Elucidário*, v. *Bispo dos Fátuos*.

(5) Abade de Baçal, *Memórias*, cits., IX, págs. 289 e seguintes.

Loucos, mas ainda no Séc. XV se celebrava em muitos lugares. Representava contra elas a Faculdade Teológica de Paris em 1444, referindo «que estes *Fátuos* entravam mascarados e vestidos pelo modo mais descomposto, extravagante e desonesto ao tempo mesmo que se estavam fazendo os Ofícios Divinos, dançando e cantando sem temor de Deus, nem vergonha dos homens: uns comiam sopas e gorduras sobre o mesmo altar em que se estava celebrando o Incruento Sacrifício: estes jogavam dados, aqueles incensavam com pratos de carne e botelhas cheias de vinho, ou com fumo de sapatos velhos, fazendo mil desatinos por toda a igreja». No ano seguinte, o Concílio de Ruão anatematizou estas práticas (1).

Em Portugal vigoraram também as *Festas dos Loucos*, mas sem aquelas indecências. Conta Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo que na sua mocidade as presenciou, e viu no 1.º dia de Janeiro e nos Reis, o *Bispo Fátuo*, não menino, mas um sacerdote (2). Na província de Trás-os-Montes algo existe ainda que as recorda (3).

No entanto, a comemoração das *Janeiras* data entre nós dos mais recuados tempos, e continua resistindo a todas as investidas.

O já mencionado *Acórdão* da Câmara de Lisboa, de 1385, proíbiu as Janeiras e Maias, revelando ao mesmo tempo como elas então se faziam: «Out.º ssy estabeleçem q̃ daqui endeante em esta Cidade e em seu termho nõ se cantem Janeyras, nẽ mayas, nem a out.º nẽhuũ mes do ano, nẽ se lance caal a as portas do titollo de Jano, nem se ffurtem aguas nẽ sse llancem, nem sse britem aguas nem sse faça algũa outra obra nẽ observancya como sse antes faziã», sob pena de 50 libras de multa.

«It. estabeleçem q̃ qual q^{r} q̃ para as maias ou Janeyras emprestar bestas, Vestires, Joyas ou quaes q^{r} apostamentos, perca todo aq.^{llo} q̃ assy emprestar, etc.».

E para substituir estas comemorações das Janeiras, ordenaram que se fizesse todos os anos na Sé, no 1.º dia de Janeiro, uma grande procissão «em Reuerẽça da nacẽça & circoçison de nosso Remidor Jhũ xpo» (4).

---

(1) Viterbo, *ob.* e *loc.* cit.

(2) *Ibidem*, págs. 197.

(3) Abade de Baçal, *ob.* e *loc.* cits.

(4) Fréire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, I, págs. 264 e seguintes; Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, 2.ª p. cap. LX; A. C. Pires de Lima, *Estudos*, IV, 13.

Nos séculos XVI e XVII cantavam-se as *Janeiras* de modo semelhante ao que nas nossas aldeias ainda hoje se pratica. Eram os cumprimentos que, ao iniciar o Novo Ano, os amigos davam uns aos outros —«cantarem certas bençãos e rogativas, costume de nossos anciãos que, com nome de Janeiras, entoavam plàcidamente pelas portas dos mais caros amigos», escreve D. Francisco Manuel de Melo (1).

Representava-se em algumas freguesias um *Auto do Nascimento* a que, em Moreira da Maia e em Leça do Balio se dava o nome de *embrechado* (2).

Do modo como hoje se *cantam Janeiras* não será talvez necessário dizer muito, tão conhecidas e estudadas têm sido pelos etnógrafos.

Na última noite do Ano Velho, ranchos de rapazes e raparigas visitam as casas principais da freguesia, e vêm cantando:

Hoje é dia de Janeiro
Por ser o dia primeiro;
É dia dos merecimentos
Quando Deus passou os tormentos;
Os tormentos estão passados
Jesus Cristo já é nado;
Lá vem a estrela da guia;
Onde a Virgem pariria?
Foi parir a Belém
Numa pobre mangedoura,
Onde o boi bento comia
E a mula remoía
— Maldição te boto, mula,
Que não pairas vez nenhũa
E algũa *que parires*
Não vejas Sol nem Lũa (3)

---

(1) *Epanáforas*, ed. de 1660, pág. 127.

(2) Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão (Flaviense), *Diccionário Geográfico de Portugal*, v. Moreira.

(3) Cf. *Revista Lusitana*, vol. IX, pág. 235; J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, pág. 571, e *Ensaios Etnográficos*, IV, 52. Com algumas variantes ouvi-as em Lomar, concelho de Braga. Cf. também A. C. Pires de Lima, *Estudos*, III, 251; Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, VI, 53.

ou então

Deixai as vossas lareiras
Que se encontram ao luar;
Vinde ver o nosso povo,
Que as Janeiras vem cantar (1)
etc.

A estes ranchos que, por vezes, se fazem acompanhar de viola, ferrinhos ou pandeiretas, dão os donos das casas visitadas, uma importância em dinheiro, canecas de vinho verde, boroa, a sua roda de chouriço.

Vêm então as *despedidas*

Despedidas, despedidas,
Na folhinha da giesta;
Meus senhores, desculparão
Que está acabada a nossa festa (2).

Despedidas, despedidas,
Na folhinha do codeço
Meus senhores desculparão
Que mais nomes não conheço (3).

E a terminar, *os vivas,* muitas vezes já altas horas da noite:

Viva lá tia Cecília
Casaquinho de cambraia;
Quando sai fora da porta,
Alumia toda a praia.

Viva lá, tio Joaquim
Correntes d'oiro ao peito;
Quando sai cá fora à rua
Todos lhe guardo respeito (4).

---

(1) *Do Natal aos Santos Reis* (em Paços de Ferreira) pelo prof. Manuel Vieira Dinis, in *Boletim do Douro Litoral*, 3ª Série, IX, 30. O autor recolheu e apresenta outras quadras ao mesmo assunto.

(2) Lomar, concelho de Braga. Outras *despedidas* em A. C. Pires de Lima, *Estudos*, III, 257.

(3) Lomar, Braga.

(4) Manuel Vieira Dinis, *art.* e *loc.* cit.

Em Trás-os-Montes, todas as noites, até 20 de Janeiro, fazem-se grandes festas entre vizinhos e amigos, com vinho e chouriço assado. Os padrinhos dão o *Rei, Janeira* ou *Consoada* aos afilhados, os ricos aos pobres, os amos aos criados (1).

É crença, geralmente espalhada, que o ano correrá bem ou mal, conforme o dia 1.° de Janeiro for ou não venturoso. Crença idêntica tinham os romanos (2). Em algumas terras, designadamente na Beira Baixa, guarda-se religiosamente este dia (3). Usa-se também estrear roupa nova (4).

É superstição condenada pelo Dumiense, como gentílica, no *De Castigatione:* «Ridiculamente se ilude o miserável homem... convencido de que, assim como à entrada do ano tenha fartura e alegria, assim será bem sucedido o ano todo. São observações estas de pagãos...».

Tal como as *Janeiras,* as *Maias* provêm directamente do paganismo. São restos das religiões naturais, que adoravam os deuses protectores: o Sol; a Lua; Flora, a deusa da florescência e da fecundidade; Tellis, a Terra; Ceres, deusa dos frutos; Palas, protectora dos lameiros; Fauna, a boa deusa, festejada no dia 1.° de Maio; e Maia, deusa da fecundidade (5).

As nossas *Maias* filiam-se nas festas *Florales* que os romanos celebravam durante 6 dias, de 28 de Abril a 4 de Maio, em honra de Flora, nas quais figuravam mulheres nuas, dançando com gestos lascivos e proferindo palavras obscenas (6).

Como pagãs foram proíbidas, entre nós, no famoso *acórdão* do Senado de Lisboa (1385), que em sua substituição determinou se fizesse uma procissão por dia de Santiago e S. Filipe, «ẽ no qual se acustumava de fazer e onrrar a maya: E esta se faça em onrra E Reverẽça da virgem m.ª» (7).

Continua o nosso povo, de todo perdida a tradição gentílica, a «onrrar a maya». No dia 1.° de Maio muitas casas aparecem enfeitadas

---

(1) Abade de Baçal, *ob.* e *loc.* cit. Sobre as *Janeiras* em Tinalhas (Beira Baixa), v. Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira,* III, 103.

(2) Cf. *Religiões da Lusitânia,* III, 569, e nota 2.

(3) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira,* VI, 53.

(4) É costume corrente ainda na própria cidade de Lisboa.

(5) Abade de Baçal, *ob.* cit., IX, 307.

(6) *Ibidem.*

(7) Freire de Oliveira, *ob.* e *loc.* cit.

com ramos da flor amarela da giesta. Comemora-se assim, dizem, o milagre que sucedeu certa vez a Nosso Senhor, que andando perseguido, se refugiou em casa amiga. Porém, um inimigo viu-o entrar, e marcou a casa com uma flor de giesta; no dia seguinte, vindo com soldados para O prenderem, todas as portas e janelas estavam enfeitadas com *maias* e não pôde reconhecer a casa em que Jesus se acolhera (1). Dizem outros que este milagre acontecera com Nossa Senhora e o Menino, fugindo à perseguição de Herodes, em Jerusalém (2).

Este costume de colocar a flor da giesta nas portas e janelas das casas, e nas aldeias também nas cortes do gado, nos linhares, nos nabais, etc., vem de tempos imemoriais (3). Evita que venha o *Maio* a cavalo num burro branco, quebrar a loiça da casa, diz-se em alguns lugares (4).

Muitas outras celebrações se fazem ou faziam em honra da *Maia*.

Outrora era costume, nos primeiros dias de Maio, deitarem-se em um leito, um menino e uma menina, a quem se cantava como que um *Epitalâmio;* «cantar por maias a alguma moça significa tanto como celebrar o gozo dela, o seu casamento» (5).

Chamavam-se também *Maias* às raparigas que vinham para as estradas rurais, enfeitadas, pedindo algum presente aos viandantes.

Em Proença a Nova veste-se ainda um moço com giestas floridas no 1.º de Maio (6).

Neste dia, em Trás-os-Montes, comem-se castanhas para evitar mordos de burro; e em muitas aldeias, além de se enfeitarem as portas, as raparigas enfeitam também um menino que dizem representar o *Maio Moço,* e passeiam-no pelas ruas, com grandes manifestações de alegria, cantando e dançando em volta dele (7). Em Lisboa assim se fazia, há pouco mais de um século: chamavam-se os *maios pequeninos* (8).

Noutros lugares celebra-se o dia com as *Rainhas do Maio,* a *Árvore do Maio,* etc.

---

(1) Jorge Dias, *Vilarinho da Furna,* 156.
(2) Cf. *Revista Lusitana,* X, 213.
(3) João Pedro Ribeiro, *Reflexões Históricas,* cits.
(4) Cf. *Revista Lusitana,* X, 213, já cit., e A. C. Pires de Lima, *Estudos,* III, 247.
(5) Morais, *Diccionário,* s. v.
(6) P.e Manuel Alves Catarino, *Concelho de Proença a Nova,* 194.
(7) Abade de Baçal, *ob.* cit., IX, 307.
(8) J. P. Ribeiro, *ob.* e *loc.* cit.

Em algumas freguesias circunvizinhas de Braga, v. g. em Lomar (1), usam colocar coroas de papel recortado e junco, nas paredes exteriores das casas, os rapazes nas das moças que pretendem, as raparigas casadoiras nas suas próprias. E se acontece haver mais que um pretendente, o rival arranca a coroa que o outro pusera e pendura-a no pinheiro mais alto que encontrar próximo, ou em outra casa.

A estas coroas chamam também *maias das moças.* Na Beira Baixa celebra-se igualmente o *Maio.* Em Tinalhas, Oleiros, nos arredores do Fundão, os rapazes vão nesse dia para o campo, vestem um deles, dos pés à cebeça, de flores da giesta, e voltam para as povoações a cantar:

Ó Maio, menino
Ama as cachopas,
Entra pelas entranhas...
Venham p'ra cá castanhas!

Vêde o Maio, meninas,
Vêde-o andar pelas esquinas!
Vêde o Maio, cachopas,
Vede-o andar pelas portas!
Vêde o Maio, velhas,
Vêde-o andar pelas quelhas! (2)

E vão assim, de porta em porta, cantando e pedindo castanhas; e raras são as casas que recusam contribuir com a sua *maquia.*

Em Segura e Rosmaninhal, no 1.º de Maio é costume encherem-se fatos velhos com palha, enfeitados com as *maias,* e pôrem-nos às janelas e às portas (3).

* * *

Das outras superstições indicadas nos passos citados da obra de S. Martinho, algumas subsistem ainda.

Assim, vimos este ano de 1950 guarnecer as casas com louro e alecrim, pela Páscoa, aqui nos arredores de Braga.

---

(1) Costume semelhante em Proença a Nova e outras terras da Beira Baixa — cf. Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira,* VI, 69.

(2) Jaime Lopes Dias, *Etnografia da Beira,* III, 91; outros costumes beirões na mesma obra, VI, 69, quanto aos *Maios.*

(3) Jaime Lopes Dias, *ob.* e *vol.* cit., 93.

António Caetano do Amaral cita alguns autores antigos que atestam a existência deste costume entre os pagãos (1). Ao loureiro andam adstrictas certas superstições (2).

Não nos consta que hoje se use acender velas junto das pedras, árvores, fontes ou encruzilhadas de caminhos, nem derramar no fogão, sobre a lenha, mantimento e vinho, nem se lance pão nas fontes. Mas alguns costumes subsistem que poderão ter relação com essas tradições pagãs.

As *Ordenações*, no Livro V, tít. III, proibem a «qualquer pessoa que em círculo ou fora dele, ou em encruzilhada» invoque os espíritos diabólicos. Ainda hoje é crença, em muitas terras, que as feiticeiras se juntam nas encruzilhadas dos caminhos, em certas ocasiões.

Os romanos acreditavam que havia deuses protectores das encruzilhadas *(Lares compitales)* e dos caminhos *(Lares Viales)*. A estas divindades celebravam nos locais as festas *compitales*, e ali erguiam altares, *aedicula* ou pequenos templos. Talvez antepassados das *alminhas* e cruzeiros cristãos, que se colocavam, quase sempre, também nos cruzamentos de estradas.

Nos encontros de três e quatro caminhos *(Triviis* e *quadriviis)* colocavam-se pedras quadradas, em honra de Mercúrio, deus dos ladrões, e, em certas épocas do ano, vasos com mantimentos em honra de Hecate, para serem comidos pelos pobres (3). Daqui devem descender as modernas crenças que se ligam às encruzilhadas dos caminhos, como adas feiticeiras, e aquela, bem viva em muitas aldeias, de que o préstito fúnebre ao passar ali deve parar, rezando o padre que o acompanha certas orações antes de prosseguir. Assim se praticava na antiga Terra da Maia (v. g. na freguezia de S. Martinho de Bougado).

A gentilidade sacrificava também às fontes e águas, espalhando flores e vinho sobre elas. Em 13 de Outubro, os romanos celebravam em honra das ninfas dos poços e fontes, a festa das *Fontinales*. São estes costumes pagãos que S. Martinho condena no *De Castigatione;* e alguma coisa deles subsiste ainda, em Trás-os-Montes, por exemplo (4).

---

(1) *Cânones*, 358.

(2) Figura nos ensalmos, e acredita-se que o *loureiro bento* (guardado da festa de Ramos) livra de trovoadas e que nele não cai o raio. (Cf. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, 571).

(3) Abade de Baçal, *ob.* cit., IX, 360 e 381.

(4) Abade de Baçal, *ob.* cit., IX, 96 e seguintes, e 323.

As *Constituições* de Lamego, de 1563, proibiam que as procissões fossem a outeiros e penedos. No Minho era vulgar irem os sacerdotes, com velas acesas, *desencantar* tesouros em penedos (1).

* * *

Condena, finalmente, S. Martinho Bracarense o costume das mulheres invocarem, ao urdir a sua teia, divindades pagãs, como Minerva. Superstição condenada ainda por outros autores antigos, que referem também a crença de se guardarem certos dias como infaustos para os trabalhos de tear: *ut quinta feria nec viri opera faciant, nec mulieres lanificium* (2).

As nossas tecedeiras deixaram de invocar a deusa, mas rara é aquela que se senta à obra, sem primeiro fazer o sinal da cruz e rezar uma oração adequada (3).

Em 1585, o Bispo do Porto, D. Frei Marcos de Lisboa, determinava nas suas *Constituições:* «Item condenamos outras superstições, como sejam as mulheres não fiarem em certos dias e certas horas... e os mariantes não sairem para o mar o dia em que cair o dia dos Inocentes, e os lavradores não tomarem bois em alguns dias sinalados» (v. g. de Santo António e de S. Pedro de Rates) (4).

Hoje, rara é a pessoa que gosta de iniciar trabalho em certos dias, v. g. às terças e sextas-feiras, nos dias 13 de cada mês. Tão conhecido isto é, que nem valia a pena referi-lo. Subsiste ainda a tradição de que o centeio não pode cortar-se naquele dia dos Santos Inocentes (5).

E para terminar, um ditado popular que vem a propósito:

À sexta-feira, não cases a filha, nem urdas a teia.

Hoje, como há cinco, há dez, há quinze séculos...

---

(1) J. Leite de Vasconcelos, *Ensaios Etnográficos*, II, 43; *Religiões da Lusitânia*, III, 570.

(2) Cf. Amaral, *Cânones*, 359.

(3) No Alto Minho as tecedeiras invocam a Senhora da Enderença, e em Trás-os-Montes, Nossa Senhora das Dores. (Cf. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, 572).

(4) *Constituições do Bispado do Porto*, fls. 80-82; Dr. A. C. Pires de Lima *Estudos*, III, 123.

(5) A. C. Pires de Lima, *Estudos*, III, 99

Comentário à *Fórmula Vitae Honestae*

por

Dr. Francisco Fernandes Lopes

«O estudo exaustivo da filosofia em Portugal devia começar com o exame do trânsito do pensamento mítico-religioso para a reflexão pessoal, e ocupar-se sucessivamente da influência romana e da sondagem no período visigótico, no qual avultam Paulo Orósio e S. Martinho de Dume, no domínio árabe e por fim na reconquista e nos tempos que imediatamente precederam a autonomia política do reino de Portugal».

De acordo com esta judiciosa sugestão do ilustre professor Dr. Joaquim de Carvalho (cf. vol. IV, pág. 476, da *História de Portugal,* ed. da *Portucalense Editora* — de Barcelos), considero, introduzindo-lhe apenas as rectificações indispensáveis, que deveria esse estudo decorrer desde os tempos mais recuados em que no nosso território se podem admitir esforços ou tentativas de reflexão pessoal independente, ou seja de carácter pròpriamente filosófico, por parte de quem quer que haja sido e sejam quais hajam sido também as crenças de toda a ordem a que esse filosófico oiro se encontre ligado.

Se, por enquanto, as indagações porventura já efectuadas nada terão trazido à superfície, sequer durante o período romano da Península, é todavia fora de dúvida que, como precursor do pensamento filosófico peninsular, e precisamente ubiquado já dentro dos limites do território que viria a ser português, e não só ao chegar ao período visigótico, mas ainda antes, durante o período suévico que, nesta região ùnicamente, o precedeu, se eleva a figura veneranda do bispo S. Martinho de Dume.

Panónio, que não peninsular pelo menos, todavia? Que importa isso, radicalmente, na enumeração classificadora?

É que de facto aqui veio parar, aqui viveu, aqui pensou, aqui morreu, aqui exerceu a sua influência enquanto vivo e continuou a exercê-la

depois de morto, pela sua fama e pela sua doutrina. E não só sobre a inculta multidão avulsa — o povo galaico-lusitano-romano — de cuja conversão católica fora, a bem dizer, o principal fautor, mas ainda e sobretudo na esfera mais limitada do superior mando político, na corte do rei Teodomiro e de seu filho Miro de quem era particular afeiçoado.

Se estrangeiro pois, vê-se que afinal tão nacional em território pre-português como os reis invasores que convertera à doutrina da ecumenidade católica e que, verdadeiro *apóstolo dos Suevos,* servia doutrinal e politicamente mesmo, como bispo duplamente de Dume e de Braga; e quanto à cultura, se, como romanizado panónio de escol, se embebera do fundo greco-romano ocidental, assimilara todavia o influxo da cultura oriental, de *nuance* especialmente heleno-egípcia, na larga peregrinação em que desde novo digressara pelos Lugares Santos, tendo-se por assim dizer universalizado verdadeiramente, durante o largo quarto de século que precedera a data de 550 em que aportara à nossa Península.

Nuns trinta anos de aprendizagem pelo mundo fora, antes do meado justo do século, seguidos de uns trinta de doutrinação da Nação sueva adoptiva, — tal parece cifrar-se o balanço da actividade adulta deste ilustre panónio pre-português.

Por nosso pois o contaremos. E dentro deste suposto me dedicarei a pôr em luz alguma coisa do que ficou a evidenciá-lo como filósofo, e que portanto não deve ser relegado nem esquécido no apuramento da história da filosofia em Portugal, segundo o largo conceito no princípio formulado; e tanto mais quanto, como disse, neste capítulo ele faz figura de precursor, o mais antigo por enquanto.

* * *

Entre as obras que nos restam de S. Martinho de Dume a cuja enumeração se pode ver no recente escorço do douto e reverendo P.e Dr. Avelino de Jesus da Costa, elaborado expressamente em intenção deste centenário, figuram dois opúsculos de filosofia moral: *Formula vitae honestae* e *De moribus,* o primeiro dos quais reteve particularmente a minha atenção, como obra filosófica. E tendo tido a boa fortuna de encontrar na Biblioteca do Seminário de Faro a edição feita em 1803 pelo ilustre António Caetano do Amaral — o texto latino, acompanhado, como se sabe, da respectiva tradução portuguesa —, com todo o interesse me apliquei a fazer do dito opúsculo um breve estudo que, com a devida vénia, acompanhada do grande pedido de todas as desculpas pela minha

insuficiência em tal matéria, tenho a honra de oferecer como contributo de homenagem para esta cerimónia.

Deixarei de lado a questão da autenticidade da atribuição de tal escrito a S. Martinho de Dume, considerando-a resolvida pelas razões que Amaral invocara, embora se compreenda que, por uma analogia de superfície, combinada com a semelhança dos conceitos e preceitos exarados, — e tanto mais (conforme informa o Dr. Avelino de J. da Costa) quanto a *Formula vitae honestae* «parece inspirada no livro perdido de Séneca *De officiis*» —, este opúsculo, (como ainda o *De moribus*, tivessem tido (como escrevera Amaral) «tanta estimação logo que foram vistos, que se atribuíram a Séneca, e em alguns Mss. se acham juntos às obras deste filósofo», havendo um outro ms. «em que se lhe dá por autor a Cícero».

Deixarei igualmente de lado a questão da perfeita restituição do texto, sabendo se que da parte do doutíssimo grupo bracarense está já em preparação uma edição crítica exaustiva da *Formula*, em face da mais de uma dúzia de manuscritos espalhados por bibliotecas da Europa.

Ligando-me pois ao texto dado por Amaral e que substancialmente deve valer, recordarei que «o primoroso opusculo intitulado *Formula vitae honestae*» (no dizer conceituado de Mons. M. Ferreira de Sousa, *in Mensageiro do Coração de Jesus*, n.^{os} 805/806 — Set./Out. 1950, pág. 432), «é um excelente tratado de moral natural, em torno das quatro virtudes cardiais, dando, como Aristóteles, a primazia à prudência» (cf. Dr. Avelino de J. da Costa, ib. pág. 4).

Abordando o exame pormenorizado da *Formula vitae honestae* (único título que, conforme veremos, o próprio autor declara ter-lhe dado) *seu de differentia quatuor virtutum* (acrescentamento explicativo que a seguir lhe puseram, tirado do contexto), obra dedicada ao rei suevo Miro, a cujo pedido fora escrita, embora não para sua instrução, convém ainda por isto mesmo, preambularmente, expôr algumas considerações, porventura indispensáveis, em todo o caso não inúteis.

* * *

É sabido como, encontrando se a população lusitano-galaico-romana já convertida, do seu paganismo original mais ou menos romanizado, ao Catolicismo que desde cedo se propagara na Península — conversão muito incompleta embora, e sobretudo dada a extensão que tomara a heresia presciliana (conforme, de resto, o provaria mais tarde o opúsculo do pró-

prio S. Martinho *De correctione rusticorum),* — os Suevos, invasores, vieram trazer a este ambiente religioso-social um novo elemento perturbador,— a sua idolatria germânica própria, já possìvelmente mesclada de quaisquer influxos romanos, pagãos ou mesmo cristãos.

Em todo o caso, constituída a Nação sueva neste recanto norte-ocidental da Península Hispânica, pagãos germânicos puros ou já zebrados de hispano-romanismo teriam ficado os seus três primeiros reis, o último dos quais, Réquila, falece indubitàvelmente pagão ainda, em 448.

Justamente a este tempo grassava ainda, e até recrudescera (sendo a forma mais popular do cristianismo na sociedade hispano-romano-sueva) a heresia que com Prisciliano, bispo de Ávila, se desenvolvera desde havia mais de meio século, infeccionando toda a Galécia, em especial, apesar da condenação e morte de Prisciliano em 385. O Arianismo também se espalhara um pouco, mas circunscrito quase só à élite culta ou rica.

Foi todavia não o Priscilianismo, nem o arianismo, mas o Catolicismo seu inimigo comum, o que, a seguir à morte do pagão Réquila, entrou na corte sueva, oficialmente, pela conversão de Requiário, seu filho e sucessor, em 448, — sendo assim esta a primeira conversão real ao Catolicismo em todo o Ocidente da Europa (porquanto a de Clovis se deu, como é sabido, sòmente pelo Natal de 496).

Oficialmente católicos permanecerão agora os Suevos durante os 15 ou 16 anos que vão seguir-se através de peripécias várias — tais como a tomada de Braga em 456 pelo rei visigodo Teodorico II, ariauo, e a série de binómios ou pares de reis, tutelados ou revoltosos contra este dominio visigótico, série que se cifrará pelo casamento do rei suevo Raimundo, em 464, com uma visigoda ariana, o que arrastará a conversão oficial do rei e a sua corte ao Arianismo, no ambiente, por demais propício já, criado que fora pela livre pregação favorecida do fanático bispo Ajax, vindo da Gália em 465.

Quase um século vai decorrer, em que o Arianismo é a religião oficial da corte sueva, enquanto Priscilianismo e Catolicismo se digladiam em livre luta igual, revigorando-se ou não, ambos, contra o Arianismo, seu inimigo comum, do qual todavia o Priscialinismo estaria mais perto. Assim, através de uma série de reis suevos cujos nomes se desconhecem, esta situação se teria prolongado até 550 em que, reinando o rei Carrarico, ariano, a doença grave de seu filho Teodomiro vai determinar, como se sabe, o favor súbito e decisivo para o Catolicismo na corte sueva e,

consequentemente, a progressiva conversão definitiva e total da sociedade hispano-romano sueva.

Coincidira, como se julga, a vinda das terapêuticas relíquias de S. Martinho de Tours com a chegada final, à Galécia, destoutro panónio católico, seu homónimo também. Sabe-se o favor que, na corte de Carrarico ainda, encontrou, pelo seu fervor apostólico na catolicização da sociedade sueva, e como, além da chefia da igreja votiva construida em Dume, onde o milagre se dera e a corte habitava, ele obtivera ali, no seu zelo de difundir na região o monaquismo a que tão afeiçoado era, a fundação dum mosteiro anexo que se tornou o centro principal da irradiação activa da propaganda católica, quer difusamente, quer pela criação de outras casas-filhas em vários pontos do noroeste peninsular, pelo menos.

Se gozara do favor não pequeno de Carrarico, de maior favor gozaria o bispo de Dume desde 558/559 com seu filho Teodomiro, o rei sarado, no trono durante os dez anos que vão até 569. É durante o reinado deste que, em 561, se reune em Braga um primeiro Concílio, não só para celebrar a converção dos Suevos, mas para definir doutrina contra o Arianismo que oficialmente poderia tender a renascer na corte ou na alta sociedade . . ., e para renovar disposições antigas acerca do Priscilianismo que assim teria recebido o golpe decisivo.

Elevado a bispo de Braga, sem deixar de o ser de Dume, é Martinho mais favorecido ainda pelo novo rei Miro, o filho e sucessor de Teodomiro, no 2.º ano do reinado do qual, em 572, teve lugar o 2.º Concílio de Braga ao qual justamente Martinho preside e que tão grande importância teve na organização da disciplina eclesiástica na Península.

É no reinado deste rei Miro que vai decorrer o resto da vida de S. Martinho — o último decênio — (fal. em 579), tendo-lhe o rei sobrevivido apenas dois anos (fal. em 581).

Pelos escritos de S. Martinho se conhece, conforme Amaral notara, que «o Santo era consultado das pessoas maiores daquela idade. O rei Miro lhe pedia frequentemente instruções e consolações: e, que era de esperar desta correspondência de um rei de tão santos desejos com um prelado de tanta santidade e zelo? No opúsculo que nos resta com o título *Formula vitae honestae,* dirigido àquele rei, se admira um compêndio de instruções para um príncipe cristão, sabendo o autor conciliar sempre nas suas expressões o zelo de prelado com a submissão de vassalo».

Posto este ligeiro preâmbulo histórico para melhor esclarecimento, penetremos agora no teor do opúsculo referido.

* * *

Evidentemente que, sendo um escrito dum católico, por demais tão eminente, não se abstrairia, *a priori,* da nuance religiosa específica, se por assim dizer, o próprio autor não declarasse na dedicatória ao rei Miro — (disponho as suas palavras latinas segundo a ordem sintática portuguesa para tornar absolutamente transparente a qualquer, sem equívoco possível, o seu pensamento) —: ...«*Autem titulus libelli est* Formula vitae honestae, *quem volui superscribi tali vocabulo idcircò, quia non instituit illa ardua et perfecta quae patrantur a paucis et peregregiis Deicolis, sede magis commonet ea quae, et sine praeceptis Divinarum Scripturarum, tantùm Lege naturali intelligentiae humanae valent adimpleri etiam a laicis viventibus rectè que honestè.*»

Donde se vê, claramente, que nenhuma nuance teológica nimba esta doutrina exclusivamente moral, — de moral *independente,* dir-se-ia com todo o rigor, e, pois exclusivamente filosófica —, embora decerto para os espíritos religiosos fatalmente envolvida de Teologia, quer puramente natural, quer, em última análise, revelada.

Para evitar qualquer mal-entendido, talvez não seja inutil recordar, a propósito, que, como se sabe, a filosofia moral é precisamente aquela parte da filosofia que trata dos costumes do homem, não para os observar pròpriamente, como na *história natural* se notam os costumes dos seres animados, mas para definir as leis a que devem ser sujeitos. Ciência prática portanto, dirigindo os actos humanos para o bem que o intelecto pode apreender pelo lado ou razão do *honesto.* Assim, nitidamente, a ética filosófica, ou moral, se separa tanto da ética cristã, como da economia política; porquanto a primeira trata dos actos humanos e os dirige para o bem, mas por obra da *revelação* dos princípios conhecidos, e assim conduz o homem para o bem *sobrenatural;* ao passo que a segunda directamente trata do bem útil.

Entre uma e outra pois se encontra a ética filosófica ou filosofia moral, a qual dirige o homem para o bem *honesto,* até onde é conhecido pela *razão.*

Sumàriamente se pode dizer, na história da filosofia, que o *fundador da ciência moral* (para empregar a expressão de Boutroux) nos aparece como sendo Sócrates, do qual dimanaram Platão e Aristóteles, e, além destes, os estoicos e os epicuristas. Entre os estoicos, como os mais ilustres, destacam-se Epicteto e Séneca. Assim teria sido o período

que precede a prègação do Evangelho. Era pois mèramente *natural* a ética ou moral deste período.

E se, «prègado o Evangelho, a própria Ética natural se tornou *mais comum, mais firme e mais honesta*» (para dizer como o Abade Vallet nas suas bem conhecidas *Praelectiones* que me estão servindo de guia neste ponto, conforme se terá porventura já reconhecido), e, deste ponto de vista religioso, se não possa deixar de repetir com o Doutor Angélico: «*Humana sapientia tamdiu est sapientia, quamdiu est subjecta sapientiae divinae; sed quandò recedit a Deo, tunc vertitur in insipientiam*», é todavia indubitável que, abstraindo do lado sobrenatural da matéria moral, e encarando assim a moral independentemente de tudo o que a transcenda, teológica ou metafìsicamente, tal matéria pode ser estudada como se estuda qualquer outra matéria objectiva dada, e, assim portanto, chamada *moral natural,* movendo-se, como vimos, na esfera da *vida honesta* (como a Medicina na da *vida hígida),* cujas leis naturais se procuram como regra normativa, precedendo nisso, como na sua aplicação aos diversos casos que se apresentam na prática, apenas mediante o recurso instrumental à inteligência ou razão humana.

Ora, se tal era, como se sabe, a atitude filosófica de Séneca entre os antigos pagãos, outra não se mostra a atitude de S. Martinho de Dume na sociedade hispano-romano-sueva cristianizada já. Declaradamente o diz e consequentemente procede, conforme veremos. Portanto, embora católico ortodoxíssimo, encarando a moral sob o ponto de vista natural do *honesto,* que é o necessário e suficiente em Filosofia.

É pois no campo da filosofia moral absolutamente independente (pelo menos a título provisório quanto à sua origem e fundamentação) que o escrito filosófico de S. Martinho de Dume deve, a meu ver, ser cousiderado; ou pelo menos, é deste ponto de vista, independente de toda e qualquer metafísica ou teologia, que aqui o considerarei, — abonando-me, nesse propósito, ainda com a razão basilar de que não fora pròpriamente para o rei Miro que ele o elaborara, conforme declara na referida dedicatória, — *quem conscripsi non vestrae institutioni specialiter (cui praesto est sagacitas sapientiae naturalis), sed generaliter his quos, adstante tuis ministeriis, convenit legere, intelligere et tenere haec* —, mas sim para os cortesãos ao seu serviço. Ora, embora já cristianizados ortodoxamente, em superfície pelo menos, S. Martinho, previdente na ainda insegura conjuntura, não deixaria de visar todos e quaisquer, inclusive mesmo os que no seu íntimo fossem indiferentes ou ainda pagãos, ou agnósticos ou mesmo ateus retintos e irredutíveis, aos quais

todavia convinha fazer seguir a *regra da vida honesta;* — e, como seria possível isto, senão falando a todos e quaisquer, uma linguagem exclusivamente de reflexão em que não havia que fazer apelo senão à comum lei natural da inteligência humana? Por demais, não se tratava, no caso, isto é, no escrito que oferecia ao rei para aquele efeito educativo e edificativo da gente da sua corte (conforme ele próprio ainda adverte), de um trabalho original *(libellum politum nulla ostentatione sophismatum),* mas sim apenas, como Amaral traduziu, de um escrito «coligido com chã e singela simplicidade, para ser lido a ouvidos dispostos com a boa fé» *(sed excerptum planitie purae simplicitatis, recitandum auribus fidenter capacibus)* — um trabalho portanto inspirado e mesmo extractado da literatura filosófica já preexistente ao cristianismo, qual a do moralismo estoico ou similar que acabara por ter os seus expoentes mais representativos e influentes em Cícero e Séneca, na classe a que S. Martinho pertencia como homem de cultura clássica que não desdenhara de ser, apesar de cristão, sincretizando até, pelo contrário os dois ramos, latino-ocidental e greco oriental, como já assinalei.

Esta dependência estricta da tradição filosófica antiga, de par com o propósito de impessoalismo da obra, ressalta, nítida, do introito do opúsculo, no qual o autor nos diz que «*sententiis multorum sapientium definitae sunt quator species virtutum, quibus animus humanus possit accedere comptus ad honestatem vitae.*» Quer dizer: Martinho, em vez de criticamente rever a matéria, fazendo tábua raza das opiniões precedentes, ou submetendo-as à verificação pela experiência possível a que fundamentalmente se reportaria, segue, pelo contrário, o sistema de adoptar como verdade no caso a opinião dos sábios que se lhe afiguram mais autorizados, opinião que se lhe impunha pela sua intrínseca probabilidade maior — o máximo humanamente acessível na matéria, — as *sentenças* dos *muitos sábios* quanto às espécies e número das virtudes cardiais ou essenciais sem as quais não pode o ânimo humano chegar à honestidade do viver.

Prosseguindo na explanação da doutrina assim recebida desses antigos sábios, enumera Martinho essas quatro virtudes capitais: «*Harum prima est prudentia; secunda, magnanimitas; tertia, continentia; quarta, justitia*». E acrescenta, sobre a sua eficácia em separado e em conjunto: «*Igitur, singulae, his officiis quae suoter sunt adnexa, efficiunt virum honestum*». (Ou, como Amaral traduziu: «Estas, pois, por meio das obras que abaixo se explicam, fazem o homem virtuoso».

Em quatro capítulos subsequentes trata Martinho, respectiva e suces-

sivamente da *Prudência*, da *Magnanimidade* (ou *Fortaleza* de ânimo), da *Temperança* (ou *Continência)* e da *Justiça*. Não se fica porém na explicação das obras de cada uma destas virtudes em separado. Porque é necessário, além do seu concurso, em comum ou separado, uma certa medida ou regulamento no uso de cada uma delas. É o que genèricamente (ao começar o capítulo V que trata especialmente *De mensura et moderatione Prudentiae*, como nos três seguintes trata respectivamente *De moderanda Fortitudine, De modo Temperantiae, Qualiter sit moderanda Justitia)* observa por esta forma: «*Observatis ergo his institutionibus, quatuor species virtutum te facient virum perfectum, si servaveris mensuram rectitudinis earum aequo fine vivendi*».

Não basta pois o exercício das ditas quatro virtudes cardiais, é indispensável que nenhuma delas exceda os seus limites próprios, porque a *prudentia immensurata* conduzirá a que se seja chamado por todos *malus homo;* ao passo que *quicumque in illa persistit mediocri lance, nec aliquid in se habeat obtusum nec versutum,* —(nada em si terá de bronco, nem de malicioso, — segundo traduziu Amaral). Do mesmo modo, para a magnanimidade ou fortaleza de ânimo, cuja medida consiste em: *nec esse hominem timidum, nec audacem;* e para a temperança ou continência, em cuja *linea mediocritatis*, o homem *deditus voluptati* (dado aos prazeres) se mostrará nem *prodigus et luxuriosus*, nem *avara tenacitate* se tornará *sordidus aut obscurus* (sordido ou abjecto); e *postremo Justitia regenda est eo tenore mediocritatis*... que *reverentia disciplinae ejus neque vilescat despecta communitate negligentiae, neque ammitat gratiam humanae amabilitatis durata atrocitate severiori.*

Assim, no breve exórdio em que emite a *conclusio praemissorum*, o autor bem põe em relevo que *si quis ergo desiderat componere inculpabiliter suam vitam ad utilitatem non tantum propriam sed multorum, teneat hanc formulam praedictarum virtutum eo tramite medietatis, pro qualitatibus temporum, locorum, personarum atque causarum,* a fim de que (o filósofo tinha imaginação de poeta...) «à maneira de quem caminha por entre despenhados precipícios, indo a meia ladeira evite a temerária queda e despreze a fraca covardia», — conforme elegantemente Amaral trasladou à nossa lingua.

Com esta breve análise abstracta como fio, leia-se agora o interessante opúsculo, e miudamente se apreciará em concreto a pertinente variedade de razões com que S. Martinho cimenta as sentenças que vai emitindo num tom bem familiar, para mais eficaz persuasão. Por elas se vê, ao mesmo tempo, a sólida experiência de vida, não certamente cap-

tada só de leituras, mas do que correra e observara pelo mundo, como realidade social em época tão revolta.

Farei notar que, de resto, S. Martinho não fala nunca em tom categórico, mas sempre sob condição, por assim dizer, expondo apenas os meios que se deverão pôr em prática *se* se quiser atingir os fins. Fala pois como uma espécie de médico da alma, indicando os remédios para os males, ou os preceitos indispensáveis, na presunção tàcitamente subentendida de que o doente visa a saude. Mas bem insiste repetida e contìnuamente no *se*, embora paralelamente vá mostrando *que*, — excelente técnica humana de persuasão, sem irritante invocação dogmática alguma.

Todavia, a propósito da Justiça, definindo-a, bem distingue ele que *a Justiça não é instituição nossa, mas Lei Divina e vínculo da humana Sociedade*. E acrescenta: *Nesta não temos que averiguar o que convém; convém-te quanto ela te dictar*.

Glosando corolariamente, prossegue assim: *Tu pois, quem quer que sejas, que a queres guardar, teme e ama a Deus, primeiro, para que sejas amado de Deus. Serás amável a Deus, se o imitares em desejares fazer bem a todos, a ninguém mal; então te chamarão todos homem justo, seguir-te-ão e te respeitarão e amarão. Para seres justo, não só não farás dano, mas impedirás que o façam; pois que o não fazer dano não chega a ser justiça; é apenas abster do alheio (...)*. E mais: *Sabe que intervem a fé e a Religião, cada vez que se trate da verdade (...); portanto não atropeles a verdade, para não atropelares a lei da Justiça (...)*. Finalmente: *Se cuidares pois em estudar isto, sereno e intrépido esperarás o fim da tua carreira: olharás alegre para as tristes coisas deste mundo, para as tumultuosas quieto, para as extremas desassombrado*.

Aparte a nuance religiosa que aqui ou ali intervem, compreensìvelmente, porque é um religioso quem fala e portanto Deus não pode deixar de estar sempre presente no fundo metafísico do seu pensamento, Deus todavia, como já no princípio se dissera, não intervem neste campo próprio da Filosofia moral em que basta a Natureza a elucidar a Inteligência humana ou Razão comum, sem que por outro lado a Vontade humana tenha a intervir. E se, falando a crentes, se compreende que o filosófico autor lhes diga que, sendo a Justiça de instituição divina, só há que atender ao que ela ditar, e para isto temer e amar Deus primeiramente, para ser amado de Deus, — para os não-crentes este seu falar só vale como

expressão figurada, já que o ser amado de Deus se obtém pela sua imitação que consiste em desejar fazer bem a todos, e a ninguém mal.

Basta portanto, a quem quer que seja, este procedimento, ditado pela Justiça, que para os crentes é *lei divina* e para os não-crentes, indiferentes, agnósticos ou ateus, pura *lei natural,* reconhecida como tal pela inteligência humana.

A ligeira inconsequência filosófica de S. Martinho, misturando neste ponto, e por vezes, aqui ou ali, incidentalmente, a Teologia que o informa como crente, compreende-se afinal e não infirma assim o carácter puramente filosófico do seu opúsculo. Também Séneca por vezes não se exime e mesmo deliberadamente fala em Deus e de Deus, como se um crente fosse.

Mas não nos iludamos, apesar de todas as analogias de superfície...: uma diferença radical, essencial, isola completamente o filósofo cordovês.

Em primeiro lugar, já só o facto de S. Martinho ser sacerdote, e sacerdote católico, o separa radicalmente de Séneca que nem sacerdote era (como, por exemplo, Plutarco), e tão pouco, cristão, muito menos católico, apesar da frase célebre de Tertuliano *(Seneca saepe noster)* e do logro em que caira levianamente o douto S. Jerónimo, colocando Séneca entre os escritores eclesiásticos primitivos, — *(in catalogo sanctorum* é a expressão mesma), sob a fé da tão famosa quão inane correspondência epistolar de Séneca com S. Paulo, hoje irrefragàvelmente comprovada como obra dum piedoso falsário, inhábil e grosseiro; isto, embora não haja sido impossível que Séneca e S. Paulo se tivessem conhecido, mesmo pessoalmente, — relações de que todavia não sabemos nada de positivo, e embora seja certo que desde o início da Igreja tivera adeptos não só entre a plebe vil, mas também no seio das antigas famílias da nobreza romana.

Contudo, seja como for, dada a importância exclusiva que Séneca concedia à moral, à qual reduzira, por assim dizer, toda a filosofia, e, ainda mais estrictamente, à moral prática, não querendo ser mais que um *artifex vivendi,* ao qual fundamentalmente só duas questões interessavam: *sabemos nós viver? sabemos nós morrer?,* não se preocupando senão com esta ciência da vida e com querer que ela fosse ensinada duma maneira viva, para ser eficaz, como uma espécie de medicina que se receita para os diversos casos, aos diversíssimos doentes carecidos de urgente ou demorada assistência, — numa palavra, tendo optado por ser um director de consciência e renunciado a ser um prègador, (ele que fora um retórico a ponto de excitar o ciume vingativo de Calígula), Séneca, moralista

exclusivo pois, e, do seu ponto de vista prático, não um estóico ou um cínico, mas apenas um eclético, com igual simpatia por todas as escolas ou opiniões filosóficas de que a sua sabedoria prática pudesse tirar proveito, e com igual desprezo ou indiferença por todas as suas diferenças, donde nascem disputas capciosas que «não exercitam senão uma subtileza vã», perda de tempo em chicana de palavras, — de resto, um sábio bem confessadamente humano apenas, sem pedanteria, que não pretende dar-se como modelo, um simples sábio de bom senso correndo à aplicação de remédios vitais — Séneca não se preocupava por forma alguma com estabelecer os fundamentos da moral e recusava deliberadamente mesmo as discussões teóricas acerca do supremo bem, não procurando nunca formular dogmas, e nem mesmo para a prática se contentando com dar apenas alguns princípios abstractos de conduta, pensando que as conclusões cada um as deduziria deles fàcilmente...

Assim, do ponto de vista especulativo, tendo que exprimir-se acidentalmente, dirá que Deus «é a força divina que anima o mundo», ou, antes, o próprio mundo: «Se lhe quiserem chamar Natureza, não deixarão de ter razão». Por outras palavras, — (pouco lhe importam elas) —, é o Destino, é a Fortuna, «é a série imutável das causas que se encadeiam», é a alma do Universo... *Quid est Deus? mens universi.*

Ora, (como bem notou já Gaston Boissier que se terá reconhecido estou seguindo neste capítulo), «eis-nos tão longe quanto possível do Homem-Deus, cuja imagem viva inflamava os mártires».

Muito longe nos levaria o exame comparativo entre Séneca e S. Martinho; no ponto de vista exclusivamente filosófico.

Limitar-me ei a observar que, como notara Boissier, duma maneira geral se pode dizer que Séneca se aproxima do cristianismo na prática e se afasta dele pelas teorias. A moral filosófica de Séneca, embora concordante com a cristã pelos seus preceitos práticos, estaria em radical oposição pelo lado ou face religiosa que teòricamente pode apresentar. Assim «pelos princípios, isto é, pelo essencial, estas duas doutrinas são inteiramente contrárias; que importa que elas se assemelhem nos detalhes? Não pode haver nada de comum entre o sistema que humilha o homem sob a mão divina e aquele que o exalta até fazer dele um deus»!

Com efeito, ao passo que S. Martinho é um católico pastor de almas neste vale de lágrimas, Séneca é, como diríamos hoje, um autêntico professor de energia e nada mais quisera ser: o seu ideal é não só humano mas superhumano. Porém não *sobrenatural,* no sentido do *divino cristão,* isto é, no sentido de se elevar até Deus, tomado como modelo ina-

tingível, mas no sentido de se igualar a ele ou, melhor, de o superar mesmo.

«*Não estou enfeudado a ninguém; quero conservar a minha independência*».

«*O sábio, como Jupiter, despreza todos os bens da terra; mas há esta diferença entre eles: é que Jupiter não poderia usar deles, ao passo que o sábio não quer*».

«Séneca, observa Boissier, é talvez o único de todos os sábios da antiguidade que haja falado, em termos expressos, do amor de Deus, *colitur et amatur*». Mais. «*É de Deus,* (diz Séneca) *que nos vêm as resoluções grandes e fortes*». Este como que prenúncio da doutrina da graça não exclui todavia em Séneca o considerar o sábio como o associado ou colaborador dos deuses na ordem universal.

Quanto ao temor de Deus porém... Séneca considera-o um dos pecados de que nos devemos preservar. Como Deus, o sábio não teme nada; mas esta segurança que em Deus é um efeito da sua natureza, o homem chega a ela por um esforço da sua vontade. Se não há que temer Deus, também dada há a esperar dele. «*Que necessidade tens tu de preces? Podes tornar-te feliz sòzinho*». O primeiro dever do homem é pois: fiar-se só em si mesmo; para chegar à virtude não tem que recorrer a Deus mas ùnicamente a si só. É isto a consequência lógica de possuir uma vontade livre e independente. É portanto ùnicamente pelo seu esforço pessoal, pelo seu trabalho próprio, que o homem se tornará virtuoso; e assim, quando morrer poderá altivamente dizer a Deus: «*Restituo te a minha alma melhor do que tu ma havias dado*».

O sábio de Séneca é um homem duma incrível energia, nada o atinge e nada o abate: seja o que for que pese sobre ele, ele ficará sempre direito. O segredo desta força está no seu desprendimento de tudo: não pode perder nada, porque não se apega a coisa nenhuma...

Para a técnica do livre exercício da sua vontade, o sábio não pode deixar de considerar empecilhos até mesmo as afeições ou paixões mais sãs. A própria vida é, em si, tão indiferente para ele como a fortuna: tem o direito e poderá ter o dever de se desembaraçar dela, se as circunstâncias o exigirem... o sábio «*vive enquanto deve, não enquanto pode*».

Não se julgue porém que a conduta do sábio superhumano vai ser inhumana. Por forma alguma! A humanidade para com outrem será um dever inflexivel. «*É preciso acolher os pecadores com uma alma terna e paternal, e, em vez de os perseguir, tentar reconduzi-los*».

Dando e praticando tais preceitos da mais sublime humanidade, o sábio não o faz todavia por piedade, porque, no seu sistema a piedade é uma fraqueza, um dos tais sentimentos que podem empecilhar a vontade pessoal. Ora, para ter sempre livre a sua vontade, o sábio deve estar sempre acima das suas paixões, e a piedade, a melhor de todas, é preciso que ele se defenda dela.

Porém não é só por um dever técnico do seu voluntarismo pessoal — para fortificar pelo exercício a sua vontade livre e independente — que o sábio será caritativo: é porque fundamentalmente o deve ser, além de que essa prática da beneficência é ao mesmo tempo um exercício que fertifica a vontade. Não há dúvida de que, por esta última razão só, tão indiferente seria ao sábio praticar o mal como o bem para a humanidade, visto ambas as práticas serem ocasião de exercício fortificante da vontade livre; mas é que uma escolha prévia fundamental se encontra já por ela, a do *bem humano,* ao qual desde então, como a um fim absoluto, a vontade livre e independente se aplica para o realizar da maneira técnicamente a mais segura e eficaz, sem se deixar então desviar ou perturbar por quaisquer sentimentos ou considerações.

Na prática desta beneficência humana, assim efectivada por maneira insensível, dir-se-ia *inhumana,* o sábio prossegue pois um ideal moral soberanamente humano, dir-se-ia *divinamente humano...*

Numa palavra, pelo que diz respeito ao corpo, como pelo que respeito ao espírito, o sábio de Séneca tem que fazer, de ambos, meros instrumentos dóceis ao serviço e dispôr da sua vontade livre e independente, norteada qelo ideal sobrehumano referido. Nada mais.

S. Martinho, bispo cristão, católico do VI século, oferecer-nos-ia um mero decalque filosófico da doutrina moral deste libérrimo pagão que foi coevo de Jesus Cristo?

Olhão, 14-X-50.

Os Cânones de S. Martinho de Dume e a Medicina Luso-germânica

pelo Prof. Doutor Luís de Pina
Professor da Faculdade de Medicina do Porto

«... recorda-te do Passado, porque, quem nada considera do Passado, perde a vida...»
S. Martinho de Dume, in «Formula vitae honestae».

NÃO há muito li, em expressivo conspecto de Berthaut e Georgin, de 1933, as seguintes palavras, relativas à decadência definitiva da cultura latina, isto é, a dos séculos V e VI (1):

> «sont une époque de troubles profonds. Maîtres de l'Occident, les Barbares s'en disputent les dépouilles dans des luttes incessantes.
>
> Les brillantes victoires que Bélisaire, général de Justinien, empereur d'Orient (527 565), remporte sur les Vandales d'Afrique, les Ostrogoths d'Italie et les Wisigoths d'Espagne, ne peuvent arrêter la dislocation de l'Empire d'Occident.
>
> La Civilisation risquerait de disparaître sous la ruée des envahisseurs, sans les evêques, qui la font respecter dans le mesure de leur pouvoir, et sans les moines qui, dans les cloîtres, en conservent les monuments.
>
> Les Barbares eux-mêmes en subissent le prestige: une fusion des civilisations et des races s'opère, qui donne lentement à cette partie de l'Europe une face nouvelle.

> La littérature, toute chrétienne d'inspiration, produit les dernières oeuvres dignes de mémoire. La *langue latine*, de plus en plus corrompue, s'achemine peu a peu vers le roman».

Entre essas figuras cristãs de monges e bispos sobressai brilhantemente a de S. Martinho de Panónia, depois chamado de Dume ou de Braga, que no ano 550 chegara à Península para apostolizar os Suevos que nela haviam irrompido em 409 e seriam absorvidos pelos Visigodos em 585.

É 550 a data que neste momento Bracara Augusta comemora e, com ela, a fraternidade luso-galaica que provém desses hispano-romano-gados do tempo do dumiense. Bem merece a festa o carinho e a paixão que lhe consagra a velha metrópole do Portucale. E, com ela, todos nós, os que trouxemos à sua comemoração algum do nosso empenhado esforço.

Como S. Martinho de Tours, que tanto influiu na cristianização da Gália, dois séculos antes, o de Dume era também da Panónia, pelo que seus antepassados viveram nessa região que hoje é a Áustria (velha *Stiria*, com *Vindobona* ou Viena por capital), invadida e dominada por variadíssimos conquistadores, tais os Romanos, Suevos, Godos e Ostrogodos e Visigodos.

Quando S. Martinho vem para o Ocidente latino da Europa, sua pátria romanizada estava nas mãos dos Bárbaros, tal como aquela em que iniciou o seu triunfante apostolado; e é esta que, com a graça de Deus, ainda soberanamente pisamos, cristãos firmes e velhos em sequência étnica deveras singular.

No seu século, isto é, no VI da nossa Era, registam-se alguns notáveis e expressivos sucessos e factos, tais os papados de S. Símaco, de Santo Hormisdas, de S. João I, de S. Félix IV, de Bonifácio II, de João II, de Santo Agapito, de S. Silvério, de Vigílio, de Pelágio I, de João III, de Bento I (desde o começo do seu apostolado hispânico conheceu S. Martinho estes quatro últimos pontífices); Pelágio II e S. Gregório Magno, o notabilíssimo Padre Santo que encerra este centenário.

No seu século, houve a perseguição de Teodorico; vivera Clodoveu e seu reino franco; os Imperadores Justino e Justiniano, no Oriente; surgem obras como as *Institutas* e o *Digesto*, no Direito; reúne o concílio de Constantinopla; reina Clotário I, dos Francos; dá-se a heresia de Justiniano; vivem Chilpérico, Santa Radegunda (viúva de Clotário)

e Santa Clotilde; domina Tibério, de Bizâncio. Leovigildo submete os Suevos; Recáredo converte-se ao Cristianismo, quando Rei dos Suevos.

Mais duas palavras sobre outros sucessos e personagens, de modo a esboçar-se rápida e singelíssimamente, o panorama do tempo. Anicius Manlius Boethius, a que me referirei mais adiante, é o último grande prosador latino, morto em 524, delicado autor da *De consolatione*, escrito na cadeia; Cassiodoro, é o heroico e famoso inspirador de S. Bento de Núrsia, prefeito pretoriano, homem público, letrado e doutíssimo, fundador de Mosteiro na Calábria, autor dos *Varia* e das *Instituições das Letras Humanas e Divinas* para os seus monges. Nasce Isidoro de Sevilha, o grande promotor do célebre IV concílio de Toledo, «coronación y consagración definitiva de todos sus esfuerzos» (2). Irmão de S. Leandro, S. Isidoro deixou-nos, como se sabe, as famosas *Etimologias* e praticou muitas das Ciências, da Cosmografia e da Física à Medicina e às Ciências Naturais, instala um laboratório farmacêutico e parece que exerceu a Medicina.

É do tempo Fortunato, Venantius Honorius Clementianus, que Santa Radegunda protegeu, Bispo que foi de Poitiers, autor de centos de obras muito variadas, desde epigramas a hinos; deve-se-lhe a bela composição tão conhecida na Igreja Católica, *Pange lingua*. Por seu turno, Sedúlio compõe o *Carmen pascale*, evangelho versificado; e Avito, poeta-bispo de Viena, ou Santo Avito (Sextus Alcimus Aeditius Avitus), que era do Auvergne, escreveu valiosos poemas cristãos, que se leem na edição de suas obras, feita por Sirmond (1643).

É o século de S. João Damasceno, de S. Bento de Núrsia; o do nascimento de grandes figuras históricas, como S. Bonifácio Mártir, o heroico apóstolo germânico do Hesse, da Turíngia e da Frísia.

Na Península, a Cristandade, aí pelo século III, era «uma Igreja regularmente constituida, desenvolvida a consciência cristã e em ligação com a Santa Sé os Bispos peninsulares» (3). No conceito deste historiador, o «primeiro episódio concreto da história do Cristianismo, na Hispânia, refere-se à perseguição de Décio, no ano de 250...» (4).

No termo do território hoje português, a perseguição de Diocleciano atinge, nesse século IV, o mártir S. Victor, aqui em Braga, como outros Santos lisbonenses, se é que S. Torcato não sentira também o furor da sanha romana, por estas terras bracarenses.

O Priscilianismo, no entanto, herético e duradoiro, persiste até ao I Concílio de Braga, em data incerta (5), que muitos fixam em 561 ou 563. Foi ele numa das grandes inquietações do Cristianismo penín-

sular, que dera e dava florescências admiráveis no campo das letras, um Potâmio e Ósio, Gregório de Elvira, Prudêncio e Juvenco, Orósio, os dois Avitos, campo onde já resplandeciam nomes pagãos, como Marcial e Lucano, Seneca, Quintiliano o outros.

A Galécia, do Douro para o Norte, continha a diocese de Braga; na metrópole de Mérida, para o Sul, a de Ossónoba, Évora e Lisboa. No século V seria cristã a maioria da população hispano-romana. As superstições, contudo, persistiam, muitas em relação com a Medicina. Veremos como a algumas aludem os Cânones de S. Martinho de Dume.

* * *

Desponta o século IV e com ele a estranha figura de S. Martinho de Tours (316 317). Sua fama de miraculoso era extremamente espalhada no Mundo Cristão, tanto que Charrarico, rei dos Suevos, tendo-lhe adoecido gravemente um filho, Teodemiro, logra obter graça do Santo turonense, no ano de 550. Ergue-lhe igreja em Dume, reconhecido, e solicita relíquias do Santo, que manda buscar à Gália. Com elas, vem novo apóstolo, o «nosso» S. Martinho, que demandava em romagem predestinada o túmulo do seu homónimo e compatriota, S. Martinho de Tours. Vem por mar e com as sagradas relíquias desembarca em Portucale, residência frequente de reis suevos (*).

E logo junto à Igreja que Charrarico fundara estabelece um mosteiro. Tão notàvelmente ele vive e actua na terra bracarense de sua missão, em saber e piedade, que brevemente ascende à dignidade episcopal, no ano de 556. O modesto convento dumiense é, agora, sede de Bispado.

E a vida cristãcom ele remoça, renova-se, ressuscita. Logo poucos anos passantes do meado do século haveria matéria e calor sobejos para um concílio. Entretanto, o Santo ocupa o sólio metropolitano de

---

(*) Sobre certos sucessos e personagens destes períodos leiam-se alguns recentes e valiosos estudos dos ilustres medievalistas Drs. Francisco Velozo e Sérgio Pinto, publicados ao tempo deste Congresso e depois. V. g de Sérgio Pinto, *Requiário de Braga – O primeiro rei católico do Orbe Latino*. «Bracara Augusta». V. n.º 1 (26). Braga, 1954 e *Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa*, 2.ª ed. 1958, Braga, trabalho este que lemos ao tempo de rever as provas do presente estudo. Nelas se pode colher a bibliografia fundamental sobre esta época, como a da autoria de Francisco Velozo.

Braga. O reino suevo cresce, política e geogràficamente: com ele, a Cristandade hispânica.

Novo concílio em 572, de que foi alma ardente e firme S. Martinho de Dume, que morre em 579 e fica inumado em seu cenóbio.

Redigem-se actas dos concílios citados; perfilam-se cânones; por sua empresa, traduzem-se obras, escrevem-se tratados de Moral.

Os seus próprios escritos, que outros congressistas versarão aqui brilhantemente, são notáveis documentos. Por muita de sua especulação cultural, cabe-lhe lugar indiscutível na História da Filosofia peninsular. Assim o diz Joaquim de Carvalho (5):

«O Estudo exaustivo da Filosofia em Portugal devia, pois, começar com o exame do trânsito do pensamento místico-religioso para a reflexão pessoal, e ocupar-se sucessivamente da influência romana, e da sondagem da cultura no período visigótico, no qual avultam Paulo Orósio e S. Martinho de Dume, no domínio árabe e por fim na reconquista e nos tempos que imediatamente precederam a autonomia política do reino de Portugal».

Respigados, em leitura e meditação serenas, dão-nos os escritos de S. Martinho de Dume a impressão de podermos contar com o primeiro grande psicólogo dos Cristãos suevos hispânicos.

A sua obra, neste particular, mereceria especial ponderação. Não teriam sido alheios a muito pósteros escritores lusos, como o Infante D. Pedro e o Rei D. Duarte, os textos martinianos. A *Virtuosa benfeitoria* e o *Leal Conselheiro* encerram páginas que muito se lhe assemelham (6), no conteúdo ou na essência.

Feitas estas ligeiras apostilas, continuemos a observar o meio europeu em que se desenvolvera a admirável missão evangélica dumiense.

* * *

Em valioso trabalho de há 25 anos escrevia o doutíssimo e saudoso Prof. Leite de Vasconcelos o seguinte, a propósito da *Medicina lusitana no período germânico:* (7).

«Especializadamente da Lusitânia só temos como fontes de informação: uma inscrição emeritense; um *canon* de S. Martinho, bispo de Dume, e a narração de um milagre acontecido na Galecia».

E esclarece:

«A inscrição, que Hübner atribue ao século VI, e está mutilada, contém um *carmen* funerário, em que se lê [*Reccar*] *edus medicus.*

O canon martiniano refere-se a ervas medicinais, em cuja colheita se praticavam actos mágicos e se recitavam ensalmos. O milagre consistiu na cura de um caso de lepra, por acção das relíquias de um santo.

Quer o canon, quer o milagre, são também do século VI. — Vê-se que, abstraindo da inscrição, o resto é medicina supersticiosa, isto é, popular, como existe em todos os tempos».

Passados 25 anos, o que pode dizer-se mais sobre o assunto?

Factos novos e de nosso conhecimento, nenhum. Mas, por certo, novas considerações e comentários novos, uma ou outra achega expressiva, mormente à volta de notícias colhidas na lavoura dos campos belos e vastos que são os escritos do egrégio Bispo panoniano de Dume, seus ou por si mandados coligir. Isso o que fizemos, para o que nos servimos das obras de Caetano do Amaral, tão conhecidas e indispensàvelmente alegadas por todos os que a matérias históricas deste período se devotam (8).

Não podem também deixar de anotar-se, por fundamentais no estudo da cultura étnica religiosa do tempo, os volumes preciosos sobre *Religiões*, de Leite de Vasconcelos (9). Estas e outras obras do inesquecível arqueólogo, que citarei a propósito, colocam-no entre os pioneiros mais seguros e doutos dos estudos sobre a época e a figura de S. Martinho de Dume. Evoco o facto com a mais respeitosa devoção, tanto mais quando Leite de Vasconcelos era um médico formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em 1886, Escola antecessora da sua Faculdade de Medicina (9), em que também tive a honra de diplomar-me.

Outro médico carreou contribuição curiosa para a matéria que estamos a versar: o lisbonense Dr. José Maria Soares (10), cuja obra sobre a Medicina lusitana é utilíssima para quem pretenda analisar esta época martiniana (11), como pode ver-se no capítulo III desse estudo, intitulado *Da Medicina Lusitana depois da invasão dos Povos do Norte*.

A fim de concebermos mais esclarecidamente a Medicina do século VI, o século godo-galaico de S. Martinho de Dume, convém lançar um olhar sobre a Medicina no restante mundo europeu latino.

É indubitável que dominava a Medicina teúrgica nesse recuado século, que já se escoou há 1400 anos. Medicina teúrgica, sobrenatural, supersticiosa, embora tocada por práticas universais da Medicina empírica e das escolas, quer dizer, da hipocrático-galénica, que nestas regiões não deixou fama por escolas, livros ou personagens. O ilustre médico arabista P. J. Renaud (12) estuda os aspectos da Medicina hispânica ou peninsular, ao tempo da irrupção dos sarracenos. Em certo ponto diz:

«qu'il y ait eu, à l'arrivée des Arabes en Espagne, des médecins chrétiens, bien que nous n'en sachions pas les noms, c'est vraisemblable. De médecins, aucun peuple n'a jamais manqué, si l'on entend par là quiconque pratique l'art de guérir. La question est de savoir de quelle médecine il s'agissait. Faute de traités proprement médicaux que nous puissons apprécier, force nous est de nous en tenir a l'encyclopédie la plus célèbre de l'époque: les *Origines* ou *Etymologies* de Saint-Isidore de Seville († 636)».

Já atrás aludimos a este compêndio, do qual se publicou em 1945, por iniciativa e cuidado dos *Laboratórios del Norte de España* (Masnou — Barcelona), uma valiosa edição fac-similada da parte médica *(Ethimologiarum, Liber III. De Medicina)* ([13]).

Quando viveu S. Martinho de Dume já Hipócrates de Cós criara a Medicina científica havia quase mil anos. Outros coriféus médicos chefes de escola e doutrina, haviam desaparecido muito antes: Galeno de Pergamo deixara este mundo três séculos e meio antes da vinda à Península de S. Martinho, esse grande e inolvidável Galeno que foi um feliz vivente no mais feliz seculo da História do Mundo, como diz Gibbon ([14]).

Oribásio (bizantino como Galeno, de Pérgamo), o dos livros *Sinopsis* e *Euporistes*, morrera há seculo e meio; o excelente Sorano, de Éfeso, astro maior da escola metódica médica, por isso apelidado o *Príncipe dos metodistas*, vivera á roda do ano 100. Cinco séculos antes de S. Martinho enchera-se de glória o erudito patrício e médico Aulo Cornélio Celso, dos Cornélios de Roma, inolvidável autor do *De re medica*. Do seu tempo era Dioscórides de Anazarbo, na Cilícia, insigne farmacólogo-botânico da antiguidade. Contemporâneo, ainda, Areteu de Capadócia, médico notável na Alexandria, profundo e fiel hipocrático. Pouco mais de século e meio antes do Bispo de Dume viveu Vindiciano, médico grego a quem Santo Agostinho chama o grande médico do seu século ([15]).

Após Galeno, como se vê, poucas estrelas brilham no firmamento médico: é a decadência que começa. Alguns, muitos séculos viverá a Medicina em apagada e vil tristeza: um ou outro clarão de efémera madrugada de dia logo enoitado iluminam o deserto campo da Medicina medieval, tais o surto dos Árabes, tal a persistência clássica de Bizâncio, tal a Escola de Salerno, tal Montecassino, tudo antes do ano 1.000.

O Cristianismo ampara a Medicina na sua queda ou no seu êxtase, conserva-lhe os livros, tradu-los e expande-os; sustenta enfermarias,

boticas e bibliotecas especiais nos mosteiros; dispensa glórias eclesiásticas à História médica medieval: uma Santa Hildegarda, abadessa de Bingen; o Bispo Marbot; o monge Harabanus Maurus, beneditino de Fulda; um Wilfrido Strabone, abade de Reichenau, todos precedentes ao século IX.

Proliferam os hospitais cristãos, onde viceja o amor de Deus e o amor ao Próximo, miserável e doente.

Para que a Medicina remoce sòmente o advento do século XVI logra semear abundosamente os germes da frondosa messe do Renascimento, com os seus Três Grandes: Vesálio, Pareu e Paracelso.

O terceiro século da nossa era — cerca de 250 anos antes de S. Martinho dumiense, marca, na verdade, a decadência médica. Até vizinhanças do IX, a Medicina ocidental latina vegeta e parasita modestíssimamente, embala-se nas superstições e na magia. A Humanidade vive espavorida, amedrontada com guerras incessantes e distúrbios políticos terrificadores. Como afirma Castiglioni ([16]) «espantosas pestilências destruiram cidades inteiras, acompanhadas ou precedidas de inundações e terramotos, que desvastaram Itália nos primeiros seculos da Era negra, e a miude foram seguidas de secas e de fomes; terríveis epidemias afligiam Roma nos derradeiros tempos do Imperio e dizimavam a população». Lembremos que a peste de 542 (oito anos antes do milagre dumiense) derrubou metade dos habitantes de Constantinopla.

Deambulações dos Bárbaros e dos Romanos, vai-véns contínuos desses imensos povos conquistadores, a vida cultural médica dos primeiros séculos após o advento de Cristo.

Benedicenti, recordando Pouchet, informa que entre o século V e o XV decorre «um período di faticoso e lento sviluppo, a un' epoca di agitazioni confuse in cui lo spirito ondeggia in mezzo a tutte le incertezze mentre l'errore e le teorie mistiche opprimone la raggione.

Il ferro dei conquistatori distrugge tutto e solo alcuni genii immortali come Dante, San Bernardo, Avicenna, Abbelardo, Alberto Magno, Bacone, Petrarca illuminano la densa atmosfera di tenebre che avvolge l'umanità» ([17]). Estamos já longe, com estes, do século de S. Martinho ([18]).

Mas, prossigamos. Vigilante, solícita e afectuosa, a Igreja vivia a par de tantas vissicitudes, sucessos ou misérias. Os próprios escritores pouco inclinados ao Cristianismo, como Guthrie, já citado, afirmam, contudo:

«no obstante, pesando bien el pro y el contra, debe admitirse que el Cristianismo ha favorecido generalmente el progreso de la Medicina. La commiseración y la paciencia infinitas con que la Iglesia ha atendido a los enfermos compensam sobradamente qualquier pasajera intolerância que en otro tiempo haya podido demostrar respecto de la Medicina...». (19).

De modo geral, estava ela, nos primeiros séculos após Galeno, como a descreve Guthrie (20) e é geralmente sabido:

«el concepto dominante de la enfermedade era arcaico; el diagnóstico y el progresso se basavan en la posición de las estrelas y en el uso examen de la orina; el tratamiento consistia em sangrias y en el uso de hierbas cuya naturaleza se conocia mal; la Anatomia se enseñaba mediante la disección de animales...».

Decorre o período bizantino da Medicina entre 476 e 732, segundo Garrison (21), período em que se inscreve o que estamos a versar (22).

Conta o mesmo Garrison — e muito acertadamente, que a Medicina ocidental, ao contrário da de Bizâncio e do Islam, caiu em eclipse e que a sua prática, como diz Neuburger, chegou a ser tão rudimentar e tão esteriotipada como a do homem primitivo (23).

Druídica, exorcismática, teúrgica e demoníaca, baixamente supersticiosa, a Medicina do século VI, aqui e ali, poderia ser marcada por um ou outro sucesso médico científico, de iniciativa de médicos, cirurgiões ou boticários mais ilustrados, na maior parte ambulantes, mas mal considerados e perseguidos em caso de mau resultado de suas intervenções.

Assim acontecia na Medicina dos Visigodos, de Merovíngeos, de Longobardos, de Ostrogodos. Bem lhe chama Diepgen *Medicina popular de matriz pagã* (24).

Da Medicina monástica nada se conhece do tempo de S. Martinho, na região portucalense. Só tarde, após a fundação da monarquia portuguesa, surgem provas da existência de uma Medicina conventual curiosa, desde a simples enfermaria monacal em lugar remoto da província, à dignidade prelatícia de um médico ou amador de Medicina, das Ciências Naturais, ou Farmácia, como João XXI, no século XIII; ou a criação de uma verdadeira escola médica, com seu hospital escolar privado, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séc. XII). Aqui, ficaram na História os nomes dos seus cónegos regrantes médicos D. Mendo Dias e D. Pedro Pires, daquele século. E tantos Prelados e Padres médicos,

de mestres Afonso, Pedro, Vicente ou Martinho, na Colegiada de Guimarães aos Bispos da alta Idade-Média portuguesa D. Martinho, D. Bartolomeu ou D. João Vicente, este Professor de Medicina na Universidade de Lisboa! (25). E D. Frei Gil, do século XIII, S. Frei Gil não é bem, em Portugal, o tipo do sacerdote médico, como tantos estrangeiros, alguns já citados?

Lembramos, ainda, o que disse Bouchut, ao escrever sobre o misticismo e a teurgia nas Galias, referentemente ao Cristianismo (26):

> «il avait etabli le culte d'un Dieu unique et engagé la lutte au non de la foi contre les superstitions...».

Em seu nome, a Igreja combate a magia, persegue a adivinhação, ataca a feitiçaria; na Europa e fora da Europa, como quando com Portugal se lança para os mares de todo o mundo.

No século XVI como que revive o paganismo médico da época luso-suévica, quando os Portugueses entram em contacto com os povos gentios. Assim aconteceu na Índia, ao que pode ler-se nos *Concilia Provincialia Ecclesiae Goanensis*, daquele século, dados à estampa em 1872 (27).

Eis, por exemplo, o que se refere no Decreto 17.º do 3.º Concílio Provincial de Goa, em 1585, subscritos por D. Frei Vicente da Fonseca, Arcebispo Metropolitano:

> «Pelos muitos, e grandes males, que nesta provincia se seguiam os medicos infieis curarem aos cristãos... que nenhum fiel se curasse com infiel, e que em seu parto nenhuma cristã chamasse daia, ou parteira infiel... se tem por informação que os médicos infiéis curam por feitiçarias e cerimónias gentilicas, e aconselham a alguns fracos que em suas enfermidades se encomendem a seus pagodes, e usem de idolatrias...».

Bouchut explica que os Imperadores cristãos publicavam decretos pelos quais se punia severamente quem quer que pretendesse conhecer o futuro, ou estar em comunicação com os espíritos e em seguida anota: «os cristãos, com efeito, mudaram o objecto do culto, mas não souberam banir dele a idolatria. Estabeleceram, em honra dos Santos, os mesmos ritos pagãos, as mesmas festas pelas quais se tinham celebrado as antigas divindades...»

Salvo manifesto exagero desta afirmação, podemos encontrar muita verdade em algumas de suas palavras, dados os abusos supersticiosos dos cristãos do século VI, que S. Martinho combate, como veremos.

Entre as superstições, não faltavam as médicas ou as que de muito roçavam a Medicina.

Conta o dito Benedicenti ([28]), sintetizando o que sobre tal anda escrito e referindo-se aos druídas, que os Romanos dominadores dos Gauleses aprendiam deles quais fossem as plantas medicinais então conhecidas por aquele povo e pelos britânicos. Assim o *Lycopodium selago*, planta purgativa e o *Hyosciamus niger*, chamado *Belen* ou *génio da saúde*, em honra do qual em pleno século XI se realizavam ainda as festas ditas *Belinuncia;* a verbena, a *Primula officinalis*, o *Trifolium arvense*, a salva, a angélica, etc.

«Tal como os romanos», escreve aquele historiador, os Gauleses «consideravam muitas nascentes e fontes dotadas de miraculosas e mágicas virtudes medicinais e dedicaram-nas à deusa gaulesa Sequana e a Borvo, deus do sol. À sombra dos carvalhos anosos, junto do dolmens e menhires sacrificavam as vítimas e nas festas de inverno punham com grandes cerimónias o *Sacrivi*, o sacro vischio, planta simbólica da mortalidade, panaceia universal, remédio portentoso para todos os males e para todos os venenos, que hoje como substância hipotensiva reapareceu em terapêutica».

Dez seriam as plantas sagradas dos druídas, que usavam como remédios. Wotan era seu deus curador. Diz Winter que «les ideés developpées sur le Celtisme sont applicables à ce que nous pouvons savoir de la Medecine des Germains. Celle-ci est l'héritage plus ou moins deformé d'une tradition sacerdotal, qui était celle de toute la race blanche qui peuplait alors de nord de l'Occident...» ([29])

No fundo «la Médecine sacerdotale des Celtes ressemble par beaucoup de caractères à toutes les médecines sacerdotales des traditions les plus anciennes...»

Veremos como nos escritos de S. Martinho de Dume se alude a algumas destas superstições, hábitos e conhecimentos.

Por teu turno, Castiglioni ([30]), com tantos outros, informa que a Medicina germânica, até ao tempo da conquista romana, era a de um povo primitivo, quase exclusivamente mágica e demonistica. O médico, geralmente, não passava de um mago que, com práticas e conjuros simbólicos, frequentemente com fortes gritos, arrojava os diabos do corpo. Com ritos de sacrifícios cruentos se aplacavam os deuses; o sacerdote tocava nos enfermos com o dedo tinto no sangue da vítima; as ervas medicinais deviam recolher-se em dias apropriados e com práticas mágicas... As pedras mágicas, as palavras mágicas, final-

mente as plantas mágicas, eram os elementos essenciais da Terapêutica...».

Em outro lugar refere que «as virtudes maravilhosas das plantas curativas eram exaltadas nas tradições, nas lendas e contos populares e consagradas por inumeráveis cerimónias» (51).

Repare-se bem nestas informações, para as compararmos, dentro de pouco tempo, com o que se encontra nos cânones de S. Martinho de Dume.

Às autoridades na História da Medicina, que cito, junto mais alguns documentos, obtidos em Chinchilla e Aldo Mieli (52). O primeiro, no capítulo da sua obra (53) sobre *Medicina godo-espanhola*, restringe imensamente a matéria, fixando-se em brevíssimo comentário ao Código visigótico (L.º XI) ou leis do *Fuero-Juzgo*. A estas nos referimos em breve. Aldo Mieli, o malogrado historiador das Ciências falecido este ano na Argentina, de quem tive a honra de ser amigo, escreve num tratado sobre a sua especialidade, referindo-se aos médicos do tempo, que, uns, Bizantinos e Gregos se limitavam a conservar e a relatar tratados e teorias dos médicos antigos; outros, prevalentemente latinos, caíram na Medicina popular e mágica. Assim foi, incontestàvelmente.

* * *

Não seriam necessários mais argumentos para demonstrar que a Medicina do século VI cristão revestira tal aspecto: mágica e popular. Poderíamos resumir que ela se apresentou no território suevo de Portucale, ao tempo de S. Martinho de Dume, como se nos revela hoje no Povo (*Folcmedicina, Demoiatria*).

Embora já romanizados, os Lusitanos e Galaicos não teriam sentido fundo e largamente o influxo da cultura médica romana, por si e de si também sem brilho próprio. Haveriam de ser mais tarde os Árabes quem veicula o galenismo islamizado no Ocidente latino.

Pròpriamente no século de S. Martinho, desta época bizantina, quais as figuras dignas de menção no campo médico?

A poucas se reduzem e nem todas de grandeza considerável. Das maiores, Alexandre, de Tralles (na Lídia), perto de Éfeso, nascido em 525, filho do médico *Stephane*, irmão do arquitecto da Igreja de Santa Sofia. Também conhecido por Alexandre *iatros*, que é como quem diz, *médico*, chamou-o o grande Papa Gregório a Roma, ao tempo de grave epidemia (54). A 1.ª edição grega de suas obras é de 1538 (Paris). Em 1933 começou Brunet uma nova edição, os *Libri duodecim de re medica*.

Nascido no século VI foi Santo Isidoro de Sevilha, cujo nome se inscreve na História da Medicina mercê dos seus estudos sobre assuntos desta matéria, como já indicamos.

Antimo, ou Anthimus, autor da *Dietética*, no primeiro quarteirão desse centenário, foi médico de Teodorico, o Grande, rei dos Ostrogodos e oriundo da Panónia, como os dois Martinhos. Teria sido embaixador dos Godos junto daquele monarca e S. Isidoro cita-o nas *Etimologias*. Nascido no século VI aparece também Aetius ou Écio (de Amida, perto do Trige, hoje Diarbekir), um dos primeiros médicos cristãos. Bizantino, escreveu *Tetrabiblos*, compilação erudita de escritores antecedentes. Segundo Boerhaave, o maior médico do século XVIII, a obra de Écio seria para os médicos o que são as *Pandectas* para os jurisconsultos (35).

Magra a messe, neste campo, como vedes. Outros a apresentam mais anémica, como Brunet (36): «Le VI^e^ siècle n'a qu'un seul auteur médical, Alexandre de Tralles, mais cet auteur nous a laissé l'ouvrage le plus documenté, le plus original et le plus representatif de la période byzantine». Talvez tenha razão...

É neste século que o Papa Félix VI (526-530) funda a basílica de S. Cosme e S. Damião, médicos mártires, padroeiros da Medicina, como S. Lucas e N. S. de Perpétuo Socorro. É neste século que morre S. Bento de Núrsia, em 553, depois de ter formado a importantíssima Abadia de Montecassino, na Itália, perto do local onde havia de estabelecer-se uma notável Escola Medica, a de Salerno, aí por volta do século VIII (36).

Não há dúvida que houve funda e reciproca influência, no decorrer dos séculos, entre as duas casas, pois a de Montecassino foi uma admirável escola ou centro de cultura médica, onde tanto trabalhou o célebre Constantino, o Africano, tradutor dos velhos textos gregos e árabes de Medicina no século IX (37).

Sabe-se como S. Bento instituira que *Infirmorum cura ante omnia adhibenda est, et sicut re vera Christo, ita eis serviatur.*

Por esta época, a Medicina ocidental latina andava por mãos dos clérigos, quase exclusivamente. Da Península ibérica, porém, poucos factos se conhecem a este respeito. Garcia del Real conta que o Bispo Paulo, de Mérida (530 560?) executou a operação cesariana e que outro Bispo, Masona (580), ali fundara um hospital.

A Ciência, em geral, quanto a seus cultores, pouco nos revela dignos de lembrança. Dos quadros estabelecidos por Mieli, em sua obra

citada, surgem apenas um Boécio, de Roma e os comentadores de Aristóteles, Simplício de Cilícia e João Filopono, nesse século VI (38).

Também se não pode esquecer Cassiodoro (Flavius Magnus Aurelius Cassiodorus) falecido depois de 590, não como cientista, mas como arquivista e copista de velhos textos, tarefa bem meritória. A biblioteca, que organizou, os manuscritos que juntou, o seu *scriptorium* ou oficina de copistas, devidamente instruidos para aquela empresa, deram-lhe o direito de ser considerado *Conservador dos Livros da Antiguidade*. Tão insigne precursor de S. Bento mereceu a D. Garet, Beneditino, uma preciosa edição de suas obras (1679, 1729). Cabe repetirmos o que um dia escreveu Maurice Caullery (39):

> «La décadence du monde gréco-romain ne devait pas tarder à tarir la source ou progrès et la science antique s'effondra avec l'Empire sous des coups des Barbares. La marche en avant ne devait reprendre qu'au XVI e siècle avec la Renaissance, qui, au sens propre du mot, était l'exhumation de la pensée de l'Antiquité».

Respeitantemente à Ciência, não poderá a Humanidade de entre 500 e 900 orgulhar-se de factos e pessoas de sensível notariedade. É um período de ignorância, chamou-lhe Sherwood Taylor (40). Mais agreste na crítica é Pierre Rousseau, na sua *Histoire de la Science* (Paris, 1945), que chama a época decorrente entre os séculos V e VII «une des plus douloureuses» da História, «muit sans étoiles», em que só dois nomes emergem: Escoto Erigénio e Gerberto, um no século IX, outro no X.

Escreveu Taylor: «as recém-civilizadas tribus germânicas que agora dominavam a Europa, permaneciam em ignorância quase total... O mais que os homens podiam fazer era alimentarem-se e protegerem-se contra seus vizinhos. Em meio da destruição das instituições políticas e sociais do mundo romano a jóvem organização da Igreja Cristã mantinha-se rija: só nente ela estava em condições de proporcionar esse *quantum* de segurança e tranquilidade que a vida intelectual exige» (41).

No compêndio *A Short history of Medicine* (1928, pg. 61) com razão escreve Singer, doutíssimo Professor que foi de História da Medicina, em Londres: «It is sometimes alleged that the advent of Christianity was a factor in the decay of Science, but Science was, in fact, in headlong decay before Christianity was in a position to have any real effect on pagan thought».

É de admitir que, de par com tanta superstição e tanto atrazo científico médico nestes primeiros séculos da era de Cristo, se tivesse mantido, embora modesta e insuficiente quanto ao número dos seus técnicos, a Medicina oficial, a dos livros greco-romanos que acompanhou os vencedores itálicos.

A islâmica só passados mais de 160 anos há-de infiltrar-se nela e dela apoderar-se, em maior ou menor grau, para que surja na Península o arabo-galenismo médico a que já aludi e que durante mais de 1000 anos há-de ser a característica científica da Medicina europeia.

Hipócrates e Galeno, Avicena, Mesue ou Rasis serão dos indispensáveis da arte de curar, ressurgidos da hibernação médica hispano-goda peninsular.

A Medicina árobo-galénica irradiará, cá e lá longe, de Córdova e de Bagodá, por toda a Europa, transportada pelas hordas islâmicas da Ásia menor e da América e Síria, onde os Nestorianos foragidos de Bizâncio a havia recolhido ciosamente.

Vertidos os seus textos gregos ao siríaco, deste ao árabe e daqui ao latim, eis que entram no ocidente da Europa após a grande invasão sarracena, como fizera por outra via e de outra sorte o invasor romano.

Disse Jean Fauvet, em um pequeno manual de História Médica, muito criterioso (42): «Dix siècles avant que Bizance ne succombe, la médecine scientifique a disparu de l'Europe Occidentale, submergée sous la flot des Barbares. La tradition serait perdue si les Arabes ne venaient recueillir l'héritage du monde antique pour les transmetre au moyen-âge...».

Não se acoime a Igreja de ajudar aquela destruição. Provas que aí ficam negam tal censura e autoridades como o Professor sueco Nordenskiöld podem dizer que a Ciência não a destroçou o Cristianismo, porque antes da sua victória final já ela decaira lamentàvelmente.

Esta é, diz ele, «an exemple *inter alia*, of the incorrectnesse of the frequent assertion that the Christian Church after its victoryeradicated the culture of antiquity...» (43).

* * *

Eis em largos e apressados traços — mesmo assim talvez fastidiosos para quem me ouve, o aspecto do mundo científico-literário do século VI, particularmente no sector médico.

Aos que têm de considerar o tema de informações médicas na obra de S. Martinho de Dume é muito grato declarar que se pode dar começo à tarefa recordando que a sua vinda à Península foi originada, directamente, no caso clínico de uma criança sueva doente, o já citado filho de Charrarico, Teodomiro, a aceitarem-se crónicas e tradição.

Por isso, também, este facto começa por nos demonstrar como era insuficiente a assistência médica do tempo, mesmo em uma Corte régia. Na verdade, não chegou a nossos dias qualquer informação sobre organização médica da época. Apenas o Código Visigótico nos esclarece escassamente, um pouco depois, o que desejamos saber.

Como se sabe o *Fuero Juzgo*, a *Lex Wisigothorum*, talvez dos meados do século VII (*Lex Gothorum*, *Forum judicum*, *Liber Judicialis*, *Codex Legum Liber Gothorum*, *Liber Judicum*, etc.) contem valiosas informações a tal respeito, mormente no que respeita à disciplina da profissão e penalidades respectivas.

Diz o Douto Professor Paulo Mereia que os legisladores visigodos se esforçavam por destruir, com a sua aplicação, os costumes celtiberos e germânicos, que contradiziam as ideias cristãs (44).

O ilustre jurista considera-o «de todos os códigos organizados pelos povos germânicos, o mais impregnado de romanismo» (45).

Neste momento, a alguns dias, apenas, da morte do insigne historiador Alfredo Pimenta, nado nestas terras bracarenses, alfoz nobilíssimo de Guimarães, eu quero render sincero preito de imenso respeito pela sua memória, invocando a íntegra qualidade de investigador que brilhantemente revelou.

Neste particular, relembro a valiosa edição que fez do velho *Fuero Real* de Afonso X, o Sábio, a expensas do Instituto de Alta Cultura. Aí se podem colher curiosos e indispensáveis comentários sobre as velhas leis visigóticas e cristãs das Monarquias renascentes peninsulares.

Nele «foram alguns dos nossos costumes buscar normas de vida», diz o malogrado historiador (46).

No livro undecimo (tit. 1.º) da *Lex Wisigothorum*, sobre enfermos e médicos, lê-se o seguinte, segundo o texto latino expresso nos *Portugaliae Monumenta Historica* (Leges e Consuetudinis, 108) e tantas vezes transcritos por variados autores (como Leite de Vasconcelos, a pág. 56 da sua obra citada sobre Medicina dos Lusitanos):

I — Nenhum médico deve sangrar, ou medicinar mulher livre se não estiverem presentes seu pai, mãe, irmãos ou filhos, tios ou outros parentes seus: excepto se a dor é insuportável que não permite esperar

aqueles parentes. Então devem estar presentes vizinhos que sejam homens bons. E se fizer de outro modo pague dez soldos a seus parentes ou a seu marido...

II — Nenhum médico deve visitar aqueles que estão encarcerados, sem a presença dos seus carcereiros, para que não lhes levem cousa com que morram com medo da pena, pois se lho derem muito ofenderia a Justiça, etc.

Os outros artigos tratam do preço da operação da catarata (5 soldos); do custo do ensino de discípulos (12 soldos); da morte do doente anular qualquer honorário; se a sangria foi debilitadora, pagaria o médico ao doente 100 soldos; se morresse o escravo que tratara, o médico daria outro em troca ao seu senhor; nenhum médico devia ser preso sem ser ouvido prèviamente; por operar da catarata, receberia cinco soldos; se morria o doente que sangrara, era o médico posto à diposição dos parentes respectivos; etc. Justiniano *(Leis Aquílias e Digesto)* compendia determinações a propósito destes mesmos assuntos, como, mais tarde, se fez nas *Partidas* de Afonso X (47).

O Dr. José Maria Soares, que comenta este Código (em 1821), ao tratar da Medicina dos Bárbaros, apresenta algumas considerações dignas de nota. De tudo se depreende quão inferiorizada andava a profissão, como era inquietante o ambiente em que o médico se movia, como se avaliavam em pouco os seus serviços e como se defendia parcamente a arte!

Ao tempo de S Martinho isto já seria assim, senão pior. Cem anos antes do Código talvez houvesse razões para o promulgar, com tantas severas penas.

O Código Visigótico, como mais tarde as *Constituições dos Bispados*, continentais e ultramarinas, dispunham acerca de abusos supersticiosos, que condenavam. Tal veremos nos cânones de S. Martinho de Dume.

Neste momento recordo o célebre Código assírio do rei Hamurabi, monólito gravado, de há 4.000 anos, existente no Museu do Louvre, de Paris, onde pude de novo examiná-lo, há meses. Aí se encerram, nessa pedra, graves disposições sobre responsabilidade penal e civil do médico.

Entre outras penas, a do corte das mãos, se o doente morresse na operação ou desta resultasse a perda de um olho; a substituição de um escravo que morresse durante o tratamento é ali expressa, como no Código Visigótico.

Relativamente às provas que Leite de Vasconcelos apresenta da

Medicina germânica no território galáico relembramos, com ele, um milagre na cura de lepra, contado pelo Bispo S. Gregório, inscrito nos *Germaniae Monumenta Historica* (t. 1, Hanover, 1885, Lib. I, § 9), facto passado no século VI; o *carmen* funerário está transcrito no *Inscriptionum Hispaniae Christianorum* (48).

Quanto ao cânone, é de S. Martinho e diz respeito à colheita supersticiosa de ervas medicinais, hábito a que já me referi entre os Celtas (Druidas).

Diz o Cânone 74:

— «*Que não se permita usar de ervas medicinais com alguma superstição.* No uso de ervas medicinais não seja permitido praticar algumas superstições, ou encantamentos, mas só se pronuncie o Divino Símbolo, ou Oração Dominical; para que só seja dada honra a Deus criador, e Senhor de todos as causas».

Caetano do Amaral (ob. cit.) comenta assim este cânone:

— «*Cum Symbolo Divino, et Oratione Dominica)* Tendo Berardi dado por certo, que S. Martinho formára estes Canones, que tratão das superstições gentilicas, á vista do Can. XXII, do II.º Concilio Turonense, se persuade, que estas palavras *cum Symbolo &c.* são como huma explicação da clausula *quae Ecclesiae rationem non pertinent*, que o dito Can. tem immediatamente depois das palavras: *vel ad nescio quas petras, aut arbores, aut ad fontes, designata loca gentilium perpetrare &c.* Mas quanto he improvavel, que o nosso Santo tivesse á vista o dito Canon Turonense (como mostrámos nas notas ao Canon antecedente) tanto he arrastrada esta interpretação de Berardi. O Canon Turonense não fallando, naquelle periodo, dos encantamentos de hervas medicinaes, de que falla o nosso Canon, mas das superstições commetidas *ad petras, aut arbores, aut ad fontes*, parece reprovar, e condemnar antes acções do que palavras: *perpetrare quae ad Ecclesiae rationem non pertinent.* Pelo contrario o nosso Santo fallando dos encantamentos com que applicavão hervas medicinaes, e que bem se vê, que havião de consistir em palavras, diz que na applicação, e uso de taes hervas não usem de outras palavras, que não sejam as santas do Symbolo, ou Oração Dominical» (pg. 350).

— O uso de colheita de ervas medicinais, acompanhado de ensalmos e palavras mágicas, a certas horas e em certos lugares, ainda hoje se encontra no povo, dentro e fora de Portugal. Os exemplos seriam inúmeros! Veja-se o que se passa, por ex., na noite de S. João *(alho porro, erva cidreira, etc.)*.

Diz o Cânone 21:

— «*Dos que foram feitos eunucos por outrem, ou se mutilam a si mesmos*».

«Se alguém, por motivo de doença, houver sido castrado pelos médicos; e assim também os que fossem castrados por bárbaros, ou por seus senhores, e em costumes fossem julgados dignos; a taes admite o cânone a entrar no clero. «Todo aquele, porém, que sem enfermidade, nem por motivo de religião, e de abstinência, mas por mutilação do corpo formado por Deus, se castrar, entendendo que com isso pode separar de si as carnais concupiscências, mandamos que não seja admitido a ofício algum do clero. E se já tiver sido provido a ele, seja suspenso, e deposto do seu ministério».

Segundo o comentário de Amaral, este é reproduzido do cânone dos Concílios de Nisseia, com leves modificações. Toda a doutrina do artigo é esclarecidamente informada por aquele douto crítico e encerra a mais pura intenção, relativamente à incontinência e à castidade. Por isso diz:

— «além da razão do crime sanguinário apontada nos antigos Canones Gregos, entrou na mente dos Canones posteriores o quererem excluir do Clero os que na mesma lembrança do remédio, que buscavão para a incontinencia, davão indicio de se acharem dominados della: e não só tem por incompetente, e injurioso á obra de Deos esse meio que os tais buscavão (como diz o nosso Canon) mas até por factos havião conhecido, que muitas vezes nem era o amor da castidade o motivo daquella indigna perpretração, antes era ao contrário o desejo brutal de se entregarem mais solta, e impunemente à impureza: como de Leoncio Bispo de Antiochia conta Santo Athanasio, *Epist. ad solitar, vit. agent.*; e Theodoreto, *Histor.* L. II. C. XXIV. E S. Basilio, ou o A. do Opusculo *De vera Virginit.* diz, fallando de semelhante acção: *Ceterùm impudicitiae non abstulit flammam, sed animo, desiderioque luxurians incontinenter per omnem concupiscentiam, assiduèque moechatur*; e o prova com muitos exemplos. E se a Igreja sempre repellio, com horror, do santo Sacerdocio todos os que não fossem de costumes puros (do que teremos occasião de fallar mais largamente nos Commentarios que se seguem) como não teria asco aos que dessem mostras de semelhante abominação?» (pg. 96).

É interessante o Cânone para o historiador da Higiene sexual do tempo!

O Cânone 59º diz:

> «*Sobre não ser licito aos Sacerdotes, ou clerigos usar de defensivos supersticiosos.* «Não seja lícito aos clérigos fazer defensivos supersticiosos, com que iludem as almas. Tudo o que os fizer, seja lançado fora da Igreja.

Este cânone baseia-se ou reproduz outros de vários Concílios. O proprio Código hispânico condena tais usos. Dele se colhe que era vedado aos clerigos serem magos, astrólogos, *incantatores*, nem fazedores de ligaturas ou *filacteras*. Sobre este assunto (amuletos) larga e fundamente discorreu Leite de Vasconcelos, quer nas suas *Religiões*, já mencionadas, quer em outro lugar muito informativo, que cito (49).

— «*Ligaturas)* Esta palavra he neste lugar synonyma da palavra *phylacteria*, de que usa o Canon Laodiceno; posto que cada huma tenha sua differente etymologia. Por isso Aristeno querendo usar de uma palavra só, que significasse aquelle *qui phylacteria facit*, se serve de περιάπτης que se exprime em Latim por *qui adnectit* ou *qui appendit*; o que Beveridge verte parafrasticamente *ex iis qui amuleta collis appendunt*. Du-Cange na defenição da palavra *Phylacteria* diz: Phylacteria *appellabant veteres* amuleta *ad arcendos*, vel *pellendos morbos:* e cita depois as palavras da antiga glossa Mss. ao Can. Laodiceno, de que tratamos, que diz: Pittatiola *Decalogi collis suis suspendentes Judaci* phylacteria *vocabant: sed hîc* obligationes, *quas hominibus suspendunt incantatores, intellige*. E quando o mesmo Du-Cange quer definir a palavra *ligaturae*, diz: Amuleta *quaedam ad arcendos, et depellendos morbos, quae aut ad collum suspendebantur, aut circa alias corporis partes alligabantur*. O que se prova com innumeraveis lugares dos Padres, em que usarão ora de huma, ora de outra palavra na mesma significação, dos quaes alguns citaremos no Commentario. E outras palavras achamos nós igualmente synonymas destas, assim em Grego, como em Latim; em Grego περιάπτον, περίαμμα, ἀποτρόπαιον, ἐγκόλμιον; em Latim *pittatiolum, conservatorium servatorium, amolimentum*, ou *amuletum*» (pg. 275).

Informa Amaral que na Crónica de El-Rei D. João I, por Fernão Lopes (Parte II, cap. XLI), se diz que «para obter o bom sucesso das armas dos Portuguezes contra os Castelhanos, prometteu a Cidade de Lisboa, e se obrigou por si e por seus descendentes a exterminar muitos abusos, que lhe haviam ficado dos Mouros, e mesmo dos Gentios. E portanto promettêrão de não usar mais de *feitiços*, nem *ligamentos*,

nem de chamar diabos, nem de *encantações*, nem obra de bensedeira, nem *caratolas*, nem *sonhos*, nem lançar *rodas*, nem *sortes*, nem nenhuma outra cousa, que a arte de Física não consente».

Aqui, Física está por Medicina. Como todos sabem, deriva de *Physis*, Natureza, dado que o Médico, na velha doutrina hipocrática, era o grande ajudante daquela na luta contra a doença.

Com grande soma de esclarecimentos Alfredo Pimenta, na obra citada (50), alude a esta origem do vocábulo. Pende em crer que a Idade Média, ao retomar a leitura dos textos hipocráticos e galénicos, encontrou a *physis* e daí, o emprego do nome físico. Só aqui, creio eu, estaria a razão do termo.

É curioso que S. Martinho de Dume, no seu tratado *De Ira* (51), usa o vocábulo medicus: «Ita enim *abscondit et medicus ferramentum*, ut *aeger dolor*»... *(pg. 180)*.

A Lex Visigothorum admite o *medicus*, pois o emprega: *nullus medicus sine presentia patris...*». O Fuero Real indica *físicos*.

É interessante a indicação de S. Martinho, visto que por ela se aceita que o médico, então, usava também a Cirurgia. Esta, de modo geral e durante muitos séculos, considerava-se como arte menor e imprópria de médicos. No século VI, aqui na Lusitânia sueva, o clínico era verdadeiramente médico-cirurgião (também assim conclui o Doutor J. M. Soares, atrás citado).

Ao referir-se a este opúsculo *De Ira* posso afirmar que nele é perfeita e digna de um tratado de Psicologia ou de Psicopatologia a sua descrição de um *irado* ou *assanhado*, na versão de Caetano do Amaral:

— «Hum ar ousado, e semblante de arremeter, fronte triste, e vista carregada, palidez, ou afogueado de face; ferve o sangue desde os seus primeiros vasos, acendem-se e cintilam os olhos, tremem os beiços, ferram-se os dentes, e fortemente puxado arqueja o peito, um gemer sentido, e palavras cortadas com mal articulado som, enraivada erupção de voz, colo estendido, mãos buliçosas, e frequente estortegação de dedos, ranger de dentes, passo apressado, e bater de pé no chão, membros trémulos e todo o corpo agitado de uma variada convulsão, despedindo de si grandes ameaças»...

O autor chamava à ira, como outros, *breve loucura*. O psicólogo aparece aqui, neste trecho, como em tantas mais de suas obras. Saltam-me ao papel as palavras com que D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, trata a mesma matéria, com fonte comum de informação, ou possível in-

fluência curiosa. Aí vai o cotejo, em pequenissima amostra, quanto aos remédios contra a ira:

S. Martinho (pg. 172)

O primeiro remédio contra a ira é não se deixar tomar dela...

O segundo, acalmá-la depressa...

D. Duarte (pg. 60)

Primeiro, e melhor, é vencela...

Segundo, devemola sofrear e escondendo-a...

Lá está o mavioso Bernardes a escrever também, no capítulo da Ira, citando Séneca (o Séneca a quem se atribui certa parte da obra de S. Martinho) e citando Catão: *Iratus ab insano non nisi têmpore distat.* (52). E comenta: a ira e a loucura só se distinguem em durar aquela menos tempo que esta.

*

* *

Regresso ao caminho que seguia. O que poderia aqui dizer-se a respeito do uso de amuletos profiláticos de enfermidades, encantações e sortilégios de bruxas, etc., encheriam a manhã toda. Já em breves opúsculos pude dedicar ao folclore popular, neste campo, alguma atenção (53). Apenas refiro, como fiz na minha tese de doutoramento, de há já 20 anos, a multidão de deuses venerados em terras vimaranenses desta mesma Lusitânia sueva, tais como Durbédico, Bormânico, Júpiter, Ninfas, Lupianas, Minerva, Fortuna, Esculápio, Higia, Venus, e outros.

Infeccionavam a crédula alma dos nossos antepassados estas e outras abusões pagãs, que S. Martinho tanto combateu. Ele e outros mais, em países vários. Recordo o que Renzi (54), erudito historiador italiano da medicina salernitana, escreveu, há cerca de 100 anos, acerca dos Longobardos na sua pátria, que a encheram de *fontes et arbores sacrivos*, uma *gretta superstizione*, uma *superstição sórdida.*

E alude à lei de Luitprando que proibia arúspices e quejandos práticos, rememorando as leis góticas que vedavam responsos sobre a saúde ou a doença, como a lei III, que fala de *maleficiis et consulentibus eos;* como a do Livro VI, tit. III, condena o abortamento provocado, o que fará S. Martinho de Dume em seus cânones. Assim o veremos daqui a pouco.

Relembra Renzi as leis longobardas e francas, que transcreve em um passo curioso, semelhante ao do cânone já mencionado de S. Mar-

tinho e aos cânones que se consideram suas fontes, citados por Caetano do Amaral. Dizem:

«Habemus in lege Domini mandatum: *Non auguramini.* Et in *Deuteronomio: Nemo sit qui ariolos sciscitet, vel somnia observat, vel ad auguria intendat.* Item: nemo sit maleficus, nec incantator, nec Pythonis consultor. Ideo praecipionus, ut nec *canculatores, et incantatores,* nec tempestarii, vel obligatores fiant; et ubicumque sunt, emendetur. *Item de arboribus, vel petris, vel fontibus, ubialiqui stulti luminaria,* vel alias observationes faciunt, omnino mandamus, ut iste pessime usus, et Deo execrabilis, ubicumque invenitur, tollatur et destruatur».

Referindo-se às 8 leis visigóticas do livro XI já citado, posso juntar estes comentários de Renzi (ob. cit.) aos que fiz há pouco:

«Com estas leis como podia jamais haver médicos doutos e autorizados? Encadeada a arte por tantos modos, difícil era o exercício e ignominioso o nome de médico. Eis uma outra razão da sua decadência; uma outra prova da sua depressão...»

Trinta e um anos antes dizia o nosso Dr. José Maria Soares, já mencionado, no seu estudo sobre esta Medicina (o primeiro do género em Portugal), ao falar do referido Código bárbaro, que a profissão se achava abatida e a ciência apoucada (pg. 51).

Os cânones dumienses coligidos, 68 e 69, aludem a outras práticas supersticiosas que condenam, naturalmente, relacionadas com sepulturas dos mortos, como os banqueteamentos, de *re murtuorum,* designação que por certo deu o actual *mortório,* destas nossas terras.

O canone 71 diz:

> «Se alguém seguindo o costume dos pagãos introduzir em sua casa adivinhadores, e sortílegos; como para lançarem fora dela o mal, ou para descobrirem malefícios, ou fazerem lustrações de pagãos, seja posto na classe dos penitentes por cinco anos».

Certo que muitas dessas práticas se dedicavam à profilaxia, terapêutica e diagnóstico de enfermidades, como hoje ainda se pode observar na Medicina popular. A Antropologia cultural dos povos primitivos apontam inumeráveis exemplos, que a escassez do tempo me não permite aqui arrolar.

Teófilo Braga indica um sermão do século VII, de Santo Eloi, de que extraiu o seguinte passo, «precioso quadro das superstições populares», quadro esse que, afinal, estava no fundo mágico e demoníaco da Medicina germânica e lusitânica do tempo:

«Eu vos peço e exorto a que renuncieis aos costumes sacrílegos dos pagãos», começa o excerpto, que lembra palavras de S. Martinho na sua *Instrução dos Rústicos* (pg. 241 e seg.) (55). E continua o sermão de Santo Eloi, quase daqueles tempos:

> «não escuteis os *adivinhos*, os *feiticeiros*, os *encantadores*, não os consulteis nem em caso de *doença*, nem por outro motivo...
>
> Não observeis os *agouros*, nem os *cantos das aves*, nem as diversas maneiras de *espirrar*, quando quizerdes fazer uma viagem».

Parece que estamos a ler os cânones 71 e 59, que já transcrevemos, e as leis longobardas e francas que se também recordaram há poucochinho!

Até o acender de luminárias junto de fontes e nascentes, como conta Aguirre ao falar dos propósitos disciplinares dos concílios de Braga (56), está mencionado nas velhas leis que Renzi aponta e nós reproduzimos.

Na *Instrução dos Rústicos* S. Martinho enumera as variadas superstições gentílicas e proclama:

> «Não vedes bem claramente que os demónios, que vos mentem nestas vossas observações, a que vãmente vos dais, e nos agouros, a que atendeis, outras tantas vezes zombam de vós?» (57).

Neste opúsculo também S. Martinho alude ao acender luzes nas nascentes e fontes (58); e fala o Santo de se tomarem sinais do Diabo, ou por meio de *avezinhas, e por espirros*, facto aduzido por inúmeros autores arcaicos. Na verdade, vem de longe a relação entre o espirro e o aparecimento de qualquer desfortuna ou desgraça, uma doença, por ex.. A tradição afirma que por espirros se manifestou certa mortífera epidemia antiga e que o *Dominus Tecum*, ainda agora dito aos que em nossa presença espirram, nada mais significa que desejo ou voto de que não adoeça ou lhe aconteça mal. Sinal de agoiro era também o espirro entre os antigos (59).

Bluteau informa que aquele profilático *Dominus tecum* (e hoje, ainda, *viva, Deus te salve,* etc.) foi introduzido no ano de 591 por Gregório Magno, fórmula para acudir às mortes dos epidemiados. E diz que o mesmo era... espirrar, que expirar. Outra fórmula usada era *Adsiit tibi Deus!* Deus esteja junto de ti!

O canone 72 alude a outras práticas:

«Não seja lícito a cristãos conservar práticas do gentilismo, e regular-se, ou governar-se pelos elementos, ou pelo curso da lua, ou estrelas, ou fútil significação dos signos nas obras domésticas».

O que poderia dizer a este respeito, quanto a Medicina mágica, astrológica, daria farto volume para muitas horas. Sangria, purga ou clister, por ex., a trindade terapêutica dos tempos antigos mais recomendada, estava adstrita a certos dias, horas, marés, seis ou luas. Um *Lunário perpétuo* setecentista ou o Brás Luís de Abreu, no seu *Portugal Médico,* de 1726, elucidariam cabalmente este ponto. Esse meu ilustre colega de há 200 anos lá tem, entre outros interessantes capítulos, os que escreveu sobre *Médico Mágico* e *Médico Astrólogo.* Neste, há pontos que recordam os preceitos do *Regimen Sanitatis,* de Salerno medieval, como demonstrei em trabalho de há pouco, já citado ([60]).

Um exemplo de Abreu, à sorte, referido ao influxo do signo de Leo: «Todos os purgantes são perniciosos...», e referido ao signo de Cancer: «Não convém o uso de Medicinas sem causa urgente...». E do *Lunário Perpétuo,* edição de 1768 ([61]), que possuo, podemos extrair a completa *Tabuada das purgas e sangrias para saber quando hão-de ser boas ou más!* Isto nos fins do século XVIII. Ideias da Alta-Idade-Média, por si já compendiadas da Medicina babilónica-assíria e egípcia. O que se passava no século VI, a reclamar ataque fundo de um evangelizador e purificador como S. Martinho dumiense, já nem é coisa que nos assombre!

Por isso, entre mais e no século XVI, um Frei António de Beja, no seu *Contra os juízos dos Astrólogos* ([62]), se insurge contra abusões e superstições variadas.

Tudo a incidir tenazmente na luta contra a influência perniciosa do Demónio, luta em que a Igreja, mais que nenhuma outra instituição, racional e sagradamente se obstinava e felizmente se obstina.

Sabe-se como as Constituições dos Bispados, a que já me referi, combatiam tais preconceitos e como o Santo Ofício condenava as prá-

ticas de bruxedo e feitiçaria que, por vezes, no respeitante à Medicina, causam males tamanhos que bem se podem alcunhar de verdadeiros homicídios. Os jornais informam frequentemente a este respeito.

Chegamos, agora, ao delicado Cânone 77, que diz:

«Se alguma mulher cometer adultério e matar a criança, que dele lhe nascer, ou fizer deligência para abortar, e matar o que houver concebido, ou puzer meios para não conceber; ou seja de adultério, ou de legítimo consórcio; os cânones antigos decretaram que tais mulheres nem na morte recebam a comunhão.

Nós, contudo, por misericórdia julgamos que tanto as ditas mulheres, como os cúmplices, no seu crime façam penitência por dez anos».

Caetano do Amaral historia a génese deste cânone, em que se encontram, por exemplo, o Concílio de Ancira e o Código Visigótico. Gravíssima questão esta, que tanta discussão despertou e ainda desperta, no que respeita ao uso e abuso do chamado abortamento provocado. A Ética médica ou Moral profissional tende pesadamente para o combater, de acordo com a regra da Igreja e as do Estado, entre nós e em muitos países, graças a Deus.

E que belas e profundas páginas se tem escrito, por aí, na defesa do bom princípio, a luta anticoncepcional e anti-abortiva!

Em aulas de Deontologia médica, como nas minhas da Faculdade de Medicina, a doutrina é esta, baseada nas letras divinas e nas lições de mestres como os da vizinha Espanha, aqui tão ilustremente representada por luzida coorte de estudiosos. Mestres como o ilustre Bispo de Siguenza, Dr. Luís Muñoyerro, no seu *Código de Deontologia Médica* (63) e outro sacerdote, o Jesuíta Dr. Francisco Peiró, na sua *Deontologia médica* (64), escreveram notáveis páginas sobre o assunto, todas inclinadas, por certo, à defesa dos princípios que referi.

E também Frei Agapito de Sobradillo (65), no seu *Enquiridion de Deontologia Médica*, conjuga o que sobre o caso em leis divinas e eclesiásticas se tem promulgado. Relembro, ainda, entre mais, o belo capítulo do Dr. Bon (66) em seu Tratado de Medicina cristã e o admirável texto dessoutro médico e Padre Jesuíta Dr. Payen, em volumoso compêndio de Deontologia médica (67).

Em todos estes estudos é completa a informação teológica e jurídica, pelo que são textos de aula na cátedra que tenho a honra de professar.

Condenado pelo próprio Hipócrates de Cós, pagão do século V

antes de Cristo, como pode ler-se no célebre *Jusjurando* da sua Escola; condenado pelo Cânone do ano 300 (Concílio de Elvira); pelo de Ancira, 14 anos depois (cânone 20); pelos Concílios de Lérida (546) de Trulano (692) e por outras disposições, como as do Pontífice Gregório III, em 731; condenadas estas práticas pelo Código Visigótico e tantas outras leis, as infracções nesse campo continuaram a merecer a atenção de quem de direito, tais e tantas são.

E ao aludir a este assunto, é de aprovar plenamente o que há poucos anos disse o Prof. Almeida Garrett, referindo-se ao Código Penal e suas determinações, cuja insuficiência foi em parte suprida pela lei do exercício da medicina. Considerando um crime o abortamento provocado, o ilustre médico pediatra declara que é de lamentar que a lei só indirectamente o indique! (68)

Crime gravíssimo lhe chamou Pio X na célebre encíclica *Casti Connubii*, 31 de Dezembro de 1930, onde exclama: «não é lícito que os que governam os povos e promulgam as leis deitem ao esquecimento que é obrigação da autoridade pública defender a vida dos inocentes com leis e penas adequadas, e isto tanto mais quanto menos se podem defender aqueles cuja vida se vê atacada e em perigo...».

Honra a S. Martinho de Dume que em sua franca prègação não poz de lado tão nefastas infracções às leis humanas e divinas, da mesma forma com que os art.os 2350 e 985 do Código de Direito Canónico as condenam e proscrevem!

São de muito louvor e interesse os comentários de Caetano do Amaral a este cânone dumiense (pág. 376).

Do nefando crime de *Bestialidade*, capítulo dedicadíssimo da *Patologia sexual*, trata o cânone 81, que conjuga as determinações do Concílio de Ancira e condena aos réus com a exclusão da Igreja, como leprosos.

Também do 1.º Concílio de Braga, a que assistiu S. Martinho, saiu o cânone XVIII a determinar a proibição do enterramento dentro das Igrejas.

Diz: «Outrossim aprouve, que os corpos dos defuntos por nenhum modo se enterrem dentro das Basílicas dos Santos; mas, quando seja necessário, da parte de fora, junto da parede da Igreja, onde não fica tão indecoroso. Porque se as cidades até agora conservam inviolável o privilégio de se não enterrar corpo de defunto dentro do recinto de

seus muros; quanto mais se deve guardar em reverência aos mártyres veneráveis?»

É curiosa a série de comentários a esta matéria, feita por Amaral, que chama a este cânone a primeira ordenação das Espanhas sobre enterramentos fora da Igreja. É conhecida a longa história das discussões e distúrbios públicos, a que deu origem, no século XIX, a proibição governamental de enterramentos dentro dos templos. A sentimental história do Cancela e Morgado das Perdizes, junto do túmulo de Ermelinda no romance de Júlio Dinis, tão conhecido, documenta um episódio justificado e histórico.

Na História da Higiene Pública em Portugal a determinação legal originou um dos seus mais curiosos capítulos, pela paixões que despertou. Albano Belino, curioso investigador vimaranense, historia singelamente em livro de há 50 anos (comemorativo do jubileu do Ano Santo de 1900) a questão dos enterramentos fora das Igrejas (69), decretado em 21 de Setembro e 8 de Outubro de 1835. Belino alude ao cânone 18, que mencionei.

O certo é que a Igreja pugnava pelo higiénico enterramento fora dos templos, como só muito tarde os governos determinaram.

* * *

Antes de terminar, desejaria aludir a um ou outro passo dos escritos de S. Martinho, ou a ele atribuidos, referentes a assuntos médicos. Como já disse, revela-se o apóstolo dos suevos um delicado psicólogo, como o demonstram os seus escritos sobre a Vaidade, a Prudência, a Ira, etc..

Usa S. Martinho, em sua linguagem figurada, expressões que se relacionam com objectos da Medicina.

Alguns exemplos:

> «Não comas sobre-posse, nem bebas até à embriaguez... A tua comida seja ordinária: nem chegues a ela como regalo, mas como a sustento: seja a fome quem estimule o teu paladar, e não os guizados».
>
> (*Form. vit. hon.*, III.151)

> «quando por uma mentira houvesse de ser resgatada a fidelidade, não mintas, mas escusa-te; por quanto em

toda a boa causa o justo não revela o segredo; mas cala o que deve ser calado, e fala o que se deve falar».

(*Id.* IV, 156)

Estes preceitos ajustam-se admiràvelmente à doutrina do segredo profissional entre os Médicos ([70]). E embora de interesse para todos, os da prudência (2.ª virtude intelectual) são preciosos para a boa formação dos profissionais de Medicina.

Quão bem ilustrariam as suas palavras sobre a Prudência o que Zacuto Lusitano, onze séculos mais tarde, havia de escrever no XII Preceito do seu «Introitus ad Praxin», *Medicus sit sciens, et natura prudens* ([71]) ou que Jerónimo de Miranda redigiu, no século XVI, no *Diálogo da perfeição e partes necessárias ao bom médico!* ([72]).

Que bem diz o santo e sábio dumiense:

«Se o teu ânimo é prudente, reparta-se pelos três tempos; regula o presente, previne o futuro, recorda-te do passado.

Porque quem nada considera do passado, perde a vida...».

(*F. vit. hen.* 149)

Em outro lugar, clama o apóstolo:

«Não há de distância entre o irado, e o louco mais que um dia: um, nem sempre se enfurece; o outro sempre está fora de si».

(*Liber de moribus*, 6.165)

Este período ilustra o que já atrás se disse acerca da ira ou sanha, como lhe chama D. Duarte.

«Rege imperiosamente a língua, o ventre, e os apetites, como outros tantos escravos do ânimo desenvoltos...».

(*Id.* 7.166)

«Seja tal a tua habitação, que mais se louve o dono, que a casa».

(*Id.* 7.165)

«Pode o forte porventura vangloriar-se da fortaleza do corpo, a que a doença torna fraco?»

(*Id.* 8.167)

«Assim como na cura dos corpos umas cousas são prescritas para conservar a saúde, outras para curar os que já estão assaltados da doença; assim uma cousa é enfrear a ira para que se não levante, outra abatê-la depois de levantada».

(*De Ira*, 172)

«É enfermo e de bem pouca compleição o ânimo a quem um leve ar de cousas semelhantes põem em desassossego».

(*De Ira*, 177)

«Se o sábio se devesse irar tanto, quanto requer a maldade dos crimes, não bastava irar-se, devia enlouquecer. Os furtos, as fraudes, as desculpas mentirosas, e quaisquer outras cousas semelhantes as olha o sábio tão pacificamente, como o médico aos seus doentes».

(*De Ira*, 178)

«...de que modo abrandaremos a ira alheia. Por quanto queremos não só ser sãos, mas também curar. Não empreendamos aplacar com a nossa razão a primeira ira de qualquer; porque é surda, e desasizada; demo-lhe tempo: pois que ainda os remédios dos Médicos não aproveitam nos acessos das enfermidades, mas nas declinações. Como se alguém pretende aplicar unturas a olhos inflamados, com a força do remédio mais desafia as erupções?»

(*De Ira*, 181)

«Assim esconde o cirurgião o ferro, para que o doente, não esperando a dor, a suporte: pois que alguns só enganados se curam».

(*De Ira*, 182)

(O texto diz *Medicus*. Amaral traduziu para cirurgião. Relembro o que atrás disse a este respeito)

Aludindo à *Jactância*, diz:

«por não entrar em muitas outras cousas, que seria nunca acabar... há entre todas uma enfermidade, que por sua própria condição não se pega a um ou outro só, mas a todos geralmente».

(*Pro repellenda jactantia*, 182)

«O pé no homem, posto que seja a extremidade do corpo, é contudo, se se faz reflexão, como o fundamento, e o princípio da estatura, sobre o qual se levanta toda a fábrica da formada carne».

(*De Superbia*, 188)

«o peçonhento contágio da tal doença, crescendo no meio da prosperidade das nossas obras, com o subtilíssimo deleite dos humanos louvores, produz a da abundância de sua maldade, o péssimo, o cruelíssimo parto da soberba».

(*Id.* 194)

E, a propósito da verdade:

«é como um antídoto, que por forte e amargo que seja, porque é salutífero, se deve beber».

(*Humilitas*, 196)

* * *

Para rematar, algumas palavras àcerca de um ponto curioso na história dumiense, em que entra o Porto, cidade que não pode estar nesta hora longe das festas que comemoram esse a quem Venâncio Fortunato compara a Pedro, pelas virtudes e a Paulo, na pregação.

Não pode o Porto, na verdade, estar hoje longe daqui. Um dos cidadãos mais obscuros da urbe duriense que tem duas freguesias (Cedofeita e Lordelo do Ouro) dedicadas a S. Martinho de Tours, do século IV, anterior ao Apóstolo de Dume; o seu cidadão adoptivo mais obscuro, que eu sou, não poderá deixar de referir, embora ligeiramente, um pouco da história das relações suévicas de Bracara e Portus-cale.

E começo por lembrar que no distrito do Porto algumas freguesias tem por orago aquele Santo Martinho de Tours, como Guifões, Carvalho de Rei, Mancelos, Caramos, Barca, Aliviada, Avessadas, Sande, Várzea do Douro, Frazão, Parada de Todeia, Milhundos, Recesinhos, Rio de Moinhos, Bougado, Covelas, Sequeirô, Campo, Fornelo, Guilhabreu e Outeiro Maior, sendo o concelho de Marco de Canavezes o que disfruta de maior número de freguesias dedicadas a S. Martinho. É curioso este trecho sobre a vulgarização cristã, em França, do nome de S. Martinho, chamado de Tours, na obra *Histoire Illustrée des Saints* (pref. de Daniel-Rops), Paris, s. d., numa das páginas dedicadas ao Santo:

> «Le plus populaire des vieux saints de France, le patron de 3.700 paroisses en notre pays... Quatre cents communes de France s'appellent Saint-Martin. Quatre mille églises françaises ont saint Martin pour patron. Dans les rues de nos villes, sur les grand'routes ou dans la petites gares, ce non proclame l'immense popularité du saint qui évangelisa notre pays».

Como se sabe, anda na história ou na tradição o seguinte, que já indiquei: doença grave de rei suevo, interesse de S. Martinho de Tours que lho haveria curado, conversão do rei ao Cristianismo, construção de igreja em honra do Santo. Esta seria a portucalense de Cedofeita.

Em uma nota ao passo, na *História Monumental* de Oncken (73), diz o tradutor:

«A conversão de Teodomiro, a erecção de uma igreja a S. Martinho e a construção do templo cristão de Cedofeita, do Porto, amalgamaram-se numa lenda piedosa que muitos dos nossos antigos cronistas registaram e burilaram a seu talante.

Para os curiosos, limitar-nos-emos a indicar as «Antiguidades do Porto, de Simão Rodrigues Ferreira (1875), a pág. 31 e seg., onde se condensa o que sobre a matéria disseram Fr. Luís de Anjos, D. Rodrigo da Cunha, Frei Nicolau de Santa Maria, Padre Martinho Rebelo da Costa, Fr. Bernardo de Brito e Fr. Leão de S. Tomé».

Escreviam isto, naquela *História*, os Prof. Silva Teles e Oliveira Ramos. Mais recentemente, o Dr. Magalhães Basto, nosso ilustre historiador e cronista do Porto, retomou o assunto e, explanando o caso, conclui como aqueles autores (74). Citando os escritores registados na obra de Oncken, e outros, como D. Rodrigo da Cunha, Pereira de No-

vais, Flores, Baptista de Castro, Cerqueira Pinto, Manuel Monteiro, João Pedro Ribeiro, Pinho Leal, Lopes de Amorim, Caetano do Amaral, Ricardo Jorge, Mons. Ferreira, Herculano, etc., Magalhães Basto diz que «António Caetano do Amaral não aludiu sequer a Cedofeita, para evitar desagradáveis discussões...».

A complicar o caso surgiria no século XVIII uma expressiva inscrição, no tímpano da Igreja de Cedofeita, que conta a história da conversão de Teodomiro, mercê da cura de seu filho doente, por mercê de S. Martinho Turonense. Deve esclarecer-se que o crediulíssimo Fr. Bernardo de Brito conta a conversão e a construção da Igreja, mas em Dume.

Escavando o problema, Magalhães Basto termina por considerá-lo, como Manuel Monteiro, e nós com ambos, caso julgado, lenda sem fundamento, tal como Manuel Ramos e Silva Teles. Nos comentários aos guias ilustrados do Porto (Edição Marques Abreu, 1926 e 1928; e da Litografia Nacional, 1929) Monsenhor Ferreira e Carlos Passos dão-nos muitas ilucidativas notícias a tal respeito.

O que é que diz, todavia, Manuel Pereira de Novais, na sua *Anacrisis* (75), Novais, que é o mais apaixonado propulsor da lenda, o mais aferrado à tradição de S. Martinho de Cedofeita ter sido fundada por um rei suevo, nada menos que Requiário (não Teodomiro, Aramiro ou Miro), chamando-lhe Reciário?

Largamente se estriba em Fr. Luís dos Anjos e Gregório Turonense, que transcreve para determinada argumentação, aliás com muita fidelidade, como pude verificar em cotejo com transcrições do mesmo (*História de Portugal*, de Gonzaga de Azevedo).

Quando S. Martinho de Dume chegou aqui, já Cedofeita estaria em pé. Os emissários que trouxeram as relíquias gaulezas, a que se alude nas crónicas, desembarcaram, no regresso, em *portum Galliciae*, que Novais identifica com Portucale, com a cidade do Porto.

Identificada Cale com o Porto da margem direita (ali o nosso ilustre Prof. Torquato Soares poderia ensinar-nos isto muito melhor do que eu!) como também assazmente argumenta Mendes Correia (76), teriam aqui desembarcado os emissários, com as relíquias de S. Martinho de Dume de Tours e, com todos e tudo, S. Martinho de Dume.

Entre outros autores que aceitam a identificação *Portus Galliciae* com Portucale, contra o parecer de Magalhães Basto e mais, cito o Prof. Gonzaga de Azevedo, na sua *História de Portugal*, que regista:

«*Portus Galliciae* não pode deixar de ser a interpretação, feita por

um estranho, de Portucale, e confirma-se, por ser aqui que os reis suevos tinham residência mais frequente».

Devo recordar que o historiador Padre Azevedo dilucida, em belo resumo, a conversão dos Suevos e a empresa de S. Martinho de Dume, em palavras dignas de lembrança, neste momento.

Considera Azevedo dois *Portucales*, um ao Norte, outro ao Sul do Douro, dois castros (oppida).

O da margem direita ou N. dá-o como existente no V século e afirma que foi no tempo dos Suevos que o nome de Portugal devia de ser exclusivo de um castro, mas também da região a norte e sul do mesmo. Aqui nos daria magnífica lição o Prof. Paulo Mereia (77).

Portucale era o castro e Portucale a região que possivelmente senhoreava no século V.

Fora neste local o desembarque das reliquias de S. Martinho de Tours e da própria pessoa de S. Martinho de Dume, em 550?

E se Portus-Galliciae era o Portucale castro, não ficaria honrado o Porto em ter sido a primeira terra que o santo da Panónia tocara no Reino suevo da Península, se pudesse confirmar-se a lenda velha?

Se assim fosse, parte da teoria de Novais não seria desacertada, embora pareça excessiva segurança o ter dado o ano de 531 para o desembarque de S. Martinho. Não repugna o facto de anteriormente à actual Igreja românica se ter edificado uma outra (godo, visigótica) o que aconteceu com outros templos e em outros lugares, embora se não hajam encontrado os respectivos vestígios.

Posto que afastados já do século do dumiense, um Balsemão, um S. Frutuoso de Braga, um Lourosa e um Santo Amaro atestam igrejas prè-românicas. No dizer de Reinaldo dos Santos são *precursores prè-românicos da Arte Portuguesa* (76). É ponto por demais sabido.

Abstraindo das confusões que encerra e de ideias discutíveis sobre S. Martinho de Cedofeita (que bem mereceria demorado e especial estudo), o livro de Pereira de Novais pede louvor, neste momento de festa ao Santo, tanto é entusiástico o panegírico e continua lembrança que aí deixa do inesquecível apóstolo.

Seriam, também, dignas de estudo as narrações deste setecentista acerca do Bispado do Porto nas suas relações com o Arcebispado de Braga.

Desde a presença do Bispo Manhetense (primitivo do Porto?) no 2.º Concílio de Braga, ao episcopado de D. João Peculiar, nesta cidade, durante 2 anos, e a tantos outros factos, a história seria interessantíssima.

Aqui mesmo é Novais um prolixo guia, embora haja muito que discutir, renovar e cercear em seus escritos.

* * *

Assim cheguei ao termo deste já longo caminho, que comigo vos fiz percorrer.

Dizia S. Martinho de Dume, no seu *Tratado sobre a Humildade:* — «reputa-te sempre pelo menor de todos».

Não só por obediência ao preceito, como por devoção à verdade, assim me considero o mínimo de todos os que aqui vieram exaltar a excelsa figura de S. Martinho de Dume, que também disse na *Fórmula Vitae Honestae:*

«o que sabes, participa-o sem presunção a quem to pedir; o que não sabes, pede sem disfarçar a ignorância, que tu participem» (pg. 155).

Assim o faço. Assim o espero.

---

(1) H. Berthaut e Ch. Georgin. *Histoire illustrée de la Littérature latine*, Paris, 1933. Pág. 474-476.

(2) Ismael Quiles. *San Isidoro de Sevilla. Biografia-Escritos-Doutrina.* Buenos-Aires, 1945.

(3) Miguel de Oliveira. *História eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1940.

(4) Id. Id.

(5) Alfredo Pimenta. *Estudos filosóficos e críticos.* Lisboa, 1935, pg. 443. A nota 5 (repetida) refere-se a Joaquim de Carvalho, *Cultura,* in «História de Portugal», IV, 476 (Barcelos, 1932).

(6) Não há muitos meses o Rev. Dr. Mário Martins escreveu na *Brotéria* (LI, 4. 1950) um curioso estudo sobre Pascásio Dumiense (no XIV° Centenário de S. Martinho de Dume), onde refere essa influência em D. Pedro, através de um capelão do Paço.

(7) Leite de Vasconcelos. *Medicina dos Lusitanos.* Lisboa, 1935. Pg. 22.

(8) Caetano do Amaral. *Vida e Opusculos de S. Martinho Bracarense. Impressos pela primeira vez, neste reino: por cuidado e ordem do Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frei Caetano Brandão, etc. 1803, Lisboa.*

Colecção de Canones ordenada por S. Martinho Bracarense. Com a versão em português, notas à letra do texto de cada can one, etc. Publicada por ordem do Excelentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frei Caetano Brandão, Arcebispo Primaz de Braga, 1803. Lisboa.

(9) Leite de Vasconcelos. *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal,* 3 vol. (1897, 1905 e 1913). Sobre *Religiões da época dos Bárbaros,* vd. o vol. III, pg. 545 e seg. A nota 9 (repetida) concerne ao facto de, quando revíamos provas deste nosso trabalho (Janeiro, 1959), termos já publicado sobre o assunto o seguinte estudo: *Leite de Vasconcelos na História da Psicologia (a sua tese na Escola Médico-Cirurgica do Porto).* «Ocidente», Lisboa, *1958. vol. XV.*

(10) José Maria Soares. *Memorias para a Historia da Medicina Lusitana,* Lisboa, 1821.

(11) O Dr. José M Soares era natural de Lisboa, bacharel pela Faculdade de Medicina de Coimbra, cavaleiro de Cristo, Primeiro médico do Exército, Sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa e membro da Instituição Vacínica. Faleceu em 1822.

(12) H. P. J. Renaud. *Les origines de la Médecine arabe en Europe.* «Bulletin de la Société Française d'Histoire de la Médecine», 11 e 12 Nov. Dez. Paris, 1935.

(13) Onde se diz *Liber III* leia-se *Liber IIII.* Esta edição é precedida de uma curta, mas valiosa introdução do Prof. Pedro y Pons, que é um conspecto da Medicina dos tempos visigóticos, biografia de Santo Isidoro, etc. Os textos fac-similados são, um latino do século XIV, da Biblioteca Universitária de Barcelona; outra, edição espanhola do mesmo centénio, da Biblioteca do Escorial.

(14) Cit. por Douglas Guthrie, in *Historia de la Medicina,* (trad. espanh.). Barcelona, 1947, pg. 97.

(15) L. Meunier. *Histoire de la Médecine depuis ses origines jusju'à nos jours.* Paris, 1924. Pág. 149.

(16) A. Castiglioni. *Historia de la Medicina* (trad. espanh.), Barcelona, 1941 pág. 233.

(17) Alberico Benedicenti. *Malati-Medici e Farmacisti. Storia dei rimedi traverso i secoli e delle teorie che ne spiegano l' azione sull'organismo.* Milão, 1924. Pag. 306.

(18) Relativamente ao território ibérico que viria a ser Portugal são do século XII as primeiras notícias de uma Medicina organizada (ensino privado, assistência hospitalar, etc.) são as referentes ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

(19) D. Guthrie. Ob. cit. (nota 14) Pág. 106.

(20) Id., Id.

(21) F. Garrison. *Introducción a la Historia de la Medicina.* Trad. de G. del Real. Madrid, 1921. Pág. 135.

(22) É muito discutível esta opinião de Garrison. São considerados médicos bizantinos alguns que viveram nos séculos XI, XII e XIII, de Psellus a Planudes.

(23) F. Garrison. Ob. cit. (nota 21).

(24) Paulo Diepgen. *Historia de la Medicina.* Trad. de G. del Real. Barcelona, 1932. Pág. 145.

(25) Fundou a Congregação dos Cónegos de Santo Eloi. Morreu com fama de muita virtude. Dá notícias suas o P.e Francisco de Santa Maria na conhecida obra *O Ceo Aberto na Terra,* 1697.

(26) E. Bouchut. *Histoire de la Médecine et des Doctrines médicales.* Paris, 1864. Pág. 25-26.

(27) *Bullarium Patronatus Portugalliae In Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae curante Vicecomite de Paiva Manso,* etc., Lisboa, 1872.

(28) Benedicenti. *Ob. cit.* I. 307.

(29) Pierre Winter. *La Médecine au Moyen âge.* In *Histoire générale de la Médecine, de la Pharmacie, de l'art dentaire et de l'art vétérinaire.* Paris, 2.o, 1938.

(30) A. Castiglioni. *Ob. cit.*

(31) Id., Id.

(32) A. Mieli. *Panorama general de Histôria de la Ciencia. II. El mundo islámico y el Ocidente Medieval cristiano.* Buenos Aires, 1946. Pág. 185 e seg.

(33) A. Chinchilla. *Anales históricos de la Medicina en general y biográfico-bibliográficos de la española en particular.* Valencia, 1841. Tomo I.

(34) Existem as suas obras na Biblioteca da Faculdade de Medicina do Porto (ed. de Puschmann, 1878, Viena; de Guintério Andernaco, 1549, Estrasburgo; etc.).

(35) Deste, como do autor antecedente, damos notícia em nossa *História Geral da Medicina*, 1954, Porto, T. I., Pág. 343 e seg., obra que, como se vê, foi publicada anos depois de apresentar este trabalho, cujas provas estamos a rever em Janeiro do corrente ano de 1959. Nessa *História Geral* se encontram conpendiadas as notícias fundamentais sobre aqueles autores bizantinos. Paul Guérin (Dir.), *Encyclopédie Universelle. Dictionnaire des Dictionnaires.* I. Pág. 82. Paris.

(36) F. Brunet. *Médecine et thérapeutique byzantines. Oeuvres médicales d'Alexandre de Tralles.* Paris. Vd. Luís de Pina, nota antecedente, Pág. 344 e 458. Do mesmo P. Brunet, vd. *Les médecins Grecs depuis la mort de Galien jusqu'à la fin de l'Empire d'Orient.* I. Pág. 444.

(37) Emende-se IX para XI. Vd. L. de Pina, *Ob. cit.* I Pág. 391-392.

(38) Vd. L. de Pina. *História Geral da Medicina*, ob. cit. I. A. Mieli, *Manuale di Storia della Scienza.* 1925, Roma, Pág. 521.

(39) M. Caullery. *Les étapes de la Biologie.* Paris, 1948. Pág. 13.

(40) F. Sherwood Taylor. *Pequena História da Ciência.* S. Paulo, 1941. Pág. 87.

(41) F. Sherwood Taylor. Ob. cit.

(42) Jean Fauvet *Les étapes de la Médecine* Paris, 1948.

(43) Eric Nordenskiöld. *History of Biology A survey.* N. Iorca, 1942. Pág. 65.

(44) Paulo Mereia. *Lições de História do Direito português.* Coimbra, 1923, Pág. 17.

(45) Id., Id.

(46) *Fuero Real de Afonso X, o Sábio. Versão portuguesa do século XIII. Publicada e Comentada por Alfredo Pimenta,* Lisboa, 1946.

(47) Luís Muñoyerro. *Código de Deontologia Médica.* 1950, Madrid. Pág. 247.

(48) Segundo Leite de Vasconcelos (*Medicina dos Lusitanos*, ob. cit.), pág. 56, diz assim:

... IDUS MEDICVS DEBITO
... VS HOC IN SEPVLCRO QVIESCIT
... VRVS VIXISSE FERTVR FERE...

Vai errado o título da obra de Hübner, na página 20 deste nosso trabalho, devendo emendar-se para *Inscriptiones Hispaniae Christianae.*

(49) Leite de Vasconcelos *A Figa. Estudo de Etnografia comparativa, precedido de algumas palavras a respeito do «Sobrenatural» na Medicina Popular Portuguesa.* 1925, Porto. A respeito da Medicina primitiva veja-se, de H. Sigerist, *A History of Medicine* (N. Iorca, 1951); entre outros trabalhos aparecidos depois destas comemorações dumianas cito, de Castillo de Lucas, *Folkmedicina. Medicina Popular. Folklore médico-Etnomedicina — Demoiatria. Etnoiatria.* 1958. Madrid. De Luís de Pina, *Raíses da Medicina popular médica*, «Imprensa médica», 2-3, 1953. Lisboa.

(50) *Fuero Real, ob. cit.* pg. 358.

(51) S. Martinho de Dume. *Opusculos. Ob. cit.*, pg. 176.

(52) Manuel Bernardes. *Nova Floresta ou Sylva de varios apophthegmas,* etc.. 5.o. Ed. de 1911, Porto, 395.

(53) Luís de Pina. *Bruxas e Medicina (Folclore de Guimarães).* «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», IV-2. Porto, 1929; *Ensaio de Folclore médico analítico português (Beira-Baixa),* id. VIII 2-1937, etc.: *Vimaranes. Materiais para a História da Medicina portuguesa. Arqueologia.-Antropologia.-História.* Porto, 1929; etc.

(54) Salvatore de Renzi. *Collectio salernitana,* etc. I. Nápoles, 1852. Pág. 60-61.

(55) Teófilo Braga. *O Povo português nos seus costumes, crenças e tradições.* II vol. Lisboa, 1885, pg. 58. Leite de Vasconcelos (*Religiões*, 3.º, 569, nota 1) regista este sermão, aliás apontado já por Caetano do Amaral na *Vida e obra de S. Martinho* (pg. 248 nota). Merece leitura, em certos capítulos que com esta matéria se prende, a obra do médico Bernardo Pereira, *Anacephaleosis médico-teológica, mágica, Jurídica*, etc. 1734, Coimbra.

(56) Leite de Vasconcelos. *Religiões*, etc. ob. cit. III, pg. 566. Em recente estudo de Virgílio Atzeni, *I due solstizi nella pagologia sarda*, leem-se valiosas informações sobre muitas das superstições e absuões a que se refere o nosso estudo (vd. «Atti del XIV° Congresso Internazionale *di Storia della Medicina*», Roma-Salerno, 1954).

(57) S. Martinho de Dume. *Opúsculos*, etc. Pág. 247 e 253.

(58) P.e Rafael Bluteau. *Vocabulário português e latino, aulico, anatomico, architectonico*, etc. 1712, Coimbra

(59) Leite de Vasconcelos. *Religiões*, etc. Ob. cit. III, pg. 573, nota 2.

(60) Luís de Pina, *Um poético calendário seiscentista*. «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», XIII, 1-2, 1950, Porto.

(61) *Non plus ultra do Lunário, e Prognostico Perpetuo*, etc. por Jerónimo Cortês. Valência. Emendada... por António da Silva Brito, Lisboa, 1768.

(62) Data de 1523 a sua edição, por mandado da Rainha D. Leonor (impressor Galharde).

(63) D. Luís Muñoryerro. *Código de Deontologia médica*, ob. cit.

(64) Francisco Peiró. *Deontologia médica*, ob. cit.

(65) Agapito de Sobradillo. *Enquiridion de Deontologia Médica*, 1950, Madrid.

(66) H. Bon. *Compendio de Medicina católica*, 1942, Madrid.

(67) G. Payen. *Deontologia médica según el derecho natural, deberes do estado e derechos professionales*. Versão espanhola, Barcelona, 1944.

(68) Almeida Garrett *Aborto criminoso e segredo médico*. «Portugal médico», 12, 1942. Col. II. Porto. Sobre este e outros problemas deontológicos médicos veja-se a bibliografia fundamental no nosso trabalho *Roteiro abreviado de Dentologia médica*, in «Boletim da Ordem dos Médicos», VI n.º 1, 1957, Porto.

(69) Vd. entre muitos mais textos o de Vicente Seabra Silva e Teles, *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos*, 1800, Lisboa; o de Francisco Assis Vaz, *Memória sobre a inconveniência dos enterros nas igrejas e utilidade da construção dos cemitérios, 1835, Porto; e muitos outros*. Merece leitura a notícia que sobre o assunto nos o Dr. Carlos da Silva Araújo — no «Jornal do Brasil» (18-V-1958) e em «Laboratório clínico», 3.º trim., 1958, do Rio de Janeiro, com o título *O cirurgião-mor José Correia Picanço e o sepultamento nas Igrejas*. Cita Ivolino de Vasconcelos que sobre o tema e o livrinho de Seabra Teles apresentou ao Congresso Brasileiro de História de Medicina (Rio de Janeiro, Abril de 1958), nu na interessante comunicação. A obra de Albano Belino é a *Archeologia christã*. Lisboa, 1900, pág. 27 (inumação).

(70) Vd. Luís de Pina, *Roteiro abreviado de Deontologia profissional*, ob. cit.

(71) Zacuto Lusitano, através de nossos estudos, é lembrado pelo ilustre e venerando Arcebispo de Sião D. Luís Muñoyerro, no seu *Código de Deontologia*, Madrid, 1956, pg. 178.

(72) Jerónimo de Miranda. *Diálogo da perfeição e portes necessárias ao bom médico*. Pref. e trad. por Rocha Brito. 1945, Porto.

(73) G. Oncken. *História Universal*. VI, 506. Lisboa. Capítulo *História primitiva dos Povos germânicos e romanos*, pelo Dr. F. Dahn.

(74) Artigos no jornal «O Primeiro de Janeiro» sobre a *Igreja de S. Martinho de Cedo-*

feita: — 1.º — Dois velhos documentos da Colegiada de Cedofeita (3-10-1947). 2.º — A «Carta de Couto» de Cedofeita (10-10-47). 3.º — A genuinidade da Carta de Couto de Cedofeita (17-10-47). 4.º — António Caetano do Amaral e «Cedofeita» (26-10-47). 5.º — Da origem e desenvolvimento da «Lenda de Cedofeita» (31-10-47). 6.º — O que disse São Gregório de Tours (7-11-47). 7.º — A história do «Sonho» ou «Lenda de Cedofeita» (16-11-47).

(75) Manuel Pereira de Novais. *Anacrísis historial (II Parte). Episcopológio*. Vol. II. In «Colecção de manuscritos inéditos alguns dados à estampa». IV. 1916. Porto. Pág. 148.

(76) Mendes Correia, cit. por nós no trabalho *O Porto na conquista de Lisboa,* in «Duas cidades ao serviço de Portugal», I. Porto, 1947, onde se regista a principal bibliografia sobre o o assunto, de Alberto Sampaio a Torcato Soares e Damião Peres. Ùltimamente, escreveu o Dr. António de Sousa Machado um valioso estudo acerca das origens do Porto: — *As origens da cidade do Porto — O Problema de Portucale.* Porto, 1956.

(77) Paulo Mereia. *Territórios portugueses no século XI.* «Revista Portuguesa de História», II. 1943, Coimbra.

(78) Reinaldo dos Santos. *L'art portugais.* 1949, Porto.

S. Martinho de Dume, Apóstolo dos Suevos (*)

pelo Dr. P. Maurício Gomes dos Santos
(Historiador e Redactor da Revista Brotéria de Lisboa)

NA história do Ocidente, do século IV ao século VII, tocou à Igreja o papel singular de constituir o ponto de interferência entre as instituições do velho mundo romano, com seu rico património de cultura, e a pujança criadora de novos módulos de estruturação ético-política e ético-social, a que deram lugar os bárbaros invasores. O reino suevo foi, na Península, o primeiro, onde a fusão de elementos tão antagónicos se operou, sob a influência da unidade católica. E, apesar das condições etno-religiosas serem as mais precárias com relação aos demais invasores, dentro do quadro que delas traçou Görres, a acção aglutinadora religiosa e político-social do catolicismo foi tão eficaz e profunda na nação sueva, que esta, embora visse sacrificada a sua hegemonia volvidos 35 anos, veio a contagiar exemplarmente o reino visigodo. E tão firmes foram as raízes de unidade nacional, lançadas por S. Martinho, que 6 séculos de dependência os não emurcheceram. Antes, a poucos passos andados da reconquista cristã, fizeram readquirir ao núcleo basilar do noroeste peninsular, no condado portucalense, todo o viço primitivo do seu iniludível e decisivo significado político, que a 1400 anos de distância perdura na pátria portuguesa.

S. Martinho, apóstolo dos suevos, foi o grande cabouqueiro desta empreza. Só um atleta da sua estatura apostólica, para empregar a expressão de Venâncio Fortunato — *sortis apostolicae vir... iste fuit* — podia atingir tão surpreendente resultado. Pô-lo em evidência, em breves linhas, eis o objectivo do presente trabalho.

A conversão dos indivíduos como a das colectividades, é primàriamente obra de Deus. Mas, na história da Igreja, em virtude da economia da redenção estabelecida por Cristo, patenteia-se o concurso dos homens e à equação dos

(*) É o resumo da comunicação.

valores naturais e sobrenaturais, que eles põem em linha, corresponde, geralmente, o montante dos resultados obtidos.

S. Martinho aparece-nos nos meados do século VI peninsular como um instrumento admiràvelmente predisposto pela Providência para exercer o seu apostolado entre os suevos. O seu país de origem (*Panónia génitus*); a sua sinceridade religiosa; a ortodoxia da sua fé; a pureza dos seus costumes; a sua vocação monástica, aureolada de amabilidade de trato irresistível e profunda mas eclética cultura greco-latina; o seu sentido de romanidade tanto na compreensão dos valores jurídico-canónicas da atmosfera bizantina do seu tempo como na austeridade moral de tipo senequista, mas acessível que nenhum outro ao primitivismo germânico; o seu foro antropológico da vitalidade nórdica, enxertada nos povos hispano-romanos e o tino diplomático com que nela interferiu, expresso na ternura manifestada aos bispos e magnates da raça suévica, particularmente ao seu predilecto rei Miro, mas sem esquecer as humildes populações aborígenes que os *De correctione rusticorum* põe em relevo; a clarividência e firmeza administrativa; a ductilidade do seu espírito tão capaz de adaptar-se às etiquetas cortesãs como à rudeza campestre, tão susceptível de esmerilhar elegâncias de retórica alexandrina como de ir direito à alma rural galaica pela palavra desataviada, mas luminosa do latim popular ou seu equivalente topológico, todo este complexo de qualidades, enfim, fizeram dele o homem providencial do apostolado suevo, num momento em que a gestação da Galécia ia atingir a sua plenitude decisiva.

A preparação do apóstolo parece culminada com intervenções prodigiosas, das quais S. Gregório de Tours, Venâncio Fortunato, Isidoro de Sevilha e o próprio S. Martinho parecem dar testemunho, tão ponderoso que da sua substância, seja qual for a interpretação que aos factos se dê, não cabe duvidar e que, em todo o caso, na sua perspectiva histórica, aparecem como decisivos.

A realização da missão apostólica de S. Martinho do coração da Galécia que então era Braga e sua província eclesiástica, surpreende:

1.º) pela *grandeza do plano* — abrange e atinge eficientemente toda a nação sueva, nos seus elementos predominantes (germânico e hispano-romano) e nos diversos planos da sua estruturação social (clero, nobreza e povo).

2.º) pelo *sentido lógico e pragmático das suas bases: a) renovação da vida monástica* no mosteiro de Dume, e depois em centros idênticos regionais, a que alude S. Isidoro de Sevilha, dentro das genuínas tradições ascéticas orientais, comprovadas nas «Aegyptiorum Patrum sententiae», que traduziu e nas «Verba Aeniorum» cuja versão encomendou ao seu monge Pascásio; *b) reforma*

da disciplina clerical de toda a província bracarense, começando pela sua metrópole, estendendo-se ao sínodo lucense, e até, para além do reino suevo, noutras dioceses visigóticas («Epistola de trina mersione ad Bonifacium»). Esta reforma incide: α) sobre a *remodelação e depuração da liturgia*, dentro dos cânones romano-francos, cujas manifestações se fazem sentir no I Concílio de Braga (561), do qual S. Martinho se evidencia principal animador, com uma reacção interessante na liturgia galicana da festa da ordenação de S. Martinho de Tours, cujo ofício se atribui ao antístite bracarense (cfr. A. Lambert); β) sobre a *acção magisterial da hierarquia* contra os sedimentos do paganismo, do gnosticismo, do sabelianismo, do origenismo, do maniqueísmo e, sobretudo, do priscilianismo, quer por actos conciliares (I e II Concílios de Braga), quer por escritos ocasionais («De Boscha», «De correctione rusticorum», «Epistola de trina mersione» 1: γ) sobre a *morigeração dos costumes eclesiásticos*, dentro das normas canónicas estabelecidas para os seus diversos graus (I e II Concílios de Braga), à luz da tradição conciliar oriental e hispano-africana («Capitula Martini» can. 1-68, traduzidos e adaptados às províncias bracarense e lucense para corrigir e simplificar as traduções deficientes então em uso e facilitar as consultas); δ) sobre a *estruturação eficiente do governo diocesano*, mediante a organização paroquial segundo o modelo (cfr. P. David, «Etudes historiques sur la Galice et le Portugal»); ε) sobre a *acção conciliar periódica* e não puramente *esporádica* (concílios de 501 e 527), com reflexo evidente na periodicidade toledana.

3.º) pela *importância das visitas canónicas dos bispos* nos suas dioceses, espelhando-nos o «De correctione rusticorum» enviado ao bispo Polémio de Astorga, o sabor apostólico e prático das que o prelado bracarense realizava através da sua.

Para esta reforma eclesiástica não deixou certamente, de contribuir o carácter cultural que S. Martinho deu ao seu apostolado episcopal, quer através dos seus tratados e compilações teológico-morais e ascéticas, ou canónico-litúrgicas e pastorais, quer através dum intenso comércio epistolar de que S. Isidoro se faz eco no «De viris illustribus» — *volumem epistolarum* — e de que ainda nos dão indício as várias epístolas dedicatórias dos tratados ascéticos ou morais martinianos (cfr. v. g. «De ira» — dedicado ao bispo Vithuiro de Orense) ou as respostas dos seus correspondentes (carta e poesia de Venâncio Fortunato), sem excluir a cultura estética-literária de que os três espécimes de poesia remanascentes ainda dão testemunho.

A reforma da vida eclesiástica visava a catolicização integral do laicato suevo infectado oficialmente, nos seus elementos germânicos pela heresia ariana. A conversão de Carriarico foi o pródromo oportuno. Teodimiro restituiu a nação

sueva ao seu antigo ambiente católico. Miro dá-nos a plenitude desse ambiente e, no auxílio prestado a S. Hermenegildo, acaso transpira um propósito apostólico de cruzada católica contra o impedernido arianismo visigótico.

Para atingir a catolicização total, tanto nos elementos relevantes da sociedade sueva como nas camadas populares, afectadas de superstição pagã e resíduos heréticos, S. Martinho desenvolveu um apostolado literário notabilíssimo para o seu tempo.

A «*Formula vitae honestae*», dirigida ao rei Miro, verdadeiro antepassado do «De regimine principum» de S. Tomaz de Aquino e de carácter filosófico-moral com acentuada influência senequista, é um modelo de ética racional política, ao traçar um perfil de verdadeiro governante mas acomodado ainda à rude mentalidade germânica, alheia na sua ingenuidade a subtís especulações dogmáticas. Séneca constituía um autor ideal de transição e S. Martinho aproveitou-o como ninguém. Os tratados «De Superbia», «Pro repellenda jactancia» e «Exhortatio humilitatis» anunciam a formação duma consciência católica.

A pregação «De correctione rusticorum», enviada ao bispo de Astorga, oferece-nos um dos mais belos tipos de catequese popular e mostra-nos quanto era profundo o conhecimento que o zeloso antístete bracarense possuia da alma rural hispano-romana, no noroeste peninsular, e a viveza dramática que ele sabia comunicar à sua parenense. Apóstolo do exemplo, da palavra, da pena e da acção, no templo, na corte e entre o povo aquém e além fronteiras.

E sobre este complexo tão rico de virtualidades de cultura e santidade, um encanto de veia poética que tão fàcilmente sobrevoava em versos formosos até ao portal meridiano da basílica dumiense para ali cantar as glórias do seu compatriota e homónimo, como traçava sem arrepio o próprio epitáfio, nimbado de humildade cristã, ou gentilmente advertia no refeitório do mosteiro os seus convivas com a humorística prevenção de que a graça do acolhimento compensaria fartamente a ausência de iguarias raras e vinhos capitosos.

O apóstolo dos suevos não pode dizer-se, por isto, o último sobrevivente duma civilização que desaparecia, com o único mérito de anunciar tempos novos. Foi o cabouqueiro duma unidade nacional que as contingências históricas abalaram, ou temporàriamente mutilaram, mas não mais lograram desagregar irremediàvelmente. Tanto basta, para, como genuínos representantes da Galécia bracarense, em cujo seio desabrochou o *Portucale* da reconquista cristã, que é o Portugal de hoje, repetirmos, com Venâncio Fortunato, neste XIV centenário:

Martino servota novo, Gallicia, plaude.
Sortis Apostolicae vir tuus iste fuit.

El Rito Bracarense: -- Sus orígines y evolución histórica (*)

pelo Dr. DOM GERMANO PRADO

Braga tuvo en un principio el mismo rito que las regiones colindantes de la península Ibérica, rito fundamentalmente romano, importado de Roma por los primeros Varones Apóstólicos o siquiera, por los primeros misioneros que directa o indirectamente procedian de Roma.

De ese tronco primitivo proviene la corpulenta y preciosa rama del Rito hispano visigodo o mozárabe y mozárabe debió ser en los once primeros siglos el rito Bracarense hasta la extinción en todo el suelo ibérico.

Entonces, en Braga como en Toledo y por doquier impúsose el rito romano, mas no con absoluta uniformidad, sino arraigándose acá y acullá la forma peculiar del rito romano que traían los reformadores, los libros de su abadia o de su catedral, dado que no existia en parte alguna la unificación actual.

Uno de los personajes más influyentes en la formación, ampliación y depuración del Rito Bracarense fué, sin duda San Martín de Dumio. Lo que hiso en el concilio IV.º toledano, eso mismo, o algo parecido hizo asimismo en Braga el gran arzobispo en los concilios I.º y II.º. Los cánones del primero, en su mayoria litúrgicos, firmalos en tercer lugar Martín obispo. El segundo concilio lo preside él mismo, y en uno y otro debió ejercer el papel de mentor.

Pero la invasión agarena, con sus devastaciones de todo linaje, debió arruinar la vida cristiana y mermar el apenas tolerado culto cristiano, llegando a los estertores de la agonia en la IX, X y XI centuria.

San Fructuoso no dejaría de sostener y promover el culto en su sede bracarense especialmente. Faltos de documentos escritos, cabe forjar hipótesis, la nada improbable suposición de que San Giraldo, al llegar de Francia, con otros monjes auxiliares, trajo consigo misal, manual y anti-

---

*) É o resumo da comunicação.

fonario para implantar en Braga la litúrgia de la Misa romano-galicana, de los sacramentos y de los Divinos Oficios también romano-galicanos.

El hecho histórico sucedido primero en la Galia, y en Milán, finalmente en España, la supresión de los respectivos ritos galicano, ambrosiano y mozarábigo tuvo naturalmente influjo decisivo en la pequeña provincia bracarense, cuyos aureos tiempos habian ya pasado.

Y entonces y por obra de los monjes cluniacenses el nuevo rito mixto, pero más bien romano que viejo bracarense fué cundiendo por las iglesias de la región el dia en que disposieron de libros para ello. Aunque en esta no pudo hallar algún vestigio, sequiera sea borroso, del antiguo uso litúrgico de la tierra. Y en cambio, fueron filtrándose no pocos elementos galicanos en el correr de los ultimos siglos medievales. La doble genuflexión, por ejemplo, parece una ceremonia bastante posterior, pues en la alta Edad Media la simple genuflexión sohacerse al S.mo Sacramento en el altar, cuánto menos la genuflexión de entrambas rodillas.

Saliendo ya del ambiente conjetural, nos encontramos con Misales, Manuales y Breviarios impresos y hasta con cantorales manuscritos, pero de pleno renacimento, sin poder dar ni siquiera con un códice medieval de estos mismos libros litúrgicos todos tan fundamentales en cualquier litúrgia.

Sobreviene de nuevo la decadencia y el arzobispo de Braga D. Baltasar Limpo intenta una corrección del misal, asi como Diogo de Sousa, manda publicar hermosos cantorales para la Catedral Primada y Juan Beltrán edita el Manual — Misal, libros todos que depués servirán al arz. Primado D. Vieira de Matos para la publicación en principios del siglo del Misal y delos cuatro tomitos del Breviario bracarense, impresos en Roma al obtener con su habitual tesón el rito romano-bracarense en toda la diócesis, bien que esta quedase pronto disminuida y casi dimidiada por desmembración sufrida al formarse la diócesis nueva de Vila Real.

Por que não um Bispo titular de Dume no Episcopado Português? (*)

Pelo P.e DOUTOR ANTÓNIO DA SILVA REGO
PROF. DA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL

Designam-se vulgarmente os bispos auxiliares, coadjutores, vigários apostólicos, etc. pelo nome de bispos *in partibus infidelium,* caindo quase sempre esta última palavra por desnecessária à compreensão da ideia. A expressão, outrora geral, tornou-se pouco a pouco, mercê de circunstâncias várias, inadequada e até imprópria. Com efeito, muitas sés conferidas a prelados (arcebispos ou bispos) titulares situavam-se não já *in partibus infidelium,* mas em países que, constitucionalmente, admitiam e favoreciam a liberdade religiosa, e alguns mesmo mantinham relações amigáveis com a Santa Sé.

Foi este facto, certamente, que levou a Sagrada Congregação da *Propaganda Fide* a abolir, por decreto de 27 de Fevereiro de 1882, a designação de bispos *in partibus,* devendo ser apelidados antes por *bispos titulares.*

Sendo assim, nada obsta a que os títulos conferidos aos auxiliares do episcopado português sejam de sés extintas, situadas dentro do nosso próprio território.

Nas minhas investigações sobre o Padroado Português do Oriente, tive o ensejo de consultar vários documentos assinados por um bispo de Dume, D. Frei André de Torquemada, OFM, enviado à India em 1519, onde desenvolveu notável acção apostólica, anticipando-se, em várias matérias, à visão missionária do próprio S. Francisco Xavier. Era bispo titular de Dume, ou, na graciosa expressão do tempo, bispo de *anel* de Dume. O anel significava assim a dignidade episcopal, mas, como não tinha o direito ao uso do báculo, cerceava-se-lhe a plenitude da mesma dignidade. D. Frei André regressou ao reino em 1524, sabendo-se que

(*) É o resumo da comunicação.

dedicou o resto da sua vida ao ensino teológico e à coadjuvação da Sé de Braga.

Além deste, há notícias ainda de outro Bispo de Dume, sobre o qual, aliás não interessa chamar a atenção, visto o fim da minha modesta comunicação ser apenas fundamentar a proposta de se pedir à Santa Sé se digne ressuscitar entre nós, quando se trata da nomeação de qualquer bispo titular, a antiga Sé de Dume. Um *bispo de Dume* assentaria perfeitamente, ousamos crê-lo, no episcopado português. Voltar-se-ia a uma antiga tradição portuguesa e seria, além disso, uma perene homenagem a S. Martinho de Dume, santo que, a partir deste memorável congresso, há-de ocupar na piedade portuguesa o lugar que verdadeiramente lhe compete.

Restos da Basílica Visigoda de Santa Maria de Ferreiros: Amares—Braga

por
MARIA JOSÉ AROSO REIS

Segundo diz o cónego J. Augusto Ferreira (1) «as origens de Braga» estão «envolvidas numa profunda obscuridade. Não acompanhamos, em Portugal, o ritmo de investigações alcançado na vizinha Espanha; descuramos o conhecimento dos tempos do baixo Império Romano, em que os cristãos começavam a afirmar a sua importância política e religiosa, a despeito das perseguições de que eram vítimas.

Urge que nos dediquemos com maior entusiasmo ao estudo do viver dos nossos avoengos cristãos contemporâneos do domínio suevo-visigótico Teria, sobretudo, grande interesse aumentarmos os nossos conhecimentos àcerca do séc. VII, um dos mais nebulosos da vida europeia, e em que a Hispânia desempenhou um papel de relevo entre as nações da Europa.

Apresentamos aqui uma pequena contribuição para mais perfeito conhecimento desta época: a notícia dos restos pertencentes com toda a verosimilhança a um templo cristão, provàvelmente uma basílica.

Estes restos, constituídos por um capitel e uma pia baptismal, foram encontrados no decurso do inventário artístico da Academia Nacional de Belas Artes no vizinho concelho de Amares, na freguesia de Santa Maria de Ferreiros, mais precisamente nos terrenos hoje conhecidos por Quinta de Pisão.

Pinho Leal informa-nos (2) que «a antiga matriz era a uns 80 metros ao sul da actual, dentro da quinta da residência paroquial». Ora os

---

(1) Aut. cit., Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga, Vol. I, p. 19, 1928.
(2) Portugal Antigo e Moderno. Vol. III, p. 177.

elementos arquitetónicos que vamos descrever mais pormenorizadamente, foram encontrados precisamente no local assinalado pela citação.

Seria interessante a realização duma sondagem ou escavação metódica no local hoje incorporado na Quinta do Pisão e onde em tempos fora o antigo Paçal do pároco de Ferreiros. Deste modo talvez ficássemos a conhecer a planta do templo, possìvelmente uma basílica, e assim, com maior segurança, poderíamos atribuir uma cronologia aos elementos decorativos aqui descritos.

O capitel, decorado com lavores em todas as faces, foi talhado no granito regional, e apresenta as seguintes dimensões: 0,45 m. de altura por 0,60 de comprimento e 0,46 m. de largura. Posteriormente foi escavado na parte superior, talvez para servir de pia de água benta.

O capitel, ornamentado com uma decoração linear profusa e pequenas volutas, permite-nos, mais uma vez, verificar a evolução estilística em que os modelos romano-cristãos são progressivamente estilizados. Esta estilização cada vez mais nítida pode verificar-se nos ornatos dos capiteis em que, como neste de que tratamos, as folhas de acanto se vão geometrizando nas nervagens, uniformizando nos contornos e nas curvas, incorporando-se a decoração cada vez mais no cipo até ao ponto de se apagar a origem das folhas e a parte superior se unir num relevo almofadado (3). A técnica do motivo que decora as palmetas ou acantos é a mesma que se repete no friso ou na imposta do arco da capela-mor da Basílica de Balsemão. Nesta basílica, que tem sido atribuida aos fins do século VI, os capiteis são do tipo coríntio degenerado, mas para além desta inspiração clássica aparece no monumento toda uma série de insculturas decorativas de ascendência pré romana, de remota origem e que perduram, por vezes, na actual arte popular.

Este capitel, quer pelo seu formato, quer por estar sòmente trabalhado em três das faces, bem poderia ter estado a guarnecer a imposta do arco do altar-mor. É semelhante o seu arranjo ornamental a um dos nove capiteis da Mesquita de Córdova (4), mas encontramos-lhe muito maior semelhança se o compararmos com alguns capiteis da Basílica de Santa Comba de Bande (Orense). Consequentemente, pela análise dos caracteres desta igreja e dos informes documentais que possuimos veri-

---

(3) VIRGÍLIO CORREIA: *Arte visigótica, in* História de Portugal. P. 382, Barcelos, 1938.

(4) CANPS CAZORLA: *El Arte Hispanovisigodo, in* História de Espanha, Vol. III, fig. 178, p. 471.

ficamos não ser o capitel posterior ao terceiro quartel do século VII. Pela comparação que há pouco fizemos dos motivos decorativos do capitel de Ferreiros com os similares de Espanha, verifica-se a sua repetição em várias gradações evolutivas do séc. VI ao IX, como se pode ver em Santa Comba de Bande, San Pedro de la Nave, Santa Cristina de Lena, Santa Maria de Navance, etc.

A pia baptismal, também de granito, em forma de taça, apresenta uma decoração lateral constituida por um sulco ondeado e serpentiforme de talhe um tanto irregular, aspecto que nos lembra as decorações da cerâmica coeva e que, pelo seu formato lembra o baptistério de San Pedro de la Nave (5).

Estes restos monumentais que nos permitem a ilação da existência de uma basílica visigoda, do séc. VI ou VII, na freguesia de Ferreiros, valoriza extraordinàriamente o património regional, em que avulta a torre dos Vasconcelos, do século XII, e permite-me chamar a atenção de V. Ex.as para o interesse que teria uma mais intensa pesquisa arqueológica dos nossos primitivos monumentos cristãos.

(5) As medidas desta pia são 60 cm. de altura por 50 cm. de diâmetro.

Estado Social e Político do Noroeste da Península no Séc. VI [1]

pelo DOUTOR TORQUATO DE SOUSA SOARES
Professor da Universidade de Coimbra

A decadência das instituições urbanas vão-se acentuando progressivamente no mundo romano durante o Baixo Império, a ponto de nos restar delas um simulacro no século V, quando os vândalos, asdingos e silingos, os alanos e os quados-suevos fizeram a sua entrada na Península Ibérica (408 ou 409).

Uma das consequências mais notórias dessa decadência é a separação do «territorium» da «urbs». Nele, uma organização privada, de tipo senhorial vai-se, então, substituindo gradualmente à organização pública, passando as «villae» rurais a constituir verdadeiros *coutos* pràticamente imunes.

A população urbana, essa, à mercê dos agentes fiscais, dissociada dos centros productores, está numa situação cada vez mais precária; e não é uma nova magistratura — a do «defensor civitatis» — que conseguirá deter a marcha desse longo processo de decadência.

Os males que perturbavam tão profundamente a vida dessas comunidades eram demasiadamente profundos para poderem ser conjurados com simples medidas de carácter administrativo. E, assim, uma crise económica a que segue de perto uma perturbação de carácter social cada vez mais extensa e profunda torna as desordens morais da vida pagã ainda mais gritantes e afrontosas.

A prègação evangélica, viva sobretudo nas cidades, vai empolgando as almas, sedentas de ideal. É imensa a tarefa que incumbe ao bispo, que organiza, dirige, assumindo verdadeiramente o primeiro lugar na vida urbana. E quando os suevos se fixam no noroeste da Península, especialmente no sul da Galécia e no norte da Lusitânia, é a figura de um prelado, o célebre bispo Idácio, de «Aquae Flaviae», que surge como intérprete das angústias e aspirações da popu-

---

[1] É o resumo da magistral lição que ao Congresso veio fazer o eminente medievalista.

lação. A sua Crónica dá bem a medida da perturbação que a entrada desse povo germânico provocou até ser fixado pela lei da hospitalidade romana.

A situação geral melhora então; mas o enquadramento dos recém-chegados, que, constituindo embora uma minoria, formavam ou fiscalizavam os quadros da administração num país onde o Estado Romano tinha deixado de estar presente — não podia deixar de continuar a causar graves perturbações na vida da colectividade. Acresce a circunstância de a sua presença prejudicar o desenvolvimento normal do Cristianismo, cujos quadros se iam constituindo nos principais centros urbanos, irradiando daí, paulatinamente para os centros rurais.

Infelizmente não possuímos para toda a época sueva uma crónica como a de Idácio, e por isso a sua história é-nos muito mal conhecida, especialmente a partir de 469.

Para se fazer uma ideia tanto quanto possível clara do estado social do território onde se fixaram os suevos, é necessário ter em conta as consequências de ordem política da formação nesse território de um novo Estado que resulta, não de um processo evolutivo normal, mas de uma acção militar extremamente violenta.

Não é fácil fixar o número de quado-suevos que se fixaram na Galécia, mas era, por certo, incomparàvelmente menor do que o dos galaico-romanos. Estes, porém, dispersos, *limitaram-se a resistir encerrados nas suas cidades;* e, embora não possamos, de modo nenhum, perfilhar as conclusões demasiadamente exclusivistas de Ernesto Mayer, que a crítica histórica rejeitou definitivamente, *o certo é que foi sobretudo no campo que os recém-chegados se fixaram.* Mas o que importa especialmente notar é que o novo Estado quado-suevo, cuja sede parece ter sido em Braga, não constituia senão uma nação de carácter étnico, isto é, formada apenas pelo povo invasor. A seu lado, os galaico-romanos eram verdadeiramente um elemento estranho à sua própria organização política.

Esta separação, agravada pelo facto de ser outra a religião dos invasores não se modificou com a conversão de Requiário ao Cristianismo católico, segundo parece em 448 — acto de carácter meramente pessoal ou político — e bem fugaz — que não afectou a vida do seu povo. Prova-o a conversão de Remismundo ao arianismo já em 465.

Se a estes factos acrescentarmos a circunstância de os reis suevos orientarem a sua actividade sobretudo para além do seu próprio território, quebrando sucessivamente os *foedera* ajustados com o Império, compreenderemos que a nova monarquia não caminhava por esforço próprio para a sua territorialização. Em todo o caso, a sua permanência em território em que co-habitava um povo nele fortemente enraízado, havia de provocar uma reacção de que a Crónica

de Idácio nos deixou alguns vestígios. E essa reacção durante quase século e meio não podia deixar de contribuir para a plasmação de uma unidade nacional. A acção de S. Martinho de Dume, que tanto contribuiu para a criação de uma unidade religiosa no sul da Galécia e norte da Lusitânia, encontrar-se-ia assim facilitada.

A carência de fontes torna pràticamente impossível a reconstituição da história política desta região na primeira metade do século VI; mas já na 2.ª metade desse século alguns testemunhos revelam factos de excepcional relevo. Assim, S. Gregório de Tours refere-se à conversão, em 550, do rei suevo Karriarico à religião católica, em cumprimento de um voto feito a S. Martinho, que o levou à Gália em visita ao túmulo do grande taumaturgo. Mas Santo Isidoro de Sevilha, que não menciona esse monarca, refere-se apenas à conversão dos suevos em 559, reinando Teodomiro.

É possível que a menção de Karriarico, a que nenhuma outra fonte alude, esteja equivocada, e a única conversão que se deu tivesse sido a de 559. Mas é também possível, como sugere o Prof. Manuel Torres, que a primeira conversão tivesse sido apenas do rei e da sua corte, em cumprimento de um voto, ou do propósito de se aproximar da população galaico-romana, ao passo que a segunda, devida sobretudo à acção de S. Martinho de Dume, constituisse a conversão em massa do povo suevo. A obscuridade dos decénios anteriores torna difícil uma conclusão; mas o certo é que os dois concílios de Braga de 561 e 572 atestam a pujança de uma vida religiosa que não pode deixar de traduzir um processo adiantado na formação da unidade política.

O problema das fronteiras do Estado suevo até aí tão abscuro, ilumina-se com a menção das dioceses representadas nas reuniões sinodais de Braga — embora não seja absolutamente certa a coincidência entre os limites do Estado e os das dioceses aí representadas, isto é, além das galegas, quatro do norte da Lusitânia: Coimbra e Lamego, Viseu e Idanha. Mas uma particularidade cumpre pôr em relevo: ao passo que estas últimas dioceses parecem ligar-se cada vez mais ao novo reino, a ponto de continuarem unidas à metrópole bracarense até meados do século seguinte (já, portanto, cerca de três quartos de século depois da queda da monarquia sueva), as dioceses galegas do norte constituem cada vez mais um grupo à parte. O Dr. Manuel Torres chega mesmo a afirmar que, sob o ponto de vista eclesiástico, o território da monarquia sueva esteve dividido em duas províncias — Braga e Lugo; mas o Prof. Pierre David rechaça essa ideia, supondo tratar-se de uma simples divisão sinodal, sem carácter permanente. De facto, Lugo nunca foi metrópole.

A divisão existia porém, e está bem evidente nas chamadas actas do concílio de Lugo de 569, que, embora como tal sejam apócrifas, utilizam uma lista

absolutamente autêntica das dioceses e respectivas paróquias da monarquia sueva; e certamente coincidia com uma tendência para a divisão política, separando o norte, onde se tinham fixado, embora fugazmente, os vândalos asdingos, do sul, onde parece ter residido o verdadeiro espírito de autonomia sueva. Talvez assim se explique a cisão da monarquia, por volta de 460, em dois estados: o de Remismundo, ao norte, com Lugo Orense, e o de Frumário, ao sul, com Braga e Portucale. Mas esta divisão foi apenas episódica e, por falta de dados, é muito aventurado tirar dela alguma conclusão. Todavia cumpre recordar o facto de Remismundo, rei único por morte de Frumário em 464, se ter aproximado dos godos e adoptado o arianismo.

A posição da monarquia sueva só se modifica, como vimos, nos meados do século seguinte com a conversão dos germanos dominadores à religião dos galaico-romanos, em 558-559.

Não me compete sequer abordar aqui a obra de S. Martinho de Dume, mas apenas os seus reflexos políticos, que podem ser encarados em relação à estrutura do Estado e da população do país. Creio bem que, relativamente àquele, eles são apenas sensíveis, pois que a acção do Apóstolo não conseguiu torná-lo estável. Passemos uma vista de olhos pelos acontecimentos políticos de então.

A Teodomiro que governou a monarquia durante onze anos, sucede, por eleição ou confirmação da nobreza germânica, o rei Miro, que se conserva no poder durante treze anos. Dois factos, além da luta contra os bizantinos, que tinham atacado as fronteiras do Estado, tendo até, talvez, entrado em Conimbriga, cumpre recordar: o envio de uma embaixada a Gontran, embaixada essa que o monarca rival, Chilperico, apresou em Paris, — e o apoio dado a Hermenegildo na sua luta contra o arianismo.

Ambos estes factos testemunham os esforços de Miro para criar uma posição estável em face dos visigodos, na base de uma política de carácter nìtidamente religioso. A situação da Gália franca cindida por lutas civis, que se renovavam periòdicamente, e, por outro lado, a vitória de Leovigildo, tornariam irremediável a queda da monarquia sueva.

A sua situação interna não podia deixar de se ressentir desses sucessos. Eborico, que sucede a Miro, é destronado logo no segundo ano do seu reinado por Andeca que não consegue fazer-se aclamar rei e é vencido por Leovigildo em 585 em Braga e em Portucale, isto é, no território nuclear da monarquia sueva, que terminava assim.

As circunstâncias políticas da Gália e da Hispânia foram, realmente, desfavoráveis à consolidação da nova monarquia, que ruiu, mais em consequência delas do que vítima de uma crise interna que se agravava. Pelo contrário: assis-

timos, nos últimos decénios da sua história, ao esforço para a obtenção de um equilíbrio que se manifesta cada vez mais perfeito — equilíbrio esse que não podia deixar de contribuir para o robustecimento da sua estrutura. Por isso se assiste mesmo para além da anexação territorial à monarquia visigótica, ao prolongamento do processo de individualização populacional — e para este resultado não pode ter sido indiferente a acção de S. Martinho.

Ouso apresentar ainda uma sugestão, ou antes, formular uma pergunta. Para o acréscimo de importância política de Portucale, elevado à categoria de sé episcopal no século VI, não teria contribuído a circunstância de ser o melhor porto do Estado suevo, coincidindo, assim, com sensível desenvolvimento do tráfico mercantil marítimo?

Mas, mesmo que o acréscimo de importância política da região portucalense resultasse de um desenvolvimento urbano considerável, isso não basta para se pensar sequer numa transformação do estado social no território onde se estabeleceram os quado-suevos que continua a tradição romana; mas, para bem se compreender esse acréscimo de importância política, não podemos deixar de ter em vista o intenso desenvolvimento da vida religiosa testemunhado pela sua organização paroquial que as pseudo-actas do concílio lucense testemunham claramente. E para esse resultado muito havia de ter contribuído, se é que não desempenhou papel decisivo, o prelado dumiense.

Mas estas manifestações de uma actividade promissora não podiam fazer cessar os efeitos de uma crise profunda e irremediável, sobretudo depois que o território suevo ligou os seus destinos à monarquia visigótica.

De facto, o estabelecimento dos povos germânicos favoreceu, de certo modo, o agravamento da crise, embora a libertação da fiscalidade romana, cada vez mais onerosa, contribuisse, por sua vez, para uma melhoria das condições de vida da população indígena, se o novo estado suevo, apenas territorializado, tivesse conseguido pacificar o país e radicar-se nele.

Dois factos sobressaem no quadro social da época; É o primeiro a ruína da nobreza territorial romana e o aparecimento, para a substituir, de uma nova aristocracia em que o elemento germânico há-de ocupar lugar preponderante. É o segundo a transformação gradual do servo-coisa em servo-pessoa. Para esse transcendente passo na evolução do concerto da servidão, muito haviam de contribuir por um lado as novas condições da vida agrícola e por outro a acção do cristianismo que, embora não hostilizasse a servitude como instituição social, pois até, por vezes, a favoreceu, cavou a sua irremediável ruína ao dar ao servo o direito de constituir livremente a sua família como «pessoa».

Não devemos porém esquecer que é justamente no noroeste de Península que a servidão aparece mais arreigada nos séculos seguintes, especialmente ao

norte do Minho — circunstância esta de que, no entanto, não é lícito tirar qualquer conclusão, uma vez que a invasão muçulmana afectou muito mais profundamente a vida ao sul daquele rio. Mas o arreigamento da servidão na Galiza, que apresenta nos primeiros séculos da reconquista e, ainda mais a partir do século XI, uma feição tão marcadamente arcaízante, pode, a meu ver, explicar-se por uma melhoria da condição servil, numa época anterior. Realmente, a adscrição à terra representando um progresso, contribue para radicar a servitude, especialmente num país como este de população estável, fortemente enraízada.

Será aventurado descobrir nesse primeiro progresso social o zelo apostólico de S. Martinho, que tanto contribuiu para a elevação moral do povo de que era pastor?

Teria sido S. Martinho de Dume o patrono dos Templos de S. Martinho do Funchal?

Pelo VISCONDE DO PORTO DA CRUZ

REZA uma lenda insulana que a Virgem Santíssima, vendo a incorrigível maldade dos homens, chorou!

Então uma lágrima, rolando-lhe pela face, condensou-se ao atravessar a amplidão do espaço e caiu no mar imenso, onde ficou como Pérola maravilhosa que os nautas audaciosos do Infante de Sagres descobriram, no alvorecer do Século XV, e de logo cuidaram que ela se tornasse a joia mais bela que ornasse a Coroa dos Reis de Portugal.

Essa «Pérola do Atlântico» é a Ilha da Madeira, a primeira descoberta dos Portugueses de onde seguiram para as glórias da epopeia nacional.

Em grande parte eram *minhotos* os homens das descobertas que chegaram às ilhas desabitadas do Arquipélago da Madeira e que arreigados àquele sentimento de nobre patriotismo cuidavam de ir dilatando a Fé e o Império...

Minhotos foram, em grande número, os povoadores daquelas Ilhas abençoadas, onde a natureza parece ter caprichado em reunir todas as condições que podem dar ao homem a alegria de viver.

Do Minho, terra também de encantadoras belezas e de solo rico, vieram com os seus homens, os costumes e a tradição — que é a alma do Povo — projectando para o Futuro os sentimentos e o viver das Províncias nortenhas nessas portuguesíssimas ilhas atlânticas...

E com a tradição popular e os costumes do Minho, foram também muito lógica e naturalmente, os sentimentos religiosos e a veneração pelos Santos, que de longe vinham merecendo, através das gerações, um culto especial.

Entre os Santos de maior predilecção entre os Minhotos destaca-se de um modo notável SÃO MARTINHO DE DUME.

* * *

Quando o poderio invencível de Roma, após o aniquilamento da velha Cartago, considerou a importância da Península Ibérica, não se deteve no plano da conquista e do domínio.

De um modo geral fácil lhe foi a invasão. Mas quando as Legiões romanas chegaram às regiões onde os Suevos tinham assentado o seu governo, que era, em parte, a nossa bela e rica Província do Minho, com Braga por capital, as águias imperiais de Roma, encontraram a mais inesperada e decidida resistência.

Os «*Bracaros*» surpreenderam as legiões aguerridas dos romanos, que só pela acção do tempo e a superioridade de forças puderam realizar a absorpção. Tardiamente, quando os invasores triunfantes, esqueceram a heróica resistência dos «Bracaros», é que estes puderam verificar o alívio do peso da dominação militar e usufruir os benefícios de uma organização política que Roma oferecia como primor de civilização.

E foi nessa terra magnífica onde os dominadores tinham sofrido duros reveses, que, a patentear apreço, o poder imperial concedia a honra de que a antiga capital dos Reis suévicos se denominasse «Bracara Augusta».

Perto de Braga, também no coração do Minho, está a velha DUME, cuja idade quase se perde na distância do passado, a par de Braga.

* * *

Divergem as opiniões autorizadas quanto à importância de Dume nos tempos idos. As descobertas arqueológicas demonstram que ali existiu uma arquitectura que só se explica com uma civilização adiantada.

A História ensina que na Monarquia dos Suevos — que durou pouco mais de um século e teve uma série de onze Reis — Braga foi uma *corte* com explendor e grandeza, que a conquista visigótica atingiu e subjugou. Mas antes disso, em pleno domínio suévico, teria tido início, no 6.º século, a Diocese de Dume, num centro populacional de importância, consequentemente.

Na lenda, com fundo histórico, aparece um *Rei Charrarico* dos Suevos que seguia, como o povo, as doutrinas arianas, que na Península se tinham expandido.

A lepra desenvolvera-se no País com tal intensidade que atingiu o próprio Príncipe Herdeiro.

Desolado o Rei Charrarico, depois de ter visto falhar todos os recursos da medicina, ante o mal horrendo que lhe ameaçava o filho, voltou-se para Deus e devotadamente prometeu ao milagroso S. MARTINHO DE TOURS, abjurar do

erro ariano se o Príncipe se curasse do repelente mal da lepra. Coincide com este apelo à misericórdia divina a notícia de ter desembarcado num dos portos da *GALAECIA*, um homem misterioso, que viera de Jafa.

Vivera muitos anos em Jerusalém e viera à Península decidido a combater as doutrinas arianas.

Chamava-se *MARTINHO* e diziam uns que era grego e outros que nascera na Hungria.

Este homem de inteligência fulgurante, de palavra firme e fluente, inérgico e sábio, falando diversas línguas, chegou à *Corte* do Rei Charrarico e pelo poder de persuasão leva o monarca a abjurar. O Príncipe cura-se milagrosamente da lepra hedionda e Charrarico manda em sinal de reconhecimento, erguer um Templo magnífico e um Mosteiro que confia ao governo de S. Martinho.

O peregrino misterioso, que é também devoto de SÃO MARTINHO DE TOURS, inicia então o combate intenso contra a seita e consegue a verdadeira doutrina cristã.

O Templo e o Mosteiro que manda erigir o Monarca Suévico ficavam nesse núcleo de população, próximo de Braga, que chegou até nós com a designação de DUME.

A acção do Abade Martinho do Convento de Dume teve tal projecção na vida do Povo e em toda a Península, que ele se tornou conhecido pelo «APÓSTOLO DOS SUEVOS DA GALÍCIA». Os grandes dotes do coração, a sua formidável inteligência, a sua tenacidade, o seu poder persuasivo, a sua sabedoria, o seu cuidado de evangelização contribuiram para que o modesto Abade do Mosteiro fosse elevado à categoria de *BISPO* — tendo sido sagrado pelo 7.º Bispo de Braga, Lucrécio.

A igreja do Mosteiro passou então a ser designada por Catedral. Como *Bispo de Dume*, Martinho notabiliza-se e impõe-se em todo o País. Mas distingue-se notàvelmente também como orador, poeta, escritor, teólogo e filósofo dos mais eminentes da sua época, com um sentido exacto da doutrina cristã e dando o exemplo de uma vida austera, que lhe deu justa fama de *Santidade*.

Dos seus escritos, vê-se que o zelo apostólico e a elevação poética, cheia de misticismo, o empolgavam. Os *cânones* dos Concílios Provinciais tiveram a sua benéfica influência e magnífica colaboração.

A sua cultura intelectual segue no mesmo nível elevado da sua mística cristã.

É um erudito, de estilo brilhante, adaptando a elegância da palavra ao sentido religioso.

Em 570 morria o Bispo Lucrécio de Braga e o Bispo Martinho de Dume,

sem abandonar a sua pequena e primeira Diocese, assume o posto da mais alta jerarquia religiosa do País.

Multiplicam-se então os milagres que o Povo conhece e divulga, alargando-lhe a fama de Santidade. E o Bispo Martinho continua educando, convertendo, corrigindo erros, ensinando a prática da caridade, incitando a pureza da vida, o amor do próximo, na ânsia apostólica de aperfeiçoar as almas.

Fundou onze mosteiros. Fez erigir Templos e ama esta região onde se alarga hoje o nosso formoso Minho, como se fora a sua Pátria.

Em 20 de Março de 580 morre, com cheiro de Santidade, Martinho, primeiro Bispo de Dume, que fica sepultado no Mosteiro que lhe tinha sido confiado e onde se registam vários milagres.

Sòmente depois do 10.º Concílio de Toledo é que se torna lícito considerar como Santo de Igreja esse Peregrino que ainda novo deixou a Hungria para ir, com preocupações de apostolado, viver em Jerusalém, de onde passou à Península Ibérica para combater o erro ariano e que se tornou um dos mais célebres sustentáculos da Igreja e dos maiores Santos que se impõem ao respeito e à veneração dos fiéis.

Em Dume ficou sepultado o Bispo São Martinho até aos tempos difíceis da conquista da Península pelos Árabes, que forçam o Bispo, que então regia as Dioceses de Dume e de Braga, a refugiar-se na Galiza. Parece que este Prelado, antes de abandonar as suas Dioceses, teve o cuidado de esconder os restos mortais do Bispo de São Martinho de Dume, evitando assim que fossem desrespeitados ou se perdessem.

El-Rei D. João II e D. Manuel I, assim como o Infante D. Luís eram devotos de S. Martinho de Dume e ali foram em peregrinação.

Foi só em 1599 que, após demoradas pesquisas na Catedral de Dume, foram encontrados os restos mortais do Santo.

Em 1606 transladaram esses despojos preciosos para a Capela de Nossa Senhora da Rosa, na Sé de Braga, apesar dos protestos do Povo de Dume.

Para apasiguar os ânimos e talvez como *prémio de consolação* deixaram aos dumienses o caixão onde parece terem estado primeiramente o corpo de São Martinho...

Sendo incontestável que os Minhotos guardam imensa veneração pelo Bispo São Martinho de Dume e ainda considerando que os Reis de Portugal, D. João II e D. Manuel II, assim como o Infante D. Luís foram fervorosos devotos deste Santo, e tendo em conta também que foram homens do Minho a povoar a Madeira, que era terra por que muito se interessava El-Rei de Portugal, porque motivo não se admite que tivesse sido escolhido para orago de S. Martinho, nos subúrbios do Funchal, o S. Martinho de Dume, tanto da devoção dos nortenhos?

* * *

Até agora não tem sido possível precisar a data da edificação da primeira Capela de São Martinho na Ilha da Madeira.

Desde os tempos mais recuados do povoamento, a freguesia da Sé do Funchal alargava a sua jurisdição até esses terrenos para além e para cima do Ribeiro Seco, onde um nortenho, de nome Afonso Anes, se fixou logo nos primeiros tempos da colonização, cuidando de agricultar aquelas terras fertilíssimas constituindo ali uma «fazenda» com casa de moradia. Depois, outros povoadores, talvez também oriundos do norte de Portugal, preferiram aquela região para a exploração agrícola e ali se estabeleceram. Deve andar por esta época a edificação da primeira capela que ali existiu e que tinha por Patrono S. Martinho. É lícito admitir que, por serem em grande número nortenhos os povoadores que ali se reuniram formando um curioso núcleo populacional, tivesse sido *S. Martinho de Dume* o escolhido para Patrono do minúsculo Templo.

Há quem opine que a evocação de S. Martinho se relacione com o *arraial* primitivo e caracteristicamente portugueses da popular *Festa do Vinho*, que vem na tradição peninsular desde o convívio, que se perde na distância do passado, com os velhos gregos que chegavam até à Ibéria e sempre festejavam as vindimas...

Para que esta versão tivesse fundamento parece que ao tempo em que era edificada essa primeira Capela de São Martinho já por ali se deviam estender aqueles vinhedos que mais tarde, constituiram uma rica cultura insulana. Mas exactamente na época em qve Afonso Anes e os seus companheiros, por ventura gente do norte, ali se fixaram a desbravar terrenos, cuidaram especialmente de suas *hortas* que abasteciam a vila, sempre crescente, do Funchal.

E tanto assim que Afonso Anes, ao que dizem os documentos suevos, era conhecido pelo «Hortelão», não constando portanto que ali houvesse a cultura da vinha. Por meados do século XVII foi construida a primeira Igreja Paroquial de S. Martinho. O grupo populacional tinha tomado já grande desenvolvimento; o que se explica e confirma com um *alvará régio* de 1579, que reconhece *S. Martinho* como *freguesia* independente e com todas as devidas regalias.

Em 1735 esta igreja era insuficiente para as exigências e importância da da população, motivo por que resolveram ampliar o Templo. As obras foram tão grandes e radicais que se pode considerar tratar-se da edificação de nova Igreja.

A freguesia de S. Martinho foi sempre ganhando importância e alargou-se extraordinàriamente, de modo que em 1883 decidem começar os trabalhos para a construção de outra Igreja, que se ergueu ali próximo, tendo revestido grande imponência o lançamento da *primeira pedra* com a presença das autoridades

eclesiásticas em 8 de Julho de 1883. A grandiosidade que desejavam que tivesse este novo Templo exigia largo dispêndio de capitais, que por desgraça faltavam o que motivou a interrupção das obras por muitos anos.

Por volta de 1909 o Pároco de São Martinho, Reverendo Teodoro Henriques — que era, segundo as investigações genealógicas, descendente daquele misterioso Príncipe Polaco que viveu e morreu refugiado na Madeira e se tornou conhecido por «Guilherme Alemão» — empreendeu dar acabamento à nova Igreja. Em 1918 terminavam finalmente as obras e a freguesia de São Martinho, nos subúrbios do Funchal, ficava dotada com dois Templos.

* * *

Se nortenhos eram, em número considerável, aqueles que passaram as Ilhas do Arquipélago da Madeira e ali se estabeleceram com as vantagens e regalias do povoamento e ainda, se vamos encontrar nos documentos da época nomes de famílias do norte do Continente que escolheram aquela região, onde se alarga hoje a freguesia de S. Martinho, porque motivo se não deve admitir e hipótese de ter sido *São Martinho de Dume* aquele que preferiram para Patrono se o Santo Bispo continuava a ser o que maior veneração lhes merecia?

Ali teve *haveres* um *Gonçálo Anes, natural de Celorico*, o que tinha sido Escudeiro do Infante D. Fernando, filho do Senhor Rei D. Duarte I de Portugal.

E, entre outros nomes de colonos e proprietários vindos das províncias do norte do Continente do Reino, ainda se destaca a família *Aguiar*, que teve importância e de quem provém *D. Martinho de Aguiar* — nascido em S. Martinho — que foi Bispo de Ceuta o de Tânger, tendo falecido em 1633.

Podiam ser nomeados ainda muitos outros povoadores e colonos que do norte do País foram fixar-se nas Ilhas do Arquipélago da Madeira e que procuraram a rica e afamada região de São Martinho.

Segundo o raciocínio, não é para por de lado a probabilidade de ter sido *São Martinho de Dume* o Patrono escolhido por essa gente que era em grande parte oriunda do norte e que teria bem arreigada a devoção tradicional pelo Santo Bispo.

O facto de ser mencionado o *Apóstolo São Martinho* como Padroeiro das Igrejas e da Freguesia não vai destruir a hipótese de ser o São Martinho de Dume, porque este também se tornou conhecido e muito designado como o *Apóstolo dos Suevos*.

Não há, em face deste critério, motivo que o *Apóstolo São Martinho* não seja o mesmo *Apóstolo dos Suevos*.

Até que *dados irrefutáveis* provem o contrário, não se poderá dizer que

São Martinho da Madeira não seja a evocação de *São Martinho de Dume*. que os povoadores nortenhos, muito especialmente, veneravam e que teriam transmitido aos seus descendentes essa devoção que lhes vinha de séculos distantes através de gerações.

Ao fixarem-se nas Ilhas, que Tristão Vaz e Gonçalves Zarco descobriram e que o Infante D. Henrique e depois os Reis de Portugal tão desveladamente cuidaram de povoar e enriquecer, os colonos teriam certamente mantido os costumes e as tradições que levavam da Mãe-Pátria. Assim os nortenhos conservariam a sua fervorosa veneração pelo Santo predilecto que seria como que uma projecção da alma desse Minho, de que se separavam, na vida das novas Ilhas também terras de fantástica beleza natural, onde se firmaram os sentimentos cristãos e essencialmente portugueses.

Quinta da Bizelga
Aceiceira, 29 de Outubro de 1950

Actas do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos

A Revista «Bracara Augusta», com as publicações do presente tomo, deixa concluída a tarefa que se impôs de, através de alguns números, dar à estampa as Actas do memorial ajuntamento científico realizado em Braga, no ano de 1950, — Actas que compreendem a Carta autógrafa de Sua Santidade Pio XII, a Acta ou Crónica do Congresso, os Discursos proferidos e os Trabalhos apresentados, *in extenso* ou em resumo, com exclusão daqueles já editados noutros lugares ou cujos originais não foi possível obter.

Para comodidade dos estudiosos organiza-se a presente

Tábua de Matérias

com as remissões bibliográficas respectivas

Aguiar, Fernando de, Advogado, *Influência de S. Martinho de Dume na política e instituições suévicas na Península* — in «Gil Vicente», Guimarães, 1952;

Azevedo, David de, P.e, Dr., *S. Martinho de Dume como Teólogo* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (Tomo I);

Barbosa, Arnaldo Miranda, Dr., Prof. da Universidade de Coimbra, *O senequismo dos opúsculos morais de S. Martinho de Dume* — in «Bracara Augusta», vol. V de 1954;

Boaventura, Manuel de, Escritor e Etnógrafo, *Subsídios e achegas para o estudo Filológico de dois Vocábulos da Toponímia portuguesa Dume e Panoias* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Brásio, António, P.e, S. Sp., *Obras de S. Martinho e sua projecção* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Cerejeira, Manuel Gonçalves, D., Cardeal Patriarca de Lisboa, *Discurso* — in «Correio do Minho» de 22-10-1950;

Chaves, Luís, Dr., *Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Coelho, José Constantino Ribeiro, *Crónica do Congresso* — in «Bracara Augusta», vol. II, 1950-1951;

Cortez, Russel, Dr., Director do Museu Grão Vasco, *O viver das populações Bracaraugustanas do século IV ao VII J. G.* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Costa, Avelino Jesus da, P.e Dr., Assistente da Faculdade de Letras, Coimbra, *O culto de S. Martinho de Dume* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Cruz, Guilherme Braga da, Dr., Prof. da Universidade de Coimbra, *A obra de S. Martinho de Dume e a legislação visigótica* — in «Scientia Iuridica», Braga, 1952;

Cunha, António Maria Santos da, Comendador, Presidente da Câmara Municipal de Braga, *Saudação* — in «Bracara Augusta», vol. II de 1950-1951;

David, Pierre, Cónego Dr., Prof. da Universidade de Coimbra, *L'Organisation ecclésiastique du Royamme suève au temps de Sain Martin* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Eça, João de Moura Coutinho de Almeida, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, *Os Sarcófagos de Dume na Arte Pré-Românica* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Feio, Alberto, Dr., Director da Biblioteca e Arquivo de Braga, *S. Martinho na formação do Sentimento Nacional* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Freitas, Eugénio Andrêa da Cunha, Dr., da Associação dos Arqueólogos Portugueses, *Costumes e Tradições do século VI e da Actualidade* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Gaillard, George, Prof. da Universidade de Lille, *Deux Sculptures Funéraires provenant de Saint-Maria de Dume* — in «Bracara Augusta, vol. VI-VII, 1955-1956;

Gallo, Alfonso Garcia, Prof. Catedrático da Universidade de Madrid, *El Testamento de San Martin de Dumio* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Lopes, Francisco Fernandes, Dr., *Comentário à Formula Vitae Honestae* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Macedo, Henrique Veiga de, Subsecretário de Estado da Educação Nacional, *Discurso* — in «Bracara Augusta», vol. II de 1950-1951;

Machado, José Pedro, Dr., *Um problema de Linguística Portuguesa* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Madoz, José, P.e Dr., Decano da Faculdade de Teologia de Oña, Burgos, *Arrianismo y Priscilianismo en Galicia* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Moncada, Luís Cabral, Dr., Prof. da Universidade de Coimbra, *Discurso* — in «Correio do Minho» de 22-10-1950;

Mundó, Anscari, Monge de Montserrat, *Preparando la edición critica de Baquiario* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Oliveira, Miguel, Monsenhor, Historiador, *Panorama espiritual do Ocidente da Península do século de S. Martinho* — in «As Paróquias Rurais Portuguesas», União Gráfica, 1950 (Comunicação que não chegou a ser apresentada, mas que o autor intercalou no capítulo «As Paróquias no domínio suevo, do citado livro);

Pedrayo, Ramon Otero, Dr., Prof. da Universidade de Santiago de Compostela, *Discurso — in* «Bracara Augusta», vol. V, 1954;

Pina, Luís de, Dr., Prof. da Faculdade de Medicina do Porto, *Os Cânones de S. Martinho de Dume e a Medicina Lusogermânica* — in «Bracara Augusta», vol VIII de 1957 (II tomo);

Pinto, Sérgio A. da Silva, Dr., *A Igreja de Braga no Reino Suevo* — in «Bracara Augusta», vol. II de 1950-1951;

Prado, Germano, Dr., *El Rito Bracarense — Sus origines y evolución histórica* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Rego, António da Silva, P.e Dr., Prof. do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, *Por que não um Bispo titular de Dume no Episcopado Português?* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Reis, Maria José Aroso, *Restos da Basílica Visigoda de Santa Maria de Ferreiros — Amares — Braga* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

S. S. Pio XII, *Carta Autógrafa* — in «Bracara Augusta», vol. II de 1950-1951;

Santos, Maurício Gomes dos, P.e Dr., Redactor da Revista «Brotéria», *S. Martinho de Dume, Apóstolo dos Suevos* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Soares, Torquato de Sousa, Dr., Prof. da Universidade de Coimbra, *Estado Social e Político do Noroeste da Península no Séc. VI* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo);

Teixeira, Armando Nery, Governador Civil de Braga, *Discurso* — in «Correio do Minho» de 19-10-1950;

Tejada, Francisco Elias, Dr., Prof. Catedrático da Universidade de Salamanca, *San Martin Dumiense como pensador político* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Urbel, Justo Pérez de, Dr., Prof. da Universidade de Madrid, *San Martin y el monaquismo* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (I tomo);

Visconde do Porto da Cruz, *Teria sido S. Martinho de Dume o patrono dos Templos de S. Martinho do Funchal* — in «Bracara Augusta», vol. VIII de 1957 (II tomo).



Livros do Registo

16.º Livro

(Continuado da pág. 261 do vol. VI-VII)

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de Francisco Gomes, da freguesia de Gondizalves, fl. 187, v.

Privilégio da S. Casa a favor de Francisco de Araújo e Silva [da praça do Pão] — fl. 188.

Privilégio da Bula a favor de Estevão Antunes, da freguesia de S. Eulália de Crespos — fl. 189.

Privilégio do SS. Sacramento da Sé, a favor de José Gomes da Silva, morador à porta do Souto — fl. 189, v.

Idêntico a favor de Luís Pinheiro, da rua de S. Marcos — fl. 190.

Idêntico a favor de Francisco Gonçalves, da freguesia de S. Jerónimo — fl. 190, v.

Idêntico, de José dos Reis, da rua de Maximinos — fl. 191, v.

Privilégio da SS. Trindade a favor de Domingos de Matos, da freguesia do Salvador de Trandeiras — fl. 192.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia, a favor de João Ferreira, da Ortigueira, freguesia de Palmeira — fl. 192 v.

Carta de examinação a favor de Domingos Antunes, ourives de ouro, desta cidade — fl. 193.

Carta de examinação a favor de Vicente José Ferreira, ourives de ouro, da rua dos Açougues (a) — fl. 193, v.

Carta de examinação a favor de António José Barbosa, alfaiate, da freguesia de S. Paio de Brunhais — fl. 194, v.

Carta de examinação de Tomás Francisco, ourives do ouro — fl. 195.

Privilégio da Bula a favor da Manuel Vieira Pereira, da freguesia de S Paio de Pousada — fl. 195, v.

Ano de 1749

Petições e documentos de José Antunes, soldado que foi da freguesia de S. Mamede d'Este (b) — fl. 196.

Carta de examinação de João Marcos da Cunha, alfaiate, da freguesia de S. Martinho de Monsul, concelho de S. João de Rei — fl. 197.

Petição e despachos de José de Mesquita, da sua quinta de Lamações [para licença de obras que ali fazia] — fl. 197, v.

Carta de examinação de João José, ourives do ouro, do Campo das Hortas — fl. 199, v.

Idêntico de José Francisco de Freitas, ourives do ouro, das Grades de S. Geraldo — fl. 200.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia, a favor de João Lopes, do Outeiro, freguesia de Palmeira — fl. 200, v.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Domingos Francisco, da freguesia de S. Miguel de Frossos — fl. 201.

Idêntico de António Francisco dos Santos, ourives de prata [da rua da Régua] — fl. 202.

Instrumento de como António Ferreira, da rua da Régua, serviu de almoxarife no Couto de Pedralva — fl. 203.

Brazão de Armas concedidas por S. R. Majestade a favor de Francisco de Araújo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo nesta cidade de Braga — fl. 205.

(a) Este registo tem uma cota, à margem da assinatura, que diz registar a marca que é a letra «que aqui imprensei». A letra parece ser um F mas está muito mal aposta, por este escrivão não ter a perícia do anterior.

(b) Para obter as costumadas regalias.

Carta de examinação a favor de Domingos da Rocha, do Couto de Parada de Bouro, alfaiate — fl. 207.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Pedro Gomes, da rua da Oliveira, fl. 207, v.

Privilégio do SS. Sacramento a favor e Manuel José, da freguesia de Santiago de Esporões — fl. 208.

Idêntico de Vicente Francisco, da rua do Souto — fl. 208, v.

Privilégio da Bula, a favor de António Fernandes, da freguesia de S. João de Nogueira — fl. 209.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de Miguel Francisco Pereira, da freguesia de S. Martinho de Espinho — fl. 209, v.

Privilégio dos meninos orfãos, a favor de Domingos Lourenço, da freguesia de S. Maria de Ferreiros — fl. 210.

Privilégio do SS. Sacramento da Santa Sé, a favor de Manuel Carlos de Oliveira, de S. Eulália de Tenões — fl. 211.

Idêntico de António Teixeira, cerieiro, [para a capela de S. Ana, no Campo de S. Ana] — fl. 211, v.

Carta de examinação de Carlos Pereira, sombreireiro — fl. 212.

Privilégio do Santíssimo Sacramento da S. Sé, a favor de Manuel Pereira Vilaça — fl. 213

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de José de Oliveira, ferreiro, da ponte de Guimarães, [para S. Miguel de Frossos] — fl. 213, v.

Carta de Examinação do ofício de sapateiro a favor de Manuel Peixoto — fl. 214.

Privilégio do SS. Sacramento da Santa Sé a favor de Custódio Ferreira, do Assento, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 214, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia desta cidade a favor de Ambrósio dos Santos, da R. N. da Seara — fl. 215.

Privilégio da Bula a favor de Estevão Francisco, de S. Tecla, freguesia de S. Victor — fl. 215, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Jacinto Ferreira, da freguesia de S. José de Semelhe — fl. 216.

Privilégio da SS. Trindade a favor de Diogo Ribeiro, do lugar de Cabo de Vila, freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira — fl. 216, v.

Ano de 1750

Privilégio da Santíssima Trindade a favor de Pascoal Ferreira da freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira — fl. 217.

Privilégio do S. C. da Misericórdia a favor de António Peixoto Guimarães, da freguesia de S. Martinho de Dume — fl. 217. v.

Privilégio da Bula a favor de João Ferreira da freguesia de S. Miguel de Vila Cova — fl. 218.

Privilégio das Taboas Vermelhas a favor de Dr. Francisco Gomes do Couto, desta cidade [por prédio de Priscos, couto de Vimieiro] — fl. 218, v.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de Manuel Fernandes, da freguesia de S. Estevão de Penso. — fl. 219, v.

Privilégio do SS. Sacramento, a favor de Manuel António, Sombreireiro, da Ponte de Guimarães, para a igreja do Salvador de Dadim e Nogueiró — fl. 220.

Idêntico, a favor de Sebastião António Gonçalves, barbeiro da R. Nova, para a capela de S. Gonçalo das Convertidas, fl. 220, v.

Privilégio de S. António, a favor de Domingos de Lima, da freguesia de S. João de Semelhe — fl. 221.

Privilégio da S. C. da Miserisórdia, a favor de Manuel Fernandes Rebelo da freguesia de S. Paio de Pousada, fl. 221, v.

Privilégio concedido ao Ex.mo Comendador da Comenda de S. Maria de Adaúfe, e seus caseiros, (a) que fez registar seu caseiro José Alves e sua mulher Isabel Ferreira, do lugar dos Moinhos — fl. 222.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de António Ferreira, sapateiro de Infias — fl. 222 x.

Privilégio do SS. Sacramento da Sé, a favor de António da Costa, sombreireiro, da Rua Nova da Seara, — fl. 223, v.

Privilégio do S. C. da Misericórdia a favor de José Ferreira, da Rua da Seara — fl. 224.

Idêntico de Domingos Fernandes, do Assento, de S. Victor — fl. 224, v. (b).

Carta de examinação de António Francisco sombreiro, da Ponte de Guimarães, — fl. 227),

Carta de examinação do ofício de ourives de prata, a favor de Francisco Coelho Veloso, da rua nova de Sousa, — fl. 227, v.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de António Rodrigues, da freguesia de S. Paio d'Arcos — fl. 228.

Privilégio da SS. Trindade a favor de Francisco Fernandes, de S. Lourenço de Navarra — fl. 229.

(Continua)

(a) O privilégio consistia, como habitualmente, em isentar os interessados de servirem os cargos da República.

(b) A numeração das folhas apresenta nesta altura um lapso, não ressalvado pela nota inicial, pois passa de 224 a 227. A ligação do escrito, porém, não sofre descontinuidade, pelo que a inutilização da folha, que era medial do caderno, é anterior ao aproveitamento do livro.

Livro das Vereações

(Continuado da pág. 267 do volume VI-VII)

tl.º 207

Que nhuã Pessoa desta Cidade mande vender o seu pão a Alfandega — //

Itté Acordarão por quanto forão informados que alguns Cidadoens desta Cidade mandavão por seus criados e criadas e outras pessoas vender pão em grão a alfandega desta Cidade e arredor e que dizião as pessoas que o dito pão vendião aos Almocreves e pessoas que de fora vinhão vender o dito pão a dita alfandega que se fossem que na Cidade avia pão que farte e cõ isso os fazião ir passar sem venderem nesta Cidade o he grande preiuizo ao pouo e republica e por tanto provendo nisso mandarão. que toda a pessoa assi Cidadão como qualquer outra que seia não venda ne' mande vender pão a Alfandega ne' ao redor della e deixem a Alfandega livre aos de fora vir a ella e venderem o pão que trouxerem sob pena de qualquer criado ou criada ou outra qualquer pessoa q' desta Cidade ou seu termo vender pão em grão qualquer que seia na dita Alfandega ou ao redor della ser prezo e da Cadea pagar dez cruzados ametade pera os engeitados e ametade pera o Concelho e o dono do pão perder todo o pão que ali se achar pera os prezos pobres e isto pella primeira vez. e pella segunda paguem as ditas penas em dobro e mandarão aos Almotaçes que agora são e pellos tempos forem que meudamente visitem a dita Alfandega e fação comprir tudo e executem as ditas penas. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro de a fee do pregão e o Escrivão tenha o traslado deste em seu poder pera na entrada de cada mez. o notifique aos Almotaçes e fazer assento da noteficação que lhes fizer. — //: —

Esta revogada pello costume em contrario

tl.º 208

Que se não leve calçado nem se venda para fora — //.

Itte' Acordarão que nhu' çapatrº desta Cidade e arrabaldes, levem ne' mande levar calçado de qualquer sorte que seia por iunto pera ir vender a outra

parte ne' no vendão por iunto a outra pessoa pera o levarem a vender pera fora desta Cidade sob pena por cada ves. que o contrario fizerem hu' pera o Concelho a despeza dos engeitados mil rs da Cadea. o que acordarão por serem informados que o dito calçado se levava por iunto fora desta Cidade em fraude da taxa e odio da Cidade e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão. — // : — Não se pratica

tl.º 209

Que nhuã Pessoa misture erva roim com a boa e que o feixe della por mayor que seia não passe de dez rs. —

Itté' Acordarão pella informação que tomarão e queixume do pouo. da grande carestia q' vai na Erva que vem a vender e ser roim. e misturada de outra erva. que as bestas. não podem comer que he engano mandarão que se lançasse pregão porquanto cada hu' vendia a como queria e sem ordem nem figura de juizo que toda a pessoa que trouxer a esta Cidade e arrabaldes a vender erva a não trará pera vender ne' venderá senão Erva toda huã sem outra mistura sob pena da pessoa que de outra maneira a vender pagar por cada vez. pera o Conçelho e quem o accuzar da cadea quinhentos rs e sob a dita pena não levará cada pessoa per cada feixe pello mayor feixe da dita Erva de dez. rs. muito bom e grande E o que tal não for de sete rs. E os piquenos a quatro rs. E mandarão que os Almotaces entendão nisso quando as partes dezeiarem e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão. — //. Passou cõ o tp.ª

tl.º 210

Que nhuã Molher solteira nem moça possa vender fruita nem outra coisa. — //.

Itté' Acordarão mais pella muita denassidade que há de regateiras que ha nesta Cidade e moças e molheres. que se lanção ao dito officio neste tempo que ha sobijdão * de fruita e depois ficão cabaneiras ** e uzão mal de seu corpo e vida sendo muito pera servir e se empregarem em actos de virtude e de serviço

* Sobejidã, fartura.

** Vivendo sobre si, com bar proprio.

de Deos mandarão pera evitar o sobredito que nhuã molher ne' moça soltra possa vender fruita nem outra cousa sem licença desta Camara. salvo molheres cazadas ou viuvas. honradas, que custumarão sempre vender a dita fruita cõ obrigação de todo o anno nesta Camara sob pena de mil rs. pera o Concelho e quem as accuzar por cada vez. e da cadea e isto sem embargo das taes molheres e moças soltr.as estarem obrigadas a vender a dita fruita, porque as hão por relevadas da tal obrigação e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse a fee do pregão. — //.

tl.º 211

Que nhuã Pessoa tire pão desta Cidade.

Itté' Acordarão mais que nhuã Pessoa desta Cidade e termo nem de outra parte tire nhú pão de qualquer sorte que seia em grão trigo milho painço centeio cevada pouco nem muito pera fora desta Cidade e termo nem em farinha sob pena cada pessoa que o contrario fizer pagar por cada vez. pera o Concelho Alcaide meirinho seus homeñs que o tomarem cincoenta cruzados pagos da Cadea e o pão perdido e os bois e carros e bestas. e os mais instrumentos em que o levarem pera o dito Alcaide meirinho seus homeñs concelho e engeitados como atras he declarado e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro de a fee do pregão. — // : —

fol. 80 vers (tl.º 157) tem de pena 8000

tl.º 212

Que nhuã Pessoa venda uvas q' não forem de sua colheita e lavra

Itté' Acordarão porquanto veio a sua noticia que muitas pessoas em preiuizo da republica furtavão uvas e as vendião e vinhão vender a esta Cidade o que é grande preiuizo a esta Cidade e termo mandarão por via de addição a vreação sobre o cazo feita della não derrogando cousa alguã que nhuã pessoa de qualquer qualidade que seia venda uvas nesta Cidade e seu termo que não forem de sua colheita e fazendo que pague por cada vez. pera o Concelho e quem o accuzar da Cadea mil rs. e mandarão que se apregoasse e o pregoeiro desse fee do pregão — // : — (a)

(a) Nota de tls. II: «Não ha nisto castigo nem examinasse p.ª se saber a verd.ª

tl.º 213

Que nhuã Pessoa lance no tanque e chafariz da fonte de Sousa ne' no Cano por onde corre fora do chafaris palha, colmo e outras cousas.

Itté' Acordarão e mandarão que se lançasse pregão que nhuã pessoa de qualquer estado e condição que seia não lançe no Tanque e chafaris da fonte de Sousa e no Cano da agoa que da dita fonte Corre palha colmo nem pedras nem nhuã çugidade nem lavem roupa nem çestos nem Canastras nem ortalice nem outra cousa alguã sob pena da pessoa que o contrario fizer pagar por cada vez pera o Concelho e quem o accuzar quinhentos rs. da Cadea e mandarão que o pregoeiro de a fee do pregão e logo Fernã glz dea fee q' apregoara este Acordo na praça do peixe e fora da Porta de Sousa e assinou. — // : —

tl.º 214

Que nhuã Pessoa agazalhe em sua Caza pessoa alguã sem ser obrigado na Camara —

Itte' Acordarão por serem informados que alguãs Pessoas. desta Cidade e arrabaldes sem serem obrigados agazalhavão em suas Casas. muitas pessoas estrangeiras e outras da Cidade e seu termo e lhes davão camas e comer e beber e por isso lhes levavão mais do que estaua ordenado por posturas. desta Camara e que as pessoas que assim agazalhavam pella maior parte eram pessoas homiziadas e malfeitores e não ouzavão ir pouzar a estalagens e lugares deputados por não serem achados pela justiça nos tempos que fazem suas correiçoens e visitão as estalagens o que não he servico de Deos e bem da republica pello mandarão que se lancasse pregão que nhuã pessoa de qualquer condição que seia agazalhe nhuã pessoa nem lhe dé cama e comer sem primeiro ser obrigada nesta Camara e ter licença pera isso e qualquer pessoa que o contrario fizer encorrerá em pena de dous mil rs da Cadea para o Concelho. e engeitados e o pregoeiro de a fee do pregão — // : — (a)

(Continua)

(a) Em tls. II juntaram posteriormenie estas notas: «Deve-se renovar este pregão», e à verba da cadeia: «He a q' emmenda mais os peccados».

Crónica dos acontecimentos citadinos

Ano de 1957

Notas e Organização de FRANCISCO BACELAR FERREIRA

Esta secção que últimamente vem aparecendo na «Bracara Augusta» passa agora a ser organizada no Arquivo Municipal, bem se compreendendo que assim seja, uma vez que esta Repart ção é a detentora dos principais elementos que presidem à sua organização. Prevalece a orientação seguida, embora se nos afigure conveniente dar-lhe no futuro a forma que melhor se amolde ao objectivo de a tornar uma fonte de informação para a história da cidade.

A recolha de informes que interessam à História, através dos vários livros municipais, é trabalho de investigação bastante árduo. Porém essa tarefa ficará muito simplificada, se, ano a ano, cronològicamente, se for dando conta dos acontecimentos que maior projecção tiveram. Então será mais fácil a sua busca, e alguns terão mesmo aqui o desenvolvimento necessário. Por isso pretende-se que esta secção tenha carácter de documentário assaz circunstanciado, de todas as manifestações e realizações que, de um modo ou doutro, mereçam ser assinaladas para a posteridade.

Braga vai seguindo no rumo da sua tradição cultural e de convívio intelectual que a coloca, neste aspecto, sem favor, numa situação bastante lisonjeira. Eminentes Homens de Letras, e grandes Mestres e Pensadores contemporâneos têm trazido a Braga os seus trabalhos, as suas conclusões, os seus problemas. É justo pois que aqui sejam particularmente lembrados.

Realizações várias de carácter cultural, e algumas com repercussão externa, foram levadas a efeito em Braga por iniciativa do Município ou doutras instituições, prova suficiente de que os problemas do espírito e da ciência encontram na augusta cidade ambiente adequado.

Postas estas considerações, passaremos a apresentar os acontecimentos memoráveis de 1957.

A evocação de Balzac na «Aliança Francesa» de Braga

Constituíu acto de grande relevo e destacada manifestação cultural luso-francesa a apresentação em Braga do professor da Universidade de Lyon, Dr. Raymond Picart que, a convite da Aliança Francesa, realizou várias conferências em Portugal. Na Sede da Delegação Bracarense, em 17 de Janeiro, desenvolveu o interessante tema: «O Paris de Balzac».

O conferente, apresentado pelo Reitor do Liceu, Dr. Miranda de Andrade, teve a assistência presa por sua sábia eloquência, por cerca de uma hora, evocando a figura

literária de Balzac e o Paris coevo que, através de notável análise, soube descrever, nos variados bairros, na policromia das cores, e nos defeitos e virtudes do Povo. Deu-nos ideia precisa e real duma cidade cheia de contrastes.

Referiu-se à «Comédia Humaine» que é, afinal, o romance de Paris. Analisou em seguida diversas personagens criadas por Balzac, com referência especial do célebre livro «Le Père Goriot», cujo enredo decorre num ambiente tipicamente parisiense.

O orador considera Balzac o pai do Realismo, embora com pronunciada tendência para o romance de aventuras.

Início do VII ciclo de conferências culturais do Município bracarense

Em 20 de Janeiro, perante numerosa e selecta assistência que enchia literalmente a sala das sessões da Câmara Municipal, teve início o VII ciclo de conferências culturais do Município bracarense. Abriu-o o Sr Dr. António Luís Gomes, prestigioso Director Geral da Fazenda Pública e Presidente do Conselho de Administração da Casa de Bragança, figura intelectual de primeiro plano. As figuras mais representativas da cidade estiveram presentes. Presidiu o Senhor Governador Civil do Distrito que era ladeado à direita pelos Senhores António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal, Comandante de Infantaria N.º 8, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; e à esquerda pelos senhores Cónego Manuel Peixoto da Costa e Silva, Vigário Geral da Arquidiocese, em representação do Senhor Arcebispo Primaz, Dr. Elísio Pimenta, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Coronel Graciliano Marques, Comandante Distrital da Legião Portuguesa, e Dr Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara, que apresentou o conferente nos seguintes termos:

«Com a deferência, o respeito e o apreço devidos, recebemos hoje nesta Casa o sr. Dr. António Luís Gomes, valor cintilante na esfera do funcionalismo português, eminente vulto na actividade administrativo-financeira, situado, se o defino bem, nas correntes vivas e perenes do humanismo integral.

Sem embargo das suas tarefas absorventes e dos seus problemas peculiares de guardião de patrimónios públicos, de tesoureiro-mor do Estado, não esquece a cultura do homem, no que ele tem de mais autêntico — a dignidade da alma ou da pessoa.

O económico não constitui para o insigne Director Geral da Fazenda Pública uma finalidade. É um simples meio, um mero factor, para tornar o homem mais verdadeiramente humano. Ou, se se prefere: o fim supremo que deve visar a política económica é fazer participar o homem em tudo que o enriqueça, restringindo a actividade patrimonial do Estado ao estritamento necessário. Em última estância está, sem dúvida, a elevação da pessoa à consciência plena, à emancipação moral, à vida da razão.

Personalidade de nítida marca activista, de uma actividade que se não confunde com a primazia da vontade ou do instinto sobre a inteligência e se identifica com a energia racional, com a acção da consciência, o sr. Dr. António Luís Gomes, sem lisonja o devo afirmar, destaca-se e fulgura no friso dos grandes Portugueses contemporâneos.

Não se confina à missão específica que lhe pertence. Projecta o dinamismo do seu espírito para além do âmbito do seu alto cargo. Vemo-lo pedagogo e pregador e,

ao mesmo tempo, criador de obras, que a sua consciência de humanista sugere e orienta.

Digo, sem receio de cair em juizos opostos, que o sr. Dr. António Luís Gomes, com ser humanista de razão clara, é simultâneamente cristão e português, devido não só aos imperativos intelectuais, mas também aos impulsos étnicos, familiares e telúricos. O seu humanismo, de raiz lusíada, é sim intelectualista, mas dum intelectualismo mitigado pelo coração, pelo teor lírico que individualiza a grei portuguesa. O respeitado Professor Catedrático que regeu, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Geografia política e Geografia económica, ramos afins da Geografia humana, certamente me dá razão e intui, em si mesmo, esta pecularidade ou timbre do seu carácter.

Seja na actividade da Administração Pública, ou na gerência do histórico morgadio da Sereníssima Casa de Bragança; seja como Mecenas na protecção e no amor das letras e das artes, ou como apóstolo e orientador de obras sociais; seja como estudioso ou conferencista, nos assuntos que desenvolve, o ilustre Secretário Geral do Ministério das Finanças patenteia-se invariàvelmente idêntico a si próprio, na autenticidade do seu pendor para o espiritual, servindo os valores humanos no quadro natural da Nação.

À testa da Direcção Geral da Fazenda Pública tem-se dedicado com entusiasmo e devoção aos interesses patrimoniais do Estado e aos problemas humanos que com eles interferem. Este labor probo e austero, de mais de vinte anos de assinalados serviços, corresponde, na frase justiceira do Professor Vitorino Guimarães, «ao heroismo dos que se batem pela Pátria, nos campos de batalha».

À frente da Fundação da Casa de Bragança, isto é, dos antigos bens vinculados, apanágio do Príncipe Real, glorioso património duma Dinastia, incumbido da sua conservação e da aplicação dos seus rendimentos, a forma superior e talentosa como tem realizado estes objectivos dá-lhe pleno jus aos incómios de todos os Portugueses, monárquicos ou republicanos, que bem querem à história viva da Pátria, ressalvado, claro está, o direito de pensar que tais morgados deveriam restituir-se à secular função que a mesma história lhes assinala: a de sustentáculo material duma Família que, mercê de Deus, não se extinguiu, e é verdadeira pertença moral da Nação.

O Presidente do Conselho Administrativo da estabelecida Fundação mantém nobremente as tradições da ínclita Casa de Bragança. Nomeadamente, torna o vetusto Paço Ducal de Vila Viçosa, restaurado com majestade, e renovado com grandeza, alfobre de cultura, sede de acção agrícola, fonte de assistência e, o que mais é, imã de devoção patriótica.

Particularizo a sua obra ingente no campo editorial. Com ela opulenta-se a bibliografia portuguesa; exaltam-se em estudos positivos (a positividade é a justiça na história) a áurea estirpe dos príncipes e dos monarcas brigantinos *Verbi gratia:* a Rainha de Inglaterra e Princesa de Portugal D. Catarina de Bragança, ainda há pouco a vimos ressurgir com brilho novo, saída da investigação objectiva e exacta de Augusto Casimiro, insuspeito de afecto às cabeças coroadas.

À frente da Obra Social de S. Martinho da Gândara, como guia e realizador dela, o afã benemérito do sr. dr António Luiz Gomes atinge as raias taumatúrgicas. Essa empresa bem a classifica o Professor Bissaia Barreto de «obra admirável», feita «quase sem dinheiro». Por outras palavras: «é o milagre das rosas dos nossos dias». Isto é: o milagre do coração de quem a vive e a patrocina por amor dos humildes e das crianças.

Impossível descreve-la em breves instantes. Multiplica-se, sem qualquer ficção, em protecção à lavoura, em assistência social, em acção moral e espiritual (com o devido

fulcro na igreja Matriz), em acção educativa e cultural. Desde a dignificação da vida do campo, através de cursos de agricultura e pecuária, até à dignificação do espírito, pelos meios mais eloquentes, como academias literárias e científicas e saraus de arte (onde a Orquestra Sinfónica do Porto tem executado concertos) nada ali falta.

Como patrono deste monumento vivo à bondade humana, ergue se a personalidade emblemática do Doutor António Luis Gomes Pai. Na pessoa do filho, que usa o seu nome e segue a via do seu carácter, rendo calorosa homenagem ao egrégio varão.

Admirável existência a sua, em que resplandecem a idealidade e a isenção, o valor e a beleza das atitudes! Cancelário Reitor da Universidade de Coimbra, é ele quem restaura a pragmática multisecular da Escola, todo o esplendor do rito da imposição das insígnias doutorais, sem omitir a nobre presença do Bispo Conde, a cujo munus outrora se vinculava a função reitoral. Ministro do Governo Provisório da República, é ele quem manda colocar o retrato de El-Rei D Manuel II na galeria dos benfeitores da Misericórdia do Porto, gesto que a Rainha D Amélia lhe agradece em carta escrita por sua mão Provedor, mais tarde, da mesma Santa Casa, é ele que terminantemente se opõe aos desígnios de alguns de laicisar a Instituição, afirmando o dever que a todos obriga de lhe sustentar o espírito católico-romano com que nascera e se estruturara.

Ao olhar a vida do nobilíssimo homem público, a edificante lição que ele representa de amor à justiça e de devotamento à Nação mais do que aos regimens, sinto e reconheço a verdade que a seu respeito formulou o esteta que foi Joaquim Leitão: «o maior prazer da vida é admirar».

Voltando ao filho, o graduado auditório não precisa que eu sublinhe as qualidades que Sua Ex.ª revela de literato e orador. Quem lhe tenha ouvido ou lido as suas conferências, louva-lhe invencivelmente a arte de contar; a utilização discreta mas escrupulosa do saber; a subida forma de interessar.

Desde o *Pensamento de Alberto Mac Bride*, que Júlio Dantas comentou, até *Grandeza e malefícios da Poupança*, desde *Tradições* de séculos *numa realização actual* até *Alberto Mac Bride e a cidade de Évora*, desde *Ovar — a Terra e o Homem* até *Viver em Beleza na Terra e no Céu*, desde *Terras de Alto Minho — Deslumbramentos — Realidades* até *Quelques aspects de l'activité patrimoniale de l'État au Portugal*, desde *Juventude Gloriosa — O Preclaro D Teodósio II, D. Teodósio filho d. D. João IV e o Príncipe D Luis Filipe* até *O Sentimento e a Verdade em Santo Agostinho* — para só enumerar um punhado de produções — a sua obra escrita, multimodo de assuntos, é sempre penetrante e colorida, humana sempre, quer nos recorde exemplos heróicos, quer condense locubrações científicas de antropogeógrafo ou de mestre na Administração Pública.

Com o Professor Prado Coelho, e para terminar, noto uma das características relevantes da fisionomia espiritual do conferencista desta noite: «o dirigente desdobra-se em pedagogo, age pela palavra».

Ao sr. Governador Civil do Distrito cabe-me, em nome da Câmara, protestar-lhe o nosso reconhecimento, pela alta distinção da sua presença nesta sessão. Honra-nos, e estimula-nos a sua presidência.

Queira V. Ex.ª aceitar os nossos mais cordiais e gratos cumprimentos.

Vamos, Senhoras e Senhores ouvir o sr. dr. António Luiz Gomes, sobre o tema que envolve decerto toda a mundividência das ciências sociológicas: o domínio do factor humano na vida social, testificado com a urbe bracarense, e a sua região.

O Ilustre Presidente da Câmara e os seus colegas da Edilidade quiseram que eu, neste momento, como delegado de todos, lhe tributasse o preito da nossa subida consideração. Eu o faço, juntando-me à assembleia no silêncio expressivo de quem se dispõe a escutar magistral lição, conclamando no final o seu autor, por ela e pelos inumeráveis e valiosos serviços que tem prestado à Nação e aos valores do espírito e da história.

* * *

O conferente, com superior critério, desenvolveu o tema: «O domínio do factor humano na vida social» — Factos e reflexões.

Referindo-se à cidade de Braga, afirmou:

«Braga, através da sua história encontrou sempre, nos seus Arcebispos, piedade, grandeza de alma, devoção. O Primado da Igreja em Portugal, esse ninguém lho nega pelos serviços, pelas virtudes, pelo reflexo que marcou na vida social desta terra e Província.

A sua atitude é o reflexo da sua alma, e farol de patriotismo. A vida que viveram foi Bela e Nobre, e foi-lhes dado vivê-la sinceramente! Guiou-as a sua própria consciência e a fé, ao acompanharem a Revolução Nacional em marcha, desde Ourique.

São figuras que ao desaparecerem na paz do túmulo, reaparecem pela mão da História».

Mais adiante, assevera:

«Chama-se 28 de Maio esse movimento nacional que galvanizou a vontade dos homens, e constitue o esforço vitorioso de um povo que não cede a ninguém o seu lugar no Mundo. Assinala um *trabalho de descoberta* revelando aos olhos a força e valor das nossas largas possibilidades. Reçomeçámos a passos seguros o caminho da nossa história, áspero, heróico, sobrehumano.

E a terminar diz:

«Nesta longa resenha que vos li, para justificar de certo modo um enunciado a que encontrei interesse, fixei factos, formulei reflexões, e guardo para mim a convicção de não ser preciso demonstrar a evidência do domínio do factor humano, na vida social, tão patente se apresenta à nossa inteligência.

Outra evidência me empolga: o desenvolvimento da vossa capital, impulsionado e activado pelas vossas qualidades e por notáveis dirigentes.

Na realidade tudo à minha volta proclama esta magnífica certeza.

O Presente é melhor que o Passado.

Termino com palavras de António Ferro:

Pela vida que assim será,
quando eu deixar de ser.

Sessão de estudo em homenagem à memória de Alberto Sampaio

Promovida pela Associação Jurídica, efectuou-se, no salão nobre da Escola do Magistério Primário de Braga, uma sessão de estudo, em homenagem à memória de Alberto Sampaio.

Presidiu à sessão o Dr. Luís de Almeida Braga, que era ladeado pelos senhores: Presidentes da Câmara Municipal de Braga e da Junta de Província do Minho, Director da Escola do Magistério Primário de Braga e Coronel Nóvoa, pai do conferente Sr. Dr. Alberto Leal Sampaio do Nóvoa.

Na presença de númerosa e selecta assistência, o Sr. Dr. Luís de Almeida Braga proferiu algumas oportunas considerações, a propósito do valor e da figura do homenageado, e das qualidades do conferente, que é Delegado do Procurador da República na cidade do Porto e segundo sobrinho do grande Mestre.

Este entrou no uso da palavra, e deu início ao seu trabalho intitulado «A vida e obra de Alberto Sampaio». Traça a vida de Alberto Sampaio, e evoca as figuras de Antero de Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga e João de Deus, seus colegas que tanta e tão benéfica influência haviam de exercer na sua vida sem mácula, e na sua obra, tão profunda, afirmando a propósito:

«E foi certamente de dois dos factores já focados que nasceu a Obra que Alberto Sampaio nos legou — o ser um proprietário interessado pelo que lhe pertencia, amando a terra minhota, em que nascera e se criara, e o povo simples que à sua volta via labutar; e o seu apego às coisas do espírito que o tempo de Coimbra em si criara. Como diz o que foi seu querido e íntimo amigo, Luís de Magalhães, no prefácio aos Estudos Históricos e Económicos de Alberto Sampaio, publicados em 1923. — «Por fim (depois da saída de Coimbra e de uma estadia em Lisboa), recolheu à sua casa do Minho, onde o chamavam interesses e cuidados agrícolas. Com a sua insaciada curiosidade, o seu feitio estudioso e observador, o seu interesse por todos os problemas concretos, — o trato da terra tornou-o um proprietátio culto, duma ilustração rara. Esse bacharel em direito, com gostos literários — fez-se a si próprio um agrónomo e, mais especialmente, um agricultor e enólogo distintíssimo. Mas, no meio das fainas agrícolas, assistindo à rítmica sucessão dos trabalhos rurais, observando as relações das clases, meditando na toponímia local, no arcaísmo imemorial dos processos da cultura, nas divisões e sub divisões dos prédios, na terminologia técnica, nos usos e costumes seculares da vida agrícola — o seu espírito inquiridor e reilexivo via em torno de si todo um mundo de problemas, de obscuridades históricas, cujo mistério o tentava fortemente».

E eis que Alberto Sampaio, deixando-se conquistar por esses problemas e por essas obscuridades, se lança abertamente no meio deles, procurando resolvê los em profundidade, e usando uma honestidade de processos, que era um dos traços do seu carácter límpido, agindo assim com verdadeiro espírito de historiador, sem nunca perder de mente, contudo, a realidade, da qual nos procura dar sempre uma visão perfeita e integral.

E quem era ele, para assim se dedicar a obra de tal envergadura? Nada melhor do que darmos novamente a palavra a Luís de Magalhães, que, no lugar já citado; nos traça assim o retrato moral de Alberto Sampaio.

— «Raramente o espírito, o carácter e o coração se terão simultâneamente elevado e equilibrado num individuo, como se elevaram e equilibraram na personalidade de Alberto Sampaio.

Inteligência larga e profunda, cultivada por uma ilustração variadíssima e capaz de, ao mesmo, se absorver na meditação dos problemas mais transcendentes, e fixar-se na análise das questões mais especiais e mais práticas; natureza moral, de que a virtude, a nobreza, a sinceridade eram, por assim dizer, a essência intrínseca e incorrup-

tível; bondade afabilíssima, cheia de extremas delicadezas de sentimento, e exteriorizada num trato em que a doçura afectuosa, e a cortezia irrepreensível não eram um esmalte superficial da educação, mas uma emanação espontânea da sua intensa cordialidade – este homem tão ricamente dotado tinha-se concentrado em si mesmo, todo recolhido na sua modéstia e na sua desambição, que eram tão grandes (já o dissemos), como a sua inteligência e o seu carácter.»

Focando o homenageado como historiador, afirma:

«É, digamos, uma nova forma de fazer história que Alberto Sampaio nos apresenta, nos seus trabalhos; não a história dos feitos estrondosos, das particularidades das guerras, das aventuras pessoais dos reis e dos nobres, tantas vezes sem significado real, mas sim a história da organização do povo, da evolução lenta, mas persistente, das instituições, da formação de uma consciência nacional. É o estudo metódico e profundo dos factores, principalmente de ordem económica e social, que haviam de determinar o nascimento da Nação Portuguesa e também do povo português, como raça própria e individualizada, sobretudo no referente ao Norte do País, a que Alberto Sampaio dedicou sempre especial atenção.

Numa síntese perfeita do distinto professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra dr. Torquato de Sousa Soares, em estudo publicado na Revista Portuguesa de História, Alberto Sampaio «...realizou quase completamente uma obra que, não sendo muito extensa, é no entanto muito grande: a história das origens e da organização da população do norte do país nas suas relações com a terra e com o mar».

Mas não só a esse aspecto se confinaram os estudos de Alberto Sampaio; ele procurou fazer também uma obra que tivesse em conta a realidade do tempo em que vivia, dando sugestões, e apontando soluções que serviriam para resolver muitos dos problemas existentes no meio social e económico; não só problemas gerais da Nação Portuguesa, mas também particulares da região minhota.

Como exemplo do interesse do Historiador por tais problemas poderíamos apontar o empenho que demonstrou, na realização da exposição industrial de Guimarães, em 1884, de que foi um dos principais organizadores; o seu apreciável contributo para a elaboração do célebre projecto de lei de Fomento Rural, de Oliveira Martins; e também, num momento de profunda depressão da vida do País, em que este parecia ser arrastado para a ruína, ele, que nunca quisera ser um político militante, apesar das solicitações que nesse sentido lhe foram feitas, não se desinteressou de modo algum do estudo dos assuntos públicos, e antes pelo contrário procurou colaborar a seu modo num movimento de renovação nacional, apontando erros, propondo soluções, e dando prudentes conselhos, tudo tendente a uma melhoria dos níveis moral, económico e político do povo português, que Sampaio tão sinceramente desejava ver prestigiado».

Cita as obras do homenageado, explica o valor de cada uma, salientando as «Póvoas Marítimas», e, a propósito destas, afirma no final do seu discurso:

«Mas infelizmente as «Póvoas Marít mas» não chegaram a ser concluídas, porque em 1 de Dezembro de 1908, estando Alberto Sampaio a trabalhar em tal obra, veio a morte surpreendê-lo na sua Casa de Boamense, bem no coração desse Minho que ele tanto admira, e a que tanto se devotara, assim desaparecendo um Homem que, no dizer do dr. Torquato Soares, na já citada conferência, foi «...quiçá, quem até agora melhor soube apreciar e compreender a seiva que fecunda as mais fundas e mais vigorosas

raízes da comunidade nacional», e cuja memória e obra e «...o exemplo da sua vida sem mácula, pertencem ao património espiritual da nação, como sendo dos seus valores mais representativos».

A Revista bracarense «Quatro Ventos» congratula-se pela magnífica intervenção, na ONU, do seu director Dr. Donatello Grieco, a favor de Portugal:

Continua a dar um belo exemplo de vitalidade, de puro e são nacionalismo a magnífica revista bracarense «Quatro Ventos», um de cujos Directores, o Dr. Donatello Grieco, manifestou de maneira inconfundível a sua solidariedade para com a Nação Portuguesa, através duma desassombrada intervenção na ONU a nosso favor. Vejamos o que a este propósito disse, em 2 de Fevereiro de 1957, o «Correio do Minho», órgão da imprensa bracarense:

«Associando-se ao sentir de muitos milhares de portugueses que, espalhados pelos diferentes pontos do globo, nunca deixam no olvido quanto se faz ou diz a favor da mãe-pátria, a revista «Quatro Ventos» acaba de testemunhar o seu muito apreço e admiração por um grande amigo de Portugal.

Trata-se do Dr. Donatello Grieco, um nome que os portugueses se habituaram a respeitar, que foi Adido Cultural da Embaixada do país, e em Braga é Director da revista «Quatro Ventos».

O sr. Dr. Donatello Grieco que, presentemente, desempenha, honrosamente, as funções de Delegado do Brasil na ONU, acaba de fazer uma assombrosa e desassombrada intervenção, naquele organismo internacional, a favor da Nação portuguesa».

Pela justiça das afirmações e como testemunho de gratidão de todos os portugueses, as revistas bracarenses *Quatro Ventos* e SCIENTIA IVRIDICA e a respectiva Casa Editora Livraria Cruz endereçaram àquele Diplomata o telegrama que segue:

«Doutor Donatello Grieco
Brazilian Mission 430 Park Avenue
NEW YORK

Revista Quatro Ventos Ciência Jurídica editor Livraria Cruz felicitam agradecendo histórica intervenção».

Ao mesmo tempo enviaram ao Governo a seguinte mensagem:

«Senhor Ministro da Presidência
LISBOA

Revista Quatro Ventos congratulando-se valiosa intervenção seu Director Dr. Donatello Grieco ONU e Revista Ciência Jurídica e Editora Livraria Cruz cumprimentam V. Ex.ª momento unidade Luso-Brasileira».

Ao ilustre amigo de Portugal testemunhamos, também, a nossa muita admiração que é, em última análise, o preito de gratidão da cidade dos Arcebispos.

As Autoridades de Pontevedra visitam a cidade de Braga

Em 2 de Fevereiro, o Governador Civil de Pontevedra, fazendo-se acompanhar do Vice-Consul de Portugal em Vigo, e dos Presidentes dos Municípios de Vigo e Pontevedra, visitou Braga. Foram recebidos nos Paços do Concelho pela Câmara Municipal, onde as autoridades e muita gente se reuniram para tributar aos visitantes a sua muita simpatia.

Apresentou-lhes cumprimentos de boas vindas o Presidente do Municipio que, num feliz e sugestivo discurso, louvou as belezas da Galiza amiga, teceu o elogio de tão ilustres visitantes, e exaltou a solidariedade Luzo-Galaica que tanto tem contribuído para a apróximação dos nossos povos vizinhos, num intercâmbio cultural e turístico que é um belo exemplo de solidariedade humana.

Em seguida os nossos hóspedes percorreram a cidade e o triângulo turístico, sendo-lhes servido um porto de honra num dos hoteis do Bom Jesus.

Conferência do Dr. António Losa

Patrocinada pelo «Convivium», e subordinada ao tema *Ahmed Rassim — Poeta Oriental,* realizou-se, em 8 de Fevereiro, no Salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, uma conferência do Sr. Dr. António Losa.

Presidiu o Senhor Tenente-Coronel Armando Néry Teixeira, Governador Civil do Distrito, ladeado pelos senhores Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, Dr. Eugénio Bacelar Ferreira, em representação do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Felicíssimo do Vale Rego Campos, Presidente da Junta de Província, e Dr. António Moreira, Director interino da Biblioteca.

À conferência, que foi de grande interesse, assistiu numeroso auditório. E não admira que assim tivesse sucedido, porque o Dr. António Losa está de posse duma cultura especializada que, aliada à graça e superior qualidade da sua exposição, sabe prender a atenção do auditório.

Impôs se pela profundidade dos seus conhecimentos das literaturas e das línguas árabes e orientais.

Integrou-se no espírito da obra de Ahmed Rassim, poeta da Alexandria, e apresentou-o numa análise perfeita, destacando a beleza das imagens e a exaltação dos tipos femininos.

Constituiu um assinalado êxito o trabalho do Dr. António Losa.

Inauguração da Sala Dr. Manuel Monteiro

Formar uma biblioteca da categoria da Dr. Manuel Monteiro, cujo valor não está condicionado ao número dos volumes, mas à riqueza, selecção e raridade das espécies que a compõem, é obra que só por um espírito invulgarmente culto e dotado de bom gosto poderá ser empreendida, através duma vida cheia de ânsias de saber, de poder de assimilação e criação, que não é dado ao comum dos mortais.

Por isso, por iniciativa do Município bracarense, numa atitude a todos os títulos louvável, e que muito o dignifica, a livraria particular do falecido Dr. Manuel Monteiro foi adquirida pelo Estado, com comparticipação da Câmara. Tão valiosa aquisição destinou-se à criação da sala que, na Biblioteca Pública de Braga, havia de ficar a perpetuar o nome do eminente homem público, e crítico de arte. E deste modo a cidade prestou justa homenagem póstuma a um dos seus mais ilustres filhos.

A cerimónia efectuou-se em 25 de Fevereiro, e com a presença das mais destacadas figuras de Braga. O Senhor Presidente da Câmara convidou a Senhora D Teresa Rodrigues Monteiro, irmã do saudoso homenageado, a descerrar o retrato do Dr. Manuel Monteiro, retrato que é notabilíssimo trabalho de Mestre Columbano.

O acto foi sublinhado com prolongados aplausos, proferindo em seguida o Senhor Presidente da Câmara o seguinte discurso:

«Mais uma vez nos reunimos, para prestar justa e bem cabida homenagem à memória do saudoso bracarense Dr. Manuel Monteiro.

Ao referir-me à personalidade do ilustre morto, na sessão que, por iniciativa do Município a que presido, se realizou nos Paços do Concelho, comemorando o 1.º aniversário da sua morte, disse do nosso homenageado «que no exercício das altas funções a que foi chamado, e no trato com as pessoas que tiveram a ventura de com ele lidar, nunca deixou, em gestos cheios de beleza, denunciar o seu alto espírito de esteta».

Foi, na verdade, Manuel Monteiro, além de Mestre insígne de crítica e história de arte, um eminente homem público que conseguiu atravessar a conturbada época, em que desempenhou as mais altas funções, mantendo a dignidade de que a sua figura era, de per si, já um eloquente testemunho.

A esta casa — onde desde hoje fica perpetuado o seu nome com a sala que guarda não só a sua livraria que o Estado com o auxílio da Câmara de Braga adquiriu, mas também o seu retrato, a que deu relevo o pincel do grande Columbano — prestou Manuel Monteiro, dentro das reduzidas possibilidades que o condicionalismo de então lhe permitiu, altos serviços.

Mais um motivo a justificar a homenagem que assim se presta a quem muito amou e bem soube servir a sua terra natal».

E acentuou:

«Além da figura do Dr. Manuel Monteiro, outra não menos ilustre nem menos distinta domina este acontecimento. Refiro-me ao sábio professor Doutor Machado Vilela, grande amigo e companheiro do nosso homenageado, a quem se deve a inauguração a que estamos a proceder.

Foi ele que empenhou o Município nesta iniciativa; foi ele que conseguiu a equiescência — aliás pronta — do Estado para a mesma.

Recordo saudosamente que, ainda dois dias antes da sua morte, o Doutor Machado Vilela mais uma vez honrou o meu gabinete com a sua presença, a tantos títulos veneranda, para que se promovessem certas diligências que se tornavam necessárias.

Assinei com o Doutor Machado Vilela o pedido que se dirigiu ao Governo, no sentido desta homenagem ser prestada — poucas vezes o meu nome teve ou terá ocasião de se juntar a nome tão ilustre. Com ele, o que muito me honrou, me avistei com os antigos Ministros Doutor Águedo de Oliveira e prof. Doutor Pires de Lima, como mais tarde o fizemos também com o actual Ministro das Finanças. Recordo o carinho com que todos eles receberam o velho Mestre e ainda a leveza com que aqueles oitenta e tal

anos subiam e desciam escadas, como que a preanunciar uma vida longa que, afinal, para desgosto de todos nós, estava por pouco.

É pois, em nome do egrégio professor que comovidamente dirijo a todos os que contribuiram para que o seu sonho se tornasse realidade, especificando os ilustres Directores Gerais da Fazenda Pública e do Ensino Superior, os mais vivos agradecimentos, fazendo-o também em nome do Município que, ao homenagear a memória de Manuel Monteiro, na verdade, mais do que enobrecer, se enobrece.

A António Moreira e Egídio Guimarães, bons e leais amigos, devotados servidores desta Casa, o meu reconhecimento, pelo entusiasmo e dedicação, com que serviram o nosso objectivo, e souberam ajudar a destruir o obstrucionismo que se lhe pretendeu opor.

Bem hajam! Bem hajam todos! E bem hajam a memória de Manuel Monteiro e Machado Vilela, digo-o na esperança firme de que *na mão de Deus, na sua mão direita descansem afinal seus corações.*

Dois boníssimos corações! Duas belas almas! Dois bons amigos que a morte arrebatou a Braga e ao Presidente do seu Município. Gratamente me inclino perante a sua Memória.

Na qualidade de director da Biblioteca Pública de Braga, o dr. António Moreira, referindo-se à feliz iniciativa da Câmara proferiu as seguintes palavras:

«Cumpre-me agradecer, em primeiro lugar, em face do indeclinável dever que me impõe esta singela, mas expressiva homenagem, e na qualidade de representante ocasional deste serviço do Estado, a penhorante presença de todos, quantos se dignaram comparecer a este acto de evocação de uma das grandes figuras de Braga nos últimos anos.

A todas as autoridades, civis, militares e eclesiásticas, e aos amigos e admiradores do Dr. Manuel Monteiro, desejo manifestar o meu reconhecimento pela honra que deram a esta Biblioteca, aceitando o convite oportunamente dirigido.

Não poderei deixar de lembrar que este Departamento Cultural fica devendo à Câmara Municipal do nosso concelho, na pessoa do ilustre Presidente, Senhor António Maria Santos da Cunha, a possibilidade efectiva de ser nele inaugurada a «SALA DR. MANUEL MONTEIRO», mercê da sua inexcedível e constante boa vontade.

Por outro lado, intervindo com o seu prestígio e a sua longa amizade e fiel camaradagem, recordarei também a figura do falecido e saudoso Professor Doutor Álvaro Machado Vilela, que logrou levar a cabo, junto das mais altas instâncias oficiais a carinhosa tarefa a que se devotara.

Foi a Câmara de Braga, com a generosa comparticipação do Estado, que adquiriu esta Livraria e diligenciou no sentido de lhe ser aqui reservada uma sala própria.

O valor das espécies aqui reunidas não reside apenas na sua importância intrínseca, nem tão pouco deriva do seu custo. Tem outro merecimento especial que transcende a quantia porque se pagara. Quem percorreu, como eu já fiz, um a um, todos os exemplares aqui expostos, aparentemente arregimentados e frios, e pudesse viver todos os estádios da sua aquisição e leitura pelo dr. Manuel Monteiro, compreenderia melhor, então, a grandeza do espírito que os coligiu e estudou, enriquecendo o seu saber e esgotando, tantas vezes, como sucedeu no estudo do românico português todas as fon-

tes de informação mais autorizadas do mundo, o que lhe permitiu realizar depois um trabalho novo de investigação e interpretação.

Em cada livro aqui à mão, ía mesmo a dizer em cada página, está patente a alma do Homem Superior que o apreciou e entendeu, na subtileza da sua arte e na verdade das suas conclusões. É esta, portanto, uma pequena-grande livraria, ainda fremente da vida interior que o Dr. Manuel Monteiro lhe soube imprimir. A partir, sobretudo, do advento da República e não obstante as suas preocupações de homem público, Governador Civil, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro, a sua actividade intelectual nunca cessou e, este espólio, aqui posto agora, a recato e a salvação da dispersão, bem demonstra os rumos que sempre o seu nobre espírito seguiu em ordem a uma mais alta e mais séria valorização da cultura nacional.

Os seus autógrafos, as dedicatórias de admiração, amizade e gratidão que se exibem nas guardas destes livros, pequenas recordações deixadas, ao acaso, incisivos ou leves apontamentos, tendentes à verdadeira reposição histórica, tudo isso, afinal, é o que confere singular interesse a esta equilibrada livraria, a esta bem definida colecção bibliográfica e documental, e isso efectivamente, não tem preço.

Por certo que a homenagem hoje tributada à memória do Dr. Manuel Monteiro, por este modo, deveria ser a mais cara e comovente para o seu espírito, tanto mais que se realiza naquela mesma Biblioteca que tantos benefícios lhe deve e onde estão gravadas tantas remeniscências da sua passagem.

Nunca esqueceu a sua terra mesmo quando atingiu os altos cumes da glória política e literária, mas à Biblioteca consagrou, inalteràvelmente, um carinho particular, ainda quando esteve ausente da Pátria como Juiz dos Tribunais Mistos do Egipto. Considerava-o o primeiro instrumento educativo e cultural da nossa Província.

É incontestável que a vida da nossa Biblioteca, desde 1911 — vão recuados mais de 40 anos — está ligada à personalidade do Dr. Manuel Monteiro, tanto pela sua consciência da projecção dos problemas da arte e da cultura, como pelos indefectíveis sentimentos bairristas.

Estou ainda a vê-lo, na sua linha impecável de vestir, na distinção do nó da sua gravata, na sua irradiante simpatia pessoal, no gabinete do Dr. Alberto Feio, analisando e cotejando velhos documentos, interpretando a letra de antigos cartulários, debruçado, como um beneditino, sobre apagados pergaminhos, com a agudeza de uma inteligência talhada para compreender e para criar...

A par do Dr. Alberto Feio e do Dr. José de Sousa Machado, outro amigo desta Casa e distinto linhagista há muitos anos falecido, o Dr. Manuel Monteiro pontificava como um mestre incontestado e ainda como amigo de nobilíssima lealdade, pois ele soube sempre ser um amigo e um companheiro de coração aberto em todas as emergências.

É esta insigne individualidade bracarense, modesta de nascimento, mas antentica, mente fidalga pelo trato e pelos sentimentos, homem simples, esmoler, afável, humano- que lembra um vicentino na sua grata missão de dar silenciosamente; é este prestigioso investigador e arqueólogo, patriota da mais pura gama que calcurriou Portugal de lés a lés, em busca de singela imagem duma pedra, aparentemente insignificante, duma lápide, duma nota epigráfica, dum pequeno motivo arquitectónico, para satisfazer a sua ânsia de conhecer e interpretar, a que hoje estamos, neste momento, a prestar o devido culto, numa cerimónia de elevado significado cívico e enternecedora auréola moral.

Apraz associar-me, na minha tripla condição de admirador, de amigo e de funcionário, a este acto de veneração póstuma pois muito me honrei com o seu inesquecível convívio.

Aproveitámos a inauguração dessa Sala para descerrar o retrato — obra geneal do Grande Mestre Columbano — e, assim, parece que, sob o seu doce e inteligente olhar, esta Sala ficará, perpètuamente, iluminada e aquecida».

Por último, dr. Sérgio da Silva Pinto, na qualidade de vereador do Pelouro da Cultura, disse:

«Nesta cerimónia tão simples, mas rica de significado, em que cintila o autêntico e desinteressado amor aos valores do espírito, eu desejaria recolher-me ao silêncio da recordação saudosa desse grande vulto, que foi o Dr. Manuel Monteiro, um dos varões mais insignes, na história da Cultura portuguesa, no tocante à critica de Arte, e, ao mesmo tempo, um gentil homem de consciência máxima, devotado a exaltar e a criar a beleza, a amar e a enaltecer a verdade, a racionalizar e a praticar o bem.

Disseram-me, contudo, que a amizade que nos unia, o directo convívio com o respeitado mestre, orgulho alto da minha vida e requintada generosidade da sua alma, — alma dadivosa, sem facciosismos estéticos, filosóficos ou políticos —, disseram-me que este vínculo espiritual que nos unia era um título que me obrigava a pronunciar, neste momento, algumas breves palavras.

Mas proferir o nome de Manuel Monteiro é iniciar o elogio; é recordar os seus trofeus morais e científicos; é projectar a mente sobre o valor perdurável e a fulgência da obra que nos deixou.

O ínclito Bracarense possuía o dom excepcional de ser admirável e preclaro de qualquer ponto que víssemos a sua personalidade.

Como homem de alta moralidade, inalteràvelmente justo, mas compassivo e benévolo, e generoso até à magnificência. Como homem de espírito e de bom gosto, harmoniosamente sóbrio, elegante, sem afectação, lampejando-lhe contudo nos olhos o seu quê de magia oriental acentuada no geito de sorrir. Como homem de ciência, nobremente sereno e rigorosamente objectivo, elevando a crítica ao nivel da exactidão positiva, documental, não despresando porém a colaboração e o equilíbrio da inteligência e da sensibilidade, aquela fonte de conhecimento, esta fonte de amor e compreensão.

Nas funções de governante, todos o sabem, Manuel Monteiro, ainda que duas vezes Ministro, sempre fraterno, tolerante e justo, sempre activo, dinâmico e útil, ora na pasta da Justiça a redigir a 1.ª lei da amnistia da República, ora no Fomento a preocupar-se com o ressurgimento económico português —, Manuel Monteiro foi astro que luminosa mas fugidiamente rasgou o horizonte da nossa política, após a queda da Monarquia constitucional.

Já como Juiz, no alto cargo de Juiz Presidente do Tribunal Misto de Alexandria, durante uma década, aureolou o nome de Portugal com a cintilação do seu prestígio. Classificaram-no de «Juiz Amado, mas Juiz seguro». Firmou a reputação dos magistrados, segundo o testemunho dum grande Mestre de Direito, seu colega no Egipto, o malogrado e venerando Professor Machado Vilela.

Onde, porém, reside a autêntica glória de Manuel Monteiro é na renovação da crítica de Arte. Foi o descobridor do Românico português, o historiador exímio dessa primeira arte nacional.

«Marca uma étapa essencial na evolução dos estudos deste género», afirma com justiça e justeza, o prof. Reinaldo dos Santos, o eminente presidente da Academia das Belas Artes, que espera um futuro Plutarco para a devida consagração de Manuel Monteiro.

A crítica de Arte garante-lhe a sobrevivência na história. Os autores modernos do nosso Românico, — Aarão de Lacerda, João Barreira, Reinaldo dos Santos, — conservam-se fiéis, quer à sua classificação dos monumentos, quer à sua precisão demonstrativa da génese, das influências, das escolas e dos grupos do primeiro florescimento artístico português. Depois da sua inventariação crítica dos nossos especimens românicos, feita na célebre monografia sobre S. Pedro de Rates e em outros estudos satélites, «nada de essencial — opina Reinaldo dos Santos — houve ainda a juntar».

Nestas obras e no Pré-românico, notadamente nos seus trabalhos sobre S. Frutuoso, esplende o espírito renovador, o pensamento crítico de Manuel Monteiro. Não me compete a mim, todavia, nem é para este lugar, a análise dos seus estudos sobre os históricos cíclos de Arte. Sublinho apenas que eles lhe asseguram, em definitivo, a perpetuidade na memória dos estudiosos, dos especialistas, como ponto de partida e como ponto de chegada.

Mas é a própria Arte a perpetuá-lo, a imortalizá-lo. Mestre Columbano, que na sua maravilhosa galeria de retratos fixou as vidas mais significativas da sua época — Antero de Quental, Bulhão Pato, Fialho de Almeida, António Feijó, etc., — em Manuel Monteiro, na sua figura elegante sem ênfase, nobre sem rigidez, o talento a iluminar-lhe a máscara humana, encontrou o tipo superior que melhor se adaptava ao seu génio pictural de retratista psicológico. O retrato de Manuel Monteiro foi a pedra de toque do artista, onde deu a medida máxima das suas faculdades, no dizer conceituoso de Abel Salazar.

O homem de espiritualidade e de religiosidade imanente, anteriana, que Manuel Monteiro corporizou, manifesta-se, por último, no seu testamento: «procurei sempre fazer o maior bem possível e evitar praticar o mal... embora me atribuíssem por vezes factos cuja responsabilidade me não cabe, porque nunca os consenti, nem os ordenei. No entanto, se porventura alguém por mim se considerar ofendido, com o mais sincero arrependimento lhe peço perdão... Despeço-me assim deste mundo e que no outro

«Na mão de Deus, na Sua Mão direita,
descanse afinal meu coração».

Senhor Presidente:

Não fica saldada a nossa obrigação com o acto inaugurativo desta Sala. Pelo menos, há duas iniciativas ainda a levar a efeito, que certamente se acham no seu ânimo esclarecido e empreendedor.

A primeira é salvar o antigo coro da Catedral, «esse notável documento da arte quinhentista abandonado até agora à rapina dos homens e à destruição do tempo», último grito de alarme, última advertência que o egrégio Bracarense nos deixou, precisamente no órgão cultural camarário, a revista Bracara Augusta; e a segunda é promover uma edição de todas as suas obras reunidas ou, pelo menos, das que respeitam à história do Românico e Pré-românico português. Duas empresas dignas da nossa Câmara enriquecendo e honrando a cidade.

Meus Senhores:

A saudade, a melancolia, domina-nos a todos. Mas temos confiança e fé em que no além, — porque «memória desta vida se consente» — Manuel Monteiro será o génio tutelar para a integração de Braga na expressão plástica da sua alma histórica e para a restauração do seu património artístico e monumental».

Por último, a Senhora D. Teresa Rodrigues Monteiro, irmã do homenageado e em nome das pessoas de família presentes, proferiu um sentido discurso de agradecimento, acentuando que tal missão estava confiada ao saudoso Professor Doutor Álvaro Machado Vilela, falecido recentemente e que junto da Câmara tanto trabalhou para que a «Sala Dr. Manuel Monteiro», então ainda uma quimera, se transformasse naquela realidade.

Uma calorosa salva de palmas, abafou as palavras da distinta senhora, que não escondia a sua emoção.

O Sr. Presidente da Câmara, cumprimentou a Senhora D. Teresa Rodrigues Monteiro, agradecendo-lhe as palavras antes proferidas.

O Dr. Antão Santos da Cunha e os problemas de Braga

Numa oportunissima intervenção na Assembleia Nacional, em Março, a favor dos interesses de Braga e da sua região, o Dr. Antão Santos da Cunha fez um sério apelo, no sentido de ser melhorado o nível de vida do seu povo, através dum vasto plano de valorização industrial, agrícola e cultural.

Bracara Augusta não podia deixar de registar, com o devido relevo, o importante acontecimento, dada a importância de que se revestem as declarações do ilustre parlamentar. Bracarense de gema, membro duma das famílias mais ilustres da cidade, de posse de brilhante carreira política, o Dr. Antão Santos da Cunha está bem à altura do mandato que lhe foi confiado.

Braga e os seus problemas são para ele como que as meninas dos seus olhos, sendo um batalhador incansável pelo progresso da sua terra. Vejamos a profundidade como, através do seu discurso na Assembleia Nacional, são estudados os problemas que instantemente interessam à região e ao seu povo.

Honestidade na aceitação do mandato

Senhor Presidente:

Temos, nós Deputados, especiais deveres para com aqueles que nos conferiram o seu mandato.

Devemos, às suas aspirações e ansiedades, aos seus interesses e aspirações mais instantes, um estudo conscienciosо e uma colaboração dedicada.

Foi na linha desse pensamento de compreensão e ajuda, que pedi a palavra a V. Ex.ª, para fazer algumas considerações sobre problemas essenciais da vida social e económica da cidade de Braga e sua Região — que andam na inteligência e no coração de muitos, e aos quais a Imprensa, sobretudo a do Norte («Comércio do Porto» e «Primeiro de Janeiro») dedicaram já particular carinho — chamando para eles a atenção do Governo, e de todos quantos possam, e devam contribuir para os solucionar.

Pergaminhos que são fortes razões

Senhor Presidente:

A cidade de Braga pode, legìtimamente orgulhar-se do seu passado, por forma tão directa e com tanta relevância, ligado às horas mais altas da vida nacional.

As suas crenças religiosas, ou melhor, o seu inalterável catolicismo, os sentimentos patrióticos da sua gente — crenças e sentimentos compartilhados, de resto, por todo o povo do Minho — são constantes do seu carácter e fundamento do clima espiritual e político que ali, permanentemente, se vive.

Foi, por certo, esse clima, a fidelidade às mais puras tradições nacionais, que elegeram a cidade de Braga para a arrancada vitoriosa da Revolução de Maio, ligando-a — até porque nada acontece por acaso — mais uma vez e já em nossos dias, a um facto histórico da maior transcendência e que condicionou o nosso Ressurgimento.

O Progresso da cidade — Agradecimento ao Titular das Obras Públicas

Pois, Braga, Senhor Presidente, como tantas outras terras do País tem procurado integrar-se no ritmo de progresso que a Revolução Nacional tornou possível, e os seus elementos responsáveis não se cansam de trabalhar pela sua valorização nos diversos campos em que pode afirmar-se a vitalidade de um aglomerado urbano da sua categoria.

Com perfeita objectividade se pode dizer que Braga não tem vivido uma vida apagada, possível se se deixasse adormecer na mera contemplação das suas tradições e das suas glórias.

Ao contrário, e sem renunciar a tudo quanto do passado possa constituir lição e estímulo, a cidade de Braga apresenta-se hoje aos olhos dos que a visitam com o aspecto duma cidade que se renovou, e se renova, com melhoramentos de alto alcance para a sua vida presente e futura.

A sua valorização urbanística é indiscutível, e só foi possível pela conjugação de esforços, e de meios, do Estado, do Município e da iniciativa particular.

Neste momento, e de modo especial, é devida uma palavra de agradecimento ao Ilustre Titular das Obras Públicas, que mantendo e reforçando, uma orientação já tradicional no seu Ministério, tem dado um auxílio decisivo às realizações dos últimos tempos.

Lamentável contraste entre o progresso e o atraso social económico

Simplesmente, Senhor Presidente — e estamos chegados ao ponto crucial desta intervenção — torna-se por demais evidente que àquela obra de valorização urbanística da cidade de Braga não correspodde um progresso social e económico que se lhe possa comparar.

À simples observação dos menos atentos não pode passar despercebida a desarmonia entre a obra — valiosa, sem dúvida — do engrandecimento citadino, e a estagnação, senão o retrocesso, da vida económica da cidade, com duras consequências para o nível de vida dos seus habitantes, aos quais é dever imperioso assegurar trabalho suficientemente remunerado e pão bastante.

A cidade de Braga, e com ela as terras mais suas vizinhas (à excepção de Guimarães e Famalicão, com actividades industriais que muito contribuem para o seu desafogo económico), vivem a vida difícil que lhes é imposta pela pobreza do seu agro, pela

falta doutros recursos naturais, pela ausência, ou desordenamento, de unidades industriais, situação fortemente agravada pela extraordinária densidade da sua população.

Está, assim, criado um grave problema social na região bracarense, perante o qual não é justo, nem prudente que fechemos os olhos, impondo-se-nos antes a obrigação de o apreciar e resolver, procurando criar novas fontes de trabalho e riqueza, que garantam a todos, no plano das necessidades fundamentais do homem, as desejáveis condições de suficiência e mediania.

Para tanto, torna-se necessário e urgente ordenar um planeamento regional no qual haverão de ter lugar os esforços conjugados do Estado, das autarquias locais, e da iniciativa particular, estimulada esta pela confiança que lhe possa merecer a colaboração daqueles.

Factores essenciais para a solução do problema

Senhor Presidente:

Para além doutros elementos possìvelmente a tomar em consideração, apontarei três factores que julgo essenciais para a boa solução do problema que foi posto.

1) — **Fomento industrial**

Não será este, com certeza, o momento mais azado para largas explanações sobre o problema de localização das indústrias, tão cheio de consequências, quer no aspecto económico, quer no aspecto social.

Dir-se-à sòmente que ninguém hoje, acredita que essa questão ande ao deus dará, tão graves são os prejuizos resultantes desse abandono.

Dados os inconvenientes do gigantismo económico, lesivo ao mesmo tempo dos interesses da própria economia e dos interesses sociais, até aos malefícios dessa grande chaga dos nossos dias que é o urbanismo, tudo aconselha e impõe que se procure disciplinar prèviamente a localização das indústrias, de modo a servir aquelas duas ordens de interesses, numa zona de equilíbrio em que se não esqueça o sentido humano da Economia.

Bom será que um frio e estreito tecnicismo, preso do encantamento exclusivo dos baixos custos de produção, nos não conduza, ou faça avançar mais, nos indesejáveis caminhos daqueles dois males (o gigantismo económico e o urbauismo) dos quais, olhando à saude moral e ao bem estar da gente portuguesa, nos temos de libertar com toda a decisão.

Ora, Senhor Presidente, parece ser no quadro desta orientação doutrinária — descentralização das indústrias e seu melhor rendimento social — que devemos buscar solução para as aspirações da região bracarense no tocante ao fomento industrial.

Estas aspirações para mais clara apreciação do assunto, podemos cindi-las em dois aspectos: a) — renascimento ou revigoramento das suas indústrias; b) — criação de novas indústrias.

No tocante ao primeiro aspecto, bastará apontar, como exemplo, o que se passou, e passa, com as indústrias de sapataria e chapelaria (esta tantas vezes aqui tratada pelo nosso ilustre Colega Dr. Alberto Cruz), sacrificadas ou à desordem duma concorrência desregrada, ou ao ordenamento duma reorganização de cunho estatal, que se levou por diante de costas voltadas para os reflexos sociais das medidas tomadas.

E não se pretenda toldar o horizonte com queixumes contra a fraqueza ou ausência da iniciativa particular, pois esta só pode afirmar-se nos limites que lhe marcam, e mover-se nas condições que são fixadas.

Neste domínio da política industrial, cada um não faz hoje o que quer, mas o que pode, ou o deixam fazer.

A Administração está, assim, corresponsabilizada pelos resultados duma acção que se desenrola sob o seu comando.

Por isso é legítimo pedir que se procure ainda fazer renascer ou revigorar indústrias que tão de perto condicionavam o progresso económico da cidade de Braga, dispensando-lhes os devidos amparos e protecção.

Extintas ou diminuídas as velhas indústrias bracarenses, ainda o mau sestro se estende sob o panorama industrial, já tão acanhado da região.

A indústria textil, que atravessa uma inquietante crise, tem em Braga algumas unidades que, na pequenez da sua vida fabril, muito pesam no emprego de braços e no pão que ali ganham numerosas famílias.

As dificuldades desta hora se devem preocupar todo o vasto sector da actividade textil, assumem particular acuidade naquela cidade, que não pode suportar, tão apertados são os meios de emprego ao seu alcance, o inlabor dessas centenas de trabalhadores.

Mais uma ansiedade e uma angústia a justificar a atenção de quem de direito e a reclamar pronto remédio.

Senhor Presidente:

A instalação de novas indústrias poderia, na verdade, constituir o factor mais sério da valorização económica e do progresso social da região de Braga.

Não se minimizam as dificuldades que o problema comporta, mas não se renuncia a que o problema seja devidamente discutido e ponderado.

O Estado tem nas suas mãos — e deles quererá, sem dúvida, fazer o uso socialmente mais útil — poderes que lhe permitem determinar a localização das indústrias.

E pode fazê-lo, quer quanto à instalação de indústrias totalmente novas, quer — e este aspecto é muito importante — quanto às que representam desenvolvimento ou conversão de indústrias já existentes.

Na consideração de todos os factores que podem impor a localização das primeiras, não pode, por antecipação, aceitar-se como impraticável a escolha da região bracarense para sede dalgumas delas. É um assunto a estudar.

Quanto ao desenvolvimento das indústrias, tudo se deve fazer para o conseguir, aproveitando as iniciativas locais, orientando-as e ajudando-as.

Existe em Braga uma unidade fabril que mercê do espírito empreendedor, da tenacidade do seu proprietário e seus colaboradores, tem já hoje um lugar de destaque na vida industrial portuguesa: a Casa Pachancho.

Não estaria ali, nessa unidade da indústria metalo-mecânica, e com a eventual cooperação doutras oficinas metalúrgicas que em Braga se dedicam a fabricos de vária ordem, a base dum empreendimento maior se às dificuldades e incompreensões com que luta para a sua expansão se substituíssem as facilidades justas e os estímulos criadores?

Mais um problema a considerar.

2) — Os Serviços Públicos e os estabelecimentos de ensino

Senhor Presidente:

O número e qualidade dos serviços públicos, e dos estabelecimentos de ensino, em muito podem contribuir também para a valorização dos agregados urbanos, não só pela fixação das famílias dos que neles se empregam, ou dos que os frequentam, mas ainda pelo movimento que a essas terras lhes asseguram os que são forçados a utilizá-los ou a com eles manter contactos.

Ainda aqui, e mais uma vez, a descentralização poderá funcionar como factor de engrandecimento regional.

Braga, capital duma populosa província, está em condições particularmente vantajosas para servir os povos da sua região.

Na sede do distrito e da província se devem fixar todos os serviços de âmbito regional, sem que disso resulte gravame para os povos, que dispõem hoje duma densa rede de transportes, talvez carecida dum plano de coordenação, de que a Estação de Camionagem deveria ser o necessário e urgente coroamento.

Não podem esquecer-se, entre os estabelecimentos que mais contribuem para a valorização da cidade, as suas unidades militares.

Neste capítulo sofreu Braga, ainda há pouco tempo, uma mutilação grave e injustificada. Viu-se privada do seu Regimento de Cavalaria, já com terrenos adquiridos e em preparação para o seu novo quartel — agora abandonado —, tendo perdido, duma só vez, um factor transitório de enriquecimento pelo trabalho de construção desse novo quartel, e um factor permanente de valorização pelos elementos (oficiais, graduados e suas famílias) que na cidade se fixariam.

Com perfeito reconhecimento dos interesses de cidades amigas e vizinhas — cujo progresso por igual desejamos, mas que para o ser verdadeiramente não deverá erguer-se sobre o prejuízo dos outros — confiamos em que ao Governo será possível remediar o sucedido numa futura distribuição das unidades militares, da qual desejaríamos ver afastadas quaisquer considerações que não fossem as que resultam dos imperativos estratégicos e nacionais.

Mas, Senhor Presidente, não são apenas as unidades militares a contribuirem para o engrandecimento e para o progresso económico das nossas terras da província.

Entre outros, podemos ainda apontar os seus estabelecimentos assistenciais, sobretudo os que respeitam à saúde pública, se lhes conseguirmos dar categoria e nível técnico suficientes.

Hospitais e outros departamentos, convenientemente apetrechados e servidos por pessoal qualificado, são, sem dúvida, elementos de atracção e, por isso, factor importante de intercâmbio populacional com nítida expressão na vida económica (transportes, comércio, etc.).

Neste capítulo, só mais algumas palavras sobre os estabelecimentos de ensino.

Braga precisa — e precisa com urgência — do seu Liceu Feminino.

A criação daquela unidade de ensino impõe-se a todas as luzes, porquanto o excesso de frequência do Liceu de Sá de Miranda está a afectar de maneira sensível o seu rendimento escolar, e tem implicações pedagógicas, e até morais, que não podem ser menosprezadas.

E a Escola do Magistério Primário de Braga — com excelentes instalações e quadros à altura das suas responsabilidades — tem de ser aproveitada em toda a

extensão da sua capacidade, prestando, de tal modo, maior colaboração e instrução em curso.

Não será ousado pedir também a revisão do quadro de cursos professados na Escola Comercial e Industrial de Braga, no sentido de se obter o seu alargamento.

Cometeria uma feia injustiça se não fizesse uma referência à posição que têm na vida social e educacional de Braga os Seminários e outros Institutos Religiosos — sem esquecer os de carácter missionário — que em muito tem contribuido, e mais hão-de contribuir, para a expansão e progresso da cidade.

Mas injustiça maior era com certeza não salientar a acção prestimosa da Faculdade Pontifícia de Filosofia, confiada ao saber e à devoção dos Padres da benemérita Companhia de Jesus.

Este estabelecimento de Ensino Superior — com tantas iniciativas e colaborações em empreendimentos culturais de evidente prestígio e valorização para a cidade de Braga, e para o País — bem merece ajuda e compreensão, quer das altas entidades da Hierarquia da Igreja, quer do Estado, ainda ligado a um estatismo educacional, que se não puder ser desde já abandonado, bem carece de ser arejado, reconhecendo-se à Igreja e à Família os seus direitos no plano educativo.

3) -- O Turismo

Por último, Senhor Presidente queria apontar o Turismo, como factor importantíssimo de revigoramento económico da região bracarense, dotada como poucas de belezas naturais, de monumentos históricos, de estâncias termais, etc., que a tornam previlegiada nesta matéria.

Mas o Turismo presupõe elementos para a sua realização.

Entre eles avulta a necessidade dum conveniente armamento hoteleiro.

Braga precisa de um Hotel no Bom Jesus do Monte, essa incomparável estância de repouso, e de um Hotel na própria cidade.

Pressinto, de novo, o apelo dalguns para a iniciativa particular.

Também a tenho presente. Mas não esqueço que ela será absolutamente inoperante se não contar com a colaboração do Estado, que para si reservou não só a orientação de todo o Turismo nacional, como — e isto é essencial — se reservou a faculdade de conceder isenções e outras facilidades, sem as quais não pode haver iniciativa que, neste capítulo, hoje possa vingar.

Mister se torna ainda fazer uma verdadeira política nacional de turismo, não considerando o País como qualquer coisa que se acantona a sul do paralelo que passa pela Figueira da Foz.

A mesquinhez desta perspectiva, além de menosprezar legítimos direitos — agora já não só do Minho, mas de toda a região do Norte — é suficientemente estúpida para que possa ser mantida.

Senhor Presidente:

Estou chegado ao fim das minhas considerações, e já por demais abusei da atenção de V. Ex.ª, e da Câmara, confiado na vossa benevolência.

O que acabo de dizer, sobre as dificuldades da vida económica de Braga, não constitui um grito de alerta ou alarme.

Só se despertam para as realidades da vida política, social e económica, os que vivem esquecidos ou afastados delas.

Perante aquelas dificuldades não pode ser essa a posição quer do Governo, quer dos elementos responsáveis da cidade de Braga e do seu distrito.

Estes desejarão, por certo, por adesão ao pensamento que inspirou as minhas pobres palavras, representar ao Governo — como eu próprio represento deste lugar — para que o problema seja, com a colaboração dos vários interesses, considerados nos seus aspectos mais relevantes.

É que, na verdade, a sua solução condiciona fortemente — íamos a dizer, dramàticamente — a vida dum vasto sector da população portuguesa, condiciona, afinal, a felicidade e o bem estar de gente, como nenhuma outra, trabalhadora e crente, cuja resignada disciplina impõe a todos maiores deveres em a ajudar e em a defender.

Tenho dito.

O 8.º aniversário da investidura na Presidência da Câmara do Comendador António Maria Santos da Cunha

Ocorreu em 25 de Março o oitavo aniversário da investidura na Presidência da Câmara Municipal de Braga do Senhor António Maria Santos da Cunha. O acontecimento foi festejado pela vereação e funcionalismo municipal que se não cansam de patentear ao seu ilustre e estimado Presidente os sinceros desejos duma longa permanência à frente da Edilidade que tanto tem prestigiado, com uma obra de valorização e embelezamento sem precedentes na história da cidade.

Toda a gente que conhece o Presidente Santos da Cunha aprecia as suas altas qualidades de carácter, e a sua nunca desmentida dedicação por todos os assuntos que digam respeito à sua tão querida cidade e à sua gente.

O povo, a começar pelo mais humilde, estremece o seu Presidente, pois sabe que pode contar com ele incondicionalmente, na defesa dos seus legítimos interesses e justas aspirações. Recebe a todos, sem distinções de classes. Quem o conhece sabe bem o empenho que é capaz de pôr na obtenção duma justa pretensão.

Mas, quem dum modo especial sente mais directamente a sua dedicação são aqueles, com quem mais de perto priva: os seus mais próximos colaboradores, os vereadores e os funcionários seus subordinados. E pode dizer-se que em cada um tem o Presidente um amigo devotado, amigo que muito honrado se sente, por poder colaborar na sua obra...

Avesso a manifestações que possam ferir a sua modéstia, o Presidente Santos da Cunha sempre se opôs a homenagens individuais à sua obra e à sua pessoa. Desta vez, porém, foi colhido de surpresa, quando, no seu gabinete de trabalho, que o é na verdadeira acepção do termo, compareceram os vereadores, funcionários municipais e dos serviços municipalizados, que, numa espontânea manifestação de simpatia e reconhecimento, lhe apresentaram as suas felicitações.

O «Correio do Minho» sempre solícito em auscultar todos os acontecimentos citadinos, conseguiu surpreender a manifestação, e fez dela o seguinte relato:

«Ocorrendo agora o 8.º aniversário da posse do Sr. António Maria Santos da Cunha, no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Braga, a vereação e pessoal do Município apresentaram-lhe ontem cumprimentos.

O acto, restringido pois aos seus mais directos colaboradores, teve contudo alto significado, não só pela sinceridade das afirmações produzidas, como ainda pelo ensejo que o primeiro magistrado do concelho teve, em ver o quanto era estimado e apreciado, não só pelos elementos da

Edilidade, como ainda pelo funcionalismo que em todos os sectores da vida municipal vêem no seu Presidente o condutor seguro, e o amigo de todas as horas.

No gabinete do Sr. António Maria Santos da Cunha, a ladeá-lo, viam-se os srs. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara; António Fernandes de Araújo, Engenheiro Magalhães Salgado, Dr. Olindo Casal Pelayo e José Maria Rodrigues, vereadores.

Com o pessoal não só da Câmara, como dos Serviços Municipalizados, encontravam-se respectivamente os srs. Dr. Eugénio Bacelar Ferreira e Manuel Coelho, respectivamente chefe da secretaria e 1.º Oficial; Engenheiro Alvaro Ferreira e Alberto Amorim, Capitão Monteiro Pinto, etc.

As felicitações da Câmara

Em nome da Edilidade usou da palavra o Sr. Dr. Olindo Casal Pelayo, que falando de improviso proferiu uma brilhante saudação, principiando por dizer que felicitava o sr. António Maria Santos da Cunha em nome do sr. Vice-Presidente e da vereação. E acentuou: a data que agora celebramos está cheia de conteúdo e pelo que ela contém da vida está entregue a uma renovação constante. Refere-se aos oito anos de actividade do sr. Presidente da Câmara, sublinhando que, o volume de realizações era de tal monta, que a sua acção pertencia já à história.

Ao referir-se ao ciclo de melhoramentos desenvolvidos, o sr. dr. Olindo Casal Pelayo, recordou o prestígio grangeado para Braga e a honra que se sentia em pertencer-se a esta cidade.

Ao referir-se à obra do sr. Presidente da Câmara, acentuou que ela não estava já no presente mas sim no futuro, pois que a sua obra continuaria cada vez mais prometedora, pelo que caminhamos confiados para o futuro. E termina: — Enquanto o nome de Santos da Cunha permanecer nesta cidade, o êxito de Braga está mais que garantido.

As felicitações do funcionalismo

O sr. dr. Eugénio Bacelar Ferreira, em voz bem timbrada, não isenta de emoção principiou por dizer que falava em nome do funcionalismo que tinha orgulho em servir com Sua Excelência.

Ao felicitá-lo pela sua recondução, diz do entusiasmo que ia em todos, destacando a obra realizada no trancurso dos oito anos que findavam.

Ao referir-se à forma como todos os serviços decorriam, prestou as suas homenagens à Câmara e ao seu Presidente, dizendo que dava gosto trabalhar com uma Câmara assim.

Terminou por dizer que a obra desenvolvida pelo Sr. Presidente da Câmara, bom chefe, de mão segura e coração bondoso, a cidade tinha já avançado um século, frisando a obra cultural e espiritual conseguida nestes anos, com votos de que os oito anos futuros prossigam no mesmo ritmo.

O agradecimento do Presidente da Câmara

O Sr. Presidente da Câmara, bastante sensibilizado com o que se havia passado, no seu agradecimento principiou por dizer, que seria despropositado negar-se a receber os cumprimentos dos funcionários da Câmara, por ocasião do oitavo aniversário da sua posse. Salientou que estes cumprimentos não constituiam uma homenagem, mas sim, o ensejo para que o chefe da família municipal pudesse estabelecer contacto com todos os seus directos colaboradores, que são, os vereadores, os directores de serviço e os funcionários da Câmara, a cuja leal colaboração se ficou devendo o que tem sido possível fazer-se nestes últimos oito anos.

O sr. Presidente diz que é seu desejo dizer apenas duas palavras de agradecimento aos funcionários para quem continuaria a apelar para uma intensa colaboração, sempre no sagrado

dever de se valorizar a cidade de Braga, e salientou a colaboração do sr. Dr. Eugénio Bacelar Ferreira. Prosseguindo, sublinha: — Meus amigos, tenho direito a essa amizade, e a essa lealdade. Em frente eis a palavra de ordem.

E continuou:

— Não me pesa outra coisa que não seja o interesse da minha terra. Servir a cidade fazer mais e melhor, eis o lema que nos norteará. Esta porta está sempre aberta para todos os bracarenses. Queremos criar a cidade nova e para tal precisamos da colaboração de todos.

O Sr. Presidente da Câmara agradece a seguir as palavras do Sr. Dr. Olindo Casal Pelayo, destacando-o como professor distinto duma Escola que é orgulho de Braga.

Ao salientar a excelente colaboração da Edilidade, o Sr. Presidente da Câmara, vincou também o grande contributo da iniciativa particular e diz que, ao iniciar nova tarefa, muito esperava da mesma.

Por último o Sr. Presidente da Câmara recebeu os cumprimentos dos presentes.

A propósito da Faculdade de Filosofia de Braga e da intervenção parlamentar do Dr. Antão Santos da Cunha

Numa muito oportuna exposição na sessão camarária de 26 de Março, o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro da Cultura, apresentou, duma maneira clara e concludente, as reivindicações da cidade, sobre o alargamento do âmbito da Faculdade Pontifícia de Filosofia, E por se tratar dum assunto de incontestável interesse que merece ser profundamente apreciado transcrevemo-la a seguir:

«Na última sessão, acompanhando o meu distinto colega sr. José Maria Rodrigues, no aplauso à intervenção do ilustre deputado bracarense sr. Dr. Antão Santos da Cunha, na Assembleia Nacional, sobre os problemas económicos e sociais que afligem Braga e a sua região, manifestei o desejo de, na reunião de agora, proferir mais algumas palavras acerca do mesmo assunto.

Com efeito, esses problemas são de tanta magnitude, a sua apresentação e estudo é de necessidade tão imperiosa, que preciso se torna não descansar (enquanto à sua volta se não produzir um movimento de boa vontade e esclarecimento) para que, quem possa resolver a nossa crise, ponha em marcha as soluções salvadoras.

Tais soluções foram aliás perfeitamente indicadas: 1.ª) a aplicação justa, a favor de Braga, dentro do razoável, claro está, do *plano de fomento industrial*, de molde a que as antigas indústrias, em ruína, possam renascer, objectivo por que tanto tem pugnado o sr. Dr. Alberto Cruz, e se instalem novos centros produtores, aqui fixados por sábias medidas localizadoras; 2.ª) a aplicação justa da *política de turismo* a esta região bracarense, solar da raça, á ea histórica da nossa arte primitiva e prodígio da natureza, que bem merece chegarem até ela as realizações hoteleiras. do Estado; 3.ª) a aplicação justa, ainda à capital do Minho, do desenvolvimento da rede de estabelecimentos oficiais e da protecção aos não-oficiais de manifesta relevância pública: referia-se o ilustre deputado, nomeadamente, aos estabelecimentos assistenciais, militares e de ensino.

No que se refere a estabelecimentos não-oficiais distinguiu-se, com muita justiça, uma corporação de alto valor intelectual, unica instituição universitária portuguesa em que se ensina um curso completo de filosofia, e que tão alto já tem elevado o seu nome nos meios cultos do mundo civilizado.

Não se estranhe que por inclinação do meu espírito saliente esta referência do ilustre deputado. É que Braga talvez ainda não avaliasse em toda a sua amplitude a grande riqueza espiritual,

o grande factor de prestígio intelectual e a grande fonte para se desenvolver como terra universitária, que tem dentro dos seus muros, isto é, a Faculdade Pontifícia de Filosofia.

O I Congresso Nacional de Filosofia, de sua iniciativa e repercussão em todo o mundo, não foi já o reconhecimento internacional da nossa Faculdade, mas sim a exaltação do seu valor; *a Revista Portuguesa de Filosofia,* seu órgão, constitui elemento principalíssimo para que o nome de Portugal não fique ignorado nos cenáculos da especulação filosófica e entre os pensadores de todos os continentes; e as obras que publica, em livro, justificam que, sem sombra de excesso, se garanta estar a criar-se, em Braga e em Portugal, uma *escola portuguesa de filosofia perene,* sempre viva, sempre renovada, tradicional, de marca Tomista, mas amplamente progressiva.

O que falta é que esta Faculdade abra as suas portas a todos os que desejam o seu magistério, em vez de se confinar, por obrigação estatutária, quase só ao elemento Inaciano; o que falta é facilitar-lhe a alta missão de elevar a inteligência portuguesa, ao lado das preclaras Universidades do Estado.

Braga que, como ainda há pouco provou o sr. dr. Avelino Jesus da Costa, teve a primeira Escola-Catedral que houve no território português depois da Reconquista (glória que se julgava pertencer a Coimbra); Braga que, antes da Reconquista e da invasão árabe, foi o centro das correntes filosóficas da Espanha; Braga que, por outras razões bem conhecidas e actuais, tem jus a ser considerada cidade valorizadora do Espiritual, reclama que a sua Faculdade de Filosofia alargue a frequência a toda a gente, ao clero e aos leigos, e que daí possam sair válida e legalmente diplomados.

Todas as soluções propostas, senhor Presidente, devidamente estudadas e aplicadas, estou certo, resolverão em grande medida as dificuldades económicas e sociais de Braga.

O caminho foi indicado. Mas não chega. É preciso que a cidade inteira, através dos seus elementos representativos, as chamadas forças vivas, se congregue, em notável e inteligente coesão, e demonstre pelas suas diligências, pela sua insistência e persistência, pelo tacto, pela diplomacia, e pela força dos seus argumentos, que a terra de Santa Maria, hoje em prometedor desenvolvimento urbanístico, merece vencer a sua crise económico-social. Os povos têm o destino que merecem.

A recondução do Comendador António Maria Santos da Cunha no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Braga

Em reunião extraordinária de 23 de Março, o Conselho Municipal regozijou-se com a recondução do Senhor António Maria Santos da Cunha no mandato de Presidente da Câmara Municipal de Braga. É do seguinte teor o relato feito do acontecimento pelo «Correio do Minho»:

«Sob a presidência do sr. António Maria Santos da Cunha, e a assistência dos conselheiros srs. Padre Aloísio Avelino de Sousa, Eng.º Abel Alegria Martins, Arménio de Oliveira Sottomaior, António Ferreira, Duarte Cândido Ferreira Carmo e dr. Francisco da Silva Pinto realizou-se no passado dia 23 uma sessão extraordinária do Conselho Municipal, ás 15 horas.

Antes da ordem do dia usou da palavra o sr. Padre Aloísio Avelino de Sousa que, em nome do Conselho Municipal expressou o júbilo pela recondução do Ex.mo Presidente, sr. António Maria Santos da Cunha, no cargo de Presidente da Câmara. Em nome de todos os munícipes que o Conselho representa na actividade, exprime o seu aplauso pela obra assombrosa já realizada, e bem assim o voto, cheio de esperança, de que os próximos oito anos de Presidência de S. Ex.ª

sejam, como os anteriores, cheios de grandeza e progresso desta terra. Braga espera-o e... dados os méritos revelados pelo sr. António Maria Santos da Cunha, exige-o, pois Braga necessita de ver os seus filhos dilectos e que de tanto se revelam capazes, a colocar ao serviço da colectividade as suas virtudes, a sua tenacidade, o seu bairrismo.

Termina por implorar a protecção da Virgem do Sameiro, a excelsa Padroeira de Braga, para que continui a inspirar e a proteger o sr. Santos da Cunha, para bem da nossa cidade.

O sr. dr. Silva Pinto, como representante das populações rurais, solidarizou-se com as palavras do sr. Padre Aloísio, dizendo que as achava inteiramente justas, e que era com renovada esperança e júbilo que via reconduzido no cargo da presidência o sr. Santos da Cunha, e estava certo que este mesmo voto era compartilhado pelos restantes membros do Conselho.

O sr. Presidente agradeceu penhorado as palavras do sr. Padre Aloísio e do sr. dr. Silva Pinto, acrescentando que se não fora o muito amor que nutre pela terra que lhe foi berço e a paixão que o domina pelo seu progresso, não teria aceitado a recondução. Além disso essas palavras, por virem de dois representantes de entidades de alto valor no conselho são mais de estimar o motivo de encorajamento. No final do seu agradecimento também desejou que a Virgem e Deus protegessem os destinos da nossa cidade bem como os dignos conselhos.

Sagração episcopal do Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo Eleito de Telmissus, e Auxiliar de Braga

Em 31 de Março, realizou-se na Sé Primacial de Braga a sagração episcopal do Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo Eleito de Telmissus e Auxiliar de Braga, numa cerimónia que se revestiu da mais brilhante pompa litúrgica.

Ao acto assistiram além de altos dignitários da Igreja, o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, autoridades civis e militares e muito povo.

Braga, a Roma Portuguesa tem, no decurso duma tradição, multissecular, a maior veneração e respeito pelos seus prelados. Não poderia pois deixar de representar-se condignamente e dar à significativa cerimónia da sagração do seu Bispo Auxiliar o luzimento de que se revestiu.

Assim ficou bem patente aos olhos de todos a grande estima e simpatia que o povo de Braga devota aos seus mais altos chefes espirituais, que, na arquidiocese, são o venerando Arcebispo e, agora, o seu Auxiliar, o Senhor Bispo de Telmissus.

Do esplendor que teve a cerimónia, obtém-se ideia adquada pelo relato que o« Correio do Minho» fez a propósito do acontecimento, e que passamos a transcrever:

«Com a presença das mais destacadas figuras de várias partes do país, sobretudo do Minho, Évora e Lisboa, realizou-se ante-ontem na Sé Primacial a cerimónia da Sagração Episcopal de sr. D. Francisco Maria da Silva, Bispo Eleito de Telmissus e Auxiliar de Braga.

As cerimónias que, como sempre se revestiram de maior pompa e beleza litúrgicas, foram seguidas por elevado número de fieis.

Pelas naves laterais distribuiu-se o povo, tomando assento na nave central os vários estabelecimentos de ensino, representações da Acção Católica, da Mocidade Portuguesa e os Seminários.

O clero tinha ali, também, larga representação, destacando-se, além dos párocos de várias freguesias e representantes de várias comunidades religiosas srs. capitulares de Évora, Mons. José Gonçalves Coruche e Pantaleão Costeira, cónegos honorários da Sé de Braga, Cepa e Correia, de Alvarães e Ponte do Lima, respectivamente clero do Minho, de Viana, Esposende, Ponte de Lima, Braga e Guimarães, clero de Évora e da Murtosa.

As autoridades e convidados de honra, tomaram assento nas bancadas do transepto, vendo-se, do lado da Epistola entre outros os snr. general comandante da 4.ª Região Militar, de uniforme de gala, governadores civis do Porto, de Évora e Viana do Castelo, Adjunto do Comissário da M. P. e Assistente Nacional do mesmo organismo, governador civil de Setúbal, Secretário de Viana do Castelo, de Guimarães, Barcelos, Évora e Murtosa, da Junta Arquidiocesana de Évora, Conde de Riba de Ave, vereadores da Câmara Municipal de Braga e respectivos conselheiros municipais.

Do lado do Evangelho encontravam-se além das alunas do Colégio Teresiano os sr.s Governador Civil e presidente da Câmara Municipal de Braga, comandante militar, corregedor do Circulo Judicial, presidente da Junta de Provincia do Minho, Juiz ajudante do Procurador da República, Juiz do Tribunal do Trabalho, professor engenheiro Ferreira Dias, vice-presidente da Câmara Corporativa, deputados dr. Antão Santos da Cunha e capitão Magalhães Couto, dr. Vieira e Brito, procurador à Câmara Corporativa, Zacarias Peixoto, procurador à mesma Câmara, delegado da Faculdade Pontifícia, dr. José Alberto Cruz, tenente-coronel António Cunhal, comandante de Infantaria 8, presidente da Câmara Municipal de Fafe, presidente do Grémio do Comércio de Braga, presidente da comissão concelhia da U. N., delegado de Saúde, reitor do Liceu Nacional, presidente do Grémio da Lavoura, engenheiro director das Estradas do Distrito, comandantes distritais da G. N. R. e da P. S. P., directores da Escola Industrial e Comercial, de Finanças, dos C. T. T. dos Serviços de Urbanização, do Posto Agrário, da Escola do Magistério e da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, dr. Nicolau Gonçalves e Alberto Matos, secretário da Presidência da Câmara.

Entre os assistentes encontravam-se os pais do sr. D. Francisco Maria da Silva sr.s Joaquim José da Silva e D. Maria José Violante da Silva; as irmãs D. Rosa dos Anjos e D. Maria Luisa da Silva que foram acompanhados até Braga pelo Presidente da Câmara Municipal de Murtosa, terra da naturalidade do novo Prelado.

Num cadeiral de houra, na Capela-mor, tomou lugar o Subsecretário de Estado da Educação Nacional sr. dr. Baltazar Rebelo de Sousa e nas tribunas da mesma capela, os sr.s cónegos Medeiros, Carvalho e Reis da cidade de Évora e os membros do Cabido da Sé de Braga.

Às 9 horas chegou Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Arcebispo Primaz que se dirigiu à Capela de Nossa Senhora da Piedade a fim de se paramentar, enquanto no templo, os seminaristas entoavam os Salmos de Tercia.

Um quarto de hora depois entrava na Sé o sr. D. Francisco Maria da Silva que era acompanhado pelos srs. Arcebispo de Cizico e Bispo de Beja, D. Manuel Ferreira da Silva e D. José do Patrocinio Dias, respectivamente, Bispos consagrantes.

Receberam o Bispo eleito os sr s cónegos António Ribeiro e Luciano Afonso dos Santos, membros do Cabido.

A coral do Seminário, que se encontrava quase a meio da nave do lado esquerdo, sob a regência do sr. P.e Alberto Brás entoa o cântico do «Ecce sacerdos magnus», música do P.e Manuel Faria Borda, precisamente no momento em que o sr. D. Francisco Maria da Silva se encaminhava para o seu altar privativo, erecto na capela-mor.

Ali o Bispo Eleito recitou as orações para a sagração até à chegada do Bispo Sagrante que seria Sua Ex.ª Rev.ma o Snr. Arcebispo Primaz.

No púlpito ao lado da Epistola, o sr. P.e Albano de Freitas, pároco de Vizela, acompanha o desenrolar das cerimónias com explicações sobre o seu significado, que fornece aos assistentes.

Nota-se bem naquele ambiente de religiosidade da grandeza do acto a realizar em breve e que os fiéis seguem com o mais respeitoso interesse e piedoso silêncio.

Quando terminou as orações preparatórias da sagração, o sr. D. Francisco Maria da Silva

procedeu às primeiras lavandas a que serviram os sr.s: Governador Civil de Évora, General Comandante da 4.ª Região Militar, e Presidente da Câmara da mesma cidade.

Os serviços de transmissão para a Rádio Renascença são feitos do púlpito do lado do Evangelho pelo sr. P.e Costa Maia.

O cerimonial é dirigido pelo Mestre de Cerimónias da Mitra, P.e Manuel Rodrigues de Azevedo.

Após as lavandas, o Sr. D. Francisco Maria da Silva é apresentado pelo Bispo Consagrante mais idoso a Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Arcebispo Primáz que já se encontra no faldistório paramentado de pontifical.

Seguiu-se a esta cerimónia a leitura da Bula do mandato Apostólico, feita pelo Presidente do Cabido bracarense, cónego Martins Gonçalves.

O sr. P.e Albano de Freitas deu a conhecer aos fiéis a versão para português do diploma que, como é de uso na Igreja, vinha redigido em latim.

Devia ter lugar depois segundo o complicado cerimonial, a cerimónia do juramento de fidelidade à Sé Apostólica. Não se realizou, porém, em virtude de já ter sido feito na passada sexta-feira, na Capela do Paço Arquiepiscopal.

Deu-se início, portanto, ao Pontifical, servindo de diácono o cónego Apolinário Rios, e de sub-diácono, o cónego Martins Gigante.

É ministro de báculo, Mons. Peixoto da Costa e Silva; ministro assistente, o cónego António José Ribeiro; e diácono e sub-diácono os cónegos Luciano dos Santos e Arlindo Ribeiro da Cunha.

Nas cadeiras e de pluvial encontrava-se agora o cónego Molho de Faria.

Precedendo a cerimónia da unção episcopal efectuou-se a cerimónia da sagração, momento que todos aguardavam ansiosamente e para o qual o sr. P.e Albano de Freitas chamou a atenção dos fiéis.

Prostrado no chão, em humildade profunda, o sr. D. Francisco Maria da Silva ouve o canto da ladaínha de todos os santos, canto a que se associam todos os fiéis.

Depois do canto das ladaínhas, e enumeradas as funções episcopais começa a sagração, com unção da fonte e das mãos, ouvindo-se em primorosa polifonia o Veni Sancte Spiritus.

Seguem-se as segundas lavandas às quais serviram os srs.: Subsecretário de Estado da Educação Nacional, o Governador Civil e o Presidente da Câmara de Braga.

O Pontifical prossegue com a mesma solenidade e o mesmo brilho que lhe empresta a coral dos Seminários com magníficas execuções.

A multidão, ávida de presenciar todas as cerimónias até ao mais pequeno pormenor não arreda pé e mantem-se ali até final.

No final da missa foram entregues ao sr. D. Francisco Maria da Silva, a Mitra e as luvas e, feita a entronização, o venerando Bispo Auxiliar de Braga, depois de se sentar no lugar de honra e já revestido de toda a magnitude e poder, desceu a nave central a abençoar os fiéis, fixou seus pais, a quem lançou um olhar de ternura, e voltou, pouco depois para a capela-mor, de onde saiu para a Sacristia da Basílica onde recebeu os cumprimentos oficiais.

Eram 13 horas quando o Bispo Eleito se retirou da Catedral para o Paço onde almoçaria com o sr. Prelado da Arquidiocese.

Presidiu ao almoço o senhor Arcebispo Primaz ladeado à direita pelo sr. D. Francisco Maria da Silva, Governador Civil de Braga e Arcebispo de Cízico e à esquerda pelos srs. Subsecretário da Educação Nacional, Presidente da Câmara Municipal de Braga e Bispo de Beja.

Aos brindes usaram da palavra os srs. Arcebispo Primaz, Governador Civil, Presidente da

Câmara de Braga, Bispo de Beja, cónego Medeiros, Subsecretário da Educação e o sr. D. Francisco Maria da Silva.

Às 16 horas o novo Bispo Eleito deu recepção às autoridades, clero e povo de Braga e Évora.

A Câmara Municipal de Braga apresenta cumprimentos ao Bispo Auxiliar D. Francisco Maria da Silva

Numa brilhante sessão solene realizada no salão nobre dos Paços do Concelho, a Câmara apresentou, por intermédio do seu Presidente, cumprimentos ao Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo de Telmissus e Auxiliar de Braga, recentemente nomeado para tão alto cargo de cuja sagração atrás nos ocupamos. Estiveram presentes o Senhor Arcebispo Primaz, Governador Civil do Distrito, autoridades e várias centenas de pessoas das mais representativas da cidade.

Aberta a sessão, falou em primeiro lugar o Sr. António Maria Santos da Cunha, ilustre Presidente do Município, que, depois de saudar o Senhor Arcebispo Primaz, o Senhor Bispo de Telmissus e os presentes, aludiu às próximas comemorações jubilares do Senhor Arcebispo, afirmando:

«Sei que o ilustre Cabido, sempre unido ao seu Arcebispo pensa comemorar esta data jubilosa; a cidade há-de também testemunhar o quanto o considera como primeiro cidadão de Braga».

Fala da presença do sr. Arcebispo naquela sala para concluir que vinha trazer o seu Bispo Auxiliar, grande honra para a cidade de Braga.

Prosseguiu, falando do novo Bispo Auxiliar, do motivo de riqueza e alegria que representava para a nossa cidade, da obra que criou quer na Mocidade Portuguesa quer na diocese de Évora que serviu devotadamente.

Diz, pouco depois que o Sr. D. Francisco há-de sentir-se enobrecido por vir para Braga, onde viveram Arcebispos cuja memória a cidade respeita e guarda E a terminar: nós somos como V. Ex.ª Rev.ma, embora mais abaixo, muito mais abaixo, servidor do mesmo ideal.

O Sr. D. Francisco Maria da Silva após a saudação às autoridades, salientou a presença ali dos dois poderes, o temporal e o espiritual, afirmando que ambos se encontram onde Portugal se encontra, dois poderes que não podem viver desunidos ou desligados por exigência da alma portuguesa.

Confessa-se honrado por se encontrar em Braga, cidade que se propõe servir e à qual presta homenagem.

Dirige-se ao sr. Arcebispo Primaz e afirma ter vontade de ajoelhar para poder recordar muitas coisas belas e começar pelos tempos recuados do mártir S Vítor.

Lembra S. Martinho de Dume e prossegue falando também dos Arcebispos que ergueram na cidade obras imorredouras.

Evocou D. Diogo de Sousa, estudante em Évora e que sacrificou a sua fortuna em obras sem conta em benemerências assinaladas por toda a parte com grandes memórias.

Recordou a devoção do Sagrado Lausperene que conta já mais de dois séculos de existência e a figura dessa alma de alentejano que foi D. Rodrigo de Moura Teles.

E encerrou a citação dos Arcebispos com D. Manuel Vieira de Matos e o

Sr. Arcebispo Primaz que disse ter entrado na cidade com as ruas atapetadas de flores e hoje encontraria as lágrimas de gratidão dos bracarenses.

Ao sr. Presidente da Câmara afirmou que sentiria sempre imensa honra em poder colaborar para o engrandecimento da cidade de Braga pois, assim, unidos os dois poderes, o temporal e o espiritual, poder-se-ia ficar fiel à tradição realizando a nossa vocação de servidores de Deus.

Por fim levantou-se o Sr. Arcebispo Primaz para encerrar a sessão. Pôs em relevo o significado da recepção verificada, lembrou as palavras do Sr. D. Francisco Maria da Silva sobre os Prelados que honraram a cidade de Braga, dum modo especial D. Diogo de Sousa cuja história tem algo de interesse para os nossos dias pela semelhança que se verifica entre a época de então e a de hoje.

Então, frisou o Sr. Arcebispo, Braga viveu uma época de progresso semelhante à que hoje o camartelo do progresso evidência por toda a parte. E este progresso não é só material pois já vai atingindo as almas.

O Excelentíssimo Prelado recordou uma afirmação do sr. Dr. Júlio Dantas, na Abertura do Ano Académido sobre a falta de interesse dos novos pelos valores do espírito para asseverar que a Câmara de Braga desmente o prognóstico fazendo aqui uma autêntica academia.

As últimas palavras do Sr. Arcebispo Primaz são para afirmar o maior reconhecimento ao sr. Presidente da Câmara, às autoridades presentes, ao Sr. Bispo Auxiliar e à cidade.

No final da sessão todos os presentes passaram pelo Gabinete da Presidência para cumprimentarem o Sr. Bispo de Telmissus.

As apresentações foram feitas pelo sr. António Maria Santos da Cunha.

A conferência de John L'Estrange, no salão nobre da Biblioteca Pública

Braga assistiu a mais uma manifestação cultural promovida pelo «Convivium», de colaboração com a «Associação Luso-Britânica do Minho», que foi a conferência que John L'Estrange proferiu, no salão nobre da Biblioteca Pública, em 25 de Abril de 1957.

O conferente versou o tema «O clima da literatura contemporânea na Grã-Bretanha». O *Correio do Minho* deu-nos dele o seguinte relato:

«Realizou-se no passado dia 25 à noite, no Salão Nobre da Biblioteca Pública e Arquivo distrital de Braga, promovida pela agremiação cultural «Convivium», de colaboração com a Associação Luso-Britânica do Minho, a conferência, a todos os títulos brilhante, de Mister John L'Estrange, director da Casa de Inglaterra de Coimbra, subordinada ao tema acima referido.

Presidiu à sessão o Vice-Presidente de «Convivium», Rev. Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, que estava ladeado pelos Srs. Dr. António Luís Gomes Moreira, Director da Biblioteca Pública e Dr. Juiz Francisco José Veloso.

Apresentou o orador o Rev. Cónego Arlindo R da Cunha que, depois de historiar a contribuição fornecida pelos intelectuais ingleses aos estudos de literatura e de história de Portugal, apontou os méritos do orador da noite, de quem disse ser profundo e subtil analista dos fenómenos literários, como bem o demonstrou na colabo-

ração que já há tempos prestara a «Convivium» ocupando-se da obra do escritor inglês Evelyn Waugh.

Entrando no uso da palavra o orador começou por chamar a atenção para o conceito em certo modo falso que os portugueses formam sobre o inglês à base da famosíssima fleuma britânica e, sobretudo, a partir do conhecimento que têm da maneira de ser dos cidadãos ingleses tranquilamente instalados no nosso país.

A diferença entre o inglês de hoje — disse — e o conceito tradicional que dele se faz é infinitamente mais complicada. É essa diferença que vai constituir o tema da sua conferência. É um facto que embora a literatura, para ser realmente válida, precise de ter raízes universais, ela reflecte o clima da nação em que foi produzida. Referindo-se à comunicação que deve existir entre o autor e o público, acentua que a falta de comunhão é muitas vezes devida à falta de ignorância e à falta de apreciação das alterações recentes. A confirmar esta irmanação refere a observação espirituosa do actual primeiro ministro britânico, segundo a qual os romances de Dikens não encontrariam leitores, em nossos dias, senão entre os russos. Porquê? Porque aquele romântico inglês apresenta o quadro ideal que os sovietes formam da Inglaterra capitalista do século XX ocupando-se da pobreza e miséria reinante em certos bairros londrinos do século passado.

O orador disserta em seguida sobre a literatura vitoriana, em sua relação com a época em que foi escrita, para frisar as diferenças profundas que apresentam a literatura e a vida de hoje na Inglaterra — que sofreu a guerra com todas as suas consequências e recebeu a influência de factores muito poderosos como o das doutrinas de Freud. A insularidade britânica não se traduz, de maneira nenhuma, em isolamento intelectual com relação ao resto da Europa.

Passou em análise algumas das obras de Angus Wilson, Midleton e William Golding, autores que, cada qual à sua maneira, reconhecem os problemas eternos da existência em sua forma contemporânea. A literatura inglesa tenta tratar a vida como um todo artístico, sem falsos poderes, encarando os problemas do bem e do mal.

Termina com a observação do cardeal Newman: «É uma contradição pretender-se uma literatura de pecador sem pecado».

A assistência que se mostrara vivamente interessada durante o desenvolvimento de tão interessante tema, dispensou ao orador uma calorosa ovação.

Encerrou a sessão o Sr. Cónego R. da Cunha, que, depois de fazer algumas considerações judiciosas sobre as relações entre a teologia e a ciência, que constituem um dos dilemas do moderno pensamento inglês, felicitou a selecta assistência pela oportunidade que teve de assistir a uma lição de raro brilho e agradeceu ao orador o precioso contributo que acabava de dispensar às associações organizadoras daquela sessão.

Conferência na Associação Jurídica de Braga

A Associação Jurídica de Braga, pela natureza dos valores que congrega e pela destacada actividade que desenvolve no intercâmbio cultural dos juristas da comunidade lusíada, é das instituições que mais honram e prestigiam a cidade.

Tem como órgão a Revista «SCIENTIA IVRIDICA» que trata com a maior mestria e profundidade não só dos assuntos gerais do Foro, mas também diversos ramos de Direito. E de tal forma se tem acreditado e imposto à apreciação dos mais

autorizados especialistas da matéria que, ainda há pouco, o eminente professor italiano Doutor Giorgio Del Vecchio lhe teceu grande elogio, afirmando tratar-se duma revista que, no género, é do melhor que no mundo se publica. Uma declaração de tanto valor, feita por quem realmente tem competência para tal, é prova suficiente de que a Associação Jurídica e a sua Revista, beneficiam da orientação que melhor as conduz à situação de prestígio, em que se encontram.

E seja-nos permitido destacar a figura íntegra de jurista e académico dum dos seus directores mais diligentes, o Dr. Francisco José Velozo figura bem conhecida da cidade, cujo nome anda ligado aos empreendimentos culturais de maior vulto que em Braga, nos últimos tempos, se tem realizado. Nesta cidade frequentou o liceu, até ao setimo ano, e, depois de ter completado a sua brilhante carreira universitária, na Faculdade de Direito de Lisboa, aqui regressou e se tem distinguido pelo aprumo, competência e independência com que tem exercido as suas altas funções de magistrado, pelas quais nutre verdadeiro culto. Mas além desse aspecto, em que muito se notabiliza, vemos o seu nome transpor as fronteiras como eminente homem de letras, e historiador probo de méritos incontestáveis.

Por iniciativa da Associação Jurídica de Braga, realizou-se, em 27 de Abril de 1957, na sede da Delegação da Ordem dos Advogados, no edifício do Tribunal Judicial, a conferência do Senhor Dr. José Araújo Pereira Sampaio, que foi seguida com o maior interesse.

Referindo-se ao assunto, disse o «Correio do Minho»:

«Na Sede da Delegação da Ordem dos Advogados, no edifício do Tribunal Judicial de Braga, realizou-se ontem, pelas 18 horas, a anunciada conferência do sr. dr José de Araújo Pereira Sampaio, advogado desta comarca, promovida pela Associação Jurídica de Braga, em colaboração com aquela Delegação da Ordem dos Advogados.

O sr. dr. António de Oliveira Braga, presidente da Delegação, presidiu à sessão, dando a sua direita aos srs. drs. Valdemiro Ferreira Lopes, juiz do primeiro juizo de Braga, e Francisco José Velozo, ajudante do procurador da República, e vice-presidente da Associação Jurídica, e a esquerda ao sr. dr. José Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, e ao sr. Pereira, Director de Finanças do Distrito.

Aberta a sessão, foi dada a palavra ao orador da sessão que desenvolveu o tema:

Protecção dispensada aos compradores na moderna orientação do direito

Começou por apontar as várias razões que deram origem ao aparecimento do direito. Em seguida referiu a finalidade que este se propõe atingir: a paz social. Aludiu à permanente evolução do condicionalismo e ideias existentes na sociedade, defendendo a necessidade duma coerência entre o direito e a realidade social.

Pôs em destaque a consequência a que dá lugar o divórcio entre o direito e a realidade e que consiste num estado de luta entre os vários elementos do agregado social, em vez do almejado objecto do direito: a harmonia.

Conclue estas considerações com a afirmação de que se impõe uma vigilância

pronta e cuidada às modificações da vida para que se opere imediata alteração das leis jurídicas, quando se vislumbre qualquer divergência.

Tocando nos direitos de crédito pôs em destaque o contrato de compra e venda. Em seguida aludiu ao aspecto da regulamentação deste que será o principal objecto da conferência: a protecção dispensada aos compradores sempre que surjam as figuras de lesão, vícios redibitórios, erro e dolo. Não basta assegurar a liberdade de contratar, é preciso assegurar a igualdade de posição dos contraentes.

Depois de anunciar os conceitos destas figuras, mencionou o seu tratamento jurídico à face dos direitos romano, português anterior ao Código Civil e português vigente, italiano, brasileiro e americano.

Referiu ainda acerca da lesão e dos vícios redibitórios algumas considerações de jurisconsultos eminentes e a doutrina seguida no ante-projecto do Código Civil.

Ao longo de toda esta exposição pôs em evidência a orientação actual favorável à admissão, lesão, e dos vícios redibitórios e à fixação de menores exigências para que do erro e do dolo surja a nulidade. Hoje em dia, ao contrário do que sucedia no passado, entende-se que todo o comprador tem de ser esclarecido pelo vendedor. Nas considerações finais estabeleceu o confronto entre as economias dos séculos XIX e XX apontando as características de cada um dos sistemas e as respectivas repercussões no sector do direito privado.

O individualismo do século XIX não tinha em consideração o interesse social da defesa dos menos protegidos pela inteligência ou dos que contratavam sob o império da necessidade.

Acabou defendendo o ressurgimento legislativo das teorias da lesão e vícios redibitórios e a fixação das exigências mais brandas para que o erro e o dolo produzam consequências jurídicas, em virtude de tal atitude se encontrar na linha de orientação da nova realidade e da moralização do Direito Civil. Assim se restaurará, disse, a velha tradição portuguesa, anterior ao Código Civil de 1876.

O sr. dr. Oliveira Braga encerrou a sessão, com palavras de elogio para o orador e para a sua proficiente conferência, de que pôs em destaque certos aspectos, apontando certas dúvidas que presidiram à interrupção, pelo Código Civil, da tradição portuguesa tendente a proteger contra a lesão e os vícios das coisas vendidas os compradores de boa-fé».

O Ministro da Presidência, Prof. Doutor Marcelo Caetano, visita oficialmente Braga, em 2 de Maio

O «Correio do Minho», refere-se ao acontecimento, em seu número de 3-5-957 nos seguintes termos:

«Braga, que tão bem sabe receber, mais uma vez honrou os seus pergaminhos, ao receber, com demonstrações do maior apreço, simpatia e muita admiração o Senhor Professor Marcelo Caetano, Ilustre Ministro da Presidência.

Seria difícil exceder o interesse que ontem notamos à volta da visita do prestigioso estadista. Com efeito estiveram no Bom Jesus do Monte a apresentar-lhe cumprimentos e a vincar a sua presença individualidades de todo o Distrito, podendo dizer-se que não houve sector da vida da região que ali não estivesse representado.

Como nota digna de ser salientada registou-se a presença de muitas dezenas de

elementos novos na vida pública do Distrito: ali vimos advogados, médicos, engenheiros, industriais, etc., desta cidade e de todos os concelhos de Braga e muitos de Viana do Castelo.

Foi cheia de interesse a jornada de ontem.

Foi mais um grande dia a registar nos anais de Braga.

O Sr. Professor Doutor Marcelo Caetano, Ministro da Presidência chegou ontem a Braga.

Aquele ilustre membro do Governo da Nação chegou a esta cidade às 16 horas precisas, sendo aguardado à entrada da cidade, em Ferreiros, pelos srs. Governador Civil, Presidente da Câmara, Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Drs. Alberto Cruz e Cerqueira Gomes, Capitão Euclides de Barros e tenente Pompeia Xavier, respectivamente Comandante e adjunto da P. S. P. e ainda outras individualidades.

A visita às instalações «Pachancho»

A situação económica de Braga, continua a ser motivo de grandes preocupações, não só do nosso ilustre Presidente da Câmara, sr. António Maria Santos da Cunha, como ainda das principais entidades que representam as forças vivas da cidade.

E se na realidade, ao labor das nossas autoridades e neste caso a Edilidade bracarense, temos que prestar justiça, na iniciativa particular há homens de rasgo, de agigantados empreendimentos e que por sua parte muito veem contribuindo para a valorização económica de Braga.

Neste aspecto, situa-se a fábrica «Pachancho», fundada pelo grande industrial o nosso prezado amigo sr. António Peixoto, felizmente ainda à frente da sua importante organização, o qual tem na gerência seu filho, o distinto bracarense sr. Zacarias Peixoto, justamente eleito procurador à Câmara Corporativa.

Nas fábricas «Pachancho», além das individualidades acima referidas compareceram ainda os srs. Dr. Teófilo Esquível, presidente da Comissão Concelhia da União Nacional; Dr. Valentim de Almeida e Sousa e Dr. Teotónio Pereira de Andrade e Castro, respectivamente delegado e subdelegado do I. N. T. P.; Dr. Francisco José Veloso, ajudante do Procurador da República; Dr. Olindo Casal Pelayo, director da Escola do Magistério Primário de Braga; Dr. José Maria Ferreira de Araújo e António de Araújo, respectivamente Vice-presidente da Câmara e vereador do Pelouro de Obras; Engenheiros Álvaro Ferreira e Alberto Amorim, dos serviços técnicos da Câmara; Engenheiro Jorge Segismundo Pereira de Lima, director da Escola Técnica; Coronel José Baptista Barreiros, presidente da delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, etc.

O Sr. Ministro da Presidência que se fazia acompanhar dos Srs. drs. Eduardo Brazão e Américo Saraga Leal, respectivamente secretário e chefe de gabinete foi recebido à porta daquele importante estabelecimento fabril, pelos Srs. António e Zacarias Peixoto e ainda pelo genro do proprietário da fábrica, Sr. José Rodrigues.

Após uma rápida troca de cumprimentos, o Senhor Ministro da Presidência, acompanhado dos proprietários da fábrica e ainda de todas as individualidades mencionadas, a que se juntou o Sr. dr. Ramiro Valadão, chefe dos serviços de Imprensa da União Nacional, iniciou a visita às diversas secções da fábrica, apreciando a secção de bicicletas motorizadas, que na realidade são por si uma das maiores manifestações

da capacidade e espírito de iniciativa daqueles industriais bracarenses. Diversas máquinas em laboração, iam lançando pequenas peças, até à confecção de correntes, motores e tudo o mais necessário para a construção das famosas bicicletas, a motor, hoje divulgadas não só no País como no estrangeiro.

Na fundição, foi admirado o funcionamento do forno eléctrico, construido na América e que com uma potência de 600 KWA amperes se destina a uma produção de 1.600 kls de aço vasado, no género um dos primeiros do País.

Viu-se então o ferro já fundido a ser trasvasado para os cadinhos e daí para os moldes. Noutra secção foi admirada uma gigantesca prensa hidráulica para o serviço de estampagem, apreciando-se ainda e em série devidamente coordenada em múltiplas máquinas a confecção de peças, as mais complexas, obedecendo contudo a um controle rigoroso e em tudo a par com o que de melhor existe no género. Na realidade já o dissemos, e pouca gente pode avaliar o que é hoje a organização «Pachancho». Na verdade, é motivo de orgulho para todos nós e o Senhor Ministro da Presidência que na sua visita foi esclarecido pelos Srs. António Peixoto e Zacarias Peixoto, manifestou por isso mesmo o seu apreço pelo titânico esforço e espírito de iniciativa dos nossos primeiros industriais.

O Senhor Ministro da Presidência, assistiu ainda a uma prova de bicicletas, por dois corredores da casa, os quais em corrida vertiginosa patentearam bem o que valem as máquinas «Pachancho» e que ainda recentemente no círculo de Monsanto chegaram a atingir a velocidade de 114 quilómetros à hora!

Ao Senhor Ministro da Presidência e convidados, antes de terminada a visita, foram oferecidos «aperitivos» e um «wisky». Aquele titular antes de retirar dali conversou demoradamente com os Srs. António e Zacarias Peixoto, dos quais se despediu já à porta muito sensibilizados, e felicitou-os pelo grande empreendimento industrial que lhe foi proporcionado ver.

Uma série de visitas na cidade

O Senhor Ministro da Presidência, acompanhado do Senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga e das restantes autoridades depois de passar pela zona do Regimento de Infantaria 8 dirigiu-se ao Mercado Municipal, tendo antes apreciado a zona que no sentido norte vai ser urbanizada. Aí, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu àquele ilustre titular do que se tenciona fazer quanto ao futuro, tendo depois o Senhor Doutor Marcelo Caetano percorrido todas as instalações daquele departamento municipal.

Dali, seguiu a caravana para a Praça do Município, cuja arquitectura panorâmica o Senhor Ministro da Presidência apreciou, valorizada pelos edifícios públicos.

Aqui, o Senhor Presidente da Câmara, informou o Senhor Professor Marcelo Caetano de que tinha sido confiado ao arquitecto Leopoldo de Almeida o estudo quanto ao monumento que futuramente irá completar o embelezamento da Praça do Município.

Terminada esta visita, toda a caravana com o Senhor Ministro percorreu a Rua do Souto para torcer a Francisco Sanches e dali descer pela Rua Frederico Ulrich, onde foi apreciado o Jardim de Santa Bárbara e o conjunto monumental que o emoldura.

Novamente em marcha, o Senhor Ministro da Presidência, pela Rua da Restauração, chegou à zona da Escola Técnica, onde se encontravam já, os Srs. Engenheiro

Alegria Martins e Resende Dias, respectivamente director dos Serviços de Urbanização de Braga e autor do projecto de urbanização daquela zona.

Com um mapa, apresentado pelo urbanista, o Senhor Doutor Marcelo Caetano, foi elucidado quanto aos diversos melhoramentos a fazer naquela importante e extensa área.

À face da planta, foi indicado ao Senhor Ministro que entre a Avenida Marechal Gomes da Costa e a rodovia surgia uma extensa área ainda livre e que poderia ser aproveitada para diversos melhoramentos.

A visita na cidade terminou aqui, tendo depois, o Senhor Ministro da Presidência retirado para o Bom-Jesus do Monte, onde descansou um pouco.

A mensagem dos semanários do distrito

Numa sala do Hotel, contígua àquela em que teria lugar, momentos depois, o jantar de homenagem, reuniram os directores e representantes dos semanários do distrito.

Perante o sr. Prof. Marcelo Caetano, e na presença daqueles o sr. dr. António Costa leu uma mensagem da Imprensa regionalista e cujo texto, impresso em pergaminho, era o seguinte:

«Senhor Ministro:

Nas várias terras deste distrito por excelência português, militam em prol de ideias bem definidas, alguns órgãos de imprensa regionalista que periòdicamente continuam a reunir-se em conferência, acompanhando, assim, melhor e de mais ampla maneira, a vida pública da região e do País.

Temos, na mão, nós os responsáveis, a informação e, consequentemente, aquela lenta mas progressiva formação política e social de numerosas massas de população regional, onde, todos sabem, não chegam os jornais diários. Esta certeza, se por um lado, nos cria responsabilidades a que não temos procurado furtar nossos ombros, por outro, proporciona-nos a satisfação de podermos contribuir, de forma eficiente e decisiva, para o bem-estar dos povos e para a grande Obra de recuperação que temos de não deixar esmorecer e até certa renovação que se impõe.

A imprensa regional de Braga, por circunstância feliz toda dirigida ou vivificada por elementos novos — aliás, no integral sentido do termo, novos porque plenos de vida, de boa vontade e espírito arejado e actual — não podia estar ausente, nesta hora, sobretudo porque interpreta esta homenagem como preito de justiça e afirmação de solidariedade ao *Homem* que, nos altos postos da governança, tem sido a presença viva da nossa ânsia de renovação e compreensivamente tem recebido e até estimulado a cooperação e boa vontade dos novos.

A nossa presença, Senhor Professor Marcelo Caetano, tem este sentido.

São nossos votos que V. Ex.ª possa, por largo tempo, prestar o seu decisivo contributo para total efectivação da Obra que é preciso prosseguir e intensificar.

Para isso estamos Presentes.»

Assinaram esta mensagem os directores dos seguintes jornais:

«Tribuna Livre», «Jornal de Barcelos», «O Cávado», «Povo de Fafe», «O Conquistador», «Vilaverdense», «Póvoa de Lanhoso», «O Barcelense», «Jornal de Famalicão», «Estrela do Minho», «Notícias de Famalicão», «Notícias de Guimarães».

O jantar em honra do Ministro da Presidência

Pouco depois das 20 horas dava-se início, no Hotel do Parque, da estância do Bom Jesus do Monte, a um jantar em honra de Sua Excelência o sr. Prof. Dr. Marcelo Caetano.

Dignou-se presidir ao repasto o Senhor Ministro da Presidência, que se encontrava ladeado à direita pelos srs.: D. Francisco Maria da Silva, Bispo Auxiliar de Braga; general Joviano Lopes, comandante da I Região Militar; Dr. Felicíssimo do Vale Rego Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Dr. Elísio Alves Pimenta, Governador Civil do Porto; Coronel Armando Fontoura, Comandante Militar de Braga e Capitão Magalhães Couto, deputado.

À esquerda ladeavam o ilustre membro do Governo os srs.: Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil do Distrito; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Dr. Francisco de Azevedo e Castro Carcavelos, Corregedor do Círculo Judicial de Braga; Governador Civil de Viana do Castelo; Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Presidência; e deputado Dr. Alberto Cruz.

Presentes encontravam-se centenas de pessoas, as mais representativas de todos os interesses morais e económicos do distrito e até da Província do Minho; autoridades civis, militares e religiosas do distrito, professorado, presidentes de Câmaras e imprensa, etc., etc..

Na altura dos brindes usou da palavra em primeiro lugar, o Sr. Tenente-Coronel Nery Teixeira que, começando por saudar todas as autoridades e individualidades representativas ali presentes, afirmou ser uma grande honra para Braga e para o Minho a presença de Sua Excelência o Sr. Ministro da Presidência, honra que sentia não só a cidade de Braga mas todo o Minho.

Continuando, asseverou que o Sr. Ministro teve ocasião de apreciar uma organização das mais representativas da indústria de Braga, e que teria ainda ocasião, também, de apreciar e admirar as barragens do aproveitamento hidroeléctrico.

Este desejo de apreciar os melhoramentos da região — frisou — representam bem o interesse que a mesma merece ao Governo da Nação. Seguidamente afirmou que Braga, onde se reza e chora, pede ao Governo que, quando tiver necessidade de localizar alguma indústria, se não esqueça de Braga, pois tal indústria virá dar trabalho a muito e bom português.

Em nome de todos os Presidentes das Câmaras, em nome de todo o povo de Braga, que vê no Snr. Ministro da Presidência um grande político, capaz de realizar uma grande obra, saúda Sua Ex.ª, o mais directo colaborador desse Homem cuja existência todos rogam a Deus mantenha para bem de todos.

Termina erguendo a taça por Salazar.

O discurso do Presidente da Câmara de Braga

Na série de brindes usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga que proferiu o seguinte discurso:

«Permito-me recordar neste momento — antes de mais nada — a visita que Vossa Excelência fez a esta Cidade como Presidente da Comissão Executiva da União

Nacional, e as palavras que então proferi, no Salão da Junta de Província do Minho, por encargo desse saudosíssimo Amigo e incomparável homem de bem que foi o Dr. Francisco Machado Owen, meu digníssimo antecessor na Presidência do Município Bracarense.

Estavamos em vésperas de borrasca que se anunciava dura e por que era necessário prestigiar e dinamizar o organismo político do regime foi o Ultramar sacrificado com a perda do seu Ministro e da acção proveitosa que o mesmo vinha desenvolvendo, para que Vossa Excelência fosse com a sua já então prestigiadíssima figura de chefe, ocupar a barricada que se sabia dentro em breve alvo especial da metralha do inimigo.

Eu afirmei nessa altura, sem qualquer autoridade mas com aquela isenção que hoje, como sempre e em qualquer circunstância, me leva a apreciar os homens — como os factos — não pelos laços de amizade ou interesse, que tantas vezes obscurecem a razão, mas pelo que conheço da sua inteligência, do seu carácter e da sua obra, que Vossa Excelência era para nós, e sabia que falava em nome de muitos, senão de todos, a esperança de continuidade de engrandecimento nacional em que estávamos e estamos empenhados. Digo: estávamos e estamos empenhados porque a ele também sacrifiquei a minha mocidade, deixando descuidadamente que a alvura pousasse nos meus cabelos, sem que contudo me tenha de arrepender, dados os frutos magníficos que a seara, na qual tenho trabalhado com a minha pequena enxada, já nos ofereceu.

A minha admiração por Vossa Excelência, Senhor Ministro, vinha já dos tempos em que, muito novo ainda, mas sumamente interessado nos problemas nacionais, dado o ambiente que vivi no lar em que fui educado — nunca terei forças suficientes para agradecer a Deus esse ambiente — soletrava nas colunas da «Época» e da «Voz» as magníficas lições que Marcelo Caetano nos oferecia.

Já então se revelavam na pessoa de Vossa Excelência o mestre de gerações, o estadista eminente que ao alto saber e conhecimento da vida nacional alia uma profunda devoção pela causa pública e um elevado sentido humano e espírito realista que tem forçosamente de estar na base de toda a acção política salutar.

Não admira, pois, que ao ser de novo chamado ao Governo de Salazar Vossa Excelência se tenha tornado prontamente no seu mais próximo e prestigioso cooperador e ràpidamente polarizado as esperanças de todos os que nada mais desejam senão que a Frente Nacional se mantenha de modo a que a Paz e o Progresso da Nação possam prosseguir, mesmo dos que, como eu — e são legião — se sentem presos indissolùvelmente a determinados princípios que estão na base da sua formação ideológica e, consequentemente, não podem renegar.

Senhor Ministro:

Veio Vossa Excelência até às terras do Norte em visita, sumamente honrosa e grata a todos nós, debruçar-se sobre vários aspectos que interessam à administração pública, mas talvez se não tenha apercebido que a sua presença vai por certo contribuir para acalentar novas esperanças, despertar novas energias e, porventura até, fazer esquecer uma ou outra dissidência, desacordo ou agravo.

Estão aqui nesta sala, por convite do Senhor Governador Civil e do Senhor Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, convite a que me foi dado associar, vultos preponderantes na vida da nossa região. Permita-se-me que destaque a falange dos novos, daqueles que para além de nós continuarão Portugal e a quem nunca será demais escancarar as portas da vida, tendo para os seus anseios, para o

seu inconformismo, para as suas inquietações e até para os seus desvios, a compreensão a que têm direito.

Não podemos trancar-lhes as portas egoìsticamente, o que equivaleria à morte dos nossos mais caros objectivos. Seria uma verdadeira política de suicídio, como de suicídio seria toda a política que não tendesse a chamar à colaboração todos os portugueses de boa vontade. Nisso nos temos empenhado e empenharemos, colhendo a lição que Vossa Excelência nos dá.

Mocidade! Depressa para a vida... depressa... Espera-vos o facho do comando; também para vós, eu sei-o, a presença do Prof. Doutor Marcelo Caetano, o antigo Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, representa forte estímulo, pela confiança que nele legìtimamente depositais.

Senhor Ministro:

Porque não me posso esquecer que falo como Presidente da Câmara Municipal de Braga, desejo proferir ainda uma palavra de agradecimento pelo carinho que os interesses desta terra sempre lhe têm merecido e ainda de pedido para que esse carinho continue para com a necessidade que Braga tem de libertar dum nível de vida verdadeiramente inumano a sua pobre, mas boa e generosa gente, como outra não há.

As aspirações de Braga e sua região têm por mais de uma vez sido postas na Assembleia Nacional pelos seus representantes e ainda ùltimamente o foram com especial largueza e devido estudo.

Em breve ao Governo vai ser representado no sentido dessas aspirações serem objectivadas. Então, como sempre, contamos com Vossa Excelência.

Meus Senhores:

Levantemos as nossas taças em homenagem de vivo respeito ao Chefe do Estado, elevemos o nosso pensamento até junto do Senhor Presidente do Conselho que pedimos a Deus por muitos anos continue timoneiro da nau lusitana e a quem nunca será demais agradecer o que tem feito em prol do País, e saudemos o nosso ilustre visitante, afirmando-lhe que ele já não é para nós o depositário da nossa esperança de há dez anos, porque é a certeza, com que nós, e connosco todo o País, devotadamente contamos.

Deus o guarde, Senhor Ministro. Deus o guarde».

Discurso do Ministro da Presidência

O Snr. Professor Marcelo Caetano, ao encerrar os brindes, no banquete que lhe foi oferecido, pronunciou o seguinte discurso:

Quiseram V. Ex.as aproveitar a passagem de um membro do Governo por Braga para lhe testemunhar a solidariedade e a confiança dos nacionalistas de todo o distrito.

Com satisfação e com orgulho transmitirei a Salazar a vossa mensagem. Eu sei quanto lhe são gratas as manifestações de fidelidade da gente de Braga. Para quantos viveram as horas exaltantes da Revolução Nacional, Braga continua a ser a metrópole donde irradia o espírito vivificador. a terra fecunda cujo contacto regenera e restitui energias, como no velho mito de Sísifo. Uma terra de fé onde se aprende a crer em Deus e na Pátria: e sem crença não há esperança e sem esperança confiante não há acção eficaz.

Pareciam bem ténues, há 31 anos, os motivos para crer e para esperar no futuro de Portugal. E, todavia, os homens que fizeram o 28 de Maio souberam vencer o derrotismo do ambiente, encontraram na própria desolação colectiva as forças morais necessárias — tiveram fé, alentaram a esperança. Hoje podemos dizer que, louvado Deus, a fé e a esperança de há 30 anos não foram desmentidas.

Graças ao movimento que teve em Braga a sua origem, o País encontrou em Salazar o chefe prestigioso que, serenamente, tem resolvido uns após outros, graves problemas, alguns dos quais considerados durante muito tempo insusceptíveis de solução.

No governo dos povos os problemas sucedem-se. Nunca o governante pode ambicionar o momento de dizer que está feita a obra — e que todas as dificuldades se encontram resolvidas.

Mas para encarar os problemas de hoje, e para enfrentar os problemas de amanhã temos agora novos motivos de fé e de esperança.

Primeiro, a presença de Salazar cujo passado é, para todos os portugueses, a garantia de que, no silêncio do seu trabalho e na seriedade da sua meditação, continua lùcidamente atento às realidades da vida nacional.

Depois, a doutrina de Salazar, os princípios que têm sido a fonte dos seus êxitos, as ideias-forças que conduziram a nossa geração, doutrina sempre actual — como há pouco ainda eu meditava ao reler as páginas que, sobre o problema político, o problema económico e o problema social, Salazar escreveu, há dez anos, no luminoso prefácio da 4.ª edição do 1.º volume dos «Discursos».

E, meus senhores, como não hão-de ser motivo de fé e de esperança as realizações que constituem o contributo destes 30 anos para o bem-estar da grei? Encontramos um país que sofria de atrasos seculares. Na Europa processou-se de há cem anos para cá uma revolução industrial a que, entretidos na pequena política interna, ficamos estranhos. Pois bem: não devemos deixar de reivindicar para esta geração a glória de não ter deixado agravar esse atraso; de ter recuperado muito do tempo perdido; e de ter podido criar condições preciosas para novos e mais acentuados avanços. Mais acentuados progressos: digo-o com optimismo, afirmo-o com certeza, porque na economia de um país o difícil é conquistar os lances a partir dos quais se obtém a rápida aceleração do enriquecimento. É difícil sair da pobreza; mas não é difícil aos ricos sê-lo mais.

O sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, que é um espírito sempre jovem, — pela fertilidade da imaginação e pelo gosto apaixonado da acção — acaba de fazer um apelo à gente nova, brilhantemente secundado pelo sr. dr. Cerqueira Gomes. Com que prazer os escutei! Com que entusiasmo os aplaudo! As novas gerações portuguesas têm o caminho aberto para o trabalho que os solicita — dentro de uma política digna, que é a política do bem comum. Mil actividades de toda a ordem reclamam o seu ardor, o seu engenho, a sua inteligência, a sua aptidão técnica, a sua capacidade construtiva, o seu amor à Pátria. Ponto é que saibam agir valorizando-se pela dura disciplina do estudo e da experiência, vencendo a fácil tentação da impaciência e do desespero e resistindo aos males do século entre os quais se inserem o gosto das mutações espectaculares, do movimento, das ideias sem reflexão.

A geração a que pertencemos trilhou um caminho e fez uma experiência. E quando hoje pergunto a mim mesmo se esse caminho continua a ser o bom, e para responder analiso a nossa experiência e a experiência alheia com toda a sinceridade

confesso que a resposta da minha consciência e da minha inteligência é: — sim!

Não posso crer, na verdade, que a rixa permanente dos partidos, a excitação constante das paixões, a luta acesa das classes — acarretando o desbarato das energias, a inutilização dos valores, o afastamento dos melhores, com as inevitáveis consequências da instabilidade governativa, e da anarquia na administração não posso crer, dizia eu, que tal sistema pudesse conduzir a finanças mais sãs do que as que temos, a economia mais próspera, a moeda mais forte, a crédito mais fácil, a preços mais remuneradores para o produtor e mais estáveis para o consumidor, a mais alto nível de vida para os indivíduos e o mais rico produto para a Nação!

Portanto, para resolver os problemas sem dúvida graves e difíceis que ainda temos na frente e outros, porventura ainda mais graves, que o futuro nos reserve, continuemos a trilhar o caminho seguido até aqui; sobretudo continuemos unidos por amor da Pátria e para seu bem, cerrando fileiras em redor das figuras prestigiosas do Chefe do Estado e do Chefe do Governo.

A ninguém se pede o sacrifício dos princípios em que formou a sua consciência cívica e que constituem os seus ideais. Mas na hora em que por esse mundo soam ameaças que põem em causa o que de mais sagrado todos nós veneramos — Deus, a Pátria, a Família — não devemos ter outro fito que não seja a defesa do que constitui a essência mesma da Civilização latina e cristã em que desejamos continuar a viver e que queremos deixar enobrecida aos nossos filhos.

É por essa unidade que, na Cidade da Revolução Nacional, peço que brindemos todos!

O III Congresso Nacional do Apostolado da Oração

As celebrações de carácter religioso encontram em Braga o ambiente apropriado. A sua gente sabe atribuir-lhe a solenidade que convém, e o fervor indispensável. As suas imponentes igrejas são padrões incontestáveis dum passado imbuído do mais puro sentimento religioso que, hoje, como ontem, continua a presidir aos actos mais solenes da vida espiritual da sua gente.

A cidade de Braga está de tal forma ligada ao aspecto religioso, que, sem ele, ficaria uma cidade incaracterística.

Não podiam pois deixar de decorrer com notável luzimento os actos do III Congresso Nacional do Apostolado da Oração, que se realizaram em Braga de 15 a 19 de Maio.

Toda a imprensa do País se lhes referiu largamente, dado o seu carácter Nacional. Fê-lo porém dum modo especial, e com grande relevo, a imprensa local, de que a seguir daremos alguns relatos.

Antes porém queremos assinalar que a Câmara Municipal de Braga marcou, de forma inequívoca, a sua comparticipação nas celebrações, através de vários actos; mas, duma maneira especial, promovendo o levantamento do Monumento a Pio XII, no Largo da Senhora-a-Branca, cuja cerimónia da inauguração se efectuou no 1.º dia do Congresso.

Nasceu este Congresso no espírito de Sua Excelência o Senhor Arcebispo Primaz, a fim de comemorar o 70.º aniversário da Consagração da Arquidiocese de Braga ao Sagrado Coração de Jesus (16-5-1886). Circunscrever-se-ia inicialmente à Arqui-

diocese, mas, a poucos dias da sua efectivação, transformou-se, pelo entusiasmo avassalante, em nacional.

Coincidência curiosa a da Pastoral do Senhor Arcebispo anunciar o Congresso no mesmo dia da Encíclica «Haurietis Aquas», em que Sua Santidade se exprime nos seguintes termos: «É nosso desejo ardente... que a presente comemoração centenária seja celebrada solenemente em toda a parte com actos públicos de adoração, acção de graças e reparação do mesmo Divino Coração».

Programa do Congresso

Quarta-feira, 15 de Maio — Às 17 horas — Recepção aos Ex.mos Prelados e Congressistas no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Inauguração do Monumento a S. S. Pio XII, no Largo da Senhora-a-Branca. Discurso pelo Rev. P.e António Ferreira Dias de Magalhães, S. J.

Às 21,30 horas — No Cinema S. Geraldo — «Discurso Inaugural», por Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz.

«Os caminhos da Oração Perfeita», pelo Doutor Luís Morales Oliver, Professor Catedrático da Universidade de Madrid.

«Actualidade da devoção ao Sagrado Coração de Jesus», pelo Rev. P.e Maurício Gomes dos Santos, S. J., Redactor da Revista «Brotéria».

Quinta-feira, 16 de Maio — Às 9,30 horas — 70.º Aniversário da Consagração da Arquidiocese de Braga, ao Sagrado Coração de Jesus — Solenissimo Pontifical, na Sé Primacial, celebrado por Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Núncio Apostólico, pregando Sua Ex.a Rev.ma o Senhor D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e Assistente da Junta Central da A. C.

Às 16 horas — No Cinema S. Geraldo — «O Apostolado da Oração como fonte de santificação para a vida pessoal e para a vida pastoral», pelo Il.mo e Rev.mo Cónego José António de Jesus Gonçalves, Director Espiritual do Seminário de Beja.

«As fontes patrísticas da Devoção ao Sagrado Coração de Jesus», pelo Rev. Padre Hugo Rahner, S. J., da Universidade de Insbruck (Áustria).

«A Revelação do Coração de Jesus no Antigo Testamento», pelo Rev. Dr. Manuel Rodrigues Martins, Professor de Sagrada Escritura do Seminário de Portalegre.

«Religião Cristã e liberdade interior», pelo Rev. P.e João Maria le Blond, S. J., Director da Revista «Études» de Paris.

Às 21,30 horas — Solenissima Procissão Eucarística pelas ruas da cidade, passando pela Praça do Município, onde haverá Missa, Alocução pelo Rev. P.e José do Patrocínio Bacelar e Oliveira, S. J., Professor da Faculdade de Filosofia de Braga. Comunhão Geral. Renovação da Consagração da Arquidiocese ao Sagrado Coração de Jesus por Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz, e Bênção do Santíssimo.

Sexta-feira, 17 de Maio — Dia dos Zeladores — Às 9 horas — Na Sé Primacial — Missa celebrada por um Ex.mo Prelado. Alocução. Comunhão Geral.

Às 11 horas — No Cinema S. Geraldo — «O Apostolado da Oração e os Homens, pelo Rev. P.e João Augusto Gonçalves, S. J., Promotor Nacional da Liga Eucarística dos Homens.

«O Coração de Jesus e a Santidade Cristã», pelo Rev. Dr. Álvaro Dias, Professor do Seminário Conciliar de S. Tiago, Braga.

Às 16 horas — No Cinema S. Geraldo — «Não é o espírito mas o coração que é o centro do homem», pelo Conde Rafael Droste zu Vischering, Arcediago de Recklinghausen, sobrinho da Irmã Maria do Divino Coração.

«O Reinado Social do Coração de Jesus», pelo Dr. António Alçada Baptista.

«O culto do Coração de Jesus e as exigências da Arte Sacra», pelo Rev. Dr. Bernardo Xavier Coutinho, Professor do Seminário de N.ª S.ª da Conceição, Porto.

Às 22 horas — No Teatro Circo — Récita de Gala — «A Muralha», de Joaquim Calvo Sotelo, pela Companhia do Teatro Nacional de Lisboa: Rey Colaço — Robles Monteiro.

Sábado, 18 de Maio — Dia das Crianças — Às 9 horas — Na Sé Primacial — Concentração das crianças da Cruzada Eucarística e Catequese — Belíssima procissão com figuras alegóricas para a Praça do Município, onde haverá Missa Dialogada, Prática, Comunhão Geral, Consagração ao Sagrado Coração de Jesus e Coração Imaculado de Maria. Bênção do Santíssimo.

Às 11 horas — No Cinema S. Geraldo — «A Cruzada Eucarística e o Mundo Melhor», pelo Rev. P.e Panuel Vieira Pinto, Director Diocesano do A. da O. e Director Espiritual do Seminário de Vilar, Porto.

«Oração, Reparação e Apostolado», pelo Rev. P.e Jesus Solano, S. J., Professor da Faculdade de Teologia, Oña, Espanha.

Às 16 horas — No Teatro Circo — Sessão Solene de encerramento — «Relações entre a Devoção ao Coração de Jesus e o Coração de Maria», pelo Rev. Fr. Gregório de Jesus Crucificado, O. C. D., de Bogoña, Bilbau.

«Rei e Centro de todos os corações, pelo Doutor Luís da Câmara Pinto Coelho, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e Presidente Nacional da L. C.

«Presença Eucarística e Presença Social do Senhor», pelo Rev. P.e P. H. A. Grouès (Abbé Pierre), Paris.

Às 20,30 horas — Concentração das Associações do Coração de Jesus no Largo da Senhora-a-Branca.

À 21 horas — Procissão para o Largo da Sé. Soleníssima Hora Santa pregada por S. Ex.ª Rev.ma o Senhor D. Francisco Maria da Silva, Bispo de Telmissus e Auxiliar de Braga.

Domingo, 19 de Maio — Às 8 horas — Partida da Peregrinação da Sé Primacial. No Sameiro, Missa rezada por um Ex.mo Prelado, acompanhada a cânticos. Alocução por Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Bispo da Guarda. Renovação da Consagração da Arquidiocese ao Imaculado Coração de Maria por Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz.

Comissão de Honra do Congresso

Em.mo e Rev.mo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa e Ex.mos e Rev.mos Senhores Arcebispos de Évora, Aveiro e Coimbra, e Bispos de Angra, Beja, Bragança, Faro, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria, Portalegre, Porto, Vila Real e Viseu.

Ex.mos Senhores: Governadores Civis de Braga, Porto e Viana do Castelo; Comandante da I Região Militar; Presidente da Câmara Municipal de Braga; Pre-

sidente da Junta de Província do Minho; Juiz Corregedor do Círculo Judicial de Braga; Comandante Militar de Braga; Comandante Distrital da Legião Portuguesa; Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo; Comandante da Polícia de Segurança Pública; Comandante da Guarda Nacional Republicana; Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; Reitor do Liceu Nacional de Braga; Director da Escola do Magistério Primário; Director do Distrito Escolar de Braga; Reitor e Vice-Reitores dos Seminários diocesanos; Directores dos Seminários de Montariol, Fraião e de Santa Marta da Falperra; Presidentes diocesanos da Junta e dos Organismos da Acção Católica; Chefe Regional do Corpo Nacional de Escutas.

Comissão Executiva do Congresso

Venerando Arcebispo Primaz, Presidente; Mons. Vigário Geral, Vice-Presidente; P.e João Cabral, Secretário; Dr. António Castro Mendes, Tesoureiro; Presidente do Cabido Metropolitano, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Pároco da Sé Primacial, Director Diocesano do Apostolado da Oração, Presidente das Confrarias do Sameiro e do Bom Jesus do Monte, Reitor do Seminário Conciliar de Braga, e Arcipreste de Braga.

Rádio Mensagem de Sua Santidade ao III Congresso do Apostolado da Oração

Sua Santidade Pio XII, num gesto de Paternal carinho para com a fidelíssima gente portuguesa, proferiu aos microfones da Radio Vaticano a seguinte Radiomensagem, em língua portuguesa, dirigida ao III Congresso Nacional do Apostolado da Oração:

«Veneráveis Irmãos e amados Filhos, presentes em Braga no Congresso do Apostolado.

Gratíssima Nos foi a notícia de um grande Congresso, que, na cidade dos Arcebispos, reunisse de todo o Portugal metropolitano Dirigentes e Associados do Apostolado da Oração, para, à luz da encíclica «Haurietis aquas», passar em revista toda a actividade do mesmo Apostolado e estudar os meios de mais o difundir e actualizar, revigorando-lhe as energias para novas e maiores empresas.

Por isso de bom grado acedemos ao desejo de Nos terdes presente, não só em espírito, mas na força viva da Nossa palavra.

Braga, a cidade primaz, estava naturalmente designada para a celebração; e não só porque o sugeria a coincidência do septuagésimo aniversário da consagração da Arquidiocese ao Coração de Jesus com o centenário da extensão da festa à Igreja universal, mas porque aí, onde a fé e a piedade afundam as suas raízes nos primeiros séculos da Igreja, tanto que pode comemorar este ano o 15.º centenário do primeiro rei cristão na Europa, aí, graças ao zelo dos dignos sucessores de Martinho e Frutuoso, de Geraldo e Bartolomeu dos Mártires, o Apostolado se mantém desde a primeira hora exemplarmente activo, oferecendo ao Congresso um ambiente, não só de benévola simpatia, mas de fecunda cooperação.

I

Nestes dias, exímios representantes da ciência católica de diversas nações ilustram a teoria e a prática do Apostolado.

Nós, aproveitando o ensejo que se Nos oferece, queremos insistir apenas num ponto, aparentemente muito simples e elementar, mas que é a própria essência e o segredo da eficácia imensa do apostolado.

Tem este promovido e promove louvàvelmente diversas práticas e solenes manifestações de piedade, utilíssimas a quantos nelas tomam parte.

Mas não devem sufocar ou fazer descurar aquela primeira prática essencial a que nos referimos, e que é, bem o compreendeis, «o sofrimento quotidiano das obras e sofrimentos pelas intenções do divino Coração, e designadamente pelas intenções indicadas para cada mês, e por Nós abençoadas». Melhor, se o oferecimento é enriquecido com a participação no sacrifício de Cristo pela Comunhão mensal e com a protecção de Maria, implorada no Rosário.

Prática elementar e simples, como todo o Apostolado da Oração, que não multiplica compromissos nem fórmulas complicadas de organização, e por isso é extensível e Nós bem desejamos que se estenda a todas as classes de pessoas.

Prática simples: mas quem pode medir a eficácia de que é susceptível, quando fielmente praticada, e, melhor ainda, se constantemente vivida?

Toda a vida do homem, peregrino neste mundo, deve tender para Deus, e todos os actos humanos devem, afinal, ser culto de Deus em Jesus Cristo e por Jesus Cristo. Ora o oferecimento quotidiano das obras é já de per si culto prestado ao Senhor, é oração e da melhor, que consagrando as primícias do dia, o santifica.

Mas quando vivido, quando anima conscientemente a executar bem as acções e a suportar bem cada sacrifício, então é a vida toda feita realmente culto de Deus, então é a «oração vital» de que falam os santos e que o Apostolado inculcava aos fiéis, quando lhes escrevia: «Tudo quanto fizerdes por palavra ou por obra, ainda mesmo comer ou beber ou qualquer outra coisa, fazei tudo em nome do Senhor Jesus, dando por meio d'Ele graças a Deus Padre e para sua glória». (Col. 3, 17; 1 Cor. 10, 31).

Então a vida dos fiéis tenderá a elevar-se mais geralmente a um alto nível de santidade: porque a necessidade mais sentida de viver em graça de Deus, para que as nossas oblações lhe sejam aceites, — o pensamento mais frequente das grandes verdades da fé, — e a maior intimidade com o Coração divino irão purificando a alma e ateando a chama do amor, que vence as tentações, não teme sacrifícios, triunfa dos obstáculos e leva à santidade.

II

Amados Filhos: Os anais do Apostolado são uma das mais belas páginas da história da Igreja em Portugal. E Nós sabemos como em tempos relativamente recentes, quando a propaganda autorizada do mal se propunha eliminar em duas gerações os últimos vestígios do Catolicismo em terras lusitanas, foi o Apostolado da Oração, por testemunho dos Sagrados Pastores, uma das principais forças de resistência, para manter vivo o espírito cristão e o fazer reflorescer vigoroso, mal a tempestade acenou a abrandar.

Hoje as circunstâncias estão mudadas. Portugal já não é visto como o país mártir, mas é julgado nação católica. De facto, respeitando-se as pessoas, em conformidade com a fé e índole da alma portuguesa conseguiu-se um clima em que às piores aberrações do erro e consequente perversão moral se reconhecem os direitos, que competem à verdade e à virtude.

Os históricos acordos de 1940, observados em ambiente de mútua compreensão, têm dado preciosos frutos com vantagem para ambas as partes e espera-se que os dêem mais abundantes, especialmente no sector da missão educadora, que Jesus Cristo confiou e impôs à Igreja.

É uma primavera de bem que se deve à clarividência e à poderosa e persistente dedicação de homens beneméritos. Mas para além do alcance dos sentidos quem não descortina a acção da Providência, que, na hora oportuna, prepara, suscita e acompanha até ao final triunfo os seus instrumentos? E o Sameiro, trono da Imaculada, e a Fátima, milagre do carinho materno da que se declarou Senhora do Rosário, centros de oração simples, humilde e penitente, não mostram bem a acção da Providência? Misterioso, mas irresistível poder da oração!

Para que o bem se mantenha e cresça, para que o mal que hoje tudo pretende invadir, não vingue em Terras portuguesas, — que o Apostolado da Oração mantenha em todas elas, e alargue e redobre a sua actividade imunizadora e vivificante; redobrem de zelo os Directores e Zeladores para formarem nos associados e por eles em largos círculos a necessária mentalidade católica, e com a mentalidade uma sincera e esclarecida vida católica, que frutifique na perfeição e santidade.

Coincidências providenciais e factos importantes do Nosso atormentado Pontificado e da vossa história Nos ligam a essa Terra de Santa Maria.

Sensibiliza-Nos profundamente a vossa filial homenagem: fruto bem espontâneo do amor e fidelidade inquebrantável ao Vigário de Cristo em Roma.

Seja ela uma exortação constante, a repetir o que dizíamos, há tempo, aos representantes do Apostolado mundial: — «Nós, com as mãos erguidas ao céu, sentimos pesar sobre os Nossos ombros uma indizível responsabilidade, confranger-Nos o coração uma dor profunda, que em nós encontra conforto, por isso que vos mantendes fidelíssimos ao Nosso lado, unindo as vossas orações à Nossa, os vossos sacrifícios às Nossas penas, as vossas obras às Nossas fadigas...

«Vede os vossos bilhetes mensais! Que grandeza, que valor que eles têm, para quem os sabe usar como convém, e eles merecem!... Fixai sobre eles a vossa atenção: vereis alargarem-se os horizontes do vosso espírito, elevarem-se e notabilizarem-se os afectos do coração...

«Então, modelando-se progressivamente pela de Jesus, a vossa oração tornar-se-á cada vez mais vasta e mais intensa, sentir-vos-eis irresistìvelmente impelidos pelo amor ao sacrifício, e acesos no ardor da caridade e consumidos pela veemência dos desejos, a vossa mesma vida será incessante e fervorosa e eficacíssima oração».

Com estes votos abençoamos de todo o coração a vós, Veneráveis Irmãos e amados Filhos, a quantos vos são queridos e a todo o glorioso e fiel povo português.

Recepção aos Ex.mos Prelados e Congressistas

Foi soleníssima a recepção feita, no Salão Nobre da Câmara Municipal, aos Ex.^{mos} Prelados e Congressistas.

Braga sabe receber com fidalguia, e a Câmara sentiu-se felicíssima ao acolher tão ilustres visitantes.

O «Correio do Minho», em seu número de 16 de Maio, fez da recepção o seguinte relato:

«A «Roma Portuguesa», a sempre leal cidade de Braga apresentava ontem, primeiro dia do III Congresso Nacional do Apostolado da Oração, o ar fidalgo dos grandes dias.

Por toda a parte bandeiras e galhardetes de cores berrantes flutuando ao vento, bandeiras com as armas da cidade, davam ao estranho que nos visitava a impressão, aliás exacta, de que algo de novo e solene se passava adentro dos muros da velha urbe bracarense.

As varandas apresentavam-se ricamente engalanadas com ricas colgaduras; por toda a parte o aspecto festivo bem próprio da grandiosidade dos actos que se levavam a efeito.

O que se passava em todas as artérias da cidade podia admirar-se na Praça do Município onde teria lugar a primeira cerimónia de abertura deste Congresso.

Aproximam-se as 17 horas, hora aprasada para a chegada de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca e demais Prelados e Congressistas. Um mar imenso de pessoas representativas de todas as actividades de Braga se agita e se comprime na ânsia por vezes mal contida de avistar o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Nesse mar incontável de pessoas de todas as idades e posições temos ocasião de ver alunos dos Seminários Arquidiocesanos, alunas de todos os colégios, estudantes do nosso Liceu, Bombeiros e Escuteiros e uma mole ingente de povo.

À volta da Praça oscilam levemente nos seus mastros pequenas bandeirinhas e as colgaduras que em todos os edifícios, incluindo o da «Domus Municipalis», dão ao recinto uma nota de indescritível beleza, colorido e alegria.

Junto à entrada da Câmara Municipal postam-se do lado direito de quem entra, numerosa representação de escuteiros, bombeiros muito perfilados com suas fardas de gala, compacto grupo de seminaristas e várias pessoas.

Do lado oposto podiam ver-se membros dos Sindicatos com seus estandartes e igualmente bom número de pessoas.

Da escadaria que dá acesso à Praça do Município até à entrada da Câmara vêem-se, nas escadas, duas filas de estudantes do Liceu envoltos nas suas capas negras; no recinto da Praça, limitam uma larga faixa central por onde vão passar as autoridades, à direita, longo friso de alunas dos colégios e meninas das escolas primárias e à esquerda meninos também das escolas de instrução primária daquela cidade.

Apoteótica recepção aos Prelados

Eram precisamente 17 horas e vinte e cinco minutos quando Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca se apeou do automóvel junto da escadaria da Praça do Município.

Uns segundos antes tinha chegado ao mesmo local Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Núncio Apostólico, Mons. Fernando Cento.

Acompanhado por Sua Ex.ª Rev.ª o Senhor Arcebispo Primaz, Presidente da Câmara Municipal de Braga, Governador Civil do Distrito e outras individualidades

de relevo, Sua Eminência o Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira desceu lentamente a escadaria pisando as capas negras que num gesto deveras impressionante os estudantes da nossa academia estenderam.

Quando Sua Eminência foi vislumbrado pela multidão reboou no ar estrondosa salva de palmas enquanto a banda dos Órfãos de S. Caetano tocava o hino da cidade.

Foi assim, sob uma verdadeira e intensa chuva de flores que o Senhor Cardeal Patriarca se encaminhou para a Câmara Municipal.

Ao longo de toda a escadaria que dá acesso ao salão nobre, alunas da Escola do Magistério Primário aguardavam de um e outro lado a chegada das Excelentíssimas Autoridades.

No gabinete da Presidência e sala contígua encontravam-se muitas dezenas de pessoas de destaque de todo o distrito de Braga, autoridades civis, militares e religiosas da cidade e muitíssimas mais, de vários pontos do país.

Entre os presentes, cuja citação nominal nos não é possível, vimos os srs. Arcebispo de Cízico, D. Manuel Ferreira da Silva; Bispos de Vila Real, D. Manuel Valente da Fonseca; Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes; Bispo de Portalegre, D. Agostinho de Moura; Bispo Auxiliar do Porto, D. Florentino de Andrade; Bispo de Viseu e respectivo Bispo Auxiliar, D. João Crisóstomo e D. José Moreira Pinto, respectivamente; Bispo de Bragança, D. Abílio das Neves; Bispo do Algarve, D. Francisco Rendeiro; Drs. Valentim de Almeida e Sousa, Delegado do I. N. T. P.; Felicíssimo do Vale Rego Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Francisco Miranda de Andrade, Reitor do Liceu; advogados Drs. Freire de Andrade e Luís de Almeida Braga; Drs. José Torcato, Pessoa Monteiro, Baptista Barreiros; Eng.º Jorge Segismundo Álvares Pereira de Lima e Alegria Martins; Comandantes da P. S. P., G. N. R., R. I. n.º 8 e Legião Portuguesa; Presidentes de todas as Câmaras Municipais do Distrito; Câmara e respectiva Vereação do Município bracarense, Reitores e Professores dos Seminários Arquidiocesanos, Professores do Liceu, Escolas e Colégios, elevado número de senhoras, etc., etc.

A sessão solene de Boas-vindas no salão nobre da Câmara Municipal

Passavam poucos minutos das cinco horas quando os Excelentíssimos Prelados, Autoridades e Congressistas deram entrada no salão nobre da Câmara para assistirem à sessão de boas-vindas.

O amplo espaço do salão iluminado com potentes holofotes tornou-se pequeno para conter tão elevado número de assistentes que o encheram literalmente.

Dignou-se presidir Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca que se encontrava ladeado à direita pelos srs.: Mons. Fernando Cento, Núncio Apostólico; António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Bispo de Aveiro; e Juiz Corregedor Dr. Francisco de Azevedo Soares; e à esquerda pelos srs.: Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil do Distrito; D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga; General Joviano Lopes, Comandante da I Região Militar; e D. José Alvernaz, Patriarca das Índias.

Logo que os Ex.^{mos} Prelados tomaram seus lugares, o sr. António Maria Santos da Cunha, levantando-se apresentou os cumprimentos de boas-vindas, proferindo o seguinte discurso:

Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa
Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Núncio Apostólico
Excelências Reverendíssimas
Senhor Governador Civil

Pelas paredes que o tempo carcomeu dos seus venerandos monumentos e pelas calçadas gastas das suas velhas ruas, como pelos pavimentos das novas Praças e Avenidas que o esforço dos seus filhos numa ânsia de progresso abriu, vão ecoar mais uma vez, em Braga, as preces dos crentes que aqui vêm tomar parte no III Congresso do Apostolado da Oração.

Com eles, com os seus rebanhos, Pastores solícitos acompanhando as ovelhas, o Venerando Episcopado Português, sempre pronto a honrar com a sua presença a velha Metrópole Bracarense, a Sé de S. Martinho e S. Frutuoso, afirmando assim o seu carinho e respeito pela Igreja-Mãe de Portugal.

À sua frente essa figura a que todo o Portugal quer e tributa especial respeito, o Patriarca de Lisboa, nosso legítimo orgulho, orgulho deste Minho que o tem como seu filho mais ilustre. Minho que neste belo mês de Maio é todo ele um altar de flores, um cântico ao Criador e às suas belezas: flores que se multiplicam mas não chegam para encher as mãos honradas dos nossos lavradores que as arrancam aos campos para adornar os tronos da Senhora das senhoras, a Mãe de Deus.

Festa grande!... Festa grande, que enche de alvoroço todos os bracarenses e são bracarenses, já uma vez o disse, todos aqueles que, entre o Minho e o Ave, constituem a grande família que se aquece ao fogo que crepita em Santa Maria Maior da Sé de Braga e se ilumina com a luz que dela irradia.

Sêde bem vindo Eminência! Bem sabeis que sois sempre bem vindo.

Bem vindo seja também o representante do Papa; bem vindos os Prelados Portugueses a quem, de joelhos, beijo as mãos, recordando as glórias que os seus títulos evocam e a virtude e o saber que os distinguem.

Uns, encanecidos ao serviço da Fé, vidas já longas repletas de benemerências e de árduos trabalhos em prol do renascimento espiritual da nossa terra: outros a quem a juventude ainda não abandonou, a nossa esperança, a esperança de um Portugal inteiramente renascido à luz do Evangelho, e digno, inteiramente digno do seu passado de Povo que, como nenhum outro, soube levar a Boa-Nova por esse Mundo além.

O III Congresso do Apostolado da Oração será mais um acontecimento memorável na nossa terra, e quando digo na nossa terra, digo no nosso Portugal.

É oportuno, é necessário, premente, que se convidem os homens a rezar quando tudo parece querer submergir no lodo que em vagas sucessivas, aparentemente indomáveis, galga as fronteiras das nações e destrói os alicerces das famílias.

«Ainda há dias Pio XII — o mestre dos mestres que Braga e a sua Arquidiocese, mais do que honrando, honrando-se, vai hoje glorificar no bronze — denunciava, com a luminosidade de sempre, os perigos que ameaçam a instituição base da sociedade.

Na verdade: onde a decência do viver na sociedade contemporânea?

Onde está a intransigência moral que era brazão da velha família portuguesa?

Onde a severidade de costumes que caracterizava, ainda nos meus tempos de rapaz, as famílias cristãs deste burgo?

Tempos calamitosos os que vivemos: Já a Verdade anda por aí de braço dado

com a mentira! Já o ser cristão é coisa de menos valia: já o Homem se esquece do seu destino eterno, já se não sabe onde começa o sim e acaba o não.

Como compensar o Coração do Divino Redentor de tanto ultraje, de tanto escândalo, de tanta impostura e de tanta incoerência?

A vós — a nós — o Exército do Apostolado da Oração, esse exército silencioso cuja metralha se dirige aos Céus, em favor da Terra, está especialmente confiada a sublime missão.

Congresso do Apostolado da Oração, Cortes Gerais do Reinado do Sagrado Coração. Reunião magna da Legião do Senhor.

Pela calada da noite, como quando o sol ilumina a terra, nos campos, nas repartições, nas oficinas, nos lares, é preciso rezar. E rezar faz bem às almas e nobilita os corações.

Rezar é próprio dos homens grandes, como o nosso Condestável, que no fragor da batalha, apeando-se do seu ginete e, joelho em terra, implora a protecção do Senhor dos Exércitos.

Como é grande o homem que sabe ajoelhar! Como são tristes e pobres os que o não sabem fazer!

Meus Senhores:

Saudemos em Sua Eminência o Cardeal Patriarca, em Sua Ex.ª Reverendíssima o Núncio Apostólico e em todo o Venerando Episcopado Português, a grande Mestra da vida e fonte de salvação que é a Igreja.

A Igreja que não receia o embate das heresias nem o poder dos césares, porque sabe que contra ela não prevalecerão as portas do inferno.

A Igreja a cuja sombra — orgulhai-vos bracarenses! — Portugal se fez menino e cresceu.

Bem-vindo à Roma Portuguesa, à Cidade dos Arcebispos, ao solar dos Primaz das Espanhas.

Braga mais uma vez saberá cumprir o seu dever e honrar o seu passado.

Toda ela será uma catedral tendo por cúpula o Céu e por altar o coração da sua boa gente».

Calorosa salva de palmas abafou por momentos as últimas palavras do sr. Presidente do nosso Município.

Terminadas as palavras do sr. António Maria Santos da Cunha, Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca levantou-se, gesto que os presentes sublinharam com palmas prolongadas.

Sua Eminência começou por saudar o sr. Presidente da Câmara, o sr. Núncio Apostólico e o sr. Governador Civil para, em seguida, se referir em termos elogiosos à recepção de que acabavam de ser alvo todos os Prelados ali presentes.

E começou: «Bem quisera eu poder reunir, agora, todas as flores desfolhadas à nossa passagem para as pôr aos pés da Veneranda Senhora, Padroeira desta antiga e sempre nobre cidade de Braga.

Quis V. Ex.ª — continuou — saudar a Igreja aqui representada por aqueles que receberam essa missão por intermédio do Vigário de Cristo.

Não sei dizer se é glória dele ou do povo cristão de Braga.

Prosseguindo, disse ainda: «Nós dizemos, sr. Presidente, que não se pode entrar

nesta cidade senão como romeiro. Os antigos romeiros beijavam a terra santa e esta é a terra santa Mãe de Portugal.

Mãe de Portugal, parece-me que o está gerando, dando-o à luz, isto quer dizer que a História de Braga não cessou desde o começo da Monarquia sempre fiel aos seus princípios e aos seus ideais, olhando o passado mas vivendo também o presente como bem prova o modernismo desta velha mas sempre nobre cidade de Braga.

Seria impertinente, Sr. Presidente, acrescentar quaisquer palavras às já pronunciadas.

Recordou depois juízos do Santo Padre, sobre os conturbados tempos modernos, acentuando:

«Quando o homem quer fazer de Deus, morre».

E termina: «Nós só temos uma palavra para dizer à fidalga recepção que nos quis dispensar, palavra bem portuguesa: *Muito obrigado*».

A sessão solene encerrou com vivas ao Senhor Cardeal Patriarca, ao Senhor Arcebispo Primaz, ao Senhor Núncio Apostólico e à Igreja Católica.

Dali o Senhor Cardeal Patriarca, Prelados e Congressistas dirigiram-se, em cortejo automóvel, para o Largo da Senhora-a-Branca onde seria inaugurada a estátua de Sua Santidade o Papa Pio XII.

Inauguração do Monumento a Pio XII

Como já se disse, o Município Brcarense quis prestar, de forma inequívoca e condigna, a sua colaboração às solenidades do III Congresso do Apostolado da Oração, promovendo, por iniciativa do seu Presidente, o levantamento do Monumento a Pio XII, por cujos méritos, já em vida, se tornou digno do respeito e admiração da Humanidade.

Esta merecida homenagem visava ainda manifestar a fidelidade da gente de Braga e da sua Arquidiocese à Cátedra de S. Pedro.

Consagração expressiva e única, pois foi a primeira estátua que, no mundo, se levantou ao Insigne Pontífice.

A cerimónia da sua inauguração revestiu-se dum entusiasmo extraordinário. Referindo-se ao acontecimento dizia o «Correio do Minho»:

«Se a sessão solene na Câmara Municipal assumiu aspectos de apoteose, a cerimónia seguinte, no Largo da Senhora-a-Branca, constituiu autêntico delírio. Muito antes da hora marcada já o espaçoso largo se encontrava pejado de pessoas, não só da cidade, como ainda de diversos pontos do País. Janelas, sacadas, e mesmo nos telhados, era um verdadeiro mar de gente, a qual se contava por muitos milhares.

Bandeiras, colgaduras, ondulavam de todos os lados e à medida que a hora se aproximava, aumentava a euforia de todos os presentes. Entretanto à linda praceta onde foi erecta a estátua de Sua Santidade, iam chegando as principais individualidades, vendo-se entre estas, os srs. Dr. José de Carvalho Arieiro, Adolfo Santos da Cunha, Fernando da Costa Vilaça e Manuel Vila Verde, da Comissão do Monumento, e ainda os srs. Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal; António Fernandes de Araújo, Eng. Magalhães Salgado, Dr. Sérgio da Silva Pinto e José Maria Rodrigues, vereadores do Município e ainda de todas as restantes autoridades e individualidades que, momentos antes, assistiram à memorável sessão solene na Câmara Municipal. A emoldurar o recinto e no topo norte, um gra-

cioso friso de meninas da M. P. Feminina com o respectivo galhardete, logo seguidas pelas alunas dos Colégios do Sagrado Coração de Jesus, Teresiano, Dublin, Liceu, Esclo Técnica, etc..

Na praceta e a fazer ressaltar o colorido do local, os estandartes dos organismos corporativos e de coordenação económica, vendo-se ainda alunos dos estabelecimentos de formação religiosa, etc. Em poucos segundos, não só o amplo largo da Senhora-a-Branca, como ainda o local da cerimónia, encontrava-se literalmente ocupado, tornando-se dentro em pouco exíguo o espaço que a pouco e pouco desaparecia.

Logo após a chegada do Comandante da I Região Militar, sr. General Joviano Lopes, que se fazia acompanhar do seu ajudante, tenente Gonçalo Meireles, por entre a curiosidade da multidão, davam ali entrada os Senhores Bispos do Porto e Auxiliar da mesma diocese; de Vila Real, Faro, Guarda, Viseu e Auxiliar, Bragança, Císico, Tiava, etc.

Outras figuras da Igrepa se encontravam presentes, por exemplo o Rev. Padre Conde Rafael Droste zu Vischering, Arcediago de Recklighause, Alemanha e sobrinho da Irmã Maria do Divino Coração.

Momentos após, a notícia da aproximação de Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca e de D. Fernando Cento, agitou a multidão, a qual recebeu aquelas duas altas figuras da Igreja com grandes manifestações de entusiasmo. Seguiam-nos, o Senhor Bispo de Telmissus, um Conselheiro da Nunciatura e ainda os Srs. Presidente da Câmara e Governador Civil.

Sempre num crescente entusiasmo, os vivas a Sua Eminência estrugiram nos ares até que, se deu início à cerimónia da inauguração da estátua de S. S. Pio XII. O Senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira entretanto, ao lado do Sr. António Maria Santos da Cunha, puxou as bandeiras que cobriam o monumento — estas com as cores nacional e da cidade — vivendo-se nessa altura um dos mais impressionantes momentos da história de Braga. Uma largada de milhares de pombos, cedidos pela Sociedade Columbófila de Braga, Brachara Augusta de Real e de S. Martinho de Dume, contaminou a assistência, ouvindo-se nessa altura o Hino Prelatício, que ou era entoado por um orfeão feminino ou ainda executado pela Banda dos Órfãos de S. Caetano. Ao longe, uma girândola de foguetes, levava distante a alegria dos bracarenses, enquanto que as pessoas presentes no paroxismo da alegria, repetiam os vivas a Sua Santidade, aos Prelados presentes e à Igreja Católica.

Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara, que numa improvisada e felicíssima saudação, dirigiu-se ao Núncio Apostólico, pedindo-lhe para transmitir a Sua Santidade o Papa Pio XII, os pretextos da mais filial obediência e sincera homenagem da Arquidiocese de Braga, onde a partir de hoje se levanta a estátua do Sumo Pontífice, colocada no Largo da Senhora-a-Branca, afirmando que não era necessária a estátua de Pio XIII para os bracarenses lhe votarem todo o seu afecto, porquanto o Santo Padre vive no coração de todos eles.

O Senhor Presidente da Câmara, que se encontrava profundamente emocionado, terminou com um viva a Sua Santidade no que foi delirantemente correspondido pela assistência, que sublinhou as suas últimas palavras com uma revoada de palmas.

Seguidamente usou da palavra o Rev. Padre António Ferreira de Magalhães, S. J. que, a propósito do grande momento que se estava a viver, em resumo afirmou:

«Neste solene e festivo momento é não só o Município Bracarense mas todo o

Portugal que presta homenagem ao Sumo Pontífice Pio XII, inaugurando-lhe esta estátua. Portugal actual, continuidade do Portugal histórico, que vai de Afonso Henriques, pedindo a Alexandre III lhe confirmasse o título de Rei, até à época das descobertas, quando embarcou para o Oriente levado pelo ideal de fazer cristandade, ideal esse abençoado pelas bulas dos Sumos Pontífices; Portugal actual, continuidade do Portugal que medeia entre Santo António de Lisboa e S. João de Brito, e onde floresceu a Rainha Santa Isabel com a sua mensagem de Paz a preludiar a mensagem universal que a Senhora de Fátima, finalmente nos confiou.

Este o Portugal fiel à cristandade e à Igreja, e que eu evoco para o contrapor ao outro Portugal, não autêntico, desde o momento em que negando a sua submissão espiritual ao Pai de todos os fiéis, negou também a sua autenticidade histórica.

Porque esta lei da fidelidade de Portugal à Igreja é a expressão da própria fisionomia do Portugal verdadeiro, não é para admirar que o ressurgimento desta Pátria bem amada se tenha traduzido por um estreitamento de relações com a Santa Sé donde nos provieram amplos benefícios. Basta relembrar a Concordata e o Acordo Missionário. Ao conceder-nos Sua Santidade a Concordata, deu-nos prova da sua paternal bondade, deixando cair no olvido dum perdão generoso, elementares dívidas de justiça, contraídas ao expoliar-se a Igreja dos seus legítimos bens materiais. Pelo Acordo Missionário reconhece de novo a Portugal a sua vocação Missionária, pela qual continuando uma acção interrompida, irá de novo dilatar o Reino de Cristo.

E não virá o milagre de Fátima, unir-nos ainda mais ao Sumo Pontífice? Através de Fátima é Portugal que estende ao mundo a mensagem universal da paz, da caridade que Deus quer entre os homens e de que Sua Santidade é o defensor intemerato e propugnador incansável. No seguimento da mensagem de Fátima, Pio XII consagra o mundo, em língua portuguesa, ao Imaculado Coração de Maria; à luz de Fátima define o Dogma da Assunção e institui a festa litúrgica da Realeza de Nossa Senhora.

Desde esta hora ao começarmos o III Congresso do Apostolado da Oração, Portugal autêntico, instaura aqui, na Roma portuguesa, um monumento que fica a recordar aos tempos vindouros a sua filial obediência ao Papa de Fátima que recebeu a plenitude do Sacerdócio precisamente no dia e quase à mesma hora em que Nossa Senhora apareceu aos pastorinhos. Ao Apostolado da Oração coube e caberá ainda um papel preponderante no desvendar aos homens o mistério da caridade de Cristo. Ele é a execução mais eficiente da mensagem de Fátima, das normas de Sua Santidade Pio XII, porque espalha entre os homens a caridade de Cristo, a única que pode unir os corações e salvar o mundo moderno».

Encerra este acto, o Senhor D. Fernando Cento.

O Senhor Presidente da Câmara, como homenagem da Cidade, colocou no monumento uma coroa de louros de que se destacavam fitas com as coras da cidade.

A Conferência do Dr. Sérgio Pinto no Salão da Biblioteca Pública

Subordinada ao tema «Individualismo e colectivismo na génese da Nacionalidade Portuguesa», proferiu o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto a conferência que, anunciada na imprensa, tanto interesse vinha despertando.

E não admira que assim tivesse sucedido, pois que o conferente, actual Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, pela destacada actividade intelectual que desenvolve, no domínio da investigação histórica, e no campo da Filosofia, ocupa lugar de relevo, entre a nova geração intelectual do País.

Deve-lhe a cidade de Braga, por serem iniciativas suas, o êxito dos grandes acontecimentos culturais dos últimos tempos. Ao Congresso de S. Martinho de Dume, ao Congresso Folclórico e Etenográfico, e ao I Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos, ficou o seu nome indestrutìvelmente ligado.

A Revista «Bracara Augusta» é obra da sua tenacidade e do seu esforço.

Poder-se-á afirmar, sem lisonja, que, em Sérgio da Silva Pinto, encontrou Santos da Cunha, actual Presidente do Município, um digno colaborador, na obra de renovação cultural, que à Cidade tem dado tantos motivos de orgulho e admiração.

Outra coisa não seria pois de esperar da conferência do Dr. Sérgio da Silva Pinto, que foi mais uma consagração das suas altas qualidades intelectuais e de historiador consciencioso.

Vejamos como o «Correio do Minho», em seu número de 25 de Maio, se refere ao acontecimento:

Teve lugar ontem de tarde, no salão nobre da Biblioteca Pública, a conferência do Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, subordinada ao tema: «Individualismo, colectivismo e natureza física na génese da nacionalidade portuguesa».

Presidiu o Sr. Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil, que se encontrava ladeado à direita pelos Srs. Dr. Abel de Campos, Ajudante do Procurador Geral da República; Dr. Luís de Almeida Braga, Presidente da Associação Jurídica; Dr. António Moreira, director interino da Biblioteca Pública, e à esquerda pelos Srs.: António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal; Coronel Armando Fontoura, comandante militar de Braga; e Coronel Baptista Barreiros, Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Em lugar à parte sentava-se o Sr. D. Francisco Maria da Silva, Bispo de Telmissus e Auxiliar de Braga.

Na assistência viam-se, entre outras, as seguintes individualidades: Dr. Francisco José Velozo, Ajudante do Procurador da República; Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia; Coronel Graciliano Marques, comandante da L. P.; Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; Tenente-Coronel João de Sousa Machado, 2.º comandante do Regimento de Infantaria n.º 8; capitão Américo de Oliveira, comandante da G. N. R.; tenentes Delmar de Barros e Pompeia Xavier, Adjuntos da G. N. R. e P. S. P., respectivamente; Dr. José Maria Ferreira de Araújo, vice-presidente da Câmara Municipal; Reitores dos Seminários de Braga, médicos, advogados, professores do Liceu, estudantes, seminaristas, etc., etc.

Feita a apresentação do conferente pelo Sr. Coronel J. Baptista Barreiros, presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto entrou no assunto da sua conferência.

O conferente começa por considerar a região de Entre-Douro-e-Minho, retalho da Galiza histórica, o símbolo da *Casa Lusíada*, profundamente penetrada pelo Oceano. Lembra que os seus confins de Norte e Sul correspondem aos do Convento Jurídico Romano de Braga, donde se gerou a província da Galécia e o Condado de Portucale. Faz uma evocação dos eventos mais notáveis que vinculam a terra e a grei da Pro-

víncia durimínia à formação do Estado português. Pergunta se o Minho será igualmente o palco em que se desenrola a génese do espírito nacional. Refere-se à tese individualista, e à tese colectivista (incluindo a concepção geográfica), para explicar a criação histórica das Nações.

Propõe-se descobrir a hora culminante em que a Nação, no Minho, afirma a sua existência.

Entrando na esfera da filosofia do direito e da história, orientada sociològicamente, reflexiona sobre os conceitos de Nação e Estado, e sublinha a necessidade duma síntese dos factores políticos e sociológicos que, em seu entender, preparam a germinação do espírito da Nacionalidade.

Passa a considerar o Minho nos seus aspectos geográfico e etnológico, e tripartе este nos capítulos: raça, história e cultura. Em todos eles mostra como constituem elementos de origem, de difusão e de estabilização da consciência colectiva da Nação portuguesa.

Põe em relevo o Reino suévico-bracarense, e o Príncipe Requiário, o primeiro monarca católico, e o criador do primeiro Estado católico da Europa. Sintetiza os seus estudos sobre a primeira conversão dos suevos que, segundo o seu aviso, se deve ao metropolita bracarense Balcónio.

Destaca as perseguições sangrentas movidas pelos Visigodos arianos aos Suevos e Lusitanos fundidos já numa única Nação, que tem por lábaro a Cruz do Redentor. Nestas lutas de sentido religioso, centralizadas entre Douro e Minho, se opera a mutação do sentimento étnico de dois povos, o Suevo e o Lusitano-Galaico, em sentimento nacional duma só Grei, a que nem sequer falta a cúpula do estado.

O conferente, a terminar, foca a persistente continuidade que se nota, desde a Nação sueva ao Reino da Reconquista e à rebelião de Portugal com D. Afonso Henriques, dando expressão nova a uma individualidade ocidental milenária.

Verificada a constante colaboração entre os heróis e os conjuntos sociais, dá como demonstrada a verdade da síntese que contém e supera a tese individualista e antitese colectivista, ao explicar a Nação como facto histórico.

No final, o Sr. Dr. Luís de Almeida Braga teceu o elogio do orador, referindo-se em termos elogiosos ao discurso cuja sólida erudição e boa urdidura exaltou, encerrando a sessão.

I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos

Cabe aqui uma referência especial ao I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos, quer por se tratar duma iniciativa do Município bracarense, quer por ter constituído a maior manifestação cultural que em Braga se realizou, no ano de 1957.

Este ajuntamento científico teve como promotores a Câmara Municipal e a Faculdade Pontifícia de Filosofia. As duas entidades deram-se as mãos, para celebrar dignamente e com o maior proveito científico, o XV Centenário da Morte de Requiário, primeiro Rei Católico da Europa (456), o XIV Centenário da Sagração Episcopal de S. Martinho de Dume, o Segundo Apóstolo do Ocidente Galaico-Português (556), e o XIII Centenário da Elevação a Metropolita de Braga de S. Frutuoso, o Renovador da Vida Monástica na Península (656).

O Colóquio, segundo plano delineado pelos Serviços Culturais do Município Bracarense, constituiu a 2.ª fase das Comemorações dos três Centenários referidos, começados a celebrar no pretérito ano de 1956.

Teve como objectivo o estudo do ciclo cultural suévico-bizantino, que dominou a Alta Idade-Média de Portugal e Galiza, decorrendo entre os limites aproximados de 409 (data da imigração dos suevos) e 711 (data da invasão dos muçulmanos).

Apelidou-se de Suévico, devido ao povoamento, às instituições políticas, e às influências de vária ordem deixadas pelos suevos; recebeu ainda o qualificativo complementar de Bizantino, porque a contribuição cultural de Bizâncio foi, neste período, principalíssima e constante, na Filosofia, na Religião e na Arte.

A assinalar o seu êxito incontroverso basta que se lembre que reuniu em conclave grande número de eruditos, investigadores e especialistas da matéria, e promoveu o interesse que perdura, por tão importante e fundamental era da nossa formação nacional.

Comissão de Honra

Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional, Sua Excelência o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, Excelentíssimo Senhor Governador Civil do Distrito, Excelentíssimo Senhor Comandante da I Região Militar, Excelentíssimo Senhor Corregedor do Círculo Judicial de Braga, Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Telmissus, Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta da Província do Minho, Reverendíssimo Senhor Provincial da Companhia de Jesus, Excelentíssimo Senhor Presidente do Cabido da Sacrossanta Basílica Primacial de Braga.

Comissão Executiva

Presidentes: Presidente da Câmara Municipal de Braga, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia; Secretário: Dr. Sérgio da Silva Pinto; Vogais: Dr. Avelino Jesus da Costa, Dr. Francisco José Velozo, Dr. Olindo Casal Pelayo.

Comissão para os Trabalhos Científicos

Presidente: Rev. Prof. Mário Martins; Secretário: Rev. Prof. Júlio Fragata; Vogais: Dr. Avelino Jesus da Costa, Dr. Francisco José Velozo, Dr. Sérgio da Silva Pinto.

Secretário Geral

Dr. Sérgio da Silva Pinto.

Secções do Colóquio

A) O Reino dos Suevos;
B) A Igreja e o Pensamento Filosófico-Religioso;
C) A Literatura e a Arte.



No Salão Nobre da Escola do Magistério Primário de Braga.
Sessão inaugural do I Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos.



Outro aspecto da Sessão inaugural. O Prof. Dr. Luís de Pina apresenta a sua tese.



Sessão inaugural. O Prof. Dr. Otero Pedrayo no uso da palavra.



Uma sessão académica do Colóquio.

Programa geral do Colóquio

Dia 7, Sexta-feira — Às 10 horas: Sessão Inaugural na Escola do Magistério Primário, sob a presidência de Sua Excelência o Senhor Subsecretário de Estado da Educação Nacional;

Às 12 horas: Abertura do 1.º Salão de Independentes no Minho (pintura e escultura), e exposição do túmulo de S. Martinho de Braga;

Às 15 horas: Sessão académica (apresentação de trabalhos);

Às 18,30 horas: Visita ao Museu de Santiago de Braga;

Às 21,30 horas: Sessão académica (apresentação de trabalhos).

Dia 8, Sábado — Às 9,30 horas: Sessão académica (apresentação de trabalhos);

Às 15 horas: Sessão académica (apresentação de trabalhos);

Às 16,30 horas: Passeio a S. Frutuoso, merenda, passeio ao Triângulo Turístico;

Às 21,30 horas: Doutoramento solene na Faculdade de Filosofia.

Dia 9, Domingo — Às 10,30 horas: Missa solene em Rito Bracarense, na Sé Primaz (Capela de S. Geraldo);

Às 11,30 horas: Sessão académica (apresentação de trabalhos);

Às 18 horas: Sessão de encerramento na Biblioteca Pública;

Às 20 horas: Recepção e banquete na Câmara Municipal de Braga;

Às 22 horas: Exibição do Orfeão do Porto, sob a regência do Maestro Virgílio Pereira.

Resumo dos Trabalhos e Actos oficiais do Colóquio

Dia 7, sexta-feira:

Sessão Inaugural – às 10 horas:

Realizada no Salão Nobre da Escola do Magistério, foi presidida pelo Subsecretário de Estado da Educação Nacional, tendo, à direita, o Governador Civil do Distrito, Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, e o Representante do Instituto de Alta Cultura, Prof. Doutor Luís de Pina; e à esquerda, o Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor Gonçalves Rodrigues, e o Representante da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor João Providência e Costa; em cadeiral de honra, o Arcebispo Primaz das Espanhas. Noutros lugares: os representantes das Universidades de Santiago de Compostela, Lille e Londres (Professores Abelardo Moralejo, Georges Gaillard e Joan Hussey).

O Chefe do Distrito, em nome do Subsecretário de Estado, declarou aberta a Sessão. O Presidente do Município e Presidente da Comissão Executiva do Colóquio, Comendador António Maria Santos da Cunha, dirigiu saudações e agradecimentos ao Membro do Governo, e às altas individualidades presentes, designadamente aos Representantes das Universidades Portuguesas e da Espanha (Santiago de Compostela), da França (Lille) e da Inglaterra (Londres). Rendeu as suas homenagens ao sucessor de S. Martinho Dumiense, D. António Bento Martins Júnior. Saudou também a Galiza, irmã de Portugal, nas pessoas dos delegados universitários de Santiago de Compostela, o Decano da Faculdade de Letras, Prof. Doutor Abelardo Moralejo, e o eminente orador peninsular Prof. Doutor Ramon Otero Pedrayo. Saudou ainda

a Real Academia Galega, no seu Representante Dr. Angel del Castillo. Louvou por último a organização do Colóquio, e a sua iniciativa, devidas ao Secretário do mesmo, Dr. Sérgio da Silva Pinto.

Apresentou em seguida a sua comunicação o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, intitulada «A Igreja de Braga, na dominação sueva», cujo resumo segue:

«O orador começa por dizer que a Igreja de Braga tem, no período da dominação Sueva, a primeira grande era da sua história. A Cristandade bracarense, nesse tempo, escreveu os seus *Lusíadas* sagrados.

Passa a contar como os Suevos se acantonaram no Convento Jurídico de Braga. Existia então, nesta cidade, o Bispo Balcónio que, segundo seu aviso, era já primaz de toda a província do Douro ao Cantábrico.

Mostra como, nessa hora, a capital da Galécia era centro de grande cultura filosófica e religiosa. Neste ambiente de aproximação suévico-lusitana, vai salientar-se o príncipe Requiário. Na prelazia de Balcónio e na própria sede episcopal, os Suevos, com Requiário à frente, convertem-se ao catolicismo.

Foi a catolização do primeiro povo bárbaro a entrar no seio da Igreja. Glória que não pertence à França, com Clóvis e S. Remígio; mas sim à Galiza lusitana, com Requiário e Balcónio.

O orador refere-se agora ao Bispo Profuturo que considera o orientador do rei suevo Carriarico, nos primeiros passos para a conversão. Refere-se ainda ao bispo Lucrécio e a S. Martinho de Braga, com os quais se efectuou a catolicização definitiva do povo suevo.

Por último trata do problema da primazia bracarense. Diz que foi no célebre 2.º Concílio de Braga, de 572, a que presidiu S. Martinho que, pela vez primeira, na Hispânia católica, se reconheceu a um metropolita a primazia em verdadeiro sentido.

Defende o ponto de vista de que houve, no tempo de S. Martinho, duas metrópoles na Galícia, ao contrário do que julgava o Padre Pierre David. E apresenta textos para fundamentar a sua tese. Termina por dizer que Deus, no seu providencialismo, predispôs Braga para a primazia hispânica».

O Prof. Ramon Otero Pedrayo tratou eloquentemente do tema «Paulo Orósio, o primeiro filósofo da História.

O Prof. Dr. Luís de Pina falou sobre a «Influência suévico-bizantina na medicina portuguesa». Depois de ter apresentado o panorama histórico dos conhecimentos sobre a ciência e a Medicina, no período suévico-bizantino, o autor evoca marcadamente a Medicina, do século IV ao sésulo VII, em que brilham as suas maiores figuras, tais Oribásio de Pérgamo, médico de Julião o «Apóstata»; Égio de Amida, Alexandre de Tralles ou Talís, e Paulo de Egina ou Egineta, os quatro «grandes» do bizantinismo médico, a que melhor quadra a designação de *Decadência bizantina da Medicina greco-romana*, período ou época que esses 4 orientais muito ainda distinguiram e honraram, e enunciou depois outros nomes de médicos bizantinos, de Asclepiodotos e do monge Miguel Pselo a Actáurio, Misepso e aos Santos Pantelão, Cosme e Damião, tão influentes na História eclesiástica de Portugal, e esboça o período de História médica a que pode chamar-se de *transição* (fase terminal da Medicina antiga prós-galénica, preco-romana: séc. III a V), e sobre os primórdios do período medieval (séc. V a XV, que reveste características *laicas:* bizantina, sírio-persa, árabe, salernitana universitária; *religiosa:* sacerdotal cristã, monástica; e *popular:* cultos pagãos, empirismo médico, magia e superstição). O autor fixa-se nos factos e perso-

nagens, como algumas citadas, em relação com a civilização suévica peninsular, e tempos imediatamente posteriores, reportando-se à obra de S. Martinho de Dume.

A terminar este 1.º acto do Colóquio, o Dr. Baltazar Rebelo de Sousa disse:

«Antes de encerrar esta sessão inaugural, desejo, tão sòmente, dirigir duas curtas saudações:

A primeira à Câmara Municipal de Braga e à Faculdade Pontifícia de Filosofia da mesma cidade, pela acção notável que têm desenvolvido no domínio da educação e da cultura. Basta recordar o trabalho realizado por uma e outra separadamente ou em colaboração, nos tempos mais próximos: os Congressos de S. Martinho de Dume, do IV Centenário de Francisco Sanches, de Etnografia e Folclore, e o primeiro Congresso Nacional de Filosofia.

O Ministério da Educação Nacional que tem seguido, com o maior interesse, este labor, afirma, com a minha presença, o reconhecimento da louvável acção cultural empreendida.

A segunda palavra de saudação dirijo-a aos senhores congressistas, nacionais e estrangeiros, com o voto de que sejam frutuosas as suas sessões de trabalho, e decisivo o contributo que dêem para o estudo do ciclo cultural que prendeu a sua esclarecida atenção.

Uns e outros hão-de encontrar por certo, no ambiente magnífico desta vetusta cidade, mãe de civilização e de cultura, acolhimento que perdurará na sua memória.

Nesta certeza, em nome do Governo da Nação, declaro inaugurado o Colóquio bracarense de estudos suévico-bizantinos».

1.º Salão de Independentes do Minho (pintura e escultura), e exposição do Túmulo de S. Martinho de Dume — Às 13 horas

O Subsecretário de Estado da Educação Nacional inaugurou, nas salas do Museu D. Diogo de Sousa, o certame artístico, iniciativa do «Convivium (Estúdio de Escritores e Artistas»), sob o patrocínio da Câmara Municipal de Braga. Antes, o mesmo titular apreciou o túmulo de S. Martinho de Dume, ouvindo um comentário histórico e crítico do Dr. Sérgio da Silva Pinto.

No acto inaugural do I Salão de Independentes do Minho, estiveram presentes todos os congressistas, e nele figuraram mais de duzentas produções que foram muito apreciadas. Presidiram à sua organização o pintor Luís de Campos e o escultor António de Azevedo, que foram muito felicitados.

1.ª Sessão Académica — Às 15 horas

Na Escola do Magistério Primário, lugar em que todas as sessões se efectuaram, começaram os Trabalhos, dividida em 3 secções: A) O reino dos Suevos; B) A Igreja e o Pensamento Filosófico-Religioso; C) A Literatura e a Arte.

Às Secções A e B reunidas presidiu o Prof. Doutor Luís de Pina, e secretariou o Dr. Francisco José Velozo; à Secção C presidiu o Dr. Angel del Castillo, e secretariou o Prof. Dr. Júlio Fragata. Apresentaram trabalhos:

Secção A — *O Reino dos Suevos:* Eng.º Pina Manique e Albuquerque — «Os mapas da Galiza Sueva»; Dr. Alfredo de Athayde — «População do Noroeste Penin-

sular, no período suévico-bizantino»; Prof. Doutor Alberto Xavier da Cunha — «Populações da época Suévico-Bizantina do Sul de Portugal e Espanha»; Dr. Fernando Castelo Branco — «O Reino dos Suevos, e a Independência de Portugal»; General D. Nicolás Benevides Moro — «El territorio leonés en relación con los Suevos y con su rey Requiario».

Durante os trabalhos desta sessão intervieram amplamente os antropólogos Dr. Alfredo de Athayde e Prof. Doutor Xavier da Cunha, da Universidade de Coimbra, e o historiador Dr. Francisco José Velozo.

Secção C — *Arte:* Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha — «Arquitectura religiosa e civil suévico-bizantina»; Dr. D. Fernando de Almeida — «Pedras bizantinas e visigóticas de Lisboa» (comunicação apresentada na sala de projecções); Dr. Fernando Russel Cortês — «Numismática e artes decorativas suévico-bizantinas»; Dr. João Pinto Ferreira — «O simbolismo nas moedas suévico-bizantinas»; Joaquim Pires de Lima Tavares de Sousa — «A medicina bizantina do séc. IV»; Tenente-Coronel Afonso do Paço — «Os visigodos no concelho de Cascais»; Octavio Gil Farrés — «El tipo tercero de Leovigildo en monedas con epigrafes» (comunicação lida e comentada pelo Dr. Molinero Perez); Abel Viana — «Suevos e visigodos no Baixo Alentejo».

Visita ao Museu de Santiago — Às 18 horas

No fim da sessão académica, os congressistas dirigiram-se ao Museu de Santiago, onde lhes foi dado examinar a preciosa colecção de objectos de arte e restos arqueológicos que constituem o valioso recheio desse Museu.

2.ª Sessão Académica — Às 21,30 horas

Secção A — Sub-secção *Etnografia:* Dr. Fernando Castro Pires de Lima — «Etnografia e Folclore»; Dr. Luis Bouza-Brey Trillo — «Panorama conceptual do estado do Direito privado, no Reino Suévico da Gallecia»; Leandro Quintas Neves — «As Vilas rurais no período suévico-bizantino e sua projecção na toponímia regional».

O Prof. Doutor Abelardo Moralejo Laso, Decano da Faculdade de Letras de Santiago de Compostela, interveio vivamente sobre problemas filológicos suscitados pela comunicação do Dr. Pires de Lima.

Secção C — *Arte:* Dr. Angel del Castillo Lopes — «La arquitectura de Galícia en la epoca de los suevos»; Dr. Antonio Molinero Perez — «Estado actual de la investigación arqueológica visigótica en la província de Segovia»; Dr. Octávio Lixa Felgueiras — «Os povos germânicos e a navegação no rio Douro»; Prof. Doutor George Gaillard — «A capela de Saint Oyand, de Grenoble».

Vários congressistas discutiram as comunicações apresentadas. O Dr. Sérgio da Silva Pinto, no fim da leitura do trabalho do Prof. Doutor Georges Gaillard, ao homenagear o eminente Mestre de arte pré-românica, declarou-se convicto de que, com a presença do mesmo, o colóquio daria mais um passo para definição do monumento de S. Frutuoso, do ponto de vista dos ciclos de arte, confirmando a sua tese de ter havido uma primeira edificação na época suévico-visigótica, e uma reconstrução posterior.

Congratulou-se o Dr. Fernando Castro Pires de Lima com os resultados do



Doutoramento solene na Faculdade de Filosofia. Outro aspecto.



Doutoramento solene na Faculdade de Filosofia. A assistência.



Na Biblioteca da Escola do Magistério Primário de Braga. Sessão académica da Secção C.



Doutoramento solene na Biblioteca da Faculdade de Filosofia de Braga. Mesa da presidência.

1.º dia do Colóquio, e felicitou o Município Bracarense e a Faculdade Pontifícia de Filosofia, pelo êxito deste ajuntamento cultural.

Dia 8, sábado:

3.ª Sessão Académica — Às 9,30 horas

Secção B — *A Igreja e o Pensamento Filosófico-Religioso.*

Presidiu o Prof. Doutor Arnaldo de Miranda Barbosa, da Universidade de Coimbra, secretariado pelos Professores Dr. Mário Martins, da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, e o Dr. Xavier Monteiro.

Apresentaram trabalhos nesta sessão os participantes: Doutor Luís Ribeiro Soares, sobre «S. Martinho de Dume e a moral cristã»; Dr. Jesus Ferro Couselo sobre «A organização da Província eclesiástica bracarense, nos éculo VII»; Dr. A. Xavier Monteiro sobre «Origens e evolução da liturgia bracarense»; Cónego José António Martins Gigante sobre «O 1.º Concílio Bracarense»; Prof. Doutor Abelardo Moralejo Laso sobre «El sentido de unos versos de Venancio Fortunato a S. Martinho Dumiense»; e Dr. Francisco Fernandes Lopes acerca «Da Algarve bizantino».

Intervieram nos debates o Dr. Avelino Jesus da Costa e o Dr. Sérgio da Silva Pinto.

4.ª Sessão Académica — Às 15 horas

Secção A — *O Reino dos Suevos.*

Presidiu a esta sessão o Sr. Doutor Francisco José Velozo, que era secretariado pelos Senhores Doutores Fernando Castelo Branco e Olindo Casal Pelayo.

Apresentaram trabalhos os congressistas:

Coronel José Baptista Barreiros — «Uma povoação suévica de Chã de Ferreira»; e Rev.º Dr. Ambrósio de Pina — «S. Martinho de Dume e a sobrevivência da motologia suévica».

Passeio a S. Frutuoso — Às 17 horas:

Cumprindo o programa elaborado, os congressistas visitaram em seguida S. Frutuoso de Montélios, onde, precedido duma introdução histórica pelo Dr. Sérgio da Silva Pinto, o eminente Professor Doutor George Gaillard, fez uma interessante exposição, sobre as possíveis origens deste vetusto monumento.

Cerca das 18 horas, seguiram os congressistas em passeio pelo triângulo turístico, terminando a digressão com uma merenda no Sameiro.

Doutoramento solene na Faculdade Pontifícia de Filosofia — Às 21,30 horas

Transcreve-se o relato dado pela «Revista Portuguesa de Filosofia»:

«A Faculdade de Filosofia aproveitou a ocorrência do I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos, para efectuar o acto mais solene da colação de graus académicos, realizando-se na noite do dia 8, o doutoramento do Rev.º Padre Vitorino

de Sousa Alves, há seis anos professor extraordinário da Faculdade de Filosofia.

Sob a Presidência de Honra de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, com a assistência do Senhor Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, das autoridades Civis e Militares, representantes Consulares, com luzida representação das Universidades de Lisboa, Coimbra, Porto, Lille, Compostela, Madrid e Londres, tomaram os seus lugares na Biblioteca da mesma Faculdade o doutorando e os arguentes da tese. Depois de algumas palavras de apresentação pelo Reitor da Faculdade, e da leitura da tese, feita pelo doutorando, procedeu-se à defesa da mesma, que se intitula: «Dialéctica do Espaço e Tempo», tendo arguído os Revs. Professores Cassiano Abranches e Júlio Fragata.

É mais um acto solene a afirmar o espírito de cultura e de apreço pelas questões do saber, de que se pode justamente orgulhar a cidade de Braga».

Dia 9, Domingo:

Missa solene em Rito Bracarense — Às 10,30 horas

Foi celebrada, na Sé Primacial (Capela de S. Geraldo), pelo Vigário Geral, Monsenhor Peixoto da Costa. Fez a homilia o Rev.º Prof. Doutor António de Magalhães, da Faculdade de Filosofia. Presentes estiveram Autoridades e Congressistas.

Última Sessão Académica — Às 11,30 horas

Na Escola do Magistério, reuniu a última assembleia deste colóquio, presidida pelo Prof. Dr. Gonçalves Rodrigues, Vice-Reitor da Universidade de Lisboa, e secretariada pelo Rev. Dr. Avelino Jesus da Costa, assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Subordinaram-se os trabalhos ao tema genérico — *A Igreja e o Pensamento Filosófico-Religioso.*

Apresentaram teses o Prof. Manuel Landeiro — «Organização eclesiástica no tempo dos Suevos»; e Frei António do Rosário de Fátima — «Teologia da conversão na conversão de Requiário».

Sessão de Encerramento do Colóquio — Às 18 horas

No Salão Nobre da Biblioteca Pública, sob a alta presidência de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, realizou-se a sessão de encerramento. Ladeavam o Venerando Prelado, à direita, os Senhores Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil do Distrito; Dr. Felicíssimo Campos, Presidente da Junta de Província do Minho; e, à esquerda, os Senhores António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga; Dr. Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia.

Noutros luagres viam-se Professores de várias Universidades nacionais e estrangeiras, que tomaram parte nos trabalhos.

Desta memorável sessão dá-nos o «Correio do Minho» o seguinte relato:

«Aberta a sessã opelo Sr. Presidente do Município, em nome do Sr. Arcebispo Primaz, usou da palavra o Dr. Francisco José Velozo, Juiz Ajudante do Procurador da República, para apresentar o seu trabalho, «O ciclo cultural e político suévico-

-bizantino», que soube documentar com elementos históricos e até inéditos, no sentido de estabelecer épocas e territórios, em que predominaram os vários povos da época.

Falou a seguir, o Rev. P. Dr. Mário Martins, sobre «Filosofia e Religião no ciclo suévico-bizantino», tese profunda em que analisou as várias filosofias e a sua influência no Ocidente, através de uma linguagem clara e compreensiva, que a assistência seguiu muito interessada.

Seguiu-se o Prof. Dr. George Gaillard, que tratou da «Significação da Arte suévico-bizantina».

O Prof. Dr. Arnaldo de Miranda Barbosa dissertou erudita e eloquentemente sobre «Origens suevas da cultura portuguesa».

Por último o Rev. Dr. Lúcio Craveiro da Silva, no seu discurso apresentou as razões deste Colóquio. Afirmou sobre Paulo Orósio:

«Primeiramente Orósio foi investigador independente. Preparou materiais para Agostinho, mas foi ele quem os buscou; sobre muitos factos ocorridos naqueles anos da invasão peninsular, ainda hoje Paulo Orósio é a única fonte histórica. Sobre a invasão de Roma, vê-se, pela simples comparação de textos, que Agostinho e Orósio usavam de fontes diferentes; Orósio refere-se a testemunhas oculares que ele próprio consultou e ouviu.

Mas mais importante que tudo isto é a sua visão pessoal e diferente dos factos: Agostinho viveu em plena civilização romana, confiou na reabilitação dessa civilização, sentiu-se profundamente romano; Paulo Orósio pertence a outra geração, a outro povo e a outra cultura. Fugitivo e exilado adaptou-se à nova pátria universal, onde a mesma cultura cristã florescia. Duvida não só da estabilidade, mas também das vantagens dos alicerces da sociedade romana (que ele é dos primeiros a chamar România). Contrapõe até a essa sociedade e cultura uma grande admiração pela Hispânia, e sente-se peninsular diferente dos romanos. Nota os defeitos, as inferioridades dos romanos: mostra simpatia pelos bárbaros invasores, defende-os daqueles que os julgam seres odiosos, narra como por vezes se arrependeram das atrocidades, e como se acomodaram a uma vida normal e agrícola. Muitos romanos, diz, até preferiram servir aos invasores com uma liberdade limitada, do que a Roma com tributo. Antevê a conversão dos bárbaros à verdade, fecundados pelo Cristianismo. Agostinho louva os patrícios romanos; Orósio vergasta-os.

É certo que também Agostinho pressentira uma nova época, mas é Paulo Orósio, quem interpreta esses factos, até às últimas conclusões, e lhes aceita todas as consequências. A sua admiração desloca-se para as novas perspectivas da História, e é o primeiro escritor que manifesta simpatia pela sua terra, especialmente pela Celtibéria, preludiando assim o sentimento nacional dos diversos Estados europeus que começavam a despontar.

Um homem que manifesta pontos de vista tão diferentes e tão independentes pode ser considerado como simples discípulo de Agostinho?

Mas há mais: Tanto Agostinho como Orósio concebem a História como o desenrolar unitário dos acontecimentos sob a acção da Providência. Mas Agostinho não pode ser considerado no «De Civitate Dei» senão incidentalmente, como historiador; ele é sobretudo o teólogo, o pensador que, à luz da Escritura e da Tradição, expõe a sua concepção da História com argumentos dogmáticos e escriturísticos. É que Agostinho dirigia-se sobretudo ao pensamento católico: já aos seus diocesanos e cola-

boradores, já àqueles que dos 4 pontos cardiais se voltavam para ele como luz da fé e fortalecedor das inteligências vacilantes.

Paulo Orósio, pelo contrário, dirigia-se sobretudo aos pagãos: «Adversus Paganos», aos não-crentes. Por isso firma-se sobretudo em argumentos históricos. A mesma Escritura é nele apenas aproveitada como fonte de factos, e não como argumento de fé. A sua visão da história foi, portanto, concebida num tom mais racional e filosófico.

Santo Agostinho foi o grande teólogo da História; Paulo Orósio o filósofo da História. Se a ideia de História providencialista lhe foi sugerida por Agostinho, Paulo Orósio explorou-a em sentido diferente, e com êxito também diverso. E tão diverso, que nós subscrevemos a opinião daqueles que afirmam ser Paulo Orósio o primeiro autor que escreveu uma verdadeira História Universal.

Este facto tem sido pouco posto em relevo, e, no entanto, ele só por si, daria a Paulo Orósio um dos primeiros lugares na História do Pensamento. Se foram os gregos os primeiros que conceberam as regras da História, foi Paulo Orósio, presbítero bracarense, quem primeiro escreveu uma História com sentido plenamente universal.

O orador, concluiu assim o seu valioso trabalho: — Requiário, S. Martinho, S. Frutuoso [...]. Mas estes vultos, não apareceram isolados, como ilhas solitárias. Junto deles trabalhava uma multidão de homens, estudiosos e anónimos, desejosos de conservar o facho da cultura, naqueles tempos obscuros e tempestuosos.

A cultura antiga foi sobretudo conservada nos cenóbios e nos mosteiros, S. Martinho criou o cenóbio de Dume. Um século mais tarde, S. Frutuoso «peregrino, construtor de mosteiros, legislador monacal, ergue-se ao lado de Santo Isidro na nossa Península: eram duas candeias acesas por Deus», escreve S. Valério.

Não nos prende agora a atenção a sua concepção inovadora e interessante da vida monacal; atendemos sobretudo à sua actividade de criador de mosteiros, onde os seus monges passavam largas horas estudando, copiando e transmitindo os tesoiros da cultura antiga, e as novas produções do jovem pensamento cristão.

Assim Braga mais uma vez se encontrou presente, naquela lenta e misteriosa gestação da cultura medieval, como um dos focos de maior brilho, à frente das necessidades da nova civilização.

Peço desculpa, se me detive mais do que pensava, a recordar, no final destes dias comemorativos, as aportações de Braga para o tesoiro cultural da história do pensamento humano.

Retirada no lugar mais ocidental do Ocidente, esteve contudo presente, com génio e com saber, a algumas das horas mais difíceis e dolorosas do crescimento da Europa. Convocando este «Colóquio», Braga demonstrou que não só venera e aprecia no seu justo valor as riquezas do seu passado cultural, mas também evidenciou os seus propósitos de não se ausentar uma vez mais, dentro das suas possibilidades, das novas perspectivas que surgem implacáveis, nos horizontes culturais dos nossos dias incertos e conturbados.

Se Braga é uma relíquia do passado é, por isso mesmo, uma esperança do futuro».

O Sr. Arcebispo Primaz encerrou depois a sessão, com palavras de louvor aos promotores do Colóquio.

Foram lidos os votos do Colóquio pelo Secretário Geral.

O Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos propõe:

1.º — Que se estreitem os laços, entre os investigadores interessados nos estudos relativos ao Ocidente da Península Ibérica, até à fundação do Estado português. E neste sentido sugere que a criação duma instituição cultural própria, de que a revista «Bracara Augusta» se poderia tornar o Órgão Oficial;

2.º — Que se realize um Colóquio em data a fixar sobre o período das invasões muçulmanas, e de Reconquista referente aos mesmos territórios;

3.º — Que se publiquem em conjunto os trabalhos do Congresso de S. Martinho de Braga, de 1950, e os deste Colóquio contando-se para isso com as facilidades que a Câmara Municipal de Braga e o Instituto de Alta Cultura costumam dar a empreendimentos desta natureza; e mais sugere, a este propósito, que a referida publicação seja organizada como homenagem ao historiador Luís Gonzaga de Azevedo, eminente defensor da continuidade do espírito nacional, desde as suas raízes suévicas;

4.º — Que se louve a iniciativa, em curso, e que constituiu um dos votos do Congresso de S. Martinho de Braga, da edição bilingue das obras martinianas, cuja direcção está confiada a dois ilustres participantes deste Colóquio, os Srs. Professores Doutores Miranda Barbosa, e Moreira de Sá, sob o patrocínio do Município bracarense;

5.º — Que se peça às instâncias competentes que o Bispo Auxiliar da Arquidiocese receba a designação de Bispo titular de Dume, em homenagem ao glorioso S. Martinho e a S. Rosendo, lembrando o precedente Frei José de Torquemada, coadjutor do Arcebispo D. Diogo de Sousa;

6.º — Finalmente, e dado que este Colóquio foi convocado para celebrar o XV centenário da morte do Requiário, o 1.º rei católico da Europa, que se inste junto das autoridades competentes, para que se erga, um monumento à memória do mesmo monarca.

Recepção e banquete na Câmara Municipal — Às 20 horas

O edifício da Câmara apresentava vestes de gala, cerimonial dos grandes dias, com profusão de luzes, abundância de ornamentação, em que não faltavam os vasos que, na entrada, na escadaria e na sala, davam o ambiente aquele aspecto agradável e lindo (a opinião é dos estrangeiros que connosco conversaram) aquele encerramento do Colóquio feito a chave de ouro, de cuja projecção e significado falará a História de Braga, a seu modo e a seu tempo.

Vimos encantados os convivas portugueses que nos visitaram, muito embora a fidalguia da recepção braguesa seja para esses mesmos, uma «banalidade» sempre nova; reparamos com alegria na exaltção dos estrangeiros, perante o ambiente criado, e rejubilamos.

A conclusão não podia ser outra: Braga sempre fiel e sempre Augusta continuava a honrar o passado, ciosa dos seus pergaminhos, de modo tão eloquente, que a todos deixou encantados.

No lindíssimo Salão Nobre dos Paços do Concelho, viam-se as autoridades mais representativas da cidade, figuras mais ilustres do país, representações honrosas do estrangeiro, quer diplomáticas quer de várias Universidades de fama universal.

Os brindes

O Sr. Presidente da Câmara, usando da palavra na altura dos brindes, transmite a todos os presentes o seu vivo reconhecimento, mormente aos estrangeiros, pela sua honrosa presença, e manifesta a esperança de, em breve, voltar a vê-los em Braga, encerrando o seu brinde com estas palavras: «Que cada um tenha a certeza de que no coração do Presidente do Município bracarense, têm um lugar, para todos e cada um, bem lá no fundo, bem lá no íntimo».

O Sr. Governador Civil pediu licença para proferir uma palavra só, palavra de agradecimento, pelo modo como tudo decorreu, de louvor à Câmara, à Faculdade de Filosofia e ao Dr. Sérgio da Silva Pinto, fazendo referência aos nomes mais representativos ali presentes.

Terminou, formulando votos para que a plêiade de sábios, heróis e santos continuem a amparar a cidade de Braga.

O Sr. Dr. Otero Pedrayo, anunciado como Príncipe das Letras Galegas, fez um brinde tão eloquente, como poético, que arrancou dos presentes fortes aplausos.

Falou do Portugal conquistador, do Portugal missionário, deste jardim da Europa que atrai, que encanta e que seduz.

Recordou o que viu e sentiu com alma de poeta, nesta Bracara Augusta de tão nobres tradições, formulando desejos de retornar.

Sua Er.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz aludiu às criteriosas palavras do Sr. Presidente da Câmara, para testemunhar a todos que a todos mantinha no coração.

As suas palavras foram de boa viagem para os que partiam, e de desejo para que voltem brevemente.

Relação de trabalhos

Albuquerque (J. Pina Manique), Lisboa: «Paralelismo de Balsemão e Bande, na época suevo-galaica»; «Os mapas da Galiza Sueva»; Albuquerque (Mário de), Lisboa; Almeida (Fernando de), Lisboa: «Pedras Bizantinas e Visigodas de Lisboa»; Almoyna (Júlio Martinez), Porto; Alvarez (José Maria Pereda), Orense: «Los Barbaros»; Alvariño (Aquilino Iglésia), Santiago de Compostela: «Os Escritores e a Literatura»; Araújo (José Rosa de), Viana do Castelo: «Algumas «pedras» de Vila Mou»; Athayde (Alfredo de), Porto: «População do Noroeste Peninsular, no período Suévico-Bizantino»; Barbosa (Arnaldo de Miranda), Coimbra: «Origens Suevas na Cultura Portuguesa»; Barlow (Claud W.), Worcester: «The Latin Texts the Regulae of Fructuosus of Braga»; Barreiros (José Baptista), Braga: «Uma povoação Suévica de Chã de Ferreira»; Belo (Conde de Campo), Vila Nova de Gaia; Bouza-Brey (Fermin), Santiago de Compostela: «O Reino dos Suevos na História»; Campos (Luís de), Braga; Castelo Branco (Fernando), Lisboa: «O Reino dos Suevos e a independência de Portugal»; Chaves (Luís), Lisboa: «S. Martinho na Sociedade Suévica»; Chicó (Mário Tavares), Lisboa; Chivite (Jesus Taboada), Orense: «El canon 73 de los Capitula Martini y los ramos Precautorios actuales»; Cortez (Fernando Russel), Viseu: «Numismática e artes decorativas suévico-bizantinas»; Cousselo (Jesus Ferro), Orense: «Organização da Província Eclesiástica Bracarense no Século VI»; Crespo (José), Viana do Castelo: «Os suevos e os povoados luso-romanos»; Cunha (Alberto Xavier da), Coimbra: «Algumas populações da época Suévico-

-Bizantina do Sul de Portugal e Espanha»; Cunha (Arlindo Ribeiro da), Braga: «Arquitectura religiosa e civil Suévico-Bizantina»; Farrés (Octávio Gil), Madrid: «Es el tipo, o el epigrafe toponímico el exponente real de los talleres monetarios»; Ferreira (João Albino Pinto), Porto: «O simbolismo nas moedas suévico-bizantinas»; Filgueira (Octávio Lixa), Porto: «Os povos germânicos e a navegação do Douro»; Freitas (Eugénio Andrea da Cunha), Porto: «As origens de Vila do Conde»; Gaillard (George), Lille: «Significação da Arte suévico-bizantina»; Gigante (José António Martins), Braga: «O primeiro Concílio Bracarense e a restauração litúrgica e disciplinar na Galécia»; Hussey (Joan M.), Surrey; Lapomearde (Agostin), Madrid; Lamas (Manuel Chamoso), Santiago de Compostela: «Sarcofagos y laudes de época sueva en Gallécia»; Landeiro (José Manuel), Montijo: «A organização eclesiástica no tempo dos Suevos — A Diocese da Egitânia criada pelos Suevos»; «Evangelização da Península e seus primeiros Evangelizadores»; Laso (Abelardo Moralejo), Santiago de Compostela: «Sobre el sentido de unos versos de Venancio Fortunato a San Martin Dumiense en relacion con la tradicion Jacobea»; Lemos (Antero Vieira), Porto: «S. Martinho de Dume e a designação dos dias da semana em português»; Lima (Fernando Castro Pires de), Porto: «Etnografia e folclore»; Lopes (Francisco Fernandes), Olhão: «Do Algarve Bizantino»; Lopez (Angel del Castillo), Corunha; Losa (António), Braga; Machado (Fernando Falcão), Lisboa: «Alguns aspectos sociais»; Martins (Diamantino), Braga; Martins (Mário), Lisboa: «Filosofia e religião no ciclo suévico-bizantino»; Monteiro (A. Xavier), Braga: «Origens e evolução da Liturgia Bracarense; Moro (Nicolás Benavides), Madrid: «El territorio Leones en relación con los suevos y con su rey Requiário»; Mourão Júnior (José Rodrigues), Beja; Neves (Leandro Quintas), Barroselas (Minho): «As vilas rurais no período Suévico-Bizantino e sua projecção na toponímia regional»; Oliveira (Américo Lopes de), Lisboa; Oliveira (Manuel Alves de), Guimarães: «A propósito de S. Dâmaso»; Oxeia (José Ramon y Fernandes), Madrid; Paço (Afonso do): «Os visigodos no Concelho de Cascais; Pedrayo (Ramon Otero), Orense: «D. Marcelo Macias historiador de los Suévos»; «Algunhos relaciós entre Paulo Orósio e Vico»; «Paísaxes galegas de Idácio e Paulo Orósio»; Peirone (Frederico José), Fátima: «Influência do sistema gráfico Árabe na escrita Visigótica — Hipótese e sugestão»; Perez (António Molinero), Segóvia: «Estado actual de la invéstigacion arqueológica visigótica en la província de Segóvia»; Pina (António Ambrósio de (S. J., Braga: «S. Martinho de Dume e a sobrevivência da mitologia suévica»; Pina (Luís de), Porto: «Influências suévico-bizantinas na medicina Peninsular Hespânica»; Pinto (Manuel), Roma: «Liturgia bracarense»; Pinto (Sérgio da Silva), Braga: «A Igrepa de Braga na dominação sueva»; Reis (Maria Cândida Costa), Lisboa; Rodrigues (Adriano Vasco), Porto: «Achados numismáticos suévico-visigóticos da região da Guarda (alguns inéditos)»; Rosário (António do), Fátima: «Teologia da conversão na conversão de Requiário»; Ruas (Henrique Barrilaro), Lisboa; Sá (Atur Moreira de), Lisboa: «Projecção filosófica e cultural de S. Martinho de Dume»; Santos Júnior (Joaquim Rodrigues), Porto; Silva (Carlos José Neves da), Vila do Conde: «A importância da caça e modos de caçar na vida sueva»; Soares (Luís Ribeiro), Lisboa: «S. Martinho de Dume e a Moral Cristã»; Sousa (Heitor Rigaud de Abreu e), Leça de Paumeira: «Características étnicas diferenciais no agregado populacional ocupante do antigo reino dos suevos»; Sousa (Joaquim Pires de Lima Tavares de), Porto: «A medicina bizantina no século IV»; Teixeira (Carlos), Lisboa; Torres (Arnaldo Pinheiro), Porto; Trillo

(Luis Bouza-Brey), Vila Garcia de Arosa: «Panorama conxectural do estado do Direito privado no Reino Suévico da Gallétia»; Vasconcelos (Mário Cardoso), Guimarães: «Sobrevivências da arte castreja em elementos decorativos da nossa arquitectura medieval»; Velozo (Francisco José), Braga: «O ciclo cultural e político suévico-bizantino»; Viana (Abel), Beja: «Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo»; Villamarin (Francisco Vales), Corunha.

O I Colóquio Bracarense de Estudos Suévico-Bizantinos da Imprensa portuguesa

Transcrevem-se três notáveis artigos, subscritos pelo Dr. Fernando Castelo-Branco e publicados no «Diário da Manhã», de Lisboa, a comprovar a projecção nacional que o Colóquio alcançou:

I

«O Reino dos Suevos, e a importância da presença desse povo no ocidente peninsular, nos séculos V e VII, são acontecimentos históricos pouco conhecidos e até há pouco quase ignorados da nossa historiografia. Nas Histórias de Portugal de Fortunato de Almeida, e na que foi dirigida pelo prof. Damião Peres, os suevos aparecem numa posição menos que secundária, sem merecerem sequer um pequeno capítulo consagrado ao papel que desempenharam na evolução da península.

Esta lacuna da nossa historiografia, como várias outras, está felizmente a ser preenchida em nossos dias. E se foi Gonzaga de Azevedo, historiador e medievalista de incontestáveis méritos, quem deu pela primeira vez, numa História de Portugal, situação relevante ao Reino dos Suevos, é de Braga que devemos derivar o impulso que tem levado a uma verdadeira descoberta da importância e do interesse, sem exagero, excepcional desse povo na nossa vitória.

Foi em 1950 que o Município bracarense, com superior compreensão dos problemas da cultura lusitana, fez reunir na vetusta Bracara Augusta um congresso de estudos martinianos. Nessa reunião, muito embora o tema central fosse a figura de S. Martinho de Dume, algumas das comunicações puseram em relevo certos aspectos realmente importantes da história desse reino, que nos séculos V e VI, em terras de Portugal e da Galiza, lutou bravamente, para manter a sua independência. Paralelamente registou-se um meritório esforço, no sentido de se estudar esse acontecimento imerecidamente esquecido. No domínio da investigação histórica, assinalemos os trabalhos dos drs. Sérgio da Silva Pinto e Francisco José Veloso. O primeiro, em ensaios breves e lúcidos, pôs em relevo com acuidade, a extraordinária importância da acção do Bispo de Braga Balcónio, e de Requiário, demonstrando que este fora o primeiro rei católico do mundo latino. O segundo, num estudo erudito e cuidadosamente elaborado, sintetizou com segurança o significado do Reino Suevo. E, no domínio da história das ideias, mencione-se, por exemplo, o livro de Mário Martins, «Correntes de Filosofia Religiosa em Braga dos séculos IV a VII», que ficará como uma das mais seguras contribuições da ciência peninsular para a história da sua cultura; e o trabalho do prof. Miranda Barbosa, sobre o «Senequismo dos Opúsculos Morais de S. Martinho de Dume», onde através de arguta análise da sua obra, chegou aos resul-



Visita de estudo a S. Frutuoso de Montélios. Chegada.



S. Frutuoso de Montélios. Um aspecto da visita.



No Salão Nobre da Biblioteca Pública. Sessão de encerramento do Colóquio.

tados que Claude Barlow atingiu posteriormente, através dum beneditino estudo e comparação de vários escritos.

Mas estes esforços, embora de extraordinário valor, por isolados, necessitavam de ser convenientemente coordenados e impulsionados. Urgia que os especialistas de estudos suévicos debatessem entre si, em ampla troca de ideias, a poblemática difícil que a história desse povo suscita. Foi desta necessidade que o Município bracarense, compreensivo, como poucos, dos problemas da vida do espírito, se apercebeu, tomando a iniciativa de realizar na cidade Primaz das Espanhas um Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos — iniciativa excepcionalmente oportuna, não só porque chegou o momento azado, na evolução desse ramo da historiografia portuguesa, para congregar os seus investigadores, mais ainda porque, realizando-se este ano, comemora três centenários: XV da morte de Requiário, primeiro rei católico do mundo latino; XIV da Sagração episcopal de S. Martinho de Dume; XII da elevação a metropolita de Braga de S. Frutuoso.

Muito há, pois a esperar deste oportuno Colóquio, como o revelam já os temas conhecidos de algumas comunicações, e as adesões recebidas, não só de Portugal, mas de Espanha, França, Itália, Alemanha, Argentina, etc. O Colóquio marcará, a nosso ver, um passo decisivo no preenchimento duma lacuna da nossa historiografia, que, sem exagero, consideramos das mais lamentáveis, pois o período suévico representa, na evolução do ocidente peninsular, um aspecto dos mais importantes, não só para a historiografia pura, mas ainda e especialmente para o ponto de vista nacional.

O problema da fundamentação da independência portuguesa é dos mais complexos que os nossos historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos têm tratado, pois justifica a razão da própria existência de Portugal como nação. Ora o reino suevo, lutando durante mais de século e meio, no ocidente hispânico, pela sua autonomia, tendo por capital a cidade de Braga, que foi um dos focos do movimento de independência no século XII, oferece por isso um contributo de primacial importância para o conhecimento e compreensão desse problema. O Colóquio não vem apenas preencher uma simples lacuna da nossa historiagrafia, mas esclarece também uma questão de interesse muito mais vasto. Ficar-lhe-á, pois, vinculada, bem como ao Município bracarense e à Faculdade Pontifícia de Filosofia, que o promoveram, esta conquista fecunda para a história da cultura portuguesa».

II

«Muito embora o colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos, que se realizou em Braga, de 7 a 9 de Junho, pela sua temática e pela época visada, que vai, desde os inícios do século V, com a emigração dos suevos, até ao século VIII, com a invasão árabe, esteja fora do âmbito da História de Portugal pròpriamente dita, trouxe no entanto um contributo de grande interesse para a história do nosso país. Através das várias comunicações, não apenas se estudaram, aprofundaram e esclareceram algumas questões importantes para o conhecimento da evolução das populações do nosso território, antes de Portugal surgir como Estado, mas ainda se apresentaram algumas achegas de valor para a resolução de um problema primacial da história portuguesa, que é o do fundamento e o das raízes da nacionalidade.

O dr. Sérgio da Silva Pinto, um dos mais activos impulsionadores do Colóquio, além de ter demonstrado que pertence à igreja bracarense a glória — tantas vezes

esquecida e ignorada — de ter convertido os Suevos e o seu Rei Requiário, que foi o primeiro monarca católico da Europa — prioridade erradamente atribuída a Clovis de França — tratou com profundidade e argúcia de dois temas do maior interesse para o problema das raízes em Portugal: o da primazia bracarense, já afirmada no segundo concílio de Braga em 572, e o das íntimas ligações entre Portugal e o Reino Suevo.

Também nós procurámos demonstrar que o Reino Suevo foi a manifestação politicamente mais vincada da existência de antiquíssimas forças autonomistas no Ocidente peninsular, e que no século XII, mercê dum ambiente favorável, conseguiram o seu desiderato.

Mas este problema veio receber importante contributo, por outro lado, das ciências antropológicas. O Prof. Xavier da Cunha e o dr. Alfredo de Ataíde através de investigações e metodologias diversas, atingiram resultados idênticos, que uma ampla troca de ideias, durante a discussão das suas comunicações, só veio corroborar. A conclusão é a de que as características antropológicas das ossadas dos cemitérios da época visigótica são deveras semelhantes às das populações indígenas e dos actuais portugueses.

Daqui se deduz que existiu uma persistência étnica no ocidente peninsular, a qual se manteve através de sucessivas invasões. Essa persistência, comprovada cientìficamente, vem aliar-se à persistência cultural que a arqueologia e até um pouco a história e a etnografia têm provado existir no nosso território, desde tempos muito longínquos.

A persistência destes elementos, a diferenciação bem nítida da zona ocidental hispânica, e especialmente a tendência autonomista, várias vezes marcada muito antes do século XII, permitem-nos ir mergulhar longe e em factores fundamentais as raízes da nacionalidade portuguesa. Esta fica assim com uma razão de ser forte e profunda, e o contributo que este Colóquio deu para tão importante problema, quer no aspecto historiográfico, quer no plano nacional, é de incontestável valor. E como esse contributo representa apenas um aspecto do balanço dos trabalhos, por aqui se pode verificar o seu enorme interesse cultural».

III

«Em artigo anterior assinalámos a importância da contribuição que os trabalhos apresentados no «Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos» tinham dado para o problema da nossa independência. Este aspecto deve ser posto em relevo, não só porque muitos não o esperariam encontrar tratado em tal reunião, mas ainda pelo excepcional interesse de que se reveste esse tema.

Mas atentemos noutros aspectos igualmente importantes das actividades do «Colóquio».

Uma faceta que deve ser devidamente registada, pois representa a justa revisão duma perspectiva errada, que a historiografia peninsular tem mantido, e que hoje infelizmente há ainda quem teime em aceitar, é o problema da subordinação do ciclo suévico ao período visigótico, subordinação cuja ausência de fundamento foi amplamente marcada pelo dr. Francisco José Velozo. E se, embora com dificuldade, se poderá negar a existência de íntimos e significativos laços entre Portugal e o Reino dos Suevos, de modo nenhum, pelo menos dentro dos limites do bom senso, é possível,

depois deste «Colóquio», deixar de considerar o reino suevo como um capítulo autónomo e unitário, que por isso deve ser separado do visigótico, ao delinear-se a história do nosso território. Esta conclusão, que cremos segura e de grande valor metodológico, implica uma consequência que já se fez sentir no próprio «Colóquio»: a necessidade de destrinçar os elementos suévicos dos visigóticos. Até aqui tudo quanto fosse posterior ao período romano e anterior ao domínio árabe era considerado visigótico. O absurdo de se proceder, como se não tivesse existido um povo que manteve a sua autonomia política, durante mais de século e meio, e que mesmo depois de perdida a independência, continuou a dar provas de vitalidade, é um erro a que o recente «Colóquio» vibrou golpe mortal. E já nele se deu início a essa difícil e ingente tarefa de destrinçar o que pertence aos suevos do que é visigótico. É esse o sentido dos trabalhos dos srs. dr. Castillo Lopez, cónego Arlindo Cunha, José Baptista Barreiros, dr. Manuel Lamas, etc. Impõe-se agora que a orientação seja continuada, pois, sem a distinção prévia do que caracteriza o suévico e o visigótico, não se poderão estudar os dois povos. Este é seguramente outro serviço prestado à história pelo «Colóquio».

Uma conclusão igualmente de ordem metodológica é a da necessidade duma ampla colaboração, entre investigadores portugueses e espanhois dos mais diversos ramos. E a verdade é que, se o «Colóquio» deu um contributo tão importante para os estudos suévicos. deve-se em grande parte a essa colaboração.

Além da história política, foi abordada a história religiosa, sendo as comunicações neste domínio relativamente numerosas, dado o papel excepcional da igreja no período suevo. Os trabalhos versaram ainda temas de história de arte, de literatura, numismática, de arqueologia, de antropologia, de etnografia, de história do Direito, sobressaindo, por exemplo, nestes aspectos, os notáveis estudos dos drs. Fernando de Castro Pires de Lima e Luís Trillo.

As discussões marcaram bem a necessidade e as vantagens da convergência dos esforços de todos os investigadores destes ramos e dos dois países, para levar a um maior desenvolvimento a historiografia dos suevos. Esse desejo encontramo-lo expresso no 1.º voto do «Colóquio», que sugere mesmo «a criação duma instituição cultural própria» onde convergiriam esses trabalhos. No 3.º e 4.º votos propõe-se a edição de duas obras: uma arquivando as actas deste «Colóquio» e do Congresso de S. Martinho, reunido em 1950, e a outra publicando em versão bilingue, as obras de S. Martinho de Dume. Quem percorreu o tomo da «Bracara Augusta», contendo os títulos das comunicações apresentadas em 1950, e ler agora o «Guia Oficial» do «Colóquio» verificará fàcilmente quanto este conjunto de estudos vai aprofundar e ampliar os nossos conhecimentos neste domínio, representando por isso um precioso contributo não só para a historiografia portuguesa, mas também para a espanhola, pois o tema a ambos interessa e importa. Os trabalhos quase todos fruto duma investigação segura e bem conduzida, esclarecendo problemas, corrigindo deficiências e erros, aprofundando temas, preenchendo lacunas, pelo seu aspecto restrito e deveras especializado, revelam bem os progressos da nossa historiografia nas últimas décadas.

A outra iniciativa, aliás já em vias de efectivação, vai ser realizada pelos profs. Miranda Barbosa e Moreira de Sá, o que assegura o seu êxito. Ela vai colocar ao alcance dos estudiosos e investigadores a obra de S. Martinho de Dume.

Além do 5.º e 6.º votos, propondo que o bispo auxiliar do Arcebispado receba a designação de titular de Dume, e de que seja erguido em Braga um monumento a Requiário, 1.º Rei Católico da Europa, assinalemos ainda o voto que exprime o desejo

de que se realize em breve novo colóquio, para se estudar a história da zona galaico-portuguesa, durante o período muçulmano e da reconquista. Época mal conhecida em vários dos seus aspectos, e de enorme importância, pois durante ela surgiu Portugal; esse futuro colóquio tem a assegurar-lhe, desde já o seu êxito, o impulso, auxílio e orientação do município bracarense que, graças à criteriosa orientação do seu presidente, sr. António Maria Santos da Cunha, e dum excepcional grupo de colaboradores donde sobressai o secretário do recente «Colóquio», o vereador do pelouro cultural, dr. Sérgio da Silva Pinto, tem levado a efeito tão notável obra cultural, penhor e garantia das futuras realizações, visando igualmente o engrandecimento espiritual das nossas gentes, e o desenvolvimento da nossa cultura — em suma o progresso da nação, pois «o espírito é o que vivifica» (*S. João*, VI, 64), e a política deste município é uma autêntica política de espírito».

A conferência do Dr. Amândio César

Por iniciativa do «Convivium — Estúdio de Escritores e Artistas», realizou-se, em 21 de Junho, uma conferência do ilustrado escritor Dr. Amândio César, que versou o tema «Algumas vozes líricas da África, e o lirismo caboverdeano de Jorge Barbosa».

Da incontestável competência do Dr. Amândio César, mormente no aspecto literário, em que se tem revelado um poeta e prosador cheio de recursos com um nome feito, no campo das letras contemporâneas, é prova o êxito alcançado por esta conferência.

Na assistência viam-se as pessoas mais representativas da cidade, no campo intelectual, que não regatearam aplausos ao conferente, pelo trabalho apresentado.

Assembleia Geral do «Convivium»

Com grande afluência de associados, que compareceram na sua grande maioria, reuniu em 10 de Julho, em Viana do Castelo, a Assembleia Geral do «Convivium».

Recebidos pelo Presidente do Município de Viana do Castelo, a quem foram apresentar cumprimentos, dirigiram-se para Santa Luzia, onde se realizou um almoço de confraternização. Presidiu o Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, presidente da Assembleia Geral.

No fim do repasto, o Dr. Sérgio da Silva Pinto dissertou sobre as finalidades e a orientação da organização e rendeu homenagem a Viana do Castelo.

Seguiram-se no uso da palavra o Dr. Araújo Novo, Presidente da Câmara de Viana do Castelo, e o Senhor António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município bracarense.

Durante a reunião foram lidas a acta e a correspondência pelo Secretário Geral da colectividade, e apresentadas várias propostas de interesse para a mesma.

Encerrou a sessão o Dr. Sérgio da Silva Pinto, apresentando à aprovação todos os votos emitidos.

Novo Governador do Distrito de Braga

Desde 4 de Julho que o Distrito de Braga tem um novo Governador Civil, Senhor Dr. António de Azevedo Abranches, pessoa muito estimada e conhecida em

Braga, onde viveu e desempenhou o cargo de Director da Polícia de Investigação Criminal.

Da muita consideração e justificada esperança da sua benéfica acção governativa são provas irrefutáveis a grande manifestação de apreço e satisfação, que lhe foi feita no primeiro dia da sua entrada em exercício, e as inúmeras felicitações que recebeu.

Com efeito, em 10 de Julho, no Palácio dos Falcões, ao Campo de Santiago, o novo Governador Civil viu-se rodeado de todos os valores políticos e sociais do Distrito, que, desse modo, quiseram patentear-lhe a sua alta admiração, e oferecer-lhe o seu incondicional apoio.

O Conselheiro Dr. António de Azevedo Abranches sucede no cargo ao Senhor Tenente-Coronel Armando Néry Teixeira que, durante 10 anos, tão destacadamente o desempenhou, desenvolvendo uma acção a todos os títulos notável.

Não faltam ao novo Governador Civil do Distrito qualidades de acção e grande competência que lhe permitam desempenhar-se a contento unânime das suas novas atribuições. A sua ilustração, trato social e verdadeiro sentido de justiça e equidade que o acreditaram como integérrimo magistrado, aliados a um perfeito conhecimento do meio, são disso garantia mais do que bastante.

«*Bracara Augusta*» endereça a Sua Excelência as suas felicitações e os seus respeitos mais sinceros.

Novo Secretário do Governo Civil

Ao fim de 12 anos de serviço, no cargo de chefe de Secretaria da Câmara Municipal de Braga, onde se distinguiu de maneira a merecer os mais justos e merecidos louvores, foi promovido, mediante concurso de provas públicas, e colocado no lugar de Secretário do Governo Civil de Braga, o Dr. Eugénio Bacelar Ferreira.

Natural desta cidade, donde se ausentou durante alguns anos, regressou à sua terra natal, para nela se fixar definitivamente. Aqui exerceu com elevação aquele cargo municipal, tendo ainda desempenhado dignamente outras funções, como as de Sub-Delegado Regional da Mocidade Portuguesa, Presidente da Liga Católica Arquidiocesana, Presidente da Junta Arquidiocesana Católica, Secretário da Assembleia Geral da Associação Jurídica de Braga, Secretário da Assembleia Geral da Delegação da Sociedade Histórica da Independência, Presidente da Direcção do Sporting Clube de Braga, etc.

A sua despedida da Câmara Municipal, quer por parte da Presidência e Vereação (que lhe exprimiram oficialmente o seu louvor) quer por parte do funcionalismo seu subordinado, foram verdadeira manifestação de apreço e simpatia, pela maneira como sempre se houve.

O acto da sua posse no novo cargo de Secretário do Governo Civil (em 31 de Outubro), que reuniu, no Palácio dos Falcões, uma verdadeira e inusitada multidão de amigos e admiradores, e bem assim o banquete que, no Hotel de Braga, lhe foi oferecido, presidido pelo Governador Civil, e a que se associaram todos os Presidentes de Câmaras do Distrito, e inúmeros amigos, constituíram uma autêntica consagração ao Dr. Bacelar Ferreira.

As Festas Jubilares Prelatícias de S. Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, D. António Bento Martins Júnior

Desde tempos recuados, anteriores à Nacionalidade, Braga encontra o seu Arcebispo num dos lugares mais destacados da hierarquia social e religiosa do País.

O *Senhor de Braga*, como foi reconhecido, continua, nos dias de hoje, a merecer a todos os Bracarenses, Arquidiocesanos e Portugueses o mais profundo respeito e a maior veneração.

Por isso se compreende que toda a Arquidiocese vibrasse de entusiasmo ao comemorar condignamente os 25 anos de episcopado do seu Amado Pastor. E assim todos os esforços foram envidados, para que as Festas Jubilares, que decorreram, de 14 a 17 de Novembro, atingissem o brilho desejado.

A Câmara Municipal de Braga não podia alhear-se às comemorações jubilares do seu Prelado, que tão querido lhe é. E, com aprovação unânime de toda a Vereação, e os aplausos dos munícipes, não só se lhes associou, como até comparticipou nelas duma forma singular.

Assim, em sessão de 14 de Novembro, o Presidente do Município, Senhor António Maria Santos da Cunha, apresentou a proposta que a seguir se transcreve:

«Decorre neste momento em toda a Arquidiocese a preparação dos actos culminantes das Comemorações Jubilares Arquiepiscopais do venerando Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas.

Desnecessário se torna encarecer o significado das provas de carinho e filial respeito que, de todas as terras que a compõem, chegam até junto do Sr. D. António Bento Martins Júnior.

Devidas elas são ao representante dessa teoria de Arcebispos e Senhores de Braga, que, aglutinando o espírito dos que constituíram o seu rebanho, fizeram deles Nação, e como chefes temporais talharam a história desta Cidade.

Devidas elas são também Àquele que carinhosa e paternalmente, com tanto zelo e bondade, tem governado o rebanho que Deus confiou à sua guarda.

Devidas elas são ao seu alto espírito e vasta cultura.

Na verdade, o nosso venerando Prelado tem já lugar de honra entre os insignes Arcebispos de Braga, pela superioridade, com que tem presidido a uma obra de renovação espiritual, a todos os títulos digna da hora que estamos vivendo.

A Cidade de Braga deve-Lhe serviços inigualáveis, e provas de carinho, que bem demonstram o Seu amor pela terra, onde fez grande parte dos Seus estudos, e viveu quase toda a vida.

Continuador da obra notável de D. Manuel Vieira de Matos — de quem foi um dos mais destacados colaboradores — largamente tem contribuído para o engrandecimento desta Sua e nossa cidade que tanto tem valorizado econòmicamente.

Não posso deixar de citar, a propósito, a edificação do novo Colégio de S. Tomás de Aquino, agora em construção, que tanto vem aumentar o nosso património cultural.

Sendo assim, hei por bem propor:

1.º — Que seja criada por esta Câmara Municipal, a título especial, a Medalha de Oiro com palmas de mérito;

2.º — Que ela seja concedida, desde já a Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga, Primaz das Espanhas;

3.º — Que Lhe seja imposta em cerimónia especial a realizar oportunamente.

Honra-se a Câmara Mounicipal em atribuir tal distinção Àquele que é o primeiro de todos nós, pelo que representa, e pelos serviços que a Braga tem prestado».

Bem merece tais homenagens quem, através duma longa vida se consagra ao serviço de Deus e das almas, e tão alto e tão proficientemente soube dignificar o nome de Cristo e da Sua Igreja.

Bem haja pois, aquele que tem sabido ser, através de todas as vicissitudes, tão zeloso e vigilante Pastor.

A grande cultura de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor D. António Bento Martins Júnior, aliada às altas virtudes que esmaltam a sua alma, ao seu coração aberto a todas as necessidades, à muita prudência e acerto com que superiormente vem orientando os problemas da sua Arquidiocese, permitem qualificá-lo como um grande Prelado, digno da admiração de todos os seus arquidiocesanos.

São inúmeros os benefícios espirituais e temporais que fez espalhar por toda a Arquidiocese, e a obra dos Seminários, só por si, é suficiente para consagrar o seu nome, e impô-lo à admiração e respeito de todos.

A imprensa de todo o país, e dum modo especial a local, fizeram reportagem pormenorizada dos diversos actos do vasto programa das Festas Jubilares Prelatícias do Senhor Arcebispo. Encerrou-as uma brilhante sessão solene, em 17 de Novembro, presidida pelo Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, que propositadamente se deslocou a Braga, em representação do Senhor Presidente do Conselho e do Governo.

Sua Santidade o Papa Pio XII, em atenção às altas qualidades do Venerando Arcebispo, enviou-lhe uma mensagem especial, que a seguir transcrevemos:

Ao Venerando Irmão D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga

Venerável Irmão, saúde, Bênção Apostólica.

Se, por motivo de caridade, devemos chorar com os que choram, e exultar com os que se alegram, muito mais impede sobre Nós a obrigação de tão suave lei, quando ocorrem acontecimentos alegres ou tristes aos Antístites que suportam o ónus do múnus pastoral, e sem descanso trabalham em promover a honra e a prosperidade da religião.

Eis a razão por que de bom grado o Nosso pensamento vai para ti, Venerável Irmão, que vais completar cinco lustros de Episcopado nessa Catedral. E já que, tanto o clero dessa Arquidiocese, religioso e secular, como os fiéis cristãos, desejam celebrar uma piedosa festa congrulatória da tua acção pastoral, que se há-de revestir duma alta solenidade que mereces, para de algum modo nelas participarmos de boa vontade, por estas letras, te expressamos, como testemunho da nossa benevolência para contigo, as Nossas felicitações e votos de prosperidade.

Conhecemos, em verdade, os cuidados com que, durante este diuturno espaço de tempo, levaste a cabo os deveres, tantas vezes árduos, do ministério pastoral, e também as obras que demonstram o teu duplo amor a Deus e ao próximo. O Benigníssimo Redentor te cumule de copiosos auxílios e consolações, para que recolhas abundante fruto do ministério pastoral; e encontres as ovelhas, cujo progresso espiritual sempre promoves e fomentas, cada vez mais perfeitamente morigeradas, dispostas e prontas para todo o bem, e conservando na consciência pura o dom da fé.

Além disso, para que a celebração desse faustoso dia redunde mais salutar para muitos, outorgamos-te a faculdade de, concluído o sagrado Rito Pontifical, em Nosso nome e por Nossa autoridade, concederes aos fiéis a Bênção Apostólica com a Indulgência Plenária anexa, a lucrar nas condições costumadas.

Nada resta finalmente, senão, Venerável Irmão, enviar-te, e bem assim ao teu talentoso Bispo Auxiliar, ao clero e fiéis dessa Arquidiocese, a Bênção Apostólica, penhor das melhores graças de Deus.

Dada em Roma, junto de S. Pedro, no dia 5 do mês de Setembro do ano de 1957, vigésimo primeiro do Nosso Pontificado.

a) *PIO XII — PAPA*

Comendador António Maria Santos da Cunha

Muito se tem dito e escrito sobre as qualidades administrativas do Presidente da Câmara Municipal de Braga, António Maria Santos da Cunha. A obra de valorização e renovação da cidade e do concelho, que conseguiu realizar em tão curto espaço de tempo, torna-o digno e merecedor dos maiores elogios e credor da admiração de todos os Bracarenses que vêem com desvanecimento o progresso da sua terra. Pelo que fez, tem indiscutìvelmente o seu nome ligado à história da cidade. Enumerar a série de empreendimentos que à sua iniciativa se devem será desnecessário, pois está bem patente à apreciação do mais exigente que seja.

Quem, há 10 anos a esta parte, viu a cidade, e agora a surpreende na sua nova fisionomia e até estrutura renovada e mais bela, toma-se de espanto, tal a amplitude da obra realizada. Em poucas épocas da sua história conheceu período de mais intenso labor, de remodelação mais vasta e profunda.

Não é porém este aspecto da vida do Sr. António Maria Santos da Cunha que desejamos aqui visar; salientamos apenas as suas qualidades de carácter, de católico praticante, sem preconceitos, de fé inquebrantável, de verdadeiro militante, que à causa de Deus consagra uma existência digna de ser imitada, oferecendo o exemplo do seu trabalho, duma vida sã, absolutamente coerente, e uma conduta irrepreensível.

Aos assuntos da Igreja dedica um carinho especial, como se viu nos Congressos de S. Martinho, no Congresso Mariano e, mais recentemente, no Congresso do Apostolado da Oração. O Monumento a Sua Santidade o Papa Pio XII, no Largo da Senhora-a-Branca, deve-se à sua iniciativa.

É, além disso, possuidor dum nobre coração, e sabe, sem ostentação, minorar muito sofrimento, valer a muita angústia.

Por isso podemos dizer que, em boa hora, Sua Santidade se dignou agraciá-lo com as insígnias de Comendador da Ordem de S. Gregório Magno.

Toda a falange dos seus amigos e admiradores se regozijou com tão merecida condecoração, e a cerimónia da imposição das insígnias, embora só conhecida pelos seus mais íntimos, foi concorridíssima. Pudessem todos estar presentes nesse momento solene, e então o Paço Arquiepiscopal, onde se realizou, seria pequeno para conter a multidão dos que ardentemente desejariam felicitá-lo.

Vejamos o que o «Correio do Minho» referiu a propósito da cerimónia:

«No Paço de Santa Margarida realizou-se ontem (15-11-957) pelas 17,30 horas, a cerimónia da imposição das insígnias da Ordem de São Gregório Magno ao Sr. António Maria Santos da Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Presentes vimos, entre outros, os srs.: Dr. António de Azevedo Abranches, Governador Civil de Braga; Dr. Elísio Alves Pimenta, Governador Civil do Porto; Deputados Drs. Urgel Horta, Antão Santos da Cunha e Eng. António de Lacerda; Comandante Militar de Braga, Coronel Fontoura; Dr. Felicíssimo do Vale Rego Campos, Presidente da Junta de Província do Minho e Vice-Presidente da U. N.; Drs. Sérgio da Silva Pinto, Casal Pelayo, Ferreira de Araújo, Bacelar Ferreira, Valentim de Almeida e Sousa, Delegado do I. N. T. P., Cerqueira Gomes, Mário de Carvalho, Delegado dos Desportos do Porto; Adolfo Santos da Cunha, Manuel Santos da Cunha, Cónegos Apolinário Rios, Martins Gonçalves, Arlindo da Cunha e Luciano Afonso dos Santos; Coronel Graciliano Marques, Comandante da L. P.; e Capitão Euclides Gomes de Barros, Comandante da Polícia de Segurança Pública, etc., etc.

Logo que as autoridades presentes tomaram lugar na sala de visitas do Paço de Santa Margarida, Sua Ex.ª Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz usou da palavra, para proferir o discurso que a seguir transcrevemos:

«Regozijo, por os ver aqui; agradecimento por corresponderem ao apelo de se juntarem ao Arcebispo, para tributarmos as nossas homenagens a um dos grandes da nossa terra, que o é na verdade.

Levantaram-se monumentos aos grandes da terra; levanta-os a Igreja aos seus Santos, aos que vivem e apuram em obediência a ideais superiores que não morrem.

É perfeitamente razoável o culto natural que se rende aos grandes da terra, e funda-se na nossa própria natureza, pois, quando uma cabeça se eleva acima do comum, logo a glória a coroa com os seus raios, em sua honra erguem os homens monumentos, porque a humanidade se reconhece solidária, se sente elevada, engrandecida e honrada, com a elevação, engrandecimento e honra dos seus membros.

No entanto, as qualidades por que se destaca o poeta, o artista, o herói, o orador, o político, o homem público, ou seja: as aptidões, o talento, o génio, não se podem discricionàriamente confundir com o mérito verdadeiro, pois este está principalmente nas obras, e as obras do talento e do génio nem sempre são honrosas e dignas; para dar a minha estima a tal homem que se destaca na sociedade por seus feitos, sou forçado a desdobrá-lo, abstraindo do homem, para o só ver o poeta, o artista, o herói; um olhar sobre a sua vida íntima bastaria para que a minha estima se mudasse em desgosto, a minha admiração em desinteresse, se não em desprezo.

Onde a estima pode e deve ser sem restrições, a admiração sem reserva, é quando se dirige a esses grandes homens que vivem de ideal superior, e o exprimem nas suas obras externas, que, antes de trabalharem sobre a matéria dura, como os artistas vulgares, trabalham sobre o bloco vivo da sua própria natureza, que eles desgastam, delapidam e apuram e idealizam, sobre um modelo divino que lhe vem do Céu.

A Santificação própria, a que todo o homem é chamado, a santificação que irradie do interior para as obras e actos exteriores, é a rainha das ciências e a arte das artes, ainda que grande e laboriosa empresa, e tão laboriosa, que no mundo, e mesmo corações generosos, a encaram com receio, e até, se menos corajosos, com pavor.

No nosso meio e nesta quadra de progressos materiais e espirituais, em que vivemos, não escasseiam, louvado seja Deus, homens grandes que se destaquem no meio social, e sejam pelos chefes coroados, como merecem, e apontados à estima pública, como modelo de virtudes cívicas ou religiosas ou de ambas conjuntamente. Para esses, a bom direito, se criam insígnias e condecorações que os associam oficialmente ao meio social, e os distingam do comum, sobretudo nos ajuntamentos e festas oficiais.

Subindo ao trono pontifício, em 2 de Fevereiro de 1831, Gregório XVI, naquela época tormentosa, em que se operava no mundo a profunda transformação de vida pelo impulso do liebralismo, mediatamente, o Papa, contra cujo poder temporal o liberalismo assentava as suas armas encarniçadamente, sentiu a conveniência de organizar as antigas Ordens Equestres, como faziam outros Estados, e inscrever nelas como distinção e estímulo aqueles que mais se avantajaram pela prática das virtudes sociais, e pelo amor à ordem a Deus e ao Chefe da Igreja.

Escolheu para patrono duma dessas Ordens S. Gregório-o-Grande, S. Gregório Magno, um dos quatro Grandes Doutores da Igreja Latina, e dos Maiores Papas do seu tempo e de todos os tempos. Nesse meado do século 6.º (540) em que viveu, ele fora o defensor tenaz da doutrina, o aniquilador das heresias, o construtor da unidade espiritual, e até da unidade política da Europa medieval, a que a humanidade ficará a dever largos benefícios.

Tomando o seu nome, ao envergar a tiara pontifícia, S. Gregório XVI, que ia terçar armas contra a nova heresia liberalista, que lhe encheu todo o pontificado, tomaria também por modelo o seu Grande Antecessor medieval. Por Deus e pela Pátria — *Pro Deo et Principe* — foi a divisa que assinalou aos novos Cavaleiros de S. Gregório Magno, que seriam tirados dentre aqueles que mais se recomendassem, por sua virtude e piedade, e por sua condição social, e por lustre de cargo, e finalmente por diligência no desempenho dos cargos públicos, e por fama na estimação universal. A si e aos Pontífices seus sucessores reservou o Papa a nomeação dos novos dignitários, e a concessão das respectivas condecorações. — Pio XII, o Pontífice reinante, que do alto do seu observatório do Vaticano estende a sua voz e a sua vista ao mundo inteiro, quis distinguir esta cidade e esta Diocese, vindo aqui recrutar para a sua falange gregoriana um dos mais distintos e estimados filhos delas.

O Snr. António Maria Santos da Cunha, além do que a cidade e a sociedade civil lhe devem como Presidente da Câmara Municipal de Braga, e de outros elevados cargos públicos de reflexo nacional, em que trabalha, tem no seu activo prestimosos serviços prestados à Diocese a que pertence, e à Igreja de quem é filho dilecto.

Modelo de vida cristã é a sua e da sua casa; e o ideal do Cavaleiro medieval — religioso, bravo, corajoso, protector dos fracos, fiel a todas as obrigações do cristão — lhe norteia inteiramente os passos, e orienta a vida.

Pro Deo et Principe, por Deus e pela Pátria prestou Sua Ex.ª relevantes serviços nos Congressos levados a efeito nesta cidade, nomeadamente no grande Congresso Mariano de 1953, e no do Apostolado da Oração do ano corrente.

Dali partiu a iniciativa de se levantar nesta cidade uma estátua brônzea ao Pontífice da Paz, e não só a iniciativa, mas a promessa e os trabalhos e diligências, que foram necessários para a pôr de pé, em lugar adrede preparado, a S. Ex.ª se devem também.

Voltada há anos na Câmara a abertura duma rua, que desanuviasse institui-

ções importantes desta cidade, devidas ao meu ilustre e santo Antecessor de saudosa memória, mas que estava dormindo no pó dos arquivos, verifica-se finalmente que não está muito distante esta homenagem à memória de D. Manuel Vieira de Matos, que honra também a cidade que ele muito honrou.

O planeado grupo escultórico da Praça do Município, que pagará uma dívida em aberto da cidade e da Nação aos Arcebispos que uma e outra dignificaram, deve ser lançado também a crédito da vereação actual, e sobretudo do seu dinâmico, crente e patriótico Presidente.

Chegaram os seus serviços ao conhecimento de Sua Santidade o Papa Pio XII, e eu tenho muito prazer em lhe comunicar que o Sumo Pontífice acaba de o nomear Cavaleiro Comendador da Ordem Equestre de S. Gregório Magno, e em lhe impor as competentes insígnias».

Terminando o discurso, Sua Ex.ª Rev.ma leu o breve pontifício em latim, e pouco depois procedia à leitura do mesmo em português que reza o seguinte:

«*Anuindo de boa vontade ao que Nos foi exposto, por onde soubemos que tu,* António Maria Santos da Cunha, *da Arquidiocese de Braga, és benemérito do bem, e incremento da Igreja e da causa católica, para te manifestarmos o testemunho da Nossa gratidão, te elegemos, nomeamos e declaramos* Cavaleiro Comendador da Ordem de S. Gregório Magno, *e te atribuímos a faculdade de usar de todos os privilégios que andam anexos a esta dignidade.*

Dado em Roma, em S. Pedro, no dia 4 de Outubro de 1957„ Por especial mandato do Santo Padre, Pelo Cardeal Secretário de Estado.

CARLOS CRAVO».

Imediatamente o Sr. Arcebispo procedia à imposição das insígnias ao Sr. António Maria Santos da Cunha, acto que foi sublinhado com calorosas palmas, por parte dos assistentes à cerimónia.

O Sr. António Maria Santos da Cunha, visìvelmente comovido com tão alta distinção, diz que ao coração magnânimo do Senhor Arcebispo, ao coração sempre pronto a apagar as deficiências e as faltas de seus filhos, deve aquele momento da sua vida.

Faltaria à verdade, diz a seguir, se não dissesse que este momento é o mais apetecido da minha vida, pois nele distingue três sentimentos bem diferentes: Júbilo, gratidão e angústia;

Júbilo e reconhecimento ao Santo Padre, por ver ali congregada os grandes, os notáveis da cidade, como o Sr. D. Francisco Maria da Silva, o Sr. Governador Civil e outros cujo nomes evoca;

Júbilo, por reconhecer que aquela distinção é um exemplo que terá de dar ao povo da sua terra, e à sua família;

Gratidão para com o Sr. Arcebispo e para com o Santo Padre que espera poder ainda um dia visitar, não para agradecer tão honrosa mercê, para patentear o seu filial respeito;

Angústia, também, fruto do receio de que circunstâncias da vida o impeçam de corresponder à confiança que a Igreja nele acaba de depositar.

Evocando a memória de sua saudosa mãe, pede a Sua Ex.ª Rev.ma a Sua Bênção e a sua confiança.

Terminadas as palavras do Sr. Presidente da Câmara, todos os presentes o abraçaram e cumprimentaram, pela honrosa distinção que acabava de lhe ser imposta.

Em sessão da Câmara de 21 de Novembro, o Vereador do Pelouro da Cultura, Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, felicitou, em nome da Vereação, o Presidente do Município, Senhor Cavaleiro Comendador António Maria Santos da Cunha, pela honrosa distinção que lhe foi conferida.

São dele as seguintes palavras:

«A Vereação desta Câmara, na passada semana, experimentou uma das emoções mais jubilosas, ao assistir à imposição solene — por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz — das insígnias de Cavaleiro Comendador da nobilíssima Ordem Equestre Pontifícia de S. Gregório Magno ao nosso Presidente do Município, a V. Ex.ª, apreciado Amigo, agraciado pela alta figura universal da Santidade de Nosso Senhor o Papa Pio XII.

Honra verdadeiramente insigne, não só por vir donde veio, do Supremo Chefe da Cristandade inteira, mas pela própria pessoa que é hoje o Santo Padre, glória do mundo contemporâneo, mesmo humanamente considerado, e que na história há-de ser expoente máximo a reabilitar uma época de contrastes.

Honra que recama de loiros uma vida, mas esmalta também e enriquece mais o património moral da cidade.

Honra que particularmente enche de ufania, e de legítimo orgulho, uma Câmara, que tem por magistrado, um nobre cavaleiro da falange gregoriana, uma das mais distintas no mosaico aristocrático das Ordens em que se recrutam, e confirmam, e proclamam, os varões assinalados pelo mérito e pelas qualidades proeminentes e, o que mais é, pelos excelentes serviços e obras valorosos em prol dos grandes ideais. E todos nós podemos testemunhar que muito bem avisado foi aquele que a Sua Santidade levou o conhecimento de quanto o Presidente do Município de Braga tem sido «benemérito do bem e incremento da Igreja e da causa católica», na sua vida pública, coerente com a vida privada, sempre dinâmico, activo, condutor, a fazer a história desta Cidade, essencialmente e gloriosamente cristã, primogénita em se agasalhar, no seio maternal de Roma católica e apostólica, quando se formou o mapa político da Europa.

O Santo Padre não fez um cavaleiro. Nomeou-o, declarou-o como tal. Ele já se fizera a si mesmo. E aqui, desta tribuna, já anos atrás, a sua Vereação o reconhecia nestas palavras: Em Portugal há nobres cavaleiros que têm o ideal de bem servir a Cristo e a Terra, e sois um deles. Dais expressão nova, de acordo com as exigências contemporâneas, ao ideal de servir dos cavaleiros de antanho.

Hoje a Vereação da vossa Câmara deseja pùblicamente felicitar-vos.

Felicitar-vos calorosamente, efusivamente».

O Sr. Vice-Presidente disse que se associava de alma e coração às felicitações da vereação, pois ficou imensamente satisfeito pela honra com que Sua Santidade o Papa Pio XII quis distinguir o Sr. Presidente, que muito bem a merece, pelos predicados que na sua pessoa reúne e pelo muito que tem feito a favor desta Terra.

O Sr. Presidente agradeceu as palavras amigas do Sr. Dr. José Maria Ferreira de Araújo e os méritos, aliás supostos, que gentilmente lhe atribuiu. Dirigindo-se também à ilustre Vereação e especialmente ao Sr. Dr. Sérgio Pinto, continua para

afirmar que interpreta o gesto do Santo Padre como uma distinção para o Município Bracarense, a que, por mero acaso, preside, pois que, se alguma coisa se tem feito, a obra é de todos os que sempre lhe têm prestado o seu apoio, e dado as melhores provas de estima. De facto, se a comenda se destina a todos, mas se, forçosamente, não poderia ser imposta a todos, escolheu-se o Presidente para esse fim.

Termina agradecendo sensibilizadamente as felicitações e os parabens que o Sr. Dr. Ferreira de Araújo e o Sr. Dr. Sérgio Pinto tiveram a gentileza de lhe apresentar.

As comemorações do 317.º aniversário da Restauração da Independência de Portugal

Servindo de prólogo às comemorações do 317.º aniversário da Restauração da Independência de Portugal, realizou-se, na noite de 30 de Novembro, uma brilhante sessão solene, na qual foi conferente o eminente Professor da Faculdade de Letras de Coimbra Doutor Manuel Lopes de Almeida, que versou o tema: «A oposição à dinastia nova (1640-1656)».

A sessão foi promovida pela Câmara Municipal, tendo-se-lhe associado a Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência que, dado o alto significado histórico das comemorações, nelas tinha papel relevante.

O Salão Nobre dos Paços do Concelho, ricamente decorado, encheu-se completamente duma assistência distinta e culta, onde se viam as individualidades mais gradas da cidade, e muitas senhoras.

A sessão foi presidida pelo Senhor Governador Civil do Distrito, Dr. António Abranches, ladeado pelos senhores: António Maria Santos da Cunha, Presidente do Município; Coronel José Baptista Barreiros, Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal; Coronel A. Cunhal, representante do Comando Militar de Braga; Dr. Francisco José Velozo, representante do Corregedor do Círculo Judicial de Braga; Coronel Graciliano Marques, Comandante Distrital da Legião Portuguesa; Dr. César Augusto Cerqueira Gomes, Delegado Provincial da Mocidade Portuguesa; Professor Doutor Lúcio Craveiro da Silva, Magnífico Reitor da Faculdade de Filosofia de Braga, e o conferente, Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida.

Em lugar de honra via-se Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz.

Falou em primeiro lugar o Presidente da Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Sr. Coronel José Baptista Berreiros, que proferiu judiciosas e oportunas considerações, sobre o significado histórico das comemorações, e agradeceu a comparência dos presentes.

Seguiu-se no uso da palavra o Magnífico Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, apresentando o conferente da noite, em discurso tão aprimorado, e em termos tão precisos, que passamos a transcrever:

«Não é fácil fazer uma conferência para o dia 1 de Dezembro. Esta data surge em nossa alma tão cheia de sonhos e de grandezas, de lendas e de glória, é tão rica de matizes, de audácia, de triunfo, de aventura e de heroísmo, que ondula no mar profundo das nossas recordações, com intensidade e emoção.

A esta riqueza humana e interior junta-se o inebriamento e o entusiasmo que costumam caracterizar as emoções colectivas: o 1.º de Dezembro lembra-nos um doente desesperado que recupera a saúde, um náufrago que num repelão de força lança mão na praia, um barco à deriva que sùbitamente descobre o rumo, um povo perdido que de novo se encontra e ressurge.

E todo este tumultuar confuso e ondulante, que atravessa misterioso e sugestivo o horizonte da nossa existência de portugueses, ora se ergue, no 1.º de Dezembro, vitorioso e em labareda, como o sol nascente, ora tem, em Filipa de Vilhena, a ternura lírica duma manhã que levemente desponta, ora se firma, em Montes Claros e Montijo, com a certeza e a claridade do sol do meio-dia. E há ainda as trevas, as trevas que circundam o dia: as incompreensões, as reticências, as defecções, as traições, de que também é composta a trama da História... Enfim, são tão complexas, ricas, vastas e envolventes as sugestões que esta data projecta no caminho da nossa vida lusíada que, por isso, afirmo não ser fácil fazer uma conferência para o dia 1.º de Dezembro.

Mas há ainda outra dificuldade. É que o deslumbramento desta data, como todas as emoções fortes, quando são repetidas, podem caír gradualmente no empobrecimento. À força de clamar vitória, a nossa voz pode reduzir-se a um grito sem ressonância humana; à força de clamar patriotismo, podemos descair num banal patrioteirismo; à força de recordarmos, sem génio, aquela alvorada restauradora, podemos cair na repetição estafada dos mesmos factos, dos mesmos nomes, sem uma nota pessoal, sem uma observação flagrante, que desperte e mantenha o nosso interesse. O deslumbramento, a alegria, a comoção violenta podem fazer esquecer os pormenores, aqueles pormenores que parecem insignificantes, mas que alimentam a memória e o interesse pelas nossas grandiosas tradições de família. Não é verdade que com demasiada frequência, quando o orador começa neste dia a empunhar a trombeta do seu discurso heróico e patriótico, ouvimos sempre os mesmos sons, as mesmas afirmações, os mesmos protestos, sem uma obervação vivida e pessoal?

Esta nova razão vem enfrentar que não é fácil fazer uma conferência, no dia 1 de Dezembro. Este dia está cheio de exigências para com o orador. Exige uma convivência íntima com a História de Portugal, uma compreensão profunda das correntes que constituem a nossa tradição, um conhecimento vivo e esclarecido das alegrias familiares da «pequena Casa Lusitana», e tudo isto junto com o rigor científico, para que essa visão não degenere, ou na emoção vazia de sentido, ou no sentimento falso que engana, ou na superficialidade que empobrece e cansa.

Esta mesma compreensão aturada da História levará também o orador, e com ele o auditório, a não perderem o verdadeiro sentido dos factos, quando eles são para o povo cheios de grandeza e de consequências.

Parece à primeira vista que estou a prestar um mau serviço ao ilustre conferencista desta noite, pois não me cansei até agora de criar senão estorvos ao assunto; e, em vez de aplanar as dificuldades, parece que estou a lançar armadilhas no caminho. Isto seria verdade para a maior parte das conferências, mas não o é, felizmente, para o orador desta sessão: o Senhor Professor Doutor Manuel Lopes de Almeida. Pelo contrário, se falasse doutra maneira, então não nos prepararíamos para compreender, avaliar e saborear a riqueza do seu verbo, a penetração do seu espírito, o valor do seu talento, a seriedade do seu trabalho, a riqueza dos seus dotes de historiador, a grandeza das emoções do seu patriotismo, e a experiência da sua carreira brilhante de professor e de homem público.

O Senhor Professor Doutor Lopes de Almeida é um espírito superior da recente geração, e, por isso, os acontecimentos através da sua arte, e do seu talento, tomam expressão, significado, interesse e vida. E, quando, por sobre esta visão original, voa o seu verbo eloquente, nós sentimos por vezes a sedução que nos arrasta, a vertigem que nos suspende.

Isto, porém, seria impossível, se o assunto não fosse familiar ao seu espírito, e nessa convivência ele lhe não aprendesse os segredos e as confidências. Mas há muito que o Senhor Professor Doutor Lopes de Almeida convive com os tempos da Restauração. Em 1940, no ano dos Centenários, publicou os Estudos da História da Restauração — Notícias da Aclamação e outros sucessos; neste mesmo ano imprimiu o «Livro 2.º do Registo das Cartas dos Governadores das Armas» (1653-1657).

«Os nossos historiadores das Guerras da Restauração hão-de gostar de ver este «Livro 2.º do Registo das Cartas», pois nele encontrarão matéria farta para os seus estudos. O Livro é sobretudo importante, pelo que revela da personalidade dos chefes militares... porém, não o é menos para o conhecimento da técnica militar, respectiva organização dos quadros, e administração interna do Exército».

Já de há muito, portanto, o Senhor Professor Doutor Lopes de Almeida maneja os documentos dos tempos difíceis e arriscados da Restauração. Hoje vai deleitar-nos com outro aspecto, não militar nem administrativo, mas mais sugestivo, porque nos revela as águas do mar encrespado e tumultuoso daqueles dias decisivos para Portugal: a oposição à dinastia nova (1640-1956).

Formado nos mtéodos rigorosos e científicos da interpretação histórica que são norma na Universidade a que pertence, dedicado aos segredos da História, e ao contacto com os documentos e com os arquivos, sendo de há muito Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e das suas publicações, conhecedor dos homens dos meandros da vida pública como Chefe de Gabinete do Ministério da Educação, em 1934, Deputado em 1937, Director Geral do Ensino Superior, e logo a seguir Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 1940-46, finalmente conferencista brilhante e aplaudido, o Senhor Professor Doutor Lopes de Almeida é o orador predestinado para esta noite de vigília de armas do 1.º de Dezembro.

Ao mesmo tempo que apresentamos as nossas felicitações e os nossos agradecimentos à ilustre Câmara Municipal, e à Delegação Bracarense da Sociedade de História da Independência de Portugal, pela feliz escolha do orador para esta sessão comemorativa, felicitamo-nos também a nós próprios, pelo prazer que vamos ter de escutar um mestre da nossa História».

EFEMÉRIDES MUNICIPAIS

Ano de 1957

Janeiro, 3 — Considera-se em vigor no ano corrente a distribuição dos pelouros feita em reunião de 2-1-1955. Às Comissões consultivas presidirão os Senhores Vereadores designados na referida reunião

Mantêm-se no ano de 1957 o mesmo Conselho de Administração dos serviços Municipalizados.

Janeiro, 23 — O Senhor Dr. António Luis Gomes, ilustre Director Geral da Fazenda Pública e Presidente da Comissão Administrativa da Fundação da Casa de Bragança, agradece num expressivo telegrama a recepção que lhe fora feita na Câmara Municipal, quando da sua vinda a esta cidade por ocasião da conferência, que proferiu nos Paços do Concelho a convite do Município. A Câmara delibera manifestar ao Senhor Doutor António Luis Gomes a sua gratidão pela anuência ao convite que lhe fizera, e felicitá-lo pelo brilhantismo da sua oração.

A Câmara delibera criar a feira anual da freguesia de Tadim no dia 24 de Agosto, dia de S. Bartolomeu, padroeiro da freguesia, a funcionar no lugar em frente à Igreja paroquial

Fevereiro, 14 — A Câmara por proposta do seu Presidente aprovada por unanimidade, protesta contra a inconcebível votação da Comissão de Curadorias das Nações âcerca das nossas províncias Ultramarinas, e felicita o nosso delegado naquele Organismo internacional pela firmeza como soube refutar as acusações que nos fizeram. Deliberou enviar telegrama ao Senhor Presidente do Conselho nesse sentido, bem como manifestar ao Embaixador do Brasil em Lisboa o vivo reconhecimento da cidade de Braga pela defesa desassombrada que o Senhor Dr. Donatello Grieco fez da nossa causa, por altura da referida votação.

A Câmara deliberou enviar um telegrama de felicitações, em nome da cidade, ao Senhor Ministro das Corporações pela sua última proposta de Lei sobre habitações, de tão alto interesse social.

Fevereiro, 23 — A Câmara, por proposta do Vereador do Pelouro da Cultura, delibera por unanimidade enviar um ofício ao Senhor Embaixador de Inglaterra no qual se expressem as felicitações do Município pela inesquecível visita da Augusta Soberana da Grã-Bretanha a Portugal.

Março, 7 — É presente à Câmara o processo do concurso da empreitada de construção de oito prédios de renda económica, nas imediações da Escola Técnica, a

construir pela Federação das Caixas de Previdência-Habitações Económicas.

Março, 15 — São aprovadas pela Câmara as contas de gerência do Município, da Zona de Turismo e dos Serviços Municipalizados

Foi concedido pela Câmara à Comissão de Festas da Cidade um subsídio de 100.000$00.

O Vereador da Câmara, Senhor José Maria Rodrigues, dá o seu inteiro aplauso à oportuna intervenção, na Assembleia Nacional, do Deputado Dr. Antão Santos da Cunha a favor dos interesses de Braga e da sua região, no sentido de ser debelada a grande crise que a aflige.

Março, 23 — É presente à sessão da Câmara um ofício do Senhor Embaixador de Inglaterra em Portugal, no qual o ilustre diplomata agradece a cativante mensagem do Município bracarense de 1 de Março, assegurando o profundo apreço em que Sua Magestade a Raínha de Inglaterra e o Duque de Edimburgo a tomarão.

Maio, 23 — Foram postos em reclamação os Orçamentos Suplementares da Câmara e da Zona de Turismo para o ano de 1957.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com o brilho invulgar de que se revestiu o III Congresso Nacional do Apostolado da Oração, nomeadamente com a Mensagem de Sua Santidade Pio XII, que bem pode considerar-se pergaminho inestimável para a cidade, pelo que propôs que a mesma fosse transcrita para a acta. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Junho, 12 — O Senhor Presidente propôs que ficasse exarada na acta a congratulação da Câmara pela forma brilhante e elevada como decorreram os trabalhos do I Colóquio de Estudos Suévico-Bizantinos, que se realizou nesta cidade de 7 a 9 do corrente mês, e que muito prestigiou a Câmara e as demais colectividades nele comparticipantes. Propôs ainda que a Câmara tivesse um agradecimento muito especial para com o Alcaide da Corunha que enviou uma mensagem que revela os mais lídimos sentimentos para com o povo bracarense.

A propósito da recente exoneração, a seu pedido, do Senhor Dr. Guilherme Melo e Castro do cargo de Subsecretário de Estado da Assistência Social, o Senhor Presidente da Câmara evoca a grande obra de assistência levada a efeito neste concelho pelo ilustre homem público, a quem os bracarenses ficam devendo grandes benefícios.

Informa ainda o Senhor Presidente ter transmitido as saudações do Município ao novo Subsecretário da Assistência, Senhor Dr. Pires Cruz, a quem deseja as maiores felicidades, no desempenho do seu elevado cargo.

Junho, 27 — Por proposta do seu Presidente, a Câmara aprova por unanimidade que seja lançado na acta um voto de congratulação pelo êxito da viagem Presidencial ao Brasil, onde Sua Excelência o Chefe de Estado foi recebido com as maiores honras e o maior carinho, e da qual resultou o estreitamento das relações de amizade existentes entre os dois povos atlânticos.

Julho, 8 — A Câmara, por proposta do seu Presidente, deliberou a realização dum filme de propaganda que vise os aspectos mais característicos da Cidade e do Conselho, iniciativa que, pelo grande interesse turístico, merece a melhor atenção. A encomenda foi entregue à Lisboa Filmes L.da.

A Câmara delibera empreender a expropriação dum terreno na freguesia de Trandeiras, com vista à construção dum edifício escolar.

Deliberou ainda a Câmara exarar na acta o agradecimento do Município ao Ex.mo Senhor Tenente Coronel Armando Nery Teixeira, que abandonou as funções de Governador Civil do Distrito, pela colaboração e auxílio prestados e pelas atenções dispensadas. Ao novo Governador, Senhor Dr. António de Azevedo Abranches, exprime a Câmara o seu regozijo pela sua nomeação para tal cargo.

Julho, 26 — A Câmara acordou na aquisição, por dezoito mil escudos, de um terreno na freguesia de Mire de Tibães, com vista à construção dum edifício escolar.

Agosto, 9 — A Câmara, por proposta do seu Presidente aprovada por unanimidade, exprimiu o profundo agradecimento do Município ao Sr. Dr. António da Cunha Matos, que durante vários anos exerceu o cargo de Governador Civil Substituto

no distrito de Braga, pelas inúmerao atenções recebidas de Sua Ex.ª, juntamente com o mais elevado apreço pelas altas qualidades de aprumo, distinção, honestidade e zelo com que o Senhor Dr. António Cunha Matos desempenhou, não só aquele alto cargo, mas tantas outras funções em que muito se distinguiu.

Setembro, 13 — A Câmara aprova por unanimidade a concessão de um subsídio de 15 000$00 à Confraria do Bom-Jesus do Monte, para construção dum recinto privado para diversões das crianças.

Novembro, 7 — Por ter sido nomeado para o lugar de Secretário do Governo Civil de Braga, requereu a sua exoneração do cargo de Chefe de Secretaria da Câmara Municipal de Braga o Sr. Dr. Eugénio Bacelar Ferreira. Foi deliberado exonerar o Sr. Dr. Eugénio Bacelar Ferreira e conferir-lhe louvores pela inteligência, zelo e interesse que sempre demonstrou pelo serviço.

Novembro, 21 — Por intermédio do Vereador do Pelouro da Cultura, a Câmara exprime o seu júbilo pela imposição solene das insígnias de Cavaleiro Comendador da nobilíssima Ordem equestre pontifícia de S. Gregório Magno ao seu Presidente, Senhor António Maria Santos da Cunha. Continuando, falou da honra que particularmente enche de satisfação e de legítimo orgulho uma Câmara que tem por magistrado um nobre cavaleiro da falange gregoriana, uma das mais distintas na aristocracia das Ordens Pontifícias, nas quais apenas se confirmam os indivíduos assinalados pelo mérito e qualidades excepcionais, pelos seus excelentes serviços e obras de valor em prol dos altos ideais humanos. Por isso, em nome da Vereação, expressou o desejo de publicamente felicitar efusivamente o Senhor Presidente da Câmara, Comendador António Maria Santos da Cunha. Agradeceu o Senhor Presidente muito sensibilizado, afirmando que interpreta o gesto do Santo Padre com uma distinção para o Município bracarense, pois o que tem feito, diz ser obra de todos os que na Câmara com ele colaboram.

Novembro, 29 — A Câmara, por proposta do seu Presidente, aprova que seja enviado um telegrama a Sua Excelência o Presidente do Conselho, felicitando o Governo pelo êxito obtido na primeira fase do Julgamento sobre Goa, no Tribunal Internacional.

Dezembro, 13 — Foi aprovada a tabela de Impostos indiretos para o ano de 1958.

A Comissão de Turismo deliberou sugerir que a actual Postura de Trânsito seja alterada quanto ao trânsito em alguns locais da cidade que se indicam, o que foi aprovado por unanimidade.

É presente o processo de concurso para a empreitada da obra em construção da Escola Primária da freguesia de S. Vítor, que respeita a um edifício escolar de 6 salas, a construir no terreno do gaveto da rua Martins Sarmento e Rua Beato Miguel de Carvalho, e cuja base de licitação é de 652.000$00. Foi deliberado abrir concurso.

Dezembro, 31 — A Câmara aprova o seu Orçamento Ordinário e o dos Serviços Municipalizados para o ano de 1958.

Revistas de permuta

ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO — Ciudad Trujillo, República Dominicana.

ANAIS — Academia Portuguesa de História — Lisboa.

ANUARIO DE HISTORIA DEL DERECHO ESPAÑOL — Publicaciones del Instituto Nacional de Estudios Juridicos — Madrid.

ARQUIVO DE BEJA — Boletim da Câmara Municipal de Beja.

ATENÉIA — Órgão da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul — Brasil.

BIBLIOTECONOMIA — Escuela de Bibliotecarias de la Diputación Provincial de Barcelona — Espanha.

BOLETIM DA ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA — Lisboa.

BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO — Universidade de Coimbra.

BOLETIM DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS — Boletim do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de S. Paulo — Brasil.

BOLETIM DE FILOLOGIA — Centro de Estudos Filológicos — Lisboa.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA — Lisboa.

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS — Arquivo Municipal «Alfredo Pimenta» — Guimarães.

BOLETIN DE LA REAL ACADEMIA GALLEGA — Coruña — Espanha.

BOLETIN DE LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA — Madrid — Espanha.

BROTÉRIA — Revista Contemporânea de Cultura — Lisboa.

BULLETIN DE LA COMMISSION INTERNATIONALE DE JURISTES — Buitenhof, La Haye-Pays-Bas.

CADERNOS MENSAIS DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO, EDITADOS PELO INSTITUTO DO VINHO DO PORTO — Boletim do Instituto do Vinho do Porto.

CIDADE DE ÉVORA (A) — Boletim da Comissão Municipal de Turismo — Évora.

CIVITAS — Revista da Câmara Municipal do Porto.

COLECTÂNEAS DE ESTUDOS — Suplemento do Boletim Mensal do Colégio de Montariol — Braga.
GIL VICENTE — Revista de Portugalidade — Guimarães.
GINASTA — Boletim da Real Sociedade Clube Ginástico Português — Rio de Janeiro — Brasil.
HESPÉRIES — Buletin de Institut Des Hautes Études Marocaines — Librairie Larose, Paris — França.
MUSEO DE PONTEVEDRA (EL) — Pontevedra — Espanha.
ORA & LABORA — Revista Litúrgica Beneditina — Mosteiro de Singeverga.
PÓVOA DE VARZIM — Boletim Cultural da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim.
RECONQUISTA — Revista cultural publicada em Lisboa.
REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS — Universidade de Lisboa.
REVISTA DE GUIMARÃES — Publicação da Sociedade Martins Sarmento de Guimarães.
REVISTA DE HISTORIA DE AMÉRICA — Publicação do Instituto Panamericano de Geografia e História — México.
REVISTA PORTUGUESA DE FILOSOFIA — Publicação da Faculdade de Filosofia — Braga.
REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA — Publicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
SAITABI — Publicação da Universidade de Valência — Espanha.
THEOLOGICA — Revista do Seminário Conciliar de Braga.

ÍNDICE

do VIII volume

Sumário do Fascículo 1-2 (35-36)

Janeiro-Junho, 1957

Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos — Dr. Sérgio da Silva Pinto 5
Lista dos trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos já publicados — Redacção 8
S. Martinho de Dume como Teólogo — Padre Dr. David de Azevedo 9
Subsídios e achegas para o Estudo Filológico de dois Vocábulos da Toponímia portuguesa — Dume e Panoias — Manuel de Boaventura. 29
L'organisation ecclésiastique du Royaume suève au temps de Saint Martin — Cónego Doutor Pierre David 31
S. Martinho na formação do Sentimento Nacional — Dr. Alberto Feio . . . 34
El Testamento de San Martin de Dumio — Prof Doutor Alfonso Garcia Gallo 36
Um problema de Linguística Portuguesa — Dr. José Pedro Machado 45
San Martin y el monaquismo — Doutor Justo Pérez de Urbel 50
Arrianismo y Priscilianismo en Galicia — Padre Dr. José Madoz 68
Preparando la edición critica de Baquiario — Anscari Mundó 88
S. Martin Dumiense como pensador político — Prof. Doutor Francisco Elias de Tejada 98
Nota explicativa sobre o presente tomo de «Bracara Augusta» — Redacção . . 105
A Necrópole de S. Vítor — Braga (Séc. IX-X) — Dr. Sérgio da Silva Pinto e Dr. Alfredo de Athayde 106
Acontecimentos memoráveis em Braga no ano de 1956 — Joaquim Monteiro (Jorge) 112
Efemérides Municipais (Ano de 1956) — Redacção. 163

Sumário do Fascículo 3-4 (37-38)

Julho-Dezembro, 1957

Missão do Episcopado — Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz 167
Individualismo e Colectivismo na Génese da Nacionalidade Portuguesa — Dr. Sérgio da Silva Pinto. 177
Estudo Encol da Escritura Hemisférica — Luís Carré Alvarellos 203
Mais um passo da «Chanson de Roland» no Românico Português — António de Azevedo 233

Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos — Dr. Sérgio da Silva Pinto 239
Obras de S. Martinho e sua projecção — Padre António Brásio, S. Sp. . . . 241
Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade — Dr. Luís Chaves 243
O viver das populações Bracaraugustanas do século IV ao VII J. C. — Dr. Russell Cortez 279
O culto de S. Martinho de Dume — Padre Dr. Avelino de Jesus da Costa . . 281
Os sarcófagos de Dume na Arte Prè Românica — João de Moura Coutinho de Almeida Eça 283
Costumes e Tradições do século VI e da Actualidade — Dr. Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas 295
Comentário à Fórmula «Vitae Honestae» — Dr. Francisco Fernandes Lopes. . 314
Os Cânones de S. Martinho de Dume e a Medicina Luso-germânica — Prof. Doutor Luís de Pina 328
S. Martinho de Dume, Apóstolo dos Suevos — Padre dr. Maurício Gomes dos Santos 367
El Rito Bracarense: — Sus origines y evolución histórica — Dr. Dom Germano Prado 371
Por que não um Bispo titular de Dume no Episcopado Português? — P.e Doutor António da Silva Rego 373
Restos da Basílica Visigótica de Santa Maria de Ferreiros: Amares — Braga — Maria José Aroso Reis. 375
Estado Social e Político do Noroeste da Península no Séc. VI — Prof. Doutor Torquato de Sousa Soares 378
Teria sido S. Martinho de Dume o patrono dos Templos de S. Martinho do Funchal? — Visconde do Porto da Cruz 384
Actas do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos — Redacção . . . 391
Arquivo Municipal — Livros do Registo — Livro das Vereações — Redacção . . 394
Crónica dos acontecimentos citadinos — (Ano de 1957) — Francisco Bacelar Ferreia. 402
Efemérides Municipais — Redacção 484

A Revista «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente fascículo, alcança já 38 números, repartidos em 8 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11), sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** sob a direcção do Dr. Sérgio A. da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 8 volumes, ou seja: — o II, o III, o IV, o V, o VI, o VII, e o VIII do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

Capas para «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à «Livraria Cruz»—Rua D. Diogo de Sousa, Braga.

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta», que, sempre que a façam encadernar, deem instruções aos artífices para conservarem (reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram), as capas originais de papel. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

Estão a ser organizados índices completos, com todas as necessárias divisões e distribuição de matérias e autores, que abragem os 8 volumes publicados desta revista. Oportunamente será feita a sua distribuição.

Pede-se permuta
Fazem-se recensões críticas das obras enviadas em duplicado à Redacção

---

Revistas de Cultura publicadas em Braga

Alma — *Revista de Espiritualidade Franciscana*
Bracara Augusta — *Revista de História e Regionalismo*
Itinerarium — *Revista de Cultura*
Quatro Ventos — *Revista Lusíada de Arte e de Literatura*
Revista Portuguesa de Filosofia — *Revista da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga*
SCIENTIA IVRIDICA — *Revista Portuguesa e Brasileira; órgão da Associação Jurídica*
Theologica — *Revista de Estudos Eclesiásticos.*